



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1977

Sexta-feira - 15 de Abril de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2	Governador Celso Ramos	275	Paraíso	431
Água Doce	3	Grão Pará	276	Passos Maia	442
Anchieta	7	Guaraciaba	283	Paulo Lopes	443
Antônio Carlos	8	Guaramirim	284	Penha	445
Arabutã	9	Herval d'Oeste	297	Petrolândia	456
Arroio Trinta	10	Ilhota	299	Pomerode	457
Ascurra	13	Imarui	301	Porto União	458
Balneário Piçarras	14	Imbituba	307	Pouso Redondo	463
Balneário Rincão	15	Indaial	313	Presidente Nereu	468
Barra Bonita	16	Ipumirim	317	Rio dos Cedros	512
Barra Velha	18	Irineópolis	318	Rio do Sul	508
Bela Vista do Toldo	21	Itá	320	Rio Fortuna	513
Benedito Novo	22	Itapema	322	Romelândia	514
Biguaçu	24	Itapiranga	323	Santa Cecília	515
Blumenau	36	Itapoá	326	Santa Rosa do Sul	516
Bom Retiro	44	Ituporanga	329	São Bento do Sul	517
Botuvera	46	Jacinto Machado	330	São Carlos	544
Braço do Trombudo	52	Jaraguá do Sul	332	São Domingos	545
Brusque	57	Joaçaba	356	São João do Sul	546
Caçador	66	José Boiteux	359	São Joaquim	547
Camboriú	69	Lages	360	São José	558
Campo Alegre	70	Laguna	363	São Lourenço do Oeste	565
Campo Erê	83	Lajeado Grande	366	São Miguel da Boa Vista	569
Campos Novos	84	Lauro Muller	367	São Pedro de Alcântara	572
Canoinhas	85	Lebon Regis	368	Schroeder	574
Capinzal	95	Leoberto Leal	373	Seara	593
Catanduvas	107	Lontras	376	Serra Alta	604
Caxambu do Sul	123	Luzerna	377	Siderópolis	606
Chapadão do Lageado	125	Mafra	378	Sombrio	621
Cocal do Sul	127	Maravilha	379	Tigrinhos	623
Concórdia	129	Massaranduba	381	Timbé do Sul	625
Cordilheira Alta	130	Meleiro	382	Timbó	627
Coronel Freitas	153	Mondaí	384	Três Barras	652
Correia Pinto	154	Monte Carlo	385	Treze Tilias	653
Corupá	162	Morro da Fumaça	386	Turvo	656
Curitibanos	163	Navegantes	388	União do Oeste	657
Dionísio Cerqueira	165	Nova Trento	393	Urussanga	658
Ermo	202	Novo Horizonte	399	Vargeão	659
Eral Velho	207	Orleans	400	Vargem Bonita	660
Flor do Sertão	208	Otacílio Costa	401	Vidal Ramos	669
Forquilha	210	Ouro	402	Videira	671
Fraiburgo	211	Ouro Verde	419	Vitor Meireles	677
Garopaba	268	Palhoça	420	Xanxerê	680
Garuva	270	Palmitos	429	Xavantina	681
Gaspar	271	Papanduva	430	Xaxim	682

Consórcios

CVC	687
-----------	-----

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Abdon Batista

PREFEITURA

CONTRATO Nº 47/2016

EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2016 CONTRATO Nº 47/2016 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ABDON BATISTA SC CONTRATADA: P3 EVENTOS E ESPETACULOS LTDA-EPP OBJETO: CONTRATAÇÃO DE RODEIO SHOW COM CESAR PARANA E EQUIPE PARA 3 (TRES) NOITES DE ESPETACULO NOS DIAS 22, 23 E 24 DE ABRIL DE 2016., que se realizará junto ao Parque de Eventos "Eutímio Pucci Ceregatti" em 23 de Abril de 2016. VALOR CONTRATADO: R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) BASE LEGAL: Lei 8.666/1993 RECURSOS: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão/Unidade: 02.06 Projeto/ Atividade: 2.038 – Realização da Festa do Município Elemento de Despesa: 82- 3390.39.00 DATA DA ASSINATURA: 01/04/2016 PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses Sérgio Márcio Zanchett - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL 04/2016 FMS

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 04/2016
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 04/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE GAS OXIGENIO.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 29/04/2016. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 13 de abril de 2016.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 54/2016

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 64/2016
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 54/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE BENS MOVÉIS E IMOVÉIS.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 29 de abril de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 13 de abril de 2016
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 005/2016

CONVÊNIO Nº. 005/2016 DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
DE 07 DE ABRIL DE 2016

Termo de Convênio que entre si celebram de um lado o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.398/0001-90, com endereço na Praça João Macagnan nº 322, na cidade de Água Doce-SC, neste ato devidamente representado por seu Prefeito a Sr. NOVELLI SGANZERLA, doravante denominado Município e de outro lado a ASSOCIAÇÃO VENETA LA MONTANARA DE ÁGUA DOCE, inscrita no CNPJ sob o nº 80.628.019/0001-16, com endereço na Praça João Macagnan, 196, na cidade de Água Doce-SC, neste ato devidamente representado por seu Presidente o Sr. EUCLIDES PANTANO, inscrita no CPF sob o nº 425.680.219-34, de agora em diante denominada SOCIEDADE, e:

Considerando a Lei Municipal nº 2.418/2016 que autoriza o Poder Executivo Municipal a Celebrar com a SOCIEDADE;

Considerando o interesse público no fomento da atividade cultural, em especial a manutenção da associação Italiana.

Celebram o presente Convênio pelas cláusulas abaixo e na melhor forma do direito.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Convênio é o auxílio financeiro com o objetivo de auxiliar na manutenção dos serviços contidos no seu objeto social.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O Município repassará para a SOCIEDADE, o valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), em 01 (uma) parcela.
A ASSOCIAÇÃO deverá preceder todos os atos necessários para viabilizar e normatizar os serviços objeto do presente Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO

A despesa decorrente com a execução do presente convênio, será por conta da seguinte dotação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
02 DEPARTAMENTO DE CULTURA
13.392.0015.2.034 APOIO A PROJETOS E GRUPOS CULTURAIS
3.3.50.00.00.0679/89 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

CLÁUSULA QUARTA - DA DATA DE REPASSE DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a cláusula segunda, serão repassados em até 10 dias após a assinatura do presente Convênio.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

Do Município:

1. Repassar os recursos, na forma preconizada no presente convênio;
2. Fiscalizar o fiel cumprimento do objeto estabelecido no presente convênio;

Da Associação:

1. Manter em funcionamento a associação representada na cidade de Água Doce;
2. Prestar contas dos valores recebidos, na forma da Lei Municipal nº 1.812/2009;
3. Manter em plena atividade a entidade.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

O presente Convênio tem início 07 de abril de 2016, com término previsto para 31 de maio de 2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

As partes poderão propor a qualquer tempo a rescisão do presente Convênio se ocorrer inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável e, por mútuo consenso de partes convenientes, e, ainda, se ocorrer às hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93 de 21/06/93 com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o FORO da Comarca de Joaçaba – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente Convênio com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Convênio em três vias do igual teor e forma na presença das testemunhas arroladas.

Água Doce, 07 de abril de 2016.

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito

ASSOCIAÇÃO VENETA LA MONTANARA

EUCLIDES PANTANO

Presidente

Testemunhas:

1 – Marilucy Sare Kusmann
CPF – 023.802.499-70

2 – Gláucia Regina Varaschin
CPF – 006.597.239-21

DECRETO Nº 035/2016

DECRETO Nº 035/2016 - DE 13 DE ABRIL DE 2016

“NOMEIA COMISSÃO DE ANÁLISE DE REGISTROS DE ENTIDADES E INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE- SC”.

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art.1º. Constitui Comissão de Análise de Registros de Entidades e Inscrição de Programas e Projetos de Entidades que prestam

atendimentos às Crianças e Adolescentes do Município de Água Doce, assim composta:

JUCIANA SOUZA DE ARAUJO SOARES

MARÍLIA VIEIRA

SALETE ZARPELON PARENTI

NEUSA MARIA CORRÊA DA SILVA BISSANI

SILVANA AP. DO NASCIMENTO CAVALLI

LUIZ PEDRO PELICOLI

Art. 2º. As atividades a serem desenvolvidas devem estar em conformidade com as legislações vigentes, Lei Federal nº 8.069/90 (ECA), Lei Municipal nº 092/2014 de 19 de maio de 2014, alterada pela Lei 094/2014 de 27 de agosto de 2014 e resoluções que regem.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 13 de abril de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.420/2016

LEI Nº 2.420/2016 - DE 13 DE ABRIL DE 2016

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO A ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar auxílio financeiro, a título de contribuição, às Associações de Agricultores a seguir relacionadas, nos seguintes valores:

I - R\$ 26.000,00 (Vinte e seis mil reais), para a Associação de Agricultores Nova Olinda, inscrita no CNPJ sob nº 04.641.162/0001-60, com sede na comunidade de Linha Olinda;

II - R\$ 26.000,00 (Vinte e seis mil reais) para Associação de Agricultores Vale do Retiro, inscrita no CNPJ sob nº 05.404.469/0001-00, com sede na comunidade de Linha Zona Nova;

III – R\$ 26.000,00 (Vinte e seis mil reais) para Associação de Agricultores Vale do Rio Água Doce, inscrita no CNPJ sob nº 05.404.478/0001-09, com sede na comunidade de Linha Santa Catarina;

IV – R\$ 26.000,00 (Vinte e seis mil reais) para Associação de Agricultores Vale do Estreito, inscrita no CNPJ sob nº 05.404.468/0001-65, com sede na comunidade de Linha Paiol de Telhas;

V – R\$ 26.000,00 (Vinte e seis mil reais) para Associação de Assentados Conquista da Luta, inscrita no CNPJ sob nº 08.631.629/0001-41, com sede no Assentamento Olaria.

Parágrafo único. A transferência financeira será formalizada mediante celebração de convênio e se dá a título de auxílio financeiro para manutenção das finalidades estatutárias das entidades beneficiadas, as quais deverão prestar contas da aplicação dos recursos recebidos na forma da Lei Municipal nº 1812/2009.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei serão pagas por conta da seguinte dotação orçamentária:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

20.606.0007.2.017 PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR ASSISTIDO

3.3.50.00.00.0679/35 Transf. Instituições Privadas s/fins Lucrativos

Art. 3º. A entidade beneficiada deverá apresentar regularidade funcional e fiscal no ato de recebimento dos valores.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam – se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de abril de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 34/2016

PREGÃO PRESENCIAL 19/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 34/2016, na modalidade “PREGÃO PRESENCIAL nº 19/2016”, do tipo “MENOR PREÇO GLOBAL”, destinado a aquisição e implantação de defensas metálicas em locais de risco na área urbana de Água Doce, o qual será processado e julgado no dia 29 de abril de 2016 às 16h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 14 de abril de 2016

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 001/2016 CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 001/2016/CMDCA

Estabelece o procedimento e os requisitos para registro das Entidades Governamentais e não governamentais de atendimento à Criança e ao Adolescente do Município de Água Doce, com base na Lei Federal nº 8.069/90 e Lei Municipal nº 092/2014 de 19 de maio de 2014, alterada pela Lei 092/2014 de 27 de agosto de 2014.

A Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, de Água Doce no uso de suas atribuições legais, objetivando definir o procedimento para registro de entidades governamentais e não governamentais em cumprimento ao parágrafo único do artigo 90 e artigo 91 da Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e Adolescente – ECA) e dos artigos 6º, parágrafo XII e XIII da Lei Municipal nº 092/2014 de 27 de agosto de 2014.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DO REGISTRO DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS (Art. 90, parágrafo único, da Lei n.º 8.069/90)

Art. 1º. As entidades governamentais e não governamentais que desenvolvem programas e projetos de atendimento à criança e ao adolescente deverão se registrar no CMDCA, a fim de permitir suas atividades e possibilitar habilitações diversas.

§ 1º. Todas as entidades governamentais e não governamentais em funcionamento no Município deverão, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da publicação desta resolução, regularizar ou providenciar seus registros no CMDCA.

§ 2º. O registro será negado às entidades que não se enquadrem no estabelecido nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do parágrafo único do art. 91, da Lei Federal nº 8.069/90.

§ 3º. Depois de decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior, sem que a entidade tenha providenciado o respectivo registro, será considerado seu funcionamento irregular, nos termos do art. 91, caput, da Lei n. 8.069/90, sendo informadas pelo CMDCA as autoridades competentes para as medidas legais cabíveis.

Art. 2º. Para pleitear o registro no CMDCA, deverão as entidades governamentais apresentar as seguintes documentações:

- I- Ofício assinado pelo representante legal, juntamente com sua portaria de nomeação, solicitando o registro e ou a renovação do registro;
- II- Decreto /documento de criação do órgão ou secretaria, no Município
- III- Programa de trabalho
- IV- Relatório das ações realizadas no ano anterior, se a entidade estiver funcionando há mais de 01 (um) ano.
- V- Ficha cadastral anexo I.

Art 3º. Para pleitear o registro no CMDCA deverão as entidades não governamentais apresentar os seguintes documentos:

- I – Requerimento dirigido à Presidência do CMDCA.
- II – Estatuto registrado em Cartório.
- III – Ata da eleição da atual Diretoria.
- IV – Balanço Patrimonial e demonstração do resultado do exercício.
- V – Projeto político-pedagógico e/ou plano de ação da Instituição.
- VI – Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- VII – Relatório das ações realizadas no ano anterior, se a entidade estiver funcionando há mais de 01 (um) ano.
- VIII - Relação de funcionários e pessoas inscritas ou envolvidas nos programas, inclusive voluntárias.

§ 1º. O prazo de validade do registro concedido será de 02 (dois) anos, podendo ser renovado sucessivamente por igual período e/ou a qualquer tempo.

§ 2º. As entidades governamentais e não governamentais a fim de manterem seus registros, deverão apresentar até o mês de Abril de cada exercício, o Relatório de Ações do exercício anterior, e todos os documentos constantes dos incisos acima, passíveis de renovação.

Art. 4º. O CMDCA, de acordo com sua competência e atribuições, elaborará normativas referentes ao funcionamento das entidades de acordo com a faixa etária em consonância com a legislação vigente.

Art. 5º. Esta resolução entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando-se os procedimentos anteriores referentes aos registros, bem como todas as disposições em contrário.

Água Doce, 14 de abril de 2016.

SILVANA APARECIDA DO NASCIMENTO CAVALLI
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 002/2016 CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 002/2016/CMDCA

Estabelece o procedimento e os requisitos para Inscrição dos Programas de Entidades Governamentais e Não governamentais, com base na Lei Federal nº 8.069/90 e Lei Municipal nº 92/2014 de 27 de agosto de 2014.

A Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, de Água Doce no uso de suas atribuições legais, objetivando definir o procedimento para a inscrição de programas de entidades governamentais e não governamentais, em cumprimento ao parágrafo único do artigo 90 e artigo 91 da Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e Adolescente – ECA) e dos artigos 6º, parágrafo XIII Lei Municipal nº 92/2014 de 27 de agosto de 2014.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DA INSCRIÇÃO DOS PROGRAMAS DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS (Art. 90, parágrafo único, da Lei n. 8.069/90)

Art. 1º. As entidades governamentais e não governamentais que desenvolvem atividades de atendimento à criança e ao adolescente deverão inscrever seus programas no CMDCA, nos termos do art. 90, parágrafo único, da Lei n. 8.069/90, especificando em qual(is) do(s) seguintes Regimes de Atendimento, se enquadra observadas as disposições:

- I - orientação e apoio sócio-familiar;
- II - apoio sócio-educativo em meio aberto;
- III - colocação familiar;
- IV – acolhimento institucional;
- V – prestação de serviços à comunidade;
- VI – liberdade assistida
- VII - semiliberdade;
- VIII – internação.

Art. 2º. Para inscrição do programa de atendimento, deverá a entidade governamental ou não governamental providenciar os seguintes documentos:

- I – Requerimento solicitando inscrição.
- II- Proposta pedagógica/sócio-educativa do programa, indicando o Regime de Atendimento.
- III – Comprovante de que o local em que será desenvolvido o programa ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança.
- IV- Programas em desenvolvimento no ano vigente.
- V- Relação de funcionários e pessoas inscritas ou envolvidas nos programas, inclusive voluntárias.

§ 1º – Na hipótese prevista no item III deste artigo, tal comprovação dar-se-á por intermédio de Alvará do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, ou, alternativamente, declaração emitida por qualquer desses Órgãos relacionando as características do local, cuja avaliação da presença ou não das condições de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança será realizada pelos órgãos competentes.

§ 2º – A ressalva prevista no parágrafo anterior quanto a necessidade dos alvarás do Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária terá validade de 1(um)ano, decorrido o qual, será obrigatória a apresentação, pelas entidades, dos referidos documentos.

CAPÍTULO II

DOS REQUISITOS PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

Art. 3º. A entidade deve manter em seus arquivos as fichas de identificação, acompanhamento e registro de saúde das crianças e adolescentes com seus dados pessoais, devidamente atualizados.

Art. 4º. O planejamento das atividades da entidade deve ser de conhecimento das crianças, adolescentes e/ou familiares, bem como esta deverá usar de meios que favoreçam a circulação de informações relacionadas aos critérios de participação em seus programas e projetos.

Art. 5º. A entidade deve respeitar e promover os direitos das crianças e adolescentes, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, considerando os aspectos de desenvolvimento dos programas de acordo com as faixas etárias, privilegiando as atividades de caráter sócio-educativas e aquelas que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Art. 6º. O número de crianças e adolescentes atendidos deve ser dimensionado de acordo com a especificidade de cada programa, observando a legislação vigente.

Art. 7º. A entidade agirá conforme os limites de sua responsabilidade e atuará de forma articulada com os órgãos competentes, estando obrigada a comunicar situações que exijam ações que extrapolem os seus limites de atuação.

Art. 8º. O(s) espaço(s) onde será(ão) desenvolvida(s) a(s) atividade(s) deverá(ão) ser projetado(s) de acordo com a projeto político pedagógico da Entidade e proposta pedagógica do programa, a fim de favorecer o desenvolvimento das crianças e/ou adolescentes, respeitando suas individualidades, necessidades, habilidades e capacidades.

Art. 9º. Para melhorar a qualidade do atendimento prestado, a entidade deverá empenhar-se no planejamento e/ou execução de obras necessárias e atividades de caráter sócio educativo.

Art. 10º. Deverá ser realizada a vistoria periódica, por órgãos competentes (Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiro), de todo imóvel destinado ao atendimento de crianças e adolescentes.

Art. 11º. O imóvel deverá apresentar condições adequadas de localização, considerando facilitar o acesso daqueles que atende, garantindo a segurança, salubridade, saneamento e higiene, com previsibilidade de acessibilidade aos portadores de deficiência.

Art. 12º. Os espaços internos deverão atender às diferentes funções da entidade e do(s) programa(s) ou serviços desenvolvidos, devendo ter uma estrutura física básica de acordo com a especificidade de cada programa, observando a legislação vigente.

Art. 13º. A entidade armazenará, com segurança, produtos de limpeza, remédios ou qualquer outro considerado tóxico ou cujo acesso por crianças e/ou adolescentes não seja indicado.

Art. 14º. O cardápio da entidade, nos casos em que seja oferecida alimentação ao seu público, será planejado de acordo com as normas adequadas de nutrição e o desenvolvimento biofísico de cada faixa etária, mantendo os alimentos acondicionados em conformidade com a legislação.

Art. 15º. A coordenação e supervisão dos programas e projetos da entidade, deverão ser exercidas por pessoa idônea e com formação em serviço social, pedagogia ou com formação e ou especialização na área social.

Parágrafo Único. As entidades deverão enviar esforços para manter em seus programas o apoio de profissionais, necessários para viabilização das atividades desenvolvidas, tais como: psicólogos,

médicos, dentistas, assistentes sociais, advogados, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, nutricionistas e outros, mesmo em caráter de voluntariado, ou funcionários da rede pública de saúde, educação ou assistência social.

Art. 16º. Não será permitida nenhuma prática violenta por parte de nenhum dos envolvidos no atendimento direto ou indireto das crianças, adolescentes e suas famílias.

Art. 17º. Após acolhimento do registro da entidade, o CMDCA deverá comunicar a Autoridade Judiciária, Ministério Público e ao Conselho Tutelar, nos termos do art. 90, parágrafo único, e do art. 95, ambos da Lei n. 8.069/90.

Art. 18º. O CMDCA, de acordo com sua competência e atribuições, elaborará normativas referentes ao funcionamento das entidades de acordo com a faixa etária em consonância com a legislação vigente.

Art. 19º. Esta resolução entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando-se os procedimentos anteriores referentes às inscrições, bem como todas as disposições em contrário.

Água Doce, 14 de abril de 2016.

SILVANA APARECIDA DO NASCIMENTO CAVALLI
Presidente CMDCA

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO FMAS N. 002-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 002/2016

A Gestora do FMAS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do artigo 48 da Lei Complementar 147 de 07/08/2014, para Aquisição de material de expediente para uso no Conselho Tutelar, pago com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 02/05/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 15 de abril de 2016.
Rozane Maria Provin - Gestora FMAS

EXTRATO AVISO PREGÃO FMAS N. 003-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 003/2016

A Gestora do FMAS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do artigo 48 da Lei Complementar 147 de 07/08/2014, para Registro de Preço visando a Aquisição de materiais diversos (maquina de relógio, jogos, tela de pintura, chinelo de dedo, TNT, EVA, Tinta PVA, Tecido, Agulha etc.) para o desenvolvimento de atividades/trabalhos desenvolvidos nas oficinas oferecidas pelo Centro de Referencia de Assistência Social – CRAS, durante um período de 12 meses após a homologação do processo. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:00 horas do dia 02/05/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 15 de abril de 2016.
Rozane Maria Provin - Gestora FMAS

EXTRATO AVISO PREGÃO FMAS N. 004-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 004/2016

A Gestora do FMAS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do artigo 48 da Lei Complementar 147 de 07/08/2014, para Aquisição de material de expediente para uso nas salas do CRAS, pago com recursos do superávit do CRAS. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:00 horas do dia 03/05/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 15 de abril de 2016.
Rozane Maria Provin - Gestora FMAS

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 038/2016; Modalidade: Pregão Presencial nº 027/2016; Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem como objeto a aquisição de um veículo de Passeio - transporte de equipe 05 (cinco) pessoas, zero quilômetro, na Cor Branca, Ano/Modelo 2016/2016, relacionado a proposta n.º 08585.935000/1140-01, firmada com a União, por intermédio do Ministério da Saúde, através do Fundo Nacional de Saúde e o Fundo Municipal de saúde do Município de Antônio Carlos/SC, para Unidade Básica de Saúde, garantindo o acesso e a ampliação de serviços da atenção básica de saúde. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 03 de maio 2016 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-8617 ou (48) 3272-8618, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 14 de abril de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

PORTARIA N 165/2016

PORTARIA Nº 165/2016

Exonera cargo Comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, IRANI HIPOLITO DA SILVA, do Cargo Comissionado de COORDENADOR DE SAUDE, a contar de 14 de abril de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de abril de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 15 de abril de 2016.

PORTARIA N 166/2016

PORTARIA Nº 166/2016

Nomeia para o cargo Comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, IRANI HIPOLITO DA SILVA, pra o Cargo Comissionado de PROCURADOR JURIDICO, a contar de 14 de abril de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de abril de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 15 de abril de 2016.

PORTARIA N 167/2016

PORTARIA Nº 167/2016

Nomeia servidor para cargo efetivo

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, BERENICE TEREZINHA MULLER RICHARTZ, para o cargo efetivo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA (PEDAGOGIA 40H), a partir de 15 de abril de 2016, para atuar na Secretaria de Educação e Cultura, passando a fazer parte do Quadro de Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de Antonio Carlos

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de abril de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 15 de abril de 2016.

PORTARIA N 168/2016

PORTARIA Nº 168/2016

Admite ACT

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir em caráter temporário, VERÔNICA PAUZER, para o cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA (PEDAGOGIA 40H), para atuar na Secretaria de Educação e Cultura, a partir de 15 de abril de 2016 a 16 de dezembro de 2016 como segundo professor.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de abril de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 15 de abril de 2016.

Arabutã

PREFEITURA

PORTARIA 124/2016

PORTARIA Nº. 124/2016

ALTERA TERMOS DE PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR os termos, da portaria nº253 de 03 de junho de 2013 no que se refere ao servidor WOLCY CARLOS KORB, inscrito no CPF-MF sob nº. 430.529.839-20, ocupante do cargo de Provisão Comissão de Coordenador de Esportes, passando a ocupar o cargo em comissão de Diretor de Esportes.

Art.2º Revogadas as disposições ao contrário esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arabutã/SC,
14 de abril de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sontag
Responsável pela publicação.

PORTARIA 125/2016

PORTARIA Nº 125/2016

NOMEIA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir do dia 15 de abril de 2016, com base na Lei Complementar nº 123 de 01 de março de 2013 conforme anexo I "D", ANELY GROSS KIEKOW, inscrito no CPF-MF sob nº 446.588.269-68 , para exercer o cargo em comissão de Gerente de Assistência Social.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 14 de abril de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação.

PORTARIA 126/2016

PORTARIA Nº 126/2016

NOMEIA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir do dia 15 de abril de 2016, com base na Lei Complementar nº 123 de 01 de março de 2013 conforme anexo I "D", MARLON TADEU TIEMANN, inscrito no CPF-MF sob nº 069.691.849-86 , para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Esportes.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 14 de abril de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação.

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0002/2016 - CHAPIMEC CHAPEAÇÃO E MECÂNICA LTDA ME

CONTRATO Nº 002/2016 QUE FAZEM ENTRE SI O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA CHAPIMEC – CHAPEAÇÃO E MECÂNICA LTDA - ME
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2016.
TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2016.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede a Rua Francisco Nava, 157 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Gestor do Fundo o Senhor TARCÍSIO LIDANI, brasileiro, casado, portador do CPF sob nº 613.139.809-78 e CI sob nº 2.111.407, residente e domiciliado na Rua Albano Gemeli nº 98, Centro de Arroio Trinta – SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa, CHAPIMEC CHAPEACAO E MECANICA LTDA ME empresa privada, com CNPJ sob nº 13.650.870/0001-58, com endereço na Rua Felix Antônio Spricigo, 612, Barração nº 02, Centro, Arroio Trinta - SC, neste ato pelo Senhor FERNANDO TASCÁ, brasileiro, solteiro, sócio Administrador, Portador do CPF sob nº 0006.564.329-18 e CI sob nº 3.989.979, residente e domiciliado na Rua Videira, 401, Centro Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94 e alterações posteriores, atendidas a Cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira – A contratada se obriga a prestar os serviços de CHAPEAÇÃO COMPLETA (PEÇAS, PINTURA, SOLDA E MÃO DE OBRA) PARA A AMBULÂNCIA DUCATO, PLACA MGW 1266 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, conforme Tomada de Preços nº 0001/2016, que, com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

Cláusula Segunda – O objeto deste contrato, deverá ser realizado na oficina da Empresa vencedora, isto é, na Empresa CHAPIMEC CHAPEACAO E MECANICA LTDA ME, por preço, conforme descrição do Processo Licitatório acima descrito.

Cláusula Terceira – Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$ 13.768,00 (TREZE MIL SETECENTOS E SESENTA E OITO REAIS), sendo que o valor de R\$4.500,00(QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS) refere-se a peças) R\$3.000,00(TRÊS MIL REAIS)) corresponde a pintura e solda e R\$6.268,00 (SEIS MIL DUZENTOS E SESENTA E OITO REAIS) a serviços de mão-de-obra, com base nos preços apresentados na licitação.

Cláusula Quarta – O prazo de fornecimento ora contratado é de 28 (vinte e oito) dias da homologação da licitação e assinatura do Contrato, ou seja, de 31 DE MARÇO DE 2016 a 27 de abril de 2016, podendo ser renovado através de Termo Aditivo, conforme determina a Lei e se houver interesse de ambas as partes.

Cláusula Quinta – A Despesa deste Contrato correrá a conta dos elementos de despesa do orçamento relativo ao exercício de 2016, conforme segue:

111 - 2 . 3001 . 10 . 301 . 9 . 2.17 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

Parágrafo único – O pagamento será feito por transferência bancária, em até 05 (cinco) dias após a entrega do veículo, mediante

nota fiscal e ou fatura, apresentada na tesouraria da Prefeitura.

Cláusula Sexta – É de inteira responsabilidade da Empresa vencedora, a entrega do veículo Ducato pronto para uso.

§ 1º – O veículo Ducato deverá ser entregue Adesivado.

§ 2º - A entrega deverá ser feita na Secretaria Municipal de Saúde com o Senhor Tarcisio Lidani, sendo que o mesmo fará o recebimento e a conferência.

§ 3º - A Contratante assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do transporte do veículo, aparelhos e equipamentos necessários à boa e perfeita entrega. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus funcionários, prepostos e ou subordinados.

Cláusula Sétima – A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único – A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados e às suas consequências e implicações, próximas ou remotas, ou seja, os serviços especificados no Edital e as peças a serem substituídas deverão ser de primeira linha.

Cláusula Oitava - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

Cláusula Nona – A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

Cláusula Décima – O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba à Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

Cláusula Décima Primeira – O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

Cláusula Décima Segunda – A Contratada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes dos serviços descritos no Edital. É de responsabilidade da proponente vencedora os aparelhos e equipamentos necessários à boa e perfeita entrega. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º – Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada sob pena de multa.

§ 2º – A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 3º – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos

assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º – A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Terceira – Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

Cláusula Décima Quarta – O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira – SC, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03(três) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 31 de março de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA
CNPJ 10.479.381/0001-97
TARCISIO LIDANI
Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta
Contratante

CHAPIMEC CHAPEACAO E MECANICA LTDA
CNPJ nº 13.650.870/0001-58
FERNANDO TASCA
CPF nº 0006.564.329-18
Contratada

TESTEMUNHAS:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
CPF Nº 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE
CPF Nº 027.783.989-02

CONTRATO Nº 0002/2016 - FMS
OBJETO: CHAPEAÇÃO COMPLETA (PEÇAS, PINTURA, SOLDA E MÃO DE OBRA) PARA A AMBULÂNCIA DUCATO, PLACA MGW 1266
CONTRATADA: CHAPIMEC CHAPEAÇÃO E MECÂNICA LTDA
VALOR: R\$13.768,00
PRAZO: 28 DIAS

CONTRATO Nº 0017/2016 - IVONETE BOSA SCHULLER

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS- Nº 0017/2016

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua XV de Novembro, 26, centro, inscrito no CNPJ sob nº 82.826.462.0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a senhora IVONETE BOSA SCHULLER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Delvinio Manenti nº 225, Centro do Município de Arroio Trinta, portadora do CPF sob nº 868.605.939-20 e CI 2.970.080-9, de agora em diante denominada Contratada,

normas legais aplicáveis à matéria, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, o qual se regerá pelas cláusulas abaixo da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é a prestação dos serviços ATRAVÉS DE CURSO DE TRICÔ E BARBANTE, que será oferecido pelo CRAS, para as famílias que participam dos Programas Sociais (BPC – Benefício de Prestação Continuada e PBF – Programa Bolsa Família) e famílias em situação de vulnerabilidade. A professora deverá ensinar a confeccionar luvas, cachecóis, tapetes de barbante, entre outros. A mesma professora deverá ministrar os dois cursos, quais sejam tricô e barbante. Horas/aula: 04 horas/semanais. Dias da Oficina TRICÔ: terça-feira, período noturno, horário das 19h:00m às 21h:00m (duas horas).

BARBANTE: quinta-feira, período noturno, horário das 19h:00m às 21h:00m (duas horas).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará ao Contratado o valor total de R\$ 3.800,00(TRÊS MIL E OITOCENTOS REAIS), valor este dividido em 8(oito) parcelas de R\$ 447,00(QUATROCENTOS E QUARENTA E SETE REAIS) e UMA PARCELA DE R\$ 224,00(duzentos e vinte e quatro reais), referente 15 dias do mês de março de 2016. O pagamento será efetuado até o 5º dia útil de cada mês, mediante apresentação de relatório de número de aulas e quantidade de alunos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O prazo do presente Contrato terá duração de 8(oito) meses e 15(quinze) dias, ou seja de 15 de março de 2016 a 30 de novembro de 2016.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DOTAÇÕES

As despesas decorrentes com a execução do presente Contrato serão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal de 2016.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, desde que presente o interesse público.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem certos e ajustados, fazem o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que a tudo assinam.

Arroio Trinta - SC, 15 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

IVONETE BOSA SCHULLER
CPF 868.605.939-20
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

TARCÍSIO LIDANI
CPF: 613.139.809-78

CONTRATO Nº 0017/2016

CONTRATADA: IVONETE BOSA SCHULLER

OBJETO: OFICINAS DE TRICÔ E BARBANTE PARA MULHERES BENEFICIADAS PELO PROGRAMA DA BOLSA FAMÍLIA, DO CRAS.

VALOR: R\$447,00 MENSAIS DE 15 DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

CONTRATO Nº 0018 2016 - SIMONE APARECIDA FERNANDES TEIXEIRA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS- Nº 0018/2016

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua XV de Novembro, 26, centro, inscrito no CNPJ sob nº 82.826.462.0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a senhora SIMONE APARECIDA FERNANDES TEIXEIRA, brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada na Rua Galdino Nezi s/n, Porão dos Correios, Centro do Município de Arroio Trinta, portador do CPF sob nº 052.685.129-51 e CI sob nº 4.329.777, de agora em diante denominada CONTRATADA, normas legais aplicáveis à matéria, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, o qual se regerá pelas cláusulas abaixo da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é a prestação dos serviços ATRAVÉS DE OFICINAS DE BISCUIT/ARTESANATO, oferecido pelo CRAS, para as famílias que participam dos Programas Sociais (BPC – Benefício de Prestação Continuada e PBF – Programa Bolsa Família) e famílias em situação de vulnerabilidade. A professora deverá ensinar as crianças a confeccionar trabalhos manuais. Horas/aula: 06 horas/semanais. Dias da Oficina Terça-feira, período matutino, horário das 9h:00m às 11h:00m (duas horas) Quarta-feira, período vespertino, horário das 14h:00m às 16h:00m (duas horas) Quinta-feira, período vespertino, horário das 14h:00m às 16h:00m (duas horas).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará ao Contratado o valor total anual de R\$5.355,00(CINCO MIL TREZENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS) dividido em 8(oito) parcelas de R\$630,00(SEISCENTOS E TRINTA REAIS), E UMA PARCELA DE R\$315,00(TREZENTOS E QUINZE REAIS), referente mês 15 dias do mês de março/2016. O pagamento será efetuado até o 5º dia útil de cada mês, mediante apresentação de relatório de número de aulas e quantidade de alunos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O prazo do presente Contrato terá duração de 08(oito) meses e quinze dias, ou seja de 15 de março de 2016 a 30 de novembro de 2016.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DOTAÇÕES

As despesas decorrentes com a execução do presente Contrato, serão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal de 2016.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, desde que presente o interesse público.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por assim estarem certos e ajustados, fazem o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que a tudo assinam.

Arroio Trinta - SC, 15 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

SIMONE APARECIDA FERNANDES

CPF 052.685.129-51

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

TARCÍSIO LIDANI

CPF: 613.139.809-78

CONTRATO Nº 0018/2016

CONTRATADA: SIMONE APARECIDA FERNANDES

OBJETO: OFICINAS DE BISCUIT PARA ALUNOS DO CRAS

VALOR: R\$630,00 MENSAIS

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 72/2016

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato nº 72/2016 ref. Dispensa de Licitação n. 38/2016

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Central de pesquisas e Marketing Ltda – EPP

CNPJ: 83.102.772/0001-60

Objeto: Serviços de elaboração de avaliação administrativa, com o objetivo de identificar o grau de satisfação e insatisfação da população em relação aos serviços prestados pela Administração Municipal, a fim de oferecer a esta subsídios concretos para aperfeiçoar os bons serviços e corrigir os deficientes.

Valor: total de R\$ 4.000,00.

Vigência: até 31/12/2016

Ascurra, 15 de abril de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 73/2016

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato nº 73/2016 ref. Pregão n. 31/2016

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Telefônica Brasil S.A.

CNPJ: 02.558.157/0001-62

Objeto: Prestação de serviços de telefonia móvel pessoal, para 20 (vinte) acessos individuais com o fornecimento dos aparelhos para ligações em todo território nacional, no sistema plano governo, com tecnologia GSM, habilitação, assinatura e com portabilidade, facilidades e comunicação de dados, com cobertura de sinal no Município de Ascurra, que atenda com sinal em no mínimo 80% (oitenta por cento) do território do Município de Ascurra, para ligações locais e de longa distância, para telefones da mesma operadora, fixos e demais operadoras.

Valor: total de R\$ 9.603,00

Vigência: até 31/12/2016

Ascurra, 15 de abril de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PORTARIA 123/2016

PORTARIA N.º 123/2016

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 099/2015, considerando o que consta no Processo nº 006/2016/SED, RESOLVE deferir o pedido de ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA, formulado pelo servidor CÁSSIO ADELINO SIMÕES, brasileiro, maior, portador da C.I. Nº 3.457.462 SSP-SC e CPF nº 028.798.569-57, ocupante do cargo efetivo de Professor Nível 3, Referência E, com carga horária 40 (Quarenta) horas semanais, lotado na Escola Professora Francisca Borba, para 30 (trinta) horas semanais na Escola Professora Francisca de Borba, retroagindo os seus efeitos a partir de 01 de março de 2016.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneárias Piçarras (SC), 18 de março de 2016.

Leonel José Martins
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO CV Nº. 030/PMBR/2016

DESPACHO DO SR. PREFEITO MUNICIPAL PARA REVOGAÇÃO DO EDITAL DE CONVITE Nº. 030/PMBR/2016, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DO RAMO PERTINENTE PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE RECAPEAMENTO DA RUA MATRIZ (LOTE 01), RECAPEAMENTO DA RUA LAGUNA (TRECHO 02) (LOTE 02), INTERVENÇÃO NO PAVIMENTO DA AVENIDA LEOBERTO LEAL (LOTE 03), EXECUÇÃO DE PASSAGEM DE PEDESTRES E LOMBADA NA RODOVIA JORGE FORTULINO (LOTE 04) E SERVIÇOS DE TAPA BURACOS (LOTE 05), NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, Sr. Décio Gomes Góes, ao analisar a ata do processo licitatório acima, determinou com base no artigo 49 da Lei 8666/93, a REVOGAÇÃO DO EDITAL DE CONVITE Nº. 030/PMBR/2016. Por estes motivos, fica revogada a licitação, devendo ser publicado o extrato de revogação do presente edital, por interesse público relevante, vontade administrativa e pelo bem do serviço público, face à impossibilidade de continuidade dos trabalhos.

Balneário Rincão, 14 de Abril de 2016.

DECIO GOMES GOES

PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCÃO

PORTARIA GP Nº 006/2016

PORTARIA GP Nº 006/2016 de 07 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 84, inciso VI, em conformidade com a Lei Complementar nº 01/2013, Resolve:

REVOGAR a portaria de exoneração nº 03/2016 de 01 de abril de 2016, reconduzindo ao cargo de diretor presidente do SAMAE do Município de Balneário Rincão, o Sr. OLÍRIO JOSÉ LINO, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 077.410.309-49, RG nº 234.952.

Balneário Rincão, 07 de abril de 2016.

Publicada no Paço Municipal em 07 de abril de 2016.

Décio Gomes Góes

Prefeito Municipal

Barra Bonita

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 27/2016

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2016

OBJETO: Locação de imóvel objetivando a guarda de veículo da Administração Municipal na comunidade de Linha Treze de Maio.

FORNECEDOR: SIRLEI FAVERO CETOLIN

Endereço: Rua Columbia, 330, Bairro São Luiz, São Miguel do Oeste/SC

CPF: 526.047.139-34

Valor Contratado: R\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais).

RAZÃO DA ESCOLHA DO LOCAL E FORNECEDOR

O fornecedor escolhido deu-se em razão de ter o melhor imóvel para ser locado, o qual orçou em R\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais)

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O preço está dentro da realidade sendo o praticado no mercado regional.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 101, DE 14 DE ABRIL DE 2015. CONCEDE GRATIFICAÇÃO FUNCIONAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

PORTARIA N.º 101, de 14 de abril de 2015.

Concede Gratificação Funcional e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com o Artigo 68 da Lei Complementar 049, de 08 de novembro de 2013, bem como os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município;

Resolve,

Art.1º. Fica concedido Gratificação Funcional a servidora Sirlei Bernat, matrícula nº111302, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo no valor de R\$150,00 (cento e cinquenta reais), para integrar \ Comissão de Levantamento e Reavaliação dos bens móveis do Patrimônio Público do município de Barra Bonita, conforme Decreto nº723/2014 de 24 de novembro de 2014.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01.04.2016.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 14 de abril de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIAN.º098, DE 14 DE ABRIL DE 2016. "DESIGNA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

PORTARIA N.º098, de 14 de abril de 2016.

"Designa servidora e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o art.19, da Lei Complementar nº038/2011.

Resolve;

Art. 1º - Fica designada a servidora, Sirley Maria Zanin Trevisan, matrícula nº199.6-2, ocupante do Cargo de Professora, Anexo II, Grupo I, nível III, do Quadro de Pessoal do Magistério, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, para desempenhar a função Assessor Pedagógico junto a secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, com carga horária de 40 horas semanais sob o regime estatutário e com vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario, em especial a Portaria nº 326 de 10 de dezembro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 14 de abril de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

Servidor Responsável

PORTARIA N.º100, DE 14 DE ABRIL DE 2016. REVOGA GRATIFICAÇÃO FUNCIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

PORTARIA N.º100, de 14 de abril de 2016.

Revoga Gratificação funcional e dá outras Providencias

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve,

Art. 1º - Fica revoga a Gratificação Funcional do servidor Maximino da Silva Dias, ocupante do cargo de Motorista, concedida pela Portaria nº009/2016, por não ser mais integrante da comissão de licitação e apoio ao Pregoeiro e Leiloeiro.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 14 de abril de 2016.

Darci Joao Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

PORTARIA N.º99, DE 14 DE ABRIL DE 2016. "REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA N.º99, de 14 de abril de 2016.

"Reduz carga horária de servidora e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 038/2011, de 01 de dezembro de 2011.

Resolve;

Art. 1º - Reduz temporariamente a carga horária da Servidora, Sirley Castaman, ocupante do Cargo de Professora, Anexo III, Grupo I, nível III, do Quadro de Pessoal do Magistério, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 20 horas semanal, para 15 horas semanais com exercício na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01.01.2016.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 14 de abril de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 097, DE 13 DE ABRIL DE 2016. "CONCEDE DIÁRIA, ADIANTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA Nº 097, de 13 de abril de 2016.

"Concede diária, adiantamento e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 1,5 (uma e meia) diárias ao Senhor Luiz Antonio Zaccaron, Matrícula nº 15402, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 181,50 (cento e oitenta e um reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Lages/SC, conforme Memorando Nº016/2016 e Roteiro de Viagem nº06/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Lages/SC, conforme Memorando nº015/2015, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 13 de abril de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

31º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO – 01/2012 1ª FASE E 2ª FASE - COMPROVAÇÃO DE REQUISITOS E EXAMES MÉDICOS

31º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO – 01/2012
1ª fase e 2ª fase - Comprovação de Requisitos e Exames Médicos

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação de regularidade pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretaria de Administração e Finanças, a 31ª convocação para comprovação dos requisitos e Exames Médicos da 1ª e 2ª fase, do Concurso Público, conforme item 9.2, do Edital nº. 01/2012, para os seguintes cargos:

PREFEITURA

Nível Superior na Área de Saúde

Enfermeiro

Psicólogo

Nível Fundamental

Auxiliar Administrativo

1. DA HABILITAÇÃO

1.1 Se submeterão à Comprovação de Requisitos, os candidatos relacionados no item 6.1, que deverão apresentar os seguintes documentos:

- Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;
- Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos) ou Cópia Autenticada do Título de Eleitor, acompanhada de Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE;
- Cópia do Cadastro de Pessoa Física ou Comprovante de Inscrição no CPF, emitido pela Receita Federal do Brasil;
- Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);
- Cópia autenticada em cartório ou original da Certidão de Nascimento ou Casamento atualizada (conforme o caso), com menos de 90 (noventa) dias;
- Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);
- Exibição da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;
- Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo/categoria profissional/especialidade, conforme discriminado no Edital do Concurso Público 001/2012 (disponível em www.consulplan.net), e respectivo registro no conselho de classe, quando exigido;
- Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, bem como documentos comprobatórios da experiência profissional, conforme o caso, de acordo com o especificado no Edital do Concurso Público 001/2012 (disponível em www.consulplan.net);
- Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;
- Certidões de antecedentes criminais, da justiça comum estadual e da justiça federal, da circunscrição onde reside o candidato e da circunscrição do Estado de Santa Catarina (caso o candidato não resida em Santa Catarina);
- declaração de não acumulação de cargos públicos, inclusive

função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88.

n) Para os cargos de motorista, cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação, comprobatória da categoria de habilitação exigida no Edital do Concurso Público 001/2012 (disponível em www.consulplan.net);

1.2 A Comprovação de Requisitos tem caráter eliminatório, devendo os candidatos apresentarem todos os documentos acima relacionados na data e local determinados no presente Edital, sob pena de eliminação.

2. DOS EXAMES MÉDICOS

2.1 Todos os candidatos devem apresentar, junto ao Exame-médico Pré-Admissional, emitido por Médico do Trabalho, com a informação de "apto", os seguintes exames (realizado com prazo máximo de 60 dias):

- hemograma completo,
- contagem de plaquetas,
- parcial de urina,
- creatinina,
- uréia,
- sorologia para lues,
- glicemia de jejum,
- exame radiológico do tórax 2 posições – P + PA,
- esquema anti-tetânico em dia ou iniciado na ocasião;
- vacina anti-rubéola.

2.1.1 Para candidatas do sexo feminino deverá ser acrescido Exame Ginecológico (realizado no prazo máximo de 12 meses) ou comprovante em andamento (coleta e resultado).

2.1.2 Para candidatos do sexo masculino, com mais de 40 (quarenta) anos, deverá ser acrescido o Preventivo Prostático (realizado no prazo máximo de 12 meses).

2.2 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 35 anos, deverá ser acrescidos eletrocardiograma com laudo médico (com prazo máximo de 30 dias).

2.3 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 40 anos, deverá ser acrescidos Colesterol Total e Triglicerídeos (com prazo máximo de 30 dias).

2.4 Para os candidatos de ambos os sexos aos cargos de professores de educação física e cargos com função de Cozinheira, Zelador, Pedreiro, Carpinteiro, Eletricista, Auxiliar de Serviços Gerais, Motorista, Operador de Máquinas, Mecânico, Soldador, Vigia, Coveiro, Calceteiro, Roçador, Padeiro serão acrescidos exames radiológicos da coluna lombo-sacra e bacia (com prazo máximo de 30 dias).

2.5 Para os candidatos, de ambos sexos, aprovados para os cargos de Professor, serão acrescidos os seguintes exames:

- Laringoscopia indireta com laudo descritivo ou videolaringoscopia,
- Exame audiométrico;
- Exames de Sangue (RAST) para detecção de alergias;
- IGE Total,
- HX2 (ácaro, pó domiciliar);

- NX2 (fungus e leveduras),

2.6 Não serão aceitos resultados de exames emitidos pela internet sem assinatura digitalizada, fotocopiados ou por fax. Na inspeção médica poderão ser exigidos exames e testes complementares considerados necessários para sua conclusão.

Deverão os candidatos, ainda, apresentar:

3. Declaração de bens, com indicação das fontes de renda ou cópia da Declaração do IRRF, relativa ao último exercício ;

4. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, nos termos do ANEXO VI, inciso II, item 7, da Instrução Normativa nº TC-11/2011;

5. DO LOCAL E DATA DE APRESENTAÇÃO

Os candidatos relacionados no item 6.1, deverão se apresentar no dia 13 de maio de 2016, no horário das 14h às 17h, na Secretaria de Administração e Finanças, sito a Av. Gov. Celso Ramos, n. 200, Centro, Barra Velha – SC, munido de todos os documentos relacionados nos itens 1, 2, 3 e 4 conforme a programação abaixo estabelecida:

6. DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

6.1 Ficam convocados para a Comprovação de Requisitos acima elencados, os candidatos a seguir relacionados:

DIA 13 DE MAIO DE 2016, DAS 14H ÀS 17H

PREFEITURA

Nível Superior

Nível Superior na Área de Saúde

Enfermeiro

43º Sheila Godinho Da Rocha Trombini

44º Benoni Sidinei Brizolla

45º Valdes Pereira Ferreira

46º Fernanda Suhr

47º Robinson Vinicius Teixeira

48º Luciele Rosa Andriolli

Psicólogo

15º Priscila Zimmer

Nível Fundamental

Auxiliar Administrativo

76º Alexandra Moser

77º Paulo De Fatima Vieira

78º José Ricardo Balestrin Sartor

79º Wilson Below Junior

80º Daniel Alves Vieira

81º Silvano Buzynski

82º Dulceleia Da Rosa Malheiros

83º Tania Regina Rodrigues Da Silva

84º Aline Lucila De Vargas Post

85º Alexandra Vanessa De Macedo

86º Karina Denk

87º Weliton Nivaldo Alves

88º Laís Peres

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 Os candidatos convocados para esta fase deverão comparecer no local indicado munidos de todos os documentos listados nos itens 1 e 2. Não serão recebidos os documentos de forma parcial dentro do prazo de convocação deste Edital.

7.2 O Resultado Preliminar, desta fase do Concurso Público, será publicado no site www.barravelha.sc.gov.br e DOM – Diário Oficial dos Municípios – www.diariomunicipal.sc.gov.br.

7.3. Caberá recurso do Resultado Preliminar, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação do resultado, mencionado no subitem anterior.

7.4. Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 01/2012, que normatiza o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra Velha/SC.

7.5 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público constituída para este fim, assessorados pela Consulplan.

7.6 A presente convocação poderá ser atendida, por procurador munido de Procuração Pública, específica para o seguinte ato: – apresentar documentos que comprovem os requisitos exigidos pelo Município de Barra Velha, na 1º e 2ª fase, do Concurso Público previsto no Edital 01/2012, com poderes específicos para tomar ciência da eliminação do concurso público.

7.7 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 13 de abril de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

RUI JOSÉ MACHADO JÚNIOR
Secretário Mun. Adm. e Finanças

AVISO DE REVOGAÇÃO PP 028/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO

Processo Administrativo nº 037/2016 - Pregão Presencial nº 028/2016

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por LOTE para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 15/04/2016 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 15/04/2016 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 14 de abril de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito.

ERRATA 001/2016 PP 010/2016 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 018/2016 - Pregão Presencial nº 010/2016

AVISO DE ERRATA 001

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por LOTE para Aquisição de materiais esportivos, uniformes e bandeiras, para as atividades da Fundação de Turismo, Esporte e Cultura do Município. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 29/04/2016 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 29/04/2016 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 14 de abril de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

PORTARIA 159/2016

PORTARIA Nº 159/2016, DE 14 DE ABRIL DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolvo expedir a presente:

AUTORIZA SERVIDORA

Art. 1º. Fica autorizada a servidora JULIANE LECIN, ocupante do cargo de Diretora de Administração e Fazenda, a conduzir os veículos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 14 de abril de 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORREA

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

Benedito Novo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2016

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 34/2016

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 9h00m do dia 02/05/2016. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09h05m do dia 02/05/2016. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h15m do dia 02/05/2016. LOCAL: www.bllcompras.org.br. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br e no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 15 de abril de 2016.
Jean Michel Grundmann - Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (ÁREA CELESC). ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09:00h do dia 03 de maio de 2016. ABERTURA: às 09:05h do dia 03 de maio de 2016. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 15 de abril de 2016
JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

DECRETO Nº 035/2016 - ANULA O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016

Decreto nº 035/2016, de 12 de abril de 2016.
Anula o Processo Licitatório Pregão Presencial nº 30/2016, e dá outras providências.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, I, "n", e;

Considerando-se o que dispõe as Súmulas 346/STF ("A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos") e 473/STF ("A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial");

Considerando-se o Art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993, que reza: A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;
Considerando o Parecer Jurídico pela anulação do Processo Licitatório de nº 30/2016 em razão do caminho ofertado ter sido declarado como inservível pelo município de Doutor Pedrinho/SC.

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulado o processo licitatório Pregão Presencial nº 30/2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Município de Benedito Novo, aos 12 de abril de 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 35/2016 foi publicado e registrado na forma da Lei. Benedito Novo, aos 12 de abril de 2016.

Marília Panoch
Agente Administrativo

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 12/2016 PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2016
PREGÃO PRESENCIAL nº. 31/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS, MEDALHAS E TAÇAS PARA PREMIAÇÕES ESPORTIVAS.

EMPRESA FORNECEDORA: RELOJOARIA E OPTICA PRISMA JOIAS LTDA EPP

· ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora em todos os itens, totalizando a quantia de R\$ 65.910,00 (sessenta e cinco mil e novecentos e dez reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 07/04/2016 a 07/04/2017
VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 07/04/2016
Jean Michel Grundmann - Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO 42/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2016
Referente: Processo Licitatório nº 32/2016
Contratada: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE COMPANHIA SEGURADORA PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA, POR MEIO DE SEGU-
RO PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕEM A FROTA
MUNICIPAL
Valor Total Contratado: R\$ 22.500,00
Vigência: 16/04/2016 a 11/04/2017

Data Assinatura: 11/04/2016
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 43/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2016
Referente: Processo Licitatório nº 32/2016
Contratada: GENTE SEGURADORA S.A
Objeto: CONTRATAÇÃO DE COMPANHIA SEGURADORA PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA, POR MEIO DE SEGU-
RO PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕEM A FROTA
MUNICIPAL
Valor Total Contratado: R\$ 19.240,00
Vigência: 16/04/2016 a 11/04/2017

Data Assinatura: 11/04/2016
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 057/2016

DECRETO Nº 057/2016 DE 13 DE ABRIL DE 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 22 DE ABRIL DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 98, inciso VII e seu parágrafo único da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Em complemento ao disposto no art. 1º do Decreto nº 007, de 21 de janeiro de 2016, excepcionalmente no dia 22 de abril de 2016 (sexta-feira), será considerado ponto facultativo nos órgãos e nas entidades da administração direta e autárquica do Poder Executivo Municipal, ressalvados os serviços e as atividades consideradas de natureza essencial, especialmente na área da Saúde.

Art. 2º Os ocupantes de cargos comissionados deverão permanecer a disposição em caso de eventual necessidade de serviço.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 13 de abril de 2016.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 058/2016

DECRETO Nº 058/2016 DE 13 DE ABRIL DE 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, PARTE DA ÁREA DE TERRA LOCALIZADA, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE RODRIGO PEDRO DA CUNHA OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica deste município e com fundamento no disposto pelo arts. 2º, 5º alínea `f` e 6º do decreto-lei nº 3.365/41 e suas alterações de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a legislação pertinente, vem desapropriar em favor do MUNICÍPIO DE BIGUAÇU para a cessão de uso da CASAN,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) do imóvel matriculo no cartório de registro de imóveis da comarca de Biguaçu sob o n. 15.394 e com inscrição imobiliária 01.02.015.0617, conforme descrito e caracterizado abaixo, bem como planta topográfica e memorial descritivo anexo, para fins de desapropriação por utilidade pública amigável ou judicial, em caráter de urgência, Objetivando o interesse social, a área de terra abaixo relacionado.

Área de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados, assim descrita: Frente: Ao sul, partindo do vértice V1 com

coordenadas X=731886.0513 e Y=6955224.7823 ao vértice V2 com coordenadas X=731873.2928 e Y=6955216.8943, medindo 15,000m, confrontando com a Rua Davi Francisco Prazeres; Fundos: Ao norte, partindo do vértice V5 com coordenadas X=731857.4862 e Y=695524.3920 ao vértice V6 com coordenadas X=731870.2449 e Y=6955250.2798, medindo 15,000m, confrontando com o Sr. Sergio Ludvig; Lateral Direita: A leste, partindo do vértice V1 com coordenadas X=731886.0513 e Y=6955224.7823 ao vértice V6 com coordenadas X=731870.2449 e Y=6955250.2798, medindo 30,000m, confrontando com Sr. Sergio Ludvig; Lateral Esquerda: A oeste, partindo do vértice V2 com coordenadas X=731873.2928 e Y=6955216.8943 ao vértice V5 com coordenadas X=731857.4862 e Y=695524.3920, medindo 30,000m, confrontando com a Área 2;

Art. 3º Fica a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN autorizada a tomar as providências decorrentes das ações administrativas e judiciais para fazer valer a execução deste decreto, correndo às suas expensas todas as despesas decorrentes das presentes medidas que se fizerem necessárias para aquisição da citada área.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Biguaçu, 13 de abril de 2016.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

EXTRATO ATA - PP 246-2015-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2016 DO PP 246/2015.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BIGUAÇU.

EMPRESA: BEE2B INFRMÁTICA LTDA ME.

VALOR TOTAL: R\$ 51.864,45

EMPRESA: JEFERSON DA SILVEIRA ME

VALOR TOTAL: R\$ 22.364,70

EMPRESA: MARCELO WEINRICH ME

VALOR TOTAL: R\$ 30.152,48

VIGÊNCIA: 11/04/2016 A 11/04/2017.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 14 de abril de 2016.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL 03

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº: 27/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: RAFABELA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA EIRELI - ME

Valor: 10.000,00 (dez mil reais)

Vigência: Início: 17/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016

Recursos: Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (69), 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (103), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (328)

Objeto: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHAS PARA CEIM,S E ESCOLA MUNICIPAIS.

Contrato Nº: 22/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: CELIA REGINA W. SANI - ME

Valor: 42.118,45 (quarenta e dois mil cento e dezoito reais e quarenta e cinco centavos)

Vigência: Início: 17/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016

Recursos: Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (69), 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (103), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (328)

Objeto: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHAS PARA CEIMS E ESCOLAS MUNICIPAIS

Contrato Nº: 23/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME

Valor: 29.073,30 (vinte e nove mil e setenta e três reais e trinta centavos)

Vigência: Início: 17/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016

Recursos: Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (69), 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (103), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (328)

Objeto: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHAS PARA CEIM,S E ESCOLA MUNICIPAIS.

Contrato Nº: 24/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: MAYCON WILL - ME

Valor: 28.054,96 (vinte e oito mil e cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos)

Vigência: Início: 17/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016

Recursos: Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (69), 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (103), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (328)

Objeto: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHAS PARA CEIM,S E ESCOLA MUNICIPAIS.

Contrato Nº: 25/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: MILENIUM COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME

Valor: 27.527,21 (vinte e sete mil quinhentos e vinte e sete reais e vinte e um centavos)

Vigência: Início: 17/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016

Recursos: Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (69), 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (103), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (328)

Objeto: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHAS PARA CEIM,S

E ESCOLA MUNICIPAIS.

Contrato Nº: 26/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: RADAMES PEREIRA ESPINDOLA -EPP

Valor: 54.156,32 (cinquenta e quatro mil cento e cinquenta e seis reais e trinta e dois centavos)

Vigência: Início: 17/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016

Recursos: Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (69), 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (103), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (328)

Objeto: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHAS PARA CEIM,S E ESCOLA MUNICIPAIS.

Aditivo Nº: 232-4/2012 - Contrato Nº: 232/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: CANAL TELECOM TECNOLOGIA LTDA

Valor: 70.475,40 (setenta mil quatrocentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos)

Vigência: Início: 17/02/2016 Término: 09/03/2017

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 41/2012

Recursos: Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (29), 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (41), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (45), 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (68), 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (70), 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (160), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (190), 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (204)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DE VOZ SOBRE IPS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU E SECRETARIAS.

Contrato Nº: 28/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: MMB TRANSPORTE LTDA

Valor: 95.237,00 (noventa e cinco mil duzentos e trinta e sete reais)

Vigência: Início: 17/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 267/2015

Recursos: Dotação: 2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (207)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, VAN E MICRO-ÔNIBUS, PARA ATENDER A SECRETARIA DA CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

Contrato Nº: 29/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: COSTA SUL - AGENCIA DE VIAGEM E TURISMO LTDA

Valor: 173.250,00 (cento e setenta e três mil duzentos e cinquenta reais)

Vigência: Início: 18/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 6/2016

Recursos: Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (231)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FRETEAMENTO DE ÔNIBUS PARA ATENDER OS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE, PARA O USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- FMAS.

Contrato Nº: 31/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: ORION COMERCIAL LTDA

Valor: 5.994,30 (cinco mil novecentos e noventa e quatro reais e trinta centavos)

Vigência: Início: 18/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 25/2016

Recursos: Dotação: 2.083.4.4.90.00.00.00.00.00 (161)

Objeto: AQUISIÇÃO DE 3 (TRÊS) ROÇADEIRAS LATERAL PROFISIONAL E 1 (UMA) MOTOSSERRA, PARA SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA.

Contrato Nº: 32/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: EMPRESA BIBLIOSHOP COM. E SERV. INFORMATICA LTDA
Valor: 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)
Vigência: Início: 18/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 274/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA / SUPORTE TÉCNICO DO PROGRAMA BIBLIOSHOP DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL CORONEL TEIXEIRA DE OLIVEIRA DESTA MUNICIPALIDADE.

Contrato Nº: 33/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: ESCOLA DE ESPORTES PRO-FOOT
Valor: 39.693,80 (trinta e nove mil seiscentos e noventa e três reais e oitenta centavos)
Vigência: Início: 23/02/2016 Término: 23/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 265/2015
Recursos: Dotação: 2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (207)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO PARA ATUAR NA SECETUL - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS, PARA O ANO DE 2016.

Contrato Nº: 34/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: MARCELO VISINTAINER DE OLIVEIRA
Valor: 36.963,80 (trinta e seis mil novecentos e sessenta e três reais e oitenta centavos)
Vigência: Início: 23/02/2016 Término: 23/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 265/2015
Recursos: Dotação: 2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (207)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO PARA ATUAR NA SECETUL - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS, PARA O ANO DE 2016.

Contrato Nº: 35/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: MARCOS ROBERTO SCHVARTZ
Valor: 36.000,00 (trinta e seis mil reais)
Vigência: Início: 23/02/2016 Término: 23/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 265/2015
Recursos: Dotação: 2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (207)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO PARA ATUAR NA SECETUL - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS, PARA O ANO DE 2016.

Contrato Nº: 36/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: FENICIA INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS E MEDALHAS
Valor: 6.503,25 (seis mil quinhentos e três reais e vinte e cinco centavos)
Vigência: Início: 23/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 1/2016
Recursos: Dotação: 2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (207)
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDALHAS E TROFÉUS PARA USO DA SECETUL - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

Contrato Nº: 37/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: VINICIUS RAUBER
Valor: 5.210,00 (cinco mil duzentos e dez reais)
Vigência: Início: 23/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 1/2016

Recursos: Dotação: 2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (207)
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDALHAS E TROFÉUS PARA USO DA SECETUL - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

Contrato Nº: 38/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: INDÚSTRIA E COMÉRCIO CARIMBO CENTER LTDA
Valor: 4.102,00 (quatro mil cento e dois reais)
Vigência: Início: 23/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 9/2016
Recursos: Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (29), 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (41), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (45), 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (69), 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (177)
Objeto: AQUISIÇÃO DE CARIMBOS PARA AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 39/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: ADBX - COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
Valor: 45.398,00 (quarenta e cinco mil trezentos e noventa e oito reais)
Vigência: Início: 23/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 262/2015
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA USO DA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 40/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: JOSIANE CAMPOS RAULINO DA SILVA
Valor: 13.300,00 (treze mil trezentos reais)
Vigência: Início: 23/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 242/2015
Recursos: Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (91)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PESSOA JURÍDICA, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL) OU PESSOA FÍSICA, PARA MINISTRAR CURSOS DE ARTES APLICADAS, CORTE E COSTURA E MANICURE E PEDICURE NO CENTRO PROFISSIONALIZANTE - CEP.

Contrato Nº: 41/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: SILVIA SONIA MACHADO
Valor: 13.300,00 (treze mil trezentos reais)
Vigência: Início: 23/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 242/2015
Recursos: Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (91)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PESSOA JURÍDICA, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL) OU PESSOA FÍSICA, PARA MINISTRAR CURSOS DE ARTES APLICADAS, CORTE E COSTURA E MANICURE E PEDICURE NO CENTRO PROFISSIONALIZANTE - CEP.

Contrato Nº: 42/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: WA COMERCIO LTDA - ME
Valor: 54.400,00 (cinquenta e quatro mil e quatrocentos reais)
Vigência: Início: 25/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 273/2015
Recursos: Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (68), 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (102)
Objeto: AQUISIÇÃO DE VIDROS PARA UTILIZAÇÕES NOS CEIM'S, ESCOLAS MUNICIPAIS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PARA ANO DE 2016.

Contrato Nº: 43/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: RAFABELA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA EIRELI - ME
Valor: 128.040,00 (cento e vinte e oito mil e quarenta reais)
Vigência: Início: 25/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 11/2016
Recursos: Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (160)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIR ALMOÇO DE SEGUNDA A SEXTA- FEIRA, PARA FUNCIONÁRIOS (OPERÁRIOS BRAÇAIS, ROÇADORES, MOTORISTAS E OPERARIO DE MÁQUINA) DA SECRETARIA DE OBRAS

Contrato Nº: 44/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: OZIAS DEODATO ALVES JUNIOR
Valor: 21.120,00 (vinte e um mil cento e vinte reais)
Vigência: Início: 25/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 26/2016
Recursos: Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (14), 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (18), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (22), 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (29), 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (41), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (45), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (50), 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (68), 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (102), 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (117), 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (160), 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (177), 2.060.3.3.90.00.00.00.00.00 (181), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (190), 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (204), 2.012.3.3.90.00.00.00.00.00 (220), 2.069.3.3.90.00.00.00.00.00 (224)
Objeto: ASSINATURA MENSAL DO JORNAL BIGUAÇU EM FOCO, DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA, PARA SEREM DISTRIBUÍDOS NAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, BIBLIOTECA PÚBLICA, CEIM'S E ESCOLAS DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº: 45/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: METROPOLITANA VIAGENS TURISMO LTDA - ME
Valor: 6.000,00 (seis mil reais)
Vigência: Início: 26/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 21/2016
Recursos: Dotação: 2.056.3.3.90.00.00.00.00.00 (240), 2.063.3.3.90.00.00.00.00.00 (275)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, PARA ATENDER OS MUNICÍPIOS CARENTES DO MUNICÍPIO CADASTRADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

Contrato Nº: 46/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: CANTUR TURISMO LTDA - ME
Valor: 29.940,00 (vinte e nove mil novecentos e quarenta reais)
Vigência: Início: 26/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 7/2016
Recursos: Dotação: 2.070.3.3.90.00.00.00.00.00 (301), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (305)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FRETTAMENTO DE ÔNIBUS PARA ATENDER O TRANSPORTE DE TÉCNICOS, AGRICULTORES E GRUPOS ORGANIZADOS NA ÁREA RURAL E PESQUISA, DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

Contrato Nº: 47/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: ALEXANDRE ARI PIAZZA 07437118904
Valor: 9.241,00 (nove mil duzentos e quarenta e um reais)
Vigência: Início: 29/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 266/2015
Recursos: Dotação: 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (204)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/ OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS E CULTURAIS.

Contrato Nº: 48/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: ALEXANDRE GONCALVES 82161038087
Valor: 34.021,00 (trinta e quatro mil e vinte e um reais)
Vigência: Início: 29/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 266/2015
Recursos: Dotação: 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (204)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/ OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS E CULTURAIS.

Contrato Nº: 49/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: GRASIELI CRISTINA DOS SANTOS 00981471960
Valor: 18.481,80 (dezoito mil quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta centavos)
Vigência: Início: 29/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 266/2015
Recursos: Dotação: 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (204)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/ OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS E CULTURAIS.

Contrato Nº: 50/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: JOÃO GERALDO SALVADOR FILHO L
Valor: 9.241,00 (nove mil duzentos e quarenta e um reais)
Vigência: Início: 29/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 266/2015
Recursos: Dotação: 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (204)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/ OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS E CULTURAIS.

Contrato Nº: 51/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: JOÃO MATEU DA ROSA
Valor: 36.963,60 (trinta e seis mil novecentos e sessenta e três reais e sessenta centavos)
Vigência: Início: 29/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 266/2015
Recursos: Dotação: 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (204)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/ OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS E CULTURAIS.

Contrato Nº: 52/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: LUIS FELIPE SOARES GOMES
Valor: 17.450,00 (dezessete mil quatrocentos e cinquenta reais)
Vigência: Início: 29/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 266/2015
Recursos: Dotação: 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (204)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/ OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS E CULTURAIS.

Contrato Nº: 53/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: ORLANDO JOSÉ STEIL
Valor: 18.480,00 (dezoito mil quatrocentos e oitenta reais)
Vigência: Início: 29/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 266/2015
Recursos: Dotação: 2.049.3.3.90.00.00.00.00 (204)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/ OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS E CULTURAIS.

Contrato Nº: 54/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: PAULO VINICIUS HEUSI RAMPINELLI
Valor: 9.000,00 (nove mil reais)
Vigência: Início: 29/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 266/2015
Recursos: Dotação: 2.049.3.3.90.00.00.00.00 (204)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/ OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS E CULTURAIS.

Contrato Nº: 55/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: RAIZA DIETEL
Valor: 9.220,00 (nove mil duzentos e vinte reais)
Vigência: Início: 29/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 266/2015
Recursos: Dotação: 2.049.3.3.90.00.00.00.00 (204)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/ OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS E CULTURAIS.

Contrato Nº: 56/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: TALITA LIMAS DA SILVA
Valor: 18.460,00 (dezoito mil quatrocentos e sessenta reais)
Vigência: Início: 29/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 266/2015
Recursos: Dotação: 2.049.3.3.90.00.00.00.00 (204)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/ OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS E CULTURAIS.

Contrato Nº: 57/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: 1DOC TECNOLOGIA LTDA - ME
Valor: 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais)
Vigência: Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 27/2016
Recursos: Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00 (29)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE COMUNICAÇÃO INTERNA, EXTERNA E GESTÃO DOCUMENTAL, COM MAPEAMENTO E ATENDIMENTO DE DEMANDAS DA LAI E OUVIDORIA, PARA APREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº: 241-6/2010 - Contrato Nº: 241/2010
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: OTILIA COAN VARGAS
Valor: 23.583,48 (vinte e três mil quinhentos e oitenta e três reais e quarenta e oito centavos)
Vigência: Início: 01/03/2016 Término: 06/03/2017
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 60/2010
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A INSTALAÇÃO DA ESCOLA DE MÚSICA DE BIGUAÇU, LOCALIZADO NA RUA FRANCISCO PETRY,

Nº 135, CENTRO - BIGUAÇU/SC, COM ÁREA DE 360,66 M².

Aditivo Nº: 167-1/2015 - Contrato Nº: 167/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: JONAS COSTA DOS REIS
Valor: 42.485,75 (quarenta e dois mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos)
Vigência: Início: 02/03/2016 Término: 17/03/2017
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 55/2015
Objeto: LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL SITUADA NA RUA RIO BRANCO, CENTRO DE BIGUAÇU PARA INSTALAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.

Contrato Nº: 60/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: CLAUDIA MARA TODOROV
Valor: 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)
Vigência: Início: 04/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 46/2016
Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00 (214)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE ESPETÁCULO MUSICAL "TRIBUTOS AS DIVAS DA ERA DO RÁDIO", ATRAÇÃO MUSICAL PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO DIA INTERNACIONAL DA MULHER.

Contrato Nº: 61/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: MENDES COMERCIO E DECORACOES LTDA
Valor: 6.075,81 (seis mil e setenta e cinco reais e oitenta e um centavos)
Vigência: Início: 04/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 24/2016
Recursos: Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00 (68), 2.089.3.3.90.00.00.00.00 (328)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE DIVISÓRIAS PARA O PRÉDIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, E DUCAÇÃO INFANTIL.

Contrato Nº: 62/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: EPAGRI EMPRESA PESQ. AGR.. EXT. RURAL DE S.C. S/A
Valor: 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)
Vigência: Início: 04/03/2016 Término: 31/01/2017
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 26/2016
Recursos: Dotação: 2.070.3.3.90.00.00.00.00 (302)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES E DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO E PESQUEIRO NO MUNICÍPIO.

Aditivo Nº: 93-3/2015 - Contrato Nº: 93/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: NOVOTETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Vigência: Início: 28/02/2016 Término: 28/05/2016
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 228/2014
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO CEIM DONA DORVALINA LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, CONFORME PROJETO.

Contrato Nº: 65/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: FREEWIL IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA - ME
Valor: 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)
Vigência: Início: 11/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 256/2015
Recursos: Dotação: 2.083.4.4.90.00.00.00.00 (161)

Objeto: AQUISIÇÃO DE CARROCERIA METÁLICA DO TIPO PRANCHA DEVIDAMENTE INSTALADA EM CAMINHÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 63/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: TELEFONICA BRASIL S.A.

Valor: 8.584,80 (oito mil quinhentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos)

Vigência: Início: 08/03/2016 Término: 08/03/2017

Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 27/2016

Recursos: Dotação: 2.052.3.3.90.00.00.00.00 (226)

Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE SERVIÇOS E ATIVIDADES TÉCNICAS DO BOMBEIRO DE BIGUAÇU.CONFORME MEMORANDO 9552/2015.

Contrato Nº: 64/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: RAFABELA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA EIRELI - ME

Valor: 4.173,00 (quatro mil cento e setenta e três reais)

Vigência: Início: 08/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 34/2016

Recursos: Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00 (41)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE LONAS IMPRESSAS PARA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2016 A SEREM INSTALADAS NO PAINEL EM FRENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 66/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: IPM SISTEMAS LTDA

Valor: 392.976,00 (trezentos e noventa e dois mil novecentos e setenta e seis reais)

Vigência: Início: 11/03/2016 Término: 11/03/2017

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 272/2015

Recursos: Dotação: 2.001.3.3.90.00.00.00.00 (4)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARES PARA A GESTÃO PÚBLICA, PARA USO DAS SECRETARIAS E FUNDOS DA PMB, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº: PP 272/15-PMB (OFICIAL), PP 272/2015- FAMABI E PP 272/2015-FMS.

Aditivo Nº: 93-4/2015 - Contrato Nº: 93/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: NOVOTETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Valor: 152.530,21 (cento e cinquenta e dois mil quinhentos e trinta reais e vinte e um centavos)

Vigência: Início: 15/03/2016 Término: 28/05/2016

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 228/2014

Recursos: Dotação: 1.007.4.4.90.00.00.00.00 (57)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA COSTRUTURAÇÃO DA NOVA SEDE DO CEIM DONA DORVALINA LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, CONFORME PROJETO.

Aditivo Nº: 354-1/2015 - Contrato Nº: 354/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: ENGETOPO SERVICOS DE ENGENHARIA, ADMINISTRACAO DE

Valor: 18.198,40 (dezoito mil cento e noventa e oito reais e quarenta centavos)

Vigência: Início: 19/02/2016 Término: 19/08/2016

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 152/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS

DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REVITALIZAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO, LOCALIZADO NA RUA JOÃO PESSOA, Nº 14, BAIRRO CENTRO, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU-SC.

Aditivo Nº: 354-2/2015 - Contrato Nº: 354/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: ENGETOPO SERVICOS DE ENGENHARIA, ADMINISTRACAO DE

Valor: 58.118,55 (cinquenta e oito mil cento e dezoito reais e cinquenta e cinco centavos)

Vigência: Início: 15/03/2016 Término: 19/08/2016

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 152/2015

Recursos: Dotação: 1.012.4.4.90.00.00.00.00 (124)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REVITALIZAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO, LOCALIZADO NA RUA JOÃO PESSOA, Nº 14, BAIRRO CENTRO, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU-SC.

Aditivo Nº: 152-2/2015 - Contrato Nº: 152/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO LTDA

Valor: 18.240,00 (dezoito mil duzentos e quarenta reais)

Vigência: Início: 12/03/2016 Término: 12/03/2017

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 41/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLOCAÇÃO DE LINKS DE ACESSO À INTERNET EM 07 UNIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Aditivo Nº: 57-3/2013 - Contrato Nº: 57-1/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS D/BIG

Valor: 45.184,21 (quarenta e cinco mil cento e oitenta e quatro reais e vinte e um centavos)

Vigência: Início: 19/02/2016 Término: 19/02/2017

Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 204/2013

Objeto: LOCAÇÃO DO IMÓVEL, SALÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BIGUAÇU, PARA USO DO CCI- CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS.

Aditivo Nº: 168-1/2015 - Contrato Nº: 168/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME

Vigência: Início: 18/03/2016 Término: 30/07/2016

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 26/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA RECUPERAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS COM LAJOTAS E CONCRETO ARMADO E MANUTENÇÃO DE CALÇADAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E MODELOS EM ANEXO.

Contrato Nº: 68/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: JACKSON DA SILVA STUDIO - ME

Valor: 5.220,00 (cinco mil duzentos e vinte reais)

Vigência: Início: 16/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 33/2016

Recursos: Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00 (29)

Objeto: AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS PARA SOLENIDADES REALIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 69/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: BEE2B INFORMATICA LTDA ME

Valor: 14.107,00 (quatorze mil cento e sete reais)

Vigência: Início: 17/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº: 13/2016

Recursos: Dotação: 1.003.4.4.90.00.00.00.00.00 (25), 1.003.4.4.90.00.00.00.00.00 (26)
Objeto: AQUISIÇÃO DE GAVETA KVM PARA RACK E HD EXTERNO, PARA USO DO SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 70/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: JEFERSON DA SILVEIRA ME

Valor: 8.645,00 (oito mil seiscentos e quarenta e cinco reais)

Vigência: Início: 17/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 35/2016

Recursos: Dotação: 2.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (71), 2.026.4.4.90.00.00.00.00.00 (336)

Objeto: AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) FOGÕES INDUSTRIAL) E EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Contrato Nº: 71/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: SJR ORGANICAO E PRODUCAO DE EVENTOS LTDA - ME

Valor: 95.800,00 (noventa e cinco mil e oitocentos reais)

Vigência: Início: 17/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 31/2016

Recursos: Dotação: 2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (207)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ARBITRAGEM PARA OS EVENTOS ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU NO ANO DE 2016

Aditivo Nº: 598-8/2009 - Contrato Nº: 598-5/2009

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: LUIZITA CARMEM DA LUZ BORBA

Valor: 1.505,00 (um mil quinhentos e cinco reais)

Vigência: Início: 28/02/2016 Término: 28/04/2016

Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 221/2009

Objeto: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL, LOCALIZADO NA RUA JOÃO BORN Nº 360 - CENTRO - BIGUAÇU - SC, NO QUARTEL DE BOMBEIROS, COM ÁREA DE 35,00 M², PARA SERVIR DE SETOR DE ATIVIDADES TÉCNICAS (SAT) E SALA DE AULA PARA A 3ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº: 197-4/2012 - Contrato Nº: 197/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: JUCINEI NASCIMENTO

Valor: 21.160,46 (vinte e um mil cento e sessenta reais e quarenta e seis centavos)

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 10/03/2017

Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 43/2012
Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA JOSÉ RODRIGUES, Nº 839, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO REGIONAL, OBJETIVANDO ABRIGAR AS DEPENDÊNCIAS DA "CASA DO POVO".

Contrato Nº: 77/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: JACKSON DA SILVA STUDIO - ME

Valor: 1.174,21 (um mil cento e setenta e quatro reais e vinte e um centavos)

Vigência: Início: 22/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 42/2016

Recursos: Dotação: 2.057.3.3.90.00.00.00.00.00 (246)

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS CRIANÇAS QUE ESTÃO ABRIGADAS NA CASA LAR MUNICIPAL.

Contrato Nº: 78/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: PATRICIA CORTINAS LTDA - ME

Valor: 2.010,00 (dois mil e dez reais)

Vigência: Início: 22/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 36/2016

Recursos: Dotação: 2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (226)

Objeto: AQUISIÇÃO DE CORTINAS COM VARÃO E PERSIANAS COM INSTALAÇÃO PARA O NOVO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 79/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA

Valor: 375.378,65 (trezentos e setenta e cinco mil trezentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos)

Vigência: Início: 22/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 55/2016

Recursos: Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (355)

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DE MATERIAS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO CONFORME O MEMORANDO E-2684/2016 E DECRETO 39/2016.

Contrato Nº: 72/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: ADBX - COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME

Valor: 10.780,00 (dez mil setecentos e oitenta reais)

Vigência: Início: 22/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 247/2015

Recursos: Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (61), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (95), 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (204)

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA AS MERENDEIRAS DOS CEIMS; ESCOLAS MUNICIPAIS E UNIFORMES ESPORTIVOS E MATERIAIS PARA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

Contrato Nº: 73/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EP

Valor: 19.570,00 (dezenove mil quinhentos e setenta reais)

Vigência: Início: 22/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 247/2015

Recursos: Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (61), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (95), 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (204)

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA AS MERENDEIRAS DOS CEIMS; ESCOLAS MUNICIPAIS E UNIFORMES ESPORTIVOS E MATERIAIS PARA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

Contrato Nº: 74/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME

Valor: 12.712,00 (doze mil setecentos e doze reais)

Vigência: Início: 22/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 247/2015

Recursos: Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (61), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (95), 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (204)

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA AS MERENDEIRAS DOS CEIMS; ESCOLAS MUNICIPAIS E UNIFORMES ESPORTIVOS E MATERIAIS PARA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

Contrato Nº: 75/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: MERCANTT COMERCIAL LTDA

Valor: 2.000,00 (dois mil reais)

Vigência: Início: 22/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 247/2015

Recursos: Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (61),
2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (95), 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (204)

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA AS MERENDEIRAS DOS CEIMS; ESCOLAS MUNICIPAIS E UNIFORMES ESPORTIVOS E MATERIAIS PARA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

Contrato Nº: 76/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: TRACTON IND E COM DE CONFECÇÕES LTDA EPP

Valor: 6.280,00 (seis mil duzentos e oitenta reais)

Vigência: Início: 22/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 247/2015

Recursos: Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (61),
2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (95), 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (204)

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA AS MERENDEIRAS DOS CEIMS; ESCOLAS MUNICIPAIS E UNIFORMES ESPORTIVOS E MATERIAIS PARA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

Contrato Nº: 80/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: EDITORA NOTÍCIAS DO DIA LTDA

Valor: 15.048,00 (quinze mil e quarenta e oito reais)

Vigência: Início: 29/03/2016 Término: 29/03/2017

Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 56/2016

Recursos: Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (9),
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (45), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (50),
2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (68), 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (103),
2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (117), 2.060.3.3.90.00.00.00.00.00 (181),
2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (204)

Objeto: ASSINATURA ANUAL DO JORNAL NOTÍCIAS DO DIA, DE SEGUNDA À SEXTA FEIRA, PARA SEREM DISTRIBUÍDAS NAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, BIBLIOTECA PÚBLICA E ESCOLAS DO MUNICÍPIO.

Aditivo Nº: 388-1/2015 - Contrato Nº: 388/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME

Vigência Início: 19/03/2016 Término: 30/06/2016

Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 178/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS E SINALIZAÇÃO DAS RUAS ESMERALDINO PRAZERES (PC-3) E HUGO AMORIM.

Contrato Nº: 81/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Valor: 0,01 (um centavo)

Vigência: Início: 29/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 54/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO.

Aditivo Nº: 151-2/2015 - Contrato Nº: 151/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO LTDA

Valor: 20.571,42 (vinte mil quinhentos e setenta e um reais e quarenta e dois centavos)

Vigência: Início: 12/03/2016 Término: 12/03/2017

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 35/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE CONEXÃO EM FIBRA ÓTICA PONTO

A PONTO COM VELOCIDADE DE 10MBPS FULL DUPLEX ENTRE O PRÉDIO DA PMB E AS SEGUINTE SECRETARIAS (OBRAS, TRANSPORTE, SOL, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CONSELHO TUTELAR)

Contrato Nº: 82/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: ADAM DISTRIBUIDORA LTDA EPP

Valor: 3.169,60 (três mil cento e sessenta e nove reais e sessenta centavos)

Vigência: Início: 30/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 260/2015

Recursos: Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (160),
2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (177), 2.070.3.3.90.00.00.00.00.00 (301)

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E UNIFORMES PARA USO DOS FUNCIONÁRIOS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES E OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Contrato Nº: 83/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EP

Valor: 20.688,75 (vinte mil seiscentos e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos)

Vigência: Início: 30/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 260/2015

Recursos: Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (160),
2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (177), 2.070.3.3.90.00.00.00.00.00 (301)

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E UNIFORMES PARA USO DOS FUNCIONÁRIOS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES E OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Contrato Nº: 84/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME

Valor: 17.100,50 (dezesete mil cem reais e cinquenta centavos)

Vigência: Início: 30/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 260/2015

Recursos: Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (160),
2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (177), 2.070.3.3.90.00.00.00.00.00 (301)

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E UNIFORMES PARA USO DOS FUNCIONÁRIOS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES E OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Contrato Nº: 85/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: PEIXER COMERCIO DE ELETROELETRONICOS LTDA ME

Valor: 5.852,40 (cinco mil oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos)

Vigência: Início: 30/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 260/2015

Recursos: Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (160),
2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (177), 2.070.3.3.90.00.00.00.00.00 (301)

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E UNIFORMES PARA USO DOS FUNCIONÁRIOS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES E OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Contrato Nº: 86/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: VIVER ARTIGOS PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA

Valor: 2.773,10 (dois mil setecentos e setenta e três reais e dez centavos)
Vigência: Início: 30/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 260/2015
Recursos: Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (160), 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (177), 2.070.3.3.90.00.00.00.00.00 (301)
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E UNIFORMES PARA USO DOS FUNCIONÁRIOS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES E OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Aditivo Nº: 237-9/2012 - Contrato Nº: 237/2012
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: CONSORCIO SQE LUZ
Valor: 1.682.402,97 (um milhão seiscentos e oitenta e dois mil quatrocentos e dois reais e noventa e sete centavos)
Vigência: Início: 30/03/2016 Término: 30/03/2017
Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 1/2012
Recursos: Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (355)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DO MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº: 376-2/2015 - Contrato Nº: 376/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME
Vigência: Início: 30/03/2016 Término: 15/06/2016
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 197/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO DA RUA MARTINHA MARIA RODRIGUES, LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU-SC.

Aditivo Nº: 331-1/2015 - Contrato Nº: 331/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: BASE PRE-FABRICADOS LTDA - ME
Vigência: Início: 30/03/2016 Término: 30/11/2016
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 66/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES NA AVENIDA BEIRA RIO NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: ATA12/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: BRUTHAN COMERCIAL LTDA
Valor: 121.304,39 (cento e vinte e um mil trezentos e quatro reais e trinta e nove centavos)
Vigência: Início: 18/02/2016 Término: 18/02/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 10/2016
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: ATA12-B/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: GIZELE REGINA DA SILVA
Valor: 5.626,50 (cinco mil seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos)
Vigência: Início: 18/02/2016 Término: 18/02/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 10/2016
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: ATA12-C/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E
Valor: 37.394,50 (trinta e sete mil trezentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos)
Vigência: Início: 18/02/2016 Término: 18/02/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 10/2016
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: ATA17/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: MABONI PROMOÇÕES EVENTOS E TURISMO LTDA
Valor: 212.480,00 (duzentos e doze mil quatrocentos e oitenta reais)
Vigência: Início: 02/03/2016 Término: 02/03/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 259/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE COFFEE BREAK PARA SERVIR OS EVENTOS DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, EDUCAÇÃO, GABINETE DO PREFEITO, ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E PLANEJAMENTO E GESTÃO.

Contrato Nº: ATA17-B/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: SOBRINHOS GASTRONOMIA E EVENTOS LTDA - ME
Valor: 5.000,00 (cinco mil reais)
Vigência: Início: 02/03/2016 Término: 02/03/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 259/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE COFFEE BREAK PARA SERVIR OS EVENTOS DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, EDUCAÇÃO, GABINETE DO PREFEITO, ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E PLANEJAMENTO E GESTÃO.

Aditivo Nº: 399-2/2015 - Contrato Nº: 399/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: DARTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA
Vigência: Início: 01/04/2016 Término: 21/08/2016
Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 190/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS RUAS CAMBORIÚ, CRICIÚMA, NOVA TRENTO, TREZE TÍLIAS, ANTÔNIO CARLOS, ARARANGUÁ, CAÇADOR, ITAJAÍ, JOINVILLE, LOCALIZADAS NO BAIRRO JARDIM CAROLINA, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 87/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: MH TECH SOLUÇÕES EM TI LTDA ME
Valor: 12.000,00 (doze mil reais)
Vigência: Início: 01/04/2016 Término: 01/04/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 8/2016
Recursos: Dotação: 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (190)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO TÉCNICA E EVOLUTIVA PARA O SISTEMA PRÓ-EMPREGO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.

Aditivo Nº: 377-2/2015 - Contrato Nº: 377/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: WA COMERCIO LTDA - ME
Vigência: Início: 06/04/2016 Término: 10/08/2016
Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 177/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS E SINALIZAÇÃO DAS

RUAS MANOEL MARIANO FERREIRA E RUA KILIANO KREMER , NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS EM ANEXO.

Contrato Nº: ATA14/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: JMC JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Valor: 89.992,35 (oitenta e nove mil novecentos e noventa e dois reais e trinta e cinco centavos)
Vigência: Início: 19/02/2016 Término: 19/02/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 231/2015
Objeto: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS, MATERIAL PARA PINTURA, ELÉTRICO, HIDRÁULICO E SANITÁRIO, PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, EDUCAÇÃO E OBRAS E INFRA-ESTRUTURA.

Contrato Nº: ATA-B/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: CRISTIANI LOURI RODRIGUES E CIA LTDA ME
Valor: 98.055,05 (noventa e oito mil e cinquenta e cinco reais e cinco centavos)
Vigência: Início: 19/02/2016 Término: 19/02/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 231/2015
Objeto: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS, MATERIAL PARA PINTURA, ELÉTRICO, HIDRÁULICO E SANITÁRIO, PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, EDUCAÇÃO E OBRAS E INFRA-ESTRUTURA.

Contrato Nº: ATA-C/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
Valor: 590,00 (quinhentos e noventa reais)
Vigência: Início: 19/02/2016 Término: 19/02/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 231/2015
Objeto: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS, MATERIAL PARA PINTURA, ELÉTRICO, HIDRÁULICO E SANITÁRIO, PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, EDUCAÇÃO E OBRAS E INFRA-ESTRUTURA.

Contrato Nº: ATA-D/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: PEIXER COMERCIO DE ELETROELETRONICOS LTDA ME
Valor: 15.940,05 (quinze mil novecentos e quarenta reais e cinco centavos)
Vigência: Início: 19/02/2016 Término: 19/02/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 231/2015
Objeto: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS, MATERIAL PARA PINTURA, ELÉTRICO, HIDRÁULICO E SANITÁRIO, PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, EDUCAÇÃO E OBRAS E INFRA-ESTRUTURA.

Contrato Nº: ATA-E/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME
Valor: 810,00 (oitocentos e dez reais)
Vigência: Início: 19/02/2016 Término: 19/02/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 231/2015
Objeto: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS, MATERIAL PARA PINTURA, ELÉTRICO, HIDRÁULICO E SANITÁRIO, PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, EDUCAÇÃO E OBRAS E INFRA-ESTRUTURA.

Contrato Nº: 88/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: MARIA HELENA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI - ME
Valor: 8.300,00 (oito mil e trezentos reais)
Vigência: Início: 06/04/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº: 38/2016
Recursos: Dotação: 2.052.4.4.90.00.00.00.00 (228)
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº: 143-2/2015 - Contrato Nº: 143/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: UNISUL - UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
Vigência: Início: 02/03/2016 Término: 30/07/2016
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 56/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA AOS PROFESSORES, ESPECIALISTAS, GESTORES E TÉCNICOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO DE 2015.

Contrato Nº: 89/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: CASTELLI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
Valor: 67.050,00 (sessenta e sete mil e cinquenta reais)
Vigência: Início: 06/04/2016 Término: 06/04/2021
Licitação: Outras Modalidades Nº: 18/2016
Objeto: CONCESSÃO DE USO MEDIANTE OUTORGA DE BOXES DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL

Contrato Nº: 90/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: SIDNEY NASCIMENTO BARBOSA
Valor: 10.600,00 (dez mil seiscentos reais)
Vigência: Início: 06/04/2016 Término: 06/04/2021
Licitação: Outras Modalidades Nº: 18/2016
Objeto: CONCESSÃO DE USO MEDIANTE OUTORGA DE BOXES DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL

Contrato Nº: 91/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: JULIA ANUNCIAÇÃO MUNIZ TORRES
Valor: 10.400,00 (dez mil quatrocentos reais)
Vigência: Início: 06/04/2016 Término: 06/04/2021
Licitação: Outras Modalidades Nº: 18/2016
Objeto: CONCESSÃO DE USO MEDIANTE OUTORGA DE BOXES DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL

Contrato Nº: ATA-15/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: PLANETA COMERCIAL LTDA
Valor: 217.054,61 (duzentos e dezessete mil e cinquenta e quatro reais e sessenta e um centavos)
Vigência: Início: 25/02/2016 Término: 25/02/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 23/2016
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SEREM FORNECIDOS NOS CEIM'S E NAS ESCOLAS MUNICIPAIS NO ANO DE 2016.

Contrato Nº: ATA-20/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MOVEIS LTDA
Valor: 141.400,00 (cento e quarenta e um mil e quatrocentos reais)
Vigência: Início: 11/03/2016 Término: 11/03/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 270/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER BANHEIROS QUÍMICOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

FAMABI

Contrato Nº: 30/2016

Contratante: FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE BIGUAÇU-FAMABI

Contratada: LOJA DOMINIK LTDA

Valor: 5.072,05 (cinco mil e setenta e dois reais e cinco centavos)

Vigência: Início: 18/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 13/2016

Recursos: Dotação: 2.078.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.078.4.4.90.00.00.00.00.00 (7)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DAS PRAÇAS E PARQUES DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº: 67/2016

Contratante: FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE BIGUAÇU-FAMABI

Contratada: IPM SISTEMAS LTDA

Valor: 6.888,00 (seis mil oitocentos e oitenta e oito reais)

Vigência: Início: 11/03/2016 Término: 11/03/2017

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 272/2015

Recursos: Dotação: 2.078.3.3.90.00.00.00.00.00 (4)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARES PARA A GESTÃO PÚBLICA, PARA USO DAS SECRETARIAS E FUNDOS DA PMB, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº: PP 272/15-PMB (OFICIAL), PP 272/2015- FAMABI E PP 272/2015-FMS.

Contrato Nº: ATA17/2016

Contratante: FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE BIGUAÇU-FAMABI

Contratada: MABONI PROMOÇÕES EVENTOS E TURISMO LTDA

Valor: 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais)

Vigência: Início: 02/03/2016 Término: 02/03/2017

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 259/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK PARA OS EVENTOS DA FAMABI.

Biguaçu, 12 de abril de 2016

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal de Biguaçu

PORTARIA Nº 1221/2016

PORTARIA nº 1221 de 14 de abril de 2016

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Augusto Guarnieri Neto, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Filosofia), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/02/2016.

Biguaçu, 14 de abril de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1222/2016

PORTARIA nº 1222 de 14 de abril de 2016

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Fernanda Goulart Ferreira, detentor do cargo de provimento temporário de Psicólogo, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 25/04/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 25/04/2016.

Biguaçu, 14 de abril de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1223/2016

PORTARIA Nº 1223/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CAMILA LOCKS SIQUEIRA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSORA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3508/2016 em anexo no período de 11/04/2016 a 25/04/2016.

Biguaçu, 14 de abril de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1224/2016

PORTARIA Nº 1224/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANNA CAROLINA SCHWEITZER DA LUZ, ocupante do Cargo efetiva de PROFESSORA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3353/2016 em anexo no período de 31/03/2016 a 14/04/2016.

Biguaçu, 14 de abril de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1225/2016

PORTARIA Nº 1225/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VALERIA CONRADO, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3514/2016 em anexo no período de 06/04/2016 a 08/04/2016.

Biguaçu, 14 de abril de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1226/2016

PORTARIA Nº 1226/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA TEREZINHA SOARES, ocupante do Cargo efetiva de PROFESSORA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3579/2016 em anexo no período de 07/04/2016 a 06/06/2016.

Biguaçu, 14 de abril de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

RETIFICAÇÃO ATA - PP 271-2015-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

RETIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016 DO PP 271/2015.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CASA LAR E RECREIA.

Informamos a Desclassificação da empresa Copal Alimentos Ltda no lote 04, sendo considerado como novo vencedor a empresa Bhurthan Comercial Ltda, passando a ATA a ter os seguintes vencedores:

EMPRESA: L & M Comércio Atac. De Prod. Alimentícios.

VALOR TOTAL: R\$ 43.329,80

EMPRESA: Distribuidora Nova Esperança Ltda

VALOR TOTAL: R\$ 63.420,01

EMPRESA: Elo Comercio e Serviços Ltda-Me

VALOR TOTAL: R\$ 17.383,93

EMPRESA: Bhurthan Comercial Ltda.

VALOR TOTAL: 129.174,24

VIGÊNCIA: 12/02/2016 A 12/02/2017.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 29 de março de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 008/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 008/2016

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO

OBJETO: contratação de empresa para compra de divisórias com montagem, com prateleiras, bancadas e com porta de vidro.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II, da Lei Federal n. 8.666/93.

VALOR GLOBAL DA DISPENSA: R\$ 2.140,00 (dois mil, cento e quarenta reais),

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Biguaçu – CNPJ n. 73.564.064/0001-99

CONTRATADO: MENDES COMÉRCIO E DECORAÇÕES LTDA - CNPJ n. 80.448.442/0001-34.

DOTAÇÃO ORÇAMETÁRIA: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.00.0

RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: 14/04/2016.

Biguaçu/SC, 14 de abril de 2016.

Vilson Norberto Alves

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

Blumenau

PREFEITURA

EXTRATO TERMO DE REPASSE 002/2016

EXTRATO – TERMO DE REPASSE Nº 002/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A ASSOCIAÇÃO DOS CLUBES DE CAÇA E TIRO DE BLUMENAU

OBJETO: Transferência de recursos financeiros destinados à execução do objeto a Manutenção da Associação dos Clubes de Caça e Tiro de Blumenau e do Museu dos Clubes de Caça e Tiro de Blumenau e atendimento, com a finalidade de realizar, assistência e fomento da tradição cultural ítalo-germânica, para uma média de 40 Sociedades e Clubes de Caça e Tiro associados.

VALOR DO REPASSE: R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais).

PRAZO: De 02 de fevereiro de 2016, tendo como termo final o dia 31 de janeiro de 2017.

DATA: 02 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONVENIO Nº 004/2016

EXTRATO – CONVÊNIO Nº 004/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O BLUMENAU E VALE EUROPEU CONVENTION & VISITORS BUREAU

OBJETO: Promoção da cooperação técnico/financeira para atividades de captação, apoio e realização de eventos turísticos de negócio e de lazer em Blumenau.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

PRAZO: De 01 de fevereiro de 2016, tendo como termo final o dia 31 de janeiro de 2017.

DATA: 01 de fevereiro de 2016.

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 095/2016 - SEFAZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DIRETORIA DE RECEITA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 095/2016

CONTRIBUINTE : ITAMAR DE MORAIS ME
ENDEREÇO: RUA PAULO ZINGEL FILHO, 777 – FUNDOS AUGUSTO VIVIANI, 483 – IT.CENTRAL
Nº INSCRIÇÃO: 99538 CNPJ.: 17.260.785/0001-34
Processo Fiscal : 2015/932
Sócios: ITAMAR DE MORAIS

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no Art. 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

- a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou
b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:	
Base de Cálculo	-
Imposto a Recolher	95,68

Atualização Monetária	23,52
Juros de Mora	44,10
Multa p/ infração	59,60
Total Geral	222,91

DESCRIÇÃO DOS FATOS:

1)Período Fiscal: 01/2013

2)Documentos examinados: Notas Fiscais (Notablu).

3)Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1)Presta serviços constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item: 17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

3.2)Deixou de recolher o ISSQN devido referente ao período acima indicado, conforme demonstrativo acima e mapas de apuração anexos, infringindo a legislação tributária municipal em seu artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

3.3)Enviada ao contribuinte a Intimação Fiscal n. 023/2016, para regularização dos débitos de ISSQN sobre suas Notas Fiscais de Prestação de Serviços (Notablu). Conforme informações no AR anexo ao processo n. 2015/932, o contribuinte não foi localizado no endereço cadastral da empresa, para recebimento da Intimação. Neste ato, procede-se à devida notificação dos valores não recolhidos de ISSQN; enviando a presente notificação para publicação em edital no Boletim Oficial do Município, conforme Art. 153, III, LC 632/2007.

4)COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO:

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

Soma dos valores (ISSQN) referente às Notas Fiscais de Serviços Eletrônica (Notablu).

5)CÁLCULO DO VALOR A PAGAR:

5.1)Sobre a receita apurada foi aplicada a alíquota de: 3 % (Art. 277 LC 632/2007).

5.2)Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

a)Atualização monetária:

- A partir de 2011 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9313/2010
- A partir de 2012 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9551/2011
- A partir de 2013 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9876/2012
- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10223/2013
- A partir de 2015 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10502/2014
- A partir de 2016 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10820/2015

b)Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.3)Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme Art. 305 da LC 632/2007.

6)Observações:

6.1)Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2)Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3)Verificado indícios de crimes contra a ordem tributária, será formulada a representação fiscal para fins penais e remetida ao Ministério Público conforme determina a Portaria nº 01/ 2002 da Secretaria Municipal da Fazenda.

6.4)Integram a presente Notificação Fiscal os seguintes anexos: Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo (anuais).

6.5)Esta Notificação não inibe a fiscalização relativa ao mesmo período.

Patrícia Dias

Auditora Fiscal Tributária

Matrícula nº 21554-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DIRETORIA DE RECEITA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

TERMO DE FISCALIZAÇÃO

MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 095/2016 - ITAMAR DE MORAIS ME

Ano 2013	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Janeiro	-	95,68	-	95,68	119,20	23,52	44,10	163,31
Total	-	95,68	-	95,68	119,20	23,52	44,10	163,31

Patrícia Dias

Auditora Fiscal Tributária

Matrícula nº 21554-6

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 096/2016 - SEFAZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DIRETORIA DE RECEITA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 096/2016

CONTRIBUINTE : MV COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME
ENDEREÇO: RUA FRANCISCO VAHLDIECK, 3470 - SALA 03 - TRIBESS
Nº INSCRIÇÃO: 96.139 CNPJ.: 15.066.532/0001-07
Processo Fiscal : 2016/117
Sócios: MARILENE KLAUMANN DE SOUZA e VANDERLEI ANTONIO DE SOUZA

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no Art. 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

- a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou
b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:

Base de Cálculo	-
Imposto a Recolher	640,00
Atualização Monetária	122,65
Juros de Mora	183,75
Multa p/ infração	381,78
Total Geral	1.329,08

DESCRIÇÃO DOS FATOS:

1)Período Fiscal:09/2012, 11/2012, 12/2012; 09/2013 a 11/2013; 01/2014, 02/2014, 05/2014, 06/2014, 08/2014 a 12/2014; 01/2015, 04/2015, 05/2015, 07/2015.

2)Documentos examinados: Notas Fiscais (Notablu).

3)Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1)Presta serviços constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item(ns): 10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

3.2)Deixou de recolher o ISSQN devido referente ao período acima indicado, conforme demonstrativo acima e mapas de apuração anexos, infringindo a legislação tributária municipal em seu artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

3.3)Enviada ao contribuinte a Intimação Fiscal n. 041/2016, para regularização dos débitos de ISSQN sobre suas Notas Fiscais de Prestação de Serviços (Notablu). Conforme informações no AR anexo ao processo n. 2016/117, o contribuinte não foi localizado (endereço cadastral inexistente) para recebimento da Intimação. Neste ato, procede-se à devida notificação dos valores não recolhidos de ISSQN; enviando a presente notificação para publicação em edital no Boletim Oficial do Município, conforme Art. 153, III, LC 632/2007.

4)COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO:

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

Soma dos valores referente às Notas Fiscais de Serviços Eletrônica (Notablu).

5)CÁLCULO DO VALOR A PAGAR:

5.1)Sobre a receita apurada na forma supra foi aplicada a alíquota de: 2% (Art. 277 LC 632/2007).

5.2)Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

a)Atualização monetária:

- A partir de 2012 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9551/2011
- A partir de 2013 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9876/2012
- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10223/2013
- A partir de 2015 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10502/2014
- A partir de 2016 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10820/2015

b)Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.3)Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme Art. 305 da LC 632/2007.

6)Observações:

6.1)Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2)Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3)Verificado indícios de crimes contra a ordem tributária, será formulada a representação fiscal para fins penais e remetida ao Ministério Público conforme determina a Portaria nº 01/ 2002 da Secretaria Municipal da Fazenda.

6.4)Integram a presente Notificação Fiscal os seguintes anexos: Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo (anuais).

6.5)Esta Notificação não inibe a fiscalização relativa ao mesmo período.

Patrícia Dias
Auditora Fiscal Tributária
Matrícula nº 21554-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DIRETORIA DE RECEITA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

TERMO DE FISCALIZAÇÃO
MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 096/2016 - MV COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME

Ano 2012	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Setembro	-	17,83	-	17,83	23,54	5,71	10,12	33,66
Novembro	-	23,83	-	23,83	31,46	7,63	12,90	44,35
Dezembro	-	18,30	-	18,30	24,16	5,86	9,66	33,82
Total	-	59,96	-	59,96	79,15	19,19	32,68	111,83

Patrícia Dias
Auditora Fiscal Tributária
Matrícula nº 21554-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DIRETORIA DE RECEITA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

TERMO DE FISCALIZAÇÃO
MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 096/2016 - MV COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME

Ano 2013	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	-	-	-	-	-	-	-	-
Maio	-	-	-	-	-	-	-	-
Junho	-	-	-	-	-	-	-	-
Julho	-	-	-	-	-	-	-	-
Agosto	-	-	-	-	-	-	-	-
Setembro	-	32,03	-	32,03	39,90	7,87	12,37	52,27
Outubro	-	58,99	-	58,99	73,49	14,50	22,05	95,54
Novembro	-	30,59	-	30,59	38,11	7,52	11,05	49,16
Dezembro	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	121,61	-	121,61	151,51	29,90	45,47	196,98

Patrícia Dias
Auditora Fiscal Tributária
Matrícula nº 21554-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DIRETORIA DE RECEITA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

TERMO DE FISCALIZAÇÃO
MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 096/2016 - MV COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME

Ano 2014	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Janeiro	-	36,19	-	36,19	42,70	6,51	11,53	54,23
Fevereiro	-	100,34	-	100,34	118,40	18,06	30,78	149,18
Março	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	-	-	-	-	-	-	-	-

Maio	-	41,48	-	41,48	48,94	7,46	11,26	60,20
Junho	-	18,00	-	18,00	21,24	3,24	4,67	25,91
Julho	-	-	-	-	-	-	-	-
Agosto	-	17,33	-	17,33	20,45	3,12	4,09	24,54
Setembro	-	44,50	-	44,50	52,51	8,01	9,98	62,48
Outubro	-	33,96	-	33,96	40,07	6,11	7,21	47,28
Novembro	-	20,04	-	20,04	23,65	3,61	4,02	27,67
Dezembro	-	18,03	-	18,03	21,27	3,24	3,40	24,68
Total	-	329,87	-	329,87	389,23	59,36	86,94	476,17

Patrícia Dias
Auditora Fiscal Tributária
Matrícula nº 21554-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DIRETORIA DE RECEITA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

**TERMO DE FISCALIZAÇÃO
MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO**

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 096/2016 - MV COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME

Ano 2015	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Janeiro	-	58,82	-	58,82	65,28	6,46	9,79	75,07
Fevereiro	-	-	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	-	44,29	-	44,29	49,15	4,86	5,90	55,05
Maio	-	15,15	-	15,15	16,81	1,66	1,85	18,66
Junho	-	-	-	-	-	-	-	-
Julho	-	11,20	-	11,20	12,43	1,23	1,12	13,55
Agosto	-	-	-	-	-	-	-	-
Setembro	-	-	-	-	-	-	-	-
Outubro	-	-	-	-	-	-	-	-
Novembro	-	-	-	-	-	-	-	-
Dezembro	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	129,46	-	129,46	143,67	14,21	18,66	162,33

Patrícia Dias
Auditora Fiscal Tributária
Matrícula nº 21554-6

EDITAL NOTIFICAÇÃO IMPOSIÇÃO PENALIDADE - PSIU ABRIL/2016 - 2

SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

PROGRAMA DE SILÊNCIO URBANO - Psiu

LEI COMPLEMENTAR Nº 947/2014.

Com fundamento na Lei Complementar nº 947 de 18 de novembro de 2014, que dispõe sobre o Programa de Silêncio Urbano – Psiu -, e após o julgamento da consistência dos Autos de Infração, em conformidade com o que estabelece o artigo 4º do diploma legal acima mencionado e o Decreto nº 10.688 que regulamenta a Autoridade Municipal competente, ficam notificados da imputação da penalidade abaixo indicada:

Nome do Infrator	Órgão Atuador	Auto de Infração	Data e Local da Infração	Penalidade
Alessandro Oliveira de Souza	10º BPM	1451028	05/12/2015 – Rua Martin Luther, 1043 – Victor konder – Blumenau/SC.	Advertência

Fica V.Sa. notificado de que poderá interpor Recurso Hierárquico desta penalidade em até 20 dias após a publicação deste Edital, na forma escrita, dirigida à Diretoria de Fiscalização de Obras e Posturas do Município de Blumenau, mediante protocolo na Praça do Cidadão.

A reincidência em infrações de mesma natureza sujeitará o infrator às penalidades de multa e demais sanções previstas em lei.

Blumenau, 15 de abril de 2016.
CHRISTIAN RAFAEL LUCIANI
Gerente de Obras e Posturas.

PORTARIA Nº 5859/2016 - SAMAE

PORTARIA Nº 5859/16

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013: RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO

De acordo com o Artigo 6, §3º, do Decreto nº 8601, de 01 de fevereiro de 2008, incluído pelo Decreto nº 9291, de 08 de dezembro de 2010, por renúncia à nomeação correspondente à classificação em Concurso, a candidata aprovada no Concurso Público Nº 001/2014:

MICHELE KAROLINE BENVENUTTI, nomeada pela Portaria nº. 5843/16, de 07 de março de 2016, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 5, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 62/1603.

Samae, 11 de abril de 2016.
VALDAIR JOSÉ MATIAS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5860/2016 - SAMAE

PORTARIA Nº 5860/16

NOMEIA CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, Resolve:
NOMEAR

De acordo com o Artigo 9, inciso I da Lei Complementar Nº 660, de 28 de novembro de 2007, a candidata aprovada no Concurso Público Nº 001/2014, a contar desta data:

ROSILENE MULLER ALEXANDRE, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 5, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 101/1604;

Samae, 12 de abril de 2016.
VALDAIR JOSÉ MATIAS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5861/2016 - SAMAE

PORTARIA Nº 5861/16

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO O SERVIDOR PÚBLICO AUTÁQUICO MUNICIPAL JÚLIO CESAR DE ANDRADE

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº. 16.492, de 01 de janeiro de 2013, Resolve:
E X O N E R A R

Com base no artigo 46, inciso I, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007:

JÚLIO CESAR DE ANDRADE, Cadastro 2025-7, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Estação de Tratamento de Água 3, lotado na Diretoria de Operações, a contar desta data.

Samae, 13 de abril de 2016.
VALDAIR JOSÉ MATIAS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5862/2016 - SAMAE

PORTARIA N.º 5862/16

NOMEIA PARA EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, Resolve:

NOMEAR

Com base no artigo 9, inciso II, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 20, inciso II, Lei Complementar nº 509, de 17 de março de 2005:

RODSON JEAN ADRIANO, no cargo de provimento em comissão de Gerente de Estação de Tratamento de Água 3, a partir desta data.

Samae, 14 de abril de 2016.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.258/2016 - ISSBLU

PORTARIA Nº 5258/2016

REGULAMENTA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 10.908, DE 10 DE MARÇO DE 2016.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 16, do Decreto nº 10.908, de 10 de março de 2016, resolve:

Art. 1º Para fins de comprovação da condição de viúvo(a), fica acrescido à alínea “d” do inciso I do artigo 8º do Decreto nº 10.908, de 10 de março de 2016, a obrigatoriedade de o servidor apresentar certidão de óbito ou certidão de casamento com a averbação do óbito do respectivo cônjuge.

Art.2º Ficam incluídos entre os documentos de apresentação obrigatória relacionados na alínea “g” do inciso I do artigo 8º do Decreto nº 10.908, de 10 de março de 2016, a certidão de nascimento ou documento de identificação atualizado, com foto (RG, Carteira Nacional de Habilitação ou Carteira de Registro Profissional emitida por órgão de regulamentação profissional), do cônjuge ou companheiro, quando for o caso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 13 de abril de 2016.

Elói Barni

Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016**

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e Complexo de Prevenção Diagnóstico Terapia e Reabilitação Respiratória Ltda

DATA: 12/04/2016.

VENCIMENTO: 12/07/2016.

EMPRESA:	Complexo de Prevenção Diagnóstico Terapia e Reabilitação Respiratória Ltda
CNPJ/MF:	83.779.496/0001-70
TELEFONE:	(47)3037-7099
ENDEREÇO:	Rua Engº Paul Werner, 1141 CEP 89030-101 – Blumenau/SC
E-MAIL:	comercial@hospitaldopulmao.com.br
REPRESENTANTE LEGAL:	Alcione Luciano da Silva, portador do CPF/MF nº 003.689.489-35

ITEM	QTD	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
01	200	Vacina, tipo quadrivalente contra o vírus influenza Vacina quadrivalente contra influenza – CEPAS 2016 – Resolução ANVISA/RDC 48/2015, contendo: I. Um vírus similar ao vírus influenza A/Califórnia/7/2009 (H1N1)pdm09. II. Um vírus similar ao vírus influenza A/Hong/Kong/4801/2014 (H3N2). III. Um vírus similar ao vírus influenza B/Brisbane/60/2008 As vacinas influenza chamadas quadrivalentes, contendo dois tipos de cepas do vírus influenza B, deverão apresentar um vírus similar ao influenza B/Phuket/3073/2013, adicionalmente aos três tipos de cepas especificadas pela Resolução ANVISA/RDC 48/2015	GSK	R\$95,00	R\$19.000,00

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 10-01/2013

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA.

OBJETO: CESSÃO DE USO DE SOFTWARE - LEIS MUNICIPAIS

VALOR: R\$ 8.885,48 (oito mil oitocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e oito centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação Nº 10-01/2013, de 13/03/2013 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA: 11/03/2016

VENCIMENTO: 13/03/2017

EXTRATO DO CONTRATO N.º 10-01/2016

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e PUBLICA INFORMATICA LTDA

OBJETO: IMPLANTAÇÃO, LICENÇA DE USO E SUPORTE DO SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO- COP

VALOR: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº 10-01/2016, e Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA: 03/03/2016

VENCIMENTO: 03/03/2017

EXTRATO DO CONTRATO N.º 10-03/2016

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e PUBLICA INFORMATICA LTDA

OBJETO: IMPLANTAÇÃO, LICENÇA DE USO E SUPORTE DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES- SAE

VALOR: R\$ 6.259,08 (seis mil e duzentos e cinquenta e nove reais e oito centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº 10-03/2016 e Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA: 03/03/2016

VENCIMENTO: 03/03/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10-02/2015

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e PUBLICA INFORMATICA LTDA

OBJETO: IMPLANTAÇÃO, LICENÇA DE USO E SUPORTE DO SISTEMA DE COMPRAS PÚBLICO – PCP.

VALOR: R\$ 6.259,08 (seis mil e duzentos e cinquenta e nove reais e oito centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº 10-02/2016 e Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA: 03/03/2016

VENCIMENTO: 03/03/2017

EXTRATO DO CONTRATO N.º 10-04/2016

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e LANCER SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA.

OBJETO: IMPLANTAÇÃO, LICENÇA DE USO E SUPORTE DO SISTEMA LEGISLADOR.

VALOR: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº 10-04/2016 e Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA: 03/03/2016

VENCIMENTO: 03/03/2017

Bom Retiro

PREFEITURA

32.16 - DEC. HORA GINÁSIO CAPISTRANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Decreto n.º 32/16 de 14.04.2016.

DISPÕE SOBRE COBRANÇA DE TAXA DO GINÁSIO DE ESPORTES "NENZINHO" DE ACORDO COM O PODER DE POLÍCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR Nº 11 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005 PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Torna público, de acordo com a Lei Complementar nº 11 de 20 de Dezembro de 2005 que dispõe sobre custos e taxas vinculados ao poder de polícia e de prestação de serviços, que será cobrado o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) a hora, pelo uso do Ginásio de Esportes "Nenzinho" localizado no Loteamento Capistrano, mediante reserva previa e recolhimento dos valores através de boleto bancário a ser depositado em conta específica.

Art. 2º. O presente Decreto não altera ou revoga outras taxas e emolumentos vinculados ao poder de polícia do Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto 62/13 de 26 de junho de 2013

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 14 de abril de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Administração e Fazenda

33.16 - DEC. HORA GINÁSIO B. SÃO JOSÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Decreto n.º 33/16 de 14.04.2016.

DISPÕE SOBRE COBRANÇA DE TAXA DO GINÁSIO DE ESPORTES "VEREADOR OSNI SCOTTI" DE ACORDO COM O PODER DE POLÍCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR Nº 11 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005 PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Torna público, de acordo com a Lei Complementar nº 11 de 20 de Dezembro de 2005 que dispõe sobre custos e taxas vinculados ao poder de polícia e de prestação de serviços, que será cobrado o valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) a hora, pelo uso do GINÁSIO DE ESPORTES "VEREADOR OSNI SCOTTI" localizado no Bairro São José, mediante reserva previa e recolhimento dos valores através de boleto bancário a ser depositado em conta

específica.

Art. 2º. O presente Decreto não altera ou revoga outras taxas e emolumentos vinculados ao poder de polícia do Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto 54/14 de 26 de junho de 2014.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 14 de abril de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Administração e Fazenda

34.16 - DEC NOMEIA COM. MUN. ESPORTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Decreto n. 34/16 de 14.04.2016.

Nomeia Novos Membros para Compor a Comissão Municipal de Esportes de Bom Retiro.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 4º do Decreto nº 36/78 de 03 de Julho de 1978 e alterado pelo Decreto nº 48/85 de 30 de julho de 1985;

D e c r e t a:

Art. 1. Ficam nomeados sem ônus para a Prefeitura Municipal de Bom Retiro, e com as atribuições constantes dos citados Decretos pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar desta, a Comissão Municipal de Esportes, nos seguintes cargos:

Presidente: CESAR ANTONIO FAUSTINO;

Vice-Presidente: JOCEMAR DA SILVA;

1º Secretário: EVERTON ALEXSANDRO BUENO;

2º Secretário: CRISTIANO BOSQUETTI MATEUS;

1º Tesoureiro: RODRIGO ROVARIS;

2º Tesoureiro: IDALINO BOSQUETTI MATEUS;

Diretor Esportivo: MOACIR TEIXEIRA JUNIOR;

1º Assessor de Esportes: ALISON MORETTI;

2º Assessor de Esportes: EDMILSON BUENO;

3º Assessor de Esportes: DIOGO LUCAS COELHO;

Assessor de Esportes Radicais: JOSÉ LUIZ LEITE JUNIOR;

Assessor de Transportes: LUCAS WIGGERS

Assessor de Atletismo: ILVANIO FLOR;

Assistente Médico: MAYARA PERON ELIAS.

Art. 2. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 32/15 de 11 de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 14 de abril de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Administração e Fazenda

404.04.16 - P. PONTO FACULTATIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 404/16 de 13.04.16
Ponto Facultativo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI:

Resolve:

Declarar Ponto Facultativo aos Funcionários e Secretários Municipais, no dia 22 de abril de 2016, por considerar inexpressivo para as atividades internas e externas das repartições públicas municipais, mantendo apenas os serviços essenciais de saúde e coleta de lixo.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de abril de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

405.04.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IZABEL AP. T. SERAFIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 405/16 de 14.04.16
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 12 de abril de 2016, a funcionária Izabel Aparecida Trento Serafim, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
14 de abril de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

MINUTA EDITAL PP 12/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 12/2016 para Aquisição de materiais para construção civil, elétricos e hidráulicos para atender as necessidades das Secretarias Municipais. A abertura dos envelopes será dia 29/04/16 às 09h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/ 13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 15 de abril de 2016.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.886/2016

DECRETO Nº 1.886/2016

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2016".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso IV, da Lei nº 1.320/2015, de 17 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 17.998,00 (Dezessete mil novecentos e noventa e oito reais), conforme abaixo especificado:

10.00	Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
10.02	Divisão de Cultura
13-391-060-2.20	Apoio a Cultura e ao Patrimônio Histórico do Município
4.4.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(296)	Superávit R\$ 15.000,00
11.00	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
11.01	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
10-305-105-2.60	Serviços de Vigilância Epidemiológica
4.4.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.6.38(296)	Superávit Vigilância Epidemiológica R\$ 2.998,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 13/04/2016.

Botuverá, 13 de abril de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, abre inscrições para o Processo Seletivo Simplificado para a Contratação de profissionais, em Caráter Temporário e formação de cadastro de reserva. O Processo Seletivo reger-se-á pelos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e da Lei Municipal nº 502/89, além das disposições expressas no presente Edital e legislação vigente.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo será realizado sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Botuverá, sito na Rua João Morelli, 66, Centro, Município de Botuverá, Estado de Santa Catarina.

1.2. O Processo Seletivo terá caráter classificatório e envolverá prova escrita.

1.3. Os cargos, áreas de atuação, habilitação profissional, atribuição, carga horária e número de vagas, ao quadro abaixo disposto:

1.3.1. Cargos de Nível Fundamental Incompleto:

Item	Cargo(s)	Habilitação Profissional	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento
01	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto	01	40 hs	R\$ 1.097,27

2. DA DIVULGAÇÃO

2.

2.1. A divulgação oficial do Edital de PROCESSO SELETIVO n.º 01/2016 será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

2.1.1. O Edital na íntegra no mural de publicações da Prefeitura Municipal, sito na Rua João Morelli, 66, Centro, Município de Botuverá, Estado de Santa Catarina; no site oficial do Município: www.botuvera.sc.gov.br.

3. DA INSCRIÇÃO

3.

3.1. Para participar do Processo Seletivo N.º 01/2016 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar com todos os requisitos necessários a habilitação no cargo, bem como se compromete a acompanhar e tomar conhecimento de quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no Mural da Prefeitura Municipal, no site oficial do município:

www.botuvera.sc.gov.br, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2. O candidato que se inscrever em cargo para o qual não cumpra os requisitos de habilitação, independente de seu desempenho nas provas realizadas, estará automaticamente desclassificado, não cabendo direito adquirido, tampouco se vier a obtê-los em prazos posteriores aos previstos neste edital.

3.3. As inscrições serão efetuadas exclusivamente no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, sito à Rua João Morelli, 66.

3.4. São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e demais formulários exigidos para a participação no presente Processo Seletivo.

3.4.1. Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser comunicada via protocolo na Prefeitura Municipal de Botuverá, pelo próprio candidato.

3.5. Para inscrever-se, o candidato deverá:

3.5.1. Ler completamente o edital, preencher total e corretamente a ficha, e fazer a opção pelo cargo para o qual pretende concorrer, tendo certeza que cumpre todos os requisitos de habilitação, sob pena de desclassificação;

3.6. É única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Processo Seletivo que será feita em mural na Prefeitura do Município de Botuverá - SC, no site do Município www.botuvera.sc.gov.br.

3.7. A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado.

3.8. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito no ato de inscrição.

3.9. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, no ato da inscrição. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

3.10. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão deferidas e homologadas pela autoridade competente.

3.11. O ato de homologação e a lista das inscrições não homologadas serão divulgados conforme cronograma do Anexo III, no site oficial do Município, no endereço eletrônico www.botuvera.sc.gov.br.

3.12. O candidato que tiver sua inscrição indeferida terá prazo para interpor recurso, após a publicação, que se dará por meio de requerimento encaminhado ao setor de Recursos Humanos do Município, sito à Rua João Morelli, 66.

4. DATA E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

4.

4.1. As provas para os cargos que trata este edital serão realizadas na data prevista no Anexo III, no auditório da Unidade de Saúde da Família, com ampla divulgação nos meios especificados no item 2.1.

4.2. O candidato deverá comparecer, com antecedência mínima de 30 minutos do horário fixado, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, seu documento oficial de identificação com foto e seu comprovante de inscrição.

4.3. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, sua folha de respostas assinada e o caderno de provas.

4.4. As provas objetivas terão a duração conjunta de 02 (duas) horas, incluindo o tempo de marcação na folha de respostas.

4.5. O candidato somente poderá deixar o local da prova 30 (trinta) minutos após o seu início.

4.6. Em hipótese alguma será permitido ao candidato:

a) Prestar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identidade que contenha, no mínimo, retrato, filiação e assinatura.

b) Prestar prova sem que seu pedido de inscrição esteja previamente confirmado.

c) Ingressar no estabelecimento de exame, após o horário estipulado.

d) Prestar provas fora do horário ou espaço físico predeterminados.

4.7. Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova.

4.8. Não haverá segunda chamada para a prova objetiva, sendo esta em etapa única, conforme horário estabelecido neste edital; o candidato ausente, por qualquer motivo, será eliminado do processo seletivo.

4.9. Após ser identificado e instalado em seu local de prova, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura, enquanto aguarda o início das provas.

4.10. Durante as provas não serão permitidas quaisquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios digitais, agendas eletrônicas, pagers, telefones celulares, BIP, Walkman, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico ou similar.

4.11. Os telefones celulares, pagers e quaisquer outros aparelhos de comunicação deverão permanecer desligados durante todo o tempo de realização das provas, do contrário o candidato que infringir esta determinação será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

4.12. Será também, eliminado do Processo Seletivo o candidato que incorrer nas seguintes situações:

a) Deixar o local de realização da prova sem a devida autorização.

b) Tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes.

c) Proceder de forma a tumultuar a realização das provas.

d) Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio.

e) Usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros.

f) Deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações cedidas.

4.13. Em nenhuma hipótese haverá substituição de folha de respostas, por erro do candidato.

5. DAS PROVAS

5.

5.1. Serão considerados aprovados, os candidatos que não zerarem a prova escrita objetiva.

5.2. Para os cargos de que trata este edital, a avaliação deste Processo Seletivo constará de prova escrita objetiva (classificatória).

5.3. A prova escrita objetiva terá 20 (vinte) questões, de múltipla escolha, de Conhecimentos Gerais (Gerais, Atualidades, Português e Matemática).

PROVA ESCRITA E OBJETIVA			
Matéria	Número de questões	Valor por questão	Valor total
Conhecimentos gerais	20	0,50	10,0
Valor total da prova escrita:			20,0

5.4. Os conteúdos programáticos das provas escritas encontram-se no Anexo I deste Edital.

5.5. No preenchimento do cartão de respostas, será atribuída a nota 0 (zero) à(s) questão(ões) da prova objetiva que:

- a) contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- b) contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada;
- c) não estiver(em) assinalada(s) a(s) resposta(s);
- d) for(em) preenchida(s) fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

5.6. Na hipótese de anulação de questão(ões) da prova objetiva, quando de sua avaliação, a(s) mesma será(ao) considerada(s) como respondida(s) corretamente pelos candidatos.

5.7. Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

5.7.1. Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do Artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

5.7.2. Para os candidatos que não estão ao amparo do Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- a) Maior idade.

5.7.3. Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

5.7.1. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio público.

6. DIVULGAÇÃO DO GABARITO E RECURSOS

6.1. O gabarito provisório da prova escrita objetiva será divulgado no 1º dia útil posterior ao da aplicação da prova, no mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Botuverá, no site www.botuvera.sc.gov.br.

6.2. Quanto ao gabarito divulgado, caberá pedido de recurso, desde que devidamente fundamentado, protocolado junto a Comissão Especial, no prazo máximo previsto no Anexo III deste Edital.

6.3. O recurso deverá ser protocolado no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Botuverá:

- 1) Nome do candidato;
- 2) Número de inscrição;
- 3) Número do documento de identidade;
- 4) Cargo para o qual se inscreveu;
- 5) A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
- 6) A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso;
- 7) As referências utilizadas no embasamento, seguindo o padrão da ABNT (NBR 6023).

6.4. Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração.

6.5. Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada e também as referências, no padrão citado no item 6.3, também sob pena de sua desconsideração.

6.6. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito. A Banca Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

6.7. As respostas dos recursos serão publicadas no site da empresa.

6.8. Se da análise do recurso resultar anulação da (s) questão (ões), o (s) pontos referente (s) à (s) mesma (s) será (ao) atribuído (s) a todos os candidatos.

7. RESULTADO

7.

7.1. A relação com a classificação dos candidatos aprovados será publicada até a data prevista no Anexo III deste Edital, através de publicação no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Botuverá, no site www.botuvera.sc.gov.br, não sendo fornecida a classificação por telefone.

7.2. Quanto à classificação divulgada, caberá pedido de recurso, desde que devidamente fundamentado, à Comissão Especial, no prazo máximo estabelecido no Anexo III deste Edital.

7.3. A resposta do recurso serão publicados no site www.botuvera.sc.gov.br.

7.4. Após análise dos recursos será publicado o resultado oficial no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Botuverá, no site www.botuvera.sc.gov.br.

7.5. A Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

8. DOS CARGOS E DAS VAGAS

8.

8.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no item 1.3 deste Edital.

8.2. O candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado no Departamento Pessoal do Município de Botuverá durante todo o período de validade do processo seletivo, sob pena de perda da classificação.

8.3. O candidato que for chamado e não comparecer dentro do prazo estipulado perderá o direito a nomeação. Caso recuse a vaga oferecida poderá pedir reclassificação, ficando ao final da lista dos aprovados.

8.3.1. As vagas serão preenchidas de acordo com a necessidade do Município de Botuverá, obedecendo a ordem de classificação.

8.3.2. O candidato aprovado no presente Processo Seletivo deverá acompanhar através dos meios de comunicação da administração municipal, os dias das escolhas de vagas para o qual se inscreveu.

8.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pela internet, por meio do site www.botuvera.sc.gov.br, ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão do Processo Seletivo a publicação de todos os atos e editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante o Processo Seletivo.

8.5. Não será permitida troca de vagas entre os candidatos.

9. DAS DISPOSIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

9.

9.1. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal e Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

9.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 9.1 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

9.3. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.

9.4. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", bem como deverá apresentar no ato da inscrição:

a) laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência.
b) requerimento solicitando vaga especial, constando: b1) o tipo de deficiência; b2) a necessidade de condição especial, prova especial, se for o caso (conforme modelo do Anexo II deste Edital). Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

9.5. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, e a apresentação dos títulos, obedecidos aos procedimentos neste Edital.

9.6. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

10. DO CHAMAMENTO E DA ADMISSÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS

10.

10.1. O chamamento dos candidatos aprovados dar-se-á por intermédio do Edital afixado na Prefeitura Municipal e divulgação no site do município.

10.2. Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

10.2.1. Para fins de admissão serão exigidos dos candidatos os seguintes documentos:

- a) Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data de nomeação;
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- c) Cópia do documento de identidade;
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento, se houver;
- f) Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);
- g) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- h) Declaração negativa de acumulação de emprego público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição Federal;
- i) Comprovante da escolaridade e experiência exigida para o cargo;
- j) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios;
- k) Ter aptidão física para o exercício das atribuições da função, comprovada por exame médico pré-admissional;
- l) Comprovante de residência;
- m) Fotografia 3 x 4;
- n) Certidão de nascimento dos dependentes;

10.2.2. A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a admissão do candidato e o mesmo será eliminado do processo seletivo.

10.2.3. Os candidatos que forem considerados inaptos quando da realização do exame médico pré-admissional, ou que não se sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados do processo seletivo.

10.2.4. O candidato que, convocado para a admissão, recusar, deixar de assumir a vaga ou não atender qualquer pré-requisito deste Edital será considerado desclassificado do processo seletivo.

10.3. Caso o candidato admitido para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Botuverá convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

10.4. Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do cargo ou emprego, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga. O candidato não se manifestando no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da convocação, considerar-se-á desistência tácita, sendo convocado o próximo classificado.

10.5. O candidato aprovado que for convocado e assumir a vaga deverá assinar um contrato a título de experiência de 90 dias. Findo o prazo de 90 dias a administração reserva-se o direito de rescindir o contrato ou renová-lo.

11. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

11.

11.1. O processo terá validade de 12 (doze) meses, contados da homologação do resultado, podendo ser prorrogado por igual período, por necessidade da administração municipal.

11.2. A aprovação neste Processo Seletivo não caracterizará direito à contratação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**12.**

12.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova escrita, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no mural interno da Prefeitura do Município de Botuverá e no sítio www.botuvera.sc.gov.br.

12.2. O candidato classificado durante a vigência deste Edital deverá manter seu endereço e número telefônico atualizados.

12.3. Fica assegurada a fiscalização do processo, em todas as suas fases, pelas entidades interessadas.

12.4. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.

12.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo Município de Botuverá, de acordo com a legislação vigente.

12.6. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

a) tornar-se culpado de incorreções ou descortesias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;

b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;

c) for apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;

d) ausentar-se da sala de prova, em descumprimento ao disposto no presente Edital;

12.7. O candidato que possuir outra função ou emprego em órgão da Administração Direta ou Indireta, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações mantidas pelo Poder Público, deverá adequar-se ao disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal, antes de assumir sua função no Município.

12.8. O Cônjuge, companheiro(a) ou parente – consanguíneos (em linha reta ou colateral, até o quarto grau) ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau) – de qualquer candidato não poderá servir:

a) na banca elaboradora de prova para o cargo no qual estiver inscrita a pessoa que deu causa ao impedimento;

b) como fiscal, na sala ou em ala em que estiver realizando a prova.

12.9. Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Processo Seletivo, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Processo Seletivo os registros eletrônicos a ele referentes.

12.10. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

c) Anexo I - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas.

d) Anexo II - Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova.

e) Anexo III - Cronograma do Processo Seletivo.

12.11. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá/SC, 15 de Abril de 2016.

José Luiz Colombi

Prefeito Municipal

CONHECIMENTOS GERAIS

Notícias nacionais e internacionais veiculadas nos seguintes meios de comunicação: Revistas: Veja, Época. Jornais: Jornal de Santa Catarina, A Notícia, Diário Catarinense, Jornal Nacional. Internet: site das revistas e dos jornais citados anteriormente e de atualidades. História do Município de Botuverá, www.botuvera.sc.gov.br, História do Brasil e História de Santa Catarina. Informática básica. Lei Orgânica do Município.

PORTUGUÊS

Fonética: acentuação gráfica, ortografia. Morfologia: Classes de palavra, substantivo, adjetivo, plural, singular, aumentativo, diminutivo.

MATEMÁTICA

Operações: adição, subtração, multiplicação, divisão. Medidas de tempo, de comprimento, de capacidade, de área e de volume. Sistema monetário brasileiro e uso no comércio no dia-a-dia. Porcentagem.

ANEXO II - REQUERIMENTO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS**REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS**

_____, inscrito (a) ao Processo Seletivo N.º 01/2016 da Prefeitura Municipal de Botuverá, inscrição n.º _____, concorrendo ao cargo de _____, CPF n.º _____, portador do documento de identidade n.º _____, residente e domiciliado na _____,

_____, n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria condição especial para realização de provas, conforme Item 11.8 do presente Edital:

(Assinale a sua opção)

1) () Prova Ampliada

Fonte n.º _____ / Letra _____

2) () Sala Especial

Especificar: _____

3) () Leitura de Prova

4) () Outra Necessidade

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Botuverá/SC, ____ de ____ de 2016.

Assinatura do (a) Candidato (a)

ANEXO III - CRONOGRAMA PROCESSO SELETIVO Nº 02/2015

DATA PREVISTA	ATO
15/04/2016	Publicação do Edital.
18/04/2016 a 26/04/2016	Período das inscrições.
27/04/2016	Homologação provisória das inscrições.
28/04/2016	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição.
29/04/2016	Homologação final das inscrições.
02/05/2016	Data das provas escrita às 09:00 horas, no auditório da Unidade de saúde da família, sito à Rua João Morelli, 05.
02/05/2016 (tarde)	Publicação do gabarito provisório.
03/05/2016	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório.
04/05/2016	Publicação do gabarito oficial e publicação da classificação provisória.
05/05/2016 a 06/05/2016	Prazo para recurso contra a classificação provisória.
09/05/2016	Homologação do resultado final do Processo Seletivo.

Cronograma sujeito a alterações, divulgadas pelos meios previstos no Item 2 do presente edital.

ANEXO IV – FICHA DE INSCRIÇÃO – PROCESSO SELETIVO 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 01/2016		Uso Exclusivo
Número da Inscrição: Nº□		
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS		Portador de Necessidades especiais: sim não
Nome do(a) Candidato(a):		
Identidade:	Data de Nascimento: / /	Sexo: M () F ()
CPF:		
E-MAIL:		
Endereço:		Bairro:
Município:	Estado:	Fone: ()
Escolaridade:		
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui pres- tadas.		
Local e Data:		Assinatura do Candidato:

.....

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 01/2016		
Número da Inscrição:		
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS		Portador de Necessidades especiais: sim não
Nome do(a) Candidato(a):		
Local e Data:		Assinatura do Responsável:

Via Candidato.

DATA DA PROVA ESCRITA: 02 de MAIO de 2016.
Local: Auditório da Unidade de Saúde do Centro.
Horário: 09:00 horas.

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO 24/2016
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 01/2016

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que os Grupos Formais/Informais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 12.05.2016 às 14:00 horas, referente a Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar conforme Lei nº 11.947, de 16/06/2009 e Resolução nº 26 do FNDE, de 17/06/2013, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 14 de abril de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal.

PORTARIA 058/2016

PORTARIA 058/2016
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO

Romildo Teske, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, com base no Artigo 52, Inciso I da Lei Orgânica Municipal e amparado no artigo 6º da Lei Complementar 008/99 de 17/11/1999.

RESOLVE:

Art.1º - Nomear a servidora Isolene Grahl ocupante do cargo efetivo de professora, para exercer o cargo em comissão de Secretária de Educação, a partir de 01.04.2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 3º da Lei 0597/2008 de 09 de julho de 2008, com efeitos retroativos a 01.04.2016.

Braço do Trombudo, 14 de abril de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 04/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 04/2016 FMS

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial SRP nº 04/2016 FMS. Processo licitatório 08/2016 FMS. Objeto: Registro de preços, para eventual aquisição de lanches, coffe break, e bebidas não alcóolicas para atender os cursos com grupos, assessoramentos e outros eventos organizados pela Secretaria de Saúde. Após análise e julgamento das propostas, foi declarado vencedor do certame:

EMPRESA	CNPJ	LOTE	R\$ VALOR
Orlando Stramosk ME	00.288.428./0001-81	1	13.000,00

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 14/04/2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº03/2016 FMS

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Número do Registro de Preços: 3/2016 Data do Registro: 13/04/2016 Válido até: 13/04/2017

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de fraldas geriátricas para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Fralda geriátrica tamanho P, pct com 11 fraldas, cintura tam 40 até 80 cm, peso 20 até 40 Kg, camada de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; Barreiras mais altas proporcionando muito mais segurança contra vazamentos laterais; Novo design com núcleo de formato anatômico proporcionando maior conforto; Cobertura interior de não tecido, que oferece maior conforto, com Aloe Vera, tornando a cobertura macia ao toque na pele; Camada externa toque suave dando maciez ao produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança e conforto; Indicador de umidade para maior praticidade: as duas listras tornam-se azuis sinalizando a hora de trocar o produto; Controlador de odor com extrato natural; Os componentes são atóxicos e pré-testado. Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (Dry Gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termopelásticos e fitas adesivas para fixação. (17022)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	BiofralTena Co	0	14,7000	1
			ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO (6844)	Biofral	0	14,7500	2
2	Fralda geriátrica tamanho M, pct com 10 fraldas, cintura tam 70 até 120 cm, peso 40 até 70 Kg, camada de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; Barreiras mais altas proporcionando muito mais segurança contra vazamentos laterais; Novo design com núcleo de formato anatômico proporcionando maior conforto; Cobertura interior de não tecido, que oferece maior conforto, com Aloe Vera, tornando a cobertura macia ao toque na pele; Camada externa toque suave dando maciez ao produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança e conforto; Indicador de umidade para maior praticidade: as duas listras tornam-se azuis sinalizando a hora de trocar o produto; Controlador de odor com extrato natural; Os componentes são atóxicos e pré-testado. Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (Dry Gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termopelásticos e fitas adesivas para fixação. (17023)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	BiofralTena Co	0	15,3500	1
			ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO (6844)	Biofral	0	15,4500	2

Página: 2/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Número do Registro de Preços: 3/2016 **Data do Registro:** 13/04/2016 **Válido até:** 13/04/2017
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de fraldas geriátricas para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Fralda geriátrica tamanho G, pot com 08 fraldas, cintura tam 80 até 150 cm, peso 70 até 90 Kg, camada de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; Barreiras mais altas proporcionando muito mais segurança contra vazamentos. laterais; Novo design com núcleo de formato anatômico proporcionando maior conforto; Cobertura inferior de não tecido, que oferece maior conforto, com Aloe Vera, tornando a cobertura mais ao toque na pele; Camada externa toque suave dando maciez ao produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico; proporcionando maior segurança e conforto; Indicador de unidade para maior praticidade: as duas listras tornam-se azuis sinalizando a hora de trocar o produto; Controlador de odor com extrato natural. Os componentes são atóxicos e pré-testado. Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com albe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (Dry Gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação. (17024)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	Biofratena Co	0	15,2000	1
4	Fralda geriátrica tamanho EG, pot com 07 fraldas, cintura tam 110 até 165 cm, peso acima de 90 Kg, camada de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; Barreiras mais altas proporcionando muito mais segurança contra vazamentos. laterais; Novo design com núcleo de formato anatômico proporcionando maior conforto; Cobertura inferior de não tecido, que oferece maior conforto, com Aloe Vera, tornando a cobertura mais ao toque na pele; Camada externa toque suave dando maciez ao produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico; proporcionando maior segurança e conforto; Indicador de unidade para maior praticidade: as duas listras tornam-se azuis sinalizando a hora de trocar o produto; Controlador de odor com extrato natural. Os componentes são atóxicos e pré-testado. Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com albe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (Dry Gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação. (17025)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	Biofratena Co	0	15,0500	1

ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO (6844)

Biofrat

2

15,2100

0

Biofratena Co

ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO (6844)

Biofrat

2

15,2100

0

Biofratena Co

ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO (6844)

Biofrat

2

15,2100

0

Biofratena Co

Página: 3/4

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Número do Registro de Preços: 3/2016		Data do Registro: 13/04/2016		Válido até: 13/04/2017			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de fraldas geriátricas para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO (6844)	Biofral	0	15,1200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2016

Número do Registro de Preços: 3/2016		Data do Registro: 13/04/2016		Válido até: 13/04/2017			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de fraldas geriátricas para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS N° 3/2016
PROCESSO N° 6/2016

(6156) - PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD
(6844) - ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO

Braço do Trombudo, 13 de Abril de 2016.

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016 LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE BRUSQUE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 – AVISO DE PRORROGAÇÃO

OBJETO: aquisição de um elevador, tipo elétrico, para transporte de pessoas, sem casa de máquinas, a ser instalado no Prédio da Câmara Municipal de Brusque.

Fica prorrogada a data de abertura do processo licitatório acima epigrafado para o dia 27 de abril de 2016, às 14:00 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 horas, do mesmo dia (27/04/2016), na sala de reuniões da Câmara Municipal.

VISITA (ITEM 9.2.4. DO EDITAL): até o dia 26/04/2016, das 12:00 às 18:00 horas na Câmara Municipal

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente

PORTARIA Nº 711/2016

PORTARIA Nº 711/2016

Readaptação de Servidor

Considerando ATA da Junta Médica da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Brusque, realizada na data de 06 de Abril de 2016, em que foi analisado o pedido da Secretaria de Orçamento e Gestão, para avaliação da readaptação de função da Servidora NOEMIA GROH, por apresentar patologias que acarretam limitações ao pleno desempenho da função para a qual prestou concurso público, e que após análise, pela Junta Médica Oficial, das patologias apresentadas, decidiu-se por parecer favorável a manutenção da readaptação da servidora;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Manter a readaptação da servidora NOEMIA GROH, em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que apresenta em sua capacidade física, verificada em inspeção por junta médica oficial, pelo período de mais 01 (um) ano a contar de 06/04/2016;

Parágrafo Único. A continuidade da readaptação que trata o artigo supracitado da-se, com fulcro no art. 30, da LC 147/2009.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 06/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de Abril de 2016
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 713/2016

PORTARIA Nº 713/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora FERNANDA GONÇALVES CLEMER, matrícula nº 705780, nomeado pela Portaria nº 8.316/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 714/2016

PORTARIA Nº 714/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora ANA CLAUDIA MACHADO, matrícula nº 373532, nomeado pela Portaria nº 8.314/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 715/2016

PORTARIA Nº 715/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora MAIARA RODRIGUES, matrícula nº 674834, nomeado pela Portaria nº 8.314/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 716/2016

PORTARIA Nº 716/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora CONCEIÇÃO APARECIDA CAMPOS BASÍLIO, matrícula nº 940801, nomeado pela Portaria nº 8.314/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/03/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 717/2016

PORTARIA Nº 717/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor JOÃO PAULO DE SOUZA, matrícula nº 923591, nomeado pela Portaria nº 8.314/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 718/2016

PORTARIA Nº 718/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor TAISA ORTMANN FANTINI, matrícula nº 681571, nomeado pela Portaria nº 8.318/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 719/2016

PORTARIA Nº 719/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora ALESSANDRA SILVA PIRES TORRESANI, matrícula nº 508020, nomeada pela Portaria nº 8.318/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 721/2016

PORTARIA Nº 721/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora PRISCILA SALAZAR DAUER FAGUNDES, matrícula nº 443875, nomeada pela Portaria nº 8.318/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 07 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 722/2016

PORTARIA Nº 722/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora ANA PAULA SCHLINDWEIN, matrícula nº 675555, nomeada pela Portaria nº 8.318/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 07 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 723/2016

PORTARIA Nº 723/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora GREICE CARLA VIESENTEINER, matrícula nº 460842, nomeada pela Portaria nº 8.318/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 07 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 733/2016

PORTARIA Nº 733/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora LISANDRA LIMAS HEIDERSCHIEDT, matrícula nº 7480, nomeada pela Portaria nº 8.318/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 734/2016

PORTARIA Nº 734/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora ANDREIA DA SILVA ZEN, matrícula nº 10119140, nomeada pela Portaria nº 8.318/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 735/2016

PORTARIA Nº 735/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora RAQUEL MARQUES, matrícula nº 677680, nomeada pela Portaria nº 8.318/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 736/2016

PORTARIA Nº 736/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora CAROLINE CARDOSO DOS SANTOS, matrícula nº 402427, nomeada pela Portaria nº 8.318/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 737/2016

PORTARIA Nº 737/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora PATRICIA CRISTIANI ATANAZIO DOS SANTOS, matrícula nº 422177, nomeada pela Portaria nº 8.318/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 738/2016

PORTARIA Nº 738/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora ORLINDA ROSALINA MARCHI THOMAZ, matrícula nº 677396 nomeado pela Portaria nº 8.313/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 743/2016

PORTARIA Nº 743/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora DELFINA DA SILVA BELTRAME, matrícula nº 413127 nomeado pela Portaria nº 8.337/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 744/2016

PORTARIA Nº 744/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora LUCIMAR ZEN DALCASTAGNE, matrícula nº 681644 nomeado pela Portaria nº 8.313/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 745/2016

PORTARIA Nº 745/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora MARIA ZENAIDE PEREIRA DOS SANTOS, matrícula nº 404683 nomeado pela Portaria nº 8.313/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 746/2016

PORTARIA Nº 746/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor OSMAR KAMMERS, matrícula nº 19453, nomeado pela Portaria nº 8.313/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 748/2016

PORTARIA Nº 748/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora DANIELI MARTINS, matrícula nº 941506 nomeado pela Portaria nº 8.316/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 750/2016

PORTARIA Nº 750/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor MARCOS BORGES, matrícula nº 941018 nomeado pela Portaria nº 8.314/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 751/2016

PORTARIA Nº 751/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora LIDIA HELENA SCHEIDT, matrícula nº 940798 nomeado pela Portaria nº 8.314/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 752/2016

PORTARIA Nº 752/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor VALMIR NICOLAO BITTENCOURT, matrícula nº 507628 nomeado pela Portaria nº 8.313/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 753/2016

PORTARIA Nº 753/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora ARLETE FERREIRA DE BRITO ABROMOVIZT, matrícula nº 507091 nomeado pela Portaria nº 8.313/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 757/2016

PORTARIA Nº 757/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora LUCIENE RAMOS SANTOS DE JESUS, matrícula nº 519596, nomeado pela Portaria nº 8.313/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 758/2016

PORTARIA Nº 758/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora JUDITE PAULO CARDOSO, matrícula nº 342025, nomeado pela Portaria nº 8.313/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 759/2016

PORTARIA Nº 759/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora CECILIA MARIA VOSS, matrícula nº 214906, nomeado pela Portaria nº 8.313/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 760/2016

PORTARIA Nº 760/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora MARLI ILI ROLL FUECHTER, matrícula nº 681458, nomeado pela Portaria nº 8.313/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 761/2016

PORTARIA Nº 761/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora SUELI KOHLER, matrícula nº 522643, nomeado pela Portaria nº 8.313/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 762/2016

PORTARIA Nº 762/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora MARIA ROSELI PACHECO, matrícula nº 5924, nomeado pela Portaria nº 8.313/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 749/2016

PORTARIA Nº 749/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora NEUZA MEIRELLES DA SILVA DEBATIN, matrícula nº 542644 nomeado pela Portaria nº 8.314/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02 – 2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02 – 2016 - FMS

EDITAL: - INEXIGIBILIDADE Nº 02 – 2016 - FMS

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM RÁDIO IMAGEM PARA REALIZAÇÃO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA.
FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR – SC,

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até às 18h30min do dia 29/04/2016.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 12 de abril de 2016.
ROSELAINE DE ALMEIDA PERICO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 26.748

PORTARIA Nº 26.748, de 01 de abril de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidoras do Magistério Público Municipal, aprovadas em Concurso Público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16 de dezembro de 2014, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos, disposições estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências, alterada pela Lei Complementar nº 298, de 23 de julho de 2015,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 001/2015 e Decreto nº 6.464, de 09 de julho de 2015, que homologou o resultado final do concurso, as cidadãs abaixo relacionadas, para ocuparem os cargos efetivos, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, na Secretaria Municipal da Educação, especificando nomes, cargos, carga horária semanal, referência, local de lotação, data de posse e de início do exercício, na forma que segue:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REFERÊNCIA	LOCAL DE LOTAÇÃO	DATA DE POSSE E INÍCIO DO EXERCÍCIO
DAIANA BIBILIO	Professor de Ensino Fundamental II	30 hs	1/A	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa e EMEB Hilda Granemann de Souza.	01/04/2016
ELISANGELA CRISTINA KVIATKOVSKI	Professor de Ensino Fundamental II	30 hs	1/A	EMEB Ulysses Guimarães; EMEB Vereda dos Trevos e EMEB Castelhana.	01/04/2016
EVELYN PRISCILA SCHULZE PROCÓPIO	Especialista em Assuntos Educacionais	20 hs	1/A	EMEB Morada do Sol	01/04/2016
GABRIELA NAVA RAMOS	Professor de Ensino Fundamental II	20 hs	1/A	EMEB Ulysses Guimarães	01/04/2016
MICHELI CASTELANI	Professor de Educação Infantil	20 hs	1/A	CMEI Pierina Adami	01/04/2016
ROSANGELA DA CUNHA	Especialista em Assuntos Educacionais	40 hs	1/A	EMEB Rodolfo Nickel	01/04/2016
VANESSA BRUSCO	Professor de Educação Infantil	20 hs	1/A	CMEI Pierina Adami	01/04/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 01 de abril de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.762

PORTARIA Nº 26.762, de 11 de abril de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidoras do Magistério Público Municipal, aprovadas em Concurso Público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16 de dezembro de 2014, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos, disposições estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências, alterada pela Lei Complementar nº 298, de 23 de julho de 2015,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 001/2015 e Decreto nº 6.464, de 09 de julho de 2015, que homologou o resultado final do concurso, as cidadãs abaixo relacionadas, para ocuparem os cargos efetivos, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, na Secretaria Municipal da Educação, especificando nomes, cargos, carga horária semanal, referência, local de lotação, data de posse e de início do exercício, na forma que segue:

NOME	CARGO	CARGA HORÁ- RIA SEMANAL	REFERÊNCIA	LOCAL DE LOTAÇÃO	DATA DE POSSE E INÍ- CIO DO EXERCÍCIO
IODETE APARECIDA ANTUNES NUNES QUERINO DE ALMEIDA	Professor de Educação Infantil	20 hs	1/A	EMEB Rodolfo Nickel	04/04/2016
JOCILENE LUCIA COLDEBELLA CORREA	Professor de Educação Infantil	20 hs	1/A	EMEB Ulysses Guimarães	04/04/2016
PAULA CRISTINA SANTORE	Professor de Educação Infantil	40 hs	1/A	CMEI Sonho Encantado	05/04/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de abril de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.772

PORTARIA Nº 26.772, de 13 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

Resolve:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal LUCIANE FAGANELLO CHAVES, Matrícula 13787, cargo de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal da Educação, na EMEB Esperança, auxílio-natalidade, no valor de um vencimento mínimo municipal, em virtude do nascimento de sua filha Julia Chaves, ocorrido no dia 14 de março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de abril de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.773

PORTARIA Nº 26.773, de 13 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

Resolve:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal ELIETE CATARINA D'AGOSTINI, Matrícula 629, cargo de Técnico em Secretariado, lotada na Secretaria Municipal da Administração, 35 (trinta e cinco) horas semanais, Licença Prêmio a que faz jus, especificando período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
11/03/2002 a 11/03/2007	15/04/2016 a 14/05/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de abril de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.776

PORTARIA Nº 26.776, de 13 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

Resolve:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal SIDNEI DOS SANTOS,

Matrícula 14101, cargo de Agente de Serviços e Obras Especiais - PMC, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Auxílio Natalidade, no valor de um vencimento mínimo municipal, em virtude do nascimento de sua filha Iasmin Vitória Antunes da Silva dos Santos, ocorrido no dia 28 de março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de abril de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 40 – PREGÃO PRESENCIAL – 22-2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 40 – Pregão Presencial – 22-2016 - PREFEITURA

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MASSA ASFALTICA E OLEO DE XISTO DESTINADO A SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA - DO MUNICIPIO DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 04/05/2016 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 04/05/2016 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone

Caçador, 12 de abril de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO 29 E 30**

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 29/2016

Contratante.: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR Contratada...: MARCOS GUSTAVO FRANZIO

Valor : 7.820,00 (sete mil oitocentos e vinte reais) Vigência : Início: 12/04/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2016

Recursos : Dotação: 1.191.4.4.90.00.00.00.00.00 (2) Saldo: 914.907,51

Objeto : Dispensa de licitação, com base no art. 24, I, da Lei 8.666/93, para a contratação de profissional para elaboração de projeto básico para ampliação da sede da Câmara Municipal, devendo contemplar a elaboração completa do projeto e o acompanhamento técnico da execução da obra.

Caçador, 14 de Abril de 2016 Ricardo Pelegrinello
Presidente da Câmara Municipal de Caçador

Contrato Nº.: 30/2016

Contratante.: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR Contratada...: MARJORIE BERGER BRUSCO EVENTOS - ME

Valor : 11.670,00 (onze mil seiscentos e setenta reais)

Vigência : Início: 13/04/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2016

Recursos : Dotação: 2.161.3.3.90.00.00.00.00.00 (6) Saldo: 265.783,35

Objeto : Contratação do serviço de decoração de eventos realizados pela Câmara Municipal durante o exercício de 2016, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência (ANEXO

I) do edital.

Caçador, 14 de Abril de 2016

Ricardo Pelegrinello

Presidente da Câmara Municipal de Caçador

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016 - FME

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 013/2016 - FME - Ata do Sistema de Registro de Preços 008/2016 – FME - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BOTIJÃO DE GÁS (P13 E P45), DESTINADOS AO PREPARO DAS REFEIÇÕES NAS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 14/04/2017

1ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2016 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 033/2016 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 029/2016 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS PRAÇAS, GINÁSIO DE ESPORTE E RUAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, NOS DIAS DO EVENTO "XXXIII ENCONTRO DOS GIDEÕES MISSIONÁRIOS DA ÚLTIMA HORA", QUE ACONTECERÁ NO PERÍODO DE 23 DE ABRIL A 03 DE MAIO DE 2016, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 14/04/2017

1ª Publicação.

RESULTADO PR 14/16 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2016-FME

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

“DESERTA NO ITEM 08”

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 14 de Abril de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos treze dias do mês de abril de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de troféus e medalhas para campeonatos municipais e eventos esportivos realizados pela Coordenadoria de Esportes do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa K'SPORTS COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ: 01.918.682/0001-89 em decorrência da homologação do processo licitatório nº 24/2016, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

LOTE 01					
IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	02	UN	TROFÉU CAMPEÃO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO-Troféu com 82 cm de altura, com base redonda com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Sobre esta base um suporte com um anel metalizado na cor dourada. Acima deste suporte uma taça fechada com 42 cm de largura a partir das alças na cor dourada fosca com detalhes metalizados na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada	200,00	400,00
02	02	UN	TROFÉU VICE CAMPEÃO CAMPEONATO MUNICIPAL DE CAMPO- Troféu com 68 cm de altura, com base redonda com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor prata. Sobre esta base um suporte com um anel metalizado na cor prata. Acima deste suporte uma taça fechada com 42 cm de largura a partir das alças na cor prata fosca com detalhes metalizados na cor prata. Estatueta intercambiável. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor prata	190,00	380,00
03	02	UN	TROFEUS TERCEIRA COLOCAÇÃO CAMPEONATO MUNICIPAL DE CAMPO- Troféu com 52 cm de altura, com base redonda com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor bronze. Sobre esta base um suporte com um anel metalizado na cor bronze. Acima deste suporte uma taça fechada com 42 cm de largura a partir das alças na cor bronze fosca com detalhes metalizados na cor prata. Estatueta intercambiável. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor bronze	180,00	360,00
04	20	UN	TROFÉU ARTILHEIRO E DEFESA MENOS VAZADA PARA OS CAMPEONATOS DE FUTEBOL DE CAMPO SUIÇO LIVRE, SUIÇO VETERANO, MUNICIPAL DE FUTSAL MASCULINO E FEMININO, TORNEIO DO INTERIOR, COPA DA OVELHA DE FUTEBOL SOCIETY E INTERBAIRROS- ARTILHEIRO-Troféu com 40 cm de altura, com base octogonal com 18 cm de largura em polímero na cor preta. Na parte superior desta base um suporte metalizado na cor dourada. Acima deste suporte uma estatueta de bola de futebol na cor prata com detalhes na cor preta. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação. DEFESA MENOS VAZADA- Troféu com 33 cm de altura, com base com 7,6 cm de largura em polímero na cor preto. Na parte superior desta base um cone com frisos metalizado na cor dourado e sobre este cone uma coroa com 12 pontas com 8,7 cm de largura, com uma estatueta fixa de bola de futebol metalizada na cor prata. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourado.	88,70	1.774,00
05	02	UN	TROFÉU CAMPEÃO DE FUTEBOL SUIÇO LIVRE E VETERANO- Troféu com 109 cm de altura, com base octogonal com 26,5 de largura em polímero na cor preta, taça fixa e estatueta da deusa da vitória metalizada na cor dourada. Quatro colunas em canos com frisos na cor dourada com suportes metalizados na cor dourada. Uma base de madeira octogonal na cor preta adornadas com quatro estatuetas fixas de águias metalizadas na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte metalizado na cor dourada com anel na cor prata. Taça fechada metalizada na cor dourada com 44 cm de largura a partir das alças. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada.	430,00	860,00
06	02	UN	TROFEU VICE CAMPEÃO DE FUTEBOL SUIÇO LIVRE E VETERANO- Troféu com 96 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero na cor preta, estatueta fixa de deusa da vitória metalizada na cor dourada. Quatro colunas metalizadas na cor dourada. Uma base de madeira redonda na cor preta com um suporte metalizado na cor dourada e um anel metalizado na cor prata. Taça composta por cesta e copa fechada metalizada na cor dourada com 21 cm de largura a partir das alças. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada.	295,00	590,00
07	02	UN	TROFEU TERCEIRO COLOCADO DE FUTEBOL SUIÇO LIVRE E VETERANO- Troféu com 87 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero na cor preta, estatueta fixa de deusa da vitória metalizada na cor dourada. Quatro colunas metalizadas na cor dourada. Uma base de madeira redonda na cor preta com um suporte metalizado na cor dourada e um anel metalizado na cor prata. Taça composta por cesta e copa fechada metalizada na cor dourada com 21 cm de largura a partir das alças. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada.	293,00	586,00

08	10	UN	TROFEU CAMPEÃO CAMPEONATO INTERBAIRROS, COPA DA OVELHA, MUNICIPAL DE FUTSAL MASCULINO E FEMININO E COPA DO INTERIOR- Troféu com 88 cm de altura, com base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Suporte metalizado na cor dourada e cinco colunas metalizadas na cor prata. Acima um suporte metalizado na cor dourada e uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta metalizada na cor dourada e copa na cor prata tampa metalizada na cor dourada. Quatro estatuetas fixas de futebol metalizadas na cor dourada e estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada.	345,00	3.450,00
09	10	UN	TROFEU VICE CAMPEÃO INTERBAIRROS, COPA DA OVELHA, MUNICIPAL DE FUTSAL MASCULINO E FEMININO E COPA DO INTERIOR- Troféu com 78 cm de altura, com base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Suporte metalizado na cor dourada e cinco colunas metalizadas na cor prata. Acima um suporte metalizado na cor dourada e uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta metalizada na cor dourada e copa na cor prata tampa metalizada na cor dourada. Quatro estatuetas fixas de futebol metalizadas na cor dourada e estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada	345,00	3.450,00
10	10	UN	TROFEU TERCEIRO COLOCADO INTERBAIRROS, COPA DA OVELHA, MUNICIPAL DE FUTSAL MASCULINO E FEMININO E COPA DO INTERIOR- Troféu com 73 cm de altura, com base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Suporte metalizado na cor dourada e cinco colunas metalizadas na cor prata. Acima um suporte metalizado na cor dourada e uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta metalizada na cor dourada e copa na cor prata tampa metalizada na cor dourada. Quatro estatuetas fixas de futebol metalizadas na cor dourada e estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada	337,00	3.370,00
11	30	UN	TROFEU DE ACRILICO 1º 2º 3º LUGAR PARA OLIMPIADAS DE INVERNO (JOGOS PARAISO), TORNEIO DE BOCHA, TORNEIO DE POKER, BINGO DA TERCEIRA IDADE E CAMPEONATO DE BOLÃO- 30 centímetros, com base de madeira e adesivo do Campeonato.	58,00	1.740,00
12	30	UN	TROFEU DE ACRILICO 1º 2º 3º LUGAR PARA OLIMPIADAS DE INVERNO (JOGOS PARAISO), TORNEIO DE BOCHA, TORNEIO DE POKER, BINGO DA TERCEIRA IDADE E CAMPEONATO DE BOLÃO- 50 centímetros, com base de madeira e adesivo do Campeonato.	88,00	2.640,00
VALOR TOTAL				R\$ 19.580,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

K'SPORTS COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE
MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos treze dias do mês de abril de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de troféus e medalhas para campeonatos municipais e eventos esportivos realizados pela Coordenadoria de Esportes do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa M.R.A CARTÕES E MEDALHAS LTDA - EPP, CNPJ: 02.399.982/0001-61, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 24/2016, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

LOTE 02					
IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	200	UN	Medalha fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 45 mm de diâmetro e centro liso com 25 mm de diâmetro. Ao redor da medalha um ramo em alto relevo. Espessura de 3 mm. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com 1,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 1,5 cm de largura.	2,50	500,00
14	200	UN	Medalha fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 45 mm de diâmetro e centro liso com 25 mm de diâmetro. Ao redor da medalha um ramo em alto relevo. Espessura de 3 mm. Metalizada na cor prata. Suporte para fita com 1,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 1,5 cm de largura	2,50	500,00

15	200	UN	Medalha fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 45 mm de diâmetro e centro liso com 25 mm de diâmetro. Ao redor da medalha um ramo em alto relevo. Espessura de 3 mm. Metalizada na cor bronze. Suporte para fita com 1,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 1,5 cm de largura	2,50	500,00
VALOR TOTAL				R\$ 1.500,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

M.R.A CARTÕES E MEDALHAS LTDA - EPP
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2015 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos catorze dias do mês de abril de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de mobiliário para as Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil da rede de ensino do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa AGNUS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 14.676.091/0001-94, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 96/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
21	10	UN	Quadro/Lousa Branco com moldura de alumínio, para escrita com marcador especial para quadro branco. Trata-se de um quadro econômico, indicado para salas de aula e salas de reunião. Com dimensões aproximadas do produto (cm) – AxLxP - 120x90x2cm.	79,00	790,00
VALOR TOTAL				R\$ 790,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

AGNUS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2015 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos catorze dias do mês de abril de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de mobiliário para as Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil da rede de ensino do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME, CNPJ: 09.053.748/0001-27, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 96/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
21	10	UN	Quadro/Lousa Branco com moldura de alumínio, para escrita com marcador especial para quadro branco. Trata-se de um quadro econômico, indicado para salas de aula e salas de reunião. Com dimensões aproximadas do produto (cm) – AxLxP - 120x90x2cm.	79,00	790,00
VALOR TOTAL				R\$ 790,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2015 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos catorze dias do mês de abril de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de mobiliário para as Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil da rede de ensino do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa INFOSEV TECNOLOGIA EIRELI, CNPJ: 21.919.471/0001-78, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 96/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
20	10	UN	<p>CARRINHO PARA LIVROS: Carrinho para transporte de livros, totalmente confeccionado em chapa de aço de baixo teor de carbono, sem arestas cortantes e rebarbas, com acabamento pelo sistema de tratamento químico da chapa (anti-ferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó, com camada mínima de tinta de 70 micras. Sendo: □ 02 (duas) estruturas tubulares em aço 20x20mm com parede de 1,20mm de espessura; semi-fechadas com chapa nº 16 (1,5mm) com 09 fendas de 2,8 cm de altura por 10,5 cm de largura cada.</p> <p>03 (três) níveis de bandejas confeccionadas em chapa nº 20 (0,90mm), sendo duas superiores inclinadas com divisória central e 01 (uma) inferior plana, medindo 490mm de largura e 490mm de comprimento, unidas a estrutura do carrinho através de solda.</p> <p>• 02 (dois) suportes para rodas confeccionados em chapa nº 16 (1,50mm), com 04 (quatro) rodízios giratórios com roda de 3" de diâmetro.</p> <p>• Capacidade total de carga: 170 kg.</p> <p>• Dimensões: Altura: 1,05 metros, Largura: 53 cm, Comprimento: 53 cm.</p> <p>• Carrinho na cor verde texturizada.</p>	450,00	4.500,00
VALOR TOTAL				R\$ 4.500,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

INFOSEV TECNOLOGIA EIRELI
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2015 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos catorze dias do mês de abril de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de mobiliário para as Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil da rede de ensino do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa LUIS CESAR REIS ME, CNPJ: 93.920.361/0001-37, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 96/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
08	20	CJ	<p>Longarina auditório de dois lugares. Estrutura: base dos pés e colunas duplas em tubo 20X40(parede 1,50mm) e com reforço central. Barra linear transversal dupla de apoio dos assentos em tubo 30x40(parede 1,20mm). Fechamento com ponteiros. Braços individuais laterais em tubo 20x20(parede 1,06mm) com apoio em forma de protetor confeccionado em resina plástica de alto impacto fixado por rebites. Suporte do encosto, com curvatura ergonômica especial em tubo industrial SAE 1006/1020 20x20(parede 1,20mm). Soldagem dos componentes que formam a estrutura deverão ser ligados entre si através de solda pelo sistema MIG em todas as junções. Proteção da superfície com tratamento especial ecologicamente correto denominado sistema "nanoceramic". Em monovia aérea o produto é banhado por sistema spray em vários estágios, anticorrosivo e desengraxante. Acabamento com tinta epóxi-pó, híbrida e eletrostática na cor preta. Ponteiros dos topos com sapatas em polipropileno injetado. Assento (400x400x8mm) sem abas e com curvatura anatômica anterior e posterior em resina plástica de alto impacto (PP). Encosto (410x210x8mm) em resina plástica (PP) ergonômico no encosto) 6.2x22. Altura do assento em relação ao piso 440mm e altura do encosto em relação ao piso 830mm. Apresentar relatório de ensaio sobre corrosão e envelhecimento por exposição à névoa salina, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de acordo com a ABNT NBR 8094/1983(material metálico revestido e não revestido – corrosão por exposição à névoa salina, no mínimo 300 horas, que contenha união soldada) em nome da licitante ou da fabricante do produto.</p>	264,00	5.2580,00

09	05	UN	Bancos: Estrutura em tubo de aço industrial SAE 1006/1020 para os pés em 30x30(parede 1,20mm) e requadro superior em tubo 30x50(parede 1,20mm) que unidas entre si formam uma peça única. Na peça do requadro estão soldados seis suportes de chapa de aço nas dimensões 30x20x2mm que servirão para fixação do tampo. Fechamento dos topos com ponteiros plásticos injetados 30x30 internas fixadas através de encaixe. Solda pelo processo MIG em todas as junções. Pintura por sistema ELE-TROSTÁTICO em epóxi-pó, processo de cura em estufa a 220°C. Assento(2000x350mm) em compensado multilaminado de 18mm de espessura revestido com laminado melamínico de 0,8mm de espessura. Acabamento das bordas com PVC tipo "T" fixados através de encaixe. Fixado à estrutura através de seis parafusos 4.5x16. Altura: 420mm.	238,00	1.190,00
12	10	UN	Roupeiro de aço com 20 portas e chaves com medida aproximada de 1945 x 925 x 420cm em chapa 26 e pintura epóxi-pó na cor cinza. Relatório de ensaio sobre corrosão e envelhecimento por exposição à névoa salina, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de acordo com a ABNT NBR 8094/1983(material metálico revestido e não revestido – corrosão por exposição à névoa salina, no mínimo 300 horas, que contenha união soldada) em nome da licitante ou da fabricante do produto.	700,00	7.000,00
13	20	UN	CADEIRAS ESTOFADAS GIRATÓRIAS Cadeira giratória, estilo secretária, com encosto e assento revestido com tecido poliéster na cor cinza, com espuma injetada anatomicamente de 35mm de espessura no encosto e 40 mm de espessura no assento. De 40cm a 50cm de altura, base reforçada tubo em aço, rodízios duplo giro c/ esfera.	108,90	2.178,00
18	15	UN	Longarina estofada modelo secretária com 03 lugares com encosto e assento em compensado revestido por espuma injetada de densidade 45, revestida com tecido na cor cinza mesclado, estrutura em tubo 20X40 com ponteiros em PP, pintura epóxi a pó na cor preta e solda MIG, apresentar relatório de ensaio sobre pintura e tratamento das partes metálicas: resistência a corrosão na câmara de nevoa salina deve ser de 300 horas quando ensaiada conforme NBR 8095 e avaliado conforme a ABNT NBR 5841 e NBR 5770 e espessura da camada medida conforme ABNT MB 1333, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO que contenha razão social do licitante ou da fabricante do produto.	275,00	4.125,00
19	20	CJ	Arquivo de aço com 04 gavetas com trilho telescópico zincado, estampado na frente um porta etiquetas e um puxador para cada gaveta, pintura epóxi-pó na cor cinza, solda mig, medidas: 1330x470x710cm. Chapa 24. Relatório de ensaio sobre corrosão e envelhecimento por exposição à névoa salina, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de acordo com a ABNT NBR 8094/1983(material metálico revestido e não revestido – corrosão por exposição à névoa salina, no mínimo 300 horas, que contenha união soldada) em nome da licitante ou da fabricante do produto.	440,00	8.800,00
VALOR TOTAL				R\$ 28.573,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

LUIS CESAR REIS ME
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2015 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos catorze dias do mês de abril de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de mobiliário para as Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil da rede de ensino do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa MOVESCO INDÚSTRIA E COM DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA, CNPJ: 93.234.789/0001-26, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 96/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	50	UN	ARMARIO 2 PORTAS: confeccionado em aglomerado revestido em melamínico BP na cor casca de ovo, com duas portas e divisória central interna. Fundo em duratree. Três prateleiras internas. Com duas fechaduras cilíndricas e puxadores. Pés em tubo industrial 25x25(parede 1,20mm) e requadro em tubo 20x30(parede 1,06mm). Solda MIG. Pintura por sistema eletrostático em epóxi-pó e secagem em estufa. Acabamento dos pés com ponteiros plásticos em PP. Medidas: A1600 x L1000 x P420mm. Apresentar na proposta relatório de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, atestando a resistência ao impacto IZOD da resina plástica no PP das ponteiros(corpo de prova) sendo a resistência ao impacto maior que 135J/m, em nome do licitante ou da fabricante do produto.	780,00	39.000,00

02	10	UN	<p>CONJUNTO REFEITÓRIO UMA MESA E DOIS BANCOS: Mesa: Estrutura em tubo de aço industrial SAE 1006/1020 para os pés em 30x30(parede 1,20mm) e requadro superior em tubo 30x50(parede 1,20mm) que unidas entre si formam uma peça única. Na peça do requadro estão soldados seis suportes de chapa de aço nas dimensões 30x20x2mm que servirão para fixação do tampo. Fechamento dos topos com ponteiros plásticos injetados 30x30 fixadas através de encaixe. Solda pelo processo MIG em todas as junções. Pintura por sistema ELETROSTÁTICO em epóxi-pó, processo de cura em estufa a 220°C. Tampo(2000x700mm) em compensado multilaminado de 18mm de espessura revestido com laminado melamínico de 0,8mm de espessura. Acabamento das bordas com PVC tipo "T" fixados através de encaixe. Fixado à estrutura através de seis parafusos 4.5x16. Altura: 700mm. Apresentar na proposta relatório de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, atestando a resistência ao impacto IZOD da resina plástica no PP das ponteiros(corpo de prova) sendo a resistência ao impacto maior que 135J/m, em nome do licitante ou da fabricante do produto. Bancos: Estrutura em tubo de aço industrial SAE 1006/1020 para os pés em 30x30(parede 1,20mm) e requadro superior em tubo 30x50(parede 1,20mm) que unidas entre si formam uma peça única. Na peça do requadro estão soldados seis suportes de chapa de aço nas dimensões 30x20x2mm que servirão para fixação do tampo. Fechamento dos topos com ponteiros plásticos injetados 30x30 internas fixadas através de encaixe. Solda pelo processo MIG em todas as junções. Pintura por sistema ELETROSTÁTICO em epóxi-pó, processo de cura em estufa a 220°C. Assento(2000x350mm) em compensado multilaminado de 18mm de espessura revestido com laminado melamínico de 0,8mm de espessura. Acabamento das bordas com PVC tipo "T" fixados através de encaixe. Fixado à estrutura através de seis parafusos 4.5x16. Altura: 420mm.</p>	1.039,00	10.390,00
03	30	UN	<p>CADEIRA ESTOFADA: Estrutura confeccionada em tubo industrial 7/8(parede 1,06mm). Com 4 travessas de reforço entre as pernas em tubo ¾(parede 0,90mm). Pintura por sistema eletrostático em epóxi-pó na cor preta e secagem em estufa. Fechamento dos topos com ponteiros em polipropileno 100% injetado. Assento (430x390mm) espessura 450mm e encosto(370x290mm) espessura 350mm, em compensado multilaminado anatômico. Espuma de poliuretano injetado, revestido em tecido, com acabamento das bordas em perfil PVC flexível, fixado à estrutura através de parafusos. Apresentar na proposta relatório de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, atestando a resistência ao impacto IZOD da resina plástica no PP das ponteiros(corpo de prova) sendo a resistência ao impacto maior que 135J/m, em nome do licitante ou da fabricante do produto.</p>	164,00	4.920,00
04	200	CJ	<p>CONJUNTO ESCOLAR ADULTO Carteira: Estrutura em tubo de aço industrial SAE 1006/1020 20x40(parede 1,50mm) para laterais e parte inferior na parte superior, formando peça única com duas travessas de tubo SAE 1006/1020 20x40(parede 1,50mm) transversais uma abaixo do porta livros, suportes de fixação do tampo com seis suportes confeccionados em chapa de aço industrial SAE 1006/1020 com espessura de 1,9mm (chapa #14), com dimensões de 35x25mm, soldados a estrutura. Pés com ponteiros plásticos 20x40 com calço, fixadas através de encaixe e rebitas à estrutura através de rebites de repuxo 4.8x16 de alumínio. Solda pelo processo MIG em todas as junções. Pintura por sistema ELETROSTÁTICO em epóxi-pó, processo de cura em estufa a 220°C. Porta livros em arame de aço 1/4 quadrado. Tampo(560x420mm) inclinado (129) em compensado multilaminado de madeira com 18mm de espessura, revestido na face superior em laminado de alta pressão, espessura 0,8mm. Bordas transversais encabeçadas em fita. Dimensões acabadas do tampo: 600x420x18mm. Altura total: 720mm. Apresentar na proposta relatório de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, atestando a resistência ao impacto IZOD da resina plástica no PP das ponteiros(corpo de prova) sendo a resistência ao impacto maior que 135J/m, em nome do licitante ou da fabricante do produto. Cadeira com estrutura confeccionada em tubo de aço industrial SAE 1006/1020, com seção circular de 7/8" de diâmetro, chapa #16 (parede 1,50mm de espessura), dotada de 02(dois) reforços transversais em tubo ¾(parede 1,06mm de espessura) soldados na parte inferior do assento e 04 travessas de reforço entre as pernas. Solda MIG e pintura epóxi-pó. Fechamento dos topos dos tubos (inclusive os pés) com ponteiros em polipropileno injetado de alta densidade, fixados na estrutura através de encaixe. Assento (400x425x8mm) sem abas e com curvatura anatômica anterior e posterior em resina plástica de alto impacto (PP) com cavidade especial para alojamento adequado do rebite. Encosto (410x210x8mm) em resina plástica (PP) ergonômico. A espessura do assento/encosto deve ser de 8mm em toda sua extensão. Fixados à estrutura por rebites pop de alumínio (4 no assento e 4 no encosto)6.2x25. Altura do assento em relação ao piso 460mm e altura do encosto em relação ao piso 855mm.</p>	318,00	63.600,00

05	200	UN	<p>CONJUNTO ESCOLAR INFANTIL</p> <p>Carteira: estrutura em tubo de aço industrial SAE 1006/1020 3/4 (parede 1,06mm) para os pés, com travessas em tubo 3/4 (parede 0,90mm) entre as pernas para maior resistência a estrutura, sendo duas na lateral e uma na parte frontal, fechamento dos pés com ponteiros plásticos 3/4. Solda pelo processo MIG em todas as junções. Pintura por sistema ELETROSTÁTICO em epóxi-pó na cor preto, processo de cura em estufa a 220°C. Porta livros tipo gradil aramado, em arame de aço 1006/1020 3/16. Tampo(450x350mm) em MDF de 18mm revestido em laminado melamínico de 0,8mm de espessura, bordas com acabamento em alumínio tipo "T" em formato boleado e liso (dimensões 19mm x 13mm) na parte que é encaixado na madeira duas ranhuras de cada lado com distância entre elas de 4mm. A largura da peça encaixada de 2mm e com extremidade das ranhuras de 3,7mm. Raio de curvatura da parte boleada de 12°. Fixado a estrutura através de seis parafusos auto-atarraxantes. Altura final 580mm. Apresentar na proposta relatório de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, atestando a resistência ao impacto IZOD da resina plástica no PP das ponteiros(corpo de prova) sendo a resistência ao impacto maior que 135J/m, em nome do licitante ou da fabricante do produto. Cadeira: estrutura dos pés em tubo industrial SAE 1006/1020 3/4 (parede 0,90mm), uma peça em forma de "U" invertido em tubo de aço 3/4 (parede 1,06mm) para fixação do encosto e duas travessas de reforço entre as pernas em tubo 3/4 (parede 0,90mm). Fechamento dos topos com ponteiros em resina plástica 3/4 fixadas através de encaixe. Solda pelo processo MIG em todas as junções. Pintura por sistema ELETROSTÁTICO em epóxi-pó na cor preto, processo de cura em estufa a 220°C. Assento(300x300mm) e encosto(300x160mm) confeccionado em compensado multilaminado 10mm boleados e anatômicos revestidos com laminado melamínico 0,8mm de espessura. Acabamento das bordas com pintura na cor pinhão. Fixados a estrutura através de rebites de repuxo 4.8x25 de alumínio. Altura do assento ao chão 340mm e altura do encosto ao chão 640mm. Apresentar na proposta relatório de ensaio sobre corrosão e envelhecimento por exposição à névoa salina, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de acordo com a ABNT NBR 8094/1983(material metálico revestido e não revestido – corrosão por exposição à névoa salina, no mínimo 300 horas, que contenha união soldada) em nome da licitante ou da fabricante do produto.</p>	175,00	35.000,00
06	15	UN	<p>LINHA BIBLIOTECA: Mesa: Estrutura dos pés confeccionada em tubo de aço industrial SAE 1006/1020 30x30(parede 1,20mm) e tubo 20x30(parede 1,06mm) em forma de requadro. Fechamento dos pés com ponteiros plásticos 30x30. Solda pelo processo MIG em todas as junções. Proteção da superfície com tratamento especial ecologicamente correto denominado sistema "nanoceramic". Em monovia aérea o produto é banhado por sistema spray em vários estágios, anticorrosivo e desengraxante. Pintura em epóxi-pó na cor preto, processo de cura em estufa a 220°C. Tampo(800x800mm) em MDF de 18mm de espessura revestido com laminado melamínico. Bordas com PVC tipo T fixado através de encaixe. Fixação do tampo à estrutura através de oito parafusos auto atarraxantes. Altura 750mm. Cadeira concha: Estrutura em tubo de aço industrial SAE 1006/1020 3/4(parede 1,06mm) para os pés. Duas travessas abaixo do assento em tubo 3/4(parede 1,06mm). Ponteiros plásticos 3/4 externas para os pés. Solda MIG em todas as junções. Proteção da superfície com tratamento especial ecologicamente correto denominado sistema "nanoceramic". Em monovia aérea o produto é banhado por sistema spray em vários estágios, anticorrosivo e desengraxante. Pintura em epóxi-pó, processo de cura em estufa a 220°C. Assento tipo concha em resina plástica PP injetado. Altura do assento ao chão 460mm e do encosto ao chão 760mm. Apresentar na proposta relatório de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, atestando a resistência ao impacto IZOD da resina plástica no PP das ponteiros(corpo de prova) sendo a resistência ao impacto maior que 135J/m, em nome do licitante ou da fabricante do produto.</p>	650,00	9.750,00
10	05	UN	<p>Conjunto refeitório infantil uma mesa e dois bancos: Mesa: Estrutura em tubo de aço industrial SAE 1006/1020 para os pés em 30x30(parede 1,20mm) e requadro superior em tubo 30x50(parede 1,20mm) que unidas entre si formam uma peça única. Na peça do requadro estão soldados seis suportes de chapa de aço nas dimensões 30x20x2mm que servirão para fixação do tampo. Fechamento dos topos com ponteiros plásticos injetadas 30x30 fixadas através de encaixe. Solda pelo processo MIG em todas as junções. Pintura por sistema ELETROSTÁTICO em epóxi-pó, processo de cura em estufa a 220°C. Tampo(2000x700mm) em compensado multilaminado de 18mm de espessura revestido com laminado melamínico de 0,8mm de espessura. Acabamento das bordas com PVC tipo "T" fixados através de encaixe. Fixado à estrutura através de seis parafusos 4.5x16. Altura: 580mm. Apresentar na proposta relatório de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, atestando a resistência ao impacto IZOD da resina plástica no PP das ponteiros(corpo de prova) sendo a resistência ao impacto maior que 135J/m, em nome do licitante ou da fabricante do produto. Bancos: Estrutura em tubo de aço industrial SAE 1006/1020 para os pés em 30x30(parede 1,20mm) e requadro superior em tubo 30x50(parede 1,20mm) que unidas entre si formam uma peça única. Na peça do requadro estão soldados seis suportes de chapa de aço nas dimensões 30x20x2mm que servirão para fixação do tampo. Fechamento dos topos com ponteiros plásticos injetadas 30x30 internas fixadas através de encaixe. Solda pelo processo MIG em todas as junções. Pintura por sistema ELETROSTÁTICO em epóxi-pó, processo de cura em estufa a 220°C. Assento(2000x350mm) em compensado multilaminado de 18mm de espessura revestido com laminado melamínico de 0,8mm de espessura. Acabamento das bordas com PVC tipo "T" fixados através de encaixe. Fixado à estrutura através de seis parafusos 4.5x16. Altura: 340mm.</p>	1.039,00	5.195,00

11	120	UN	Conjunto coletivo: Uma mesa: Estrutura dos pés em tubo de aço industrial SAE 1006/1020 30x30(parede 1,20mm) e 20x30(parede 1,06) para requadro (800x800mm), fechamento com ponteiros plásticos 30x30 em polipropileno. Sistema de soldagem processo MIG unindo todas as partes metálicas, sem resíduos ou respingos provenientes da mesma. Tampo (1000mm de diâmetro) em MDF de 18mm, revestido com laminado melamínico de 0,8mm de espessura. Bordas com acabamento em alumínio tipo "T" em formato boleado e liso (dimensões 19mm x 13mm) na parte que é encaixado na madeira duas ranhuras de cada lado com distância entre elas de 4mm. A largura da peça encaixada de 2mm e com extremidade das ranhuras de 3,7mm. Raio de curvatura da parte boleada de 12°. Tampo fixado à estrutura através de 08 parafusos 4.5x45PHP atarraxantes. Altura: 580mm. Quatro cadeiras: Estrutura em tubo industrial SAE 1006/1020 7/8 (parede 1,50mm). Quatro pés, sendo dois em peça única com o encosto e dois em forma de palito. Duas travessas de sustentação sob o assento em tubo 7/8(parede 1,20mm). Abaixo do assento na parte frontal travessa em forma de arco para sustentação do mesmo em tubo 7/8(parede 1,20mm). Solda pelo processo MIG em todas as junções. Acabamento com tinta epóxi-pó, híbrida e eletrostática. Fechamento de todos os topos dos tubos com ponteiros 7/8 injetadas 100% polipropileno. Assento(340x330x5mm) e Encosto(330x180x5mm) confeccionado em resina plástica de alto impacto, alto brilho com curvaturas anatômicas e abas laterais que se acomodam melhor à estrutura. Cavidades especiais com rebaixo, evitando danos à vestimenta do usuário, fixação do encosto à estrutura através de rebites de repuxo tipo POP. Apresentar junto com a proposta relatório de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, atestando a resistência ao impacto IZOD da resina plástica no PP do assento/encosto/ponteiros (corpo de prova) sendo a resistência ao impacto maior que 135J/m em nome da marca indicada na proposta ou da fabricante do produto. Altura do assento ao chão 340mm. Altura do encosto ao chão 625mm.	640,00	76.800,00
VALOR TOTAL					R\$ 244.655,00

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

MOVESCO INDÚSTRIA E COM DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2015 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos catorze dias do mês de abril de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de mobiliário para as Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil da rede de ensino do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa M MOBILE EIRELI, CNPJ: 15.764.033/0001-85, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 96/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
16	10	UN	Mesa reunião redonda 1,80x 0,80 tampo da mesa confeccionado em MDP e acabamento em perfil 180 de ferro reforçado 30x50 pintados com "epóxi a pó" na cor cinza.	444,40	4.444,00
VALOR TOTAL				R\$ 4.444,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

M MOBILE EIRELI
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2015 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos catorze dias do mês de abril de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de mobiliário para as Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil da rede de ensino do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa VW COMERCIO ATACADISTA LTDA, CNPJ: 10.573.408/0001-06, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 96/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de

Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	15	UN	Mesa conjugada 1,80 x 0,60x 0,75 c/ mesa de computador com teclado retrátil medindo 1,00x60x35 com corrediça metálica, suporte de CPU e estabilizador, confeccionado em MDP de 15mm de espessura com acabamento em perfil 180 graus no tampo da mesa e acabamento em fita no teclado e no suporte de CPU, com pés de ferro reforçado 30x50 pintados com "epóxi a pó" na cor cinza.	229,00	3.435,00
17	20	UN	Quadro verde PLANO quadriculado. Fabricado com madeira MDF 12 mm de alta resistência evitando assim que o material empene por ser mais espesso, a lousa verde quadriculada possui revestimento em laminado melamínico verde lousa que garante a durabilidade e qualidade bordas em alumínio, com medidas 1,20x2,50m	400,00	8.000,00
VALOR TOTAL				R\$ 11.435,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epígrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

VW COMERCIO ATACADISTA LTDA
Representante legal

ATA PREGÃO 30/2016

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 30/2016)

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Lilian Terezinha Barstch e Irineu Woitskovski Júnior, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 30/2016, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de eletricitista (instalação elétrica e manutenção elétrica) para os órgãos e unidades da administração municipal. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: FC INSTALADORA ELÉTRICA LTDA – CNPJ:03.698.301/0001-29. Passou-se ao credenciamento dos licitantes, sendo o Sr. Carlos Camargo, representante da empresa FC INSTALADORA ELÉTRICA LTDA. Todas empresas apresentaram a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e todas as empresas comprovaram o enquadramento como empresa de pequeno porte. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM.

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
FC INSTALADORA	40,00	40,00	1ª	HABILITADA

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante primeira classificada conforme tabela acima. Estando de acordo com o exigido no edital, a licitante FC INSTALADORA ELÉTRICA LTDA foi declarada vencedora com o valor unitário de R\$ 40,00. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

ATA PREGÃO 32/2016

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 32/2016)

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Irineu Woitskovski Júnior e Lilian Terezinha Bartsch, membros da responsáveis pelo Processo Licitatório nº 32/2016, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de tapa-buraco (reposição de asfalto com emprego de materiais) para o município de Campo Alegre – SC. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA – CNPJ:03.620.927/0001-12, CONPLA – CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA – CNPJ: 82.130.170/0001-55. A licitante PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA credenciou como representante na sessão o Sr. Thiago Paul a licitante CONPLA – CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA credenciou como representante na sessão o Sr. Ricardo Lima Moraes, As licitantes apresentaram a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação. Nenhuma licitante comprovou enquadramento como microempresa ou EPP. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM. Passou-se a fase de lances, ficando definido conforme tabela.

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	89,00	70,00	1º	HABILITADA
CONPLA – CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA	89,20	72,00	2ª	-----

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante primeira classificada no item, estando de acordo com o exigido no edital, a empresa

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, foi declarada vencedora dos item 01 com o valor de R\$ 70,00. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

DECRETO Nº 9.729 DE 14 DE ABRIL DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.729 DE 14 DE ABRIL DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de Dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito		
02.01 -	Chefia de Gabinete		
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 240,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito		
02.01 -	Chefia de Gabinete		
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339047.00.896 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 240,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre/SC., 14 de abril de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/04/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.730 DE 14 DE ABRIL DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.730 DE 14 DE ABRIL DE 2016

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CHEFE DO SERVIÇO DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA, AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, alterada pela Complementar Municipal nº 111 de 25 de novembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Nomear o Servidor Público Municipal GILSON OMAR BRUNNQUELL, Matrícula Funcional nº 000774, Registro no Sistema sob nº 955393, ocupante do Cargo Público e na Função de Engenheiro Agrônomo, para exercer a Função Gratificada de CHEFE DO SERVIÇO DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA, AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE, exercer as atribuições definidas na Lei Municipal 2.683 de 10 de Dezembro de 2002, percebendo a Gratificação no valor de R\$ 1.470,28 (um mil, quatrocentos e setenta reais e vinte e oito centavos) mensal, Código nº 09, Função Gratificada FG-1, constante no Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 111 de 25 de novembro de 2014, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art.2º) O pagamento desta Gratificação não se incorporará à remuneração do Servidor e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da função gratificada.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 14 de abril de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/04/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.731 DE 14 DE ABRIL DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.731 DE 14 DE ABRIL DE 2016

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a KELY CRISTIANE FRIEDRICH DREFHAL, do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, Registro no Sistema sob o nº 955429, partir de 14 de abril de 2016.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 14 de abril de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/04/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO 13/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2016 FMS

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto a aquisição de equipamentos/material permanente para as Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre, conforme relação abaixo:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	04	unid	Armário Vitrine, 02 portas, 04 prateleiras, confeccionado em aço/ferro pintado com laterais em vidro, dimensões mínimas: 0,65 x 0,40. 1,65 m (LxPxA).	800,00	3.200,00
02	08	unid	Suporte para Soro em aço/ferro pintado, com pedestal altura regulável.	150,00	1.200,00
03	15	unid	Esfigmomanômetro Aneróide para adulto, contendo: Manômetro de alta precisão 0 – 300 mmHg; Braçadeira com manguito em PVC em ALGODÃO com fecho de VELCRO na cor azul marinho; Válvula de deflação; 01 Pera. Verificado e Aprovado pelo INMETRO.	80,00	1.200,00
04	02	unid	Esfigmomanômetro Aneróide para obesos, contendo: Manômetro de alta precisão 0 – 300 mmHg; Braçadeira com manguito em PVC (Circunferência de 35 até 51 cm) em ALGODÃO com fecho de VELCRO na cor azul marinho; Válvula de deflação; 01 pera. Verificado e Aprovado pelo INMETRO.	80,00	160,00
05	04	unid	Esfigmomanômetro Aneróide infantil, contendo: Manômetro de alta precisão 0 – 300 mmHg; Braçadeira com manguito em PVC em ALGODÃO com fecho de VELCRO na cor azul marinho; Válvula de deflação; 01 Pera. Verificado e Aprovado pelo INMETRO.	80,00	320,00

06	06	unid	BALDE PEDAL/LIXEIRA Lixeira Inox, com pedal, capacidade mínima de 15 litros	200,00	1.200,00
07	03	unid	BALDE PEDAL/LIXEIRA Lixeira Inox, com pedal, capacidade mínima de 5 litros	150,00	450,00
08	01	unid	Aquecedor portátil de ambiente termoventilador, 220 volts.	100,00	100,00
09	07	unid	Longarina 03 lugares, cor azul, assento em polipropileno de alta resistência (40x46cm), encosto em polipropileno de alta resistência (32x45,5 cm), capacidade de carga 120 kg por lugar, barro tubular metálica 30x50mm preta, pés metálicos pretos ou cinza com revestimento em polipropileno, suportes do assento e encosto metálicos pretos em tubo oblongo de 16x30mm com espessura de 1,2 mm e travessas metálicas. Assentos e encostos confeccionados em polipropileno de alta resistência pelo sistema de injeção termoplástica. Furação na estrutura (2 furos em cada perna) para fixação no chão.	350,00	2.450,00
10	08	unid	Longarina 04 lugares, cor azul, assento em polipropileno de alta resistência (40x46cm), encosto em polipropileno de alta resistência (32x45,5 cm), capacidade de carga 120 kg por lugar, barro tubular metálica 30x50mm preta, pés metálicos pretos ou cinza com revestimento em polipropileno, suportes do assento e encosto metálicos pretos em tubo oblongo de 16x30mm com espessura de 1,2 mm e travessas metálicas. Assentos e encostos confeccionados em polipropileno de alta resistência pelo sistema de injeção termoplástica. Furação na estrutura (2 furos em cada perna) para fixação no chão.	400,00	3.200,00
11	03	Unid	Cadeira de Roda Adulto, pés removíveis, em aço/ferro pintado, braços removíveis, com elevação de pernas e suporte de soro	1.000,00	3.000,00
12	04	Unid	Cadeira de Roda Pediátrica, pés removíveis, em aço/ferro pintado, braços removíveis, com elevação de pernas e suporte de soro.	1.000,00	4.000,00
13	04	unid	Televisor, tela tamanho mínimo de 32" com conversor digital, tipo LED, entrada HDMI, portas USB, FULL HD, 220 volts.	1.500,00	6.000,00
14	01	unid	Desfibrilador, bifásico, dispositivo para carga em 110/220 e 12 volts, bateria recarregável e indicador de carga ao ligar, auto teste ao ligar, visor de LCD para laudos, com 03 eletrodos, bateria mínimo de 300 choques com tela de ECG. Conforme padrões da ANVISA. Garantia mínima de 12 meses.	6.500,00	6.500,00
15	02	unid	Reanimador Pulmonar (AMBU) com reservatório, material de confecção: silicone	200,00	400,00
16	01	unid	Laringoscópio adulto contendo 5 laminae aço inox e fibra óptica	1.200,00	1.200,00
17	04	unid	Eletrocardiógrafo, contendo: laudo interpretativo, 12 canais, bateria interna, memória, tela LCD, suporte com rodízios, software para exame em computador.	7.520,00	30.080,00
18	04	unid	Sonar modelo portátil, utilizado para detectar batimentos cardíacos fetais a partir da 10ª a 12ª semana de gestação, possibilitando a avaliação do ritmo cardíaco fetal durante a gravidez e parto. Frequência de saída 2,25MHz ± 10% Tensão 110 / 220 V, Consumo 5 w Corrente 400 m.A. LED indicador de equipamento ligado e pronto para uso imediato. Botão com regulagem de tonalidade de grave e agudo. Botão liga ou desliga com regulagem de intensidade do volume. Gabinete confeccionado em PSPI poliestireno de auto impacto, auto brilho e antioxidante. Alojamento para transdutor na lateral do gabinete. Saída para fone de ouvido. Normas: NBR IEC 60601-1, NBR IEC 60601-1-2, NBR IEC 60601-2-37. Peso líquido: 1,100Kg Peso bruto: 1,500Kg. Dimensões 200 X 210 X 95 mm Garantia: 2 anos	800,00	3.200,00
19	08	Unid	Otoscópio, com bateria recarregável contendo fibra óptica com no mínimo 10 espelhos reusáveis, com carregador de bateria.	500,00	4.000,00
20	02	unid	Balança infantil digital com capacidade de 15 kg, divisões de 5 g, pés reguláveis em borracha sintética; concha anatômica em polipropileno com medida de 540 x 290 mm; Chave seletora de tensão 110 / 220 V; Display com 5 dígitos; Função da tecla TARA no painel frontal;	800,00	1.600,00
21	01	unid	Balança Antropométrica Digital com capacidade de Pesagem até 200 quilos, com divisões a cada 100 gramas. Tamanho da Plataforma de Pesagem 38 centímetros x 29 centímetros. Régua Antropométrica com altura de 2,00 metros, sendo fabricada em alumínio anodizado, e a marcações de altura a cada 0,5 centímetro. Tapete antiderrapante de borracha. Deverá conter a Função de TARA. Painel Digital com 6 dígitos. Visor em LED. Voltagem Bivolt Automático 90 a 240 V.	1.000,00	1.000,00
22	01	unid	Braçadeira para injeção em inox, construída em base tubular, com pintura eletrostática antimicrobiana após tratamento antiferrugem, com altura regulável de 0,80 a 1,20m, apoio para braço tipo concha em chapa aço esmaltada, acolchoada, pés revestidos com ponteiros plásticos. (ANVISA: 80589649007).	200,00	200,00
23	03	unid	Ar condicionado, climatização quente e frio de no mínimo 12000 BTU, 220 volts	1.200,00	3.600,00
24	02	unid	Conjunto nebulizador em saco plástico contendo tubo atóxico e copo dosador. 02 Máscaras em PVC anatômicas e atóxicas. (01 Adulto e 01 Infantil). Especificações Técnicas: Motor: 1/30 HP; Consumo de Energia: 70 / 80 W; Voltagem: 220 Volts (60 Hz); Compressão: 40 Libras (máximo); Vazão de ar livre: 15 litros /min; Vazão de ar com nebulizador: 7,5 litros / min; Partículas: 0,5 a 8 microns.	200,00	400,00
25	01	Unid	Negatoscópio em aço/ferro pintado, tipo: mesa/1 corpo	300,00	300,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 78.960,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 15/04/2016 até as 09h45min do dia 29/04/2016;



Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 29/04/2016 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br , horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Campo:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	91.02	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde
Função	10	Saúde
Subfunção	301	Atenção Básica
Programa	59	Atenção Básica a Saúde
Projeto	2.115	Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde
Elemento de Despesa	4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente
Recurso	935	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre - SC, 14 de abril de 2016.
Carolina da Costa Telma
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Campo Erê

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS 02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO N° 830/2016

TOMADA DE PREÇOS N° 02/2016

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, representado por seu prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até às 08 horas do dia 02 de Maio de 2016, a Comissão Permanente de Licitações, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório n° 830/2016 na modalidade de Tomada de Preços N° 02/2016 do Município de Campo Erê, cujo objeto é a Construção da Cobertura do Acesso Principal do CEI Turma da Mônica, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações deste Edital, serão fornecidas pelo Dpto. de Licitações, sito à Rua 1º de Maio, 736, Campo Ere - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7:30h às 11:30h e das 13:15hs as 17:15hs e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 14 de Abril de 2016. RUDIMAR BORCIONI - Prefeito Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 04/2016 - SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

O Município de Campos Novos através do Fundo Municipal de Assistência Social de Campos Novos, torna público que fará realizar no dia 28 de abril de 2016 às 16 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE LINHAS, AGULHAS E BOLSAS DE TECIDO PARA DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS ARTESANAIS PELO CLUBE DE MÃES NO ANO DE 2016. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13:30 às 18:30, diariamente.

Campos Novos, 15 de abril de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

AVISO DE PP Nº2/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 03/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016.

O Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 02 de Maio de 2016 às 15h00min Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAS, EQUIPAMENTOS, SEMENTES, MUDAS E UTENSÍLIOS PARA MANUTENÇÃO DE AVENIDAS, PRAÇAS E HORTO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min diariamente.

Campos Novos, 14 de Abril de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº. 083/2016

DECRETO Nº. 083/2016

RATIFICA DECRETO Nº. 239/2015 QUE APROVA

REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, Resolve:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 239/2015, que aprovou o remembramento de terreno urbano com área de 847,00 m² (Oitocentos e quarenta e sete metros quadrados), procedido por SILVETE ROSINHA HELKO, situado na Rua Emilio Scholtz, no Bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 5.824 e 18.406, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº. 28 com área de 847,00 m² pertencente a quadra nº 210, conforme requerimento protocolado sob nº. 2876/2013.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 084/2016

DECRETO Nº. 084/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.815 de 07/04/2016, Resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.815 de 07/04/2016, no valor de R\$ 4.626,03 (quatro mil, seiscentos e vinte e seis reais e três centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 2.023 – Manutenção de Ruas, Estradas, Praças, Jardins, Pontes e Bueiros

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 4.626,03

Recursos 10700 – Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico – CIDE

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$ 4.626,03 (quatro mil, seiscentos e vinte e seis reais e três centavos), observando a arrecadação do exercício de 2015 e a tendência de arrecadação do exercício de 2016, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2016 (A) + Excessos abertos em 2016	Estimativa de Arrecadação para 2016, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
10700	17.160,00	21.786,03	4.626,03
TOTAL			4.626,03

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

DECRETO Nº. 085/2016

DECRETO Nº. 085/2016

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, Resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 600,00 m² (Seiscentos metros quadrados), procedido por LUCIANO MARCOS KARPEN, situado na Rua Francisco de Paula Pereira, no Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 8.858 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 15 com área de 352,43 m² e lote nº 16 com área de 274,57 m², todos pertencentes à quadra nº 685, conforme requerimento protocolado sob nº. 3056/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 12/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº. 5.813/2016

LEI Nº. 5.813 DE 07/04/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 32.435,00 (trinta e dois mil, quatrocentos e trinta e cinco reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes e Lazer

Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes e Lazer

Função 27: Desporto e Lazer

Subfunção 812: Desporto Comunitário

Programa 16: Esporte como qualidade de vida

Atividade 2.032 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 32.435,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 32.435,00 (trinta e dois mil, quatrocentos e trinta e cinco reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Função 20: Agricultura
Subfunção 606: Extensão rural
Programa 4: Desenvolvimento Sustentável
Atividade 2.016 – Assistência ao pequeno produtor rural
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 32.435,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº. 5.814/2016

LEI Nº. 5.814 DE 07/04/2016

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CUSTEAR DESPESAS DO PROJETO ESPORTE E LAZER NO CAMPO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:
LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a custear o Projeto Esporte e Lazer no Campo, que será composto por competições esportivas instituídas por decreto municipal do poder executivo.

Parágrafo Único: É de responsabilidade da Fundação Municipal de Esportes e Lazer a organização, coordenação e execução do referido projeto.

Art. 2º - Para custear as despesas necessárias a execução do projeto fica autorizada a utilização de recursos pecuniários até o quantum de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil) reais.

Parágrafo Único: Os gastos mencionados no caput deste artigo se referem à arbitragem, mesário, premiação, bolas de futebol, sistema de som nos dias dos eventos, alimentação de atletas, transportes das equipes e demais gastos pertinentes ao projeto.

Art. 3º - Para a execução deste projeto poderão ser contratados terceiros de acordo com a Lei Federal n.º 8666/93.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação do disposto nesta Lei correrão por conta de dotação orçamentária específica da Fundação Municipal de Esportes.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº. 5.815/2016

LEI Nº. 5.815 DE 07/04/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR até o valor de R\$ 4.626,03 (quatro mil, seiscentos e vinte e seis reais e três centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços urbanos
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
Atividade 2.023 – Manutenção de Ruas, Estradas, Praças, Jardins, Pontes e Bueiros
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 4.626,03
Recursos 10700 – Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico – CIDE

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de até R\$ 4.626,03 (quatro mil, seiscentos e vinte e seis reais e três centavos), observando a arrecadação do exercício de 2015 e a tendência de arrecadação do exercício de 2016, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2016 (A) + Excessos abertos em 2016	Estimativa de Arrecadação para 2016, conforme a tendência do exercício (B)	Excesso de Arrecadação (C=B-A)
10700	17.160,00	21.786,03	4.626,03
TOTAL			4.626,03

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº. 5.817/2016

LEI Nº. 5.817 DE 13/04/2016

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECONHECER E PARCELAR DÍVIDA JUNTO A CAIXA ECONOMICA FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer e a proceder ao pagamento à vista ou parcelado da dívida do Município de Canoinhas com a União e Caixa Econômica Federal, decorrente da notificação fiscal nº 506.409.104 e confirmada através de decisão judicial transitada em julgado, perfazendo o montante total de R\$ 1.325,381,47 (um milhão trezentos e vinte e cinco mil, trezentos e oitenta e um reais e quarenta e sete centavos).

§ 1º - O Valor descrito no caput do artigo anterior será atualizado monetariamente, à época de sua quitação.

§ 2º - O Município poderá ser beneficiado com a redução de multas se optar pelo pagamento à vista ou parcelado no prazo de 30 (trinta)

dias a contar da data da notificação.

Art. 2º - O parcelamento de que trata o artigo 1º desta Lei refere-se à condenação judicial em ação ordinária, processada na Justiça Federal da 4ª Região, movida pelo Município de Canoinhas em face da União e da Caixa Econômica Federal, na qual restou proferida sentença reconhecendo como devidos os depósitos de FGTS, aos agentes temporários contratados pelo Município de Canoinhas, do período de 03/2000 até 05/2010 referentes às leis municipais nº 3038/1999 e 3869/2005.

Art. 3º - Em garantia ao pagamento da dívida de que trata a presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, tanto para o pagamento do principal, quanto aos respectivos juros e correções.

Art. 4º - O Poder Executivo, durante o prazo do Acordo de Parcelamento, consignará nos orçamentos anuais e dotações suficientes ao atendimento das prestações mensais oriunda do ajuste.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 378/2016

PORTARIA Nº. 378/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990 e da Lei Municipal nº 2.830/1997; Resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE

PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica nomeado RICARDO DE SOUZA OLIVEIRA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, a partir de 14/04/2016, exercendo as suas funções junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, conforme Comunicação Interna nº 170/SMAFO/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 379/2016

PORTARIA Nº. 379/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e o art. 78, da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990; Resolve:

CONCEDER ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de 14/04/2016, ao servidor RICARDO SOUZA DE OLIVEIRA, comissionado no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, conforme Comunicação Interna Nº 171/SMAFO/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 380/2016

PORTARIA Nº. 380/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO a Decisão Liminar no Mandado de Segurança autos nº 0301098-97.2016.8.24.2015, movido por Karlu Aparecida Rohrbacher Nunes, deve – se cumprir a reintegração;

REINTEGRAÇÃO

Art. 1º – Fica reintegrada a servidora pública municipal Sra. KARLU APARECIDA ROHRBACHER NUNES, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde – ESF Alto das Palmeiras, junto à Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista a Decisão Liminar proferida nos autos de Mandado de Segurança nº. 0301098-97.2016.8.24.2015, a partir de 15/04/2016, conforme Comunicação Interna nº 187/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de abril de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 381/2016

PORTARIA Nº. 381/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990; Resolve:
CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora NADINY DE AGOSTINHO PAES DE FARIAS, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, no CEI Landi Ama Neppel, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 17/05/2016 a 15/06/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de abril de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 382/2016

PORTARIA Nº. 382/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, Resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 150 (cento e cinquenta) dias de Licença Prêmio à servidora DORA MARA MORECHI FERREIRA, efetiva no cargo de Professor, MAG I, 20 horas semanais, na EBM Maria Izabel de Lima Cubas junto à Secretaria Municipal de Educação, sendo 90 dias referente ao período aquisitivo de 2003/2008 e 60 dias referente ao período aquisitivo de 2008/2013, a desfrutar no período de 25/04/2016 a 21/09/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 383/2016

PORTARIA Nº. 383/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; Resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido SANDRA MARA SCHWARTZ RIBEIRO DE OLIVEIRA, contratada na função de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, na EBM José Grosskopf, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/04/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 384/2016

PORTARIA Nº. 384/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, Resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de férias ao servidor LUIZ AUGUSTO FONTANA JUNIOR, efetivo no cargo de Contador, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 25/04/2016 a 14/05/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 38/2016 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/16

HOMOLOGAÇÃO: 14/04/16

CONTRATADO: IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE METRO QUADRADO DE PINTURA DE SUPERFÍCIE DE ALVENARIA E MADEIRA, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 145.500,00 (cento e quarenta e cinco mil e quinhentos reais)

DATA: 14/04/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 38/2016 (PRESENCIAL)

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/2

Processo / Ano: 60/2016		Processo Administrativo:	Total dos Itens Vencedores: 145.500,00					
Licitação.....: 38/2016 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE METRO QUADRADO DE PINTURA DE SUPERFÍCIE DE ALVENARIA E MADEIRA, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 311042247 - PINTURA PARA ALVENARIA - Unidade: UN								
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		15.000,000	0,0000	7,9000	118.500,00	Venceu	1 *****
16347	CHICO PINTURAS LTDA - ME		15.000,000	0,0000	7,9500	119.250,00	Perdeu	2
16608	CRISLAINE DE FATIMA CHAGAS ESTOKERO - ME		15.000,000	0,0000	8,4000	126.000,00	Perdeu	3
17043	RODOLFO IGNACZUK		15.000,000	0,0000	17,0000	255.000,00	Desclassif.	0
11828	KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME		15.000,000	0,0000	18,0000	270.000,00	Desclassif.	0
17042	SO POR DEUS E FILHOS PINTURAS EIRELLI - ME		15.000,000	0,0000	19,0000	285.000,00	Desclassif.	0
17041	CLEUDENICE DA SILVA BARBOSA GATTO - ME		15.000,000	0,0000	19,9000	298.500,00	Desclassif.	0
16439	PRESTES & FRANCO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA		15.000,000	0,0000	22,0000	330.000,00	Desclassif.	0
11703	ANA CARDOSO - ME		15.000,000	0,0000	24,0000	360.000,00	Desclassif.	0
Item.....: 2 - 311042249 - PINTURA EM MADEIRA - Unidade: UN								
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		3.000,000	0,0000	9,0000	27.000,00	Venceu	1 *****
16608	CRISLAINE DE FATIMA CHAGAS ESTOKERO - ME		3.000,000	0,0000	9,5000	28.500,00	Perdeu	2
17043	RODOLFO IGNACZUK		3.000,000	0,0000	17,0000	51.000,00	Perdeu	3
16347	CHICO PINTURAS LTDA - ME		3.000,000	0,0000	17,0000	51.000,00	Perdeu	4
11828	KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME		3.000,000	0,0000	18,0000	54.000,00	Desclassif.	0
17042	SO POR DEUS E FILHOS PINTURAS EIRELLI - ME		3.000,000	0,0000	19,0000	57.000,00	Desclassif.	0
17041	CLEUDENICE DA SILVA BARBOSA GATTO - ME		3.000,000	0,0000	19,9000	59.700,00	Desclassif.	0
16439	PRESTES & FRANCO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA		3.000,000	0,0000	22,0000	66.000,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/2

Processo / Ano: 60/2016

Licitação.....: 38/2016 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE METRO QUADRADO DE PINTURA DE SUPERFÍCIE DE ALVENARIA E MADEIRA, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

Processo Administrativo: 145.500,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 2	- 311042249 - PINTURA EM MADEIRA - Unidade: UN							
11703	ANA CARDOSO - ME		3.000.000	0,0000	24,0000	72.000,00	Desclassif.	0

Canoinhas, Em	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI -	EQUIPE DE APOIO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	28.754/SC
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	CRC/SC 028524/O-0
VANESSA LANGER -	

Capinzal

PREFEITURA

EDITAL CONCURSO PÚBLICO 12/2016

EDITAL CP Nº 012 DE 14 DE ABRIL DE 2016

Abre inscrições e fixa normas para o Concurso Público de ingresso em cargo público de provimento efetivo do Município de Capinzal/SC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Complementar nº 06, de 5 de março de 1991 e suas alterações, Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público, pelo presente Edital, as normas para realização de Concurso Público de ingresso em caráter efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente certame originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da empresa contratada pelo Município - GEORGE ALMEIDA ME - APRENDER.COM.

1.2. O Concurso Público destina-se ao provimento de cargo público em caráter efetivo a ser ocupado na atual situação e consoante a disposição do Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.3. É de inteira responsabilidade do candidato inteirar-se do presente conteúdo, bem como fazer consultas diárias no site da organizadora do concurso www.aprender.com.br para estar ciente de todas as publicações legais do processo que norteia o presente Edital.

II – DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o cargo do referido Edital, serão recebidas SOMENTE POR INTERNET, através do preenchimento do formulário eletrônico disponibilizado no endereço eletrônico www.aprender.com.br na opção correspondente ao município de Capinzal do dia 14/04/2016 até às 16:00 hrs do dia 13/05/2016, observando-se o horário oficial de Brasília/DF.

2.1.1 O candidato deverá preencher o formulário de inscrição eletrônico de forma a não deixar nenhum campo em branco; do contrário sua inscrição não será efetuada.

2.1.2. O candidato deverá prestar ATENÇÃO ao selecionar o cargo desejado para a realização da prova.

2.1.3. O candidato indicará um endereço eletrônico (e-mail) VÁLIDO que deverá permanecer ativo e lido constantemente até o final deste certame, sob responsabilidade do candidato. Caso o candidato não tenha um e-mail, é obrigação do mesmo providenciar um o mais breve possível para a conclusão de sua inscrição.

2.1.4. É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento dos dados corretos para a inscrição.

2.2. A APRENDER.COM não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, e-mail inválido, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

2.3. O comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição deverão ser mantidos em poder do candidato e recomenda-se apresentá-los no local de realização das provas caso haja qualquer intercorrência no dia.

2.3.1. O candidato que não portar os documentos citados acima no dia da realização da prova, perderá o direito de manifestar-se frente a situações inesperadas que possam acontecer nos momentos que antecedem a realização das provas.

2.4. O candidato deverá, no período das inscrições, pagar a importância indicada a seguir, de acordo com o nível de escolaridade ao cargo pretendido no referido certame.

Ensino Médio	R\$ 50,00	Cinquenta reais
--------------	-----------	-----------------

2.4.1. O candidato que não possuir condições financeiras para arcar com o pagamento da taxa de inscrição sem comprometer seu próprio sustento ou de sua família, deverá requerer a isenção de tal pagamento, através do preenchimento da declaração contida no Anexo VI, assumindo inteira responsabilidade, podendo responder criminalmente por falsidade ideológica.

2.4.1.1. Para fazer jus à isenção prevista, o candidato deverá comprovar, conforme o disposto na lei 2.719/2006:

I - a condição de desempregado, por meio da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, ou certidão da Previdência Social;

II - a residência no Município de Capinzal, mediante documento comprovante de residência em seu nome, ou declaração equivalente, firmada pelo próprio candidato assegurando a veracidade da declaração, sob as penas da lei.

2.4.1.2. Os documentos comprobatórios constantes do item 2.4.1.1 deverão ser entregues e/ou encaminhados via SEDEX para o departamento da Diretoria de Recursos Humanos, na Prefeitura Municipal de Capinzal, localizada na Rua Carmelo Zocoli, 155, Centro, devendo a documentação chegar para análise e apreciação até a data limite constante no cronograma do Anexo IV, sob pena de não ser acatado após esta.

2.5. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do

certame por conveniência da Administração Pública.

2.6 Serão aceitos pedidos de isenção da taxa de inscrição para todo candidato que se enquadrar na condição de doador de sangue fidelizado desde que comprovada a sua condição, mediante documentação emitida pela entidade coletora. O pedido de isenção da taxa de inscrição deverá ser encaminhado obrigatoriamente via Sedex, devendo a documentação chegar até a empresa para análise e apreciação até a data limite constante no cronograma do Anexo IV, sob pena de não ser acatado após esta.

2.7. O pedido de isenção da taxa de inscrição deverá ser conforme o modelo estabelecido no Anexo VII do presente Edital, acompanhado da declaração original e/ou cópia autenticada emitida pela entidade coletora pela sua condição de doador de sangue fidelizado.

2.8. Após análise dos pedidos de isenção será divulgada uma listagem contendo a relação dos isentos do pagamento da taxa de inscrição, abrindo-se prazo recursal de 2 (dois) dias úteis conforme Anexo IV, para contestação dos requerimentos indeferidos.

2.9 Os candidatos que tiveram seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos deverão efetuar o pagamento de sua inscrição até a data limite conforme cronograma, sob pena de eliminação do Concurso Público.

2.10. Quem pode solicitar isenção de taxa de inscrição:

2.10.1 Somente serão aceitos pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição do candidato doador de sangue fidelizado;

2.10.2. A isenção será efetuada mediante a apresentação de declaração emitida pela entidade coletora contendo o nº do cadastro e nome do doador e obrigatoriamente as datas das últimas doações, considerando-se no mínimo duas vezes ao ano, imediatamente trinta dias anteriores a abertura do processo.

2.10.2.1. A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora conforme citado acima, juntamente com o Anexo VII do presente Edital, enviando-se obrigatoriamente via SEDEX/AR para o seguinte endereço:

ASSUNTO: EDITAL CP 01/2016 – CONCURSO PÚBLICO - CAPINZAL

GEORGEO ALMEIDA ME - APRENDER.COM

Rua Duque de Caxias, 844, 1º Andar

CENTRO – 89.600-000 – JOAÇABA - SC

2.11. Considera-se, para obtenção do benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município.

2.12. É de total responsabilidade do candidato verificar/acompanhar o resultado do pedido de isenção, inclusive sobre eventual indeferimento no prazo supra descrito, para todos os efeitos legais.

2.13. A guia do boleto bancário e o comprovante de inscrição estarão disponíveis UMA ÚNICA VEZ no endereço eletrônico www.aprendersc.com.br na aba correspondente ao certame em questão logo após o candidato ter preenchido o formulário de inscrição. A guia de pagamento bancário e o comprovante de inscrição DEVERÃO SER IMPRESSOS NA SEQUÊNCIA E MANTIDOS EM PODER DO CANDIDATO.

2.13.1 Tanto o Boleto Bancário quanto o comprovante de inscrição poderão ser gerados quantas vezes forem necessárias, observando-se o período de vigência das inscrições, ou seja, após encerrado o prazo das inscrições, não será mais possível a impressão dos mesmos.

2.14 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até a data limite de vencimento constante no boleto, preferencialmente nas agências da Caixa Econômica Federal.

2.15 A inscrição do candidato e o pagamento do boleto bancário implicarão no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.16. O candidato declarará, ao efetuar sua inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da admissão.

2.17. As inscrições efetuadas somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

2.18. A falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação, verificada em qualquer etapa do presente concurso, implicará na eliminação automática do candidato, não ficando livre das cominações legais decorrentes de seus atos.

2.19. Caso a inscrição do candidato não conste na relação das inscrições pré-homologadas que será divulgada conforme data constante no Anexo IV, o candidato deverá entrar em contato imediatamente com a empresa através do e-mail (contato@aprendersc.com.br) anexando no corpo do e-mail o comprovante de Pagamento da guia bancária na forma digital (escaneada), conforme prazos recursais estabelecidos neste Edital, sob pena de não serem acatadas reclamações posteriores.

III - DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, bem como o art. 1º, § 2º, da Lei nº 2.899, de 17 de maio de 2006, devem ser reservados aos candidatos com deficiência, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de vagas oferecidas em Concursos Públicos.

3.2. O disposto no subitem 3.1 não terá incidência nos casos em que a aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) implique, na prática, em majoração indevida do percentual mínimo exigido.

3.3. Em razão do número de vagas deste certame, não haverá reserva de vagas para candidatos com deficiência. Estes poderão concorrer em igualdade de condições com os demais candidatos. Porém, deverão observar a compatibilidade e entre as atribuições do cargo e a deficiência de que são portadores.

3.4. Será considerada pessoa com deficiência aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que se enquadre nas categorias descritas nos Decretos federais nº 3.298/1999 e suas alterações, nº 5.296/2004 e suas alterações e na Lei federal nº 7.853/1989.

3.5. O candidato com deficiência após realizar sua inscrição on-line e fazer suas observações referentes à deficiência deverá encaminhar OBRIGATORIAMENTE VIA SEDEX, o requerimento preenchido conforme modelo do Anexo VI a cópia simples do CPF e a cópia do laudo médico (original ou cópia autenticada) especificando a respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício das funções do cargo a que se inscreveu cuja data de expedição deverá ser compatível aos prazos legais estabelecidos por este Edital, para o endereço da empresa APRENDER.COM – Rua Duque de Caxias, 844 – Centro – Joaçaba/SC – 89.600-000.

3.6. O fornecimento da cópia simples do CPF e do laudo médico, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A APRENDER.COM não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da cópia simples do CPF e do laudo a seu destino.

3.7 O candidato com deficiência submeter-se-á, quando da nomeação, à avaliação de equipe multiprofissional, que terá a decisão definitiva sobre:

- a) a qualificação do candidato como deficiente ou não; e
- b) o grau de deficiência, capacitante ou não, para o exercício do cargo.

3.8 O candidato com deficiência participará deste certame em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, bem como à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.9. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato do preenchimento do formulário on-line de inscrição, NÃO ASSINALAR NA OPÇÃO INDICADA E NÃO ESPECIFICAR QUAL CONDIÇÃO.

3.10. O candidato que tiver a necessidade de realizar as provas em braile, necessitar de um intérprete ou em qualquer outra condição especial deverá requerer obrigatoriamente no ato da sua inscrição, conforme mencionado no item anterior.

3.11. O candidato que tiver a necessidade de prova em fonte ampliada deverá requerer obrigatoriamente no ato da inscrição, apresentando laudo médico para a condição especial e indicando o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 18, 20, 22 ou 24.

3.12. O candidato com deficiência que não requerer e comprovar a condição especial na forma da legislação vigente, não terá o atendimento ou condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

3.13. Não será realizado atendimento domiciliar em nenhuma hipótese.

IV – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições estabelecidas neste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante do Anexo IV e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aprendersc.com.br na opção correspondente ao município de Capinzal e também no site www.capinzal.sc.gov.br

4.2. Somente será divulgada a relação das inscrições que forem deferidas.

4.2.1 Para todos os efeitos, os candidatos que não constarem na relação do referido Edital, estarão com suas inscrições indeferidas.

4.3. Quanto ao indeferimento de inscrição, caberá recurso, dirigido à APRENDER.COM, no prazo máximo previsto no Anexo V, contado da data de publicação da relação mencionada desde edital.

4.3.1 O recurso deverá ser preenchido conforme modelo disponível no site www.aprendersc.com.br na opção correspondente ao município de Capinzal, que deverá ser encaminhado eletronicamente após o candidato realizar o preenchimento do mesmo de forma digitada ou manuscrita com letra legível. Junto com o formulário de recurso, o candidato deverá enviar o comprovante de pagamento da taxa de inscrição. Todos esses documentos deverão ser encaminhados para o e-mail contato@aprendersc.com.br.

V – DO VÍNCULO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

5.1 Os candidatos habilitados e classificados neste Concurso Público, serão regidos pelo Regime jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Capinzal e serão filiados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

VI – DA PROVA

6.1. O Concurso Público, objeto deste Edital, constará de Prova objetiva de conhecimentos que será realizado na data constante do Cronograma no Anexo IV.

6.2. O candidato que necessite de alguma condição especial para realização da prova deverá requerer quando da sua inscrição, bem como protocolar e comprovar o que lhe é de direito no ato da inscrição para que o atendimento seja concedido.

6.3. Os portões do local de prova serão fechados 10 (dez) minutos antes do horário de início da aplicação das provas – observando-se o horário oficial de Brasília/DF, ou seja, **SERÁ FECHADO PONTUALMENTE AS 08h20min, NÃO SENDO MAIS PERMITIDO O INGRESSO DE CANDIDATOS AO LOCAL DAS PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.**

6.4. O local de aplicação da prova objetiva será na Escola Municipal Viver e Conhecer, Rua Grácia Gramazio Pereira de Lima – Loteamento São João, Capinzal/SC, com início da aplicação das provas as 08h30min.

6.4.1 Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares prevista para o local das provas, a organizadora do Certame e a Prefeitura Municipal de Capinzal poderão alterar os horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data e/ou turno, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais através do site www.aprender.sc.com.br, na aba correspondente ao município de Capinzal.

6.4.2 É de inteira responsabilidade do candidato, inteirar-se e informar-se sobre o local e horário da realização das provas ao cargo que se inscreveu a partir da data da homologação final das inscrições até o dia anterior ao da aplicação das provas.

6.5. O Município de Capinzal reserva-se no direito de realizar as provas escritas de conhecimento nos períodos matutino, vespertino e noturno, de acordo com o número de candidatos inscritos no presente certame, se necessário for.

6.6. As provas escritas de conhecimento serão realizadas em etapa única de três horas (3h) de duração, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e o tempo necessário para as instruções gerais que serão repassadas pelos fiscais de sala.

6.7. Para entrada nos locais de prova, o candidato deverá apresentar obrigatoriamente documento de identificação válido e com foto e recomenda-se portar junto o comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição para eventuais intercorrências que vierem a ocorrer, conforme reserva o item 2.3.1

6.8. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho e Carteira Nacional de Habilitação (somente o modelo com foto).

6.9. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, na data de realização da prova, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias.

6.10. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo e sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

6.11. Por ocasião da prova, o candidato que não apresentar o documento de identificação válido, na forma definida no item 6.7, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do certame.

6.12. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.

6.13. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

6.14. Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares ou ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato do certame.

6.14.1. Os aparelhos de telefones celulares móveis e outros equipamentos eletrônicos deverão ser entregues desligados aos fiscais das salas antes do início das provas, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

6.14.2. Não será permitido o uso de aparelhos celulares nos locais de provas, sendo que a não obediência implicará na eliminação e na remoção do candidato do estabelecimento designado como local de provas.

6.14.3. É dever do candidato antes de começar a responder o caderno de provas, conferir se seu cartão resposta está compatível com seu caderno de provas.

6.15. No decurso das provas, o candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal.

6.16. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de prova após uma hora de seu início.

6.17. O candidato, ao encerrar a prova e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao fiscal de prova/sala o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado, bem como, entregar o caderno de prova. Caso não o faça, será automaticamente eliminado do certame.

6.18. Todos os cartões-respostas serão rubricados ou assinados no verso pelos três (03) últimos candidatos de cada sala, independente do cargo.

6.19. Os três (03) últimos candidatos de cada sala ao terminar as provas só poderão deixar o local juntos.

6.20. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas, nem a realização de prova fora dos horários e locais estabelecidos neste Edital.

VII – DA PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS

7.1. A prova objetiva de conhecimentos inclui questões de Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimentos Gerais e Atualidades e Conhecimentos Específicos, conforme ementa das disciplinas constantes dos Anexos presentes neste Edital.

7.2. A prova de conhecimento para o referido cargo será objetiva e constará de 25 (Vinte e Cinco) questões, com quatro (4) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas uma (1) estará correta.

7.3. A pontuação de cada disciplina para os cargos de nível médio será a seguinte:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Língua Portuguesa	05	0,37	1,84
Matemática	05	0,34	1,70
Conhecimentos Gerais e Atualidades	05	0,33	1,65
Conhecimentos Específicos	10	0,48	4,80
Total	25		10,00

7.4. Para a realização da prova objetiva de conhecimentos, o candidato deverá utilizar como primeira opção caneta esferográfica de tinta azul e como segunda opção caneta esferográfica de tinta preta, sendo as questões respondidas em cartão-resposta, que não será substituído em caso de erro do candidato.

7.5. A adequada marcação do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo preencher de maneira correta conforme imagem modelo na capa do caderno de provas entregue ao candidato no dia da realização da prova objetiva.

7.5.1. É de inteira responsabilidade do candidato a assinatura do cartão resposta e do seu preenchimento. A falta de assinatura implicará na não correção do cartão-resposta e consequente eliminação do candidato do referido certame.

7.6. Será atribuída nota zero (0,0) às respostas de questão (ões) que contenha(m):

- a) Emenda (s) e/ou rasura(s), ainda que legível (eis), no cartão-resposta;
- b) Mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;
- c) Espaço não assinalado (s) no cartão-resposta;
- d) Cartão-resposta preenchido fora das especificações, ou seja, preenchido com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor seja diferente do especificado no item 7.4 ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

7.7. A prova objetiva de conhecimentos será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo as notas expressas com 01 (um) decimal, sem arredondamento.

7.8. O Gabarito Oficial referente à prova objetiva de conhecimentos será divulgado a partir das 9h do primeiro dia útil subsequente à realização da referida prova no endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br e www.capinzal.sc.gov.br.

7.9 O caderno de provas estará disponível de forma geral e aberta no site da empresa, na aba correspondente ao município de Capinzal de forma única e exclusiva durante o período recursal para todos os interessados que desejarem obter o teor dos cadernos aplicados, ou seja, de 30/05/2016 até 31/05/2016. Passado o período recursal, o candidato poderá receber seu caderno, através de pedido encaminhado ao e-mail contato@aprenderesc.com.br.

7.10. Havendo necessidade de recurso para impugnação de questões da prova objetiva de conhecimentos, o candidato poderá preencher o requerimento que estará disponível através do endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br, na aba "processos em andamento" no link do município de Capinzal, conforme prazos previstos em Edital.

7.11. As respostas às eventuais impugnações de questão serão publicadas juntamente com a classificação final do Concurso Público, bem como o Gabarito Oficial definitivo, na ocorrência de recurso julgado procedente.

7.12. Toda questão anulada será computada como resposta correta para todos os candidatos.

VIII – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. Serão considerados aprovados de forma geral e farão parte da listagem final os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a cinco (5,0) pontos.

8.2. A nota final para os cargos somente com a prova escrita e objetiva será através da soma dos acertos conforme cálculo abaixo:

$$PO = (NaCP \times 0,37 + NaCM \times 0,34 + NaCGA \times 0,33 + NaCE \times 0,48) = NF$$

NF = PO

Em que: PO: Nota da Prova Objetiva; NaCP: Número de acertos em questões de Conhecimentos em Português; NaCM: Número de acertos em questões de Matemática; NaCGA: Número de acertos em questões de Conhecimento Gerais e Atualidades; NaCE: Número de acertos em questões de Conhecimentos Específicos; NF: Nota Final.

8.3. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da nota final.

8.4. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

- a) maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
- b) maior nota na prova de Língua Portuguesa;
- c) maior nota na prova de Língua Matemática;
- d) maior nota na prova de Conhecimentos Gerais e Atualidades;
- e) maior idade;
- f) número de filhos;

IX – DOS RECURSOS

9.1. Será admitido recurso para cada uma das fases do certame que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos estabelecidos no cronograma constante do Anexo VI deste Edital.

9.2. Os recursos aqui mencionados deverão ser preenchidos em formulários modelos disponibilizados através do endereço eletrônico www.aprender.com.br na aba de processos em andamento na opção correspondente ao município de Capinzal, no qual deverá ser enviado para o e-mail contato@aprender.com.br dentro dos prazos e horários estabelecidos por este Edital.

9.3. Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de nota deverão ser encaminhados conforme item 9.2, cabendo a banca organizadora da APRENDER.COM a apreciação dos mesmos.

9.4. Os recursos que se apresentarem sem fundamentação teórica, ilegíveis, fora de prazo e que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos automaticamente.

9.5. Às decisões dos recursos será dada divulgação através de publicações no site da empresa responsável.

9.6. Os candidatos poderão solicitar revisão da nota das provas, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.

9.7. Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de prova de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.

9.8. As decisões dos pedidos de revisão da nota das provas serão divulgadas no site da APRENDER.COM e no site do Município de Capinzal, para conhecimento de todos os candidatos e interessados.

9.9. A Comissão Especial do Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 440/2016, constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

X – DA HOMOLOGAÇÃO

1.1. O resultado final do Concurso Público que se destina ao provimento de cargo em caráter efetivo, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Capinzal, no endereço eletrônico www.aprender.com.br e no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

XI – DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

11.1. Previamente à nomeação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, cópia dos seguintes documentos:

- a) Identidade - RG
- b) Cadastro de Pessoa Física - CPF
- c) Título de Eleitor e comprovante da última votação
- d) Certidão de Casamento ou Nascimento
- e) Certidão de Nascimento de Filhos (até 21 anos)
- f) Carteira de Trabalho – CTPS
- g) Uma (01) Foto 3x4 recente (colorida)
- h) Comprovante de Residência
- i) Certificado de Quitação com as obrigações militares (em caso de sexo masculino)
- j) Habilitação para o cargo conforme descrito neste edital
- k) Exame médico admissional realizado por entidade credenciada pela Prefeitura de Capinzal
- l) Declaração atualizada de bens
- m) Declaração de não acumulação de cargos
- n) Declaração de não haver sofrido penalidade no serviço público

11.2. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para a nomeação.

11.3. O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a nomeação do candidato.

11.4. A convocação será feita através das informações preenchidas pelo próprio candidato na sua ficha de inscrição on-line.

11.5 O candidato convocado que não se apresentar no dia e horário determinado, bem como aquele que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, perderá seu direito de preferência sobre os demais candidatos.

XII – DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

12.1. Delega-se competência para empresa responsável pelo certame para:

- a) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas objetivas de conhecimentos;
- b) apreciar todos os recursos administrativos previstos neste Edital;
- c) emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- d) prestar informações sobre o Concurso Público;
- e) definir normas para aplicação das provas;
- f) selecionar fiscais para aplicação das provas.

XIII – DO FORO JUDICIAL

13.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao certame de que trata este Edital é o da Comarca de Capinzal/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de realização da prova correspondente.

14.2. O prazo de validade do presente Concurso Público é de dois (02) anos, podendo ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, mediante justificativa, interesse e conveniência da Administração Municipal.

14.3. Os candidatos aprovados neste certame serão nomeados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas constante do Anexo I, conforme a necessidade, a conveniência e a oportunidade.

14.4. A aprovação no certame não assegura ao candidato o direito à nomeação imediata, devendo ocorrer conforme a necessidade do serviço público municipal durante a vigência do certame e de acordo com o número de vagas estabelecidas no Anexo I, sendo que as vagas criadas durante sua vigência serão providas seguindo a ordem de classificação dos aprovados em cada cargo.

14.5. Será excluído do presente certame, por ato da empresa responsável APRENDER.COM, vencedora do processo licitatório, o candidato que:

- a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;
- d) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal.

14.6. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para esse fim em formulário disponível no site da empresa www.aprender.com.br, deverá levar um (a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança, caso contrário ficará impossibilitada de realizar as provas.

14.7. O Gabarito Oficial da prova objetiva de conhecimentos será divulgado no endereço eletrônico www.aprender.com.br.

14.8. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos, conjuntamente, pela empresa responsável pelo certame e pela Comissão Especial do Concurso Público designada pela Portaria nº 440/2016.

14.9. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Dos Cargos, Vagas, Carga Horária, Vencimentos e Habilitação.
- c) ANEXO II - Do Conteúdo Programático Geral para o cargo.
- d) ANEXO III – Do Conteúdo Programático Específico ao cargo.
- e) ANEXO IV – Do cronograma – (Sujeito a alterações).
- f) ANEXO V – Do Requerimento/Declaração para Deficiente Física e/ou Condição Especial.
- g) ANEXO VI - Declaração de Hipossuficiência Financeira
- g) ANEXO VII - Declaração de Doador de Sangue Fidelizado.

14.10. Será publicado Extrato do presente Edital para fins de publicidade legal, sendo que o Edital na íntegra estará disponível no site do Município www.capinzal.sc.gov.br e no endereço eletrônico www.aprender.com.br.

Capinzal-SC, 05 de Abril de 2016.

Andevir Isganzella
Prefeito Municipal

ANEXO I

DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS E HABILITAÇÃO.

CARGO/FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO
AGENTE DE TRÂNSITO E DE DEFESA CIVIL	02	40h	R\$ 1.077,06	Ensino médio e Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo categoria "AB"

ANEXO II

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO GERAL PARA O CARGO

Língua Portuguesa: Leitura e análise de texto, compreensão do texto, significado contextual de palavras e expressões, noções de fonética, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras, concordância nominal, concordância verbal, regência verbal, crase, análise sintática e morfológica, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen, vícios de linguagem, figuras de linguagem; estrutura das palavras, estilística, gramática em geral.

Matemática: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Raiz quadrada de um número qualquer; Teoria dos Conjuntos; Álgebra: seqüências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Funções logarítmicas, exponenciais, trigonométricas; Análise Combinatória; Progressões Aritméticas e Geométricas; Regra de três simples e composta. Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Matrizes e Determinantes; Sistema de Equações Lineares; Juros simples e composto; Noções de probabilidade. Expressões aritméticas; M.D.C (Máximo divisor Comum). M.M.C (Mínimo Múltiplo Comum). Polinômios; Radiciação; Exponenciação.

Conhecimentos Gerais e Atualidades: Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Capinzal. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Capinzal. Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Capinzal. Ecologia e meio ambiente. Lei Orgânica Municipal.

ANEXO III

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO PARA O CARGO

AGENTE DE TRÂNSITO E DE DEFESA CIVIL: Noções de Direito Constitucional: Dos Princípios Fundamentais (Art. 1º ao 4º); Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Art. 5º ao 11); Da Organização do Estado (Art. 18 a 31; 37 a 41); Legislação e Sinalização de Trânsito; Normas gerais de circulação e conduta; Sinalização de Trânsito; Primeiros Socorros; Cidadania; Código de Trânsito Brasileiro e seus Anexos, Decreto nº 62.127 de 16/01/68 e Decreto nº 2.327 de 23/09/97. Regras gerais de circulação. Deveres e Proibições. Infrações e penalidades dos veículos e dos condutores de veículos. Direção Defensiva. Prevenção de Acidentes. Condição Adversa. Colisão. Distância. Cruzamento. Ultrapassagem. Hidroplanagem. Curvas. Rodovias. Primeiros Socorros: Atitudes do Socorrista. Hemorragia. Queimadura. Fratura. Respiração. Circulação. Entorse. Luxação. Sinalização: Sinais de Apito. Placas de Advertência. Placas de Regulamentação. Placas de Indicação de Serviço Auxiliar. Sinalização Horizontal; Noções de trânsito e de defesa civil. Conhecimentos de Informática em Geral; Lei Federal Nº 4.898/1965 (Lei do Abuso de Autoridade); Lei Federal nº 12.340/10 (Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil). Decreto Federal nº 7.257/10 (Regulamenta a Medida Provisória nº 494 de 2 de julho de 2010). Política Nacional de Defesa Civil - (http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=6aa2e891-98f6-48a6-8f47-147552c57f94&groupId=10157); Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

ANEXO IV

DO CRONOGRAMA

(Sujeito a alterações)

É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO FICAR ATENTO A TODAS AS PUBLICAÇÕES NO SITE DA APRENDERSC.COM.BR DURANTE OS PRAZOS ESTIPULADOS NO CRONOGRAMA ABAIXO.

ITEM	ATOS DO PROCESSO	DATAS
1.	Divulgação do Edital	06/04/2016
2.	Publicação do Edital	06/04/2016
3.	Período de Inscrições exclusivamente por Internet (on-line)	14/04/2016 até 13/05/2016
4.	Período de Isenção da taxa de inscrição para Doadores de Sangue Fidelizados e Hipossuficientes.	14/04/2016 até 28/04/2016
5.	Pré-Divulgação das Inscrições Deferidas para Doadores de Sangue Fidelizados e Hipossuficientes.	29/04/2016
6.	Pré-Divulgação da Homologação Geral das Inscrições deferidas	17/05/2016
7.	Recursos quanto às Inscrições (horário limite de recebimento até 17:00 hrs)	17/05/2016 até 18/05/2016
8.	Homologação Final das Inscrições	19/05/2016
9.	Ensalamento dos Candidatos	19/05/2016
10.	Realização das Provas objetivas – 08:30h	29/05/2016
11.	Divulgação do Gabarito Provisório	30/05/2016
12.	Recursos quanto Gabarito Provisório (horário limite de recebimento até 17:00 hrs)	30/05/2016 até 31/05/2016

13.	Divulgação do Gabarito Oficial	06/06/2016
14.	Divulgação dos Aprovados	06/06/2016
15.	Recursos quanto à Classificação (horário limite de recebimento até 17:00 hrs)	06/06/2016 até 07/06/2016
16.	Homologação do Resultado Final do Certame	08/06/2016

O cronograma detalhado acima é uma projeção estimada da ordem das etapas do presente certame, estando sujeito a alterações no decorrer do certame, levando-se em conta o número de inscritos e o número de intercorrências intempestivas, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios legais de divulgação apresentados pelo presente Edital.

ANEXO V REQUERIMENTO/DECLARAÇÃO

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito para o Concurso Público 001/2016 da Prefeitura Municipal de Capinzal (SC), inscrição sob o número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

01) () Condição Especial para Deficiente Físico realizar a prova:

Deficiência: _____ CID nº: _____

Nome do Médico: _____ CRM: _____

02) () Condição Especial para realização da prova:

a) Prova com ampliação do tamanho da fonte()-18 ()-20 ()-22

b) Amamentação:

Nome do Acompanhante: _____

Horários Amamentação: _____

c) Outra Necessidade:

Especificar: _____

Declaro estar ciente de todas as normas e atribuições do presente Edital ao Cargo pretendido e que, no caso de vir a exercê-lo, a minha deficiência não me impedirá de exercer as funções do cargo a que me inscrevi. Estarei também sujeito à avaliação pelo desempenho dessas funções, para fins de habilitação durante o estágio probatório.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Capinzal(SC), _____ de _____ de 2016.

Assinatura Candidato

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Eu, (nome) _____, (estado civil) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____. _____ - _____, número de Identificação Social (NIS) _____, residente e domiciliado no (endereço completo) _____, DECLARO, nos termos da Lei nº 7.115, de 29/08/1983, Art. 299 e da Lei nº 2719/2006 e ainda, com finalidade de obter isenção do pagamento de Taxa de Inscrição do Concurso Público do Município de Capinzal/SC, que minha renda mensal "per capita" familiar não ultrapassa um salário mínimo nacional.

Declaro AINDA que residem no mesmo endereço que eu as pessoas relacionadas abaixo:

NOME	Nº DO RG e Nº DO CPF	Grau de Parentesco	Renda Mensal
	RG: CPF: _____ - _____		
	RG: CPF: _____ - _____		
	RG: CPF: _____ - _____		
	RG: CPF: _____ - _____		
	RG: CPF: _____ - _____		

Declaro estar ciente das penas que posso incorrer nos termos do Art. 299 do Código Penal Brasileiro abaixo transcrito e com os termos da Lei Municipal nº 2719/2006:

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Art. 2º Para fazer jus à isenção prevista, o candidato deverá comprovar:

I - a condição de desempregado, por meio da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, ou certidão da Previdência Social;

II - a residência no Município de Capinzal, mediante documento comprovante de residência em seu nome, ou declaração equivalente, firmada pelo próprio candidato assegurando a veracidade da declaração, sob as penas da lei.

Capinzal(SC), ____ de ____ de 2016.

Assinatura do Candidato
(Firma reconhecida em Cartório)

*** Encaminhar para a Diretoria de Recursos Humanos, na Prefeitura Municipal de Capinzal
Rua Carmelo Zocoli, 155, Centro,
ASSUNTO: EDITAL CP 01/2016 – CONCURSO PÚBLICO – CAPINZAL

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

ANEXO VII

DECLARAÇÃO E REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO (Obrigatório anexar junto a Declaração da entidade coletora)

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição n.º _____ do Concurso Público Edital 001/2016 da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL – SC, residente e domiciliado a Rua/Av. _____ nº _____, Bairro _____, cidade _____, Estado _____, CEP _____ DECLARO sobre as penas da lei de que sou doador de sangue.

Sendo assim REQUER a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me ENQUADRO NA CONDIÇÃO de doador de Sangue fidelizado.

Nestes Termos firma a presente declaração e
Pede Deferimento.

Capinzal(SC), ____ de ____ de 2016.

Assinatura do Declarante/Requerente

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0062/2016 TOMADA DE PREÇO PARA COMPRAS E SERVIÇOS 0002/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0062/2016

Tomada de Preço para Compras e Serviços Nº 0002/2016

OBJETO: Contratação de empresa especializada para implantação de Projeto Preventivo contra Incêndio no Ginásio de Esportes Prefeito Dileto Bertaiolli, conforme Projeto. Recursos Municipais e Federais.

ENTREGA E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 03/05/2016.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmelo Zoccoli, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0__49)3555-8739, FAX Nº (0__49) 3555-8744.

Capinzal, 15 de abril de 2016.

ISRAEL BONIEK GONÇALVES

Secretário de Educação, Cultura e Esportes

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0063/2016 PREGÃO PRESENCIAL 0041/2016**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0063/2016

Pregão Presencial Nº 0041/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Material Impresso, de acordo com as especificações, para atender a demanda das Secretarias de Administração e Finanças; Educação, Cultura e Esportes; Infraestrutura; Agricultura e Meio Ambiente; e Fundos de Saúde; Assistência Social; Meio Ambiente; dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundação de Esportes. Recursos Federais, Estaduais e Municipais

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 02/05/2016.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, **FAX** Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 15 de abril de 2016.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC TERMO ADITIVO 001/2016 C52

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº : TA 001/2016 C52 - Contrato Nº: 0052/2016	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada....: TRANSPORTES MAURICIO LTDA - ME	
Valor : 30.510,08 (trinta mil quinhentos e dez reais e oito centavos)	
Vigência : Início: 14/04/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016 Processo_Licitatório....: 0004 / 2016	
Recursos : Dotação:	
Objeto : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a supressão do valor de R\$ 30.510,08 (trinta mil quinhentos e dez reais e oito centavos) do contrato original, passando o valor unitário do item 08 de R\$ 7,57 (sete reais e cinquenta e sete centavos), para R\$ 5,21(cinco reais e vinte e um centavos). Conforme o artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93.	
Capinzal, 14 de Abril de 2016	

PORTARIA 272/2016

PORTARIA Nº 272, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, Resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Eliane Martinelli, matrícula nº 309095/13, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 10 de fevereiro a 20 de dezembro de 2016, para atender as aulas de Arte, em substituição a titular Mafalda Franke, que reduziu carga horária.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 17 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 284/2016

PORTARIA Nº 284, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, Resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Rosane Lourdes de Oliveira Souza, matrícula nº 332909/06, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Ernesto Hachmann.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 16 de fevereiro a 14 de dezembro de 2016, para atender as aulas de Arte.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 17 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 303/2016

PORTARIA Nº 303, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, Resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Arlete Terezinha Gralha, matrícula nº 306614/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Viver e Conhecer

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 18 de fevereiro a 14 de dezembro de 2016, para atender as aulas de Arte.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 18 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 18 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 386/2016

PORTARIA Nº 386, DE 02 DE MARÇO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, Resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em dez (10) horas semanais, da servidora Elisiane Slongo, matrícula nº 328170/07, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Carlos Jaime da Rocha.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais pelo período de 01 de março a 14 de dezembro de 2016, para atender as aulas de Arte.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2016.

Capinzal – SC, em 02 de março de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

Catanduvás

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2016 - PREGÃO Nº 0035/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2016

PREGÃO Nº 0035/2016

Objeto: Aquisição de lanches visando o desenvolvimento da Secretaria Municipal de Assistência Social, CRAS, SCFV E CREAS pois são vários os programas, projetos e serviços a serem desenvolvidos no ano de 2016..

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 04 de maio de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 15 de abril de 2016, no endereço <http://www.catanduvás.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvás.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvás – SC, 14 de abril de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0047/2016 - PREGÃO Nº 0036/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0047/2016

PREGÃO Nº 0036/2016

Objeto: Aquisição de cestas básicas, frangos e leite para benefícios eventuais para o ano de 2016.

Abertura das Propostas: 15h15min, do dia 04 de maio de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 15 de abril de 2016, no endereço <http://www.catanduvás.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvás.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvás – SC, 14 de abril de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 2.140 DE 02 DE MARÇO DE 2016

DECRETO nº 2.140 de 2 de março de 2016.

“INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO DE APURAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás -SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a ocorrência de irregularidades no estacionamento em frente à sala de fisioterapia, localizada no Hospital São Miguel Arcanjo, sendo que a vaga é exclusiva para pacientes da fisioterapia e veículos da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social (embarque e desembarque), conforme estabelecido na Comunicação Interna nº 0002/2014;

CONSIDERANDO, que segundo informações obtidas pela atual Administração Pública Municipal de que o servidor público municipal ODAIR JOSÉ GABRIELLI, ocupante de cargo efetivo motorista, manteve seu veículo particular estacionado nas dependências do Hospital São Miguel Arcanjo, justamente no local de entrada e saída de pacientes, causando grandes transtornos para pacientes que necessitam de atendimentos de fisioterapia;

CONSIDERANDO, que segundo o que disciplina o art. 151 da Lei Complementar Municipal nº 19, publicada em 4 de janeiro de 2002, a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover sua apuração imediata; e

CONSIDERANDO, finalmente, que é do interesse da Administração Municipal apurar os fatos, a sua veracidade e aplicar as penalidades previstas no Estatuto dos Servidores, bem como outros responsáveis, adotando assim as medidas administrativas cabíveis,

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurada SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, para apurar os fatos, bem como os responsáveis pelos atos acima descritos.

Art. 2º Fica designada a Comissão Permanente de Inquérito e Processo Administrativo Disciplinar (CPIPAD), devidamente nomeada pelo Decreto Municipal nº 1.904, publicado em 4 de julho de 2013, com as alterações operadas pelo Decreto nº 1.983, publicado em 12 de maio de 2014, para conduzir os trabalhos.

Art. 3º Para a realização dos trabalhos, deverá a Comissão acima nomeada utilizar-se de documentos existentes, tais como, foto que comprova que o veículo estava estacionado em local não permitido para veículos particulares de servidores, Comunicação Interna nº 0001/2014 e nº 0002/2014, elaborada pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, além do depoimento de servidores, testemunhas e diligências que entenderem necessárias.

Art. 4º A Comissão terá um prazo de dez (10) dias da publicação do presente Decreto, para iniciar os trabalhos, e o prazo de sessenta (60) dias para a sua conclusão, devendo apresentar relatório do apurado.

Art. 5º Pela participação na Comissão, os membros não serão remunerados, mas considerado serviço de relevância para o Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 2 de março de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Elizete Cardoso da Silva
Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

Registrado e Publicado nesta data.

DECRETO Nº 2.151 DE 13 DE ABRIL DE 2016

DECRETO nº 2.151 de 13 de abril de 2016.

“ALTERA DECRETO Nº 2.140, DE 2 DE MARÇO DE 2016, QUE INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO DE APURAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º, do Decreto 2.140, de 2 de março de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica designada a Comissão Permanente de Inquérito e Processo Administrativo Disciplinar (CPIPAD), devidamente nomeada pelo Decreto nº 1.904 de 04 de junho de 2013, com as alterações operadas pelo Decreto nº 2.150 de 07 de abril de 2016, para conduzir os trabalhos.

Art. 2º As demais disposições do Decreto nº 2.140 de 2 de março de 2016, permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 12 de abril de 2016.
Gisa Aparecida Giacomini
Prefeita Municipal

Elizete Cardoso da Silva
Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Registrado e publicado por esta secretaria nesta data.

DECRETO Nº 2.152 DE 12 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº 2.152 de 12 de abril de 2016.

“ALTERA O DECRETO Nº 1.984, DE 13 DE MAIO DE 2014, QUE INSTAUROU SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO DE APURAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º, do Decreto nº 1.984, de 13 de maio de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica designada a Comissão Permanente de Inquérito e Processo Administrativo Disciplinar (CPIPAD), devidamente nomeada pelo Decreto nº 1.904 de 04 de junho de 2013, com as alterações operadas pelo Decreto nº 2.150 de 07 de abril de 2016, para conduzir os trabalhos.

Art. 2º As demais disposições do Decreto nº 1.984, de 13 de maio

de 2014, permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 12 de abril de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Davi Pecinato
Resp. Secretaria de Administração e Finanças

Registrado e publicado nesta data.

DECRETO Nº 2.153 DE 12 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº 2.153 de 12 de abril de 2016.

“ALTERA O DECRETO Nº 2.143, DE 14 DE MARÇO DE 2016, QUE ALTEROU O DECRETO Nº 1.945, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013, QUE DISPÕS SOBRE A CRIAÇÃO E NOMEAÇÃO DO COMITÊ LOCAL DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o texto do Decreto, que passa vigorar com a seguinte denominação:

“ALTERA O DECRETO Nº 2.143, DE 14 DE MARÇO DE 2016, QUE ALTEROU O DECRETO Nº 1.943, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013, QUE DISPÕS SOBRE CRIAÇÃO E NOMEAÇÃO DA EQUIPE LOCAL DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS – PAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Art. 2º As demais disposições do Decreto nº 1.945, de 30 de outubro de 2013, permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 12 de abril de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Davi Pecinato
Resp. Secretaria de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta secretaria nesta data.

DECRETO Nº 2.154 DE 13 DE ABRIL DE 2016

DECRETO nº 2.154 de 13 de abril de 2016.

“INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO DE APURAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a informação advinda da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Catanduvas/SC, dando conta de avaria envolvendo o veículo Master, placa MIF 5446 do Fundo Municipal de Saúde de Catanduvas/SC, a qual superaqueceu a água do radiador impossibilitando seguir viagem;

CONSIDERANDO, a existência da Instrução Normativa 0002/2013,

que estabelece que cada condutor dos veículos tomarem medidas necessárias tanto na condução, bem como na conservação e manutenção dos veículos antes de seguir viagem;

CONSIDERANDO, a declaração apresentada pelo mecânico que fez o socorro;

CONSIDERANDO, finalmente, que é do interesse da Administração Municipal apurar os fatos, a sua veracidade e aplicar as penalidades previstas no Estatuto dos Servidores, bem como outros responsáveis, adotando assim as medidas administrativas cabíveis,

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurada SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, para apurar os fatos, bem como os responsáveis pelos atos acima descritos.

Art. 2º Fica designada a Comissão Permanente de Inquérito e Processo Administrativo Disciplinar (CPIPAD), devidamente nomeada pelo Decreto Municipal nº 1.904, publicado em 4 de julho de 2013, com as alterações operadas pelo Decreto nº 1.983, publicado em 12 de maio de 2014, ainda com novas alterações operadas pelo Decreto nº 2.150, de 07 de abril de 2016, para conduzir os trabalhos.

Art. 3º Para a realização dos trabalhos, deverá a Comissão acima nomeada utilizar-se de documentos existentes, além do depoimento de servidores, testemunhas e diligências que entenderem necessárias.

Art. 4º A Comissão terá um prazo de dez (10) dias da publicação do presente Decreto, para iniciar os trabalhos, e o prazo de sessenta (60) dias para a sua conclusão, devendo apresentar relatório do apurado.

Art. 5º Pela participação na Comissão, os membros não serão remunerados, mas considerado serviço de relevância para o Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 13 de abril de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Elisete Cardoso da Silva
Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Registrado e Publicado nesta data.

DECRETO Nº 2.155 DE 13 DE ABRIL DE 2016

DECRETO nº 2.155 de 13 de abril de 2016.

"INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO DE APURAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o Boletim de Ocorrência registrado dando conta da informação de que a técnica de enfermagem Terezinha Kremer foi vista "pegando" várias medicações na Farmácia do PSF III;

CONSIDERANDO, que nenhum funcionário tem permissão para pegar medicamentos da farmácia sem a devida prescrição médica;

CONSIDERANDO, os relatórios apresentados;

CONSIDERANDO, finalmente, que é do interesse da Administração

Municipal apurar os fatos, a sua veracidade e aplicar as penalidades previstas no Estatuto dos Servidores, bem como outros responsáveis, adotando assim as medidas administrativas cabíveis,

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurada SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, para apurar os fatos, bem como os responsáveis pelos atos acima descritos.

Art. 2º Fica designada a Comissão Permanente de Inquérito e Processo Administrativo Disciplinar (CPIPAD), devidamente nomeada pelo Decreto Municipal nº 1.904, publicado em 4 de julho de 2013, com as alterações operadas pelo Decreto nº 1.983, publicado em 12 de maio de 2014, ainda com novas alterações operadas pelo Decreto nº 2.150, de 07 de abril de 2016, para conduzir os trabalhos.

Art. 3º Para a realização dos trabalhos, deverá a Comissão acima nomeada utilizar-se de documentos existentes, além do depoimento de servidores, testemunhas e diligências que entenderem necessárias.

Art. 4º A Comissão terá um prazo de dez (10) dias da publicação do presente Decreto, para iniciar os trabalhos, e o prazo de sessenta (60) dias para a sua conclusão, devendo apresentar relatório do apurado.

Art. 5º Pela participação na Comissão, os membros não serão remunerados, mas considerado serviço de relevância para o Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 13 de abril de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN Elizete Cardoso da Silva
Prefeita Municipal Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Registrado e Publicado nesta data.

DECRETO Nº 2.156 DE 13 DE ABRIL DE 2016

DECRETO nº 2.156 de 13 de abril de 2016.

"INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO DE APURAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a informação advinda da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social de Catanduvas/SC, dando conta de que, mediante uma denúncia anônima recebida por telefone, no dia 05/04/2016, às 15h27min, a agente comunitária de saúde Daniela Tissiani Demartini, pertencente à microárea III do ESF Sebaldo Kunz, estava em casa desde as 13h30min, sendo que não foi a primeira vez que isso aconteceu;

CONSIDERANDO, diante a denúncia anônima, a Secretária Municipal de Saúde Sra. Elisete Cardoso da Silva, acompanhada de mais 2 (duas) enfermeiras, dirigiu-se até a residência da agente comunitária de saúde, ao solicitar licença para adentrar a residência, constatou que a Sra. Daniela Tissiani Demartini estava realmente em casa, conforme a denúncia;

CONSIDERANDO, que as agentes comunitárias de saúde devem cumprir o horário de trabalho de 40 horas semanais e quando não estão fazendo visitas nas residências devem estar nos PSF para realizar as atividades, sendo que nenhuma atividade deve ser feita em casa;

CONSIDERANDO, os documentos apresentados, tais como atas de reunião e declaração;

CONSIDERANDO, finalmente, que é do interesse da Administração Municipal apurar os fatos, a sua veracidade e aplicar as penalidades previstas no Estatuto dos Servidores, bem como outros responsáveis, adotando assim as medidas administrativas cabíveis,

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurada SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, para apurar os fatos, bem como os responsáveis pelos atos acima descritos.

Art. 2º Fica designada a Comissão Permanente de Inquérito e Processo Administrativo Disciplinar (CPIPAD), devidamente nomeada pelo Decreto Municipal nº 1.904, publicado em 4 de julho de 2013, com as alterações operadas pelo Decreto nº 1.983, publicado em 12 de maio de 2014, ainda com novas alterações operadas pelo Decreto nº 2.150, de 07 de abril de 2016, para conduzir os trabalhos.

Art. 3º Para a realização dos trabalhos, deverá a Comissão acima nomeada utilizar-se de documentos existentes, além do depoimento de servidores, testemunhas e diligências que entenderem necessárias.

Art. 4º A Comissão terá um prazo de dez (10) dias da publicação do presente Decreto, para iniciar os trabalhos, e o prazo de sessenta (60) dias para a sua conclusão, devendo apresentar relatório do apurado.

Art. 5º Pela participação na Comissão, os membros não serão remunerados, mas considerado serviço de relevância para o Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 13 de abril de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Elizete Cardoso da Silva
Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Registrado e Publicado nesta data.

DECRETO Nº 2.157 DE 14 DE ABRIL DE 2016

DECRETO nº 2.157 de 14 de abril de 2016.

“INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO DE APURAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o Boletim de Ocorrência e a informação, inicialmente, de sequestro, seguida de roubo de veículo de servidor no pátio da garagem do Município de Catanduvas/SC, no dia 23 de abril de 2015, às 00h30min, envolvendo o servidor público Municipal JOÃO VALMOR MOREIRA LEITE, o qual alegou ter sido rendido por 3 (três) indivíduos encapuzados e armados, tendo seu veículo um Fiat/Uno Mille, placas ECT 0512, levado pelos bandidos;

CONSIDERANDO, a alegação de que o Servidor Público Sr. João Valmor Moreira Leite foi levado pelos bandidos que rodaram com este até aproximadamente às 04h00min da manhã, onde o deixaram próximo a Ervateira Verdinha;

CONSIDERANDO, as apurações dos fatos pela Delegacia de Polícia,

constatou-se que a versão dos fatos contada pelo Sr. João Valmor Moreira Leite não é verídica, uma vez que, conforme averiguado na investigação o Sr. João Valmor Moreira Leite assumiu o serviço às 23h19min, conforme registro ponto, porém observa-se nos depoimentos anexo ao BO, o mesmo ausentou do trabalho às 23h30min para levar uma amiga até a cidade de Videira, sendo que seu veículo teve problemas mecânicos na estrada o que impossibilitou prosseguir viagem e da mesma forma, retornar para Catanduvas, mais precisamente a garagem da Prefeitura Municipal para dar continuidade ao expediente;

CONSIDERANDO, as novas declarações prestadas na Delegacia de Polícia, pelo Sr. João Valmor Moreira Leite que confessou ter falsamente comunicado o crime de sequestro e roubo para justificar sua falta no serviço;

CONSIDERANDO, os documentos e declaração apresentadas no Boletim de Ocorrência;

CONSIDERANDO, finalmente, que é do interesse da Administração Municipal apurar os fatos, a sua veracidade e aplicar as penalidades previstas no Estatuto dos Servidores, bem como outros responsáveis, adotando assim as medidas administrativas cabíveis,

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurada SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, para apurar os fatos, bem como os responsáveis pelos atos acima descritos.

Art. 2º Fica designada a Comissão Permanente de Inquérito e Processo Administrativo Disciplinar (CPIPAD), devidamente nomeada pelo Decreto Municipal nº 1.904, publicado em 4 de julho de 2013, com as alterações operadas pelo Decreto nº 1.983, publicado em 12 de maio de 2014, ainda com novas alterações operadas pelo Decreto nº 2.150, de 07 de abril de 2016, para conduzir os trabalhos.

Art. 3º Para a realização dos trabalhos, deverá a Comissão acima nomeada utilizar-se de documentos existentes, além do depoimento de servidores, testemunhas e diligências que entenderem necessárias.

Art. 4º A Comissão terá um prazo de dez (10) dias da publicação do presente Decreto, para iniciar os trabalhos, e o prazo de sessenta (60) dias para a sua conclusão, devendo apresentar relatório do apurado.

Art. 5º Pela participação na Comissão, os membros não serão remunerados, mas considerado serviço de relevância para o Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 14 de abril de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal Resp.

Davi Pecinato
Secretaria de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

LEI Nº 2.528/2016 DE 13 DE ABRIL DE 2016

LEI Nº 2.528, de 13 de abril de 2016.

"AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA MUNICIPAL"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita do Município de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica a Presidente da Câmara Municipal de Vereadores autorizada a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, no Orçamento vigente, na importância de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), da seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO	01	Câmara Municipal de Vereadores		
UNID. ORÇ.	0101	Câmara Municipal		
FUNÇÃO	01	Legislativa		
SUBFUNÇÃO	031	Ação Legislativa		
PROGRAMA	0001	Legislativo		
PROJ. ATIV.	2001	Manutenção do Poder Legislativo		
	33000000	Outras Despesas Correntes		
	33900000	Aplicações Diretas	R\$	880,00

Art. 2º Fica a Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, autorizada a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), na seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO	01	Câmara Municipal de Vereadores		
UNID. ORÇ.	0101	Câmara Municipal		
FUNÇÃO	01	Legislativa		
SUBFUNÇÃO	031	Ação Legislativa		
PROGRAMA	0001	Legislativo		
PROJ. ATIV.	2001	Manutenção do Poder Legislativo		
	33000000	Despesas Correntes		
	33930000	Aplicações Diretas Decorrente de Op.	R\$	880,00

entre Órgãos

Art. 3º Ficam alterados os anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária do Exercício 2016 em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas/SC, 13 de abril de 2016.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita

Registrada e publicada nesta data.

PORTARIA Nº 6.698 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6698/16, de 22.02.2016,

"Admite temporariamente,**FABIANE APARECIDA PEROTTO"**

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, FABIANE APARECIDA PEROTTO, para o Cargo de Professor (a) de Educação Física, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/6643/16.

PORTARIA Nº 6.699 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6699/16, de 22.02.2016,

"Admite temporariamente,
GILCEMAR DALMAGRO DE QUADROS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, GILCEMAR DALMAGRO DE QUADROS, para o Cargo de Professor (a) de Educação Física, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.700 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6700/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
TATIANE FERNANDES DANIELLI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, TATIANE FERNANDES DANIELLI, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/6261/14.

PORTARIA Nº 6.701 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6701/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
GIZELE ALVES DA SILVA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, GIZELE ALVES SILVA, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/6261/14.

PORTARIA Nº 6.702 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6702/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
ARIADNE TARCILA DA ROSA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ARIADNE TARCILA DA ROSA, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/6416/15.

PORTARIA Nº 6.703 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6703/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
FABIANA ALMEIDA BAIROS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, FABIANA ALMEIDA BAIROS, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6315/15.

PORTARIA Nº 6.704 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6704/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
ANGELINA JAIRE ZUCCHI GRAUER"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ANGELINA JAIRE ZUCCHI GRAUER, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6318/15.

PORTARIA Nº 6.705 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6705/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
ELAINE RIBEIRO DE CAMARGO "

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ELAINE RIBEIRO DE CAMARGO, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6345/15.

PORTARIA Nº 6.706 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6706/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
CRISTIANE CLOSS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, CRISTIANE CLOSS, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6356/15.

PORTARIA Nº 6.707 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6707/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
JULIANA TEREZINHA CATSCHOR"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, JULIANA TEREZINHA CATSCHOR, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6316/15.

PORTARIA Nº 6.708 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6708/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
SILIMARA DOS SANTOS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, SILIMARA DOS SANTOS, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6353/15.

PORTARIA Nº 6.709 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6709/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
MINEIA SANDRA VERONEZE"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, MINEIA SANDRA VERONEZE, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6317/15.

PORTARIA Nº 6.710 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6710/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
MARILEI MARIA MIOTTO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, MARILEI MARIA MIOTTO, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6398/15.

PORTARIA Nº 6.711 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6711/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
ANA CRISTINA ZATERA DA COSTA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ANA CRISTINA ZATERA DA COSTA, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6395/15.

PORTARIA Nº 6.712 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6712/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
ROSILEI CAMPOS "

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ROSILEI CAMPOS, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6387/15.

PORTARIA Nº 6.713 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6713/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
NATACHA ALVIERO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, NATACHA ALVIERO, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/6416/15.

PORTARIA Nº 6.714 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6714/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
TAINARA GOMES DO PRADO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, TAINARA GOMES DO PRADO, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6320/15.

PORTARIA Nº 6.715 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6715/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
PATRICIA DE CASSIA REISCHARDT "

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, PATRICIA DE CASSIA REISCHARDT, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6396/15.

PORTARIA Nº 6.716 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6716/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
IVANILCE CABRAL CASCAES "

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, IVANILCE CABRAL CASCAES, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6405/15.

PORTARIA Nº 6.717 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6717/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
CLAUDETE APARECIDA DE LIMA FERREIRA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, CLAUDETE APARECIDA DE LIMA FERREIRA, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior : P/ 6355/15.

PORTARIA Nº 6.718 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6718/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
JANE LUCINA ETGES"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, JANE LUCINA ETGES, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6348/15.

PORTARIA Nº 6.719 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6719/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
JANCARLA MOLIN "

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, JANCARLA MOLIN, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6360/15.

PORTARIA Nº 6.720 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6720/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
JESSICA MARIA LAVORATTI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, JESSICA MARIA LAVORATTI, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6404/15.

PORTARIA Nº 6.721 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6721/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
ELIANE KARVASKI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ELIANE KARVASKI, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/6416/15.

PORTARIA Nº 6.722 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6722/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
ELIANE DOS SANTOS JOSÉ MARIA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ELIANE DOS SANTOS JOSÉ MARIA, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6354/15.

PORTARIA Nº 6.723 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6723/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
EGILSE BITTENCOURT"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, EGILSE BITTENCOURT, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6389/15.

PORTARIA Nº 6.724 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6724/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
ANA PAULA DOS SANTOS "

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ANA PAULA DOS SANTOS, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6352/15.

PORTARIA Nº 6.725 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6725/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
ADRIANA MARIA DOS SANTOS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ADRIANA MARIA DOS SANTOS, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6339/15

PORTARIA Nº 6.726 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6726/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
HELENA APARECIDA DA CONCEIÇÃO "

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, HELENA APARECIDA DA CONCEIÇÃO, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6303/15.

PORTARIA Nº 6.727 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6727/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
LUCIANA APARECIDA ROSALEN"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, LUCIANA APARECIDA ROSALEN, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 18 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6314/15.

PORTARIA Nº 6.728 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6728/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
DEVILIN SOARES"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, DEVILIN SOARES, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6391/15.

PORTARIA Nº 6.729 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6729/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
DANIELLE BRESSANELLI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, DANIELLE BRESSANELLI, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6338/15.

PORTARIA Nº 6.730 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6730/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
LUCIANE APARECIDA SIQUEIRA MOCELIN"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, LUCIANE APARECIDA SIQUEIRA MOCELIN, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/6416/15.

PORTARIA Nº 6.731 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6731/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
THAIANA MOREIRA NORA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, THAIANA MOREIRA NORA, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6296/15.

PORTARIA Nº 6.732 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6732/16, de 22.02.2016,

"Admite temporariamente,
ELIANE HETKOWSKI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ELIANE HETKOWSKI, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível 16-A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6312/15.

PORTARIA Nº 6.733 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6733/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
CAROLINE SIQUEIRA PAGANINI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, CAROLINE SIQUEIRA PAGANINI, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/6416/15.

PORTARIA Nº 6.734 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6734/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
LUIZA MARIAQUE DEITOS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, LUIZA MARIAQUE DEITOS, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6390/15.

PORTARIA Nº 6.735 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6735/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
SONIA DE FATIMA BAZZANELLA PAGANINI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, SONIA DE FATIMA BAZZANELLA PAGANINI, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.736 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6736/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
CARMEM ROSA TABORDA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, CARMEM ROSA TABORDA, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.737 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 67372/16, de 19.02.2016.

"Admite temporariamente,
SILVANA ANDERSON"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, SILVANA ANDERSON, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 19 de fevereiro de 2016 a 14 de março de 2016.

Catanduvas, 19 de fevereiro de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/6196/14.

PORTARIA Nº 6.738 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6738/16, de 22.02.2016.

"Admite temporariamente,
ANDREIA OLIVEIRA DE CAMARGO CASCAES"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ANDREIA OLIVEIRA DE CAMARGO CASCAES ILVA, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.739 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6739/16, de 22.02.2016,

“Admite temporariamente,
NELVA MAULE”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, NELVA MAULE, para o Cargo de Agente de Copa e Agente de Copa e Higienização, Nível CE-01A, 25 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6047/14.

PORTARIA Nº 6.740 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6740/16, de 22.02.2016.

“Admite temporariamente,
JULIANA MEDEIROS”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, JULIANA MEDEIROS, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-01A, 25 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6384/15.

PORTARIA Nº 6.741 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA P/ 6741/16, de 22.02.2016.

“Admite temporariamente,
CIRLENE APARECIDA SPAZZINI SCOTTI”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

Resolve:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, CIRLENE APARECIDA SPAZZINI SCOTTI, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-01A, 25 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Catanduvas, 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6362/15.

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 47/2016

DECRETO Nº. 47/2016

“DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município;

Considerando que no dia 21 de abril de 2016, quinta-feira é feriado nacional de Tiradentes;

Considerando que se revela conveniente para a Administração Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído PONTO FACULTATIVO, nas Repartições Públicas Municipais, o dia 22 de abril de 2016, sexta-feira, tendo em vista a passagem do feriado de Tiradentes.

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul, SC, 13 de Abril de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

PORTARIA 28/2016

PORTARIA N. 28/2016.

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com os artigos 15 e 16, anexo IV, do Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº. 002/2001, e;

Considerando que além das atribuições de seu cargo a Servidora ficará responsável pelo controle patrimonial do município, englobando as atividades de recepção, registro, controle, utilização, guarda, conservação e desfazimento dos bens permanentes da Instituição, no que diz respeito aos bens móveis e imóveis;

Considerando que desempenhará também as atividades de controle de estoques do Município, compreendendo, materiais, tanto de consumo, quanto permanente, recebimento e aceitação, armazenagem, requisição e distribuição, controles, renovação de estoque, movimentação e inventários físicos.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder adicional de 100% (cem por cento) de Função Gratificada, Nível FG-3, sobre o menor vencimento básico do Município, a Servidora Pública Municipal, Senhora Dirce Maria Agostini, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul-SC, 11 de abril de 2016.

Certifico que esta portaria

foi publicada em data supra

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 29/2016

PORTARIA Nº 029/2016

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora TAUANNA AGNE, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 05/05/2014 a 04/05/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 13/04/2016 a 12/05/2016.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/04/2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 11 de Abril de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 30/2016

PORTARIA Nº 030/2016

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora ALDETE MARIA BELLEI, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/03/2013 a 28/02/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 01/04/2016 a 30/04/2016.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos retroativos a partir de 01/04/2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 11 de Abril de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 31/2016

PORTARIA Nº 03/2016

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO, requerimento feito pela Servidora abaixo relacionada e por estar a mesma com direito a Licença Prêmio com remuneração por um período de trinta dias, conforme capítulo IV, seção VII, artigo 76 da Lei Complementar 001/2001 de 06/12/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais deste município),

NATALINO ACHILES MORONI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, com período aquisitivo de 01/10/2008 a 30/09/2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio para gozo no período de 01/04/2016 a 30/04/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 11 de Abril de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 32/2016

PORTARIA N. 32/2016.

“DISPÕE SOBRE DETERMINAÇÃO A SERVIDORES PÚBLICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGRICULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV, da Lei Orgânica do Município, e o disposto no artigo 96 da Lei Municipal Complementar nº 001/2001 de 06/12/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a todos os Servidores Públicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, que deverão de hora em diante solicitar a chefia imediata, Secretário Gustavo Brustolin ou em sua ausência ao Diretor do Departamento Fernando Brighentti autorização para ausentar-se do trabalho no horário normal de expediente.

Art. 2º. Os Servidores que ausentarem-se do local de trabalho durante o horário de expediente sem a prévia autorização da chefia imediata, sofrerão as penalidades previstas no artigo 105 da Lei Municipal Complementar nº 001/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais);

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul-SC, 14 de abril de 2016.

Certifico que esta portaria

Foi publicada em data supra

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

ERRATA DA PORTARIA 166/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

ERRATA

Na Edição nº 1976 do Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, publicada em 14.04.2016, Portaria nº. 166/2016,

Onde se lê:

Art. 2º A servidora supra mencionada acumulará a função referida com as provenientes do Cargo Efetivo de Oficial Administrativo.

Leia-se:

Art. 2º A servidora supra mencionada acumulará a função referida com as provenientes do Cargo Efetivo de Assistente Social.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 15 DE ABRIL DE 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ERRATA DA PORTARIA 167/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

ERRATA

Na Edição nº 1976 do Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, publicada em 14.04.2016, Portaria nº. 167/2016,

Onde se lê:

Art. 2º A servidora supra mencionada acumulará a função referida com as provenientes do Cargo Efetivo de Oficial Administrativo.

Leia-se:

Art. 2º A servidora supra mencionada acumulará a função referida com as provenientes do Cargo Efetivo de Secretaria de Escola.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 15 DE ABRIL DE 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 169/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 169/2016

“ALTERA O INCISO XLI, DO ART.1º DA PORTARIA Nº 0158/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere o Art. 70, inciso II da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC e, em conformidade com o art. 67 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso XLI, do art. 1º da Portaria nº 0158/2016, de 07.04.2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º

XLI- ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 1/2016 FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2016, PREGÃO Nº 5/2016

OBJETO: Aquisição leites (formulação infantil e suplemento alimentar).

FISCAL: Camila Silva Oliveira

..... ”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 14 de abril de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 168/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 168/2016

“NOMEIA MEMBROS PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.70, II da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC, conforme dispõe a Lei Municipal nº 0332 de 17.04.2007 e de acordo com a Ata nº 54 de 13.04.2016, de Eleição e Posse do Conselho,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, do Município de Chapadão do Lageado - SC, a seguir relacionados:

I – Representantes da Secretaria da Educação, CULTURA E ESPORTES:

Titular: Rosildo Pereira

Suplente: Claudinei França

II - Representantes dos Professores da Educação Pública:

Titular: Josiani Machado de Pinho

Suplente: Vera Lúcia Graci Demétrio

III – Representantes dos DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS:

Titular: Maria Zenaide Senem Souza

Suplente: Lidia Terezinha Palhano

IV – REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO – ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS:

Titular: Meireleim Grach Machado

Suplente: Crislei Sebold

V – REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular: Thuany Cordeiro Marques

Suplente: Siegfried Hoffmann Neto

Titular: Rosemar Sebold

Suplente: Aldo Jeremias

VI- REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA ESCOLA BÁSICA PÚBLICA:

Titular: Lucilene Lorenço da Silva

Suplente: Jean de Andrade Policarpo

Titular: Graciela Michels

Suplente: Pablo Ramon Pereira

VII- REPRESENTANTES DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO:

Titular: Maicon de Souza

Suplente: Cleber Meurer

VIII – REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR:

Titular: Lucimara da Silva de Oliveira

Suplente: Cleide Lopes Padilha

Art. 2º O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, terá como Presidente a Senhora Josiani Machado de Pinho, Vice-Presidente o Senhor Maicon de Souza e como Secretária a Senhora Lucimara da Silva de Oliveira.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 108/2014 e demais disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 14 de abril de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 170/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 170/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70, II, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 0629 de 18.03.2015, e de acordo com a Ata nº 99 de 16.03.2016,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros que irão compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Município de Chapadão do Lageado – SC, com o fim de deliberar sobre assuntos relacionados à política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.

Parágrafo único. Os membros de que trata o “caput” do art. 1º, são os seguintes:

I – Poder Executivo

a) Representante da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

Titular: DILVA ROSA CORREIA

Suplente: EVA APARECIDA KEMPNER ABREU

b) Representante da Secretaria da Saúde

Titular: JOÃO ALOIR FRANÇA DE OLIVEIRA

Suplente: DIRCE DE SOUZA

c) Representante da Secretaria de Assistência Social

Titular: SIMONE IARA DA SILVEIRA

Suplente: ADRIANA MARTINS

II – Entidades não Governamentais

a) Representante da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE

Titular: GEORGE HENRIQUE SEBOLD

Suplente: EDILÉNEIA WEIRICH

b) Representante da Associação de Mulheres do Município de Chapadão do Lageado

Titular: ELOINA PORTES DOS SANTOS

Suplente: IODETE BILK PASSIG

c) Representante da Comunidade Terapêutica Alto Vale

Titular: JOICI DEMÉTRIO CAOVILO

Suplente: BIANCA CAROLINE STEIN

Art. 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente terá como Presidente, a Senhora Eloina Portes dos Santos, Vice-Presidente a Senhora Joice Demétrio Caovila e como Secretária a Senhora Simone Iara da Silveira.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais à 16.03.2016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 14 de abril de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/PMCS/2016 (REGISTRO DE PREÇOS) - DESERTA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/PMCS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/PMCS/2016 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de sementes, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Informações complementares: A licitação foi declarada deserta pelo não comparecimento de interessados em participar do certame. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 14 de abril de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 254/16

DECRETO SAF/Nº. 254/16, de 06 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, Resolve:

EXONERAR A PEDIDO

ELISANGELA LEANDRO COMELLI, portadora do CPF nº. 023.349.519-35, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 92/16, de 19 de fevereiro de 2016, a partir de 06 de abril de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de abril de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

ADEMIR MAGAGNIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 255/16

DECRETO SAF/Nº. 255/16, de 08 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, Resolve:

EXONERAR A PEDIDO

ISAURA CAROLINE RAMOS CAUDURO, portadora do CPF nº. 076.973.449-98, Professor ACT, nomeada através do Decreto SAF/N. 102/16, de 23 de fevereiro de 2016, a partir de 11 de abril de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de abril de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 256/16

DECRETO SAF/Nº. 256/16, de 08 de abril de 2016.

EXONERA SERVIDOR POR ADERIR AO PDV- (Programa de Desligamento Voluntário).

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 265, de 18 de fevereiro de 1997, resolve,

EXONERAR A PEDIDO:

TIAGO FERNANDES CARDOSO, Servente de Obras, por aderir ao PDV – Programa de Desligamento Voluntário, nomeado por Concurso Público, através do Decreto SAF/Nº. 96/08, de 13 de fevereiro de 2008, a partir de 08 de abril de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de abril de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 257/16

DECRETO SAF/Nº. 257/16, de 12 de abril de 2016.

DESIGNA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS DECLARADOS INSERVÍVEIS E BENS IMÓVEIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve

DESIGNAR:

Art. 1º HOMERO DE BONA FILHO, LEONARDO DE BONNA LAÉRCIO DE COSTA, LUIZ CARLOS GONÇALVES, NILSIONEI MAFIOLETT, SANDRO ROBERTO FARACO, TARCISO DE NONI, SOÊNIA MARIA ZACCARON BASTOS PINTO, MANOEL MARQUES DA SILVA, JHONYS PONCIANO e PEDRINHO CAUDURO, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Avaliação de Bens Móveis Declarados Inservíveis e de Bens Imóveis de interesse do Município.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se os efeitos do Decreto SAF/Nº. 196/14, de 05 de março de 2014.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 12 de abril de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

EXTRATO DO CONTRATO 18/PMCS/2016

CONTRATO Nº: 18/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/PMCS/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/PMCS/2016

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e prestação de serviços de drenagem pluvial e pavimentação com lajotas da Rua Pedro Lúcio Dalló, Bairro Boa Vista, no município de Cocal do Sul, através do convênio nº 2016TR00196 firmado entre o município de Cocal do Sul e o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de desenvolvimento regional de Criciúma.

Assinatura: 12/04/2016

Vigência: Início: 12/04/2016 Término: 19/10/2016

Valor: R\$ 82.455,42 (oitenta e dois mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e dois centavos)

Dotação Orçamentária: 09.02.1.022.4.4.90 (162);
09.02.1.022.4.4.90 (163).**EXTRATO DO CONTRATO 19/PMCS/2016**

CONTRATO Nº: 19/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/PMCS/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 04/PMCS/2016

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e prestação de serviços de drenagem pluvial e pavimentação com lajotas das Ruas Paulo Gracindo e Mario Lago, Bairro Vila Nova, no município de Cocal do Sul, através do convenio nº 2016TR00193 firmado entre o município de Cocal do Sul e o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de desenvolvimento regional de Criciúma.

Assinatura: 12/04/2016

Vigência: Início: 12/04/2016 Término: 19/12/2016

Valor: R\$ 188.263,10 (cento e oitenta e oito mil duzentos e sessenta e três reais e dez centavos)

Dotação Orçamentária: 09.02.1.022.4.4.90 (162);
09.02.1.022.4.4.90 (163).

Concórdia

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 36/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 36/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 4ª parcela proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 265.862,59 (duzentos e sessenta e cinco mil oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e nove centavos).

Concórdia SC, 14 de abril de 2016.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

Cordilheira Alta

PREFEITURA

ATA RESULTADO FINAL - PROCESSO 38/2016 - HORA CAMINHÃO

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Registro de Preços nº08/2016

JULGAMENTO: Menor preço por item

PROCESSO: 38/2016

SOLICITANTE: Secretarias de Infraestrutura

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA CAMINHÃO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA .

VALOR: Item 01 – Valor R\$61.600,00 – Empresa Desbravadora Oeste Terraplenagem e Transporte Ltda-Me.

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedora a empresa Desbravadora Oeste Terraplenagem e Transporte Ltda-Me, adjudicado em seu favor o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão caminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 14 de Abril de 2016.

RELATÓRIOS LRF - 1º BIMESTRE 2016

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	20.449.881,70	20.449.881,70	3.268.146,61	15,98	3.268.146,61	15,98
RECEITA TRIBUTÁRIA	20.364.481,70	20.364.481,70	3.263.447,76	16,03	3.263.447,76	16,03
IMPOSTOS	2.110.530,00	2.110.530,00	216.906,76	10,28	216.906,76	10,28
TAXAS	1.622.530,00	1.622.530,00	162.497,33	10,02	162.497,33	10,02
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	481.000,00	481.000,00	54.409,43	11,31	54.409,43	11,31
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	198.000,00	198.000,00	41.432,47	20,93	41.432,47	20,93
RECEITA PATRIMONIAL	198.000,00	198.000,00	41.432,47	20,93	41.432,47	20,93
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	187.121,70	187.121,70	32.888,72	17,58	32.888,72	17,58
RECEITA DE SERVIÇOS	187.121,70	187.121,70	32.888,72	17,58	32.888,72	17,58
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	783.500,00	783.500,00	81.083,87	10,35	81.083,87	10,35
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.808.350,00	16.808.350,00	2.823.293,50	16,80	2.823.293,50	16,80
TRANSF. DE CONV.	16.569.043,00	16.569.043,00	2.774.578,26	16,75	2.774.578,26	16,75
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	239.307,00	239.307,00	48.715,24	20,36	48.715,24	20,36
MULTAS E JUROS DE MORA	276.980,00	276.980,00	67.842,44	24,49	67.842,44	24,49
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	66.680,00	66.680,00	15.553,64	23,33	15.553,64	23,33
RECEITA DA DIVIDAATIVA	500,00	500,00	43,83	8,77	43,83	8,77
RECEITAS DIVERSAS	201.000,00	201.000,00	50.709,48	25,23	50.709,48	25,23
RECEITAS DE CAPITAL	85.400,00	85.400,00	4.698,85	5,50	4.698,85	5,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.800,00	2.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.800,00	2.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	73.000,00	73.000,00	4.698,85	6,44	4.698,85	6,44
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.400,00	9.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.300,00	9.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	20.449.881,70	20.449.881,70	3.268.146,61	15,98	3.268.146,61	15,98
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	20.449.891,70	20.857.968,73	4.608.224,54	16.249.744,19	2.300.454,06	18.557.514,67	1.824.530,96		
	19.023.891,20	19.375.122,31	4.277.384,00	15.097.738,31	2.214.665,64	17.160.456,67	1.741.952,54		
	8.500.770,32	8.552.402,36	1.139.267,49	7.413.134,87	1.109.834,16	7.442.568,20	1.020.831,59		
	120.000,00	120.000,00	0,00	120.000,00	0,00	120.000,00	0,00		
	10.403.120,88	10.702.719,95	3.138.116,51	7.564.603,44	1.104.831,48	9.597.888,47	721.120,95		
	1.345.990,50	1.402.846,42	330.840,54	1.072.005,88	85.788,42	1.317.058,00	82.578,42		
	945.990,50	1.002.846,42	39.799,52	963.046,90	37.281,52	965.564,90	34.071,52		
	400.000,00	400.000,00	291.041,02	108.958,98	48.506,90	351.493,10	48.506,90		
	80.000,00	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00		
	80.000,00	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	—	—	—	—	—	—	—		
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	20.449.891,70	20.857.968,73	4.608.224,54	16.249.744,19	2.300.454,06	18.557.514,67	1.824.530,96		

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	20.449.881,70	20.857.968,73	4.608.224,54	4.608.224,54	16.249.744,19	2.300.454,06	2.300.454,06	18.557.514,67	1.824.530,96
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	967.692,55	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	20.449.881,70	20.857.968,73	4.608.224,54	4.608.224,54	—	2.300.454,06	3.268.146,61	—	1.824.530,96

FONTE:

Cordilheira Alta, 07/04/2016

ALCEU MAZZIONI	EMANUELLE CELLA TOZZO	SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8	TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		200,00				0,00	200,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		100,00				0,00	100,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		100,00				0,00	100,00
TOTAL		200,00				0,00	200,00
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)							
Despesas de Capital		0,00				0,00	0,00
TOTAL		0,00				0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)				SALDO ATUAL (j) = (h+i)
		0,00				0,00	0,00
FONTE:							

Cordilheira Alta, 07/04/2016

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		1.872.780,00	1.872.780,00	227.379,11	12,14
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		430.000,00	430.000,00	30.837,22	7,17
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI		100.000,00	100.000,00	35.500,00	35,50
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		850.000,00	850.000,00	80.046,02	9,42
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		242.530,00	242.530,00	16.114,09	6,64
Imposto Territorial Rural - ITR		0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos		15.700,00	15.700,00	2.511,43	16,00
Dívida Ativa dos Impostos		201.000,00	201.000,00	50.709,48	25,23
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa		33.550,00	33.550,00	11.660,87	34,76
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		16.689.500,00	16.689.500,00	2.786.384,46	16,70
Cota-Parte FPM		7.200.000,00	7.200.000,00	1.174.840,45	16,32
Cota-Parte ITR		1.000,00	1.000,00	79,90	7,99
Cota-Parte IPVA		605.000,00	605.000,00	56.781,17	9,39
Cota-Parte ICMS		8.500.000,00	8.500.000,00	1.525.435,15	17,95
Cota-Parte IPI-Exportação		145.000,00	145.000,00	23.390,81	16,13
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		238.500,00	238.500,00	5.856,98	2,46
Desoneração ICMS (LC 87/96)		38.000,00	38.000,00	5.856,98	15,41
Outras		200.500,00	200.500,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		18.562.280,00	18.562.280,00	3.013.763,57	16,24
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE					
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		828.701,00	828.701,00	124.964,94	15,08
Provenientes da União		828.701,00	828.701,00	124.964,94	15,08
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		6.643,00	6.643,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		835.344,00	835.344,00	124.964,94	14,96
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
				Até o Bimestre (f)	Até o Bimestre (g)
				% (f/e)*100	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES		4.311.492,50	4.433.588,46	1.166.783,45	434.053,22
Pessoal e Encargos Sociais		2.085.134,92	2.116.583,47	243.610,07	239.576,74
Outras Despesas Correntes		2.226.357,58	2.317.004,99	923.173,38	194.476,48
DESPESAS DE CAPITAL		133.530,00	140.385,92	1.780,00	1.780,00
Investimentos		133.530,00	140.385,92	1.780,00	1.780,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	133.530,00	140.385,92	1.780,00	1,27	1.780,00	1,27
Investimentos	133.530,00	140.385,92	1.780,00	1,27	1.780,00	1,27
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.445.022,50	4.573.974,38	1.168.563,45	25,55	435.833,22	9,53
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/iv)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/iv)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	981.294,30	1.110.246,18	97.177,31	8,32	95.749,82	21,97
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	989.194,30	1.066.957,57	80.975,63	6,93	79.548,14	18,25
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	12.100,00	43.288,61	16.201,68	1,39	16.201,68	3,72
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	981.294,30	1.110.246,18	97.177,31	8,32	95.749,82	21,97
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	3.463.728,20	3.463.728,20	1.071.386,14	91,68	340.083,40	78,03
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						11,28
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						-111.981,14

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
		0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
		-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	DESPESAS LIQUIDADAS Até Bimestre (m) % (m/Total m)*100
Atenção Básica		4.356.600,56	4.448.926,88	1.138.345,89	97,41	426.603,90 97,88
Vigilância Sanitária		88.421,94	125.047,50	30.217,56	2,59	9.229,32 2,12
TOTAL		4.445.022,50	4.573.974,38	1.168.563,45	100,00	435.833,22 100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V(i+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4



Continuação 4/4

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Cordilheira Alta, 14/04/2016

ALCEU MAZZIONI PREFEITO MUNICIPAL	EMANUELLE CELLA TOZZO CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8	SILVANA MAGIONI FAVERO TÉCNICO EM CONTROLE II
--------------------------------------	--	--

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Cordilheira Alta, 07/04/2016

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	20.449.881,70
Previsão Atualizada		—	20.449.881,70
Receitas Realizadas		3.268.146,61	3.268.146,61
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	75.500,48
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	20.449.881,70
Créditos Adicionais		—	408.087,03
Dotação Atualizada		—	20.857.968,73
Despesas Empenhadas		4.608.224,54	4.608.224,54
Despesas Liquidadas		2.300.454,06	2.300.454,06
Superávit Orçamentário		—	967.692,55
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		4.608.224,54	4.608.224,54
Despesas Liquidadas		2.300.454,06	2.300.454,06
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			17.871.718,79
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
			% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-1.011.846,14
Resultado Primário		0,00	978.611,88
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	409.786,32	0,00	15.491,16
EXECUTIVO	409.786,32	0,00	15.491,16
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	6.757,36	0,00	3.477,52
EXECUTIVO	6.757,36	0,00	3.477,52
TOTAL:	416.543,68	0,00	18.968,68
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		290.080,85	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		17.743,49	60%
Liquidadas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.800,00
Despesa de Capital Líquida		85.788,42	1.317.058,00

Continua 1/2

Município de Cordilheira Alta - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS				
	Valor apurado até o Bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00		200,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	357.265,08	15,00	0,00	
Liquidadas	0,00			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP				
	Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)	0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Cordilheira Alta, 07/04/2016

ALCEU MAZZIONI	EMANUELLE CELLA TOZZO	SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8	TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)								
Legislativa	20.449.881,70	20.857.968,73	4.608.224,54	4.608.224,54	100,00	2.300.454,06	2.300.454,06	18.557.514,67
Ação Legislativa	860.000,00	860.000,00	175.521,30	175.521,30	3,81	100.781,81	100.781,81	759.218,19
Administração	860.000,00	860.000,00	175.521,30	175.521,30	3,81	100.781,81	100.781,81	759.218,19
Administração Geral	2.643.700,00	2.668.611,19	978.818,48	978.818,48	21,24	355.050,57	355.050,57	2.313.560,62
Assistência Social	2.643.700,00	2.668.611,19	978.818,48	978.818,48	21,24	355.050,57	355.050,57	2.313.560,62
Assistência Comunitária	784.650,00	835.362,87	100.068,56	100.068,56	2,17	61.771,55	61.771,55	773.591,32
Saúde	784.650,00	835.362,87	100.068,56	100.068,56	2,17	61.771,55	61.771,55	773.591,32
Atenção Básica	4.445.022,50	4.573.974,38	1.168.563,45	1.168.563,45	25,36	435.833,22	435.833,22	4.138.141,16
Vigilância Sanitária	4.356.600,96	4.448.926,88	1.138.345,89	1.138.345,89	24,70	426.603,90	426.603,90	4.022.322,98
Educação	88.421,94	125.047,50	30.217,56	30.217,56	0,66	9.229,32	9.229,32	115.818,18
Ensino Fundamental	4.259.598,00	4.365.760,08	490.198,42	490.198,42	10,64	373.517,51	373.517,51	3.992.242,57
Ensino Médio	3.544.848,00	3.650.805,71	490.198,42	490.198,42	10,64	373.517,51	373.517,51	3.277.288,20
Ensino Superior	602.000,00	602.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	602.000,00
Educação Infantil	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
Educação de Jovens e Adultos	43.250,00	43.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.250,00
Educação Especial	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
Cultura	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
Diffusão Cultural	292.400,00	292.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	292.400,00
Direitos da Cidadania	292.400,00	292.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	292.400,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	17.000,00	17.000,00	1.704,55	1.704,55	0,04	1.704,55	1.704,55	15.295,45
Urbanismo	17.000,00	17.000,00	1.704,55	1.704,55	0,04	1.704,55	1.704,55	15.295,45
Serviços Urbanos	3.810.211,20	3.810.240,40	935.460,03	935.460,03	20,30	561.875,95	561.875,95	3.248.364,45
Habituação	3.810.211,20	3.810.240,40	935.460,03	935.460,03	20,30	561.875,95	561.875,95	3.248.364,45
Habituação Rural	11.200,00	11.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.200,00
Habituação Urbana	7.100,00	7.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.100,00
Agricultura	4.100,00	4.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.100,00
Promoção da Produção Vegetal	1.934.600,00	1.934.600,00	294.701,44	294.701,44	6,40	262.276,15	262.276,15	1.672.323,85
Extensão Rural	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Comércio e Serviços	1.874.600,00	1.874.600,00	294.701,44	294.701,44	6,40	262.276,15	262.276,15	1.612.323,85
Administração Geral	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Energia	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Energia Elétrica	198.500,00	295.819,81	26.589,61	26.589,61	0,58	26.589,61	26.589,61	269.230,20
Desporto e Lazer	198.500,00	295.819,81	26.589,61	26.589,61	0,58	26.589,61	26.589,61	269.230,20
Desporto Comunitário	364.500,00	364.500,00	55.670,17	55.670,17	1,21	33.137,38	33.137,38	331.362,62
	364.500,00	364.500,00	55.670,17	55.670,17	1,21	33.137,38	33.137,38	331.362,62

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.449.881,70	20.857.968,73	4.608.224,54	4.608.224,54	16.249.744,19	2.300.454,06	100,00	18.557.514,67
Encargos Especiais	828.000,00	828.000,00	380.928,53	380.928,53	447.071,47	87.915,76	3,82	740.084,24
Administração Geral	18.000,00	18.000,00	2.639,60	2.639,60	15.360,40	2.639,60	0,11	15.360,40
Refinanciamento da Dívida Interna	520.000,00	520.000,00	291.041,02	291.041,02	228.958,98	48.506,90	2,11	471.493,10
Serviço da Dívida Interna	290.000,00	290.000,00	87.247,91	87.247,91	202.752,09	36.769,26	1,60	253.230,74
TOTAL (II) = (I + II)	20.449.881,70	20.857.968,73	4.608.224,54	4.608.224,54	16.249.744,19	2.300.454,06	100,00	18.557.514,67

FONTE:

Cordilheira Alta, 07/04/2016

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADOR - CRC/SC 023417/O-8SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2015 A FEVEREIRO/2016

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
ESPECIFICAÇÃO		Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)	RS 1,00
RECEITAS CORRENTES (I)		1.784.144,24	1.704.552,51	1.830.175,19	1.716.040,30	1.653.042,79	1.577.480,29	1.510.336,61	1.592.021,24	1.660.781,81	1.565.593,66	1.585.344,90	1.946.379,35	20.788.665,89	23.522.188,70
RECEITA TRIBUTÁRIA		295.794,21	101.410,12	129.269,81	96.273,89	130.729,57	100.128,30	86.568,99	95.711,95	99.442,35	126.590,09	75.472,24	141.434,52	1.484.828,04	2.110.530,00
IRPJ		192.104,69	18.112,10	31.679,34	21.957,51	25.399,32	9.350,76	959,61	3.620,02	2.112,07	1.542,45	0,00	30.837,22	337.876,11	430.000,00
IRPJ/F		42.813,72	13.057,76	16.053,79	14.365,76	14.270,15	14.317,44	14.089,15	14.563,46	14.000,22	39.545,63	539,43	15.575,66	185.041,71	242.530,00
I.S.S.		8.840,00	9.779,10	17.875,25	6.971,60	16.888,00	6.385,00	20.800,00	9.947,50	9.940,00	17.269,52	8.330,00	27.170,00	153.894,97	100.000,00
I.T.E.I.		42.988,04	12.479,05	9.789,89	9.719,50	18.705,38	15.675,54	9.017,96	9.899,73	7.402,23	17.884,22	20.545,43	33.884,00	206.916,97	488.000,00
Outras Receitas Tributárias		32.049,27	18.134,45	21.500,09	20.077,53	22.741,47	18.256,19	16.136,50	21.263,01	19.547,61	20.399,68	19.701,56	21.062,79	252.646,15	198.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		21.735,01	18.886,68	20.683,03	21.937,21	19.410,51	15.786,96	14.637,25	15.763,06	16.036,78	16.317,26	14.094,68	18.794,04	214.094,47	187.121,70
RECETA PATRIMONIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA DE SERVIÇOS		69.996,08	48.542,94	53.932,66	61.095,26	44.332,88	34.705,62	41.229,63	43.220,11	46.230,91	54.694,73	30.889,22	50.214,65	578.994,56	783.300,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.347.238,47	1.494.387,52	1.551.116,70	1.500.226,35	1.419.865,73	1.395.171,14	1.338.151,73	1.395.163,62	1.464.065,55	1.733.240,28	1.669.425,10	1.695.144,89	18.013.238,08	19.996.068,00
Cota-Parte do FPM		445.610,32	480.931,62	591.411,98	514.598,39	381.036,57	445.646,92	371.540,32	422.874,40	477.458,38	807.350,66	521.471,09	653.119,39	6.113.292,35	7.200.000,00
Cota-Parte do ICMS		648.482,56	697.075,80	659.611,32	632.117,38	638.140,17	613.000,60	639.813,65	661.550,48	665.531,01	649.708,51	839.415,76	686.019,39	8.030.476,63	8.500.000,00
Cota-Parte do IPVA		51.557,77	51.853,71	52.115,68	58.896,46	55.226,50	55.729,67	54.163,71	37.914,27	37.759,27	20.177,44	20.066,85	36.724,32	532.165,75	605.000,00
Cota-Parte do ITR		48,42	107,82	8,24	88,78	88,78	15,75	342,84	5.472,62	19,71	24,42	14,23	65,67	6.294,69	1.000,00
Outras Transferências Correntes		64.990,05	105.931,20	105.304,10	148.399,32	206.583,73	137.895,69	135.418,94	121.347,59	139.955,03	108.873,26	123.595,65	171.071,40	1.570.279,06	1.927.068,00
Transferências de LC 61/1989		8.822,61	9.240,24	10.424,01	9.928,89	9.146,51	9.792,31	9.704,64	11.256,57	10.255,76	10.126,94	13.197,97	10.192,84	122.029,29	145.000,00
Transferências de LC 87/1966		0,00	11.036,96	2.759,24	2.759,24	2.759,24	2.759,24	2.759,24	2.759,24	2.759,24	2.759,24	2.928,49	2.928,49	38.967,86	38.000,00
Transferências do FUNDEB		127.726,54	138.209,87	139.462,13	132.528,38	126.886,23	130.425,98	124.388,45	131.878,45	130.357,15	134.228,81	148.485,06	135.023,42	1.599.730,45	1.550.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		13.401,20	22.990,80	43.669,90	14.459,05	15.962,63	13.417,08	11.610,64	10.899,49	15.624,61	15.031,74	48.113,98	19.728,46	244.866,59	276.980,00
DEDUÇÕES (II)		230.906,16	250.049,09	263.265,90	245.667,53	217.279,93	225.377,07	215.668,64	228.367,24	238.756,46	246.363,59	279.466,68	277.809,61	2.916.977,10	3.297.706,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		230.906,16	250.049,09	263.265,90	245.667,53	217.279,93	225.377,07	215.668,64	228.367,24	238.756,46	246.363,59	279.466,68	277.809,61	2.916.977,10	3.297.706,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.553.238,08	1.454.503,42	1.566.912,29	1.472.372,77	1.435.762,86	1.352.103,22	1.294.667,97	1.363.654,00	1.422.025,35	1.319.230,07	1.305.878,22	1.668.569,54	17.871.716,79	20.224.481,70
FONTE:															
Cordilheira Alta, 07/04/2016															
ALCEU MAZZONI	EMANUELE CELLA TOZZO	SILVANA MAGIONI FAVERO													
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR - CROSC 02941703	TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO													

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Dez 2015 (B)	Em 29 Feb 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	111,07	111,07	111,07
DEDUÇÕES (II)	1.282.154,08	1.282.154,08	2.294.000,22
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.288.911,44	1.288.911,44	2.799.847,08
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	6.757,36	6.757,36	505.846,86
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.282.043,01	-1.282.043,01	-2.293.889,15
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.282.043,01	-1.282.043,01	-2.293.889,15

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Feb 2016 (C - A)
VALOR	-1.011.846,14	-1.011.846,14

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Dez 2015 (B)	Em 29 Feb 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Cordilheira Alta, 07/04/2016

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	20.177.360,00	3.230.559,04	2.968.382,63
Receita Tributária	2.110.530,00	216.906,76	170.423,62
I.P.T.U.	430.000,00	30.837,22	8.744,47
I.S.S.	850.000,00	80.046,02	87.719,92
I.T.B.I.	100.000,00	35.500,00	20.809,60
I.R.R.F.	242.530,00	16.114,09	13.498,86
Outras Receitas Tributárias	488.000,00	54.409,43	39.650,77
Receita de Contribuição	198.000,00	41.432,47	29.122,74
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	198.000,00	41.432,47	29.122,74
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	187.121,70	32.888,72	28.155,42
(-) Aplicações Financeiras	187.121,70	32.888,72	28.155,42
Transferências Correntes	16.808.350,00	2.823.293,50	2.605.556,10
F.P.M.	5.760.000,00	939.872,43	968.913,09
I.P.V.A	484.000,00	45.425,09	45.434,04
I.C.M.S.	6.800.000,00	1.220.348,25	1.095.721,45
Convênios	239.307,00	48.715,24	0,00
Outras Transferências Correntes	3.525.043,00	568.932,49	495.487,52
Demais Receitas Correntes	1.060.480,00	148.926,31	163.280,17
Dívida Ativa	201.000,00	50.709,48	18.268,90
Diversas Receitas Correntes	859.480,00	98.216,83	145.011,27
RECEITAS DE CAPITAL (II)	85.400,00	4.698,85	10.975,32
Operações de Crédito (III)	2.800,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	73.000,00	4.698,85	10.975,32
Alienação de Ativos (V)	200,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	9.400,00	0,00	0,00
Convênios	100,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	9.300,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	9.400,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	20.186.760,00	3.230.559,04	2.968.382,63

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	19.375.122,31	4.277.384,00	3.866.938,33	2.214.665,64	1.853.090,59
Pessoal e Encargos Sociais	8.552.402,36	1.139.267,49	1.073.501,09	1.109.834,16	1.044.301,09
Juros e Encargos da Dívida (IX)	120.000,00	0,00	12.506,02	0,00	2.843,54
Outras Despesas Correntes	10.702.719,95	3.138.116,51	2.780.931,22	1.104.831,48	805.945,96
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	19.255.122,31	4.277.384,00	3.854.432,31	2.214.665,64	1.850.247,05
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.402.846,42	330.840,54	156.606,44	85.788,42	66.940,56
Investimentos	1.002.846,42	39.799,52	19.866,00	37.281,52	19.089,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	400.000,00	291.041,02	136.740,44	48.506,90	47.851,56
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.002.846,42	39.799,52	19.866,00	37.281,52	19.089,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	80.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	20.337.968,73	4.317.183,52	3.874.298,31	2.251.947,16	1.869.336,05

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-151.208,73	-1.086.624,48	-905.915,68	978.611,88	1.099.046,58
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

Cordilheira Alta, 07/04/2016

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016 BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS			RS 1,00
PODER/ÓRGÃO	Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em Exercícios Anteriores				Em 31 de Dezembro de 2015						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	6.757,36	3.477,52	-	3.279,84	-	-	408.786,32	42.135,08	15.491,16	-	394.295,16	397.575,00
EXECUTIVO	0,00	6.757,36	3.477,52	0,00	3.279,84	0,00	0,00	408.786,32	42.135,08	15.491,16	0,00	394.295,16	397.575,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	6.757,36	3.477,52	0,00	3.279,84	0,00	0,00	408.786,32	42.135,08	15.491,16	0,00	394.295,16	397.575,00
Fundo Municipal de Assistência Social	0,00	394,06	394,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Municipal de Saúde	0,00	4.964,09	1.704,25	0,00	3.279,84	0,00	0,00	3.220,00	3.220,00	3.220,00	0,00	0,00	0,00
Secr. Munic. de Agric. Ind. e Comercio	0,00	197,03	197,03	0,00	0,00	0,00	0,00	3.220,00	3.220,00	3.220,00	0,00	0,00	0,00
Secr. Munic. da Infra-Estrutura	0,00	197,03	197,03	0,00	0,00	0,00	0,00	259.356,22	0,00	0,00	0,00	259.356,22	259.356,22
Secretaria Munic. da Educação	0,00	591,09	591,09	0,00	0,00	0,00	0,00	142.870,10	34.575,08	7.991,16	0,00	134.938,94	134.938,94
Secretaria Munic. de Adm. Fazenda e Planejamento	0,00	394,06	394,06	0,00	0,00	0,00	0,00	1.120,00	1.120,00	1.120,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	6.757,36	3.477,52	0,00	3.279,84	0,00	0,00	408.786,32	42.135,08	15.491,16	0,00	394.295,16	397.575,00

ONTE:

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

FONTE:

Cordilheira Alta, 07/04/2016

ALCEU MAZZONI
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE DELLATOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.737.780,00	1.737.780,00	200.957,07	11,56
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	507.050,00	507.050,00	39.284,47	7,75
1.1.1- IPTU	430.000,00	430.000,00	30.837,22	7,17
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.700,00	3.700,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	64.000,00	64.000,00	6.729,08	10,51
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	9.350,00	9.350,00	1.718,17	18,38
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	35.500,00	35,50
1.2.1- ITBI	100.000,00	100.000,00	35.500,00	35,50
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	888.200,00	888.200,00	110.058,51	12,39
1.3.1- ISS	850.000,00	850.000,00	80.046,02	9,42
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	12.000,00	12.000,00	2.511,43	20,93
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	22.000,00	22.000,00	23.376,09	106,25
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	4.200,00	4.200,00	4.124,97	98,21
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	242.530,00	242.530,00	16.114,09	6,64
1.4.1- IRRF	242.530,00	242.530,00	16.114,09	6,64
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	16.489.000,00	16.489.000,00	2.786.384,46	16,90
2.1- Cota-Parte FPM	7.200.000,00	7.200.000,00	1.174.840,45	16,32
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.200.000,00	7.200.000,00	1.174.840,45	16,32
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.500.000,00	8.500.000,00	1.525.435,15	17,95
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	38.000,00	38.000,00	5.866,98	15,41
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	145.000,00	145.000,00	23.390,81	16,13
2.5- Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	79,90	7,99
2.6- Cota-Parte IPVA	605.000,00	605.000,00	56.781,17	9,39
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	18.226.780,00	18.226.780,00	2.987.341,53	16,39
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	278.810,00	278.810,00	57.077,66	20,47
5.1- Transferências do Salário-Educação	180.000,00	180.000,00	40.278,92	22,38
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	41.000,00	41.000,00	3.942,00	9,61
5.4- Transferências Diretas - PNATE	55.000,00	55.000,00	9.363,41	17,02
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	2.810,00	2.810,00	3.493,33	124,32
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	233.807,00	233.807,00	47.807,33	20,45
6.1- Transferências de Convênios	233.807,00	233.807,00	47.807,33	20,45
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	198.797,00	198.797,00	29.994,75	15,09
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	711.414,00	711.414,00	134.879,74	18,96
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.297.708,00	3.297.708,00	557.276,49	16,90
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.440.000,00	1.440.000,00	234.968,02	16,32
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.700.000,00	1.700.000,00	305.086,90	17,95
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.600,00	7.600,00	1.171,38	15,41
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	29.000,00	29.000,00	4.678,14	16,13
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	108,00	108,00	15,97	14,79
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	121.000,00	121.000,00	11.356,08	9,39
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.551.835,40	1.551.835,40	284.939,13	18,36
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.550.000,00	1.550.000,00	283.518,48	18,29
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	1.835,40	1.835,40	1.420,65	77,40
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.747.708,00	-1.747.708,00	-273.758,01	15,66
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.201.635,40	1.219.378,89	150.139,75	12,31	150.139,75	12,31
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.201.635,40	1.219.378,89	150.139,75	12,31	150.139,75	12,31
14- OUTRAS DESPESAS	350.200,00	350.200,00	101.329,83	28,93	101.329,83	28,93
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	350.200,00	350.200,00	101.329,83	28,93	101.329,83	28,93
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.551.835,40	1.569.578,89	251.469,58	16,02	251.469,58	16,02
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						251.469,58
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						52,69
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						35,56
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						11,75
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	4.556.695,00		4.556.695,00		746.835,38	16,39
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	20.250,00	20.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	20.250,00	20.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	20.250,00	20.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.360.047,50	3.465.299,22	490.198,42	14,15	373.517,51	10,78
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.551.835,40	1.569.578,89	16,02	251.469,58	16,02	251.469,58
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.808.212,10	1.895.720,33	238.728,84	12,59	122.047,93	6,44
25- ENSINO MÉDIO	602.000,00	602.204,37	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.029.797,50	4.135.253,59	490.198,42	11,85	373.517,51	9,03
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-273.758,01
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						1.420,65
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-272.337,36
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						645.854,87
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %						21,62
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	160.500,00	160.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	47.300,50	48.006,49	0,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	207.800,50	208.506,49	0,00	0,00	0,00	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.237.598,00	4.343.760,08	490.198,42	11,29	373.517,51	8,60

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		283.518,48	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.420,65	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		284.939,13	0,00

Cordilheira Alta, 14/04/2016

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	2.800,00	0,00	2.800,00
DESPESAS			
DESPESAS DE CAPITAL	1.402.846,42	85.788,42	1.072.005,88
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.402.846,42	85.788,42	1.072.005,88
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.400.046,42	-	-1.069.205,88

FONTE:

Cordilheira Alta, 07/04/2016

ALCEU MAZZONI
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Coronel Freitas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS

Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 06a/2016

Empresa com preços registrados: NOVELLO & CARBONELLI LTDA - EPP

CNPJ: 04.252.224/0001-41

Itens: 01; 06; 09; 12; 20; 38; 40; 43; 45; 51; 54; 57; 58 e 63

Total: R\$ 6.042,95 (seis mil quarenta e dois reais e noventa e cinco centavos)

Ata Registro de Preço nº 06b/2016

Empresa com preços registrados: GRAFICA ERECHIM LTDA EPP

CNPJ: 08.680.462/0001-09

Itens: 03; 04; 07; 08; 10; 13 a 17; 24 a 37; 39; 41; 42; 44; 47; 50; 56; 59 a 62; 65 a 67

Total: R\$ 37.266,65 (trinta e sete mil duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e cinco centavos)

Ata Registro de Preço nº 06c/2016

Empresa com preços registrados: CAROLINE OLIVEIRA BIS ME

CNPJ: 22.389.998/0001-09

Itens: 11; 19 e 23

Total: R\$ 1.115,00 (um mil cento e quinze reais)

Ata Registro de Preço nº 06d/2016

Empresa com preços registrados: GRAFICA E EDITORA OESTE SC EIRELLI ME

CNPJ: 15.294.056/0001-73

Itens: 02; 05; 18; 21; 22; 46; 48; 49; 52 e 53

Total: R\$ 12.778,00 (doze mil setecentos e setenta e oito reais)

Ata Registro de Preço nº 06e/2016

Empresa com preços registrados: GRAFICA E EDITORA NOVA VISÃO LTDA CNPJ: 05.528.590/0001-43

Itens: 55 e 64

Total: R\$ 23.200,00 (vinte e três mil e duzentos reais)

Coronel Freitas (SC), 15 de abril de 2016

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 06/2016 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL

DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 06/2016

EXTRATO DE CONTRATO - DOM

Instrumento: Contrato nº 0279/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO E/OU EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS VISANDO A MANUTENÇÃO, REVISÃO E RESTAURAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

RAMALUZ LTDA - ME

CNPJ: 08.962.222/0001-05

Vigência: 10/03/2016 à 31/12/2016

LOTE	Quant.	Características	Preço Unitário	Preço Total
1	350	Chamado de Serviços técnicos de manutenção, revisão e restauração da iluminação pública.	58,5690	20.499,14
2	2.560	Hora Adicional de Serviços técnicos de manutenção, revisão e restauração da iluminação pública.	54,1019	138.500,86

Correia Pinto/SC 15 de abril de 2016.

VÂNIO FORSTER – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 09/2015 FMS-FHMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR

MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 09/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 00.802.002/0001-02

Instrumento:

Contrato 084 - Fundo Municipal de Saúde

Contrato 085 - Fundação Hospitalar Municipal

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
7	502.000	Acido acetil salicílico 100mg comp	0,0175	8.785,00
22	3.000	Alprazolam 2MG comp	0,1313	393,90
24	101.000	Aminofilina 100mg comp	0,0340	3.434,00
28	30.010	Amoxicilina + acido clavulanico 875/125 mg comp	1,4175	42.539,18
36	800	Atropina inj	0,3290	263,20
41	15.000	Benzilpenicilina 600.000 U.I	3,4000	51.000,00
45	101.000	Besilato de anlodipino 5 mg comp	0,0192	1.939,20
64	30.200	Carvedilol 25 mg comp	0,1600	4.832,00
65	5.200	Carvedilol 6,25 comp	0,1100	572,00
72	1.500	Cemitidina 300 mg inj	0,8473	1.270,95
78	2.000	Ciprofloxacino 250 mg endovenoso	0,2186	437,20
94	2.000	Cloridrato de lidocaína 2% sem vaso	1,40	2.800,00
101	1.200	Clorpromazina 5 mg/ml ampola	0,4943	593,16
127	12.000	Dinitrato de isossorbida 5 mg sublingual comp	0,3385	4.062,00
134	800	Dopamina 5 mg inj	1,3000	1.040,00
137	300	Efortil 10 mg/ml injetável	1,0140	304,20
151	800	Fenobarbital 200 mg injetável	1,3557	1.084,56
158	202.000	Furosemida 40 mg comprimido	0,0254	5.130,80
165	420	Glicerol 120mg/ml enema	4,4700	1.877,40

191	10.000	Levopoda + carbipoda 200 mg + 25 mg comprimido	0,1977	1.977,00
204	302.000	Lorazepan 2mg comp	0,0740	22.348,00
210	102.000	Maleato de doxazosina 2mg comp	0,1100	11.220,00
217	800	Metilprednisolona 40 mg in	9,7444	7.795,52
218	6.000	Metronidazol 10% gel vaginal	2,1200	12.720,00
224	600	Midazolan 5mg injetável	1,4000	840,00
257	102.000	Ranitidina 150mg comp	0,0635	6.477,00
259	202.000	Risperidona 1mg comp	0,0847	17.109,40
272	15.000	Soro glicofisio 500 ml sistema fechado	2,7680	41.520,00
296	600	Vancomicina 500 mg ampola	6,3550	3.813,00
302	3.000	Xilocaina gel	1,4122	4.236,60
			TOTAL	262.415,27

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 02.520.829/0001-40

Instrumento:

Contrato 086 - Fundo Municipal de Saúde

Contrato 087 - Fundação Hospitalar Municipal

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
4	5.010	Acetato de medroxiprogesterona 150 mg/ml INJ	7,9500	39.829,50
9	2.010	Acido fólico solução oral 0,2mg/ml	4,5000	9.045,00
12	5.020	Aerolin spray	5,9900	30.069,80
26	1.000	Amiodarona 150 mg INJ	1,7600	1.760,00
33	700	Amplicitil INJ	1,4500	1.015,00
42	18.000	Benzilpenicilina benzatina 1.200,00 U.I	6,8900	124.020,00
54	62.000	Buscopan simples comp	0,4200	26.040,00
55	9.000	Buscopan simples inj	0,8850	7.965,00
75	13.000	Cetoprofeno 100 mg INJ IM	1,6200	21.060,00
79	62.000	Ciprofloxacino 500 mg comp	0,1550	9.610,00
91	300.200	Cloridrato de amitriptilina 25 mg comp	0,0349	10.476,98
92	60.200	Cloridrato de biperideno 2 mg comp	0,1890	11.377,80
103	42.000	Clorpromazina amplicitil 25 mg comp	0,1950	8.190,00
115	6.000	Dextrovitase 10 ml ampola	3,9900	23.940,00
125	8.000	Dimorf 10mg comp	0,5400	4.320,00
170	62.000	Haloperidol 5mg comp	0,0950	5.890,00
171	1.500	Haloperidol 5mg/ml injet	0,8800	1.320,00
177	6.000	Hidrocortisona 500mg inj	5,6500	33.900,00
266	302.000	Sinvastatina 40mg	0,1100	33.220,00
			TOTAL	403.049,08

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 85.247.385/0001-49

Instrumento:

Contrato 088 - Fundo Municipal de Saúde

Contrato 089 - Fundação Hospitalar Municipal

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
35	102.000	Atenolol 50 mg comp	0,0294	2.998,80
113	2.020	Dexametasona 0,1mg/ml susp	1,1519	2.326,84
129	6.200	Dipirona 500ml/ml gotas	0,5119	3.173,78
230	12.200	Nistatina creme vaginal	2,0500	25.010,00
245	202.000	Paracetamol 500mg comp	0,0414	8.362,80
267	3.000	Soro fisiológico 1000 ml - sistema fechado	3,5099	10.529,70
268	35.000	Soro fisiológico 125 ml - sistema fechado	1,9575	68.512,50
269	35.000	Foro fisiológico 250 ml - sistema fechado	2,1000	73.500,00
270	12.000	Soro fisiológico 250 ml via tópica, inalatoria ou intranasal	1,2500	15.000,00
271	30.000	Soro fisiológico 500 ml - sistema fechado	2,4200	72.600,00
273	3.000	Soro glicosado 1000ml - sistema fechado	3,9149	11.744,70
274	9.000	Soro glicosado 250ml -sistema fechado	2,2949	20.654,10
275	8.000	Soro glicosado 500ml - sistema fechado	2,5500	20.400,00
299	32.000	Verapamil 80mg comp	0,0489	1.564,80
			TOTAL	336.378,02

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 03.652.030/0001-70

Instrumento:

Contrato 090 - Fundação Hospitalar Municipal
Contrato 091 - Fundo Municipal de Saúde

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
16	10.200	Albendazol 400mg comprimido	0,6500	6.630,00
20	41.000	Alopurinol 100mg comp	0,0350	1.435,00
21	31.000	Alopurinol 300mg comp	0,1160	3.596,00
27	22.000	Amiodarona 200mg comp	0,2490	5.478,00
39	1.100	Belzilpenicilina potassica 5000.000 U.I.	9,6800	10.648,00
48	10.400	Brometo de ipratrópio 0,025% 20ml (atrovent)	0,6500	6.760,00
49	6.400	Bromidrato de fenoterol 5mg 20ml (berotec)	2,2000	14.080,00
50	5.200	Budesonida 32mg aerosol nasal	14,4500	75.140,00
57	205.000	Captopril 50mg comp	0,0350	7.175,00
60	300.000	Carbonato de cálcio 1250mg comp	0,0490	14.700,00
62	52.000	Carbonato de lítio 300mg comp	0,1400	7.280,00
108	10.500	Complexo B 2ml ampola	0,6970	7.318,50
123	32.000	Digoxina 0,25mg comp	0,0330	1.056,00
130	302.000	dipirona sódica 500mg comp	0,0595	17.969,00
135	1.900	Dramin B6 INJ IM	1,3500	2.565,00
142	2.200	Eritromicina 500mg comp	0,6140	1.350,80
143	102.000	Escitalopran 20mg comp	0,9400	95.880,00
147	10.000	Etinilestradiol 0,03mg + levonorgestrel 0,015mg	0,0200	200,00
156	62.000	Fosfato de codeína 30mg	0,8790	54.498,00
163	202.000	Glibenclamida 5mg comp	0,0210	4.242,00
185	2.020	Iodeto de potássio xarope	1,2400	2.504,80
194	1.020	Levomepromazina gotas 4%	7,2000	7.344,00
213	102.000	Meloxicam 15mg	0,0930	9.486,00
215	402.000	Metformina 850mg	0,0480	19.296,00
219	80.000	Metronidazol 250mg comp	0,0880	7.040,00
238	1.800	Noripurum 100gr inj ev	12,0710	21.727,80
251	2.020	Permetrina 5% loção	2,1900	4.423,80
286	6.000	Tenoxicam 20mg injetável	4,3300	25.980,00
		TOTAL		435.803,70

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EIRELI - EPP
CNPJ: 02.607.956/0001-81

Instrumento:

Contrato 093 - Fundação Hospitalar Municipal
Contrato 092 - Fundo Municipal de Saúde

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
3	10.010	Acetato de medroxiprogesterona 10mg comp	0,8010	8.018,01
51	81.000	Bupropiona 150mg comp	0,3399	27.531,90
52	202.000	Buscopam composto comp	0,2800	56.560,00
66	1.000	Cascara sagrada (Rhammus purshiana DC) caps 250mg	0,3920	392,00
83	300	Clindamicina 600mg INJ	4,2000	1.260,00
96	62.000	Cloridrato de metoclopramida comp	0,0520	3.224,00
97	3.200	Cloridrato de metoclopramida gotas	0,4790	1.532,80
99	100	Cloridrato de suxametônio INJ	10,9000	1.090,00
102	102.000	Clorpromazina amplictil 100mg comp	0,1970	20.094,00
104	520	Clorpromazina amplictil 40mg gotas	5,6000	2.912,00
117	3.500	Diazepan 10mg/2ml ampola	0,5700	1.995,00
124	2.000	Dimorf 10mg INJ E.V	1,9000	3.800,00
149	82.000	Fenitoina sódica 100mg comp	0,2190	17.958,00
152	620	Fenobarbital 40mg/ml gotas	1,9700	1.221,40
172	300	Heparina 5000000 U.I endovenosa	9,1280	2.738,40
187	500	Kanakion inj	0,8400	420,00
229	202.000	Nimesulina 100mg	0,0490	9.898,00
243	1.000	Oxitocina inj	1,1480	1.148,00
250	3.200	Permanganato de potássio 100mg comp	0,0550	176,00
258	8.000	Ranitidina 50mg 2ml ampola	0,4900	3.920,00
279	100	Succinilcolina 500mg INJ	11,9000	1.190,00
287	2.000	Terbutalina INJ	1,4900	2.980,00
289	32.000	Tramadol 100gr comp	1,9790	63.328,00
		TOTAL		233.387,51

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 94.894.169/0001-86

Instrumento:

Contrato 094 - Fundação Hospitalar Municipal

Contrato 095 - Fundo Municipal de Saúde

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
11	3.200	Adrelina INJ	1,5600	4.992,00
18	40.000	Alendronato de sódio 70mg comp	0,2880	11.520,00
19	5.000	Algestona 150mg + estradiol 10mg/ml	3,4100	17.050,00
47	12.200	Bisacodil 5mg comp	0,1000	1.220,00
67	82.000	Cefalexina 500mg comp	0,2800	22.960,00
73	10.200	Cetoconazol comp	0,0978	997,56
100	32.000	Cloridrato de tiamina 300mg comp	0,0900	2.880,00
106	40	Colírio anestésico 10ml (tetracaina + fenile)	6,6500	266,00
131	1.400	Dipropionato de beclometasona 250UG/dose pó sol Inal aerosol	41,0000	57.400,00
136	2.500	Dramin endovenoso	2,5800	6.450,00
144	2.000	Espinheira santa (Maytenus officinalis Mabb) 380mg caps	0,1750	350,00
146	20.000	Etinilestradiol 0,02mg + Gestodeno 0,075mg	0,3700	7.400,00
157	1.520	Fosfato de prednisolona sol oral 3mg/ml	3,0000	4.560,00
160	2.000	Garra do diabo (Harpagophytum procumbens) caps 200mg	0,5000	1.000,00
182	100	Imipinem INJ	23,5000	2.350,00
208	2.520	Maleato de dexclorfeniramina xarope 0,4mg/ml	0,8200	2.066,40
216	102.000	Metildopa 250mg	0,0900	9.180,00
220	600	Metronidazol 250ml INJ	2,2400	1.344,00
223	5.000	Midazolan 15mg comp	0,7300	3.650,00
225	29.000	Mononitrato de isossorbida 20mg comp	0,0623	1.806,70
226	1.900	Nauseidron INJ	0,8900	1.691,00
242	15.000	Omeprazol 20mg INJ	4,9000	73.500,00
256	102.000	Propanolol 40mg comp	0,0128	1.305,60
260	5.100	Sais reidratante pó	0,3900	1.989,00
276	1.400	Soro manitol 250ml sistema fechado	4,0000	5.600,00
301	6.000	Vitamina C INJ	0,6500	3.900,00
		TOTAL		247.428,26

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa Ciamed Distribuidora de Medicamentos LTDA

CNPJ: 05.782.733/0001-49

Instrumento:

Contrato 097 - Fundação Hospitalar Municipal

Contrato 096 - Fundo Municipal de Saúde

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
81	150	Claritromicina 500mg INJ	27,9800	4.197,00
82	2.020	Claritromicina 500mg/ml susp. Oral	39,9000	80.598,00
105	5.500	Colagenase + cloranfenicol 0,6U/g + 0,01g/g pomada 30gr	6,9000	37.950,00
120	20.000	Diclofenaco sódico INJ – 75 mg/3ml	0,4100	8.200,00
236	20.000	Noretisterona 0,35mg comp	0,1450	2.900,00
244	1.200	Paracetamol 200mg/ml gotas	0,4880	585,60
292	32.000	Valproato de sódio 250mg comp	0,1910	6.112,00
293	62.000	Valproato de sódio 500mg comp	0,5450	33.790,00
		TOTAL		174.332,60

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

CNPJ: 67.729.178/0004-91

Instrumento:

Contrato 098 - Fundação Hospitalar Municipal

Contrato 099 - Fundo Municipal de Saúde

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
10	1.600	Adenosina 3mg/ml inj	7,0000	11.200,00
25	2.000	Aminofilina 24mg 10ml ampola	0,8280	1.656,00
37	81.000	Azitromicina 500mg comp	0,3700	29.970,00
46	300	Bicarbonato de sódio inj	0,5161	154,83
53	24.000	Buscopan composto inj	1,3500	32.400,00
68	2.020	Cefalexina 50mg/ml susp. oral	5,0000	10.100,00
74	13.000	Cetoprofeno 100mg inj ev	3,0000	39.000,00
80	11.000	Claritromicina 500mg	2,0000	22.000,00
85	20.200	Clonazepan 2,5mg/ml solução oral	1,2500	25.250,00

111	300	Deslanosideo 0,2mg/ml inj	1,2696	380,88
114	15.000	Dexametasona 4mg inj	0,7800	11.700,00
132	800	Dobutamina 12,5mg/ml inj	11,0000	8.800,00
141	130	Epítezan creme oftalm	8,4528	1.098,86
145	102.000	Espiro lactona 25mg comp	0,0939	9.577,80
148	4.500	Fenitoina de sódio 50mg/ml inj	1,9320	8.694,00
150	202.000	Fenobarbital 100mg comp	0,0889	17.957,80
154	500	Flumazenil 0,1ml amp c/5ml inj	30,0000	15.000,00
155	402.000	Fluoxetina 20mg comp	0,0469	18.853,80
166	2.500	Glicose 0,25% inj	0,2090	522,50
168	100	Gluconato de cálcio 10% inj	1,3600	136,00
169	320	Haloperidol 2mg/ml sol oral	2,4750	792,00
173	900	Heparina sódica sol inj 5000 UI SC 0,25ml subcutâneo	4,5190	4.067,10
174	400	Hidralazina inj	4,7197	1.887,88
183	62.000	Imipramina 25mg comp	0,2199	13.633,80
222	600	Midazolan 15mg	1,1890	713,40
235	1.000	Noradrenalina inj	4,0000	4.000,00
237	80.000	Norfloxacino 400mg comp	0,1400	11.200,00
252	102.000	Prednisona 20mg comp	0,0990	10.098,00
255	8.000	Prometazina 25mg inj	1,1000	8.800,00
262	302.000	Sertralina 50mg	0,1380	41.676,00
290	15.000	Tramadol 100mg inj	0,8300	12.450,00
294	2.020	Valproato de sódio 50g/ml sol oral	1,9000	3.838,00
		TOTAL		377.608,65

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 13.568.558/0001-10

Instrumento:

Contrato 0102 - Fundação Hospitalar Municipal

Contrato 0103 - Fundo Municipal de Saúde

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
110	1.200	Decanoato de haloperidol 50mg/ml solução inj	9,5000	11.400,00
253	52.000	Prednisona 5mg comp	0,0650	3.380,00
288	510	Timolol maleato solução oftálmica 0,5%	1,1177	570,03
		TOTAL		15.350,03

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

CNPJ: 81.706.251/0001-98

Instrumento:

Contrato 0105 - Fundação Hospitalar Municipal

Contrato 0104 - Fundo Municipal de Saúde

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
6	2.010	Acetato de retinol 50.000 UI colecalciferol 10.000UI adtil	3,9800	7.999,80
8	40.200	Acido fólico 5mg comprimido	0,0329	1.322,58
14	80.000	Água destilada 10ml injetável	0,1480	11.840,00
29	3.000	Amoxilina + clavulanato de potássio 400mg+57mg susp oral	8,4000	25.200,00
30	6.010	Amoxilina 400mg/5ml sups. Oral	7,3700	44.293,70
31	102.000	Amoxilina 500mg comp	0,1230	12.546,00
44	101.000	Besilato de anlodipino 10mg comp	0,0460	4.646,00
56	405.000	Captopril 25mg comprimido	0,0139	5.629,50
58	201.000	Carbamazepina 200mg comp	0,0699	14.049,90
61	30.000	Carbonato de cálcio 500/400 vitamina+D comp	0,2570	7.710,00
77	32.000	Cinarizina 75mg comp	0,1900	6.080,00
87	62.000	Clopidogrel 75mg	0,3600	22.320,00
88	600	Cloreto de potássio 19,1% inj	0,2200	132,00
89	3.200	Cloreto de sódio 0,9% sol nasal	0,5200	1.664,00
90	600	Cloreto de sódio 20% inj	0,1900	114,00
107	202.000	Complexo B comp	0,0350	7.070,00
112	6.500	Dexametasona 0,1% creme	0,5800	3.770,00
119	82.000	Diclofenaco sódico 50mg comp	0,0190	1.558,00
167	2.200	Glicose 0,50% inj	0,2200	484,00
175	805.000	Hidroclorotiazida 25mg comp	0,0139	11.189,50
180	6.050	Ibuprofeno 100mg/ml gotas	1,9400	11.737,00
181	302.000	Ibuprofeno 600 comp	0,0590	17.818,00

188	2.020	Lactulose 667mg/ml xarope	6,3900	12.907,80
196	10.000	Levonorgestrel 1,5mg comp	1,2400	12.400,00
197	62.000	Levotiroxina sódica 100mg comp	0,0955	5.921,00
198	202.000	Levotiroxina sódica 25mg comp	0,0949	19.169,80
199	202.000	Levotiroxina sódica 50mg comp	0,0950	19.190,00
205	602.000	Losartana potássica 50mg comp	0,0320	19.264,00
206	2.000	Lubrificante gel	25,6500	51.300,00
227	16.000	Neomicina + bacitracina 5mg/g + 250 UI pomada	0,8900	14.240,00
240	1.550	Óleo mineral 200ml	1,9999	3.099,85
241	705.000	Omeprazol 20mg comp	0,0355	25.027,50
246	305.000	Paracetamol 750mg comp	0,0490	19.945,00
261	2.020	Salbutamol 120ml xarope	0,9700	1.959,40
265	302.000	Sinvastatina 20mg	0,0499	15.069,80
277	1.200	Soro ringer sistema fechado	2,8500	3.420,00
283	2.020	Sulfato ferroso 25mg/ml solução oral	0,5900	1.191,80
284	202.000	Sulfato ferroso 40mg	0,0319	6.443,80
300	2.020	Vitamina C gotas	0,9370	1.892,74
		TOTAL		446.616,47

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

CNPJ: 65.817.900/0001-71

Instrumento:

Contrato 0109 - Fundação Hospitalar Municipal

Contrato 0108 - Fundo Municipal de Saúde

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
189	50.000	Levodopa + benerazida 200mg + 50mg comprimido	0,6000	30.000,00
190	50.000	Levodopa + benzerazida 100mg + 25mg comprimido	0,8450	42.250,00
285	105.000	Sustrate 10mg comprimido	0,3380	35.490,00
		TOTAL		107.740,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa DALBEX COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI – EPP

CNPJ: 15.025.636/0001-65

Instrumento:

Contrato 0106 - Fundação Hospitalar Municipal

Contrato 0107 - Fundo Municipal de Saúde

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
192	32.000	Levofloxacino 500mg comp	0,6140	19.648,00
		TOTAL		19.648,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 12.889.035/0001-02

Instrumento:

Contrato 0110 - Fundação Hospitalar Municipal

Contrato 0111 - Fundo Municipal de Saúde

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
1	2.010	Acebroficina xarope adulto 120ml	3,3500	6.733,50
2	3.010	Acebroficina xarope infantil 120ml	2,3900	7.193,90
38	2.010	Azitromicina 600mg susp oral	2,1750	4.371,75
69	8.000	Cefalotina 1gr inj	4,090	32.720,00
70	1.400	Ceftriaxona 1g IM	4,3000	6.020,00
71	6.000	Ceftriaxona 1g inj ev	3,1000	18.600,00
76	102.000	Ciclobenzaprima 10mg comp	0,1750	17.850,00
86	302.000	Clonazepan 2mg comp	0,0480	14.496,00
98	11.000	Cloridrato de nortriptilina 25mg comp	0,2500	2.750,00
116	305.000	Diazepan 10mg comp	0,0350	10.675,00
118	600	Diazepan 5mg/ml	0,5900	354,00
128	20.000	Dipirona inj	0,3950	7.900,00
138	200	Enoxaparina sódica (clexane) 40ml/0,6ml inj	15,0000	3.000,00
139	600	Enoxaparina sódica (clexane) 60ml/0,6ml inj	17,0000	10.200,00
140	1.800	Enoxaparina sódica (clexane) 80ml/0,6ml inj	25,0000	45.000,00
153	40.200	Fluconazol 150mg	0,1850	7.437,00
159	12.000	Furosemida inj	0,3930	4.716,00
202	62.000	Loratadina 10mg comp	0,0400	1.325,00
209	25.000	Maleato de dexclorfeniramina 2mg comp	0,0530	1.325,00
211	105.000	Maleato de enapril 10mg comp	0,0335	3.517,50

212	105.000	Maleato de enapril 20mg comp	0,0405	4.252,50
239	3.100	Óleo de girassol 100ml	2,2000	6.820,00
247	102.000	Paroxetina 20mg	0,1450	14.790,00
		TOTAL		233.202,15

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa e DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP

CNPJ: 76.386.283/0001-13

Instrumento:

Contrato 0113 - Fundação Hospitalar Municipal

Contrato 0112 - Fundo Municipal de Saúde

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
34	14.300	Antietanol 250mg comp	0,3200	4.576,00
59	2.010	Carbamazepina 20mg/10ml susp	3,8500	7.738,50
84	52.000	Clomipramina 10mg	0,4700	24.440,00
93	32.000	Cloridrato de clomipramina 10mg comp	0,4700	15.040,00
109	32.000	Dactil OB comp	0,4800	15.360,00
195	10.000	Levonorgestrel 0,75mg	1,1000	11.000,00
207	52.000	Macrofantina 100mg comp	0,1395	7.254,00
249	2.020	Periciazina 4% solução oral	13,5000	27.270,00
278	32.000	Succinato de metoprolol 50mg	1,1900	38.080,00
		TOTAL		150.758,50

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

CNPJ: 03.612.312/0004-97

Instrumento:

Contrato 0114 - Fundação Hospitalar Municipal

Contrato 0115 - Fundo Municipal de Saúde

303	1.500	Dieta normocalórica 100ml. Dieta enteral líquida, polimérica, nutricionalmente completa, normocalórica (1,0 kcal/ml) normoproteica. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Apresentando em sua composição: Proteína: 15-20% carboidrato:55-60% lipídios:28-30%. Com osmolaridade máxima 360. Apresentação: sistema fechado.	39,0000	58.500,00
304	700	Dieta diabético – 1000ml. Dieta enteral líquida, polimérica, nutricionalmente completa, normocalórica (1,0 kcal/ml) normoproteica. Acrescida de fibras para regularização do trânsito intestinal. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Com osmolaridade máxima de 410 mOsm/l. apresentação: sistema fechado.	40,0000	28.000,00
305	1.000	Dieta Hipercalórica – 1000ml. Dieta enteral líquida, polimérica, nutricionalmente completa, hipercalórica (1,5 kcal/ml) hiperproteica, contendo no mínimo 64g/l de proteína. Isenta de sacarose e glúten. Contendo nutrientes especiais como: EPA e DHA. Com osmolaridade máxima de 390 mOsm/l. proteína: 17-20% carboidrato: 45-58% lipídios: 25-35%. Apresentação: sistema fechado.	45,0000	45.000,00
306	1.000	Dieta Oligomérica – 1000ml. Dieta enteral líquida, oligomérica, nutricionalmente completa. Indicada para pacientes com dificuldade de digestão e absorção de nutrientes. Normocalórica (1,0 kcal/ml). Isenta de sacarose, lactose glúten. Contendo antioxidantes como: colina. Com osmolaridade máxima de 455 mOsm/l. apresentação: sistema fechado.	85,0000	85.000,00
		TOTAL		216.500,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa LA DALLA PORTA JUNIOR

CNPJ: 11.145.401/0001-56

Instrumento:

Contrato 0101 - Fundação Hospitalar Municipal

Contrato 0100 - Fundo Municipal de Saúde

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
13	5.200	Água bidestilada 1 L	3,1300	16.276,00
15	2.010	Albendazol 4% susp oral	0,8990	1.806,99
95	20.000	Cloridrato de metoclopramida 10mg INJ	0,2690	5.380,00
122	220	Digoxina 0,05 mg/ml	6,7000	1.474,00
162	1.600	Gentamicina 80mg inj	0,5200	832,00
176	6.000	Hidrocortisona 100mg INJ	3,0900	18.540,00
178	4.050	Hidróxido de magnésio+hidróxido de alumínio 35,6MG+37MG/ML susp oral	1,5400	6.237,00
186	20.000	Ivermectina 6mg comp	0,2690	5.380,00
201	1.000	Lincomicina 600mg injetável	2,7400	2.740,00
203	2.020	Loratadina 1mg/ml xarope	1,6450	3.322,90
214	202.000	Metformina 500mg	0,0530	10.706,00
221	520	Metronizadol sup. Oral 40mg/ml	1,6500	858,00
228	22.000	Nifedipino 20mg comprimido	0,0290	638,00
231	1.550	Nistatina sup oral 100.000 UI	1,7400	2.697,00
232	3.050	Nitrato de miconazol 2% creme	1,4150	4.315,75
234	100	Nitroprussiato de sódio inj	4,9400	494,00

248	2.050	Pasta da água loção	2,1600	4.428,00
254	102.000	Prometazina 25 mg comprimido	0,0510	5.202,00
263	32.000	Simeticona 75mg comp	0,0800	2.560,00
280	6.100	Sulfadiazina de prata 1% pasta	2,8850	17.598,50
281	2.020	Sulfametazol + trimetropima 40mg + 8mg suspensão oral	0,8170	1.650,34
282	42.000	Sulfametazol + trimetropima 400/80mg comp	0,0790	3.318,00
297	26.000	Varfarina sódica 5mg comp	0,0835	2.171,00
			TOTAL	118.625,48

Vigência da ata: 11/01/2016 à 31/12/2016.

Correia Pinto/SC 03 de fevereiro de 2016.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1042 /16

DECRETO Nº 1042 /16

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 22 DE ABRIL DE 2016, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ – SC, A SER OBSERVADO PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA.

LUIZ CARLOS TAMANINI Prefeito Municipal de Corupá no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII, do art. 66 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a importância da otimização da prestação dos serviços públicos municipais;
CONSIDERANDO a necessidade contínua de controle nas despesas em todos os órgãos da Administração; e
CONSIDERANDO o feriado de Tiradentes,

DECRETA:

Art. 1º- Fica decretado ponto facultativo no dia 22 de abril de 2016, no âmbito do Município de Corupá, a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta.

Art. 2º- As medidas dispostas no presente Decreto não acarretarão paralisações nas prestações de serviços públicos essenciais, considerados indispensáveis.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 13 de abril de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

I ERRATA PREGÃO 011/2016

I - ERRATA DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/16

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/16

O Pregoeiro no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata referente ao Edital de Pregão Presencial nº 011/16, ficando assim determinado:

Onde se lê: ANEXO I QUANTITATIVOS

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO MÍNIMA ACEITÁVEL DO EQUIPAMENTO	QTDE.	UNID.	VALOR TOTAL R\$
01	CAÇAMBA 3,0M3, com alto escoamento e sistema hidráulico completo de 01 cilindro de acionamento direto, bomba e tomada de força acoplada pneumática, pintura automotiva em esmalte a base de PU (branca), para choque móvel, faixas refletivas e protetor de ciclista, para barros de borracha, escada lateral, tampas laterais de abertura total, tampa traseira de abertura para lateral sem encurtamento entre eixos.	1	UNID.	16.750,00
	VALOR MÁXIMO			R\$ 16.750,00

Leia-se: ANEXO I QUANTITATIVOS

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO MÍNIMA ACEITÁVEL DO EQUIPAMENTO	QTDE.	UNID.	VALOR TOTAL R\$
01	CAÇAMBA 3,0M3, com alto escoamento e sistema hidráulico completo de 01 cilindro de acionamento direto, bomba e tomada de força acoplada pneumática, pintura automotiva em esmalte a base de PU (branca), para choque móvel, faixas refletivas e protetor de ciclista, para barros de borracha, escada lateral, tampas laterais de abertura total, tampa traseira de abertura para lateral sem encurtamento entre eixos, barrica d'água, caixa de ferramentas, suporte para pá, pino para amarração de lonas, sem forminha de madeira. ESPECIFICAÇÃO DETALHADA: BASCULANTE: 3400mmx2300mmx4000mm; CHASSI: viga U aço 5/16 sub chassi viga U aço ¼; ASSOALHO peito frontal chapa 4,75mm	1	UNID.	16.750,00
	VALOR MÁXIMO			R\$ 16.750,00

Corupá, 14 de Abril de 2016.

JOSIMAR CALDEIRA

Pregoeiro

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUÍNAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS CAMINHÃO FORD CARGO 2628, PLACA MJG 5487, FORD CARGO 1722, PLACA MBU 9826, ESCAVADEIRA VOLVO BL 70B, CAMINHÃO IVECO, PLACA MJF 3608, EM USO NA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 02/05/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 18:00 horas do dia 02/05/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 14 de Abril de 2016.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 84/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 84/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS RELÓGIOS PONTO EM USO NAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 03/05/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 03/05/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 14 de Abril de 2016.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 89/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 89/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE CARRETEL PARA AS ROÇADEIRAS EM USO NA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PARA O ANO DE 2016, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 02/05/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 16:00 horas do dia 02/05/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 14 de Abril de 2016.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**DISTRATO CIGA 1/2016**

INSTRUMENTO DE DISTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, POR CONSENSO MÚTUO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS (SC), E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Pelo presente instrumento, a Câmara Municipal de Curitiba (sc), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 78.493.632/0001-21, com sede à R. Archias Ganz, 288, CEP 89520-000, na cidade de Curitiba (SC), neste ato representada por seu Presidente Senhor Marcio Damiani Poletto de Souza, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representada pelo Diretor Executivo Senhor Gilsoni Lunardi Albino, A, ajustam entre si o presente DISTRATO, conforme as cláusulas que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente distrato tem por objeto a rescisão por consenso mútuo do Contrato número 22/2015, da Câmara de Vereadores de Curitiba (SC), firmado em 11.12.2015 com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, cujo objeto é a prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA, notadamente o Programa Gestão das Câmaras de Vereadores.

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente distrato se dá por comum acordo entre as partes contratantes, por não haver mais interesse em manter a contratação. As partes instiuem como data final da contratação o dia 31 de março de 2016, e a partir de então está encerrada a obrigação da prestação dos serviços pela CONTRATADA, bem como a obrigação do pagamento pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA

O presente distrato por consenso mútuo é firmado com fulcro ao disposto na cláusula décima terceira do contrato que ora se rescinde, e ambas as partes dão total e irrevogável quitação dos direitos e obrigações que lhes competia, nada mais tendo a reclamar a respeito de referida contratação.

EAssim é que, por consenso mútuo, lavra-se o presente termo de distrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os jurídicos e legais efeitos, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Florianópolis – SC, 31 de março de 2016.

Marcio Damiani Poletto de Souza
Presidente da Câmara Municipal de Curitiba

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

TESTEMUNHAS:

JOCIMAR AFONSO COELHO
CONTADOR

MORGANA ARENT MICHELS BAGINI
Gerente Administrativa do CIGA

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.539 2016 - PLANO DO LOTEAMENTO LAGO DAS NAÇÕES

DECRETO Nº 5539/2016.

DISPÕE SOBRE O PLANO DO LOTEAMENTO LAGO DAS NAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes:

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o plano de Loteamento denominado "Loteamento Lago das Nações" sobre o Lote Urbano nº 153 da Gleba nº 04, do imóvel Tracutinga, neste Município de Dionísio Cerqueira - SC com área de 239.554,00 m² (duzentos e trinta nove mil quinhentos e cinquenta e quatro metros quadrados) de propriedade de WRX-7 INCORPORADORA LTDA., objeto da matrícula nº 6.212 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Dionísio Cerqueira, tendo as seguintes confrontações e limites:

NORTE: Confrontando se ao Norte com o perímetro urbano de Dionísio Cerqueira, separado por uma Rua Alemanha;

LESTE: Com os Lotes nºs 154, 157 e 150, separado do primeiro, em parte, por uma Estrada Vicinal;

SUL: Com o lote nº146;

OESTE: Com os lotes nºs 151, 152 e o Perímetro Urbano de Dionísio Cerqueira.

Art. 2º - O Lote Urbano referido no artigo anterior será loteado e passará a formar:

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 168 (cento e sessenta e oito), sem benfeitorias, com área de 363,83m² (quatrocentos trezentos e sessenta e três metros e oitenta e três centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 13,00 metros da Rua Canadá, com as seguintes confrontações:

NORTE: com a Rua Alemanha em 25,90 metros;

SUL: com o Lote 02 em 25,50 metros;

LESTE: com parte do Lote 03 em 16,54 metros;

OESTE: com a Avenida Brasil em 12,00 metros.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº 168 (cento e sessenta e oito), sem benfeitorias, com área de 331,50 m² (trezentos e trinta e um metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado ímpar da Avenida Brasil com o lado ímpar da Rua Canadá, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 01 em 25,50 metros;

SUL: com a Rua Canadá em 25,50 metros;

LESTE : com parte do Lote 03 em 13,00 metros;

OESTE : com a Avenida Brasil em 13,00 metros.

03) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº 168 (cento e sessenta e oito), sem benfeitorias, com área de 367,24 m² (Trezentos e sessenta e sete metros e vinte e quatro centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Canadá a uma distancia de 25,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Alemanha em 12,19 metros;

SUL: com a Rua Canadá em 12,00 metros;

LESTE : com o Lote 04 em 31,67 metros;

OESTE : com os Lotes 01 e 02 em 29,54 metros.

04) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 168 (cento e sessenta e oito), sem benfeitorias, com área de 392,85 m² (Trezentos e noventa e dois metros e oitenta e cinco centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Canadá a uma distancia de 37,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Alemanha em 12,19 metros;

SUL: com a Rua Canadá em 12,00 metros;

LESTE : com o Lote 05 em 33,81 metros;

OESTE : com o Lote 03 em 31,67 metros.

05) Lote Urbano nº. 05 (cinco) da Quadra nº. 168 (cento e sessenta e oito), sem benfeitorias, com área de 418,47 m² (Quatrocentos e dezoito metros e quarenta e sete centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Canadá a uma distancia de 49,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Alemanha em 12,19 metros;

SUL: com a Rua Canadá em 12,00 metros;

LESTE : com o Lote 06 em 35,94 metros;

OESTE : com o Lote 04 em 33,81 metros.

06) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 168 (cento e sessenta e oito), sem benfeitorias, com área de 443,06 m² (Quatrocentos e quarenta e três metros e seis centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Canadá a uma distancia de 61,15 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : a Rua Alemanha em 12,19 metros;

SUL : com a Rua Canadá em 12,00 metros;

LESTE : com o Lote 07 em 38,07 metros;

OESTE : com o Lote 05 em 35,94 metros.

07) Lote Urbano nº. 07 (sete) da Quadra nº. 168 (cento e sessenta e oito), sem benfeitorias, com área de 469,70 m² (Quatrocentos e sessenta e nove metros e setenta centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Canadá a uma distancia de 73,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Alemanha em 12,19 metros;

SUL : com a Rua Canadá em 12,00 metros;

LESTE : com o Lote 08 em 40,21 metros;

OESTE : com o Lote 06 em 38,07 metros.

08) Lote Urbano nº. 08 (oito) da Quadra nº. 168 (cento e sessenta e oito), sem benfeitorias, com área de 495,31 m² (Quatrocentos e noventa e cinco metros e trinta e um centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Canadá a uma distancia de 85,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Alemanha em 12,19 metros;

SUL : com a Rua Canadá em 12,00 metros;

LESTE : com os Lotes 09 e 17 em 42,34 metros;

OESTE : com o Lote 07 em 40,21 metros.

09) Lote Urbano nº. 09 (nove) da Quadra nº. 168 (cento e sessenta e oito), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos

metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Canadá a uma distancia de 97,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte do Lote 17 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua Canadá em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 10 em 25,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 08 em 25,00 metros.

10) Lote Urbano nº. 10 (dez) da Quadra nº. 168 (cento e sessenta e oito), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Canadá a uma distancia de 109,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte do Lote 17 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua Canadá em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 11 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 09 em 25,00 metros.

11) Lote Urbano nº. 11 (onze) da Quadra nº. 168 (cento e sessenta e oito), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Canadá a uma distancia de 121,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 18 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua Canadá em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 12 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 10 em 25,00 metros.

12) Lote Urbano nº. 12 (doze) da Quadra nº. 168 (cento e sessenta e oito), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Canadá a uma distancia de 133,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 19 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Canadá em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 13 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 11 em 25,00 metros.

13) Lote Urbano nº. 13 (treze) da Quadra nº. 168 (cento e sessenta e oito), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Canadá a uma distancia de 145,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 20 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Canadá em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 14 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 12 em 25,00 metros.

14) Lote Urbano nº. 14 (quatorze) da Quadra nº. 168 (cento e sessenta e oito), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Canadá a uma distancia de 157,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 21 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua Canadá em 12,00 metros;
LESTE : com os Lotes 15 e 16 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 13 em 25,00 metros.

15) Lote Urbano nº. 15 (quinze) da Quadra nº. 168 (cento e sessenta e oito), sem benfeitorias, com área de 318,75 m² (Trezentos e dezoito metros e setenta e cinco centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado par da Avenida das Nações com o lado ímpar da Rua Canadá a uma distancia de 169,50 metros da Avenida

Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 16 em 25,50 metros;
SUL: com a Rua Canadá em 25,50 metros;
LESTE : com a Avenida das Nações em 12,50 metros;
OESTE : com parte do Lote 14 em 12,50 metros.

16) Lote Urbano nº. 16 (dezesesseis) da Quadra nº. 168 (cento e sessenta e oito), sem benfeitorias, com área de 318,75 m² (Trezentos e dezoito metros e setenta e cinco centímetros quadrados), localizando ao lado par da Avenida das Nações a uma distancia de 12,50 metros da Rua Canadá, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 22 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 15 em 25,50 metros;
LESTE : com a Avenida das Nações em 12,50 metros;
OESTE : com parte do Lote 14 em 12,50 metros.

17) Lote Urbano nº. 17 (dezesete) da Quadra nº. 168 (cento e sessenta e oito), sem benfeitorias, com área de 467,48 m² (Quatrocentos e sessenta e sete metros e quarenta e oito centímetros quadrados), localizando ao lado par da Rua Alemanha a uma distancia de 99,04 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Alemanha em 24,38 metros;
SUL : com os Lotes 09 e 10 em 24,00 metros;
LESTE : com o Lote 18 em 21,61 metros;
OESTE : com parte do Lote 08 em 17,34 metros.

18) Lote Urbano nº. 18 (dezoito) da Quadra nº. 168 (cento e sessenta e oito), sem benfeitorias, com área de 272,16 m² (Duzentos e setenta e dois metros e dezesseis centímetros quadrados), localizando ao lado par da Rua Alemanha a uma distancia de 123,42 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Alemanha em 12,19 metros;
SUL : com o Lote 11 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 19 em 23,75 metros;
OESTE : com o Lote 17 em 21,61 metros.

19) Lote Urbano nº. 19 (dezenove) da Quadra nº. 168 (cento e sessenta e oito), sem benfeitorias, com área de 297,77 m² (Duzentos e noventa e sete metros e setenta e sete centímetros quadrados), localizando ao lado par da Rua Alemanha a uma distancia de 135,61 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Alemanha em 12,19 metros;
SUL: com o Lote 12 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 20 em 25,88 metros;
OESTE : com o Lote 18 em 23,75 metros.

20) Lote Urbano nº. 20 (vinte) da Quadra nº. 168 (cento e sessenta e oito), sem benfeitorias, com área de 323,39 m² (Trezentos e trinta e três metros e trinta e nove centímetros quadrados), localizando ao lado par da Rua Alemanha a uma distancia de 147,80 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Alemanha em 12,19 metros;
SUL : com o Lote 13 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 21 em 28,02 metros;
OESTE : com o Lote 19 em 25,88 metros.

21) Lote Urbano nº. 21 (vinte e um) da Quadra nº. 168 (cento e sessenta e oito), sem benfeitorias, com área de 349,00 m² (Trezentos e quarenta e nove metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Alemanha a uma distancia de 159,99 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Alemanha em 12,19 metros;
SUL: com o Lote 14 em 12,00 metros;
LESTE : com os Lotes 22 e 23 em 30,15 metros;
OESTE : com o Lote 20 em 28,02 metros.

22) Lote Urbano nº. 22 (vinte e dois) da Quadra nº. 168 (cento e sessenta e oito), sem benfeitorias, com área de 382,50 m² (Trezentos e oitenta e dois metros e cinquenta centímetros quadrados), localizando ao lado par da Avenida das Nações a uma distancia de 12,50 metros da Rua Canadá, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 23 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 16 em 25,50 metros;
LESTE : com a Avenida das Nações em 15,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 21 em 15,00 metros.

23) Lote Urbano nº. 23 (vinte e três) da Quadra nº. 168 (cento e sessenta e oito), sem benfeitorias, com área de 444,19 m² (Quatrocentos e quarenta e quatro metros e dezenove centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado par da Avenida das Nações com o lado par da Rua Alemanha a uma distancia de 147,80 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Alemanha em 25,90 metros;
SUL : com o Lote 22 em 25,50 metros;
LESTE : com a Avenida Nações em 19,69 metros;
OESTE : com parte do Lote 21 em 15,15 metros.

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 331,50 m² (Trezentos e trinta e um metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado ímpar da Avenida Brasil com o lado par da Rua Canadá, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Canadá em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 02 em 25,50 metros;
LESTE : com parte do Lote 03 em 13,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,00 metros.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 306,00 m² (Trezentos e seis metros quadrados), localizando ao ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 13,00 metros da Rua Canadá, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 01 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 17 em 25,50 metros;
LESTE : com parte do Lote 03 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 12,00 metros.

03) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Canadá a uma distancia de 25,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Canadá em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 19 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 04 em 25,00 metros;
OESTE : com os Lotes 01 e 02 em 25,00 metros.

04) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Canadá a uma distancia de 37,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Canadá em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 20 em 12,00 metros;

LESTE : com o Lote 05 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 03 em 25,00 metros.

05) Lote Urbano nº. 05 (cinco) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove) sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Canadá a uma distancia de 49,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Canadá em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 21 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 06 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 04 em 25,00 metros.

06) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Canadá a uma distancia de 61,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Canadá em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 22 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 07 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 05 em 25,00 metros.

07) Lote Urbano nº. 07 (sete) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Canadá a uma distancia de 73,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Canadá em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 23 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 08 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 06 em 25,00 metros.

08) Lote Urbano nº. 08 (oito) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Canadá a uma distancia de 85,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Canadá em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 24 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 09 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 07 em 25,00 metros.

09) Lote Urbano nº. 09 (nove) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Canadá a uma distancia de 97,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Canadá em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 25 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 10 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 08 em 25,00 metros.

10) Lote Urbano nº. 10 (dez) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Canadá a uma distancia de 109,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Canadá em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 26 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 11 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 09 em 25,00 metros.

11) Lote Urbano nº. 11 (onze) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Canadá a uma distancia de 121,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Canadá em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 27 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 12 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 10 em 25,00 metros.

12) Lote Urbano nº. 12 (doze) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Canadá a uma distancia de 133,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Canadá em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 28 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 13 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 11 em 25,00 metros.

13) Lote Urbano nº. 13 (treze) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Canadá a uma distancia de 145,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Canadá em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 29 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 14 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 12 em 25,00 metros.

14) Lote Urbano nº. 14 (quatorze) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Canadá a uma distancia de 157,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Canadá em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 30 em 12,00 metros;
LESTE : com os Lotes 15 e 16 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 13 em 25,00 metros.

15) Lote Urbano nº. 15 (quinze) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 331,50 m² (Trezentos e trinta e um metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado par na Avenida das Nações e com o lado par da Rua Canadá a uma distancia de 169,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Canadá em 25,50 metros;
SUL : com o Lote 16 em 25,50 metros;
LESTE : com a Avenida das Nações em 13,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 14 em 13,00 metros.

16) Lote Urbano nº. 16 (dezesesseis) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 306,00 m² (Trezentos e seis metros quadrados), localizando ao lado par da Avenida das Nações a uma distancia de 13,00 metros da Rua Canadá, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 15 em 25,50 metros;
SUL : com o Lote 31 em 25,50 metros;
LESTE : com a Avenida Nações em 12,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 14 em 12,00 metros.

17) Lote Urbano nº. 17 (dezessete) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 306,00 m²

(Trezentos e seis metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 25,00 metros da Rua Canadá, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 02 em 25,50 metros;
SUL : com o Lote 18 em 25,50 metros;
LESTE : com parte do Lote 19 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 12,00 metros.

18) Lote Urbano nº. 18 (dezoito) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 331,50 m² (Trezentos e trinta e um metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado ímpar da Avenida Brasil com o lado ímpar da Rua China, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 17 em 25,50 metros;
SUL : com a Rua China em 25,50 metros;
LESTE : com parte do Lote 19 em 13,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,00 metros.

19) Lote Urbano nº. 19 (dezenove) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua China a uma distancia de 25,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 03 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua China em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 20 em 25,00 metros;
OESTE : com os Lotes 17 e 18 em 25,00 metros.

20) Lote Urbano nº. 20 (vinte) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua China a uma distancia de 37,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 04 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua China em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 21 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 19 em 25,00 metros.

21) Lote Urbano nº. 21 (vinte e um) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua China a uma distancia de 49,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 05 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua China em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 22 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 20 em 25,00 metros.

22) Lote Urbano nº. 22 (vinte e dois) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua China a uma distancia de 61,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 06 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua China em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 23 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 21 em 25,00 metros.

23) Lote Urbano nº. 23 (vinte e três) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua China a uma distancia de 73,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 07 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua China em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 24 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 22 em 25,00 metros.

24) Lote Urbano nº. 24 (vinte e quatro) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua China a uma distancia de 85,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 08 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua China em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 25 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 23 em 25,00 metros.

25) Lote Urbano nº. 25 (vinte e cinco) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua China a uma distancia de 97,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 09 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua China em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 26 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 24 em 25,00 metros.

26) Lote Urbano nº. 26 (vinte e seis) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua China a uma distancia de 109,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 10 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua China em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 27 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 25 em 25,00 metros.

27) Lote Urbano nº. 27 (vinte e sete) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua China a uma distancia de 121,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 11 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua China em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 28 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 26 em 25,00 metros.

28) Lote Urbano nº. 28 (vinte e oito) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua China a uma distancia de 133,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 12 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua China em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 29 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 27 em 25,00 metros.

29) Lote Urbano nº. 29 (vinte e nove) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua China a uma distancia de 145,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 13 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua China em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 30 em 25,00 metros;

OESTE : com o Lote 28 em 25,00 metros.

30) Lote Urbano nº. 30 (trinta) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua China a uma distancia de 157,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 14 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua China em 12,00 metros;
LESTE : com os Lotes 31 e 32 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 29 em 25,00 metros.

31) Lote Urbano nº. 31 (trinta e um) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 306,00 m² (Trezentos e seis metros quadrados), localizando ao lado par da Avenida das Nações a uma distancia de 13,00 metros da Rua China, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 16 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 32 em 25,50 metros;
LESTE : com a Avenida das Nações com 12,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 30 em 12,00 metros.

32) Lote Urbano nº. 32 (trinta e dois) da Quadra nº. 169 (cento e sessenta e nove), sem benfeitorias, com área de 331,50 m² (Trezentos e trinta e um metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado par da Avenida das Nações com o lado ímpar da Rua China a uma distancia de 169,50 da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 31 em 25,50 metros;
SUL : com a Rua China em 25,50 metros;
LESTE : com a Avenida Nações em 13,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 30 em 13,00 metros.

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 331,50 m² (Trezentos e trinta e um metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado ímpar da Avenida Brasil com o lado par da Rua China, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua China em 25,50 metros;
SUL : com o Lote 02 em 25,50 metros;
LESTE : com parte do Lote 03 em 13,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,00 metros.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 306,00 m² (Trezentos e seis metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 13,00 metros da Rua China, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 01 em 25,50 metros;
SUL : com o Lote 17 em 25,50 metros;
LESTE : com parte do Lote 03 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 12,00 metros;

03) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua China a uma distancia de 25,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua China em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 19 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 04 em 25,00 metros;
OESTE : com os Lotes 01 e 02 em 25,00 metros.

04) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 170 (cento e

setenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua China a uma distancia de 37,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua China em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 20 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 05 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 03 em 25,00 metros.

05) Lote Urbano nº. 05 (cinco) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua China a uma distancia de 49,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua China em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 21 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 06 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 04 em 25,00 metros.

06) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua China a uma distancia de 61,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua China em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 22 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 07 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 05 em 25,00 metros.

07) Lote Urbano nº. 07 (sete) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua China a uma distancia de 73,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua China em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 23 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 08 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 06 em 25,00 metros;

08) Lote Urbano nº. 08 (oito) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua China a uma distancia de 85,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua China em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 24 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 09 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 07 em 25,00 metros.

09) Lote Urbano nº. 09 (nove) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua China a uma distancia de 97,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua China em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 25 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 10 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 08 em 25,00 metros.

10) Lote Urbano nº. 10 (dez) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua China a uma distancia de 109,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua China em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 26 em 12,00 metros;

LESTE : com o Lote 11 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 09 em 25,00 metros.

11) Lote Urbano nº. 11 (onze) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua China a uma distancia de 121,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua China em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 27 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 12 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 10 em 25,00 metros.

12) Lote Urbano nº. 12 (doze) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua China a uma distancia de 133,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua China em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 28 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 13 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 11 em 25,00 metros.

13) Lote Urbano nº. 13 (treze) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua China a uma distancia de 145,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua China em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 29 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 14 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 12 em 25,00 metros.

14) Lote Urbano nº. 14 (quatorze) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua China a uma distancia de 157,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua China em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 30 em 12,00 metros;
LESTE : com os Lotes 15 e 16 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 13 em 25,00 metros.

15) Lote Urbano nº. 15 (quinze) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 331,50 m² (Trezentos e trinta e um metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado par da Avenida das Nações com o lado par da Rua China, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua China em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 16 em 25,50 metros;
LESTE : com a Avenida das Nações em 13,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 14 em 13,00 metros.

16) Lote Urbano nº. 16 (dezesseis) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 306,00m² (Trezentos e seis metros quadrados), localizando ao lado par da Avenida das Nações a uma distancia de 13,00 metros da Rua China, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 15 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 31 em 25,50 metros;
LESTE : com a Avenida Nações em 12,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 14 em 12,00 metros.

17) Lote Urbano nº. 17 (dezessete) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 306,00 m² (Trezentos e seis metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 25,00 metros da Rua China, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 02 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 18 em 25,50 metros;
LESTE : com parte do Lote 19 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 12,00 metros.

18) Lote Urbano nº. 18 (dezoito) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 331,50 m² (Trezentos e trinta e um metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado ímpar da Avenida Brasil e com o lado ímpar da Rua Espanha, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 17 em 25,50 metros;
SUL: com a Rua Espanha em 25,50 metros;
LESTE : com parte do Lote 19 em 13,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,00 metros.

19) Lote Urbano nº. 19 (dezenove) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Espanha a uma distancia de 25,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 03 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Espanha em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 20 em 25,00 metros;
OESTE : com os Lotes 17 e 18 em 25,00 metros.

20) Lote Urbano nº. 20 (vinte) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Espanha a uma distancia de 37,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 04 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Espanha em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 21 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 19 em 25,00 metros.

21) Lote Urbano nº. 21 (vinte e um) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Espanha a uma distancia de 49,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 05 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Espanha em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 22 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 20 em 25,00 metros.

22) Lote Urbano nº. 22 (vinte e dois) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Espanha a uma distancia de 61,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 06 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Espanha em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 23 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 21 em 25,00 metros.

23) Lote Urbano nº. 23 (vinte e três) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Espanha a

uma distancia de 73,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 07 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Espanha em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 24 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 22 em 25,00 metros.

24) Lote Urbano nº. 24 (vinte e quatro) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Espanha a uma distancia de 85,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 08 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Espanha em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 25 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 23 em 25,00 metros.

25) Lote Urbano nº. 25 (vinte e cinco) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Espanha a uma distancia de 97,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 09 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Espanha em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 26 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 24 em 25,00 metros.

26) Lote Urbano nº. 26 (vinte e seis) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Espanha a uma distancia de 109,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 10 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua Espanha em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 27 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 25 em 25,00 metros.

27) Lote Urbano nº. 27 (vinte e sete) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Espanha a uma distancia de 121,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 11 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Espanha em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 28 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 26 em 25,00 metros.

28) Lote Urbano nº. 28 (quatro) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Espanha a uma distancia de 133,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 12 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Espanha em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 29 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 27 em 25,00 metros.

29) Lote Urbano nº. 29 (vinte e nove) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Espanha a uma distancia de 145,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 13 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua Espanha em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 30 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 28 em 25,00 metros.

30) Lote Urbano nº. 30 (trinta) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Espanha a uma distancia de 157,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 14 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua Espanha em 12,00 metros;
LESTE : com os Lotes 31 e 32 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 29 em 25,00 metros.

31) Lote Urbano nº. 31 (trinta e um) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 306,00 m² (Trezentos e seis metros quadrados), localizando ao lado par da Avenida das Nações a uma distancia de 25,00 metros da Rua China, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 16 em 25,50 metros;
SUL : com o Lote 32 em 25,50 metros;
LESTE : com a Avenida das Nações em 12,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 30 em 12,00 metros.

32) Lote Urbano nº. 32 (trinta e dois) da Quadra nº. 170 (cento e setenta), sem benfeitorias, com área de 331,50 m² (Trezentos e trinta e um metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado par da Avenida das Nações com o lado ímpar da Rua Espanha a uma distancia de 169,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 31 em 25,50 metros;
SUL : com a Rua Espanha em 25,50 metros;
LESTE : com a Avenida Nações em 13,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 30 em 13,00 metros.

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 331,50 m² (Trezentos e trinta e um metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado ímpar da Avenida Brasil com o lado par da Rua Espanha, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Espanha em 25,50 metros;
SUL : com o Lote 02 em 25,50 metros;
LESTE : com parte do Lote 03 em 13,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,00 metros.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 306,00 m² (Trezentos e seis metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 13,00 metros da Rua Espanha, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 01 em 25,50 metros;
SUL : com o Lote 17 em 25,50 metros;
LESTE : com parte do Lote 03 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 12,00 metros.

03) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Espanha a uma distancia de 25,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Espanha em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 19 em 12,00 metros;

LESTE : com o Lote 04 em 25,00 metros;
OESTE : com os Lotes 01 e 02 em 25,00 metros.

04) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Espanha a uma distancia de 37,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Espanha em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 20 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 05 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 03 em 25,00 metros.

05) Lote Urbano nº. 05 (cinco) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Espanha a uma distancia de 49,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Espanha em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 21 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 06 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 04 em 25,00 metros.

06) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Espanha a uma distancia de 61,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Espanha em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 22 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 07 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 05 em 25,00 metros.

07) Lote Urbano nº. 07 (sete) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Espanha a uma distancia de 73,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Espanha em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 23 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 08 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 06 em 25,00 metros.

08) Lote Urbano nº. 08 (oito) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Espanha a uma distancia de 85,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Espanha em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 24 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 09 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 07 em 25,00 metros.

09) Lote Urbano nº. 09 (nove) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Espanha a uma distancia de 97,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Espanha em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 25 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 10 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 08 em 25,00 metros.

10) Lote Urbano nº. 10 (dez) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Espanha a uma distancia de 109,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Espanha em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 26 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 11 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 09 em 25,00 metros.

11) Lote Urbano nº. 11 (onze) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Espanha a uma distancia de 121,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Espanha em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 27 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 12 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 10 em 25,00 metros.

12) Lote Urbano nº. 12 (doze) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Espanha a uma distancia de 133,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Espanha em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 28 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 13 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 11 em 25,00 metros.

13) Lote Urbano nº. 13 (treze) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Espanha a uma distancia de 145,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Espanha em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 29 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 14 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 12 em 25,00 metros.

14) Lote Urbano nº. 14 (quatorze) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Espanha a uma distancia de 157,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Espanha em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 30 em 12,00 metros;
LESTE : com os Lotes 15 e 16 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 13 em 25,00 metros.

15) Lote Urbano nº. 15 (quinze) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizado na esquina ao lado par da Avenida das Nações com o lado par da Rua Espanha a uma distancia de 169,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Espanha em 25,50 metros;
SUL : com o Lote 16 em 25,50 metros;
LESTE : com a Avenida das Nações em 13,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 14 em 13,00 metros.

16) Lote Urbano nº. 16 (dezesesseis) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 306,00 m² (Trezentos e seis metros quadrados), localizando ao lado par da Avenida das

Nações a uma distancia de 13,00 metros da Rua Espanha, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 15 em 25,50 metros;
SUL : com o Lote 31 em 25,50 metros;
LESTE : com a Avenida Nações em 12,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 14 em 12,00 metros.

17) Lote Urbano nº. 17 (dezesete) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 306,00 m² (Trezentos e seis metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 25,00 metros da Rua Espanha, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 02 em 25,50 metros;
SUL : com o Lote 18 em 25,50 metros;
LESTE : com parte do Lote 19 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 12,00 metros.

18) Lote Urbano nº. 18 (dezoito) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 331,50 m² (Trezentos e trinta e um metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado ímpar da Avenida Brasil com o lado ímpar da Rua Estados Unidos, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 17 em 25,50 metros;
SUL : com a Rua Estados Unidos em 25,50 metros;
LESTE : com parte do Lote 19 em 13,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,00 metros.

19) Lote Urbano nº. 19 (dezenove) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Estados Unidos a uma distancia de 25,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 03 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua Estados Unidos em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 20 em 25,00 metros;
OESTE : com os Lotes 17 e 18 em 25,00 metros.

20) Lote Urbano nº. 20 (vinte) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Estados Unidos a uma distancia de 37,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 04 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua Estados Unidos em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 21 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 19 em 25,00 metros.

21) Lote Urbano nº. 21 (vinte e um) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Estados Unidos a uma distancia de 49,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 05 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua Estados Unidos em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 22 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 20 em 25,00 metros.

22) Lote Urbano nº. 22 (vinte e dois) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Estados Unidos a uma distancia de 61,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 06 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua Estados Unidos em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 23 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 21 em 25,00 metros.

23) Lote Urbano nº. 23 (vinte e três) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Estados Unidos a uma distancia de 73,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 07 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua Estados Unidos em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 24 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 22 em 25,00 metros.

24) Lote Urbano nº. 24 (vinte e quatro) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Estados Unidos a uma distancia de 85,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 08 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua Estados Unidos em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 25 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 23 em 25,00 metros.

25) Lote Urbano nº. 25 (vinte e cinco) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Estados Unidos a uma distancia de 97,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 09 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua Estados Unidos em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 26 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 24 em 25,00 metros.

26) Lote Urbano nº. 26 (vinte e seis) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Estados Unidos a uma distancia de 109,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 10 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua Estados Unidos em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 27 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 25 em 25,00 metros.

27) Lote Urbano nº. 27 (vinte e sete) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Estados Unidos a uma distancia de 121,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 11 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua Estados Unidos em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 28 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 26 em 25,00 metros.

28) Lote Urbano nº. 28 (vinte e oito) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Estados Unidos a uma distancia de 133,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 12 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua Estados Unidos em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 29 em 25,00 metros;

OESTE : com o Lote 27 em 25,00 metros.

29) Lote Urbano nº. 29 (vinte e nove) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Estados Unidos a uma distancia de 145,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 13 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua Estados Unidos em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 30 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 28 em 25,00 metros.

30) Lote Urbano nº. 30 (trinta) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Estados Unidos a uma distancia de 157,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 14 em 12,00 metros;
SUL : com a Rua Estados Unidos em 12,00 metros;
LESTE : com os Lotes 31 e 32 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 29 em 25,00 metros.

31) Lote Urbano nº. 31 (trinta e um) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 306,00 m² (Trezentos e seis metros quadrados), localizando ao lado par da Avenida das Nações a uma distancia de 13,00 metros da Rua Estados Unidos, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 16 em 25,50 metros;
SUL : com o Lote 32 em 25,50 metros;
LESTE : com a Avenida das Nações em 12,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 30 em 12,00 metros.

32) Lote Urbano nº. 32 (trinta e dois) da Quadra nº. 171 (cento e setenta e um), sem benfeitorias, com área de 331,50 m² (Trezentos e trinta e um metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado par da Avenida das Nações com o lado ímpar da Rua Estados Unidos a uma distancia de 169,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 31 em 25,50 metros;
SUL : com a Rua Estados Unidos em 25,50 metros;
LESTE : com a Avenida Nações em 13,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 30 em 13,00 metros.

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 331,50 m² (Trezentos e trinta e um metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado ímpar da Avenida Brasil com o lado par da Rua Estados Unidos, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Estados Unidos em 25,50 metros;
SUL : com o Lote 02 em 25,50 metros;
LESTE : com parte do Lote 03 em 13,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,00 metros.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 306,00 m² (Trezentos e seis metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 13,00 metros da Rua Estados Unidos, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 01 em 25,50 metros;
SUL : com o Lote 17 em 25,50 metros;
LESTE : com parte do Lote 03 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 12,00 metros.

03) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Estados Unidos a uma distancia de 25,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Estados Unidos em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 19 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 04 em 25,00 metros;
OESTE : com os Lotes 01 e 02 em 25,00 metros.

04) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Estados Unidos a uma distancia de 37,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Estados Unidos em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 20 em 12,00 metros
LESTE : com o Lote 05 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 03 em 25,00 metros.

05) Lote Urbano nº. 05 (cinco) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Estados Unidos a uma distancia de 49,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Estados Unidos em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 21 em 12,00 metros
LESTE : com o Lote 06 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 04 em 25,00 metros.

06) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Estados Unidos a uma distancia de 61,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Estados Unidos em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 22 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 07 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 05 em 25,00 metros.

07) Lote Urbano nº. 07 (sete) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Estados Unidos a uma distancia de 73,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Estados Unidos em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 23 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 08 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 06 em 25,00 metros.

08) Lote Urbano nº. 08 (oito) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Estados Unidos a uma distancia de 85,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Estados Unidos em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 24 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 09 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 07 em 25,00 metros.

09) Lote Urbano nº. 09 (nove) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Estados Unidos a

uma distancia de 97,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Estados Unidos em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 25 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 10 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 08 em 25,00 metros.

10) Lote Urbano nº. 10 (dez) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Estados Unidos a uma distancia de 109,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Estados Unidos em 12,00 metros;
SUL : com o Lote 26 em 12,00 metros;
LESTE : com o Lote 11 em 25,00 metros;
OESTE: com o Lote 09 em 25,00 metros.

11) Lote Urbano nº. 11 (onze) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Estados Unidos a uma distancia de 121,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Estados Unidos em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 27 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 12 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 10 em 25,00 metros.

12) Lote Urbano nº. 12 (doze) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Estados Unidos a uma distancia de 133,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Estados Unidos em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 28 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 13 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 11 em 25,00 metros.

13) Lote Urbano nº. 13 (treze) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Estados Unidos a uma distancia de 145,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Estados Unidos em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 29 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 14 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 12 em 25,00 metros.

14) Lote Urbano nº. 14 (quatorze) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Estados Unidos a uma distancia de 157,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Estados Unidos em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 30 em 12,00 metros;
LESTE: com os Lotes 15 e 16 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 13 em 25,00 metros.

15) Lote Urbano nº. 15 (quinze) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 331,50 m² (Trezentos e trinta e um metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado par da Avenida das Nações com o lado par da Rua Estados Unidos a uma distancia de 169,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Estados Unidos em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 16 em 25,50 metros;
LESTE: com a Avenida das Nações em 13,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 14 em 13,00 metros;

16) Lote Urbano nº. 16 (dezesseis) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois), sem benfeitorias, com área de 306,00 m² (Trezentos e seis metros quadrados), localizando ao lado par da Avenida das Nações a uma distancia de 13,00 metros da Rua Estados Unidos, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 15 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 31 em 25,50 metros;
LESTE: com a Avenida Nações em 12,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 14 em 25,00 metros.

17) Lote Urbano nº. 17 (dezessete) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois), sem benfeitorias, com área de 306,00 m² (Trezentos e seis metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 13,00 metros da Rua França, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 02 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 18 em 25,50 metros;
LESTE: com parte do Lote 19 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 12,00 metros.

18) Lote Urbano nº. 18 (dezoito) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois), sem benfeitorias, com área de 331,50 m² (Trezentos e trinta e um metros e cinquenta centímetros quadrados), localização na esquina ao lado ímpar da Avenida Brasil com o lado ímpar da Rua Índia, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 17 em 25,50 metros;
SUL: com a Rua França em 25,50 metros;
LESTE: com parte do Lote 19 em 13,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,00 metros.

19) Lote Urbano nº. 19 (dezenove) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua França a uma distancia de 25,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 03 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua França em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 20 em 25,00 metros;
OESTE : com os Lotes 17 e 18 em 25,00 metros.

20) Lote Urbano nº. 20 (vinte) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua França a uma distancia de 37,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 04 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua França em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 21 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 19 em 25,00 metros.

21) Lote Urbano nº. 21 (vinte e um) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua França a uma distancia de 49,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 05 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua França em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 22 em 25,00 metros;

OESTE : com o Lote 20 em 25,00 metros.

22) Lote Urbano nº. 22 (vinte e dois) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua França a uma distancia de 61,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 06 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua França em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 23 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 21 em 25,00 metros.

23) Lote Urbano nº. 23 (vinte e três) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua França a uma distancia de 73,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 07 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua França em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 24 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 22 em 25,00 metros.

24) Lote Urbano nº. 24 (vinte e quatro) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua França a uma distancia de 85,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 08 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua França em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 25 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 23 em 25,00 metros.

25) Lote Urbano nº. 25 (vinte e cinco) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua França a uma distancia de 97,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 09 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua França em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 26 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 24 em 25,00 metros.

26) Lote Urbano nº. 26 (vinte e seis) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua França a uma distancia de 109,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 10 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua França em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 27 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 25 em 25,00 metros.

27) Lote Urbano nº. 27 (vinte e sete) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua França a uma distancia de 121,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 11 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua França em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 28 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 26 em 25,00 metros.

28) Lote Urbano nº. 28 (vinte e oito) da Quadra nº. 172 (cento e

setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua França a uma distancia de 133,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 12 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua França em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 29 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 27 em 25,00 metros.

29) Lote Urbano nº. 29 (vinte e nove) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua França a uma distancia de 145,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 13 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua França em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 30 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 28 em 25,00 metros.

30) Lote Urbano nº. 30 (trinta) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua França a uma distancia de 157,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 14 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua França em 12,00 metros;
LESTE: com os Lotes 31 e 32 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 29 em 25,00 metros.

31) Lote Urbano nº. 31 (trinta e um) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 306,00 m² (Trezentos e seis metros quadrados), localizando ao lado par da Avenida das Nações a uma distancia de 13,00 metros da Rua França, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 16 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 32 em 25,50 metros;
LESTE: com a Avenida das Nações em 12,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 30 em 12,00 metros.

32) Lote Urbano nº. 32 (trinta e dois) da Quadra nº. 172 (cento e setenta e dois); sem benfeitorias, com área de 331,50 m² (Trezentos e trinta e um metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado par da Avenida das Nações com o lado ímpar da Rua França a uma distancia de 169,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 31 em 25,50 metros;
SUL: com a Rua França em 25,50 metros;
LESTE: com a Avenida Nações em 13,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 30 em 13,00 metros.

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 318,75 m² (Trezentos e dezoito metros e setenta e cinco centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado ímpar da Avenida Brasil com o lado par da Rua França, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua França em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 02 em 25,50 metros;
LESTE: com parte do Lote 03 em 12,50 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 12,50 metros.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 255,00 m² (Duzentos e cinquenta e cinco metros quadrados), localizando ao lado ímpar

da Avenida Brasil a uma distancia de 12,50 metros da Rua França, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 01 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 01 em 25,50 metros;
LESTE: com parte do Lote 03 em 10,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 10,00 metros.

03) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado par da Rua França a uma distancia de 25,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua França em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 19 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 04 em 22,50 metros;
OESTE : com os Lotes 01 e 02 em 22,50 metros.

04) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado par da Rua França a uma distancia de 37,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua França em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 20 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 05 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 03 em 22,50 metros.

05) Lote Urbano nº. 05 (cinco) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado par da Rua França a uma distancia de 49,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua França em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 21 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 06 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 04 em 22,50 metros.

06) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado par da Rua França a uma distancia de 61,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua França em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 22 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 07 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 05 em 22,50 metros.

07) Lote Urbano nº. 07 (sete) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado par da Rua França a uma distancia de 73,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua França em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 23 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 08 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 06 em 22,50 metros.

08) Lote Urbano nº. 08 (oito) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado par da Rua França a uma distancia de 85,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua França em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 24 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 09 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 07 em 22,50 metros.

09) Lote Urbano nº. 09 (nove) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado par da Rua França a uma distancia de 97,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua França em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 25 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 10 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 08 em 22,50 metros.

10) Lote Urbano nº. 10 (dez) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado par da Rua França a uma distancia de 109,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua França em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 26 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 11 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 09 em 22,50 metros.

11) Lote Urbano nº. 11 (onze) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado par da Rua França a uma distancia de 121,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua França em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 27 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 12 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 10 em 22,50 metros.

12) Lote Urbano nº. 12 (doze) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado par da Rua França a uma distancia de 133,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua França em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 28 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 13 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 11 em 22,50 metros.

13) Lote Urbano nº. 13 (treze) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado par da Rua França a uma distancia de 145,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua França em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 29 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 14 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 12 em 22,50 metros;

14) Lote Urbano nº. 14 (quatorze) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado par da Rua França a uma distancia de 157,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua França em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 30 em 12,00 metros;
LESTE: com os Lotes 15 e 16 em 22,50 metros;

OESTE : com o Lote 13 em 22,50 metros.

15) Lote Urbano nº. 15 (quinze) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 318,75 m² (Trezentos e dezoito metros e setenta e cinco centímetros quadrados), localizando na esquina ao lado par da Avenida das Nações com o lado par da Rua França a uma distancia de 169,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua França em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 16 em 25,50 metros;
LESTE: com a Avenida das Nações em 12,50 metros;
OESTE : com parte do Lote 14 em 12,50 metros.

16) Lote Urbano nº. 16 (dezesesseis) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 255,00 m² (Duzentos e cinquenta e cinco metros quadrados), localizando ao lado par da Avenida das Nações a uma distancia de 12,50 metros da Rua França, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 15 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 31 em 25,50 metros;
LESTE: com a Avenida Nações em 10,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 14 em 10,00 metros.

17) Lote Urbano nº. 17 (dezesete) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 255,00 m² (Duzentos e cinquenta e cinco metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 12,50 metros da Rua Índia, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 02 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 18 em 25,50 metros;
LESTE: com parte do Lote 19 em 10,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 10,00 metros.

18) Lote Urbano nº. 18 (dezoito) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 318,75 m² (Trezentos e dezoito metros e setenta e cinco centímetros quadrados), localizando na esquina ao lado ímpar da Avenida Brasil com o lado ímpar da Rua Índia, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 17 em 25,50 metros;
SUL: com a Rua Índia em 25,50 metros;
LESTE: com parte do Lote 19 em 12,50 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 12,50 metros.

19) Lote Urbano nº. 19 (dezenove) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Índia a uma distancia de 25,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 03 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Índia em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 20 em 22,50 metros;
OESTE : com os Lotes 17 e 18 em 22,50 metros.

20) Lote Urbano nº. 20 (vinte) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Índia a uma distancia de 37,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 04 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Índia em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 21 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 19 em 22,50 metros.

21) Lote Urbano nº. 21 (vinte e um) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Índia a uma distancia de 49,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 05 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Índia em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 22 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 20 em 22,50 metros.

22) Lote Urbano nº. 22 (vinte e dois) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Índia a uma distancia de 61,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 06 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Índia em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 23 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 21 em 22,50 metros.

23) Lote Urbano nº. 23 (vinte e três) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Índia a uma distancia de 73,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 07 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Índia em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 24 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 22 em 22,50 metros.

24) Lote Urbano nº. 24 (vinte e quatro) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Índia a uma distancia de 85,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 08 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Índia em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 25 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 23 em 22,50 metros.

25) Lote Urbano nº. 25 (vinte e cinco) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Índia a uma distancia de 97,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 09 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Índia em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 26 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 24 em 22,50 metros.

26) Lote Urbano nº. 26 (vinte e seis) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Índia a uma distancia de 109,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 10 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Índia em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 27 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 25 em 22,50 metros.

27) Lote Urbano nº. 27 (vinte e sete) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua

Índia a uma distancia de 121,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 11 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Índia em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 28 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 26 em 22,50 metros.

28) Lote Urbano nº. 28 (vinte e oito) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Índia a uma distancia de 133,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 12 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Índia em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 29 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 27 em 22,50 metros.

29) Lote Urbano nº. 29 (vinte e nove) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Índia a uma distancia de 145,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 13 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Índia em 12,00 metros;
LESTE: com os Lote 30 em 22,50 metros;
OESTE : com os Lote 28 em 22,50 metros.

30) Lote Urbano nº. 30 (trinta) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Índia a uma distancia de 157,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 14 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Índia em 12,00 metros;
LESTE: com os Lotes 31 e 32 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 29 em 22,50 metros.

31) Lote Urbano nº. 31 (trinta e um) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 255,00 m² (Duzentos e cinquenta e cinco metros quadrados), localizando ao lado par da Avenida das Nações a uma distancia de 12,50 metros da Rua Índia, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 16 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 32 em 25,50 metros;
LESTE: com a Avenida das Nações em 10,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 30 em 10,00 metros.

32) Lote Urbano nº. 32 (trinta e dois) da Quadra nº. 173 (cento e setenta e três); sem benfeitorias, com área de 318,75 m² (Trezentos e e dezoito metros e setenta e cinco centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado ímpar da Avenida das Nações com o lado ímpar da Rua Índia a uma distancia de 169,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 31 em 25,50 metros;
SUL: com a Rua Índia em 25,50 metros;
LESTE: com a Avenida das Nações em 12,50 metros;
OESTE : com parte do Lote 30 em 12,50 metros.

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 318,75 m² (Trezentos e dezoito metros e setenta e cinco centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida Brasil com o lado par da Rua Índia, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Índia em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 02 em 25,50 metros;
LESTE: com parte do Lote 03 em 12,50 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 12,50 metros.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 255,00 m² (Duzentos e cinquenta e cinco metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 12,50 metros da Rua Índia, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 01 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 17 em 25,50 metros;
LESTE: com parte do Lote 03 em 10,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 10,00 metros.

03) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Índia a uma distancia de 25,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Índia em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 19 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 04 em 22,50 metros;
OESTE : com os Lotes 01 e 02 em 22,50 metros.

04) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Índia a uma distancia de 37,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Índia em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 20 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 05 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 03 em 22,50 metros.

05) Lote Urbano nº. 05 (cinco) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Índia a uma distancia de 49,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Índia em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 21 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 06 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 04 em 22,50 metros.

06) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Índia a uma distancia de 61,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Índia em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 22 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 07 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 05 em 22,50 metros.

07) Lote Urbano nº. 07 (sete) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Índia a uma distancia de 73,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Índia em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 23 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 08 em 22,50 metros;

OESTE : com o Lote 06 em 22,50 metros.

08) Lote Urbano nº. 08 (oito) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Índia a uma distancia de 85,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Índia em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 24 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 09 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 07 em 22,50 metros.

09) Lote Urbano nº. 09 (nove) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Índia a uma distancia de 97,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Índia em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 25 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 10 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 08 em 22,50 metros.

10) Lote Urbano nº. 10 (dez) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Índia a uma distancia de 109,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Índia em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 26 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 11 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 09 em 22,50 metros.

11) Lote Urbano nº. 11 (onze) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Índia a uma distancia de 121,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Índia em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 27 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 12 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 10 em 22,50 metros.

12) Lote Urbano nº. 12 (doze) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Índia a uma distancia de 133,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Índia em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 28 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 13 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 11 em 22,50 metros.

13) Lote Urbano nº. 13 (treze) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Índia a uma distancia de 145,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Índia em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 29 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 14 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 12 em 22,50 metros.

14) Lote Urbano nº. 14 (quatorze) da Quadra nº. 174 (cento e

setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Índia a uma distancia de 157,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Índia em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 30 em 12,00 metros;
LESTE: com os Lotes 15 e 16 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 13 em 22,50 metros.

15) Lote Urbano nº. 15 (quinze) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 318,75 m² (Trezentos e dezoito metros e setenta e cinco centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado par da Avenida das Nações e com o lado par da Rua Índia a uma distancia de 169,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Índia em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 16 em 25,50 metros;
LESTE: com a Avenida das Nações em 12,50 metros;
OESTE : com parte do Lote 14 em 12,50 metros.

16) Lote Urbano nº. 16 (dezesesseis) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 255,00 m² (Duzentos e cinquenta e cinco metros quadrados), localizando ao lado par da Avenida das Nações a uma distancia de 12,50 metros da Rua Índia, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 15 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 31 em 25,50 metros;
LESTE: com a Avenida Nações em 10,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 14 em 10,00 metros.

17) Lote Urbano nº. 17 (dezesete) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 255,00 m² (Duzentos e cinquenta e cinco metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 12,50 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 02 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 18 em 25,50 metros;
LESTE: com parte do Lote 19 em 10,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 10,00 metros.

18) Lote Urbano nº. 18 (dezoito) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 318,75 m² (Trezentos e dezoito metros e setenta e cinco centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado ímpar da Avenida Brasil com o lado ímpar da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 17 em 25,50 metros m;
SUL: com a Rua Itália em 25,50 metros;
LESTE: com parte do Lote 19 em 12,50 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 12,50 metros.

19) Lote Urbano nº. 19 (dezenove) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Itália a uma distancia de 25,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 03 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Itália em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 20 em 22,50 metros;
OESTE : com os Lotes 17 e 18 em 22,50 metros.

20) Lote Urbano nº. 20 (vinte) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Itália

a uma distancia de 37,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 04 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Itália em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 21 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 19 em 22,50 metros.

21) Lote Urbano nº. 21 (vinte e um) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Itália a uma distancia de 49,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 05 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Itália em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 22 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 20 em 22,50 metros.

22) Lote Urbano nº. 22 (vinte e dois) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Itália a uma distancia de 61,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 06 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Itália em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 23 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 21 em 22,50 metros.

23) Lote Urbano nº. 23 (vinte e três) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Itália a uma distancia de 73,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 07 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Itália em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 24 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 22 em 22,50 metros.

24) Lote Urbano nº. 24 (vinte e quatro) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Itália a uma distancia de 85,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 08 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Itália em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 25 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 23 em 22,50 metros.

25) Lote Urbano nº. 25 (vinte e cinco) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Itália a uma distancia de 97,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 09 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Itália em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 26 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 24 em 22,50 metros.

26) Lote Urbano nº. 26 (vinte e seis) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Itália a uma distancia de 109,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 10 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Itália em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 27 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 25 em 22,50 metros.

27) Lote Urbano nº. 27 (vinte e sete) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Itália a uma distancia de 121,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 11 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Itália em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 28 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 26 em 22,50 metros.

28) Lote Urbano nº. 28 (vinte e oito) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Itália a uma distancia de 133,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 12 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Itália em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 29 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 27 em 22,50 metros.

29) Lote Urbano nº. 29 (vinte e nove) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Itália a uma distancia de 145,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 13 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Itália em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 30 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 28 em 22,50 metros.

30) Lote Urbano nº. 30 (trinta) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 270,00 m² (Duzentos e setenta metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Itália a uma distancia de 157,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 14 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Itália em 12,00 metros;
LESTE: com os Lotes 31 e 32 em 22,50 metros;
OESTE : com o Lote 29 em 22,50 metros.

31) Lote Urbano nº. 31 (trinta e um) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 255,00 m² (Duzentos e cinquenta e cinco metros quadrados), localizando ao lado par da Avenida das Nações a uma distancia de 12,50 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 16 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 32 em 25,50 metros;
LESTE: com a Avenida das Nações em 10,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 30 em 10,00 metros.

32) Lote Urbano nº. 32 (trinta e dois) da Quadra nº. 174 (cento e setenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 318,75 m² (Trezentos e dezoito metros com setenta e cinco centímetros quadrados), localizando na esquina ao lado par da Avenida das Nações com o lado ímpar da Rua Itália a uma distancia de 169,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 31 em 25,50 metros;
SUL: com a Rua Itália em 25,50 metros;

LESTE: com a Avenida das Nações em 12,50 metros;
OESTE : com parte do Lote 30 em 12,50 metros.

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 486,00 m² (Quatrocentos e oitenta e seis metros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida Brasil com o lado par da Rua Itália, confrontando – se ao Norte com a Rua Itália em 36,00 metros, ao Sul com o Lote 02 em 36,00 metros, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Itália em 36,00 metros;
SUL: com o Lote 02 em 36,00 metros;
LESTE: com parte do Lote 03 em 13,50 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,50 metros.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 475,20 m² (Quatrocentos e setenta e cinco metros e vinte centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 13,50 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 01 em 36,00 metros;
SUL: com o Lote 14 em 36,00 metros;
LESTE: com parte do Lote 03 em 13,20 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,20 metros.

03) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 505,75 m² (Quinhentos e cinco metros e setenta e cinco centímetros quadrados), localizando ao lado par da Rua Itália a uma distancia de 36,00 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Itália em 14,45 metros;
SUL: com parte da Área Verde em 14,45 metros;
LESTE: com o Lote 04 em 35,00 metros;
OESTE : com lotes 01 e 02 e parte do Lote 14 em 35,00 metros.

04) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 505,75 m² (Quinhentos e cinco metros e setenta e cinco centímetros quadrados), localizando ao lado par da Rua Itália a uma distancia de 50,45 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Itália em 14,45 metros;
SUL: com parte da Área Verde em 14,45 metros;
LESTE: com o Lote 05 em 35,00 metros;
OESTE : com o Lote 03 em 35,00 metros.

05) Lote Urbano nº. 05 (cinco) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 505,75 m² (Quinhentos e cinco metros e setenta e cinco centímetros quadrados), localizando ao lado par da Rua Itália a uma distancia de 64,90 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Itália em 14,45 metros;
SUL: com parte da Área Verde em 14,45 metros;
LESTE: com o Lote 06 em 35,00 metros;
OESTE : com o Lote 04 em 35,00 metros.

06) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 505,75 m² (Quinhentos e cinco metros e setenta e cinco centímetros quadrados), localizando ao lado par da Rua Itália a uma distancia de 79,35 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Itália em 14,45 metros;
SUL: com parte da Área Verde em 14,45 metros;
LESTE: com o Lote 07 em 35,00 metros;
OESTE : com o Lote 05 em 35,00 metros.

07) Lote Urbano nº. 07 (sete) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 505,75 m² (Quinhentos e cinco metros e setenta e cinco centímetros quadrados), localizando ao lado par da Rua Itália a uma distancia de 93,80 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Itália em 14,45 metros;
SUL: com parte da Área Verde em 14,45 metros;
LESTE: com o Lote 08 em 35,00 metros;
OESTE : com o Lote 06 em 35,00 metros.

08) Lote Urbano nº. 08 (oito) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 505,75 m² (Quinhentos e cinco metros e setenta e cinco centímetros quadrados), localizando ao lado par da Rua Itália a uma distancia de 108,25 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Itália em 14,45 metros;
SUL: com parte da Área Verde em 14,45 metros;
LESTE: com o Lote 09 em 35,00 metros;
OESTE : com o Lote 07 em 35,00 metros.

09) Lote Urbano nº. 09 (nove) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 505,75 m² (Quinhentos e cinco metros e setenta e cinco centímetros quadrados), localizando ao lado par da Rua Itália a uma distancia de 122,70 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Itália em 14,45 metros;
SUL: com parte da Área Verde em 14,45 metros;
LESTE: com o Lote 10 em 35,00 metros;
OESTE : com o Lote 08 em 35,00 metros.

10) Lote Urbano nº. 10 (dez) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 505,75 m² (Quinhentos e cinco metros e setenta e cinco centímetros quadrados), localizando ao lado par da Rua Itália a uma distancia de 137,15 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Itália em 14,45 metros;
SUL: com parte da Área Verde em 14,45 metros;
LESTE: com o Lote 11 em 35,00 metros;
OESTE : com o Lote 09 em 35,00 metros.

11) Lote Urbano nº. 11 (onze) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 505,75 m² (Quinhentos e cinco metros e setenta e cinco centímetros quadrados), localizando ao lado par da Rua Itália a uma distancia de 151,60 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Itália em 14,45 metros;
SUL: com parte da Área Verde em 14,45 metros;
LESTE: com o Lote 12 em 35,00 metros;
OESTE : com o Lote 10 em 35,00 metros.

12) Lote Urbano nº. 12 (doze) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 505,75 m² (Quinhentos e cinco metros e setenta e cinco centímetros quadrados), localizando ao lado par da Rua Itália a uma distancia de 166,05 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Itália em 14,45 metros;
SUL: com parte da Área Verde em 14,45 metros;
LESTE: com o Lote 13 em 35,00 metros;
OESTE : com o Lote 11 em 35,00 metros.

13) Lote Urbano nº. 13 (treze) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 507,50 m² (Quinhentos e sete metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na

esquina ao lado par da Avenida das Nações com o lado par da Rua Itália a uma distancia de 180,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Itália em 14,50 metros;
SUL: com parte da Área Verde em 14,50 metros;
LESTE: com a Avenida Nações em 35,00 metros;
OESTE : com o Lote 12 em 35,00 metros.

14) Lote Urbano nº. 14 (quatorze) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 475,20 m² (Quatrocentos e setenta e cinco metros e vinte centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 26,70 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 02 em 36,00 metros;
SUL: com o Lote 15 em 36,00 metros;
LESTE: com parte do Lote 03 e Área Verde em 13,20 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,20 metros.

15) Lote Urbano nº. 15 (quinze) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 475,20 m² (Quatrocentos e setenta e cinco metros e vinte centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 39,90 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 14 em 36,00 metros;
SUL: com o Lote 16 em 36,00 metros;
LESTE: com parte da Área Verde em 13,20 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,20 metros.

16) Lote Urbano nº. 16 (dezesesseis) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 475,20 m² (Quatrocentos e setenta e cinco metros e vinte centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 53,10 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 15 em 36,00 metros;
SUL: com o Lote 17 em 36,00 metros;
LESTE: com parte da Área Verde em 13,20 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,20 metros.

17) Lote Urbano nº. 17 (dezesete) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 475,20 m² (Quatrocentos e setenta e cinco metros e vinte centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 66,30 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 16 em 36,00 metros;
SUL: com o Lote 18 em 36,00 metros;
LESTE: com parte da Área Verde em 13,20 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,20 metros.

18) Lote Urbano nº. 18 (dezoito) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 475,20 m² (Quatrocentos e setenta e cinco metros e vinte centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 79,50 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 17 em 36,00 metros;
SUL: com o Lote 19 em 36,00 metros;
LESTE: com parte da Área Verde em 13,20 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,20 metros.

19) Lote Urbano nº. 19 (dezenove) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 475,20 m² (Quatrocentos e setenta e cinco metros e vinte centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 92,70 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 18 em 36,00 metros;
SUL: com o Lote 20 em 36,00 metros;
LESTE: com parte da Área Verde em 13,20 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,20 metros.

20) Lote Urbano nº. 20 (vinte) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 475,20 m² (Quatrocentos e setenta e cinco metros e vinte centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 105,90 metros da Rua Itália com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 19 em 36,00 metros;
SUL: com o Lote 21 em 36,00 metros;
LESTE: com parte da Área Verde em 13,20 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,20 metros.

21) Lote Urbano nº. 21 (vinte e um) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 475,20 m² (Quatrocentos e setenta e cinco metros e vinte centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 119,10 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 20 em 36,00 metros;
SUL: com o Lote 22 em 36,00 metros;
LESTE: com parte da Área Verde em 13,20 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,20 metros.

22) Lote Urbano nº. 22 (vinte e dois) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 475,20 m² (Quatrocentos e setenta e cinco metros e vinte centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 132,30 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 21 em 36,00 metros;
SUL: com o Lote 23 em 36,00 metros;
LESTE: com parte da Área Verde em 13,20 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,20 metros.

23) Lote Urbano nº. 23 (vinte e três) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 475,20 m² (Quatrocentos e setenta e cinco metros e vinte centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 145,50 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 22 em 36,00 metros;
SUL: com o Lote 24 em 36,00 metros;
LESTE: com parte da Área Verde em 13,20 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,20 metros.

24) Lote Urbano nº. 24 (vinte e quatro) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 475,20 m² (Quatrocentos e setenta e cinco metros e vinte centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 158,70 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 23 em 36,00 metros;
SUL: com o Lote 25 em 36,00 metros;
LESTE: com parte da Área Verde em 13,20 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,20 metros.

25) Lote Urbano nº. 25 (vinte e cinco) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 475,20 m² (Quatrocentos e setenta e cinco metros e vinte centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 171,90 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 24 em 36,00 metros;
SUL: com o Lote 26 em 36,00 metros;
LESTE: com parte da Área Verde em 13,20 metros;

OESTE : com a Avenida Brasil em 13,20 metros.

26) Lote Urbano nº. 26 (vinte e seis) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 475,20 m² (Quatrocentos e setenta e cinco metros e vinte centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 185,10 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 25 em 36,00 metros;
SUL: com o Lote 27 em 36,00 metros;
LESTE: com parte da Área Verde em 13,20 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,20 metros.

27) Lote Urbano nº. 27 (vinte e sete) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 475,20 m² (Quatrocentos e setenta e cinco metros e vinte centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 198,30 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 26 em 36,00 metros;
SUL: com o Lote 28 em 36,00 metros;
LESTE: com parte da Área Verde em 13,20 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,20 metros.

28) Lote Urbano nº. 28 (vinte e oito) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 475,20 m² (Quatrocentos e setenta e cinco metros e vinte centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 211,50 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 27 em 36,00 metros;
SUL: com o Lote 29 em 36,00 metros;
LESTE: com parte do Lote 30 em 13,20 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,20 metros.

29) Lote Urbano nº. 29 (vinte e nove) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 487,08 m² (Quatrocentos e oitenta e sete metros e oito centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado ímpar da Avenida Brasil com o lado ímpar da Rua Japão, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 28 em 36,00 metros;
SUL: com a Rua Japão em 36,00 metros;
LESTE: com parte do Lote 30 em 13,53 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,53 metros.

30) Lote Urbano nº. 30 (trinta) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 433,50 m² (Quatrocentos e trinta e três metros e cinquenta centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Japão a uma distancia de 36,00 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte da Área Verde em 14,45 metros;
SUL: com a Rua Japão em 14,45 metros;
LESTE: com o Lote 31 em 30,00 metros;
OESTE : com os Lotes 28 e 29 e parte do Lote 27 em 30,00 metros.

31) Lote Urbano nº. 31 (trinta e um) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 433,50 m² (Quatrocentos e trinta e três metros e cinquenta centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Japão a uma distancia de 50,45 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte da Área Verde em 14,45 metros;
SUL: com a Rua Japão em 14,45 metros;
LESTE: com o Lote 32 em 30,00 metros;
OESTE : com o Lote 30 em 30,00 metros.

32) Lote Urbano nº. 32 (trinta e dois) da Quadra nº. 175 (cento e

setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 433,50 m² (Quatrocentos e trinta e três metros e cinquenta centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Japão a uma distancia de 64,90 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte da Área Verde em 14,45 metros;
SUL: com a Rua Japão em 14,45 metros;
LESTE: com o Lote 33 em 30,00 metros;
OESTE : com o Lote 31 em 30,00 metros.

33) Lote Urbano nº. 33 (trinta e três) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 433,50 m² (Quatrocentos e trinta e três metros e cinquenta centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Japão a uma distancia de 79,35 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte da Área Verde em 14,45 metros;
SUL: com a Rua Japão em 14,45 metros;
LESTE: com o Lote 34 em 30,00 metros;
OESTE : com o Lote 32 em 30,00 metros.

34) Lote Urbano nº. 34 (trinta e quatro) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 433,50 m² (Quatrocentos e trinta e três metros e cinquenta centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Japão a uma distancia de 93,80 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte da Área Verde em 14,45 metros;
SUL: com a Rua Japão em 14,45 metros;
LESTE: com o Lote 35 em 30,00 metros;
OESTE : com o Lote 33 em 30,00 metros.

35) Lote Urbano nº. 35 (trinta e cinco) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 433,50 m² (Quatrocentos e trinta e três metros e cinquenta centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Japão a uma distancia de 108,25 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte da Área Verde em 14,45 metros;
SUL: com a Rua Japão em 14,45 metros;
LESTE: com o Lote 36 em 30,00 metros;
OESTE : com o Lote 34 em 30,00 metros.

36) Lote Urbano nº. 36 (trinta e seis) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 433,50 m² (Quatrocentos e trinta e três metros e cinquenta centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Japão a uma distancia de 122,70 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte da Área Verde em 14,45 metros;
SUL: com a Rua Japão em 14,45 metros;
LESTE: com o Lote 37 em 30,00 metros;
OESTE : com o Lote 35 em 30,00 metros.

37) Lote Urbano nº. 37 (trinta e sete) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 433,50 m² (Quatrocentos e trinta e três metros e cinquenta centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Japão a uma distancia de 137,15 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte da Área Verde em 14,45 metros;
SUL: com a Rua Japão em 14,45 metros;
LESTE: com o Lote 38 em 30,00 metros;
OESTE : com o Lote 36 em 30,00 metros.

38) Lote Urbano nº. 38 (trinta e oito) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 433,50 m² (Quatrocentos e trinta e três metros e cinquenta centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Japão a uma distancia de

151,60 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte da Área Verde em 14,45 metros;
SUL: com a Rua Japão em 14,45 metros;
LESTE: com o Lote 39 em 30,00 metros;
OESTE : com o Lote 37 em 30,00 metros.

39) Lote Urbano nº. 39 (trinta e nove) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 433,50 m² (Quatrocentos e trinta e três metros e cinquenta centímetros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Japão a uma distancia de 166,05 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte da Área Verde em 14,45 metros;
SUL: com a Rua Japão em 14,45 metros;
LESTE: com o Lote 40 em 30,00 metros;
OESTE : com o Lote 38 em 30,00 metros.

40) Lote Urbano nº. 40 (quarenta) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 433,50 m² (Quatrocentos e trinta e três metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado par da Avenida das Nações com o lado par da Rua Japão a uma distancia de 180,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte da Área Verde em 14,45 metros;
SUL: com a Rua Japão em 14,45 metros;
LESTE: com a Avenida Nações em 30,00 metros;
OESTE : com o Lote 39 em 30,00 metros.

41) Lote Urbano nº. 41 (quarenta e um) da Quadra nº. 175 (cento e setenta e cinco), denominado Área Verde ; sem benfeitorias, com área de 27.543,57 m² (Vinte e sete mil quinhentos e quarenta e três metros e cinquenta e sete centímetros quadrados), sendo que 9.922,70 m² (Nove mil novecentos e vinte e dois metros e setenta centímetros quadrados) denomina-se reservatório artificial, Localizando ao lado ímpar da par da Avenida das Nações a uma distancia de 30,00 metros da Rua Japão, com as seguintes confrontações:

NORTE : com os Lote 03 ao 13 em 159,00 metros;
SUL: com os Lotes 30 ao 40 em 159,00 metros;
LESTE: com a Avenida Nações em 173,23 metros;
OESTE : com os Lotes 15 ao 26 e parte dos Lotes 14 e 27 em 173,23 metros.

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 331,50 m² (Trezentos e trinta e um metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado ímpar da Avenida Brasil com o lado par da Rua Japão, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Japão em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 02 em 25,50 metros;
LESTE: com parte do Lote 03 em 13,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,00 metros.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 306,00 m² (Trezentos e seis metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 13,00 metros da Rua Japão, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 01 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 17 em 25,50 metros;
LESTE: com parte do Lote 03 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,00 metros.

03) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (trezentos metros

quadrados), localizando ao lado par da Rua Japão a uma distancia de 25,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Japão em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 19 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 04 em 25,00 metros;
OESTE : com os Lotes 01 e 02 em 25,00 metros.

04) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Japão a uma distancia de 37,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Japão em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 20 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 05 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 03 em 25,00 metros.

05) Lote Urbano nº. 05 (cinco) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Japão a uma distancia de 49,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Japão em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 21 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 06 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 04 em 25,00 metros.

06) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Japão a uma distancia de 61,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Japão em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 22 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 07 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 05 em 25,00 metros.

07) Lote Urbano nº. 07 (sete) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Japão a uma distancia de 73,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Japão em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 23 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 08 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 06 em 25,00 metros.

08) Lote Urbano nº. 08 (oito) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Japão a uma distancia de 85,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Japão em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 24 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 09 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 07 em 25,00 metros.

09) Lote Urbano nº. 09 (nove) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Japão a uma distancia de 97,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Japão em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 25 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 10 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 08 em 25,00 metros.

10) Lote Urbano nº. 10 (dez) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Japão a uma distancia de 109,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Japão em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 26 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 11 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 09 em 25,00 metros.

11) Lote Urbano nº. 11 (onze) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Japão a uma distancia de 121,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Japão em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 27 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 12 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 10 em 25,00 metros.

12) Lote Urbano nº. 12 (doze) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Japão a uma distancia de 133,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Japão em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 28 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 13 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 11 em 25,00 metros.

13) Lote Urbano nº. 13 (treze) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Japão a uma distancia de 145,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Japão em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 29 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 14 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 12 em 25,00 metros.

14) Lote Urbano nº. 14 (quatorze) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Japão a uma distancia de 157,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Japão em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 30 em 12,00 metros;
LESTE: com os Lotes 15 e 16 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 13 em 25,00 metros.

15) Lote Urbano nº. 15 (quinze) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 331,50 m² (Trezentos e trinta e um metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado par com a Rua Japão com o lado par com a Avenida das Nações, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Japão em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 16 em 25,50 metros;
LESTE: com a Avenida das Nações em 13,00 metros;

OESTE : com parte do Lote 14 em 13,00 metros.

16) Lote Urbano nº. 16 (dezesseis) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 306,00 m² (Trezentos e seis metros quadrados), localizando ao lado par da Avenida das Nações a uma distancia de 13,00 metros da Rua Japão, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 15 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 31 em 25,50 metros;
LESTE: com a Avenida das Nações em 12,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 14 em 12,00 metros.

17) Lote Urbano nº. 17 (dezessete) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 306,00 m² (Trezentos e seis metros quadrados), localizando ao ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 13,00 metros da Rua Polônia, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 02 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 18 em 25,50 metros;
LESTE: com parte do Lote 19 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 12,00 metros.

18) Lote Urbano nº. 18 (dezoito) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 331,50 m² (Trezentos e trinta e um metros e cinquenta centímetros quadrados), localizando na esquina ao lado ímpar da Avenida Brasil com o lado ímpar da Rua Polônia, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 17 em 25,50 metros;
SUL: com a Rua Polônia em 25,50 metros;
LESTE: com parte do Lote 19 em 13,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,00 metros.

19) Lote Urbano nº. 19 (dezenove) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Polônia a uma distancia de 25,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 03 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Polônia em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 20 em 25,00 metros;
OESTE : com os Lotes 17 e 18 em 25,00 metros.

20) Lote Urbano nº. 20 (vinte) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Polônia a uma distancia de 37,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 04 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Polônia em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 21 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 19 em 25,00 metros.

21) Lote Urbano nº. 21 (vinte e um) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Polônia a uma distancia de 49,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 05 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Polônia em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 22 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 20 em 25,00 metros.

22) Lote Urbano nº. 22 (vinte e dois) da Quadra nº. 176 (cento e

setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Polônia a uma distancia de 61,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 06 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Polônia em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 23 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 21 em 25,00 metros.

23) Lote Urbano nº. 23 (vinte e três) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Polônia a uma distancia de 73,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 07 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Polônia em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 24 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 22 em 25,00 metros.

24) Lote Urbano nº. 24 (vinte e quatro) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Polônia a uma distancia de 85,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 08 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Polônia em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 25 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 23 em 25,00 metros.

25) Lote Urbano nº. 25 (vinte e quatro) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Polônia a uma distancia de 97,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 09 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Polônia em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 26 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 24 em 25,00 metros.

26) Lote Urbano nº. 26 (vinte e seis) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Polônia a uma distancia de 109,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 10 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Polônia em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 27 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 25 em 25,00 metros.

27) Lote Urbano nº. 27 (vinte e sete) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Polônia a uma distancia de 121,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 11 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Polônia em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 28 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 26 em 25,00 metros.

28) Lote Urbano nº. 28 (vinte e oito) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Polônia a uma distancia de 133,50 metros da Avenida Brasil, com

as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 12 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Polônia em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 29 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 27 em 25,00 metros.

29) Lote Urbano nº. 29 (vinte e nove) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Polônia a uma distancia de 145,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 13 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Polônia em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 30 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 28 em 25,00 metros.

30) Lote Urbano nº. 30 (trinta) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Rua Polônia a uma distancia de 157,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 14 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Polônia em 12,00 metros;
LESTE: com os Lotes 31 e 32 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 29 em 25,00 metros.

31) Lote Urbano nº. 31 (trinta e um) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 306,00 m² (Trezentos e seis metros quadrados), localizando ao lado par da Avenida das Nações a uma distancia de 13,00 metros da Rua Polônia, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 16 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 32 em 25,50 metros;
LESTE: com a Avenida das Nações em 12,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 30 em 12,00 metros.

32) Lote Urbano nº. 32 (trinta e dois) da Quadra nº. 176 (cento e setenta e seis); sem benfeitorias, com área de 331,50 m² (Trezentos e trinta e um metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado par da Avenida das Nações com o lado ímpar da Rua Polônia a 169,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 31 em 25,50 metros;
SUL: com a Rua Polônia em 25,50 metros;
LESTE: com a Avenida Nações em 13,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 30 em 13,00 metros.

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 331,50 m² (Trezentos e trinta e um metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado ímpar da Avenida Brasil com o lado par da Rua Polônia, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Polônia em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 02 em 25,50 metros;
LESTE: com parte do Lote 03 em 13,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,00 metros.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 306,00 m² (Trezentos e seis metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 13,00 metros da Rua Polônia, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 01 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 17 em 25,50 metros;
LESTE: com parte do Lote 03 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 12,00 metros.

03) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Polônia a uma distancia de 25,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Polônia em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 19 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 04 em 25,00 metros;
OESTE : com os Lotes 01 e 02 em 25,00 metros.

04) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Polônia a uma distancia de 37,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Polônia em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 20 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 05 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 03 em 25,00 metros.

05) Lote Urbano nº. 05 (cinco) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Polônia a uma distancia de 49,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Polônia em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 21 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 06 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 04 em 25,00 metros.

06) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Polônia a uma distancia de 61,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Polônia em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 22 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 07 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 05 em 25,00 metros.

07) Lote Urbano nº. 07 (sete) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Polônia a uma distancia de 73,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Polônia em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 23 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 08 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 06 em 25,00 metros.

08) Lote Urbano nº. 08 (oito) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Polônia a uma distancia de 85,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Polônia em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 24 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 09 em 25,00 metros;

OESTE : com o Lote 07 em 25,00 metros.

09) Lote Urbano nº. 09 (nove) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Polônia a uma distancia de 97,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Polônia em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 25 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 10 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 08 em 25,00 metros.

10) Lote Urbano nº. 10 (dez) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Polônia a uma distancia de 109,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Polônia em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 26 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 11 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 09 em 25,00 metros.

11) Lote Urbano nº. 11 (onze) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Polônia a uma distancia de 121,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Polônia em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 27 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 12 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 10 em 25,00 metros.

12) Lote Urbano nº. 12 (doze) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Polônia a uma distancia de 133,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Polônia em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 28 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 13 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 11 em 25,00 metros.

13) Lote Urbano nº. 13 (treze) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Polônia a uma distancia de 145,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Polônia em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 29 em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 14 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 12 em 25,00 metros.

14) Lote Urbano nº. 14 (quatorze) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizando ao lado par da Rua Polônia a uma distancia de 157,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Polônia em 12,00 metros;
SUL: com o Lote 30 em 12,00 metros;
LESTE: com os Lotes 15 e 16 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 14 em 25,00 metros.

15) Lote Urbano nº. 15 (quinze) da Quadra nº. 177 (cento e

setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 331,50 m² (Trezentos e trinta e um metros quadrados), localizado na esquina ao lado par da Avenida das Nações com o lado par da Rua Polônia a uma distancia de 169,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Polônia em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 16 em 25,50 metros;
LESTE: com a Avenida das Nações em 13,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 13 em 13,00 metros.

16) Lote Urbano nº. 16 (dezesseis) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 306,00 m² (Trezentos e seis metros quadrados), localizando ao lado par da Avenida das Nações a uma distancia de 13,00 metros da Rua Polônia, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 15 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 31 em 25,50 metros;
LESTE: com a Avenida Nações em 12,00 metros;
OESTE : com parte do lote 14 em 12,00 metros.

17) Lote Urbano nº. 17 (dezessete) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 306,00 m² (Trezentos e seis metros quadrados), localizando ao lado ímpar da Avenida Brasil a uma distancia de 13,00 metros da Rua Reino Unido, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 02 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 18 em 25,50 metros;
LESTE: com parte do Lote 19 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 12,00 metros.

18) Lote Urbano nº. 18 (dezoito) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 331,50 m² (Trezentos e trinta e um metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado ímpar da Avenida das Nações com o lado ímpar da Rua Reino Unido, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 17 em 25,50 metros;
SUL: com a Rua Reino Unido em 25,50 metros;
LESTE: com parte do Lote 19 em 13,00 metros;
OESTE : com a Avenida Brasil em 13,00 metros.

19) Lote Urbano nº. 19 (dezenove) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizado ao lado ímpar da Rua Reino Unido a uma distancia de 25,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 03 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Reino Unido em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 20 em 25,00 metros;
OESTE : com os Lotes 17 e 18 em 25,00 metros.

20) Lote Urbano nº. 20 (vinte) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizado ao lado ímpar da Rua Reino Unido a uma distancia de 37,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 04 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Reino Unido em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 21 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 19 em 25,00 metros.

21) Lote Urbano nº. 21 (vinte e um) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizado ao lado ímpar da Rua Reino

Unido a uma distancia de 49,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 05 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Reino Unido em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 22 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 20 em 25,00 metros.

22) Lote Urbano nº. 22 (vinte e dois) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizado ao lado ímpar da Rua Reino Unido a uma distancia de 61,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 06 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Reino Unido em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 23 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 21 em 25,00 metros.

23) Lote Urbano nº. 23 (vinte e três) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizado ao lado ímpar da Rua Reino Unido a uma distancia de 73,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 07 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Reino Unido em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 24 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 22 em 25,00 metros.

24) Lote Urbano nº. 24 (vinte e quatro) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizado ao lado ímpar da Rua Reino Unido a uma distancia de 85,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 08 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Reino Unido em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 25 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 23 em 25,00 metros.

25) Lote Urbano nº. 25 (vinte e cinco) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizado ao lado ímpar da Rua Reino Unido a uma distancia de 97,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 09 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Reino Unido em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 26 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 24 em 25,00 metros.

26) Lote Urbano nº. 26 (vinte e seis) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizado ao lado ímpar da Rua Reino Unido a uma distancia de 109,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 10 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Reino Unido em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 27 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 25 em 25,00 metros.

27) Lote Urbano nº. 27 (vinte e sete) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizado ao lado ímpar da Rua Reino Unido a uma distancia de 121,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 11 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Reino Unido em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 28 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 26 em 25,00 metros.

28) Lote Urbano nº. 28 (vinte e oito) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizado ao lado ímpar da Rua Reino Unido a uma distancia de 133,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 12 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Reino Unido em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 29 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 27 em 25,00 metros.

29) Lote Urbano nº. 29 (vinte e nove) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizado ao lado ímpar da Rua Reino Unido a uma distancia de 145,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 13 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Reino Unido em 12,00 metros;
LESTE: com o Lote 30 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 28 em 25,00 metros.

30) Lote Urbano nº. 30 (trinta) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizado ao lado ímpar da Rua Reino Unido a uma distancia de 157,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 14 em 12,00 metros;
SUL: com a Rua Reino Unido em 12,00 metros;
LESTE: com os Lotes 31 e 32 em 25,00 metros;
OESTE : com o Lote 29 em 25,00 metros.

31) Lote Urbano nº. 31 (trinta e um) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 306,00 m² (Trezentos e seis metros quadrados), localizado ao lado par da Avenida das Nações a uma distancia de 13,00 metros da Rua Reino Unido, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 16 em 25,50 metros;
SUL: com o Lote 32 em 25,50 metros;
LESTE: com a Avenida das Nações em 12,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 30 em 12,00 metros.

32) Lote Urbano nº. 32 (trinta e dois) da Quadra nº. 177 (cento e setenta e sete); sem benfeitorias, com área de 331,50 m² (Trezentos e trinta e um metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado par da Avenida das Nações com o lado ímpar da Rua Reino Unido a uma distancia de 169,50 metros da Avenida Brasil, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 32 em 25,50 metros;
SUL: com a Rua Reino Unido em 25,50 metros;
LESTE: com a Avenida das Nações em 13,00 metros;
OESTE : com parte do Lote 30 em 13,00 metros.

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 178 (cento e setenta e oito); sem benfeitorias, com área de 38.362,11 m² (Trinta e oito mil trezentos e sessenta e dois metros e onze centímetros quadrados), localizado ao lado par da Rua Reino Unido, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Reino Unido em 9,78 metros e com a área institucional em 199,61 metros;

SUL: com parte do Lote 151 em 255,94 metros;
LESTE: com parte do Lote 150 em 194,65 metros e com o Lote 02 - denominada Área Institucional em 57,11 metros;
NOROESTE: com a Rua Reino Unido em 41,89 metros;
OESTE : com parte do Lote 151 em 196,99 metros, 152 em 29,36 metros e com o Lote 02 denominado Área Institucional em 57,11 metros.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 178 (cento e setenta e oito); sem benfeitorias, com área de 11.400,00 m² (onze mil e quatrocentos metros quadrados), localizado ao lado par da Rua Reino Unido a uma distancia de 9,78 metros da divisa do loteamento, com as seguintes confrontações:

NORTE : com Rua Reino Unido em 199,61 metros;
SUL: Sul com parte do Lote 01 em 199,61 metros;
LESTE: com parte do Lote 01 em 57,11 metros;
OESTE : com parte do Lote 01 em 57,11 metros.

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 179 (cento e setenta e nove); sem benfeitorias, com área de 277,97 m² (Duzentos e setenta e seta metros e noventa e sete centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado ímpar da Avenida das Nações com o Lado par da Rua Alemanha, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Alemanha em 19,67 metros;
SUL: com o Lote 02 em 20,95 metros;
LESTE: com parte do Lote 157 em 15,33 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,00 metros.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 179 (cento e setenta e nove); sem benfeitorias, com área de 296,90 m² (Duzentos e noventa e seis metros e noventa centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 37,50 metros da Rua Canadá, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 01 em 20,95 metros;
SUL: com o Lote 03 em 22,23 metros;
LESTE: com parte do Lote 157 em 12,57 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,50 metros.

03) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 179 (cento e setenta e nove); sem benfeitorias, com área de 285,94 m² (Duzentos e oitenta e cinco metros e noventa e quatro centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 25,00 metros da Rua Canadá, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 02 em 22,23 metros;
SUL: com o Lote 04 em 23,52 metros;
LESTE: com parte do Lote 157 em 12,57 metros;
OESTE : com a Avenida das Nações em 12,50 metros.

04) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 179 (cento e setenta e nove); sem benfeitorias, com área de 301,98 m² (Trezentos e um metros e noventa e oito centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 12,50 metros da Rua Canadá, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 03 em 23,52 metros;
SUL: com o Lote 05 em 24,80 metros;
LESTE: com parte do Lote 157 em 12,57 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,50 metros.

05) Lote Urbano nº. 05 (cinco) da Quadra nº. 179 (cento e setenta e nove); sem benfeitorias, com área de 318,02 m² (Trezentos e dezoito metros e dois centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado ímpar da Avenida das Nações com o lado ímpar da Rua Canadá, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 04 em 24,80 metros;
SUL: com a Rua Canadá em 26,08 metros;
LESTE: com parte do Lote 157 em 12,57 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,50 metros.

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 180 (cento e oitenta); sem benfeitorias, com área de 349,46 m² (Trezentos e quarenta e nove metros e quarenta e seis centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado ímpar da Avenida das Nações com o lado par da Rua Canadá, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Canadá em 27,32 metros;
SUL: com o Lote 02 em 28,60 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 12,57 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,50 metros.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 180 (cento e oitenta); sem benfeitorias, com área de 359,56 m² (Trezentos e cinquenta e nove metros e cinquenta e seis centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 211,00 metros da Rua França, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 01 em 28,60 metros;
SUL: com o Lote 03 em 28,70 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 10,04 metros;
NORDESTE: com parte do Lote 154 em 2,47 metros
OESTE : com a Avenida Nações em 12,50 metros.

03) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 180 (cento e oitenta); sem benfeitorias, com área de 357,56 m² (Trezentos e cinquenta e sete metros e cinquenta e seis centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 198,50 metros da Rua França, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 02 em 28,70 metros;
SUL: com o Lote 04 em 28,51 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 12,50 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,50 metros.

04) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 180 (cento e oitenta); sem benfeitorias, com área de 355,20 m² (Trezentos e cinquenta e cinco metros e vinte centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 186,00 metros da Rua França, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 03 em 28,51 metros;
SUL: com o Lote 10 denominado Área Verde em 28,32 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 12,50 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,50 metros.

05) Lote Urbano nº. 05 (cinco) da Quadra nº. 180 (cento e oitenta); sem benfeitorias, com área de 313,47 m² (Trezentos e treze metros e quarenta e sete centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 50,00 metros da Rua França, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 10 denominado Área Verde em 26,24 metros;
SUL: com o Lote 06 em 26,01 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,50 metros.

06) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 180 (cento e oitenta); sem benfeitorias, com área de 323,63 m² (Trezentos e vinte e três metros e sessenta e três centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 37,50 metros da Rua França, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 05 em 26,01 metros;
SUL: com o Lote 07 em 25,77 metros;

LESTE: com parte do Lote 154 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,50 metros.

07) Lote Urbano nº. 07 (sete) da Quadra nº. 180 (cento e oitenta); sem benfeitorias, com área de 321,09 m² (Trezentos e vinte um metros e nove centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 25,00 metros da Rua França, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 06 em 25,77 metros;
SUL: com o Lote 08 em 25,66 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 12,50 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,50 metros.

08) Lote Urbano nº. 08 (oito) da Quadra nº. 180 (cento e oitenta); sem benfeitorias, com área de 320,53 m² (Trezentos e vinte metros e cinquenta e três quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 12,50 metros da Rua França, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 07 em 25,66 metros;
SUL: com o Lote 09 em 25,63 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 12,50 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,50 metros.

09) Lote Urbano nº. 09 (nove) da Quadra nº. 180 (cento e oitenta); sem benfeitorias, com área de 320,20 m² (Trezentos e vinte metros e vinte centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado ímpar da Avenida das Nações com o lado ímpar da Rua França, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 08 em 25,63 metros;
SUL: com a Rua França em 25,60 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 12,50 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,50 metros.

10) Lote Urbano nº. 10 (dez) da Quadra nº. 180 (cento e oitenta), denominado Área Verde; sem benfeitorias, com área de 3.382,64 m² (Três mil trezentos e oitenta e dois metros e sessenta e quatro centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 62,00 metros da Rua França, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 04 em 28,32 metros;
SUL: com o Lote 05 em 26,24 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 124,02 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 124,00 metros.

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 181 (cento e oitenta e um); sem benfeitorias, com área de 319,12 m² (Trezentos e dezanove metros e doze centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado ímpar com a Avenida das Nações com o lado par da Rua França, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua França em 25,53 metros;
SUL: com o Lote 02 em 25,53 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 12,50 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,50 metros.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 181 (cento e oitenta e um); sem benfeitorias, com área de 255,30 m² (Duzentos e cinquenta e cinco metros e trinta centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 22,50 metros da Rua Índia, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 01 em 25,53 metros;
SUL: com o Lote 03 em 25,53 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 10,00 metros;
OESTE : com a Avenida das Nações em 10,00 metros.

03) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 181 (cento e oitenta e um); sem benfeitorias, com área de 255,30 m² (Duzentos e cinquenta e cinco metros e trinta centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 12,50 metros da Rua Índia, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 02 em 25,53 metros;
SUL: com o Lote 04 em 25,51 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 10,00 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 10,00 metros.

04) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 181 (cento e oitenta e um); sem benfeitorias, com área de 318,72 m² (Trezentos e dezoito metros e setenta e dois centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado ímpar da Avenida das Nações com o lado ímpar da Rua Índia, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 03 em 25,51 metros;
SUL: com a Rua Itália em 25,37 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 12,50 metros;
OESTE : com a Avenida das Nações em 12,50 metros.

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 182 (cento e oitenta e dois); sem benfeitorias, com área de 318,08 m² (Trezentos e dezoito metros e oito centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado ímpar da Avenida das Nações com o lado par da Rua Índia, com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Índia em 25,46 metros;
SUL: com o Lote 02 em 25,43 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 12,50 metros;
OESTE : com a Avenida das Nações em 12,50 metros.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 182 (cento e oitenta e dois); sem benfeitorias, com área de 254,23 m² (Duzentos e cinquenta e quatro metros e vinte e três centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 22,50 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 01 em 25,43 metros;
SUL: com o Lote 03 em 25,41 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 10,00 metros;
OESTE : com a Avenida das Nações em 10,00 metros.

03) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 182 (cento e oitenta e dois); sem benfeitorias, com área de 254,02 m² (Duzentos e cinquenta e quatro metros e dois centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 12,50 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 02 em 25,41 metros;
SUL: com o Lote 04 em 25,39 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 10,00 metros;
OESTE : com a Avenida das Nações em 10,00 metros.

04) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 182 (cento e oitenta e dois); sem benfeitorias, com área de 317,23 m² (Trezentos e dezessete metros e vinte e três centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado ímpar da Avenida das Nações com o lado ímpar da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 03 em 25,39 metros;
SUL: com o Lote 03 em 25,39 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 12,50 metros;
OESTE : com a Avenida das Nações em 12,50 metros.

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 183 (cento e oitenta e dois); sem benfeitorias, com área de 341,91 m² (Trezentos e quarenta e um metros e noventa e um centímetros quadrados),

localizado na esquina ao lado ímpar da Avenida das Nações com o lado par da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com Rua Itália em 25,34 metros;
SUL: com o Lote 02 em 25,31 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 13,50 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 13,50 metros.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 183 (cento e oitenta e dois); sem benfeitorias, com área de 303,60 m² (Trezentos e três metros e sessenta centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 13,50 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 01 em 25,31 metros;
SUL: com o Lote 03 em 25,56 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,00 metros.

03) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 183 (cento e oitenta e dois); sem benfeitorias, com área de 303,30 m² (Trezentos e três metros e trinta centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 25,50 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 02 em 25,56 metros;
SUL: com o Lote 04 em 25,26 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,00 metros.

04) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 183 (cento e oitenta e dois); sem benfeitorias, com área de 303,00 m² (Trezentos e três metros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 37,50 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 03 em 25,26 metros;
SUL: com o Lote 03 em 25,26 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,00 metros.

05) Lote Urbano nº. 05 (cinco) da Quadra nº. 183 (cento e oitenta e dois); sem benfeitorias, com área de 302,70 m² (Trezentos e dois metros e setenta centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 49,50 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 04 em 25,24 metros;
SUL: com o Lote 06 em 25,21 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,00 metros.

06) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 183 (cento e oitenta e dois); sem benfeitorias, com área de 302,40 m² (Trezentos e dois metros e quarenta centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 61,50 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 05 em 25,21 metros;
SUL: com o Lote 07 em 25,19 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,00 metros.

07) Lote Urbano nº. 07 (sete) da Quadra nº. 183 (cento e oitenta e dois); sem benfeitorias, com área de 302,10 m² (Trezentos e dois metros e dez centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 73,50 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 06 em 25,21 metros;
SUL: com o Lote 21 denominado Área Verde em 25,16 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,00 metros.

08) Lote Urbano nº. 08 (oito) da Quadra nº. 183 (cento e oitenta e dois); sem benfeitorias, com área de 299,48 m² (Duzentos e noventa e nove metros e quarenta e oito centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 162,94 metros da Rua Reino Unido, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 23 denominado Área Verde em 24,97 metros;
SUL: com o Lote 09 em 24,95 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,00 metros.

09) Lote Urbano nº. 09 (nove) da Quadra nº. 183 (cento e oitenta e dois); sem benfeitorias, com área de 299,18 m² (Duzentos e noventa e nove metros e dezoito centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 150,94 metros da Rua Reino Unido, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 08 em 24,95 metros;
SUL: com o Lote 10 em 24,92 metros;
LESTE: com o Lote 10 em 24,92 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,00 metros.

10) Lote Urbano nº. 10 (dez) da Quadra nº. 183 (cento e oitenta e dois); sem benfeitorias, com área de 298,88 m² (Duzentos e noventa e oito metros e oitenta e oito centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 138,94 metros da Rua Reino Unido, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 09 em 24,92 metros;
SUL: com o Lote 11 em 24,90 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,00 metros.

11) Lote Urbano nº. 11 (onze) da Quadra nº. 183 (cento e oitenta e dois); sem benfeitorias, com área de 298,58 m² (Duzentos e noventa e oito metros e cinquenta e oito centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 126,94 metros da Rua Reino Unido, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 10 em 24,90 metros;
SUL: com o Lote 12 em 24,87 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,00 metros.

12) Lote Urbano nº. 12 (doze) da Quadra nº. 183 (cento e oitenta e dois); sem benfeitorias, com área de 298,28 m² (Duzentos e noventa e oito metros e vinte e oito centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 114,94 metros da Rua Reino Unido, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 11 em 24,87 metros;
SUL: com o Lote 13 em 24,85 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,00 metros.

13) Lote Urbano nº. 13 (treze) da Quadra nº. 183 (cento e oitenta e dois); sem benfeitorias, com área de 297,98 m² (Duzentos e noventa e sete metros e noventa e oito centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 102,94 metros da Rua Reino Unido, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 12 em 24,85 metros;
SUL: com o Lote 12 em 24,85 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,00 metros.

14) Lote Urbano nº. 14 (quatorze) da Quadra nº. 183 (cento e oitenta e dois); sem benfeitorias, com área de 298,47 m² (Duzentos e noventa e oito metros e quarenta e sete centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 90,94 metros da Rua Reino Unido, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 13 em 24,82 metros;
SUL: com o Lote 15 em 24,94 metros;
LESTE: com parte do Lote 150 e 154 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,00 metros.

15) Lote Urbano nº. 15 (quinze) da Quadra nº. 183 (cento e oitenta e dois); sem benfeitorias, com área de 300,04 m² (Trezentos metros e quatro centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 78,94 metros da Rua Reino Unido, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 14 em 24,94 metros;
SUL: com o Lote 16 em 25,07 metros;
LESTE: com parte do Lote 150 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,00 metros.

16) Lote Urbano nº. 16 (dezesseis) da Quadra nº. 183 (cento e oitenta e dois); sem benfeitorias, com área de 301,62 m² (Trezentos e um metros e sessenta e dois centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 66,94 metros da Rua Reino Unido, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 15 em 25,07 metros;
SUL: com o Lote 17 em 25,20 metros;
LESTE: com parte do Lote 150 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,00 metros.

17) Lote Urbano nº. 17 (dezessete) da Quadra nº. 183 (cento e oitenta e dois); sem benfeitorias, com área de 303,21 m² (Trezentos e três metros e vinte e um centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 54,94 metros da Rua Reino Unido, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 16 em 25,20 metros;
SUL: com o Lote 18 em 25,33 metros;
LESTE: com parte do Lote 150 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,00 metros.

18) Lote Urbano nº. 18 (dezoito) da Quadra nº. 183 (cento e oitenta e dois); sem benfeitorias, com área de 304,79 m² (Trezentos e quatro metros e setenta e nove centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 42,94 metros da Rua Reino Unido, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 17 em 25,33 metros;
SUL: com o Lote 19 em 25,47 metros;
LESTE: com parte do Lote 150 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,00 metros.

19) Lote Urbano nº. 19 (dezenove) da Quadra nº. 183 (cento e oitenta e dois); sem benfeitorias, com área de 306,37 m² (Trezentos e seis metros e trinta e sete centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 30,94 metros da Rua Reino Unido, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 18 em 25,47 metros;
SUL: com o Lote 20 em 25,60 metros;

LESTE: com parte do Lote 150 em 12,00 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 12,00 metros.

20) Lote Urbano nº. 20 (vinte) da Quadra nº. 183 (cento e oitenta e dois); sem benfeitorias, com área de 565,96 m² (Quinhentos e sessenta e cinco metros e noventa e seis centímetros quadrados), localizado na esquina ao lado ímpar da Avenida das Nações com o lado ímpar da Rua Reino Unido, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 19 em 25,60 metros;
SUL: com a Rua Reino Unido em 31,32 metros;
LESTE: com parte do Lote 150 em 13,11 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 30,94 metros.

21) Lote Urbano nº. 21 (vinte e um) da Quadra nº. 183 (cento e oitenta e dois), denominado Área Verde; sem benfeitorias, com área de 606,80 m² (seiscentos e seis metros e oitenta centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 85,50 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 07 em 25,16 metros;
SUL: com o Lote 22 denominado APP em 11,66, 11,75 e 2,23 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 23,57 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 22,52 metros.

22) Lote Urbano nº. 22 (vinte e dois) da Quadra nº. 183 (cento e oitenta e dois), denominado APP; sem benfeitorias, com área de 1.525,32 m² (Um mil quinhentos e vinte e cinco metros e trinta e dois centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 108,02 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 21 denominado Área Verde em 11,66, 11,75 e 2,23 metros;
SUL: com o Lote 23 denominado Área Verde em 13,03 e 12,11 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 60,54 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 61,86 metros.

23) Lote Urbano nº. 23 (vinte e três) da Quadra nº. 183 (cento e oitenta e dois), denominado APP; sem benfeitorias, com área de 192,22 m² (cento e noventa e dois metros e vinte e dois centímetros quadrados), localizado ao lado ímpar da Avenida das Nações a uma distancia de 169,88 metros da Rua Itália, com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote 22 denominado APP em 13,03 e 12,11 metros;
SUL: com o Lote 08 em 24,97 metros;
LESTE: com parte do Lote 154 em 8,80 metros;
OESTE : com a Avenida Nações em 8,35 metros.

Art. 3.º - As ruas serão com área total de 38.393,72 m² (Trinta e oito mil trezentos e noventa e três metros e setenta e dois centímetros quadrados), distribuídas em 11 (onze) vias publicas.

1 - RUA CANADÁ – trecho 01 com dimensão de 9,00 metros de largura e 198,00 de comprimento e área de 1.782,00 m² (Um mil setecentos e oitenta e dois metros quadrados). Trecho 02 com dimensão de 9,00 metros de largura e 28,20 de comprimento e área de 253,80 m² (Duzentos e cinquenta e três metros e oitenta centímetros quadrados). Totalizando 2.035,80m² (Dois mil e trinta e cinco metros e oitenta centímetros quadrados). Confrontando - se ao Norte com as Quadras 168 e 179 e parte da Avenida Nações, ao Sul com as Quadras 169 e 180 e parte da Avenida Nações, ao Leste com parte do Lote 157 e a Oeste com parte da Rua'J'.

2 - RUA CHINA – com dimensão de 9,00 metros de largura e

195,00 de comprimento e área de 1.755,00m² (Um mil setecentos e cinquenta e cinco metros quadrados). Confrontando - se ao Norte com a quadra 169, ao Sul com a Quadra 170, ao Leste com parte da Avenida Nações e ao Oeste com parte da Avenida Brasil.

3 - RUA ESPANHA – com dimensão de 9,00 metros de largura e 195,00 de comprimento e área de 1.755,00m² (Um mil setecentos e cinquenta e cinco metros quadrados). Confrontando - se ao Norte com a quadra 170, ao Sul com a Quadra 171, ao Leste com parte da Avenida Nações e ao Oeste com parte da Avenida Brasil.

4 - RUA ESTADOS UNIDOS – com dimensão de 9,00 metros de largura e 195,00 de comprimento e área de 1.755,00m² (Um mil setecentos e cinquenta e cinco metros quadrados). Confrontando - se ao Norte com a quadra 171, ao Sul com a Quadra 172, ao Leste com parte da Avenida Nações e ao Oeste com parte da Avenida Brasil.

5 - RUA FRANÇA – trecho 01 com dimensão de 9,00 metros de largura e 198,00 de comprimento e área de 1.782,00 m² (Um mil setecentos e oitenta e dois metros quadrados). Trecho 02 com dimensão de 9,00 metros de largura e 27,09 de comprimento e área de 243,81 m² (Duzentos e quarenta e três metros e oitenta e um centímetros quadrados). Totalizando 2.025,81m² (Dois mil e vinte e cinco metros e oitenta e um centímetros quadrados). Confrontando - se ao Norte com as Quadras 172 e 180 e com parte da Avenida Nações, ao Sul com as Quadras 173 e 181 e parte da Avenida Nações, ao Leste com parte do Lote 157 e a Oeste com parte da Rua'J'.

6 - RUA ÍNDIA – trecho 01 com dimensão de 9,00 metros de largura e 198,00 de comprimento e área de 1.782,00 m² (Um mil setecentos e oitenta e dois metros quadrados). Trecho 02 com dimensão de 9,00 metros de largura e 27,97 de comprimento e área de 251,73 m² (Duzentos e cinquenta e um metros e setenta e três centímetros quadrados). Totalizando 2.033,73m² (Dois mil e trinta e três metros e setenta e três centímetros quadrados). Confrontando - se ao Norte com as Quadras 173 e 181 e com parte da Avenida Nações, ao Sul com as Quadras 174 e 182 e parte da Avenida Nações, ao Leste com parte do Lote 157 e a Oeste com parte da Rua'J'.

7 - RUA ITÁLIA – trecho 01 com dimensão de 9,00 metros de largura e 198,00 de comprimento e área de 1.782,00 m² (Um mil setecentos e oitenta e dois metros quadrados). Trecho 02 com dimensão de 9,00 metros de largura e 26,85 de comprimento e área de 241,65 m² (Duzentos e quarenta e um metros e sessenta e cinco centímetros quadrados). Totalizando 2.023,65 m² (Dois mil e vinte e três metros e sessenta e cinco centímetros quadrados). Confrontando - se ao Norte com as Quadras 174 e 182 e com parte da Avenida Nações, ao Sul com as Quadras 175 e 183 e parte da Avenida Nações, ao Leste com parte do Lote 157 e a Oeste com parte da Rua'J'.

8 - RUA JAPÃO – com dimensão de 9,00 metros de largura e 195,00 de comprimento e área de 1.755,00m² (Um mil setecentos e cinquenta e cinco metros quadrados). Confrontando - se ao Norte com a quadra 175, ao Sul com a Quadra 176, ao Leste com parte da Avenida Nações e ao Oeste com parte da Avenida Brasil.

9 - RUA POLÔNIA – com dimensão de 9,00 metros de largura e 195,00 de comprimento e área de 1.755,00m² (Um mil setecentos e cinquenta e cinco metros quadrados). Confrontando - se ao Norte com a quadra 176, ao Sul com a Quadra 177, ao Leste com parte da Avenida Nações e ao Oeste com parte da Avenida Brasil.

10 – AVENIDA BRASIL – com dimensão de 7,50 metros de largura e 764,03 de comprimento e área de 5.730,22m² (Cinco mil seiscentos e trinta metros e vinte e dois centímetros quadrados).

Confrontando - se ao Norte com a Rua Reino Unido, ao Sul com a Rua Reino Unido, ao Leste com as Quadras 169 ao 178 e com parte das Ruas 'A' ao 'I' e ao Oeste com o Lote 213 e parte do Lote 152.

11 – AVENIDA DAS NAÇÕES – com dimensão de 10,00 metros de largura e 796,96 de comprimento e área de 7.969,60m² (Sete mil novecentos e quarenta e nove metros e cinquenta centímetros quadrados). Confrontando - se ao Norte com a Rua Reino Unido, ao Sul com a Rua Reino Unido, ao Leste com as Quadras 179 ao 183 e com parte das Ruas 'A', 'E', 'F' e 'G' e ao Oeste com as Quadras 168 ao 177 e com partes das Ruas 'A' ao 'I'.

- Calçada localizada na quadra 168 confrontando-se com a Rua Canadá. Com 198,00 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 297,00m² (Duzentos e noventa e sete metros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 169 confrontando-se com a Rua Canadá. Com 198,00 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 297,00m² (Duzentos e noventa e sete metros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 179 confrontando-se com a Rua Canadá. Com 27,66 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 41,49m² (Quarenta e um metros e quarenta e nove centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 180 confrontando-se com a Rua Canadá. Com 28,75 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 43,12m² (Quarenta e três metros e doze centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 169 confrontando-se com a Rua China. Com 198,00 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 297,00m² (Duzentos e noventa e sete metros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 170 confrontando-se com a Rua Canadá. Com 198,00 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 297,00m² (Duzentos e noventa e sete metros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 170 confrontando-se com a Rua Espanha. Com 198,00 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 297,00m² (Duzentos e noventa e sete metros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 171 confrontando-se com a Rua Espanha. Com 198,00 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 297,00m² (Duzentos e noventa e sete metros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 171 confrontando-se com a Rua Estados Unidos. Com 198,00 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 297,00m² (Duzentos e noventa e sete metros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 172 confrontando-se com a Rua Estados Unidos. Com 198,00 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 297,00m² (Duzentos e noventa e sete metros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 172 confrontando-se com a Rua França. Com 198,00 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 297,00m² (Duzentos e noventa e sete metros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 173 confrontando-se com a Rua França. Com 198,00 metros de comprimento e 1,50 metros de

largura, totalizando 297,00m² (Duzentos e noventa e sete metros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 180 confrontando-se com a Rua França. Com 27,10 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 40,65m² (Quarenta metros e sessenta e cinco centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 181 confrontando-se com a Rua França. Com 27,08 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 40,62m² (Quarenta metros e sessenta e dois centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 173 confrontando-se com a Rua Índia. Com 198,00 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 297,00m² (Duzentos e noventa e sete metros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 174 confrontando-se com a Rua Índia. Com 198,00 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 297,00m² (Duzentos e noventa e sete metros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 181 confrontando-se com a Rua Índia. Com 26,98 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 40,47m² (Quarenta metros e quarenta e sete centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 182 confrontando-se com a Rua Índia. Com 26,96 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 40,44m² (Quarenta metros e quarenta e quatro centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 174 confrontando-se com a Rua Itália. Com 198,00 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 297,00m² (Duzentos e noventa e sete metros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 175 confrontando-se com a Rua Itália. Com 198,00 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 297,00m² (Duzentos e noventa e sete metros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 182 confrontando-se com a Rua Itália. Com 26,86 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 40,29m² (Quarenta metros e vinte e nove centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 183 confrontando-se com a Rua Itália. Com 26,84 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 40,26m² (Quarenta metros e vinte e seis centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 175 confrontando-se com a Rua Japão. Com 198,00 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 297,00m² (Duzentos e noventa e sete metros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 176 confrontando-se com a Rua Japão. Com 198,00 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 297,00m² (Duzentos e noventa e sete metros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 176 confrontando-se com a Rua Polônia. Com 198,00 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 297,00m² (Duzentos e noventa e sete metros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 177 confrontando-se com a Rua

Polônia. Com 198,00 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 297,00m² (Duzentos e noventa e sete metros quadrados).

- Calçada localizada nas quadras 168 ao 177 confrontando-se com a Avenida Brasil. Com 712,96 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 979,44m² (Novecentos e setenta e nove metros e quarenta e quatro centímetros quadrados).

- Calçada localizada nas quadras 168 ao 177 confrontando-se com a Avenida Nações. Com 688,18 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 1.032,27m² (Um mil e trinta e dois metros e vinte e sete centímetros quadrados).

- Calçada localizada nas quadras 179 ao 183 confrontando-se com a Avenida Nações. Com 743,56 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 1.115,34m² (Um mil e cento e quinze metros e trinta e quatro centímetros quadrados).

- Calçada localizada nas quadras 177 confrontando-se com a Rua Reino Unido. Com 198,00 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 297,00m² (Duzentos e noventa e sete metros quadrados).

- Calçada localizada nas quadras 183 confrontando-se com a Rua Reino Unido. Com 33,17 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 49,75m² (Quarenta e nove metros e setenta e cinco centímetros quadrados).

- Calçada localizada nas quadras 168 confrontando-se com a Rua Reino Unido. Com 201,11 metros de comprimento e 2,20 metros de largura, totalizando 442,44m² (Quatrocentos e quarenta e dois metros e quarenta e quatro centímetros quadrados).

- Calçada localizada nas quadras 179 confrontando-se com a Rua Reino Unido. Com 21,19 metros de comprimento e 2,20 metros de largura, totalizando 46,61m² (Quarenta e seis metros e sessenta e um centímetros quadrados).

Art. 4.º - A área verde será com área total de 31.725,23m² (trinta e um mil setecentos e vinte e cinco metros com vinte e três centímetros) internamente as Quadras nº 175, 180 e 183.

Parágrafo único. Nos locais onde forem permitidas, as áreas verdes serão humanizadas com bosques, trilhas ecológicas e outros, nos locais onde não for permitido será mantida, na íntegra, a vegetação original.

Art. 5.º - O memorial descritivo das obras será composto conforme discriminação abaixo:

PAVIMENTAÇÃO: a pavimentação será em asfalto com a seguinte estrutura: revestimento, base (brita graduada) sub – base (pedra rachão) e subleito (material existente).

REDE ELÉTRICA: projeto elétrico aprovado com fiação aérea luz e postes estilizados de acordo com o projeto sendo que a fiação do poste até os lotes será por conta dos compradores.

REDE DE ÁGUA: a rede de abastecimento de água se dará a partir da extensão da rede pública existente. As ligações para os diferentes lotes deverão ser individuais para que se possa efetuar a cobrança diferenciada para cada estabelecimento.

REDE DE ESGOTO: os esgotos sanitários serão coletados pela rede interna ao empreendimento, conduzidos à cota mais baixa, concentrando-se em uma estação elevatória e bombeada através de emissário por recalque que será implantado e direcionado os

esgotos ao PV existente apontado pela CASAN, de acordo com a resposta obtida através da consulta de viabilidade.

REDE DE DRENAGEM PLUVIAL: os serviços e obras deverão obedecer às plantas, desenhos e detalhes contidos no projeto de drenagem pluvial e aos demais elementos que o responsável técnico pelo projeto ou pela execução venha a fornecer.

Art. 6.º - A localização do referido loteamento fica na Zona de Expansão Urbana – Município de Dionísio Cerqueira – SC, com área exclusivamente residencial com as seguintes quadras:

Quadra 168 com área de 8.355,95 m², contendo os lotes nº 01 até nº 23. Sendo os lotes 01,02,03,04,05,06,07,08,15,16,17,18,19,20, 21,22 e 23 destinados a edificações comerciais e residenciais.

Quadra 169 com área de 9.750,00 m², contendo os lotes nº 01 até nº 32. Sendo os lotes 01,02,15,16,17,18,31 e 32 destinados a edificações comerciais e residenciais.

Quadra 170 com área de 9.570,00 m², contendo os lotes nº 01 até nº 32. Sendo os lotes 01,02,15,16,17,18,31 e 32 destinados a edificações comerciais e residenciais.

Quadra 171 com área de 9.570,00 m², contendo os lotes nº 01 até nº 32. Sendo os lotes 01,02,15,16,17,18,31 e 32 destinados a edificações comerciais e residenciais.

Quadra 172 com área de 9.750,00 m², contendo os lotes nº 1 até nº 32. Sendo os lotes 01,02,15,16,17,18,31 e 32 destinados a edificações comerciais e residenciais.

Quadra 173 com área de 8.775,00 m², contendo os lotes nº 01 até nº 32. Sendo os lotes 01,02,15,16,17,18,31 e 32 destinados a edificações comerciais e residenciais.

Quadra 174 com área de 8.775,00 m², contendo os lotes nº 01 até nº 32. Sendo os lotes 01,02,15,16,17,18,31 e 32 destinados a edificações comerciais e residenciais.

Quadra 175 com área de 46.454,85 m², contendo os lotes nº 01 até nº 41. (Sendo 18.911,28 m², área de lotes vendáveis e área verde 27.543,57m²). Sendo todos os lotes destinados somente a edificações residenciais.

Quadra 176 com área de 9.750,00 m², contendo os lotes nº 01 até nº 32. Sendo os lotes 01,02,15,16,17,18,31 e 32 destinados a edificações comerciais e residenciais.

Quadra 177 com área de 9.750,00 m², contendo os lotes nº 01 até nº 32. Sendo os lotes 01,02,15,16,17,18,31 e 32 destinados a edificações comerciais e residenciais.

Quadra 178 com área de 49.661,65 m², contendo os lotes nº 01 até nº 02. (Sendo 38.281,75m², área de lotes vendáveis e área institucional 10.379,90m²).

Quadra 179 com área de 1.480,81 m², contendo os lotes nº 01 até nº 05. Sendo todos os lotes destinados a edificações comerciais e residenciais.

Quadra 180 com área de 6.403,34 m², contendo os lotes nº 01 até nº 10. (Sendo 3.020,70m², área de lotes vendáveis e área verde 3.382,64m²). Sendo todos os lotes, exceto área verde, destinados a edificações comerciais e residenciais.

Quadra 181 com área de 1.148,90 m², contendo os lotes nº 01 até nº 04. Sendo todos os lotes destinados a edificações comerciais e residenciais.

Quadra 182 com área de 1.143,56 m², contendo os lotes nº 01 até nº 04. Sendo todos os lotes destinados a edificações comerciais e residenciais.

Quadra 183 com área de 8.656,17 m², contendo os lotes nº 01 até nº 23. (Sendo 6.331,83m², área de lotes vendáveis e área verde e app 2.324,34m²). Sendo todos os lotes, exceto área verde e app, destinados a edificações comerciais e residenciais.

Art. 7.º - Os Lotes Urbanos nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32, da Quadra nº. 177; ficarão em garantia até a conclusão das obras de infra-estrutura do Loteamento que se encontram em andamento, as quais são: obras de escoamento de águas pluviais, rede coletora de esgoto, pavimentação asfáltica, instalação de rede de energia elétrica, iluminação pública e a instalação de rede de água potável.

Art. 8.º - As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 9.º - É parte integrante deste Decreto o conjunto de plantas composto pela: planta baixa dos lotes; planta planialtimétrica e perfil das ruas; memorial descritivo; matrícula do imóvel nº 6.212; planta baixa com as curvas de nível; ART.

Art. 10.º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 11.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário e o Decreto 5.525/2016 de 29/03/2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 14/04/2016.

JAIR BARBOSA
Secretário Municipal

DECRETO Nº 5533

DECRETO Nº. 5533/2016.

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 15.031.80 (QUINZE MIL, TRINTA E UM REAIS E OITENTA CENTAVOS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, com Lei Municipal nº 4483/2016, Lei Federal nº. 4.320/64 e a Norma Constitucional vigente,

DECRETA:
TÍTULO I

CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.454, de 16 de dezembro de 2015 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 15.031.80 (quinze mil, trinta e um reais e oitenta centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com a aquisição de mobiliário em geral para o Abrigo Beija-Flor com sede neste Ente Federado, recursos advindos de doação de Pessoas Físicas com destinação exclusiva conforme prescrito em documento.

CAPÍTULO II DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.455, de 16 de dezembro de 2015 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 15.031.80 (quinze mil, trinta e um reais e oitenta centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com a aquisição de mobiliário em geral para o Abrigo Beija-Flor com sede neste Ente Federado, recursos advindos de doação de Pessoas Físicas com destinação exclusiva conforme prescrito em documento.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.456, de 16 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 15.031.80 (quinze mil, trinta e um reais e oitenta centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com a aquisição de mobiliário em geral para o Abrigo Beija-Flor com sede neste Ente Federado, recursos advindos de doação de Pessoas Físicas com destinação exclusiva conforme prescrito em documento.

CAPÍTULO IV DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 15.031.80 (quinze mil, trinta e um reais e oitenta centavos), em conformidade com o disposto abaixo especificado:
09 – FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA
01 - FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA
08.243.0021.1.017 – Aquisição de mobiliário em geral para o Abrigo Beija-Flor.
4.4.90.00.00.00.00.00.3362 – Aplicações Diretas R\$ 15.031.80

Art. 5º Para a cobertura do crédito autorizado neste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do excesso de arrecadação dos recursos provenientes da doação recebida de Pessoas Físicas, com finalidade exclusiva e transcrita em documento próprio, na importância de R\$ 15.031,80 (quinze mil, trinta e um reais e oitenta centavos), em consonância com os prescritos na Lei Federal 4.320/64, art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, bem como as demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 11 DE ABRIL DE 2016.
ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA
Secretário Municipal

DECRETO Nº 5534

DECRETO Nº. 5534/2016.

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 210.000,00 (DUZENTOS E DEZ MIL REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, com Lei Municipal nº 4487/2016, Lei Federal nº. 4.320/64 e a Norma Constitucional vigente,

DECRETA:
TÍTULO I

CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.454, de 16 de dezembro de 2015 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais), objetivando a incrementar dotações orçamentárias que se evidenciaram nas suas execuções durante o exercício financeiro corrente.

CAPÍTULO II DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.455, de 16 de dezembro de 2015 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais), objetivando a incrementar dotações orçamentárias que se evidenciaram nas suas execuções durante o exercício financeiro.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.456, de 16 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais), objetivando a incrementar dotações orçamentárias que se evidenciaram nas suas execuções durante o exercício financeiro.

CAPÍTULO IV DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

08 – SECRETARIA MUNIC. DE INFRAESTRUTURA E OBRAS
01 – ADMINISTRAÇÃO
26.782.0021.2.034 – Adm.geral dos bens e serviços da Secret.Munic.de Infraestr.
107 – 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS E DESENV. URBANO
02 – SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO

15.452.0323.2.033 - Adm. geral dos bens e serv. da Secret. Munic. de Serv. e Desenvolvimento Urbano
115 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 110.000,00
TOTAL R\$ 210.000,00

Art. 5º Para o atendimento do crédito ora permitido neste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução das dotações abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária em execução.

01 - PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.1.001 - Aquisição de imóveis, constr. Ampl. e equipto. e mtl.perm.

para o Poder Legislativo.

1 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

03 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 - ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0021.1.011 - Aquisição de equipto.mtl.perm. para os serv. da Secret. de

Administração e Finanças

11 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

04 - SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 - ADMINISTRAÇÃO E EDUCAÇÃO

12.122.0021.1.002 - Aquisição de equipto.mtl.perm. para os serv. da Secret. de

Educação

32 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 210.000,00

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 11 DE ABRIL DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA

Secretário Municipal

DECRETO Nº 5535

DECRETO Nº. 5535/2016.

ALTERA A CONTRIBUIÇÃO DO MUNICÍPIO AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, com Lei Municipal nº 4485/2016, e a Norma Constitucional vigente,

CONSIDERANDO, os dados do último censo demográfico 2010 onde a população de Dionísio Cerqueira é de 14.811 (quatorze mil oitocentos e onze) habitantes;

CONSIDERANDO, que a Lei Municipal nº 4.485/2016 alterou o valor do repasse por habitante;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a repactuação dos contratos de rateio nº 09/2016 e 10/2016 do Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de SC - CIS/AMEOSC, para o repasse mensal de R\$ 4.887,63 (Quatro Mil Oitocentos e Oitenta e Sete Reais e Sessenta e Três Centavos), sendo os novos vigentes a partir de 01 de abril de 2016, sendo que as despesas correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 11 DE ABRIL DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA

Secretário Municipal

DECRETO Nº 5538

DECRETO Nº. 5538/2016.

ALTERA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 155.177,85 (CENTO E CINQUENTA E CINCO MIL, CENTO E SETENTA E SETE RAIS REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Art. 12 da Lei Orçamentária nº. 4456/2015, Lei Federal nº. 4.320/64 e a Norma Constitucional vigente,
DECRETA:

TÍTULO I**CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.454, de 16 de dezembro de 2015 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 155.177,85 (Cento e cinquenta e cinco mil, cento e setenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), objetivando a instrumentalizar dotação orçamentária suficiente no Orçamento em execução do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CAPÍTULO II**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 4.455, de 16 de dezembro de 2015 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 155.177,85 (Cento e cinquenta e cinco mil, cento e setenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), objetivando a instrumentalizar dotação orçamentária suficiente no Orçamento em execução do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.456, de 16 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 155.177,85 (Cento e cinquenta e cinco mil, cento e setenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), objetivando a instrumentalizar dotação orçamentária suficiente no Orçamento em execução do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CAPÍTULO IV**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 155.177,85 (Cento e cinquenta e cinco mil, cento e setenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), destinado a onerar a dotação orçamentária abaixo discriminada e constante do orçamento em execução, a saber:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – ADMINISTRAÇÃO

08.243.0483.1.024 – Aquis. De Equip. e Material Permanente p/ melhor Desenv. Dos Prog. Sociais

4.4.90.00.00.00.0.3.03276 – Aplicações Diretas R\$ 18.398,44

08.243.0483.2.058 – Adm. Geral dos Bens e Serv. dos Prog. Sociais Desenvolvido no Município

3.3.90.00.00.00.0.3.00008 – Aplicações Diretas R\$ 40.060,37

3.3.90.00.00.00.0.3.00084 – Aplicações Diretas R\$ 33.785,64

3.3.90.00.00.00.0.3.00155 – Aplicações Diretas R\$ 17.747,93

3.3.90.00.00.00.0.3.00252 – Aplicações Diretas R\$ 14.907,89

3.3.90.00.00.00.0.3.01174 – Aplicações Diretas R\$ 8.671,06

3.3.90.00.00.00.0.3.01176 – Aplicações Diretas R\$ 8.172,48

3.3.90.00.00.00.0.3.03276 – Aplicações Diretas R\$ 13.434,04

Art. 5º Para o atendimento do crédito aberto no artigo anterior deste ato fica utilizado o produto do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2015, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §1º, inciso I e §2º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes, conforme abaixo especificado:

Nº. CONTA BANCO	BANCO	Nº DO RECURSO	NOME DO RECURSO	VALOR
21.225,3	BANCO DO BRASIL	8	Transf. Recursos do Bloco PSEMC/FNAS	40.060,37
21.222-9	BANCO DO BRASIL	84	Transf. Recursos do Bloco GBF/FNAS	33.785,64
21.223-7	BANCO DO BRASIL	155	Transf. Recursos do Bloco PSB/FNAS	16.179,74
22.646-7	BANCO DO BRASIL	1195	Recursos PBVA_ SCFV - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	1.568,19
23.490-7	BANCO DO BRASIL	252	Transf. Recursos do Bloco ACESSUAS/FNAS	14.907,89
21.606-2	BANCO DO BRASIL	1174	Transf. Recursos do Bloco GSUAS/FNAS	8.671,06

23.443-5	BANCO DO BRASIL	1176	Transf. Recursos do Bloco PSEAC/FNAS	8.172,48
22.882-6	BANCO DO BRASIL	3276	Transf. Recursos Proteção Social Basica/FEAS	13.434,04
24.295-0	BANCO DO BRASIL	3276	Transf. Recursos Proteção Social Basica/FEAS	18.398,44
TOTAL				155.177,85

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 13 DE ABRIL DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA

Secretário Municipal

DECRETO Nº 5540 2016 - REGULAMENTA AS PROVAS PRÁTICAS PARA AS FUNÇÕES DE MOTORISTA CATEGORIA "D", CONSTATANTE DO CONCURSO PÚBLICO Nº 0022016, DO HOSPITAL MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA

DECRETO nº 5540/2016

Regulamenta as provas práticas para as funções de Motorista Categoria "D", constante do Concurso Público nº 002/2016, do Hospital Municipal do Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

ALTAIR CARGODO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas, pela Lei Orgânica Municipal e os demais dispositivos constitucionais e legais vigentes;

DECRETA:

Art. 1º Ficam regulamentadas as provas práticas do concurso Público nº 02/2016, do Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, para as funções de Motorista Categoria "D" que serão aplicadas pelo pela AMEOSC no dia 18/06/2016, com início às 12:30 horas, sendo que as provas serão aplicadas junto a Garagem do Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, sito a Rua Carmelito de Souza, s/n, bairro 1de Maio, Município de Dionísio Cerqueira SC, para demonstração de habilidades práticas com veículos, quando proceder-se-á entre os candidatos classificados presentes.

I – Motorista - CNH Categoria "D", o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo, Muito Bom, Bom, Satisfatório, Regular, e Péssimo com o veículo conforme segue:

Motorista - CNH Categoria "D": VAN RENAULT MASTER PLACAS OKS 6178

Parágrafo Único. Em caso de mau tempo que inviabilize a sua realização, as provas serão realizadas em outra data previamente marcada e comunicada aos candidatos através da imprensa rádio e nos endereços eletrônicos www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

Art. 2º Fica convocado e designado o Servidor Público Municipal Senhor Leandro Dallanora, para fiscalizar, acompanhar e dar suporte aos ministradores na aplicação das provas práticas, no dia, hora e local fixados.

Art. 3º Somente os candidatos munidos de Carteira de Identificação, Ficha de Inscrição e Carteira Nacional de Habilitação correspondente ao solicitado para o cargo ao qual se inscreveu terão acesso à prova prática.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 DE ABRIL DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.

Data 14 /04/2016

JAIR DA SILVA

Secretário Municipal

Ermo

PREFEITURA

DECRETO Nº 024, DE 11 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº 024, de 11 de abril de 2016.

Nomeia Membros para compor o Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal do CIASS e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 376, de 23 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Nomear a Sra. MARTA PAZENTE, CPF nº 753.517.739-53, para atuar como representante do Município junto ao Conselho Deliberativo do CIASS.

Art. 2º - Nomear o Sr. CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO, CPF nº 757.970.209-63, para atuar como representante do Município junto ao Conselho Fiscal do CIASS.

Art. 3º - Os membros dos conselhos não serão remunerados.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 11 de abril de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016 - FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Do objeto: Aquisição de "MEDICAMENTOS", destinados ao atendimento das necessidades da rede básica municipal de saúde do município de Ermo, durante os meses de abril a junho de 2016, conforme relação anexa.

Do Fornecedor: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC.

Do Valor e do Pagamento: O valor previsto dos produtos adquiridos importam em 3.010,50 (Três mil, dez reais e cinquenta centavos), que serão pagos mensalmente até o dia 15 do mês subsequente ao mês dos produtos adquiridos. Os preços dos medicamentos serão irrecorríveis.

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Da justificativa: A Dispensa de Licitação para aquisição de medicamentos se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer

serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Ermo-SC, 13 de abril de 2016.

LELIS HELENA LEONARDO

Pres. Com. Perm. Licitação

RATIFICAÇÃO

A vista do exposto, dispensa-se a licitação. Aprovo e autorizo a realização de dispensa, com fundamento na Lei nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 102, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº. 102, de 01 de abril de 2016.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, I da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; e Considerando a falta de reserva de aprovados em concurso público e Processo Seletivo para o cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir PATRICIA DAL TOÉ FERREIRA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais I do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo.

Art. 2º Sendo o Caráter Temporário da Admissão, conforme dispõe o Art. 1º, a contratação iniciará em 01 de abril de 2016 e encerra-se em 30 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 103, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº. 103, de 01 de abril de 2016.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, I da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; e Considerando a falta de reserva de aprovados em concurso público e Processo Seletivo para o cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir ERODETE DOS SANTOS DELLA VECHIA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais I do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo.

Art. 2º Sendo o Caráter Temporário da Admissão, conforme dispõe o Art. 1º, a contratação iniciará em 01 de abril de 2016 e encerra-se em 30 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 104, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº. 104, de 01 de abril de 2016.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, I da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; e Considerando a falta de reserva de aprovados em concurso público e Processo Seletivo para o cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir IVONETE MEZZARI GABRIEL, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais I do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo.

Art. 2º Sendo o Caráter Temporário da Admissão, conforme dispõe o Art. 1º, a contratação iniciará em 01 de abril de 2016 e encerra-se em 30 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 105, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº. 105, de 01 de abril de 2016.

Revoga Portaria que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º, inciso II da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando que as pessoas abaixo relacionadas assinaram Termo de Desistência da vaga de Auxiliar de Ensino da Educação referente ao Processo Seletivo nº 001/2016 de 08 de janeiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria Nº 097, de 01 de abril de 2016, que Admitiu os servidores para ocupar a função de Auxiliar de Ensino da Educação com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais conforme abaixo especificados:

· VIRGÍNIA MARIA MACHADO CANELLA;

· JOSIANE ACORDI FERNANDES;

· ELAINE SANTANA MORGEROT;

· KELI DE OLIVEIRA DAL PONT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 01 de abril de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 106, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº. 106, de 01 de abril de 2016.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; Considerando o Processo Seletivo nº 001/2016 de 08 de janeiro de 2016 e a Homologação dos aprovados em 24/02/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir ALINE ADRIANO FREDERICO MIGUEL, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da Posse encerrando-se em 15 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 107, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº. 107, de 01 de abril de 2016.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
Considerando o Processo Seletivo nº 001/2016 de 08 de janeiro de 2016 e a Homologação dos aprovados em 24/02/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir JULIANA DOMINGOS RODRIGUES DA SILVA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da Posse encerrando-se em 15 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 108, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº. 108, de 01 de abril de 2016.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
Considerando o Processo Seletivo nº 001/2016 de 08 de janeiro de 2016 e a Homologação dos aprovados em 24/02/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir ANDREI FELTRIN SIMON, em Caráter Temporário

(ACT), para ocupar a função de Professor com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da Posse encerrando-se em 15 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 109, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº. 109, de 01 de abril de 2016.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
Considerando o Processo Seletivo nº 001/2016 de 08 de janeiro de 2016 e a Homologação dos aprovados em 24/02/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir MARIA TEREZINHA LEONARDO MANENTI, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da Posse encerrando-se em 15 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 110, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº. 110, de 01 de abril de 2016.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
Considerando o Processo Seletivo nº 001/2016 de 08 de janeiro de 2016 e a Homologação dos aprovados em 24/02/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir MARÍLIA LOPES FÁVARO, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da Posse encerrando-se em 15 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 111, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº. 111, de 01 de abril de 2016.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
Considerando o Processo Seletivo nº 001/2016 de 08 de janeiro de 2016 e a Homologação dos aprovados em 24/02/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir FRANCINE GUIMARÃES DA SILVA FERREIRA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da Posse encerrando-se em 15 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 112, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº. 112, de 01 de abril de 2016.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
Considerando o Processo Seletivo nº 001/2016 de 08 de janeiro de 2016 e a Homologação dos aprovados em 24/02/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir ROSANA DE MELO LOURENÇO, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da Posse encerrando-se em 15 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 113, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº. 113, de 01 de abril de 2016.

Revoga Portaria que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º, inciso II da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando Termo de Desistência da vaga de Professor referente ao Processo Seletivo nº 001/2016 de 08 de janeiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria Nº 108, de 01 de abril de 2016, que Admitiu ANDREI FELTRIN SIMON para ocupar a função de Professor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 01 de abril de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 115, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº. 115, de 01 de abril de 2016.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, I da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria Municipal; e Considerando a falta de reserva de aprovados em concurso público e Processo Seletivo para o cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir LUCIANA PEREIRA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais I do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo.

Art. 2º Sendo o Caráter Temporário da Admissão, conforme dispõe o Art. 1º, a contratação iniciará em 01 de abril de 2016 e encerra-se em 30 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2016.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA 005/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 028/2016
Edital de Dispensa de Licitação nº 005/2016
Objeto: Organização do Festival da Canção Terceiro Canto Novo
Contratado: TELLES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME
Valor do Contrato: R\$ 7.890,00 (Sete mil oitocentos e noventa reais).
Substrato Jurídico: artigo 24, II, da Lei Federal nº 8666/93.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE INEXIGIBILIDADE 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 029/2016
Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2016
Objeto: Contratação de Apresentações Artísticas para as comemorações do Aniversário do Município de Erval Velho.
Contratado: CELSO PIRES - ME
Valor do Contrato: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).
Substrato Jurídico: artigo 25, III da Lei Federal nº 8.666/93.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE INEXIGIBILIDADE 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 030/2016
Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 003/2016
Objeto: Contratação de Apresentações Artísticas para as comemorações do Aniversário do Município de Erval Velho.
Contratado: BI SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA ME
Valor do Contrato: R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).
Substrato Jurídico: artigo 25, III da Lei Federal nº 8.666/93..

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 019/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 031/2016
Edital de Pregão Presencial nº 019/2016
Objeto: Aquisição de material de construção para pequenos reparos.
Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 29/04/2016.
Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 020/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 032/2016
Edital de Pregão Presencial nº 020/2016
Objeto: Aquisição de alimentação preparada tipo quentinha/ marmita.
Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 14h00min do dia 29/04/2016.
Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Júnior
Prefeito Municipal.

Flor do Sertão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 515/2016

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial – Registro de Preços
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 515/2016
MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 13/2016
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Global

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA CONserto E MANUTENÇÃO DA MAQUINA RETROESCAVADEIRA JCB 3C PLUS.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 13 de abril de 2016, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC, ou através de solicitação pelo e-mail: comprasflor@mhnet.com.br.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 14:00 horas do dia 28 de Abril de 2016. A abertura da sessão para a realização do certame será às 14:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 13 dias do mês de abril de 2016.

ROGERIO PERIN		DIOGO DE BEM
CPF: 024.900.719-39		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO OFICIAL

CONTRATO Nº. 031/2016

CONTRATO Nº. 031/2016
CREDENCIAMENTO Nº. 001/2015

Termo de credenciamento que entre si celebram o Município de Flor do Sertão e a Pessoa Física Floriberto Jappe, para fornecimento de Cargas de Cascalho.

O Município de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Flor do Sertão, 696, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.566.621/0001-08 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Rogério Perin, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39, doravante denominado CREDENCIANTE, e a pessoa Física Floriberto Jappe, Residido na Linha Pedra Branca, interior do Município de Flor do Sertão – SC, inscrito no CPF sob nº. 296.033.909-68, doravante denominado CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objetivo credenciar empresas para Fornecimento de cargas de cascalho para manutenção das estradas

do município durante o ano de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O valor a ser pago pelo Município por carga de cascalho será de no Máximo R\$ 13,00 (treze reais) pela carga de caçamba grande e R\$ 8,00 (oito reais) pela carga de caçamba pequena.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO

A CREDENCIADA deverá fornecer o material na sede da mesma conforme necessidade do município, mediante apresentação de autorização emitida pela prefeitura.

O prazo de vigência do Termo de Credenciamento começa a contar de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2016, podendo ser renovado ou prorrogado por iguais períodos até o prazo Máximo de 60 meses, nos termos no artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, havendo interesse das partes.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA E DO PRAZO DO PAGAMENTO

Os materiais contratados por este Termo de Credenciamento serão pagos, de acordo com a quantidade de cargas de cascalho retirada, acompanhada da autorização emitida pela Prefeitura Municipal.

Os valores serão pagos a CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município ou em conta corrente em nome da Credenciada.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de aquisição de material;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo às condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço serão de exclusiva responsabilidade da Credenciada.

IV - É vedado:

a) Não poderá fazer parte do quadro social ou de empregados da CREDENCIADA, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado sob qualquer título; ocupante de cargo eletivo ou com registro oficial de candidatura a cargo no Município CREDENCIANTE;

b) A transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE realizará, subsidiariamente, fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo.

Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços deste Contrato o Secretario de Infra – Estrutura e Transporte – Nadir Luiz Piaia.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

267820025.2.029 Manutenção das Atividades da Secretaria de Infra-estrutura e Transportes,
Elemento 3.3.90.30.99 outros materiais de consumo

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO

Este Termo de Credenciamento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 01/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

- a) pela ocorrência de seu termo final;
- b) por solicitação do CREDENCIADO;

- c) por acordo entre as partes;

- d) unilateral, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Maravilha - SC, para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solvidas administrativamente.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo, em cinco vias de igual teor e forma.

Flor do Sertão (SC), aos 13 dias do mês de abril de 2016.

ROGERIO PERIN		FLORIBERTO JAPPE
CPF: 024.900.719-39		CPF: 296.033.909-68
CONTRATANTE		CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/FMA/2016;

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 04/FMA/2016;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a aquisição de implementos agrícolas (scraper adaptável a trator agrícola), para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura do Município de Forquilha/SC, conforme resposta ao Ofício GP 091/2016, referente ao Convênio nº. 2016TR000076 firmado entre a Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional/Criciúma junto ao Município de Forquilha, cadastrada no SIGEF/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 03 de maio de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 14 de abril de 2016.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO Nº. 69/PMF/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 69/PMF/2016

OBJETIVO: O presente edital tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestar serviços de construção dos pisos, bases, meio-fio, acessos e fornecimento de equipamentos para a academia popular com parque infantil, a ser instalada na Rua 217, Loteamento Parque Mário Tiscoski, Bairro Ouro Negro, Município de Forquilha/SC, conforme Ofícios GP nº. 526/2015 dirigidos ao Governo de Santa Catarina.

DATA DE ABERTURA: Dia 04 de maio de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 14 de abril de 2016.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DA REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0040A_2016-PMF

Aviso da Republicação do Pregão Presencial nº 0040A/2016 – PMF MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Contratação de empresa do ramo para a recuperação do sistema de freio e diferencial traseiro, (peças e mão de obra) com substituição mínima das peças descritas no LOTE 1, da Retroescavadeira New Holland LB90, frota nº 212. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 03.05.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 14:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 14 de abril de 2016.
Ivo Biazolo – Prefeito.

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0002_2016 PMF

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0002/2016 – SF PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0025/2016 – SF MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

OBJETO: Despesa com inscrição para a Servidora Débora Peliser que participará Do Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental que Será Realizado entre os dias 06 a 08 de junho de 2016, na cidade de Florianópolis SC. CONTRATADA: AS-SOC. BRAS. DE ENGEN. SANITÁRIA E AMBIENTAL ABES CNPJ: 33.945.015/0001-81. VALOR: R\$ 385,00 (trezentos e oitenta e cinco reais). FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 "caput" Da Lei Nº 8.666/93 E Alterações.

Fraiburgo(Sc), 14 de abril de 2016.
Eloi Regalin – Presidente da SANEFRAI

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014_2016 RP 0008-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0014/2016 – FMS Registro de Preços nº 0008/2016 MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto:REGISTRO DE PREÇOS Serviços gráficos para confecção e impressão de expedientes diversos, folders e panfletos para uso nas Unidades Básicas de Saúde, e confecção e impressão de apostilas para utilização do Conselho Municipal Anti Drogas – COMAD. Vigência/Validade da Ata: Maio a setembro de 2016. Julgamento: Menor Preço por LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 04.05.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 14 de abril de 2016.
Ivo Biazolo – Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0053_2016-PMF RP 0031

Aviso do Pregão Presencial nº 0053/2016 – PMF Registro de Preços Nº 0031/2016 – PMF MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições em contratações futuras de materiais elétricos e outros, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FME e FMS), durante os meses de maio a agosto de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: maio a agosto de 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 04.05.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 14:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 14 de abril de 2016.
Ivo Biazolo – Prefeito

DECRETO Nº 097-2016

DECRETO Nº 097, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, crédito adicional suplementar para o exercício de 2016, no valor de R\$ 758,55 (setecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

12.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
12.01 – Secretaria de desenvolvimento Econômico		
22.661.0024.2.051 – Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (177)	R\$	758,55
TOTAL	R\$	758,55

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

12.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
12.01 – Secretaria de desenvolvimento Econômico		
22.661.0024.2.051 – Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (178)	R\$	758,55
TOTAL	R\$	758,55

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 14 DE ABRIL DE 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT16PMF43_DOM

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT16PMF43
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (PARA-RAIOS) NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA MELHOR IDADE "FLOR DE MAÇÃ", COM FORNECIMENTO DO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PAL). VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 18.798,75 (DEZOITO MIL, SETECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 14.04.2016. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 14.04.2016 A 13.06.2016. PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 DIAS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO E EMISSÃO E ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇO. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0031/2016 – PMF. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 0007B/2016. RECURSOS: 03.0200 – ORDINÁRIOS DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL.

FRAIBURGO (SC), 14 DE ABRIL DE 2016.
IVO BIAZZOLO – PREFEITO DE FRAIBURGO/SC

PORTARIA Nº 0744/2016

PORTARIA Nº 0744, DE 14 DE ABRIL DE 2016.
Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0493/2016, da Secretaria de Educação Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ROSE DORINI RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 020.465.509-94 contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, no período de 16 de abril de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de abril de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0745/2016

PORTARIA Nº 0745, DE 14 DE ABRIL DE 2016.
Prorroga Redução de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0495/2016, da Secretaria de Educação Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a redução da carga horária de 40 (quarenta) para 36 (trinta e seis) horas semanais, do servidor MARLEI BENTO DA COSTA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 760.949.289-20 contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA, no período de 16 de abril de 2016 até 06 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de abril de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0746/2016

PORTARIA Nº 0746, DE 14 DE ABRIL DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0002 de 12 de janeiro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0049/2016 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOSIANE MOREIRA DOS SANTOS SCHIRMER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 026.264.499-11, na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de abril de 2016 até 31 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de abril de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0747/2016

PORTARIA Nº 0747, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0499/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ROSELI DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.338.319-22, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 15 de abril de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de abril de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0748/2016

PORTARIA Nº 0748, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 0500/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora KIMBERLY RODRIGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 108.055.579-03, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, no período de 15 de abril de 2016 até 10 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de abril de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0749/2016

PORTARIA Nº 0749, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

IVO BIAZZOLO, Prefeito de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar ANDRÉ CARLOS CHELLI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 760.940.909-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 8970, para acompanhamento e fiscalização do contrato administrativo CT16PMF43, Processo Administrativo Licitatório nº 0031/2016 - PMF, Tomada de Preços nº 0007B/2016, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (para-raios) no Centro de Convivência da Melhor Idade "Flor de Maçã", com fornecimento do material e mão de obra, de acordo com os projetos e memoriais (ANEXO AO PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo (SC), 14 de abril de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0012_2016-PMF DOM

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 0012/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação com paver dos passeios do Lago das Araucárias (material e mão de obra), em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos e Quantitativos (ANEXOS ao PAL), quando do julgamento da PROPOSTAS DE PREÇOS. Transcorrido "in albis" o prazo recursal previsto no art. 109 Inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93, a Presidente da Comissão passou a abertura dos ENVELOPES nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS. Restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a licitante CONSEST PRÉ – MOLDADOS LTDA no valor total de R\$ 130.233,93 (cento e trinta mil, duzentos e trinta e três reais e noventa e três centavos), ficando este valor abaixo do valor máximo e global, estipulado pelo Município no item 1.2 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 14 de abril de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito.

DECRETO Nº 098-2016**DECRETO Nº 098, DE 14 DE ABRIL DE 2016.****DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0004, DE 01 DE MARÇO DE 2016, DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO E CONVOCA PARA PROVA PRÁTICA.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0004, de 01 de março de 2016, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo, conforme lista anexa.

Art. 2º. Ficam convocados os classificados até a 10ª posição, para realização da prova prática, no dia 16/04/2016 (sábado) a partir das 8hs, devendo o candidato chegar ao local com 15 minutos de antecedência; local: Unidade de Saneamento Ambiental da Sanefrai - ETE - Av: Caçador, Jardim América, Fraiburgo, SC.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 14 DE ABRIL DE 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT Nº 0004 DE 01 DE MARÇO DE 2016**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo:	Motorista	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO	
Código:	1	Área de Atuação:	Geral	
Disciplina:	Motorista			
Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo	
3	VALDEIRIO ALVES DA SILVA		Não preenche pré-requisito do Edital	

quinta-feira, 14 de abril de 2016

Página 1 de 1

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0004 DE 01 DE MARÇO DE 2016

Estado de Santa Catarina
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai



Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Quadro:

Código: Área de Atuação:

Disciplina:

Critérios de Desempate

		1º	2º	3º	4º	5º
		Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	5	EDGAR ROSSI	5	1	NÃO	04/04/1965
2	4	SEDINEI RICARDO HENING	0	0	NÃO	02/08/1984
3	12	DENILSO CARVALHO	0	1	NÃO	08/11/1974
4	9	MARCOS ADRIANO DA CRUZ	3	2	NÃO	25/10/1989
5	11	ADEMIR ALEXANDRE KUHN	0	2	NÃO	03/04/1985
6	8	ADILSON JOSÉ DA SILVA	0	1	NÃO	30/10/1978
7	6	LINDOMAR PRATES	0	0	NÃO	18/10/1961
8	13	SEBASTIÃO ANTUNES LOPES	0	1	NÃO	22/11/1969
9	10	MARCIO GODINHO GONÇALVES	0	3	NÃO	30/09/1982
10	1	MARCIO ANTONIO BARBOSA FARIAS	3	0	NÃO	17/09/1987
11	2	GLAUCIO IACHITZKI	0	0	NÃO	20/06/1977
12	7	ALCEU DE OLIVEIRA	0	1	NÃO	09/03/1973

Ordem Classif.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	5	EDGAR ROSSI	15	0
2	4	SEDINEI RICARDO HENING	14	0
3	12	DENILSO CARVALHO	11	0
4	9	MARCOS ADRIANO DA CRUZ	9	0
5	11	ADEMIR ALEXANDRE KUHN	9	0
6	8	ADILSON JOSÉ DA SILVA	5	0
7	6	LINDOMAR PRATES	5	0
8	13	SEBASTIÃO ANTUNES LOPES	4	0
9	10	MARCIO GODINHO GONÇALVES	4	0
10	1	MARCIO ANTONIO BARBOSA FARIAS	4	0
11	2	GLAUCIO IACHITZKI	3	0
12	7	ALCEU DE OLIVEIRA	0	0

DETALHAMENTO DE ELEMENTOS - 2016**OBSERVAÇÕES:**

OBS.1: As atualizações para 2016 estão destacadas em vermelho.

OBS.2: A partir do exercício de 2010, é OPTATIVO para remessa das informações por meio do sistema e-Sfinge o detalhamento do elemento 11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, e o detalhamento de todos os elementos quando for utilizada a modalidade de aplicação 71 – Transferência a Consórcios Públicos.

Inclusões:

94.07 - indenização por demissão de servidor ou empregado

94.08 - incentivo à demissão voluntária

94.09 - férias - abono pecuniário - RGPS

94.10 - indenização de férias não gozadas - RPPS

94.11 - licença-prêmio convertida em pecúnia

DETALHAMENTO DE ELEMENTOS DE DESPESA – Vigente para 2016**01.00 - APOSENTADORIAS E REFORMAS**

- 01.01 - proventos - pessoal civil
- 01.06 - 13º salário - pessoal civil
- 01.21 - proventos - pessoal militar
- 01.26 - 13º salário - pessoal militar
- 01.27 - compensação previdenciária aposentadorias entre RPPS e RGPS
- 01.89 - outras reformas e aposentadorias - pessoal militar
- 01.99 - outras aposentadorias - pessoal civil

03.00 – PENSÕES

- 03.01- civis
- 03.02- militares
- 03.03- 13º salário - pensionista civil
- 03.04- 13º salário - pensionista militar
- 03.05- especiais
- 03.06-compensação previdenciária de pensões entre o RPPS e o RGPS
- 03.89- outras pensões - pessoal militar
- 03.99-outras pensões - pessoal civil

04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

- 04. 01 -professores substitutos
- 04. 02 -serviços temporários de agentes de saúde
- 04. 03 -serviços temporários de agentes prisionais
- 04. 04 -obrigações patronais
- 04. 99 -outros serviços temporários

05.00 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

- 05. 01 - auxílio-doença - pessoal civil
- 05. 02 - auxílio-reclusão - pessoal civil
- 05. 03 - salário-maternidade - pessoal civil
- 05. 04 - auxílio-doença - pessoal militar
- 05. 05 - auxílio-reclusão - pessoal militar
- 05. 06 - salário-maternidade - pessoal militar
- 05. 51– auxílio doença
- 05.53 - auxílio reclusão
- 05.54 – auxílio acidente
- 05.55 - salário maternidade
- 05.61 – abono anual – 13º salário
- 05.70 -salário-família - ativo pessoal civil
- 05.71 -salário-família - inativo pessoal civil
- 05.72 -salário-família - ativo pessoal militar
- 05.73 -salário-família - inativo pessoal militar
- 05.74 -salário-família - pensionista pessoal civil
- 05.75 -salário-família - pensionista pessoal militar

05.76 - outros salários-família

05.98 - outros benefícios previdenciários - pessoal civil

05.99 - outros benefícios previdenciários - pessoal militar

06.00 - BENEFÍCIO MENSAL AO DEFICIENTE E AO IDOSO

06.01 - benefício ao deficiente

06.02 - benefício ao idoso

07.00 - CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA

07.01 - contribuição patronal previdência privada

07.99 - outras contribuições

08.00 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS

08.01 - auxílio-funeral

08.02 - auxílio-reclusão

08.03 - auxílio-natalidade

08.04 - auxílio-creche

08.05 - auxílio-invalidéz

08.55 – auxílio – creche

08.99 - outros benefícios assistenciais

10.00 - OUTROS BENEFÍCIOS DE NATUREZA SOCIAL

10.01 - seguro desemprego

10.02 – abono salarial - PASEP

10.03 – abono salarial – PIS

10.99 - outros benefícios de natureza social

11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL

11.01 - vencimentos e salários

11.05 – incorporações

11.07 – abono de permanência

11.08 – adiantamento pecuniário

11.31 - gratificação por exercício de cargos

11.33 – gratificação por exercício de funções

11.37 - gratificação por tempo de serviço

11.42 - férias indenizadas

11.43 -13º salário

11.44 - férias - abono pecuniário

11.45 - férias - abono constitucional

11.46 - férias - pagamento antecipado

11.49 - licença capacitação

11.99 - outras despesas fixas - pessoal civil

12.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL MILITAR

- 12.01 - soldo
- 12.03 - gratificação por tempo de serviço
- 12.43 - 13º salário
- 12.44 - férias - abono pecuniário
- 12.45 - férias - abono constitucional
- 12.46 - férias - pagamento antecipado
- 12.99 - outras despesas fixas - pessoal militar

13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS

- 13.01 - FGTS
- 13.02 - contribuições previdenciárias – INSS
- 13.03 – contribuição patronal para o regime próprio
- 13.14 - contribuição a regime próprio de previdência social
- 13.15 - multas
- 13.17 – juros
- 13.18 – contribuição para o PIS/PASEP sobre folha de pagamento
- 13.40 – encargos de pessoal requisitado de outros Entes
- 13.99 - outras obrigações patronais

14.00 - DIÁRIAS – CIVIL

- 14.14 - diárias no país – civil
- 14.16 - diárias no exterior – civil

15.00 – DIÁRIAS - MILITAR

- 15.14 - diárias no país – militar
- 15.16 - diárias no exterior – militar

16.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL

- 16.01 - outras despesas variáveis – pessoal civil
- 16.32 – substituições
- 16.44 – serviços extraordinários
- 16.99 – outras despesas variáveis – pessoal civil

17.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL MILITAR

- 17.01 outras despesas variáveis – pessoal militar

18.00 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES

- 18.01 - auxílio a estudantes carentes
- 18.02 - auxílio a estudantes para pesquisa e ou desenvolvimento de estudos de natureza científica
- 18.99 - outros auxílios financeiros a estudantes

19.00 - AUXÍLIO-FARDAMENTO

- 19.01 - auxílio-fardamento – civil
- 19.02 - auxílio-fardamento – militar

20.00 - AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES**20.01** - pesquisa científica e/ou tecnológica individual**20.02** - pesquisa científica e/ou tecnológica coletiva**21.00 - JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO****21.01** – juros da dívida contratada com instituições financeiras**21.02** - juros da dívida contratada com governos**21.03** - juros da dívida contratada no exterior**21.99** - outros juros da dívida contratada**22.00 - OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO****22.01** – outros encargos da dívida contratada com instituições financeiras**22.02** - outros encargos da dívida contratada com governos**22.03** - outros encargos da dívida contratada no exterior**22.99** - outros encargos da dívida contratada**23.00 - JUROS, DESÁGIOS E DESCONTOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA****23.01** - despesas com remuneração real devidas pela aplicação de capital de terceiros em títulos públicos**24.00 - OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA MOBILIÁRIA****24.01** - outros encargos sobre a dívida mobiliária**25.00- ENCARGOS SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA****25.01** - encargos por operações de crédito – ARO**26.00 - OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE POLÍTICA MONETÁRIA****26.01** - obrigações decorrentes de política monetária**27.00 - ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES****27.01** - encargos pela honra de avais**27.02** - encargos pela honra de garantias**27.03** - encargos pela honra de seguros**27.99** - outros encargos similares**28.00 - REMUNERAÇÃO DE COTAS DE FUNDOS AUTÁRQUICOS****28.01** - encargos da remuneração de fundos autárquicos**29.00 – DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADO DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES****29.01** – Distribuição de Resultado de Empresas Estatais Dependente**30.00 - MATERIAL DE CONSUMO (Ver Anexo I)****30.01** - combustíveis e lubrificantes automotivos

- 30.02** - combustíveis e lubrificantes de aviação
- 30.03** - combustíveis e lub. p/outras finalidades
- 30.04** - gás engarrafado
- 30.05** - explosivos e munições
- 30.06** - alimentos para animais
- 30.07** - gêneros de alimentação
- 30.08** - animais para pesquisa e abate
- 30.09** - material farmacológico
- 30.10** - material odontológico
- 30.11** - material químico
- 30.12** - material de coudelaria ou de uso zootécnico
- 30.13** - material de caça e pesca
- 30.14** - material educativo e esportivo
- 30.15** - material para festividades e homenagens
- 30.16** - material de expediente
- 30.17** - material de processamento de dados
- 30.18** - materiais e medicamentos p/uso veterinário
- 30.19** - material de acondicionamento e embalagem
- 30.20** - material de cama, mesa e banho
- 30.21** - material de copa e cozinha
- 30.22** - material de limpeza e produção de higienização
- 30.23** - uniformes, tecidos e aviamentos
- 30.24** - material para manutenção de bens imóveis
- 30.25** - material para manutenção de bens móveis
- 30.26** - material elétrico e eletrônico
- 30.27** - material de manobra e patrulhamento
- 30.28** - material de proteção e segurança
- 30.29** - material para áudio, vídeo e foto
- 30.30** - material para comunicações
- 30.31** - sementes, mudas de plantas e insumos
- 30.32** - suprimento de aviação
- 30.33** - material para produção industrial
- 30.34** - sobressalentes de máquinas e motores de navios e embarcações
- 30.35** - material laboratorial
- 30.36** - material hospitalar
- 30.37** - sobressalentes de armamentos
- 30.38** - suprimento de proteção ao voo
- 30.39** - material para manutenção de veículos
- 30.40** - material biológico
- 30.41** - material para utilização em gráfica
- 30.42** - ferramentas
- 30.43** - material para reabilitação profissional
- 30.44** - material de sinalização visual e afins
- 30.45** - material técnico para seleção e treinamento
- 30.46** - material bibliográfico não imobilizável
- 30.47** - aquisição de softwares de base
- 30.48** - bens móveis não ativáveis

- 30.49 - bilhetes de passagens
- 30.50 - bandeiras, flâmulas e insígnias
- 30.51 - materiais para conservação e manutenção de bens de uso comum do povo
- 30.96 - materiais de consumo - pagamento antecipado
- 30.99 - outros materiais de consumo

31.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, ESPORTIVAS E OUTRAS

- 31.01 - premiações culturais
- 31.02 - premiações artísticas
- 31.03 - premiações científicas
- 31.04 - premiações desportivas
- 31.05 – ordens honoríficas
- 31.99 - outras premiações

32.00 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

- 32.01 - livros didáticos
- 32.02 - medicamentos
- 32.03 - gêneros alimentícios
- 32.04 - sementes
- 32.99 - outros materiais de distribuição gratuita

33.00 - PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO

- 33.01 - passagens para o país
- 33.02 - passagens para o exterior
- 33.03 - taxas de embarque, seguro, fretamento e pedágio
- 33.04 - locação de veículo para locomoção - pessoa física
- 33.05 - locação de veículo para locomoção - pessoa jurídica
- 33.06 - despesas com mudança em objeto de serviço
- 33.99 - outras despesas com locomoção

34.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO

- 34.01- substituição de mão-de-obra (LRF, art. 18, §1º)

35.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA

- 35.01 – assessoria e consultoria técnica ou jurídica
- 35.02 – auditoria externa
- 35.99 - outros serviços de consultoria

36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA (Ver Anexo II)

- 36.01 - condomínios
- 36.02 - diárias a colaboradores eventuais no país
- 36.03 - diárias a colaboradores eventuais no exterior
- 36.04 - comissões e corretagens
- 36.05 - direitos autorais

- 36.06 - serviços técnicos profissionais
- 36.07 - estagiários
- 36.08 - bolsa de iniciação ao trabalho
- 36.09 - salários de internos em penitenciárias
- 36.11 - pró-labore a consultores eventuais
- 36.12 - capatazia, estiva e pesagem
- 36.13 - conferências, exposições e espetáculos
- 36.14 - armazenagem
- 36.15 - locação de imóveis
- 36.16 - locação de bens móveis e intangíveis
- 36.18 - manutenção e conservação de equipamentos
- 36.20 - manutenção e conservação de veículos
- 36.21 - manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas
- 36.22 - manutenção e conservação de bens imóveis
- 36.23 - fornecimento de alimentação
- 36.24 - serviços de caráter secreto ou reservado
- 36.25 - serviços de limpeza e conservação
- 36.26 - serviços domésticos
- 36.27 - serviços de comunicação em geral
- 36.28 - serviços de seleção e treinamento
- 36.30 - serviços médicos e odontológicos
- 36.31 - serviços de reabilitação profissional
- 36.32 - serviços de assistência social
- 36.34 - serviços de perícias médicas por benefícios
- 36.35 - serviços de apoio administrativo, técnico e operacional
- 36.36 - serviços de conservação e rebeneficiamento de mercadorias
- 36.37 - confecção de material de acondicionamento e embalagens
- 36.38 - confecção de uniformes, bandeiras e flâmulas
- 36.39 - fretes e transportes de encomendas
- 36.40 - encargos financeiros dedutíveis
- 36.41 - multas dedutíveis
- 36.42 - juros
- 36.43 - encargos financeiros indedutíveis
- 36.44 - multas indedutíveis
- 36.45 - jetons a conselheiros
- 36.46 - diárias a conselheiros
- 36.59 - serviços de áudio, vídeo e foto
- 36.89 - manutenção de repartições, serviço exterior
- 36.96 - outros serviços de terceiros – pessoa física – pagto antecipado
- 36.99 - outros serviços de terceiros – pessoa física

37.00 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

- 37.01 - apoio administrativo, técnico e operacional
- 37.02 - limpeza e conservação
- 37.03 - vigilância
- 37.04 - manutenção e conservação de bens imóveis
- 37.05 - serviço de copa e cozinha

37.06 - manutenção e conservação de bens móveis

37.07 – estagiários

37.99 - outras locações de mão-de-obra

38.00 - ARRENDAMENTO MERCANTIL

38.01- máquinas e aparelhos

38.02 - veículos ferroviários

38.03 - veículos rodoviários

38.04 - outros bens móveis

38.05 – bens imóveis

38.99 - outros arrendamentos

39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS–PESSOA JURÍDICA(Ver Anexo III)

39.01 - assinatura de periódicos e anuidades

39.02 - condomínios

39.03 - comissões e corretagens

39.04 - direitos autorais

39.05 - serviços técnicos profissionais

39.06 - capatazia, estiva e pesagem

39.07 - descontos financeiros concedidos

39.08 - manutenção de software

39.09 - armazenagem

39.10 - locação de imóveis

39.11 - locação de softwares

39.12 - locação de máquinas e equipamentos

39.14 - locação de bens móveis e outras naturezas intangíveis

39.15 – limpeza de veículos

39.16 - manutenção e conservação de bens imóveis

39.17 - manutenção e conservação de máquinas e equipamentos

39.19 - manutenção e conservação de veículos

39.20 - manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas

39.21 - manutenção e conservação de estradas e vias

39.22 - exposições, congressos e conferências

39.23 - festividades e homenagens

39.24 - serviços de confecção, manutenção e instalação de sinalização visual e afins

39.25 - serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins

39.26 - serviços de transporte escolar

39.27 - locação de veículos para locomoção

39.28 - coleta de lixo e demais resíduos

39.35 - multas dedutíveis

39.36 - multas indedutíveis

39.37 - juros

39.38 - encargos financeiros dedutíveis

39.39 - encargos financeiros indedutíveis

39.40 - programa de alimentação do trabalhador

39.41 - fornecimento de alimentação

39.42 - serviços de caráter secreto ou reservado

- 39.43** - serviços de energia elétrica
- 39.44** - serviços de água e esgoto
- 39.45** - serviços de gás
- 39.46** - serviços domésticos
- 39.47** - serviços de comunicação em geral
- 39.48** - serviços de seleção e treinamento
- 39.49** - produções jornalísticas
- 39.50** - serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial
- 39.51** - serviços de análises e pesquisas científicas
- 39.52** - serviços de reabilitação profissional
- 39.53** - serviços de assistência social
- 39.54** - serviços de creches e assistência pré-escolar
- 39.56** - serviços de perícias médicas por benefícios
- 39.57** - serviços de processamento de dados
- 39.58** - serviços de telecomunicações
- 39.59** - serviços de áudio, vídeo e foto
- 39.60** - serviços de manobra e patrulhamento
- 39.61** - serviços de socorro e salvamento
- 39.62** - serviços de produção industrial
- 39.63** - serviços gráficos e editoriais
- 39.64** – Telefonia móvel
- 39.65** - serviços de apoio ao ensino
- 39.66** - serviços judiciais
- 39.67** - serviços funerários
- 39.68** - serviços de conservação e rebeneficiamento de mercadorias
- 39.69** - seguros em geral
- 39.70** - confecção de uniforme, bandeira e flâmulas
- 39.71** - confecção de material de acondicionamento e embalagens
- 39.72** - vale-transporte
- 39.73** - transporte de servidores
- 39.74** - fretes e transportes de encomendas
- 39.75** - multas e infrações de trânsito
- 39.76** - classificação de produtos
- 39.77** - vigilância ostensiva/monitorada
- 39.78** - limpeza e conservação
- 39.79** - serviços de apoio administrativo, técnico e operacional
- 39.80** - hospedagens
- 39.81** - serviços bancários
- 39.83** - serviços de cópias e reprodução de documentos
- 39.85** - serviços em itens reparáveis de aviação
- 39.87** - serviços relacionados a industrialização aeroespacial
- 39.88** - serviços de publicidade e propaganda
- 39.89** - manutenção de repartições – serviço exterior
- 39.90** – serviços de publicidade legal
- 39.92** - representação oficial dos poderes do Estado e do Tribunal de Contas do Estado
- 39.93** - manutenção de palácios

- 39.94 - aquisição de softwares de aplicação
- 39.95 - manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados
- 39.96 - outros serviços de terceiros pessoa jurídica – pagamento antecipado
- 39.97 - despesas de teleprocessamento
- 39.99 - outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

41.00 - CONTRIBUIÇÕES

- 41.01 - despesa com manutenção de outras entidades de direito público
- 41.02 - despesa com manutenção de outras entidades de direito privado
- 41.99 - outras contribuições

42.00 - AUXÍLIOS

- 42.01 - despesas com transferência a instituições privadas sem fins lucrativos para aplicações em despesa de capital
- 42.02 - despesas com transferência a municípios para aplicação em despesa de capital
- 42.99 - outros auxílios

43.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS

- 43.01 - transferências a instituições privadas culturais
- 43.02 - transferências a instituições privadas de assistência social
- 43.99 - outras subvenções sociais

45.00 - EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS E TAXAS

- 45.01 - cobertura da diferença entre os preços de mercado e o custo de remissão de gênero alimentício ou outros bens
- 45.02 - cobertura do diferencial entre níveis de encargos praticados em financiamentos governamentais e os limites máximos admissíveis para efeito de equalização
- 45.99 - outras equalizações de preços e taxas

46.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

- 46.01 – auxílio-alimentação em pecúnia

47.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS

- 47.01 – imposto sobre propriedade territorial rural – ITR
- 47.02 – imposto sobre propriedade predial e territorial urbana – IPTU
- 47.03 – imposto de renda
- 47.04 – adicional do imposto de renda
- 47.05 - imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA
- 47.06 - imposto sobre produtos industrializados – IPI
- 47.07 - imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS
- 47.08 - imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISQN
- 47.09 – imposto sobre operações financeiras – IOF
- 47.10 - taxas
- 47.11 - COFINS
- 47.12 – contribuição para o PIS/PASEP

- 47.13 - contribuição social sobre o lucro
- 47.14 - CPMF
- 47.15 - multas
- 47.16 - juros
- 47.17 - contribuições para associações
- 47.18 - contribuição previdenciária sobre serviços de terceiros - PF
- 47.21 - contribuição sindical
- 47.22 - contribuição para custeio de iluminação pública
- 47.99 - outras obrigações tributárias e contributivas

48.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS

- 48.01 – auxílio financeiro a pessoas físicas

49.00 - AUXÍLIO -TRANSPORTE

- 49.01 – auxílio-transporte pago em pecúnia

51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES

- 51.07 - reforma
- 51.80 - estudos e projetos
- 51.91 - obras em andamento
- 51.92 - instalações incorporáveis ou inerentes ao imóvel
- 51.93 - benfeitorias em propriedades de terceiros
- 51.97 - pagamento de pessoal temporário não pertencente ao quadro da entidade
- 51.98 - obras contratadas
- 51.99 - outras obras e instalações

52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (Ver Anexo IV)

- 52.02 - aeronaves
- 52.04 - aparelhos de medição e orientação
- 52.06 - aparelhos e equipamentos de comunicação
- 52.08 - aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológico, laboratorial e hospitalar
- 52.10 - aparelhos e equipamentos para esportes e diversões
- 52.12 - aparelhos e utensílios domésticos
- 52.14 - armamentos
- 52.18 - coleções e materiais bibliográficos
- 52.19 - discotecas e filmotecas
- 52.20 - embarcações
- 52.22 - equipamentos de manobra e patrulhamento
- 52.24 - equipamentos de proteção, segurança e socorro
- 52.26 - instrumentos musicais e artísticos
- 52.28 - máquinas e equipamentos de natureza industrial
- 52.30 - máquinas e equipamentos energéticos
- 52.32 - máquinas e equipamentos gráficos
- 52.33 - equipamentos para áudio, vídeo e foto

- 52.34 - máquinas, utensílios e equipamentos diversos
- 52.35 - equipamentos de processamento de dados
- 52.36 - máquinas, instalações e utensílios de escritório
- 52.38 - máquinas, ferramentas e utensílios de oficina
- 52.39 - equipamentos e utensílios hidráulicos e elétricos
- 52.40 - máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários
- 52.41 - equipamentos e aparelhos para laboratório de solo
- 52.42 - mobiliário em geral
- 52.44 - obras de arte e peças para museu
- 52.46 - semoventes e equipamentos de montaria
- 52.48 - veículos diversos
- 52.50 - veículos ferroviários
- 52.51 - peças não incorporáveis a imóveis
- 52.52 - veículos de tração mecânica
- 52.53 - carros de combate
- 52.54 - equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos
- 52.56 - equipamentos, peças e acessórios de proteção ao voo
- 52.57 - acessórios para automóveis
- 52.58 - equipamentos de mergulho e salvamento
- 52.60 - equipamentos, peças e acessórios marítimos
- 52.83 - equipamentos e sistema de proteção e vigilância ambiental
- 52.87 - material de consumo de uso duradouro
- 52.89 - equipamentos sobressalentes de máquinas e motor de navios de esquadra
- 52.99 - outros equipamentos e material permanente

53.00 – APOSENTADORIAS DO RGPS – ÁREA RURAL

- 53.01 - aposentadorias do RGPS – Área Rural

54.00 – APOSENTADORIAS DO RGPS – ÁREA URBANA

- 54.01 - aposentadorias do RGPS – Área Urbana

55.00 – PENSÕES DO RGPS – ÁREA RURAL

- 55.01 - pensões do RGPS – Área Rural

56.00 – PENSÕES DO RGPS – ÁREA URBANA

- 56.01 - pensões RGPS – Área Urbana

57.00 – OUTROS BENEFÍCIOS DO RGPS – ÁREA RURAL

- 57.01 - outros benefícios do RGPS – Área Rural

58.00 – OUTROS BENEFÍCIOS DO RGPS – ÁREA URBANA

- 58.01 - outros Benefícios do RGPS – Área Urbana

59.00 - Pensões Especiais**59.01 - Pensões Especiais****61.00 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS****61.01 – edifícios****61.02 - glebas e fazendas****61.03 – terrenos****61.04 - florestas****61.06 - salas e/ou escritórios****61.07 - casas e/ou apartamentos****61.08 - armazéns e silos****61.91 - obras em andamento****61.92 - instalações****61.99 - outras aquisições de bens imóveis****62.00 - AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA****62.01 - bens para formação de estoque de venda ou revenda futura****62.99 - outras aquisições de bens para revenda****63 - AQUISIÇÃO DE TÍTULOS DE CRÉDITO****63.01 - aquisição de títulos de crédito não representativo de quotas de capital de empresas****63.99 - outras aquisições de títulos de crédito****64.00 - AQUISIÇÃO DE TÍTULOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL JÁ INTEGRALIZADO****64.01 - aquisição de ações ou quotas de qualquer tipo de sociedade, desde que tais títulos não representem constituição ou aumento de capital****64.99 - outras aquisições de títulos – capital integral****65.00 - CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS****65.01 - capital de empresas públicas****65.02 - capital de sociedades de economia mista****65.99 - outras empresas****66.00 - CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS****66.01 - bolsas de estudos reembolsáveis****66.02 - empréstimos financeiros****66.99 - outras concessões de empréstimos e financiamentos****67.00 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS****67.01 - depósitos e cauções****67.02 - depósitos judiciais****67.03 - depósitos para recursos****67.99 - outros depósitos compulsórios**

70.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO

70.01 - Participação em Consórcio Público

71.00 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO

71.01 - amortização da dívida contratada com instituições financeiras

71.02 - amortização da dívida contratada com governos

71.03 - amortização da dívida contratada no exterior

71.99 - outras amortizações da dívida contratada

72.00 - PRINCIPAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA RESGATADO

72.01 - amortização efetiva do valor nominal do título da dívida pública mobiliária interna

72.02 - amortização efetiva do valor nominal do título da dívida pública mobiliária externa

72.99 - outros

73.00 - CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA

73.01 - dívida interna

73.02 - dívida externa

74.00 - CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA RESGATADA

74.01 - atualização do valor nominal do título da dívida pública mobiliária, efetivamente amortizado

75.00 - CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA DECORRENTE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA

75.01 - correção monetária da dívida decorrente de operação de crédito por antecipação de receita

76.00 - PRINCIPAL CORRIGIDO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA REFINANCIADO

76.01 - principal corrigido da dívida mobiliária refinanciado

77.00 - PRINCIPAL CORRIGIDO DA DÍVIDA CONTRATUAL REFINANCIADO

77.01 - amortização da dívida contratada refinanciada com instituições financeiras

77.02 - amortização da dívida contratada refinanciada com governos

77.03 - amortização da dívida contratada refinanciada no exterior

77.99 - outras amortizações da dívida contratada refinanciada

81.00 - DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS

81.01 - participação dos municípios – ICMS

81.02 - participação dos municípios cota-parte IPI exportação

81.04 - participação dos municípios - IPVA

81.05 - participação dos municípios - ITBI

81.06 - participação dos municípios - CIDE

82.00 - APORTE DE RECURSOS PELO PARCEIRO PÚBLICO EM FAVOR DO PARCEIRO PRIVADO DECORRENTE DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP

82.01 - Aporte de Recursos pelo Parceiro Público em Favor do Parceiro Privado Decorrente de Contrato de Parceria Público-Privada – PPP

83.00 - DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECONÔMICAS, APORTE E FUNDO GARANTIDOR

83.01 - Despesas Decorrentes de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP, exceto Subvenções Econômicas, Aporte e Fundo Garantidor

84.00 - DESPESAS DECORRENTES DA PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS, ORGANISMOS, OU ENTIDADES ASSEMBELHADAS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS

84.01 - Despesas Decorrentes da Participação em Fundos, Organismos, ou Entidades Assemblhadas, Nacionais e Internacionais

91.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS

91.01 - precatórios - ativo civil / sentenças judiciais transitadas em julgado

91.02 - precatórios incluídos na Lei de Orçamento

91.03 - precatórios - inativo civil

91.04 - precatórios - inativo militar

91.05 - precatórios - pensionista civil

91.06 - precatórios - pensionista militar

91.07 - precatórios - administração direta

91.08 - precatórios - administração indireta

91.09 - sentença judicial transitada em julgado caráter único - ativo civil

91.10 - sentença judicial transitada em julgado caráter único - ativo militar

91.11 - sentença judicial transitada em julgado caráter único - inativo civil

91.12 - sentença judicial transitada em julgado caráter único - inativo militar

91.13 - sentença judicial transitada em julgado caráter único - pensionista civil

91.14 - sentença judicial transitada em julgado caráter único - pensionista militar

91.15 - sentenças judiciais de pequeno valor

91.16 - ação não transitada em julgado caráter único - ativo civil

91.17 - ação não transitada em julgado caráter único - ativo militar

91.18 - ação não transitada em julgado caráter único - inativo civil

91.19 - ação não transitada em julgado caráter único - inativo militar

91.20 - ação não transitada em julgado caráter único - pensionista civil

91.21 - ação não transitada em julgado caráter único - pensionista militar

91.22 - ação não transitada em julgado caráter contínuo - ativo civil

91.23 - ação não transitada em julgado caráter contínuo - ativo militar

91.24 - ação não transitada em julgado caráter contínuo - inativo civil

- 91.25 - ação não transitada em julgado caráter contínuo - inativo militar
- 91.26 - ação não transitada em julgado caráter contínuo - pensionista civil
- 91.27 - ação não transitada em julgado caráter contínuo - pensionista militar
- 91.29 - liminares em mandado de segurança
- 91.30 - sentenças indenizatórias
- 91.31 - outros precatórios relativos a despesas de pessoal
- 91.32 - outros precatórios relativos a despesas correntes
- 91.33 - outros precatórios relativos a despesas de capital
- 91.99 – outras sentenças judiciais

92.00 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

- 92.01 - aposentadorias e reformas
- 92.03 – pensões
- 92.04 - contratação por tempo determinado
- 92.05 - outros benefícios previdenciários/obrigações patronais
- 92.06 - benefício mensal ao deficiente e ao idoso
- 92.07 - contribuição a entidades fechadas de previdência
- 92.08 - outros benefícios assistenciais
- 92.09 - salário-família
- 92.10 - outros benefícios de natureza social
- 92.11 - vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
- 92.12 - vencimentos e vantagens fixas – pessoal militar
- 92.13 - obrigações patronais
- 92.14 - diárias – civil
- 92.15 - diárias – militar
- 92.16 - outras despesas variáveis – pessoal civil
- 92.17 - outras despesas variáveis – pessoal militar
- 92.18 - auxílio financeiro a estudantes
- 92.19 - auxílio-fardamento
- 92.20 - auxílio financeiro a pesquisadores
- 92.21 - juros sobre a dívida por contrato
- 92.22 - outros encargos sobre a dívida por contrato
- 92.23 - juros, deságios e descontos da dívida mobiliária
- 92.24 - outros encargos sobre a dívida mobiliária
- 92.25 - encargos sobre operações de crédito por antecipação da receita
- 92.26 – ressarcimento de despesa de pessoal requisitado
- 92.27 - encargos pela honra de avais, garantias, seguros e similares
- 92.28 - remuneração de cotas de fundos autárquicos
- 92.30 - material de consumo
- 92.31 - premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras
- 92.32 - material de distribuição gratuita
- 92.33 - passagens e despesas com locomoção
- 92.34 - outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização
- 92.35 - serviços de consultoria
- 92.36 - outros serviços de terceiros – pessoa física
- 92.37 - locação de mão-de-obra
- 92.38 - arrendamento mercantil

- 92.39 - outros serviços de terceiros – pessoa jurídica
- 92.41 - contribuições
- 92.42 - auxílios
- 92.43 - subvenções sociais
- 92.45 - equalização de preços e taxas
- 92.46 - auxílio-alimentação
- 92.47 - obrigações tributárias e contributivas
- 92.48 - outros auxílios financeiros a pessoas físicas
- 92.49 - auxílio-transporte
- 92.51 - obras e instalações
- 92.52 - equipamentos e material permanente
- 92.61 - aquisição de imóveis
- 92.62 - aquisição de produtos para revenda
- 92.63 - aquisição de títulos de crédito
- 92.64 - aquisição de títulos representativos de capital já integralizado
- 92.65 - constituição ou aumento de capital de empresas
- 92.66 - concessão de empréstimos e financiamentos
- 92.67 - depósitos compulsórios
- 92.71 - principal da dívida contratual resgatado
- 92.72 - principal da dívida mobiliária resgatado
- 92.73 - correção monetária ou cambial da dívida contratual resgatada
- 92.74 - correção monetária ou cambial da dívida mobiliária resgatada
- 92.75 - correção monetária da dívida de operações de crédito por antecipação da receita
- 92.76 - principal corrigido da dívida mobiliária refinanciado
- 92.77 - principal corrigido da dívida contratual refinanciado
- 92.81 - distribuição constitucional ou legal de receitas
- 92.91 - sentenças judiciais
- 92.93 - indenizações e restituições
- 92.94 - indenizações e restituições trabalhistas
- 92.95 - indenização pela execução de trabalho de campo
- 92.96 - ressarcimento de despesas de pessoal requisitado
- 92.99 – outras despesas de exercícios anteriores

93.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

- 93.01 - indenizações
- 93.02 - restituições
- 93.03 - ajuda de custo
- 93.04 - indenização de transporte
- 93.05 - indenização de moradia
- 93.06 - ressarcimento assistência médica/odontológica
- 93.07 – remoção
- 93.99 - diversas indenizações e restituições

94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS

- 94.01 - indenizações e restituições trabalhistas - ativo civil
- 94.02 - indenizações e restituições trabalhistas - ativo militar

- 94.03 - indenizações e restituições trabalhistas - inativo civil
- 94.04 - indenizações e restituições trabalhistas - inativo militar
- 94.05 - indenizações e restituições trabalhistas - pensionista civil
- 94.06 - indenizações e restituições trabalhistas - pensionista militar
- 94.07 - indenização por demissão de servidor ou empregado
- 94.08 - incentivo à demissão voluntária
- 94.09 - férias - abono pecuniário - RGPS
- 94.10 - indenização de férias não gozadas - RPPS
- 94.11 - licença-prêmio convertida em pecúnia
- 94.99 - diversas indenizações e restituições trabalhistas

95.00 - INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHO DE CAMPO

- 95.01 - indenização a servidor pela execução de trabalho de campo, sem direito à percepção de diárias

96.00 - RESSARCIMENTO DE DESPESA DE PESSOAL REQUISITADO

- 96.01 - pessoal requisitado de outros órgãos

97.00 – APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS

- 97.01 – cobertura de Déficit Atuarial do RPPS

98.00 - Compensações ao RGPS

- 98.01 - Compensações ao RGPS

99.00 - A CLASSIFICAR

- 99.01 - a classificar

ANEXOS DA PORTARIA Nº 448, DE 13/9/2002

Com o objetivo de auxiliar, em nível de execução, o processo de apropriação contábil da despesa, estamos apresentando a seguir, um detalhamento dos elementos de despesa que sofreram alterações com a Portaria nº 448 da Secretaria do Tesouro Nacional de 13/09/2002.

30 – MATERIAL DE CONSUMO

COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS - 01	Registra o valor das despesas com combustíveis para motores a combustão interna de veículos rodoviários, tratores em geral, embarcações diversas e grupos geradores estacionados ou transportáveis e todos os óleos lubrificantes destinados aos sistemas hidráulicos, hidramáticos, de caixa
---	---

	de transmissão de força e graxas grafitadas para altas e baixas temperaturas, tais como: aditivos, álcool hidratado, fluido para amortecedor, fluido para transmissão hidráulica, gasolina, graxas, óleo diesel, óleo para caráter, óleo pra freio hidráulico e afins.
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DE AVIAÇÃO - 02	Registra o valor das despesas com combustíveis e lubrificantes destinados a qualquer tipo de aeronave, tais como: aditivos, gasolina, graxas, óleos e fluidos em geral, querosene e afins.
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OUTRAS FINALIDADES -03	Registra o valor das despesas com combustíveis e lubrificantes para outras finalidades que não se classificam em itens anteriores. Carburato, carvão mineral, carvão vegetal, lenha, querosene comum, combustíveis e lubrificantes de uso ferroviário e afins.
GÁS ENGARRAFADO -04	Registra o valor das despesas com gases de uso industrial, de tratamento de água, de iluminação, destinados a recarga de extintores de incêndio, de uso médico, bem como os gases nobres para uso em laboratório científico, tais como: acetileno, carbônico freon, hélio, hidrogênio, liquefeito de petróleo, nitrogênio, oxigênio e afins.
EXPLOSIVOS E MUNIÇÕES -05	Registra o valor das despesas com as cargas de projeção utilizadas em peças de artilharia, mísseis guiados e não guiados cápsulas ou estojos para recarga e explosivos de uso militar e paramilitar; balas e similares, estopim, explosivos, tais como: artefatos explosivos, artigos pirotécnicos, cápsulas de detonação, dinamite, espoleta, fogos de artifício, granada, pólvora e afins
ALIMENTOS PARA ANIMAIS -06	Registra o valor das despesas com alimentos destinados a gado bovino, eqüino, muar, bufalino, caprinos, suínos, ovinos, aves de qualquer espécie, como também para animais silvestres em cativeiro (jardins zoológicos ou laboratórios) e afins, tais como: alfafa, alpiste, capim verde, farelo, farinhas em geral, fubá grosso, milho em grão, ração balanceada, sal mineral, suplementos vitamínicos e afins.
GÊNEROS DE	Registra o valor das despesas com gênero de

ALIMENTAÇÃO -07	alimentação ao natural, beneficiados ou conservados tais como: açúcar, adoçante, água mineral, bebidas, café, carnes em geral, cereais, chás, condimentos, frutas, gelo, legumes, refrigerantes, sucos, temperos, verduras e afins.
ANIMAIS PARA PESQUISA E ABATE -08	Registra o valor das despesas com animais para pesquisa e abate. Incluem-se nesta classificação os peixes e mariscos, todas as espécies de mamíferos, abelhas para estudos, pesquisa e produção de mel, bem assim qualquer outro animal destinado a estudo genético ou alimentação, tais como: boi, cabrito, cobaias em geral, macaco, rato, rã e afins.
MATERIAL FARMACOLÓGICO -09	Registra o valor das despesas com medicamentos ou componentes destinados à manipulação de drogas e medicamentos, tais como: medicamentos, soro, vacinas e afins.
MATERIAL ODONTOLÓGICO -10	Registra o valor das despesas com materiais utilizados com pacientes na área odontológica, bem como os utilizados indiretamente pelos protéticos na confecção de próteses diversas, agulhas, amálgama, anestésicos, broca, cimento odontológico, espátula odontológica, filmes para raios-X, platina, seringas, sugador e afins
MATERIAL QUÍMICO- 11	Registra o valor das despesas com todos os elementos ou compostos químicos destinados ao fabrico de produtos químicos, análises laboratoriais, bem como aqueles destinados ao combate de pragas ou epizootias, tais como: ácidos, inseticidas, produtos químicos para tratamento de água, reagentes químicos, sais, solventes, substâncias utilizadas para combater insetos, fungos e bactérias e afins.
MATERIAL DE COUDELARIA OU DE USO ZOOTÉCNICO -12	Registram o valor das despesas com materiais utilizados no arreamento de animais destinados a montaria, com exceção da sela, como também aqueles destinados ao adestramento de cães de guarda ou outro animal doméstico, tais como: argolas de metal, arreamento, barrigueiras, bridões, cabrestos, cinchas, cravos, escovas para animais, estribos, ferraduras, mantas de

	pano, material para apicultura, material de ferragem e contenção de animais, peitorais, raspadeiras e afins.
MATERIAL DE CAÇA E PESCA -13	Registra o valor das despesas com materiais utilizados na caça e pesca de animais, tais como: anzóis, cordoalhas para redes chumbadas, iscas, linhas de nylon, máscaras para visão submarina, molinetes, nadadeiras de borracha, redes, roupas e acessórios para mergulho, varas e afins.
MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO -14	Registra o valor das despesas com materiais utilizados ou consumidos diretamente nas atividades educativas e esportivas de crianças e adultos, tais como: apitos, bolas, bonés, botas especiais, brinquedos educativos, calções, camisas de malha, chuteiras, cordas, esteiras, joelheiras, luvas, materiais pedagógicos, meias, óculos para motociclistas, patins, quimonos, raquetes, redes para prática de esportes, tênis e sapatilhas, tornozeleiras, touca para natação e afins.
MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS -15	Registra o valor das despesas com materiais de consumo utilizados em festividades e homenagens, incluindo artigos para decoração e buffet, tais como: arranjos e coroas de flores, bebidas, doces salgados e afins
MATERIAL DE EXPEDIENTE -16	Registra o valor das despesas com os materiais utilizados diretamente os trabalhos administrativos, nos escritórios públicos, nos centros de estudos e pesquisas, nas escolas, nas universidades, etc, tais como: agenda, alfinete de aço, almofada para carimbos, apagador, apontador de lápis, arquivo para disquete, bandeja para papéis, bloco para rascunho, bobina papel para calculadora, borracha, caderno, caneta, capa e processo, carimbos em geral, cartolina, classificador, clipe, cola, colchete, corretivo, envelope, espátula, estêncil, estilete, extrator de grampos, fita adesiva, fita para máquina de escrever, calcular, giz, goma elástica, grafite, grampeador, grampos, guia para arquivo, guia de endereçamento postal, impressos e formulários em geral, intercalador para

	fichário, lacre, lápis, lapiseira, limpa tipos, livros de ata, de ponto e de protocolo, papéis, pastas em geral, percevejo, perfurador, pinça, placas de acrílico, plásticos, porta-lápis, registrador, régua, selos para correspondência, tesoura, tintas, toner, transparências e afins.
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS -17	Registra o valor das despesas com materiais utilizados no funcionamento e manutenção de sistemas de processamento de dados, tais como: cartuchos de tinta, capas plásticas protetoras para micros e impressoras, CD-ROM virgem, disquetes, etiquetas em formulário contínuo, fita magnética, fita para impressora, formulário contínuo, mouse PAD, peças e acessórios para computadores e periféricos, recarga de cartuchos de tinta, toner para impressora laser, cartões magnéticos e afins.
MATERIAIS E MEDICAMENTOS PARA USO VETERINÁRIO -18	Registra o valor das despesas com materiais e medicamentos para uso veterinário: vacinas, medicamentos e afins.
MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM -19	Registra o valor das despesas com materiais aplicados diretamente nas preservações, acomodações ou embalagens de qualquer produto, tais como: arame, barbante, caixas plásticas, de madeira, papelão e isopor, cordas, engradados, fitas de aço ou metálicas, fitas gomadoras, garrafas e potes, linha, papel de embrulho, papelão, sacolas, sacos e afins.
MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO -20	Registra o valor das despesas com materiais utilizados em dormitórios coletivos, residenciais, hotéis, restaurantes, etc, tais como: cobertores, colchas, colchonetes, fronhas, guardanapos, lençóis, toalhas, travesseiros e afins.
MATERIAL DE COPA E COZINHA -21	Registra o valor das despesas com materiais utilizados em refeitórios de qualquer tipo, cozinhas residenciais, de hotéis, de hospitais, de escolas, de universidades, de fábricas, etc, tais como: abridor de garrafa, açucareiro, artigos de vidro e plástico, bandejas, coadores, colheres, copos, ebulidores, facas, farinheiras, fósforos, frigideiras, garfos,

	garrafas térmicas, paliteiros, panelas, panos de cozinha, papel alumínio, pratos, recipientes para água, suportes de copos para cafezinho, tigelas, velas, xícaras e afins
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO -22	Registra o valor das despesas com materiais destinados a higienização pessoal, de ambientes de trabalho, de hospitais, etc, tais como: álcool etílico, anticorrosivo, aparelho de barbear descartável, balde plástico, bomba para inseticida, capacho, cera, cesto para lixo, creme dental, desinfetante, desodorizante, detergente, escova de dente, escova para roupas e sapatos, espanador, esponja, estopa, flanela, inseticida, lustramóveis, mangueira, naftalina, pá para lixo, palha de aço, panos para limpeza, papel higiênico, pasta para limpeza de utensílios, porta-sabão, removedor, rodo, sabão, sabonete, saco para lixo, saponáceo, soda cáustica, toalha de papel, vassoura e afins.
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS -23	Registra o valor das despesas com uniformes ou qualquer tecido ou material sintético que se destine à confecção de roupas, com linhas de qualquer espécie destinadas a costuras e afins, materiais de consumo empregados direta ou indiretamente na confecção de roupas, tais como: agasalhos, artigos de costura, aventais, blusas, botões, cadarços, calçados, calças, camisas, capas, chapéus, cintos, elásticos, gravatas, guarda-pós, linhas, macacões, meias, tecidos em geral, uniformes militares ou de uso civil, zíperes e afins.
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS -24	Registra o valor das despesas com materiais de consumo para aplicação, manutenção e reposição de qualquer bem público, tais como: amianto, aparelhos sanitários, arames liso e farpado, areia, basculante, boca de lobo, bóia, brita, brocha, cabo metálico, cal, cano, cerâmica cimento, cola, condutores de fios, conexões, curvas, esquadrias, fechaduras, ferro, gaxetas, grades, impermeabilizantes, isolantes acústicos e térmicos, janelas, joelhos, ladrilhos, lavatórios, lixas, madeira, marcos de concreto, massa corrida, niple,

	papel de parede, parafusos, pias, pigmentos, portas e portais, pregos, rolos solventes, sifão, tacos, tampa para vaso, tampão de ferro, tanque, tela de estuque, telha, tijolo, tinta, torneira, trincha, tubo de concreto, válvulas, verniz, vidro e afins.
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS -25	Registra o valor das despesas com componentes, peças, acessórios e sobressalentes para aplicação, manutenção e reposição em bens móveis em geral, tais como: cabos, chaves, cilindros para máquinas copiadoras, compressor para ar condicionado, esferas para máquina datilográfica, mangueira para fogão, margaridas, peças de reposição de aparelhos e máquinas em geral, materiais de reposição para instrumentos musicais e afins.
MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO -26	Registra o valor das despesas com materiais de consumo para aplicação, manutenção e reposição dos sistemas, aparelhos e equipamentos elétricos e eletrônicos, tais como: benjamins, bocais, calhas, capacitores e resistores, chaves de ligação, circuitos eletrônicos, condutores, componentes de aparelho eletrônico, diodos, disjuntores, eletrodos, eliminador de pilhas, espelhos para interruptores, fios e cabos, fita isolante, fusíveis, interruptores, lâmpadas e luminária, pilhas e baterias, pinos e plugs, placas de baquelite, reatores, receptáculos, resistências, starts, suportes, tomadas de corrente e afins.
MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO -27	Registra o valor das despesas com materiais de consumo utilizados em campanha militar ou paramilitar, em manobras de tropas, em treinamento ou em ação em patrulhamento ostensivo ou rodoviários, em campanha de saúde pública, etc, tais como: binóculo, carta náutica, cantil, cordas, flâmulas e bandeiras de sinalização, lanternas, medicamentos de pronto-socorro, mochilas, piquetes, sacolas, sacos de dormir, sinaleiros e afins.
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA -28	Registra o valor das despesas com materiais de consumo utilizados diretamente na proteção de pessoas ou bens públicos, para socorro de pessoas e animais ou para socorro

	de veículos, aeronaves e embarcações assim como qualquer outro item aplicado diretamente nas atividades de sobrevivência de pessoas, na selva, no mar ou em sinistros diversos, tais como: botas, cadeados, calçados especiais, capacetes, chaves, cintos, coletes, dedais, guarda-chuvas, lona, luvas, mangueira de lona, máscaras, óculos e afins.
MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO -29	Registra o valor das despesas com materiais de consumo de emprego direto em filmagem e revelação, ampliações e reproduções de sons e imagens, tais como: aetze especial para chapa de papel, álbuns para retratos, alto-falantes, antenas, artigos para gravação em acetato, filmes virgens, fitas virgens de áudio e vídeo, lâmpadas especiais, material para radiografia, microfilmagem e cinematografia, molduras, papel para revelação de fotografias, pegadores, reveladores e afins.
MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES -30	Registra o valor das despesas com materiais utilizados em comunicações assim como os componentes, circuitos impressos ou integrados, peças ou partes de equipamentos de comunicações, como materiais para instalações, tais como: radiofônicas, radiotelegráficas, telegráficas e afins.
SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS -31	Registra o valor das despesas com qualquer tipo de semente destinada ao plantio e mudas de plantas frutíferas ou ornamentais, assim como todos os insumos utilizados para fertilização, tais como: adubos, argila, plantas ornamentais, borbulhas, bulbos, enxertos, fertilizantes, mudas envasadas ou com raízes nuas, sementes, terra, tubérculos, xaxim e afins.
SUPRIMENTO DE AVIAÇÃO -32	Registra o valor das despesas com aquisição de materiais empregados na manutenção e reparo de aeronaves, tais como: acessórios, peças de reposição de aeronaves, sobressalentes e afins.
MATERIAL PARA PRODUÇÃO INDUSTRIAL -33	Registra o valor das despesas com matérias-primas utilizadas na transformação, beneficiamento e industrialização de um produto final, tais como: borracha, couro, matérias-primas em geral, minérios e afins.

SOBRESSALENTE, MÁQUINAS E MOTORES DE NAVIOS E EMBARCAÇÕES -34	Registra o valor das despesas com a aquisição de material utilizado na manutenção e reparo de máquinas e motores de navios, inclusive da esquadra e de embarcações em geral.
MATERIAL LABORATORIAL -35	Registra o valor das despesas com todos os utensílios usados em análises laboratoriais, tais como: almofarizes, bastões, bico de gás, cálices, corantes, filtros de papel, fixadoras, frascos, funis, garra metálica, lâminas de vidro para microscópio, lâmpadas especiais, luvas de borracha, metais e metalóides para análise, pinças, rolhas, vidraria, tais como: balão volumétrico, Becker, conta-gotas, erlemeyer, pipeta, proveta, termômetro, tubo de ensaio e afins.
MATERIAL HOSPITALAR -36	Registra o valor das despesas com todos os materiais de consumo utilizados na área hospitalar ou ambulatorial, tais como: agulhas hipodérmicas, algodão, cânula, catéteres, compressa de gaze, drenos, esparadrapo, fios cirúrgicos, lâminas para bisturi, luvas, seringas, termômetro clínico e afins.
SOBRESSALENTE DE ARMAMENTO -37	Registra o valor das despesas com aquisição de material utilizado na manutenção e reparo de armamento, tais como: material de manutenção e armamento, peças de reposição e afins.
SUPRIMENTO DE PROTEÇÃO AO VÔO -38	Registra o valor das despesas com peças de reposição de radares e sistema de comunicação.
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS -39	Registra o valor das despesas com materiais para aplicação e manutenção de veículos rodoviários, viaturas blindadas e tratores em geral, tais como: água destilada, amortecedores, baterias, borrachas, buzina, cabos de acelerador, cabos de embreagem, câmara de ar, carburador completo, cifa, colar de embreagem, condensador, platinado, correias, disco de embreagem, ignição, junta homocinética, lâmpadas e lanternas para veículos, lonas e pastilhas de freio, mangueiras, material utilizado em lanternagem e pintura, motor de reposição,

	pára-brisa, pára-choque, platô, pneus, reparos, retentores, retrovisores, rolamentos, tapetes, válvulas da marcha lenta e termostática, velas e afins.
MATERIAL BIOLÓGICO - 40	Registra o valor das despesas com amostras e afins, itens de materiais biológicos utilizados em estudos e pesquisas científicas em seres vivos e inseminação artificial, tais como: meios de cultura, sêmen e afins.
MATERIAL PARA UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA - 41	Registra o valor das despesas com todos os materiais de consumo de uso gráfico, tais como: chapas de off-set, clichês, cola, espirais, fotolitos, logotipos, papel, solventes, tinta, tipos e afins.
FERRAMENTAS - 42	Registra o valor das despesas com todos os tipos de ferramentas utilizadas em oficinas, carpintarias, jardins, etc, tais como: alicate, broca, caixa para ferramentas, canivete, chaves em geral, enxada, espátulas, ferro de solda, foice, lâmina de serra, lima, machado, martelo, pá, picareta, ponteira, primo, serrote, tesoura de podar, trena e afins.
MATERIAL PARA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL - 43	Registra o valor das despesas com materiais utilizados em programas de reabilitação profissional, bastões, bengalas, joelheiras, meias elásticas e assemelhados, óculos, órteses, pesos, próteses e afins.
MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E AFINS - 44	Registra o valor das despesas com materiais utilizados para identificação, sinalização visual, endereçamento e afins, tais como: placas de sinalização em geral, placas indicativas para os setores e seções, placas para veículos, plaquetas para tombamento de material, placas sinalizadores de trânsito, cones sinalizadores de trânsito, crachás, botons identificadores para servidores e afins.
MATERIAL TÉCNICO PARA SELEÇÃO E TREINAMENTO - 45	Registra o valor das apropriações das despesas com materiais técnicos utilizados em processos de seleção e treinamento pela própria unidade ou para distribuição não gratuita, tais como: apostilas e similares, folhetos e orientação, livros, manuais explicativos para candidatos e afins.
MATERIAL	Registra o valor das despesas com material

BIBLIOGRÁFICO NÃO IMOBILIZÁVEL - 46	bibliográfico não destinado a bibliotecas, cuja defasagem ocorre em um prazo máximo de dois anos, tais como: jornais, revistas, periódicos em geral, anuários médicos, anuários estatístico e afins (podendo estar na forma de CD-ROM).
AQUISIÇÃO DE SOFTWARES DE BASE - 47	Registra o valor das despesas com aquisição de softwares de base (de prateleira) que são aqueles incluídos na parte física do computador (hardware) que integram o custo de aquisição desse no Ativo Imobilizado. Tais softwares representam também aqueles adquiridos no mercado sem características fornecidas pelo adquirente, ou seja, sem as especificações do comprador. (Embargo declaratório em recurso extraordinário nº 199.464-9 STF).
BENS MÓVEIS NÃO ATIVÁVEIS - 48	Registra o valor das despesas com aquisição de bens móveis de natureza permanente não ativáveis, ou seja, aqueles considerados como despesa operacional, para fins de dedução de imposto de renda, desde que atenda as especificações contidas no artigo 301 do RIR (Regulamento de Imposto de Renda). conta utilizada exclusivamente pelas unidades regidas pela Lei nº 6.404/76.
BILHETES DE PASSAGEM - 49	Registra o valor das despesas com aquisição de bilhetes de passagem para guarda em estoque.
BANDEIRAS , FLÂMULAS E INSÍGNIAS - 50	Registra o valor das despesas com aquisição de bandeiras, flâmulas e insígnias, a saber, tais como: brasões, escudos, armas da república, selo nacional e afins.
MATERIAL DE CONSUMO – PAGTO ANTECIPADO - 96	Registra o valor das apropriações das despesas, referentes ao pagamento de suprimento de fundos, para posteriores prestação de contas, onde o saldo excedente a 5% do total do agrupamento deverá ser classificado nos subitens específicos, dentro do mesmo grupo.
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO - 99	Registra o valor da apropriação da despesa com outros materiais de consumo não classificadas nos subitens anteriores.

36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA

CONDOMÍNIOS - 01	Registra o valor das apropriações das despesas com taxas condominiais a conta do locatário, quando previstas no contrato de locação.
DIÁRIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAÍS - 02	Registra o valor das despesas com diárias, no país, pagas a prestadores de serviços, de caráter eventual, sem vínculo com a administração pública.
DIÁRIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO EXTERIOR - 03	Registra o valor das despesas com diárias, no exterior, pagas a prestadores de serviços de caráter eventual, sem vínculo com a administração pública.
COMISSÕES E CORRETAGENS - 04	Registra o valor das apropriações das despesas com comissões e corretagens decorrentes de serviços prestados por, tais como: corretores, despachantes, leiloeiros e afins.
DIREITOS AUTORAIS - 05	Registra o valor das despesas com direitos autorais sobre obras científicas, literárias ou em que a divulgação seja de interesse do governo.
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS - 06	Registra o valor das despesas com serviços prestados por profissionais técnicos, nas seguintes áreas, tais como: administração, advocacia, arquitetura, contabilidade, economia, engenharia, estatística, informática e outras.
ESTAGIÁRIOS - 07	Registra o valor das despesas com serviços prestados por estudantes na condição de estagiários ou monitores.
BOLSA DE INICIAÇÃO AO TRABALHO - 08	Registra o valor das despesas com remuneração a candidatos participantes de curso de formação para o exercício de cargo decorrente de concurso público.
SALÁRIOS DE INTERNOS EM PENITENCIÁRIAS - 09	Registra o valor das despesas com remuneração a presos e internos, de acordo com a Lei nº 3.274, de 02/10/57.
PRÓ-LABORE A CONSULTORES EVENTUAIS- 11	Registra o valor das apropriações de despesas com pró-labore a consultores eventuais, inclusive referente ao programa PADCT (membros do colegiado do PADCT, exceto servidores públicos), nos termos do parecer da Advocacia Geral da União nº 60-

	76, de 30/06/1995.
CAPATAZIA, ESTIVA E PESAGEM - 12	Registra o valor das despesas com remuneração de serviços utilizados na movimentação e pesagem de cargas (mercadorias e produtos)
CONFERÊNCIAS, EXPOSIÇÕES E ESPETÁCULOS - 13	Registra os valores referentes às despesas como pagamento direto aos conferencistas e/ou expositores pelos serviços prestados.
ARMAZENAGENS - 14	Registra o valor das despesas com remuneração de serviços de galpões, silos e outros locais destinados à armazenagem de mercadorias e produtos. Inclui, ainda, os dispêndios de garantia dos estoques armazenados.
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS -15	Registra o valor das despesas com remuneração de serviços de aluguel de prédios, salas e outros imóveis de propriedade de pessoa física.
LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS E INTANGÍVEIS -16	Registra o valor das despesas com serviços de aluguéis de máquinas, equipamentos, telefone fixo e celular e outros bens móveis de propriedade de pessoa física.
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS -18	Registra o valor das despesas com serviços de reparos, consertos revisões e adaptações de, tais como: máquinas e equipamentos de processamento de dados e periféricos, máquinas e e equipamentos gráficos, aparelhos de fax, aparelhos de medição e aferição, aparelhos médicos, odontológicos, hospitalares e laboratoriais, calculadoras, eletrodomésticos, máquinas de escrever e afins.
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS - 20	Registra o valor das despesas com serviços de reparos, consertos e revisões de veículos, tais como: estofamento, funilaria, instalação elétrica, lanternagem, mecânica, pintura e afins
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS - 21	Registra o valor das despesas com serviços de reparos, consertos, revisões e adaptações de bens móveis não classificados em subitens específicos.
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - 22	Registra o valor das despesas com serviços de reparos, consertos, revisões e adaptações de bens imóveis, tais como: pedreiro, carpinteiro e serralheiro, pintura, reparos em instalações elétricas e hidráulicas, reparos,

	recuperações e adaptações de biombos, carpetes, divisórias e lambris e afins.
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO - 23	Registra o valor das despesas com aquisição de refeições preparadas, inclusive lanches e similares.
SERVIÇOS DE CARÁTER SECRETO OU RESERVADO – 24	Registra o valor das despesas com serviços de caráter sigiloso constantes em regulamento do órgão.
SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - 25	Registra o valor das despesas com serviços de limpeza e conservação de bens imóveis, tais como: dedetização, faxina e afins.
SERVIÇOS DOMÉSTICOS - 26	Registra o valor das despesas com serviços domésticos prestados por pessoa física sem vínculo empregatício, tais como: cozinha, lavagens de roupas e afins.
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL - 27	Registra o valor das despesas com serviços de comunicação geral prestados por pessoa física, tais como: confecção de material para comunicação visual; geração de materiais para divulgação por meio dos veículos de comunicação; e afins.
SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO - 28	Registra as despesas prestadas nas áreas de instrução e orientação profissional, recrutamento e seleção de pessoal e treinamento, por pessoa física.
SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS - 30	Registra o valor das despesas com serviços médicos e odontológicos prestados por pessoa física, sem vínculo empregatício, tais como: consultas, raio-x, tratamento odontológico e afins.
SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL - 31	Registra o valor das despesas realizadas com serviços de reabilitação profissional prestados por pessoa física sem vínculo empregatício, tais como: transporte e locomoção urbana, alimentação e inscrição em cursos profissionalizantes, instrumentos de trabalhos e implementos profissionais de órtese e prótese.
SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 32	Registra o valor das despesas realizadas com serviços de assistência social prestados por pessoa física sem vínculo empregatício a servidores, segurados carentes, abrigados internados e a seus dependentes, tais como: ajuda de custo supletiva, gêneros alimentícios, documentação, transporte e sepultamento.

SERVIÇOS DE PERÍCIAS MÉDICAS POR BENEFÍCIOS - 34	Registra o valor das despesas realizadas com serviços de perícias médicas por benefícios devido aos médicos credenciados, para exames realizados em segurado e/ou servidores
SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL - 35	Registra o valor das despesas com serviços de natureza eventual prestados por pessoa física, tais como: assistência técnica, capina, jardinagem, operadores de máquinas e motoristas, recepcionistas, serviços auxiliares e afins.
SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E REBENEFICIAMENTO DE MERCADORIAS - 36	Registra o valor das despesas com serviços de natureza eventual prestados por pessoa física na conservação e rebeneficiamento de mercadorias.
CONFECÇÃO DE MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM – 37	Registra o valor das despesas com serviços prestados por pessoa física na confecção de, tais como: bolsas, caixas, mochilas, sacolas e afins.
CONFECÇÃO DE UNIFORMES, BANDEIRAS E FLÂMULAS - 38	Registra o valor das despesas com serviços de costureiras, alfaiates e outros utilizados na confecção de uniformes, bandeiras, flâmulas, brasões e estandartes.
FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS - 39	Registra o valor das despesas com serviços prestados por pessoa física, tais como: fretes e carretos, remessa de encomendas, transporte de mercadorias e produtos e afins.
ENCARGOS FINANCEIROS DEDUTÍVEIS – 40	Registra o valor das despesas com correção monetária incidente sobre obrigações devidas a pessoa física (considerada como despesa operacional para efeito de apuração do lucro tributável).
MULTAS DEDUTÍVEIS - 41	Registra o valor das despesas com multas incidentes sobre obrigações devidas a pessoas físicas (consideradas como despesa operacional para efeito de apuração do lucro tributável).
JUROS – 42	Registra o valor das despesas com juros incidentes sobre obrigações decorrentes de cláusula contratual ou pagamento após vencimento.
ENCARGOS FINANCEIROS INDEDUTÍVEIS - 43	Registra o valor das despesas com correção monetária sobre obrigações, devidos a pessoas físicas (não considerada como despesas operacional para efeito de apuração do lucro tributável).

MULTAS INDEDUTÍVEIS - 44	Registra o valor das despesas com multas incidentes sobre obrigações, devidas a pessoas físicas (não consideradas como despesa operacional para efeito de apuração do lucro tributável).
JETONS A CONSELHEIROS - 45	Registra o valor das despesas realizadas a título de remuneração (jetons) a membros de órgãos de deliberação coletiva (conselhos).
DIÁRIAS A CONSELHEIROS - 46	Registra o valor das despesas realizadas a título de pagamento de diárias a membros de órgãos de deliberação coletiva (conselhos).
SERVIÇOS DE ÁUDIO, VIDEO E FOTO - 59	Registra o valor das despesas com serviços de filmagens, gravações e fotografias, prestados por pessoa física.
MANUTENÇÃO DE REPARTIÇÕES, SERVIÇO EXTERIOR - 89	Registra o valor das despesas com serviços utilizados a manutenção de embaixadas, consulados, vice-consulados, missões diplomáticas e outras repartições sediadas no exterior.
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PF – PAGTO ANTECIPADO - 96	Registra o valor das apropriações das despesas, referentes ao pagamento de suprimento de fundos, para posterior prestação de contas, onde o saldo excedente a 5% do total do agrupamento deverá ser classificado nos subitens específicos, dentro do mesmo grupo.
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - 99	Registra o valor das despesas com serviços de natureza eventuais prestados por pessoa física, não classificados nos subitens específicos.

39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

ASSINATURAS DE PERIÓDICOS E ANUIDADES - 01	Registra o valor das despesas com assinaturas de TV por assinatura (TV a cabo), jornais, inclusive diário oficial, revistas, recortes de publicações, podendo estar na forma de disquete, CD-ROM, boletins e outros, desde que não se destinem a coleções ou bibliotecas.
CONDOMÍNIOS – 02	Registra o valor das despesas com taxas condominiais a conta do locatário, quando previstas no contrato de locação.

COMISSÕES E CORRETAGENS - 03	Registra o valor das despesas com comissões e corretagens decorrentes de serviços prestados por empresas de intermediação e representação comercial.
DIRETOS AUTORAIS - 04	Registra o valor das despesas com direitos autorais sobre obras científicas, literárias ou em que a divulgação seja de interesse do governo.
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS - 05	Registra o valor das despesas com serviços prestados por empresas especializadas nas seguintes áreas, tais como: advocacia, arquitetura, contabilidade, economia, engenharia, estatística e outras.
CAPATAZIA, ESTIVA E PESAGEM - 06	Registra o valor das despesas com remuneração de serviços utilizados nas movimentação e pesagem de cargas (mercadorias e produtos)
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS - 07	Registra o valor das despesas com descontos financeiros concedidos a clientes em virtude de bonificação decorrente da venda de mercadoria ou prestação de serviços.
MANUTENÇÃO DE SOFTWARE - 08	Registra o valor das despesas com serviços, atualização e adaptação de software, suporte técnico, manutenção, revisão, correção de problemas operacionais, análise para acrescentar novas funções, aumento da capacidade de processamento, novas funções e manutenção de software.
ARMAZENAGEM - 09	Registra o valor das despesas com remuneração de serviços de aluguel de galpões, silos e outros locais destinados à armazenagem de mercadorias e produtos. Inclui, ainda, os dispêndios de garantia dos estoques armazenados.
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS - 10	Registra o valor das despesas com remuneração de aluguel de prédios, salas e afins, imóveis de interesse da administração pública.
LOCAÇÃO DE SOFTWARES - 11	Registra o valor das despesas com remuneração de serviços de aluguel de programas de processamento de dados.
LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - 12	Registra os valores das despesas com remuneração de serviços de aluguel de máquinas e equipamentos, tais como: aparelhos de medição e aferição, aparelhos médicos, odontológicos, hospitalares e

	laboratoriais, aparelhos telefônicos, telex e fax, calculadoras, eletrodomésticos, equipamentos de processamento de dados e periféricos, equipamentos gráficos, máquinas de escrever, turbinas e afins.
LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS E OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS - 14	Registra o valor das despesas com remuneração de serviços de aluguel de bens móveis não contemplados em subitens específicos e bens intangíveis, tais como: locação de linha telefônica e afins.
LIMPEZA DE VEÍCULOS – 15	Registra o valor das despesas com lavagem e higienização com veículos.
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - 16	Registra o valor das despesas com serviços de reparos, consertos, revisões e adaptações de bens imóveis. Pintura, reparos e reformas de imóveis em geral, reparos em instalações elétricas e hidráulicas, reparos, recuperações e adaptações de biombos, carpetes, divisórias e lambris, manutenção de elevadores, limpeza de fossa e afins.
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS -17	Registra o valor das despesas de reparos, consertos, revisões e adaptações de máquinas e equipamentos, aparelhos de fax e telex, aparelhos de medição e aferição, aparelhos médicos, odontológicos, hospitalares e laboratoriais, calculadoras, eletrodomésticos, equipamentos de proteção e segurança, equipamentos gráficos, equipamentos agrícolas, máquinas de escrever, turbinas e afins.
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS - 19	Registra o valor das despesas com serviços de reparos, consertos e revisões de veículos, tais como: alinhamento e balanceamento, estofamento, funilaria, instalação elétrica, lanternagem, mecânica, pintura, franquia e afins.
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS - 20	Registra o valor das despesas com serviços de reparos, consertos, revisões, inspeções e adaptações de bens móveis não classificados em subitens específicos.
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS - 21	Registra o valor das despesas com serviços de reparos, recuperações e adaptações de estradas, ferrovias e rodovias.
EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS E	Registra o valor das despesas com serviços utilizados na instalação e manutenção de,

CONFERÊNCIAS - 22	tais como: conferências, congressos, exposições, feiras, festejos populares, festivais e afins.
FESTIVIDADES E HOMENAGENS - 23	Registra o valor das despesas com serviços utilizados na organização de eventos, tais como: coquetéis, festas de conagração, recepções e afins.
COLETA DE LIXO E DEMAIS RESÍDUOS – 28	Registra o valor da das despesas com o serviço contínuo de coleta e transporte de lixo e resíduos tais como: hospitalares e afins.
MULTAS DEDUTÍVEIS - 35	Registra o valor das despesas com multas incidentes sobre obrigações, devidas a pessoas jurídicas (consideradas como despesa operacional para efeito de apuração do lucro tributável), bem como aquelas decorrentes de penalidades aplicadas em função de infração a uma legislação existente.
MULTAS INDEDUTÍVEIS – 36	Registra o valor das despesas com multas incidentes sobre obrigações devidas a pessoas jurídicas (não consideradas como despesa operacional para efeito de apuração de lucro tributável), bem como aquelas decorrentes de penalidades aplicadas em função de infração a uma legislação existente.
JUROS – 37	Registra o valor das despesas com juros incidentes sobre obrigações decorrentes de cláusula contratual ou pagamento após vencimento.
ENCARGOS FINANCEIROS DEDUTÍVEIS - 38	Registra o valor das despesas com correção monetária incidente sobre obrigações devidas a pessoa jurídica (considerada como despesa operacional para efeito de apuração do lucro tributável).
ENCARGOS FINANCEIROS INDEDUTÍVEIS - 39	Registra o valor das despesas com correção monetária sobre obrigações, devidos a pessoas jurídicas (não considerada como despesas operacional para efeito de apuração do lucro tributável).
PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR - 40	Registra o valor das despesas com fornecimento de alimentação a empregados, em que a pessoa jurídica possua programa de alimentação aprovado pelo Ministério do Trabalho e possa usufruir benefício fiscal.

FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO - 41	Registra o valor das despesas com aquisição de refeições preparadas, inclusive lanches e similares.
SERVIÇOS DE CARÁTER SECRETO OU RESERVADO - 42	Registra o valor das despesas com serviços de caráter sigiloso constantes em regulamento do órgão.
SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - 43	Registra o valor das despesas com tarifas decorrentes da utilização dos serviços de energia elétrica.
SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO - 44	Registra o valor das despesas com tarifas decorrentes da utilização dos serviços de água e esgoto.
SERVIÇOS DE GÁS - 45	Registra o valor das despesas com tarifas decorrentes da utilização de gás canalizado.
SERVIÇOS DOMÉSTICOS - 46	Registra o valor das despesas com serviços domésticos prestados por pessoa jurídica, sem vínculo empregatício, tais como: cozinha, lavagem de roupas e afins.
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL - 47	Registra o valor das despesas com serviços de comunicação, prestados por pessoa jurídica, tais como: correios e telégrafos, publicação de editais, extratos, convocações e assemelhados desde que não tenham caráter de propaganda e afins.
SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO - 48	Registra o valor das despesas com serviços prestados nas áreas de instrução e orientação profissional, recrutamento e seleção de pessoal (concurso público) e treinamento.
PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS - 49	Registra o valor das apropriações das despesas com a edição de jornais revistas, noticiários e materiais jornalísticos para vídeos.
SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAL - 50	Registra o valor das despesas com serviços médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais, prestados por pessoas jurídicas sem vínculo empregatício, tais como: análises clínicas, cirurgias, consultas, ecografias, endoscopias, enfermagem, esterilização, exames de laboratório, raio-x, tomografias, tratamento odontológico, ultrasonografias e afins.
SERVIÇOS DE ANÁLISES E PESQUISAS CIENTÍFICAS - 51	Registra o valor das despesas com serviços de análises físico-químicas e pesquisas científicas, não relacionadas com apoio ao ensino, tais como: análise mineral, análise de solo, análises químicas, coleta de dados em

	experimentos, tratamento e destinação de resíduos e afins.
SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL – 52	Registra o valor das despesas realizadas com serviços de reabilitação profissional, tais como: transporte e locomoção urbana, alimentação e inscrição em cursos profissionalizantes, instrumentos de trabalho e implementos profissionais e órtese e prótese devidas aos segurados em programa de reabilitação profissional.
SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 53	Registra o valor das despesas realizadas com serviços de assistência social prestada a servidores, segurados carentes, abrigados, internados e a seus dependentes, tais como: ajuda de custo supletiva, gêneros alimentícios, documentação, transporte e sepultamento e afins.
SERVIÇOS DE CRECHES E ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR - 54	Registra o valor das despesas com serviços prestados por entidades de assistência social para atender os dependentes de servidores do órgão, habilitados a usufruírem desse benefício.
SERVIÇOS DE PERÍCIAS MÉDICAS POR BENEFÍCIOS - 56	Registra o valor das despesas com serviços de perícias médicas por benefício, devidas a entidades médicas credenciadas, para exames realizados em segurados e/ou servidores.
SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS - 57	Registra o valor das despesas com serviços de processamento de dados prestados por empresas especializadas na área de informática.
SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES -58	Registra o valor das despesas com tarifas decorrentes da utilização desses serviços, inclusive telefonia celular, centrex 2000 e tarifa de habilitação.
SERVIÇOS DE ÁUDIO , VÍDEO E FOTO - 59	Registra o valor das despesas com serviços de filmagens, gravações, revelações, ampliações e reproduções de sons e imagens, tais como: confecção de álbuns, confecção de crachás funcionais por firmas especializadas, emolduramento de fotografias, imagens de satélites, revelação de filmes, microfilmagem e afins.
SERVIÇOS DE MANOBRA E PATRULHAMENTO - 60	Registra o valor das despesas com serviços utilizados com o objetivo de dar suporte as operações especiais realizadas por órgãos

	das forças armadas.
SERVIÇOS DE SOCORRO E SALVAMENTO - 61	Registra o valor das despesas com serviços prestados para proteção, socorro e salvamento de pessoas e bens públicos. serviços prestados por, tais como: ambulâncias particulares – UTI móveis e afins.
SERVIÇOS DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL - 62	Registra o valor das despesas com serviços utilizados na transformação beneficiamento e industrialização de matérias-primas que resultarão em um produto final.
SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS - 63	Registra o valor das despesas com serviços de artes gráficas e editoriais prestados por pessoa jurídica, tais como: confecção e impressos em geral, encadernação de livros, jornais e revistas, impressão de jornais, boletins, encartes, folder e assemelhados e afins.
TELEFONIA MÓVEL - 64	Registra o valor das despesas com tarifas decorrentes da utilização dos serviços de telefonia móvel.
SERVIÇOS DE APOIO AO ENSINO - 65	Registra o valor das despesas de todos os serviços utilizados com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do ensino, em todos os níveis, inclusive pesquisas experiências e assemelhados.
SERVIÇOS JUDICIÁRIOS - 66	Registra o valor das despesas com custas processuais decorrentes de ações judiciais, diligências (inclusive condução) salários e honorários dos avaliadores, peritos judiciais e oficiais de justiça e serviços de cartório.
SERVIÇOS FUNERÁRIOS - 67	Registra o valor das despesas com serviços de remoções, sepultamentos e transladações.
SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E REBENEFICIAMENTO DE MERCADORIAS - 68	Registra o valor das despesas com serviços utilizados na conservação e rebeneficiamento de mercadorias.
SEGUROS EM GERAL - 69	Registra o valor das despesas com prêmios pagos por seguros de qualquer natureza, inclusive cobertura de danos causados a pessoas ou bens de terceiros, prêmios de seguros de bens do estado ou de terceiros, seguro obrigatório de veículos.
CONFECÇÃO DE UNIFORMES, BANDEIRAS E FLÂMULAS - 70	Registra o valor das despesas com serviços utilizados na confecção de, tais como: bandeiras, brasões, estandartes, flâmulas,

	uniformes (inclusive as despesas relacionadas com auxílio fardamento descritos na Lei 8.237/91) e afins.
CONFEÇÃO DE MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM - 71	Registra o valor das despesas com serviços utilizados na confecção de materiais destinados a preservação, acomodação ou embalagem de produtos diversos, tais como: bolsas, caixas, mochilas, sacolas e afins.
VALE-TRANSPORTE - 72	Registra o valor das despesas com aquisição de vale-transporte para os servidores.
TRANSPORTE DE SERVIDORES - 73	Registra o valor das despesas com serviços prestados por empresas para transportar servidores no percurso residência-local de trabalho, mediante a utilização de ônibus, micro-ônibus e afins.
FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS - 74	Registra o valor das despesas com serviços de transporte de mercadorias e produtos diversos, prestados por pessoa jurídica, tais como: fretes e carretos, remessa de encomendas e afins.
MULTAS E INFRAÇÕES DE TRÂNSITO – 75	Registra o valor das despesas decorrentes de multas e infrações de trânsito imputadas aos veículos dos órgãos e entidades estaduais. Estes valores devem ser ressarcidos posteriormente pelo agente público.
CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS - 76	Registra o valor das despesas com serviços de classificação de produtos de origem animal, mineral e vegetal.
VIGILÂNCIA OSTENSIVA E MONITORADA - 77	Registra o valor das despesas com serviços de vigilância e segurança de repartições públicas, de autoridades (nos casos em que o contrato não especifique o quantitativo físico do pessoal a ser utilizado).
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - 78	Registra o valor das despesas com serviços de limpeza, higienização, conservação e asseio dos órgãos públicos (nos casos em que o contrato não especifique o quantitativo físico do pessoal a ser utilizado).
SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL - 79	Registra o valor das despesas com serviços prestados por pessoa jurídica a título de apoio as atividades administrativas, técnicas e operacionais dos órgãos públicos, nos casos em que o contrato não especifique o quantitativo físico do pessoal a ser utilizado, a saber: assistência técnica, comissária aérea e apoio solo, jardinagem, operadores de

	máquinas e motoristas, recepcionistas e afins.
HOSPEDAGENS - 80	Registra o valor das despesas com serviços de hospedagens e alimentação de servidores e convidados do governo em viagens oficiais pagos diretamente a estabelecimentos hoteleiros (quando não houver pagamento de diárias).
SERVIÇOS BANCÁRIOS - 81	Registra o valor das despesas com comissões, tarifas e remunerações decorrentes de serviços prestados por bancos e outras instituições financeiras.
SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS - 83	Registra o valor das despesas com serviços de cópias xerográficas e reprodução de documentos, inclusive a locação e a manutenção de equipamentos reprográficos.
SERVIÇOS EM ITENS REPARÁVEIS DE AVIAÇÃO - 85	Registra o valor das apropriações das despesas com a contratação de serviços específicos para a manutenção de itens reparáveis de aviação, tais como: asas, motores, fuselagens, equipamento de bordo, recuperação de material de aviação e afins.
SERVIÇOS RELACIONADOS À INDUSTRIALIZAÇÃO AEROESPACIAL - 87	Registra o valor das despesas com serviços de lançamento e colocação em órbita de satélites.
SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA - 88	Registra o valor das despesas com serviços de publicidade e propaganda prestados por pessoa jurídica, incluindo a geração e a divulgação por meio dos veículos de comunicação.
MANUTENÇÃO DE REPARTIÇÕES - SERVIÇO EXTERIOR - 89	Registra o valor das despesas com serviços utilizados na manutenção de embaixadas, consulados, vice-consulados, missões diplomáticas e outras repartições sediadas no exterior.
SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL - 90	Registra as despesas com serviço de publicidade legal, que se realizada em obediência a prescrição de leis, decretos, portarias, instruções, estatutos regimentos ou regulamentos internos.
AQUISIÇÃO DE SOFTWARES DE APLICAÇÃO - 94	Registra o valor das despesas com aquisição de programas de processamento de dados.
MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS - 95	Registra o valor das despesas com serviços, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados – hardware.
OUTROS SERVIÇOS DE	Registra o valor das apropriações das

TERCEIROS PJ – PAGTO ANTECIPADO - 96	despesas, referentes ao pagamento de suprimento de fundos, para posterior prestação de contas, onde o saldo excedente a 5% do total do agrupamento deverá ser classificado nos subitens específicos, dentro do mesmo grupo.
DESPESAS DE TELEPROCESSAMENTO - 97	Registra o valor das despesas com serviços de teleprocessamento, tais como: locação de circuito de dados locais ou interurbanos para atendimento de nos de comutação, concentração e nos de acesso da rede de comunicação, serviços de rede privativa virtual, SLDD, topnet, datasatplus, datasat-bi, atmnet, internet, IP direto, STM400, fastnet, rernav e afins.
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - 99	Registra o valor das despesas com serviços de natureza eventual, não classificados em subitens específicos.

52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

AERONAVES - 02	Registra o valor das despesas com qualquer tipo de aeronave de asa fixa ou asa rotativa, tais como: avião, balão, helicóptero, planador, ultraleve e afins.
APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO - 04	Registra o valor das despesas com todos os aparelhos de medição ou contagem, quando estes aparelhos forem incorporados a um equipamento maior serão os mesmos considerados componentes, tais como: amperímetro, aparelhos de medição meteorológica, balança em geral, bússola, calibrador de pneus, cronômetro, hidrômetro, magnetômetro, manômetro, medidor de gás, mira-falante, níveis topográficos, osciloscópio, paquímetro, pirômetro, planímetro, psicômetro, relógio medidor de luz, sonar, sonda, taquímetro, telêmetro, teodolito, turbímetro e afins.
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE	Registra o valor das despesas com todo material considerado permanente, portátil ou

COMUNICAÇÃO - 06	transportável, de uso em comunicações, que não se incorporem em instalações, veículos de qualquer espécie, aeronaves ou embarcações, tais como: antena parabólica, aparelho de telefonia, bloqueador telefônico, central telefônica, detector de chamadas telefônicas, fax-símile, fonógrafo, interfone, PABX, rádio receptor, rádio telegrafia, rádio telex, rádio transmissor, secretária eletrônica, tele-speaker e afins.
APARELHOS, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS MÉDICO-ODONTOLÓGICO, LABORATORIAL E HOSPITALAR - 08	Registra o valor das despesas com qualquer aparelho, utensílio ou equipamento de uso médico, odontológico, laboratorial e hospitalar que não se integram a instalações, ou a outros conjuntos monitores. No caso de fazerem parte de instalações ou outros conjuntos, deverão ser considerados componentes, tais como: afastador, alargador, aparelho de esterilização, aparelho de raio x, aparelho de transfusão de sangue, aparelho infravermelho, aparelho para inalação aparelho de ultravioleta, balança pediátrica, berço aquecido, biombo, boticão, cadeira de dentista, cadeira de rodas, câmara de infravermelho, câmara de oxigênio, câmara de radioterapia, carro-maca, centrifugador, destilador, eletro-analisador, eletro-cardiográfico, estetoscópio, estufa, maca, medidor de pressão arterial (esfigmomanômetro), megatoscópio, mesa para exames clínicos, microscópio, tenda de oxigênio, termocautério e afins.
APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES - 10	Registra o valor das despesas com instrumentos, aparelhos e utensílios a qualquer modalidade de esportes e diversões de qualquer natureza, desde que não integrados a instalações de ginásios de esportes, centros esportivos, teatro, cinema, etc, tais como: arco, baliza, barco de regata, barra, bastão bicicleta ergométrica, carneiro de madeira, carrossel, cavalo, dardo, deslizador, disco, halteres, martelo, peso, placar, remo, vara de salto e afins.
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS - 12	Registra o valor das despesas com aquisição de eletrodomésticos em geral e utensílios, com durabilidade superior a dois anos,

	utilizados em serviços domésticos, tais como: aparelhos de copa e cozinha, aspirador de pó, batedeira, botijão de gás, cafeteira elétrica, chuveiro ou ducha elétrica, circulador de ar, condicionador de ar (móvel), conjunto de chá/café/jantar, escada portátil, enceradeira, exaustor, faqueiro, filtro de água, fogão, forno de microondas, geladeira, grill, liquidificador, máquina de secar pratos, secador de prato, tábua de passar roupas, torneira elétrica, torradeira elétrica, umidificador de ar e afins.
ARMAMENTOS - 14	Registra o valor das despesas com armas de porte, portáteis, transportáveis, autopropulsionadas, de tiro tenso, de tiro curvo, central de tiro, rebocáveis ou motorizadas, rampas lançadoras de foguetes motorizadas e outros apetrechos bélicos, tais como: fuzil, metralhadora, pistola, revólver e afins.
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS - 18	Registra o valor das despesas com coleções bibliográficas de obras científicas, românticas, contos e documentários históricos, mapotecas, dicionários para uso em bibliotecas, enciclopédias, periódicos encadernados para uso em bibliotecas, palestras, tais como: álbum de caráter educativo, coleções e materiais bibliográficos informatizados, dicionários, enciclopédia, ficha bibliográfica, jornal e revista (que constitua documentário), livro, mapa, material folclórico, partitura musical, publicações e documentos especializados destinados a bibliotecas, repertório legislativo e afins.
DISCOTECAS E FILMOTECAS - 19	Registra o valor das despesas com discos, CD e coleções de fitas gravadas com músicas e fitas cinematográficas de caráter educativo, científico e informativo, tais como: disco educativo, fita de áudio e vídeo com aula de caráter educativo, microfilme e afins.
EMBARCAÇÕES - 20	Registra o valor das despesas com todas as embarcações fluviais, lacustres ou marítimas exceto os navios graneleiros, petroleiros e transportadores de passageiros que são

	considerados como bens imóveis, tais como: canoa, casa flutuante, chata, lancha, navio, rebocador, traineira e afins.
EQUIPAMENTOS DE MANOBRA E PATRULHAMENTO - 22	Registra o valor das despesas com todos os materiais permanentes utilizados em manobras militares e paramilitares, bem assim, aqueles utilizados em qualquer patrulhamento ostensivo, tais como: barraca, bloqueios, cama de campanha, farol de comunicação – mesa de campanha, pára-quedas, pistola de sinalização, sirene de campanha e afins.
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO - 24	Registra o valor das despesas com todos os materiais permanentes utilizados na proteção e segurança de pessoas ou bens públicos, como também qualquer outro utilizado para socorro diverso, ou sobrevivência em qualquer ecossistema, tais como: alarme, algema, arma para vigilante, barraca para uso não militar, bóia salva-vida, cabine para guarda (guarita), cofre, extintor de incêndio, pára-raio, sinalizador de garagem, porta giratória, circuito interno de televisão e afins.
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS - 26	Registra o valor das despesas com todos os instrumentos de corda, sopro ou percussão, como também outros instrumentos utilizados pelos artistas em geral: clarinete, guitarra, pistão, saxofone, trombone, xilofone e afins.
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL - 28	Registra o valor das despesas com qualquer máquina, aparelho ou equipamento empregado na fabricação de produtos ou no acondicionamento de afins, tais como: balcão frigorífico, betoneira, exaustor industrial, forno e torradeira industrial, geladeira industrial, máquina de fabricação de laticínios, máquina de fabricação de tecidos e afins.
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS - 30	Registra o valor das despesas com máquinas, aparelhos e equipamentos não incorporáveis e instalações, destinados à geração de energia de qualquer espécie, tais como: alternador energético, carregador de bateria, chave automática, estabilizador, gerador, haste de contato, no-break, poste de iluminação, retificador, transformador de

	voltagem, trilho, truck-tunga, turbina (hidrelétrica) e afins.
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS - 32	Registra o valor das despesas com todas as máquinas, aparelhos e equipamentos utilizados em reprografia ou artes gráficas, tais como: aparelho para encadernação, copiadora, cortadeira elétrica, costuradora de papel, duplicadora, grampeadeira, gravadora de extenso, guilhotina, linotipo, máquina de off-set, operadora de ilhoses, picotadeira, teleimpressora e receptadora de páginas e afins.
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO - 33	Registra o valor das despesas com aquisição de equipamentos de filmagem, gravação e reprodução de sons e imagens, bem como os acessórios de durabilidade superior a dois anos, tais como: amplificador de som, caixa acústica, data show, eletrola, equalizador de som, filmadora, flash eletrônico, fone de ouvido, gravadora e som, máquina fotográfica, microfilmadora, microfone, objetiva, projetor, rádio, rebobinadora, retro-projetor, sintonizador de som, tanques para revelação de filmes, tape-deck, televisor, tela para projeção, toca-discos, vídeo-cassete e afins.
MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS - 34	Registra o valor das despesas com máquinas, aparelhos e equipamentos que não estejam classificados em grupo específico, tais como: aparador de grama, aparelho de ar condicionado, bebedouro – carrinho de feira, container, furadeira, maleta executiva, urna eleitoral, ventilador de coluna e de mesa e afins.
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS - 35	Registra o valor das despesas com todas as máquinas, aparelhos e equipamentos utilizados em processamento de dados de qualquer natureza, exceto quando for aquisição de peças destinadas à reposição diretamente ao equipamento ou mesmo para estoque, tais como: caneta óptica, computador, controladora de linhas, data show, fitas e discos magnéticos, impressora, kit multimídia, leitora, micro e minicomputadores, mesa digitalizadora, modem, monitor de vídeo, placas,

	processador, scanner, teclado para micro, urna eletrônica e afins.
MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIOS - 36	Registra o valor das despesas com todas as máquinas, aparelhos e utensílios utilizados em escritório e destinados ao auxílio do trabalho administrativo, tais como: aparelho rotulador, apontador fixo (de mesa), caixa registradora, carimbo digitador de metal, compasso, estojo para desenho, globo terrestre, grampeador (exceto de mesa), máquina autenticadora, máquina de calcular, máquina de contabilidade, máquina de escrever, máquina franqueadora, normógrafo, pantógrafo, quebra-luz (luminária de mesa), régua de precisão, régua T, relógio protocolador e afins.
MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA - 38	Registra o valor das despesas com máquinas, ferramentas e utensílios utilizados em oficinas mecânicas, marcenaria, carpintaria e serralheria, não incluindo ferramentas que não façam parte de um conjunto, nem tão pouco materiais permanentes utilizados em oficinas gráficas, tais como: analisador de motores, arcos de serra, bomba para esgotamento de tambores, compressor de ar, conjunto de oxigênio, conjunto de solda, conjunto para lubrificação, desbastadeira, desempenadeira, elevador hidráulico, esmerilhadeira, extrator de precisão, forja, fundidora para confecção de broca, laminadora, lavadora de carro, lixadeira, macaco mecânico e hidráulico, mandril, marcador de velocidade, martelo mecânico, níveis de aço ou madeira, pistola metalizadora, polidora, prensa, rebitadora, recipiente de ferro para combustíveis, saca-pino, serra de bancada, serra mecânica, talhas, tanques para água, tarracha, testadora, torno mecânico, vulcanizadora e afins.
EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS - 39	Registra o valor das despesas com equipamentos destinados a instalação, conservação e manutenção de sistemas hidráulicos e elétricos, tais como: bomba d'água, bomba de desentupimento, bomba de irrigação, bomba de lubrificação, bomba de sucção e elevação de água e de gasolina,

	carneiro hidráulico, desidratadora, máquina de tratamento de água, máquina de tratamento de esgoto, máquina de tratamento de lixo, moinho, roda d'água e afins.
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS - 40	Registra o valor das despesas com todas as máquinas, tratores e equipamentos utilizados na agricultura, na construção e conservação de estradas, tais como: arado, carregadora, ceifadeira, compactador, conjunto de irrigação, conjunto moto-bomba para irrigação, cultivador, desintegrador, escavadeira, forno e estufa de secagem ou amadurecimento, máquinas de beneficiamento, microtrator – misturador de ração, moinho agrícola, motoniveladora, moto-serra, pasteurizados, picador de forragens, plaina terraceadora, plantadeira, pulverizador de tração animal ou mecânica, rolo compressor, roçadeira, semeadeira, silo para depósito de cimento, sulcador, trator de roda e esteira e afins.
EQUIPAMENTOS E APARELHOS PARA LABORATÓRIO DO SOLO – 41	Registra o valor das despesas com aquisição de equipamentos destinados a medição de terras, rodovias, estradas e congêneres.
MOBILIÁRIO EM GERAL - 42	Registra o valor das despesas com móveis destinados ao uso ou decoração interior de ambiente como: abajur, aparelho de apoiar os braços, armário, arquivo de aço ou madeira, balcão (tipo atendimento), banco, banqueta, base para mastro, cadeira, cama, carrinho, fichário, carteira e banco escolar, charter negro, cinzeiro com pedestal, criado-mudo, cristaleira, escrivaninha, espelho moldurado, estante de madeira ou aço, estofado, flipsharter, guarda-louça, guarda roupa, mapoteca, mesa, penteadeira, poltrona, porta-chapéus, prancheta para desenho, quadro de chaves, quadro imantado, quadro para editais e aviso, relógio de mesa/parede/ponto, roupeiro, sofá, suporte para tv e vídeo, suporte para bandeira (mastro), vitrine e afins.
OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA MUSEU - 44	Registra o valor das despesas com objetos de valor artístico e histórico destinados a decoração ou exposição em museus, tais como: alfaia em louça, documentos e

	objetos históricos, esculturas, gravuras, molduras, peças em marfim e cerâmica, pedestais especiais e similares, pinacotecas completas, pinturas em tela, porcelana, tapeçaria, trilhos para exposição de quadros e afins.
SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA - 46	Registra o valor das despesas com animais para trabalho, produção, reprodução ou exposição e equipamentos de montaria, tais como: animais não destinados a laboratório ou corte, animais para jardim zoológico, animais para produção, reprodução e guarda, animais para sela e tração, selas e afins.
VEÍCULOS DIVERSOS - 48	Registra o valor das despesas com veículos não classificados em subitens específicos, tais como: bicicleta, carrinho de mão, carroça, charrete, empilhadeira e afins.
VEÍCULOS FERROVIÁRIOS - 50	Registra o valor das despesas com veículos empregados em estradas de ferro, tais como: locomotiva, prancha, reboque, tender, vagão para transporte de carga ou passageiros e afins.
PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS - 51	Registra o valor das despesas com materiais empregados em imóveis e que possam ser removidos ou recuperados, tais como: biombos, carpetes (primeira instalação), cortinas, divisórias removíveis, estrados, persianas, tapetes, grades e afins.
VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA - 52	Registra o valor das despesas com veículos de tração mecânica, tais como: ambulância, automóvel, basculante, caçamba, caminhão, carro-forte, consultório volante, furgão, lambreta, microônibus, motocicleta, ônibus, rabecão, vassoura mecânica, veículo coletor de lixo e afins.
CARROS DE COMBATE - 53	Registra o valor das despesas com veículos utilizados em manobras militares, tais como autochoque, blindado, carro-bomba, carro-tanque e afins.
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS AERONÁUTICOS - 54	Registra o valor das despesas com equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos, tais como: hélice, microcomputador de bordo, turbina e afins.
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS DE PROTEÇÃO AO VÔO - 56	Registra o valor das despesas com equipamentos, peças e acessórios de proteção ao vôo, tais como: radar, rádio e

	afins.
ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS - 57	Registra o valor das despesas com acessórios para automóveis que possam ser desincorporados, sem prejuízo dos mesmos, para aplicação em outro veículo, tais como: ar condicionado, capota, rádio/tocafita e afins.
EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO - 58	Registra o valor das despesas com equipamentos destinados as atividades de mergulho e salvamento marítimo. Escafandro, jet-ski, tanque de oxigênio e afins.
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS - 60	Registra o valor das despesas com equipamentos, peças e acessórios marítimos, tais como: instrumentos de navegação, instrumentos de medição do tempo, instrumentos óticos, instrumentos geográficos e astronômicos, instrumentos e aparelhos meteorológicos e afins.
EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL - 83	Registra o valor das despesas com equipamentos e sistema de proteção e vigilância ambiental.
MATERIAL DE CONSUMO DE USO DURADOURO - 87	Despesas com aquisição de materiais controlados como de uso duradouro.
EQUIPAMENTOS, SOBRESSALENTE DE MÁQUINAS, MOTOR DE NAVIOS DE ESQUADRA - 89	Registra o valor das despesas com componentes de propulsão de navios da esquadra e maquinários de convés.
OUTROS MATERIAIS PERMANENTES - 99	Registra o valor das despesas com materiais e equipamentos não classificados em subitens específicos.

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 054/2016

DECRETO N.º 054, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 17.300,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 17.300,00 (dezesete mil e trezentos reais) no Orçamento vigente:

04.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	12.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIRO	12.000,00
0618292.009 - Func. E Manutenção do Funrebom	12.000,00
3.3.90.0.1.24.001070 - Aplicações Diretas	7.000,00
4.4.90.0.1.24.001070 - Aplicações Diretas	5.000,00
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.300,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.300,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	5.300,00
3.3.90.0.1.29.001056 - Aplicações Diretas	5.300,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 17.300,00 (dezesete mil e trezentos reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de abril de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 15/04/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

PORTARIA N.º 285/2016

PORTARIA N.º 285, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que, foi encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde, o Ofício SMS n.º 348/2015, solicitando a abertura de sindicância administrativa para apurar a responsabilidade de multas de trânsito, sem providências de restituição aos cofres públicos, existentes no Fundo Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator".

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar os fatos informados.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem a Comissão Sindicante, os servidores: JOÃO LUIZ GREGÓRIO, FERNANDO DA SILVA FERREIRA E DANIELA MARIA DOS SANTOS, com a presidência do primeiro.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 14 de abril de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 15/04/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 296/2016.

PORTARIA N.º 296, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, á Servidora DILCEIA DE ABREU LUIZ MOREIRA, Matrícula Funcional n.º 5549, referente a 2015/2016, no período de 11/04/2016 a 10/05/2016.

Art. 2º. Esta portaria tem efeitos retroativos a 11/04/2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de abril de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 15/04/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 297/2016.

PORTARIA N.º 297, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1000/2005 e demais legislação vigente, á Servidora NEREIDA MONTEIRO, CPF n.º 822.977.979-15, para responder interinamente e sem ônus, pelas atribuições do cargo de SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE, da Prefeitura Municipal de Garopaba, a partir de 11/04/2016.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar 11/04/2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de abril de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 15/04/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

PORTARIA Nº 01/2016

PORTARIA Nº. 01 de 04 de janeiro 2016

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, DA SENHORA ESTELA JUÇARA LUTKE, FUNÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUNICIPAL 1322/2007 DE 26 DE ABRIL DE 2007.

CONSIDERANDO, encerramento de mandato.

RESOLVE:

Art.1o. - Exonerar, ESTELA JUÇARA LUTKE, portadora de RG nº. 2/R 2.847.310 e CPF nº. 811.987.449-87, da função de CONSELHEIRA TUTELAR, nomeada em 17 de maio de 2010, através da Portaria 269/2010.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor a conta da data de 08 de janeiro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 02/2016

PORTARIA Nº. 02 de 04 de janeiro 2016

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, DA SENHORA JULIANA NAGEL, FUNÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUNICIPAL 1322/2007 DE 26 DE ABRIL DE 2007.

CONSIDERANDO, encerramento de mandato.

RESOLVE:

Art.1o. - Exonerar, JULIANA NAGEL, portadora de RG nº. 2.765.011 e CPF nº. 022.304.569-11, da função de CONSELHEIRA TUTELAR, nomeada em 14 de agosto de 2015, através da Portaria 127/15.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor a conta da data de 08 de janeiro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

LEI Nº 3.698, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

LEI Nº 3.698, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.626, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014, QUE CRIA E AMPLIA QUANTIDADE DE VAGAS JUNTO AO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a habilitação e a referência do cargo de Arte Educador - Dança, descrito na tabela do artigo 1º da Lei nº 3.626, de 17 de dezembro de 2014, que passa a ter a seguinte redação:

CARGOS	REF	C/H	VAGAS CRIADAS	HABILITAÇÃO	LOTAÇÃO
Arte Educador - Dança	46 (licenciados) ou 36 (graduandos)	Até 40	07	Portador de diploma de graduação em: 1. Licenciatura em Artes ou equivalente; ou 2. Licenciatura em Educação Física; ou 3. Graduando em Artes ou Educação Física a partir do 4º semestre. Em todos os casos, os profissionais devem ter mínimo de 20 horas de cursos específicos de dança e/ou coreografia.	Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º Fica alterado o Anexo Único da Lei nº 3.626, de 17 de dezembro de 2014, modificando as atribuições do cargo de Professor de Informática – DOC III, que passa a ter a seguinte redação:

PROFESSOR DE INFORMÁTICA – DOC III

- Desenvolver ações metodológicas;
- Atender aos alunos nos espaços do laboratório, salas de aulas ou outros locais de aprendizagem;
- Motivar para que professor, aluno e qualquer outro membro da comunidade escolar tenham acesso ao laboratório de informática. Para isso, trabalhar com o sistema de agendamento e/ou cronogramas de encontros;
- Zelar pela ambientalização da sala e pela organização do software e hardware do laboratório, disponibilizando um período de sua carga horária de trabalho para efetivação de tal atividade de manutenção;
- Elaborar cronogramas de acordo com a culminância dos projetos para divulgação do trabalho desenvolvido nos laboratórios;
- Atuar como orientador das atividades realizadas no laboratório no contexto dos trabalhos pedagógicos desenvolvidos com a comunidade, por meio da metodologia de Projetos;
- Elaborar normas para funcionamento eficiente da sala de informática;
- Participar das reuniões pedagógicas e atividades da escola pré-agendadas.

Art. 3º Fica alterado o Anexo Único da Lei nº 3.626, de 17 de dezembro de 2014, modificando as atribuições do cargo de Coordenador Pedagógico – DOC III, que passa a ter a seguinte redação:

COORDENADOR PEDAGÓGICO - DOC III

- Coordenar, juntamente com a direção, a elaboração e responsabilizar-se pela divulgação e execução da Proposta Pedagógica nas unidades escolares, articulando essa elaboração de forma participativa e cooperativa;
- Organizar e apoiar principalmente as ações pedagógicas, propiciando sua efetividade;
- Estabelecer uma parceria com a direção da unidade escolar, que favoreça a criação de vínculos de respeito e de trocas no trabalho educativo;
- Acompanhar e avaliar o processo de ensino e de aprendizagem e contribuir positivamente para a busca de soluções para os problemas de aprendizagens identificados;
- Coordenar o planejamento e a execução das ações pedagógicas na unidade escolar;
- Atuar de maneira integrada e integradora junto à direção e à equipe pedagógica da escola para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem;
- Coordenar e acompanhar os horários de Hora Atividade dos professores promovendo oportunidades de discussão e proposição de inovações pedagógicas, assim como a produção de materiais didático-pedagógicos na unidade escolar, na perspectiva de uma efetiva formação continuada;
- Avaliar as práticas planejadas, discutindo com os envolvidos e sugerindo inovações;
- Acompanhar o desempenho dos alunos, através de registros, orientando os docentes para a criação de propostas diferenciadas e direcionadas aos que tiveram desempenho insuficiente;
- Estabelecer metas a serem atingidas em função das demandas explicitadas no trabalho dos professores;
- Promover um clima escolar favorável à aprendizagem e ao ensino, a partir do entrosamento entre os membros da comunidade escolar e da qualidade das relações interpessoais;
- Acompanhar junto aos professores a implementação da proposta pedagógica do município.

Art. 4º Fica alterada a quantidade de vagas para o cargo de Coordenador Pedagógico – DOC III, descrito na tabela do artigo 1º da Lei nº 3.626, de 17 de dezembro de 2014, que passa a ter a seguinte redação:

CARGOS	REF	C/H	VAGAS CRIADAS	HABILITAÇÃO	LOTAÇÃO
Coordenador Pedagógico – DOC III	46	40	17	Portador de diploma de graduação em Pedagogia, com habilitação na área de gestão educacional	Secretaria Municipal de Educação

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 13 de abril de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI
PREFEITO DE GASPAR

LEI Nº 3.699, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

LEI Nº 3.699, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.558, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A ATIVIDADE DE COORDENADOR PEDAGÓGICO, INSTITUI GRATIFICAÇÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o caput do artigo 1º da Lei nº 3.558/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica criada a função de Coordenador Pedagógico Escolar, que consiste no desempenho das atividades de orientação, supervisão e coordenação pedagógica nas Escolas e Centros de Educação Infantil da Rede Municipal.”

Art. 2º Fica alterado o inciso I do parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 3.558/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“I – contribuir para o acesso e a permanência de todos os alunos, nas unidades escolares, intervindo com sua especificidade de mediador na realidade do aluno;”

Art. 3º Fica alterado o inciso XV do parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 3.558/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“XV – desenvolver o trabalho, considerando a ética profissional;”

Art. 4º Ficam excluídos os incisos II, III, VIII, XIII, XVI do parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 3.558/2013.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 13 de abril de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI
PREFEITO DE GASPAR

RESOLUÇÃO Nº 004/2016 - CMDCA

Resolução nº 004/2016 – CMDCA

Dispõe sobre a composição da Comissão de Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente de Gaspar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 1.432 de 24 de maio de 1993, e suas alterações, e com base no Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 212/98 e, no uso de suas atribuições.

CONSIDERANDO:

- Resolução nº 171, de 04 de dezembro de 2014 do CONANDA;
- Deliberação CMDCA em plenária do dia 12 de abril de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir e nomear a Comissão de Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente de Gaspar, ficando assim constituída:

Representação	Membros	
	Titular	Suplente
Secretaria de Educação	Camila Schreiber	Grasiela Werner da Silva
Secretaria de Assistência Social	Rosane Zuchi Adão	Janice da Rosa

Secretaria de Saúde	Alba de Aguiar	
Conselho Municipal de Assistência Social	Cristiane Lenita Rhoden do Nascimento	Santiago Martin Navia
CMDCA	Maiara Polla dos Santos	Thaise de Quadros
Conselho de Saúde	Bernadete Isensee	Amauri Bornhausen
Conselho Tutelar	Juçara Spengler	Elzira R. L. Valgas
Conselho Municipal de Educação	Maria Efigênia de Oliveira	Luiz Otávio Rebouças Bastiani
Conselho da Juventude	Jean Paulo Reichert	

Art. 2º - Esta Resolução revoga o artigo 1º da Resolução nº 002/2016 – CMDCA.

Art. 3º Esta Resolução passa a vigorar a partir desta data.

Gaspar, 13 de abril de 2016
THAISE DE QUADROS
Presidente do CMDCA/Gaspar

TOMADA DE PREÇOS Nº 93/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Tomada de preços Nº 93/2016

OBJETO: implantação de projeto preventivo do CDI Tia Maria Elisa. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 03/05/2016. ABERTURA: dia 03/05/2016 às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site www.gaspar.sc.gov.br Gaspar(SC), 14 de abril de 2016.

MARLENE ALMEIDA – Secretária Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO = Nº CM-02/2016

CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CM-02/2016.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de divulgação dos atos e ações da Câmara Municipal de Gaspar, através do credenciamento de empresa jornalística que possua jornal com circulação no Município de Gaspar, o que se dará por meio da veiculação de materiais informativos e atos legais repassados ao prestador de serviço pela própria Edilidade, observados os valores e condições constantes do Edital de Credenciamento nº 001/2016 e seus Anexos.

Origem: Presidência da Câmara de Vereadores de Gaspar .

Procedimento: Processo de Inexigibilidade nº 001/2016, Credenciamento nº 001/2016.

Fundamentação: O objeto a ser contratado será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, conforme prevê o disposto no art. 10, inciso II, alínea "a" da Lei Federal nº 8.666/1993.

Contratante: Câmara de Vereadores de Gaspar, CNPJ nº 83.543.546/0001-16.

Contratada: GRÁFICA E EDITORA METAS LTDA. ME, inscrita no CNPJ sob n. 04.598.394/0001-82.

Valor Total do Contrato: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), para todos os legais e jurídicos efeitos.

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Gaspar - Unidade: 01 – Câmara Municipal de Gaspar - Função: 01 – Legislativa - Subfunção: 031 – Ação Legislativa - Programa: 0001 – Manutenção do Legislativo - Ação: 2012 – Publicidade do Legislativo - Dotação: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

Gestor do Contrato: Presidente da Câmara Municipal de Gaspar.

Data de Assinatura: 13 de abril de 2016.

Gaspar-SC, 14 de abril de 2016.

Giovano Borges

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO = PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 002/2016

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

AUTOS: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 002/2016.

FUNDAMENTAÇÃO: Licitação dispensável na forma do artigo 24, inciso II e XIII, da Lei Federal nº. 8.666/1993.

INTERESSADA: Câmara de Vereadores de Gaspar, CNPJ nº. 83.543.546/0001-16.

OBJETO: Constituir-se objeto a compra de 2 (dois) defletores (direcionadores de ar em acrílico) a serem instalados nos aparelhos de Condicionadores de Ar Split piso/teto, localizados no plenário desta Câmara de Vereadores e 1 (um) defletor (direcionador de ar em acrílico), a ser instalado na sala da coordenação do Programa Vereador Mirim.

ADJUDUCATÁRIA: ACRYLLATO FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ACRÍLICOS LTDA – ME, CNPJ Nº. 05.700.712/0001-37.

VALOR: R\$1.220,00 (Um mil, duzentos e vinte reais).

PUBLICAÇÃO: Publique-se extrato da dispensa no Diário Oficial dos Municípios e site da Edilidade. Após emita-se empenho e providencie-se a efetividade do objeto.

Gaspar (SC), 14 de abril de 2016.
Câmara de Vereadores de Gaspar
Giovano Borges
Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar.

SAMAE - GASPAR

AVISO DE ALTERAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 14/2016

AVISO DE ALTERAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2016

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Gaspar, torna público e para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto: Reforma Elétrica da Estação de Tratamento de Água - ETA I - Centro, que foram efetivadas alterações. Em face das alterações ocorridas não afetarem a formulação da proposta, mantêm-se para o dia 19/04/2016 às 08:45 horas para o recebimento dos envelopes e às 09:00 horas do mesmo dia para abertura do certame O local para entrega e abertura, bem como a retirada do Aditivo é o Departamento de Compras do SAMAE, sito a Rua Barão do Rio Branco nº 500 - centro, Gaspar - SC ou através do site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), 13 de abril de 2016.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 18/2016 - SAMAE

E X T R A T O

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 18/2016

OBJETO: execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, comercial-industriais (com características de domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do Município de Gaspar.

CONTRATADO: SAY MULLER SERVIÇOS LTDA. (07.336.801/0001-71)

VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 1.462.150,98 (um milhão, quatrocentos e sessenta e dois mil, cento e cinquenta reais e noventa e oito centavos).

DATA VIGÊNCIA: 15/04/2016

DATA VENCIMENTO: 16/10/2016

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso IV da Lei 8666/93.

Gaspar (SC), em 14 de abril de 2016.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 18/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 18/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, ENDOSSO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS EM VÔOS REGULARES, DESTINADOS AOS SERVIDORES PARA VIAGENS A SERVIÇO OU DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 29/04/2016 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 29/04/2016 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 14 de Abril de 2016.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 19/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 19/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS P13, P45, ÁGUA MINERAL SEM GÁS EM BOMBONA DE 20 LITROS E ÁGUA MINERAL SEM GÁS EM GARRAFAS DE 500ML PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 29/04/2016 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 29/04/2016 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 14 de Abril de 2016.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 20/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 20/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS LANCHE PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE TODOS OS CADASTRADOS NA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 29/04/2016 até às 17h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 29/04/2016 às 17h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 14 de Abril de 2016.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

AVISO DE SUSPENSÃO TOMADA DE PREÇOS 05/2016

AVISO DE SUSPENSÃO

TOMADA DE PREÇOS 05/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE MUROS DE ARRIMO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL LÚCIA FRANCISCA SAGÁS E SILVIA PRAZERES DE CARVALHO E REFORMA DE EDIFICAÇÃO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LÚCIA FRANCISCA SAGÁS, LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

SUSPENSÃO DO EDITAL DEVIDO A INCONSISTÊNCIA ENCONTRADA NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARA POSTERIOR RETIFICAÇÃO DA MESMA.

Demais informações na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 14 de Abril de 2016.

IDALGO SARTONINO DA SILVA

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Grão Pará

PREFEITURA

PORTARIA 63 A 128

PORTARIA Nº. 0063 / 2016 DE 18 de FEVEREIRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 29.º item I, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000

RESOLVE Exonerar, a pedido, JACKSON SOMBRIO DACOREGGIO, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos, código 4.05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, desde 03/03/2008, conforme portaria de nomeação por concurso nº 162/2008, de 03/03/2008, declarando a vacância do cargo especificado, na forma prevista no artigo 28º, incisos I, da Lei Municipal nº 989/2000, concedendo a despedida voluntária, de forma parcelada, conforme o que dispõe o artigo 20, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, alterado pela Lei Complementar nº 13/2015, de 12/08/2015, na data de 01/10/2015, a partir de 01/02/2016, conforme requerimento e parecer jurídico em anexo.

PORTARIA Nº. 0064 / 2016 DE 18 de FEVEREIRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 29.º item I, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000

RESOLVE Exonerar, a pedido, RAMOM SOMBRIO DACOREGGIO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos, código 4.05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, desde 01/04/2011, conforme portaria de nomeação por concurso nº 129/2011, de 01/04/2011, declarando a vacância do cargo especificado, na forma prevista no artigo 28º, incisos I, da Lei Municipal nº 989/2000, concedendo a despedida voluntária, de forma parcelada, conforme o que dispõe o artigo 20, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, alterado pela Lei Complementar nº 13/2015, de 12/08/2015, na data de 01/10/2015, a partir de 10/02/2016, conforme requerimento e parecer jurídico em anexo.

PORTARIA Nº. 0065 / 2016 DE 18 de FEVEREIRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 29.º item I, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000

RESOLVE Exonerar, a pedido, ROBSON VIDAL ROSA, ocupante do cargo de Servente de Obras, Código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal do Planejamento, Indústria, Comércio e Desenvolvimento Urbano, desde 03/01/2011, conforme portaria de nomeação por concurso nº 227/2010, de 30/12/2010, declarando a vacância do cargo especificado, na forma prevista no artigo 28º, incisos I, da Lei Municipal nº 989/2000, concedendo a despedida voluntária, de forma parcelada, conforme o que dispõe o artigo 20, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, alterado pela Lei Complementar nº 13/2015, de 12/08/2015, na data de 01/10/2015, a partir de 10/02/2016, conforme requerimento e parecer jurídico em anexo.

PORTARIA Nº. 0066 / 2016 DE 18 de FEVEREIRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE Exonerar, a pedido, NATALIA BERTO DE SOUZA, ocupante da função de Estagiário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas, Pré Escola, vinculado a Secretaria da Educação e Cultura, a partir desta data, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0067 / 2016 DE 18 de FEVEREIRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE Reduzir, a pedido, a carga horária semanal do servidor MARCOS DONISETE DA CORREGIO MARCON, ocupante do cargo de Professor, Nível

III, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em exercício na Escola Municipal Professor Gregório Wessler, disciplina de Educação Física, Ensino Fundamental - Séries Iniciais, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, passando para 10 (dez) horas semanais, a partir de 22/02/2016, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0068 / 2016 DE 19 de FEVEREIRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 31.º item I, da Lei Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000

RESOLVE Alterar temporariamente, a carga horária da funcionário ZULMA BLASIUS HEIDEMANN, ocupante do cargo de Professor, nível I, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, passando para 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Pré-Escola, com vínculo na Secretaria da Educação e Cultura, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0069 / 2016 DE 22 de FEVEREIRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 31.º item I, da Lei Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000

RESOLVE Prorrogar efeitos da portaria 018/2016, de 11/01/2016, que contrata IRENE SCHULZ WESSLER, para ocupar o cargo de Professor, Nível I, para atuar na Escola Municipal Professor Gregório Wessler - Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 22/02/2016, até a realização de concurso público para provimento de cargo, por necessidade de serviço, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0070 / 2016 DE 22 de FEVEREIRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar JAISON GUIZONI DE BONA, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Condutor de Veículos, código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Transporte Escolar, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, por 180 (cento e oitenta) dias ou até a realização de concurso público para provimento de cargo, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, conforme Solicitação Administrativa

PORTARIA Nº. 0071 / 2016 DE 22 de FEVEREIRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar JUNIOR ASCARI FERNANDES, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Condutor de Veículos, código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Transporte Escolar, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, por 180 (cento e oitenta) dias ou até a realização de concurso público para provimento de cargo, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS,

conforme Solicitação Administrativa

PORTARIA Nº. 0072 / 2016 DE 22 de FEVEREIRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 31.º ítem I, da Lei Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000

RESOLVE Contratar em caráter temporário, NAIARA DA SILVA LEANDRO, para ocupar o cargo de Professor, Nível I, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, a partir de 22/02/2016, para exercer suas funções na Escola Municipal Professor Gregório Wessler - Ensino Fundamental, em substituição à Sandra Aparecida Dacorégio Weber Blasius, designada para exercer função gratificada, até a realização de processo seletivo para provimento de cargo, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, conforme Solicitação Administrativa

PORTARIA Nº. 0073 / 2016 DE 22 de FEVEREIRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar NATALIA BERTO DE SOUZA, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Escola Municipal Professor Gregório Wessler - Ensino Fundamental, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, por 180 (cento e oitenta) dias ou até a realização de concurso público para provimento de cargo, por extrema necessidade de serviço, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0074 / 2016 DE 24 de FEVEREIRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE Exonerar, a pedido, VALECIO BUSSOLO ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, a partir desta data, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0075 / 2016 DE 24 de FEVEREIRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE Retornar a carga horária da funcionária SIRLEIA MAXIMIANO DA SILVA MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, Código 4.01, com exercício no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, para 40 (quarenta) horas semanais, conforme requerimento e Solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0076 / 2016 DE 24 de FEVEREIRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE Cessar, a partir de 01/02/2016, os efeitos da portaria 051/2013, de 01/02/2013, que concede LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES a funcionária MARILENE WESSLER GHIZONI, ocupante do cargo de Professor, nível III, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, atuando no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0078 / 2016 DE 26 de FEVEREIRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 6.º da Lei Municipal nº 991/2000, de 04.04.2000,

RESOLVE Contratar, DIONI KUHNEN SALVADOR, para, a partir de 01/03/2016, ocupar o cargo em comissão de Diretor de Departamento da Agricultura,

nível DAS-01, sob o regime Estatutário com vínculo previdenciário no INSS, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, para exercer suas funções na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, exonerando-o do cargo de Diretor Adjunto de Departamento, nível DAS-02, nomeado pela portaria nº 208/2013, de 15/08/2013.

PORTARIA Nº. 0079 / 2016 DE 29 de FEVEREIRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar EMERSON ALBERTON MONTANHA, para, a partir de 01/03/2016, ocupar o cargo de Auxiliar de Informática, código 3.06, com

carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria da Administração e Fazenda, em substituição ao titular, Edmar Kempr Nandi, designado para ocupar cargo em comissão, conforme portaria 024/2013, de 04/01/2013, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, exonerando-o do cargo Comissionado de Diretor Adjunto do Departamento da Fazenda, nomeado pela portaria nº 326/2013, de 30/09/2013.

PORTARIA Nº. 0080 / 2016 DE 29 de FEVEREIRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura, no período de 01/03/2016 a 30/03/2016.

PORTARIA Nº. 0081 / 2016 DE 01 de MARÇO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

Contratar ALLISON DE SOUZA PERIN, para ocupar a função de Estagiário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, a partir de 03/03/2016.

PORTARIA Nº. 0082 / 2016 DE 01 de MARÇO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Contratar EDUARDA HONORATO HERT, para, a partir de 04/03/2016, exercer a função de Estagiário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas -Pré Escola, vinculado a Secretaria da Educação e Cultura, conforme Solicitação Administrativa em anexo.

PORTARIA Nº. 0083 / 2016 DE 07 de MARÇO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 31.º ítem I, da Lei Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000

RESOLVE Contratar ZILDA CANIVER ZANELATTO DELLA GIUSTINA, para ocupar o cargo de Professor Nível I, Disciplina de artes, na Escola Municipal Professor Gregório Wessler- Ensino Fundamental, vinculada a Secretaria Municipal da Educação, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, em caráter temporário, até a realização de processo seletivo para preenchimento de vaga, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0084 / 2016 DE 07 de MARÇO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura, no período de 07/03/2016 a 05/04/2016.

PORTARIA Nº. 0085 / 2016 DE 07 de MARCO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 148.º item I, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000

RESOLVE Conceder 15 (quinze) dias de Licença Prêmio, a funcionária CIRLEI FIGUEREDO DELLA GIUSTINA, ocupante do cargo de Professor, nível III, sem a auto-substituição do período da licença, a partir desta data, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0086 / 2016 DE 07 de MARCO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Contratar MILENE MARQUES DA COREJO, para, a partir desta data, exercer a função de Estagiária, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na Fundação Ambiental Municipal de Grão Pará - FAMGP, vinculado a Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

PORTARIA Nº. 0087 / 2016 DE 07 de MARCO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar ADRIANA CEOLIN MICHELS NIEHUNS, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, carga horária de 30

(trinta) horas semanais, no SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, em caráter temporário até a realização de processo seletivo para preenchimento de vaga, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0088 / 2016 DE 07 de MARCO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar SILVANO LEANDRO BRANCO, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, até a realização de Concurso Público para provimento de cargo efetivo, sob o regime estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS.

PORTARIA Nº. 0089 / 2016 DE 07 de MARCO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Exonerar, a pedido, THAIRINI BERGER CANEVER, ocupante do cargo de Médico, no Programa ESF - Estratégia da Saúde Familiar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 08/03/2016, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0090 / 2016 DE 07 de MARCO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 6.º da Lei Municipal nº 991/2000, de 04.04.2000,

RESOLVE Nomear, a partir de 08/03/2016, GISELE ZANELATO ENGELS, para ocupar o Cargo Comissionado de Diretor Adjunto do Departamento do Esporte, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, para ter exercício na Secretaria Municipal do Esporte, sob o regime Estatutário com vínculo previdenciário no INSS.

PORTARIA Nº. 0091 / 2016 DE 07 de MARCO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Conceder férias regulamentares a EDSON SCHMITZ BLASIUS, ocupante do cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos, código 4.05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, no

período compreendido entre 10/03/2016 a 10/04/2016, referente ao período aquisitivo de 09/10/2012 a 08/10/2013, com a conversão do período de 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário do período.

PORTARIA Nº. 0092 / 2016 DE 07 de MARCO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar VILMAR BLASIUS, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, até a realização de Concurso Público para provimento de cargo efetivo, sob o regime estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS.

PORTARIA Nº. 0093 / 2016 DE 07 de MARCO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e RESOLVE Cessar, a partir de 26/02/2016, os efeitos da portaria nº 072/2016, de 22/02/2016, que contrata em caráter temporário, NAIARA DA SILVA

LEANDRO, para ocupar o cargo de Professor, Nível I, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0094 / 2016 DE 14 de MARCO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE Regularizar a situação funcional da funcionária CARMEM REGINA LOBO WESSLER, a partir desta data, removendo-a, temporariamente, para atuar 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal Professor Gregório Wessler - Ensino Fundamental e 20 (vinte) horas semanais no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Pré-escola, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0095 / 2016 DE 15 de MARCO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Conceder férias regulamentares a MARILENE BASCHIROTTO MEURER, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício no Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, no período compreendido entre 15/03/2016 a 15/04/2016, referente ao período aquisitivo de 10/03/2015 a 09/03/2016, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0096 / 2016 DE 15 de MARCO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Exonerar, a pedido, THIAGO HERT DA COREGIO, ocupante do cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, por ter sido aprovado em 3º (terceiro) lugar no Processo Seletivo 001/2014, a partir de 20/03/2016, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0097 / 2016 DE 16 de MARCO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 75, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Cessar a partir de 22/03/2016, os efeitos da portaria 117/2013, de 01/04/2013, que concede 3 (três) anos de licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares a CLEIMAR COSTA KOCH, ocupante do cargo de Telefonista, código 4.03, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com exercício na Secretaria da Saúde e Saneamento, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0098 / 2016 DE 16 de MARÇO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009
RESOLVE Contratar NATALIA KUNTZ WEBER, para, a partir de 14/03/2016, exercer a função de Estagiária, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Pré-Escola, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº.0099 / 2016 DE 16 de MARÇO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009
RESOLVE Contratar MILENA DEMETRIO HONORATO, para, a partir de 14/03/2016, exercer a função de Estagiária, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Creche, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0100 / 2016 DE 22 de MARÇO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009
RESOLVE Contratar GABRIELA DA CRUZ PICKLER, para, a partir desta data, exercer a função de Estagiária, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Creche, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0101 / 2016 DE 22 de MARÇO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 6.º da Lei Municipal nº 991/2000, de 04.04.2000,
RESOLVE Nomear JOELMA PATRICIO DA LUZ, para ocupar o Cargo Comissionado de Diretor Adjunto do Departamento da Saúde, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, para ter exercício na Secretaria da Saúde e Saneamento, sob o regime Estatutário com vínculo previdenciário no INSS, cessando, os efeitos da portaria 296/2013, de 29/12/2013, que contrsta para ocupar o cargo de Telefonista, código 4.03, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, em substituição a titular Cleimar Costa Koch, devido retorno da licença sem vencimentos, conforme portaria nº 097/2016, de 09/03/2016.

PORTARIA Nº. 0102 / 2016 DE 29 de MARÇO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições
RESOLVE Lotar definitivamente, no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - turma de 3 anos, vinculada a Secretarai de Educação e Cultura, a funcionária JULIANA MIRIAM MACIESKI KAFKA, ocupante do cargo de Professor Nível II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0103 / 2016 DE 29 de MARÇO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições
RESOLVE Lotar definitivamente, a funcionária CARMEM REGINA LOBO WESSLER, ocupante do cargo de Professor Nível III, no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Pré-Escola, Turma de 3 Anos, sendo: 20 (vinte) horas semanais na Turma de 3 anos Regulares e 20 (vinte) horas semanais na Turma de 3 anos Integrais, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0104 / 2016 DE 29 de MARÇO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições RESOLVE Lotar definitivamente, a funcionária FÁTIMA ALBERTON, ocupante do cargo efetivo de Professor Nível III, com

carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, designada para ocupar o cargo de Chefe de Divisão da Secretaria de Educação, na Turma de 3 anos, do Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Pré-Escola, vinculado a Secretaria de Educação e Cultura, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0105 / 2016 DE 29 de MARÇO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições
RESOLVE Lotar definitivamente, a funcionária EDINARA HERECK BUSSOLO, ocupante do cargo efetivo de Professor Nível III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, designada para ocupar o cargo de Chefe de Divisão da Secretaria de Educação, no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Pré-Escola, Turma de 3 Anos, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0106 / 2016 DE 29 de MARÇO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições
RESOLVE Regularizar a situação funcional da funcionária ROGIRLENE DACORÉGIO KÜLKAMP, ocupante do cargo de Professor Nível III, alterando definitivamente a carga horária para 40 (quarenta) horas semanais, lotando-a definitivamente na Escola Municipal Professor Gregório Wessler, a partir de 01/04/2016, conforme solicitação administrativa

PORTARIA Nº. 0107 / 2016 DE 29 de MARÇO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,
RESOLVE Conceder férias regulamentares a JOACIR BELARMINDA BLASIUS, ocupante do cargo de Condutor de Veiculo, código 4.03 com exercício na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, no período compreendido entre 01/04/2016 a 30/04/2016, referente ao período aquisitivo de 20/10/2014 a 19/04/2016, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0108 / 2016 DE 31 de MARÇO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,
Exonerar, a partir de 01/04/2016, HELIO ALBERTON JUNIOR, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal do Planejamento, Indústria, Comércio e Desenvolvimento Urbano, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal.
PORTARIA Nº.0109/2016 DE 31 de MARÇO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,
RESOLVE Exonerar, a partir de 01/04/2016, MARCIO BORBA BLASIUS, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal do Planejamento, Indústria, Comércio e Desenvolvimento Urbano, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, retornando ao cargo efetivo de CONDUTOR DE VEICULOS, código 4.03, na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

PORTARIA Nº. 0110 / 2016 DE 31 de MARÇO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,
RESOLVE Exonerar, a partir de 01/04/2016, MERI TEREZINHA KUELKAMP SCHLICKMANN, ocupante do Cargo Comissionado de Secretária Municipal da Família e Desenvolvimento Social, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, retornando ao cargo efetivo de Professor Nível III, no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Pré-Escola - Turma de 5 anos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

PORTARIA Nº. 0111 / 2016 DE 31 de MARÇO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,
RESOLVE Exonerar, a partir de 01/04/2016, MARILEI MORGAN VERONEZI BRATTI, ocupante do Cargo Comissionado de Secretária Municipal da Educação e Cultura, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, retornando ao cargo efetivo de Professor Nível III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal Professor Gregório Wessler, Turma do 4º Ano.

PORTARIA Nº. 0112 / 2016 DE 31 de MARÇO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,
RESOLVE Exonerar, a partir de 01/04/2016, RODOLFO BERTO DACOREGGIO, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal dos Transportes e Obras, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, retornando ao cargo efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos, código 4.05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria dos Transportes e Obras.

PORTARIA Nº. 0113 / 2016 DE 31 de MARÇO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,
RESOLVE Exonerar, a partir de 01/04/2016, ADEMIR BONETTI, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal do Esporte e Turismo, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, retornando ao cargo efetivo de Condutor de Veículos, Código 4.03, no Transporte Escolar, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

PORTARIA Nº. 0114 / 2016 DE 31 de MARÇO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,
RESOLVE Exonerar, a partir de 01/04/2016, DIONE HEINZEN, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Administração e Fazenda, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, retornando ao cargo efetivo de Técnico em Contabilidade, código 2.04, na Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

PORTARIA Nº. 0115 / 2016 DE 31 de MARÇO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,
RESOLVE Exonerar, a partir de 01/04/2016, CELIA KULKAMP MEURER ocupante do Cargo Comissionado de Diretora do Departamento de Saúde, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal.

PORTARIA Nº. 0116 / 2016 DE 31 de MARÇO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições
RESOLVE Alterar definitivamente a carga horária da funcionária MERI-TERESINHA KUELKAMP SCHLICKMANN, ocupante do cargo de Professor Nível III, no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Pré-Escola, passando de 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Turma de 5 anos, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0117 / 2016 DE 01 de ABRIL de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de

suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,
RESOLVE Exonerar a partir desta data, conforme requerimento, RUBERTO JOSÉ KULKAMP, ocupante da Função Gratificada de Chefe de Setor de Desenvolvimento Rural, retornando ao cargo efetivo Condutor de Veículos, código 4.03, na Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

PORTARIA Nº. 0118 / 2016 DE 01 de ABRIL de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições
RESOLVE Lotar definitivamente, na Turma de 1 Ano - Maternal II, a funcionária ANA PAULA AVELINO LÚCIO, ocupante do cargo de Professor Nível III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Creche I, vinculada a Secretaria de Educação e Cultura, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0119/2016 DE 01 de ABRIL de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,
RESOLVE Contratar HELIO ANTONIO MORGAN, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos, código 4.05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, por extrema necessidade de serviço, até a homologação do Concurso Público para provimento de cargo efetivo.

PORTARIA Nº. 0120 / 2016 DE 01 de ABRIL de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,
RESOLVE Contratar VANIO JORGE BALLMANN, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Condutor de Veículos, Código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, por extrema necessidade de serviço, até a homologação do Concurso Público para provimento de cargo efetivo.

PORTARIA Nº. 0121 / 2016 DE 01 de ABRIL de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 31.º item I, da Lei Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000
RESOLVE Contratar DEBORA FALCÃO DOS SANTOS, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Professor, nível II, Pedagogia - Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, e exercer suas funções no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Creche, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, por extrema necessidade de serviço, até a homologação do Concurso Público para provimento de cargo efetivo.

PORTARIA Nº. 0122 / 2016 DE 01 de ABRIL de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 31.º item I, da Lei Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000
RESOLVE Contratar, temporariamente, ANDRESA DE OLIVEIRA LEMBECK para, a partir desta data, ocupar o cargo de Professor, nível II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Escola Municipal Professor Gregório Wessler - Ensino Fundamental, com vínculo na Secretaria da Educação e Cultura, por extrema necessidade de serviço, até a realização de Concurso Público

para provimento de cargo efetivo, por ter sido classificada em 1º (primeiro) lugar no Processo Seletivo 001/2013, de 03/07/2013, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS.

PORTARIA Nº. 0123 / 2016 DE 01 de ABRIL de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,
RESOLVE Nomear, a partir de 04/04/2016, JOSE SCHMITT BUSO-LO para ocupar o Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, sob o regime Estatutário com vínculo previdenciário no INSS.

PORTARIA Nº. 0124 / 2016 DE 01 de ABRIL de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,
RESOLVE Nomear, a partir de 04/04/2016, RONEI COSTA BUSSOLO para ocupar o Cargo Comissionado de Secretário Municipal do Planejamento, Indústria, Comércio e Desenvolvimento Urbano, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, sob o regime Estatutário com vínculo previdenciário no INSS.

PORTARIA Nº. 0125 / 2016 DE 01 de ABRIL de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,
RESOLVE Designar, a partir desta data, JANE BONIN, ocupante do cargo de Professor, nível II, para ocupar o Cargo Comissionado de Secretária Municipal da Educação e Cultura, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, com vantagens inerentes ao cargo, cessando os efeitos da portaria 160/2013, de 29/05/2013, que designa para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Divisão de Cultura, fazendo jus a gratificação FG-03.

PORTARIA Nº. 0126 / 2016 DE 01 de ABRIL de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,
RESOLVE Designar, a partir de 04/04/2016, ELIZETE ORBEN MACIESKI BLASIUS, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, código 2.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o Cargo Comissionado de Secretária Municipal da Saúde e Saneamento, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, com vantagens inerentes ao cargo, cessando os efeitos da portaria 042/2015, de 02/02/2015, que designa para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Setor da Secretaria Saúde.

PORTARIA Nº. 0127 / 2016 DE 01 de ABRIL de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, RESOLVE Nomear, a partir de 06/04/2016, HELIO ALBERTON, para ocupar o Cargo Comissionado de Secretário Municipal dos Transportes e Obras, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, sob o regime Estatutário com vínculo previdenciário no INSS.

PORTARIA Nº. 0128 / 2016 DE 01 de ABRIL de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,
RESOLVE Designar ROSIANE GIL STEINBACK, ocupante do cargo de Monitor do PETI, no Programa de Erradicação do Trabalho

Infantil, para ocupar o Cargo Comissionado de Secretária Municipal da Família e Desenvolvimento Social, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, com vantagens inerentes ao cargo, cessando os efeitos da portaria 064/2014, de 14/02/2014, que designa para exercer o cargo em comissão de Diretora de Escola, para atuar no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, a partir de 04/04/2016.

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 31

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa ANCS Distribuidora Ltda EPP possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, estando o Município em mora, conforme disposição contratual, podendo, em virtude disso, sofrer sanções, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, para garantir o interesse público, consoante adiante descrito:

Fornecedor: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP

Restos a Pagar de 2015: 0809, 0837, 0874, 0875, 0885, 0886, 0906, 0665, 0689, 0695, 1079, 1080, 1081, 1082, 1083, 1084 e 1115.

Valor: R\$ 3.513,83

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI
refeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 32

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Delamar Alberton Demay possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2014, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: DELAMAR ALBERTON DEMAY

Restos a Pagar de 2014: 1640, 1646, 1647, 1648, 1650, 1651, 1652, 1653, 1654, 1655, 1656, 1657, 1658, 1659, 1660, 1661, 1662, 1663, 1664, 1665, 1666, 1667, 1668, 1669, 1670, 1671, 1672, 1673, 1674, 1675, 1676, 1677, 1678, 1686, 1687, 1688, 1689, 1694, 1649, 1679, 1690, 1691, 1692, 1700, 1701, 1702, 1703, 1725, 1726, 1727, 1728, 1729, 1730, 1731, 1732, 1733, 1734, 1735, 1736, 1737, 1738, 1739, 1740, 1741, 1742, 1743, 1744, 1749, 1750, 1756, 1757, 1864, 1806, 1807, 1808, 1813, 1816 e 1858.

Valor: R\$ 11.644,02

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI
refeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 33

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que Helton Blazius Guisi possui valores em haver do Município de Grão-Pará que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: HELTON BLAZIUS GUISI

Ordens de Pagamento: 1062, 1230, 1231, 1061, 1199, 1200, 1201, 1202, 1203, 1204, 1205, 1206, 1207, 1208, 1215, 1216, 1217, 1218, 1219, 1220, 1221, 1222, 1223, 1226, 1227, 1228 e 1229.

Valor: R\$ 7.616,55

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 34

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Quimigrap Comércio e Representação de Produtos de Limpeza Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015 e, também, valores em aberto de 2016, estando em atraso os pagamentos, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: QUIMIGRAP COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

Restos a Pagar de 2015: 0958, 1035, 1036, 1037, 1058, 1059, 1177 e 1935.

Ordens de Pagamento: 0023, 0024, 0028, 0032, 1947, 0031, 0242, 0246, 0313, 0328, 0478, 0741, 0719, 0740, 0742, 0743, 0949, 1322, 1327, 1328, 1329, 1330.

Valor: R\$ 4.354,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 35

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa TM Schlickmann & Cia Ltda ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME

Restos a Pagar de 2015: 0787, 0881, 0884, 0887, 0905, 0907, 0892, 1116, 0713, 1044, 1045, 1046, 1064, 1069 e 1110.

Valor: R\$ 2.267,22

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

AD04.16 CONTRATO 06.2015 EDITORA POSITIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad04/16Cont06/15 - Contrato Nº: 06/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: EDITORA POSITIVO LTDA
Valor : 19.377,54 (dezenove mil trezentos e setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 14/04/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL(ENSINO FUNDAMENTAL I(1º AO 5º ANO)E ENSINO FUNDAMENTAL II(6º AO 9º ANO)) P/ 2015,CONTENDO LIVRO DIDÁTICO INTEGRADO,PORTAL APRENDE BRASIL,ASSESSORIA PEDAGÓGICA,SIMEB-SISTEMA DE MONITORAMENTO EDUCACIONAL DO BRASIL E O HÁBIL-SISTEMA DE AVALIAÇÃO POSITIVO, SERÁ PARA 698 ALUNOS- ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL.
VALOR REFERENTE A CORREÇÃO DO INPC CONFORME PREVISTO NO CONTRATO 06/2015.

JUSTIFICATIVA QUEBRA DE CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº 24/2016
JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, §3 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que (Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais.) possui valores em haver do município de Guaraciaba/SC, em restos a pagar, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais.
Empenho:1507,1501,1427 , valor: R\$ 507,04

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.
Guaraciaba/SC, aos 14 de abril de 2016.
ROQUE LUIZ MENEHINI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº 25/2016
JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, §3 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que (FATMA) possui valores em haver do município de Guaraciaba/SC, em empenhos do exercício, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:
Fornecedor:FATMA
Empenho:1222 , valor : R\$ 64,81

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.
Guaraciaba/SC, aos 14 de abril de 2016.
ROQUE LUIZ MENEHINI
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA QUEBRA DE CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº 26/2016
JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, §3 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que (Diário Catarinense.) possui valores em haver do município de Guaraciaba/SC, em restos a pagar, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:
Fornecedor: Diário Catarinense.
Empenho: 911, valor : R\$ 479,56

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.
Guaraciaba/SC, aos 14 de abril de 2016.
ROQUE LUIZ MENEHINI
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA QUEBRA DE CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº 27/2016
JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, §3 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que (Darci Luiz Basei ME.) possui valores em haver do município de Guaraciaba/SC, em restos a pagar, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:
Fornecedor: Darci Luiz Basei ME
Empenho: 1406, valor : R\$ 354,57

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.
Guaraciaba/SC, aos 15 de abril de 2016.
ROQUE LUIZ MENEHINI
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 66.16 AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS CONserto CAMINHÃO VW 26220 PLACA MDH 5832

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº66/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitação nº 80/16, Edital de Pregão Presencial Nº 66/16, Objeto: Aquisição de Peças e serviços para conserto do chassi, caçamba e diferencial do caminhão VW26.220 Placa MDH 5832; recebimento de propostas até às 14:00 horas do dia 29/04/16; a abertura do Edital será às 14:00 horas do dia 29/04/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 14 de abril de 2016.
Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO Nº. 638/2016

DECRETO Nº. 638/2016

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais).

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, de acordo com a Lei nº. 4302/2016, até o valor de R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais), nas dotações do orçamento vigente, abaixo discriminadas:

12 Fundo Municipal de Saúde

12.1

2040 – Piso da atenção básica variável – saúde da família

3339000000000000

10200 R\$ 11.000,00

2043 – Piso da atenção básica variável – agentes comunitários de saúde

3339000000000000

10200 R\$ 40.000,00

2046 – Vigilância em saúde – vigilância sanitária

3339000000000000

10200 R\$ 10.000,00

2132 – NASF SC – Cofinanciamento da atenção básica

3339000000000000

10200 R\$ 10.000,00

2139 – Piso da atenção básica fixo – pab fixo

3339100000000000

13808 R\$ 10.000,00

2159 – Vigilância em saúde – piso fixo de vigilância em saúde PFVS

3339000000000000

10200 R\$ 20.000,00

Art. 2º Os recursos para as suplementações de que trata o artigo anterior, são oriundos da anulação dos itens abaixo relacionados:

12 Fundo Municipal de Saúde

12.1

1029 – Aquisição de veículos – fundo municipal de saúde

3449000000000000

10200 R\$ 49.000,00

2035 – Manutenção do atendimento nas unidades básicas e ambulatorial

3449000000000000

10200 R\$ 9.000,00

2041 – Piso da atenção básica variável – saúde bucal

3449000000000000

10200 R\$ 9.000,00

10200 R\$ 4.000,00

10200 R\$ 7.000,00

2045 – Manutenção das unidades de saúde

3449000000000000

10200 R\$ 9.000,00

2132 – NASF SC – Cofinanciamento da atenção básica

3449000000000000

10200 R\$ 4.000,00

2139 – Piso da atenção básica fixo – pab fixo

3319000000000000

13808 R\$ 5.000,00

3449000000000000

13808 R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de abril de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2016 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016 – PMG

Objeto: Registro de preços para a eventual aquisição de serviço de arbitragem esportiva.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 012/2016.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, bairro Centro.

Fornecedor: JARAGUÁ EVENTOS ESPORTIVOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 14.708.136/0001-65, estabelecida na Rua Otto Georg, nº 185, bairro Jaraguá 99, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina.

Vigência: Início: 13/04/2016 Término: 12/04/2017.

Fornecedor: 371475 - JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA ME					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	8	DIARIA	VÔLEI EM DUPLAS MASC/FEM. 01 1º ÁRBITRO + 01 APONTADOR.	330,00	2.640,00
2	40	JOGO	FUTEBOL DE AREIA FEMININO - 01 1º ÁRBITRO + 01 APONTADOR.	155,00	6.200,00
3	100	JOGO	FUTEBOL SUÍÇO MASCULINO - 01 1º ÁRBITRO + 01 APONTADOR	190,00	19.000,00
4	12	JOGO	MOLEQUE BOM DE BOLA (MASC/FEM) - 01 1º ÁRBITRO + 2º ÁRBITRO + 01 APONTADOR.	200,00	2.400,00
5	40	JOGO	FUTSAL 35 MASC. - 01 1º ÁRBITRO + 01 2º ÁRBITRO + 01 CRONOMETRISTA + 01 APONTADOR.	188,00	7.520,00
6	36	DIARIA	FUTSAL SUB 11, 13, 15, 17 MASC. E FEM. - 01 1º ÁRBITRO + 01 2º ÁRBITRO + 01 CRONOMETRISTA + 01 APONTADOR.	310,00	11.160,00
7	280	JOGO	CAMPEONATO MUNICIPAL DE BOCHA - 01 1º ÁRBITRO	42,00	11.760,00
8	20	DIARIA	JOGOS ESCOLARES MUNICIPAIS - 01 1º ÁRBITRO	300,00	6.000,00
9	5	ETAPA	6º CAMPEONATO MUNICIPAL DE LAÇO.FILHO - 01 1º ÁRBITRO + 01 2º ÁRBITRO + 01 3º ÁRBITRO.	1.700,00	8.500,00
10	60	JOGO	FUTEBOL SUÍÇO 35 MASC. - 01 1º ÁRBITRO + 01 APONTADOR.	175,00	10.500,00
11	100	JOGO	FUTSAL ADULTO MASC. - 01 1º ÁRBITRO + 01 2º ÁRBITRO + 01 APONTADOR + 01 CRONOMETRISTA.	220,00	22.000,00
12	50	JOGO	FUTSAL ADULTO FEM. - 01 1º ÁRBITRO + 01 2º ÁRBITRO + 01 APONTADOR + 01 CRONOMETRISTA.	195,00	9.750,00
13	35	JOGO	FUTEBOL SUÍÇO 40 - 01 1º ÁRBITRO + 01 APONTADOR	175,00	6.125,00
14	100	JOGO	VARZEANO 1ª E 2ª DIVISÃO - 01 1º ÁRBITRO + 02 AUXILIARES + 01 APONTADOR.	450,00	45.000,00
15	10	DIARIA	FESTIVAL DE TODAS AS ESCOLHIDAS - 01 1º ÁRBITRO + 01 2º ÁRBITRO (JUDÔ, KARATÊ, TÊNIS DE MESA, FUTSAL, BASQUETE, VÔLEI, HANDEBOL, FUTEBOL DE CAMPO, CANOAGEM E ATLETISMO)	300,00	3.000,00
16	2	DIARIA	TORNEIO DE VÔLEI AGV - 01 1º ÁRBITRO + 01 2º ÁRBITRO + 01 APONTADOR + 01 CRONOMETRISTA	750,00	1.500,00
17	4	DIARIA	VÔLEI CASAIS - 01 1º ÁRBITRO + 01 APONTADOR	440,00	1.760,00
18	40	JOGO	FUTEBOL SUÍÇO FEM. - 01 1º ÁRBITRO + 01 APONTADOR	165,00	6.600,00
19	8	DIARIA	VÔLEI QUADRA MASC. FEM. - 01 1º ÁRBITRO + 01 2º ÁRBITRO + 01 APONTADOR + 01 CRONOMETRISTA	320,00	2.560,00
20	80	JOGO	AMISTOSOS FUTEBOL DE CAMPO - 01 1º ÁRBITRO	90,00	7.200,00
21	18	DIARIA	INTERMUNICIPAL DE FUTSAL MENOR - 01 1º ÁRBITRO + 01 2º ÁRBITRO + 01 CRONOMETRISTA + 01 APONTADOR	280,00	5.040,00
22	80	JOGO	FUTEBOL SOCIETY - 01 1º ÁRBITRO + 01 APONTADOR	188,00	15.040,00
Total				R\$211.255,00	

Guaramirim (SC), 14 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 4302/2016

LEI Nº. 4302/2016

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar até o valor de R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais), nas dotações do orçamento vigente, abaixo discriminadas:

12 Fundo Municipal de Saúde

12.1

2040 – Piso da atenção básica variável – saúde da família

3339000000000000
10200 R\$ 11.000,00
2043 – Piso da atenção básica variável – agentes comunitários de saúde
3339000000000000
10200 R\$ 40.000,00
2046 – Vigilância em saúde – vigilância sanitária
3339000000000000
10200 R\$ 10.000,00
2132 – NASF SC – Cofinanciamento da atenção básica
3339000000000000
10200 R\$ 10.000,00
2139 – Piso da atenção básica fixo – pab fixo
3339100000000000
13808 R\$ 10.000,00
2159 – Vigilância em saúde – piso fixo de vigilância em saúde PFVS
3339000000000000
10200 R\$ 20.000,00

Art. 2º Os recursos para as suplementações de que trata o artigo anterior, são oriundos da anulação dos itens abaixo relacionados:

12 Fundo Municipal de Saúde

12.1

1029 – Aquisição de veículos – fundo municipal de saúde

3449000000000000

10200 R\$ 49.000,00

2035 – Manutenção do atendimento nas unidades básicas e ambulatorial

3449000000000000

10200 R\$ 9.000,00

2041 – Piso da atenção básica variável – saúde bucal

3449000000000000

10200 R\$ 9.000,00

10200 R\$ 4.000,00

10200 R\$ 7.000,00

2045 – Manutenção das unidades de saúde

3449000000000000

10200 R\$ 9.000,00

2132 – NASF SC – Cofinanciamento da atenção básica

3449000000000000

10200 R\$ 4.000,00

2139 – Piso da atenção básica fixo – pab fixo

3319000000000000

13808 R\$ 5.000,00

3449000000000000

13808 R\$ 5.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de abril de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 121/2016

PORTARIA Nº. 121/2016

Nomeia Margareti Mirian Baader Alves.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Margareti Mirian Baader Alves, na função de Secretária de Escola, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 01 de março de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 12 de abril de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

RREO - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RETIFICADO 1º BIMESTRE 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Retificado
 Balanço Orçamentário
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2016 / Bimestre Janeiro-Feveiro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Janeiro a Fevereiro (b)	%(b/a)	Até Fevereiro (c)	%(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	141.094.920,00	141.094.920,00	16.680.181,29	11,82	16.680.181,29	11,82	124.414.738,71
RECEITAS CORRENTES	111.824.920,00	111.824.920,00	16.493.611,59	14,75	16.493.611,59	14,75	95.331.308,41
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.112.000,00	14.112.000,00	1.083.866,29	7,68	1.083.866,29	7,68	13.028.133,71
Impostos	11.290.000,00	11.290.000,00	935.580,52	8,29	935.580,52	8,29	10.354.419,48
Taxas	2.422.000,00	2.422.000,00	148.285,77	6,12	148.285,77	6,12	2.273.714,23
Contribuição de Melhoria	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.200.000,00	2.200.000,00	375.825,06	17,08	375.825,06	17,08	1.824.174,94
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	2.200.000,00	2.200.000,00	375.825,06	17,08	375.825,06	17,08	1.824.174,94
RECEITA PATRIMONIAL	439.000,00	439.000,00	153.693,47	35,01	153.693,47	35,01	285.306,53
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	439.000,00	439.000,00	153.693,47	35,01	153.693,47	35,01	285.306,53
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.725.000,00	5.725.000,00	883.996,42	15,44	883.996,42	15,44	4.841.003,58
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	87.479.920,00	87.479.920,00	13.810.527,80	15,79	13.810.527,80	15,79	73.669.392,20
Transferências Intergovernamentais	85.274.920,00	85.274.920,00	13.543.855,36	15,88	13.543.855,36	15,88	71.731.064,64
Transferências de Instituições Privadas	205.000,00	205.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	205.000,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	2.000.000,00	2.000.000,00	266.672,44	13,33	266.672,44	13,33	1.733.327,56
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.869.000,00	1.869.000,00	185.702,55	9,94	185.702,55	9,94	1.683.297,45
Multas e Juros de Mora	713.000,00	713.000,00	71.611,31	10,04	71.611,31	10,04	641.388,69
Indenizações e Restituições	200.000,00	200.000,00	171,90	0,09	171,90	0,09	199.828,10
Receita da Dívida Ativa	845.000,00	845.000,00	113.882,43	13,48	113.882,43	13,48	731.117,57
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	111.000,00	111.000,00	36,91	0,03	36,91	0,03	110.963,09
RECEITAS DE CAPITAL	29.270.000,00	29.270.000,00	186.569,70	0,64	186.569,70	0,64	29.083.430,30
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.000.000,00	6.000.000,00	27.510,49	0,46	27.510,49	0,46	5.972.489,51
Operações de Crédito Internas	6.000.000,00	6.000.000,00	27.510,49	0,46	27.510,49	0,46	5.972.489,51
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	1.255,04	0,00	1.255,04	0,00	(1.255,04)
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	23.270.000,00	23.270.000,00	157.804,17	0,68	157.804,17	0,68	23.112.195,83
Transferências Intergovernamentais	1.850.000,00	1.850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.850.000,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	21.420.000,00	21.420.000,00	157.804,17	0,74	157.804,17	0,74	21.262.195,83
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	167.000,00	167.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	141.261.920,00	141.261.920,00	16.680.181,29	11,81	16.680.181,29	11,81	124.581.738,71
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	141.261.920,00	141.261.920,00	16.680.181,29	11,81	16.680.181,29	11,81	124.581.738,71
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	141.261.920,00	141.261.920,00	16.680.181,29	11,81	16.680.181,29	11,81	124.581.738,71
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	755.979,45	0,00	0,00	69.628,60	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	755.979,45	0,00	0,00	69.628,60	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanco Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2016 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (f)	Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (h)	Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até Fevereiro (j)
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.) (VIII)	141.094.920,00	141.850.899,45	33.020.180,22	33.020.180,22	108.830.719,23	14.469.098,78	14.469.098,78	127.381.800,67	12.681.233,21
DESPESAS CORRENTES	106.131.520,00	106.405.970,00	26.161.484,20	26.161.484,20	80.244.485,80	13.293.896,13	13.293.896,13	93.112.073,87	11.625.624,49
Pessoal e Encargos Sociais	59.519.660,00	59.604.660,00	8.580.253,22	8.580.253,22	51.024.406,78	8.580.253,22	8.580.253,22	51.024.406,78	7.726.467,37
Juros e Encargos da Dívida	362.000,00	362.000,00	28.384,13	28.384,13	333.615,87	28.384,13	28.384,13	333.615,87	23.108,23
Outras Despesas Correntes	46.249.860,00	46.439.310,00	17.552.846,85	17.552.846,85	28.886.463,15	4.685.258,78	4.685.258,78	41.754.051,22	3.876.048,89
DESPESAS DE CAPITAL	34.863.400,00	35.344.929,45	6.858.696,02	6.858.696,02	28.486.233,43	1.175.202,65	1.175.202,65	34.169.726,80	1.055.608,72
Investimentos	31.118.400,00	31.599.929,45	6.474.340,02	6.474.340,02	25.125.589,43	790.855,65	790.855,65	30.809.073,80	674.011,49
Inversões Financeiras	262.000,00	262.000,00	0,00	0,00	262.000,00	0,00	0,00	262.000,00	0,00
Amortização da Dívida	3.483.000,00	3.483.000,00	384.356,00	384.356,00	3.098.644,00	384.347,00	384.347,00	3.098.653,00	381.597,23
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	167.000,00	167.000,00	114.240,00	114.240,00	52.760,00	5.111,90	5.111,90	161.888,10	5.007,84
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	141.261.920,00	142.017.899,45	33.134.420,22	33.134.420,22	108.883.479,23	14.474.210,68	14.474.210,68	127.543.688,77	12.686.241,05
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	141.261.920,00	142.017.899,45	33.134.420,22	33.134.420,22	108.883.479,23	14.474.210,68	14.474.210,68	127.543.688,77	12.686.241,05
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	2.205.970,61	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	141.261.920,00	142.017.899,45	33.134.420,22	33.134.420,22	108.883.479,23	14.474.210,68	16.680.181,29	125.337.718,16	12.686.241,05

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Janeiro à Fevereiro (b)	Até Fevereiro (c)	Saldo (a-c)
RECEITAS CORRENTES	167.000,00	167.000,00	0,00	0,00	167.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	167.000,00	167.000,00	0,00	0,00	167.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	167.000,00	167.000,00	0,00	0,00	167.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Aportes Periódicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	167.000,00	167.000,00	0,00	0,00	167.000,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (f)	Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (h)	Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até Fevereiro (j)
DESPESAS CORRENTES	167.000,00	167.000,00	114.240,00	114.240,00	52.760,00	5.111,90	5.111,90	161.888,10	5.007,84
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	167.000,00	167.000,00	114.240,00	114.240,00	52.760,00	5.111,90	5.111,90	161.888,10	5.007,84
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	167.000,00	167.000,00	114.240,00	114.240,00	52.760,00	5.111,90	5.111,90	161.888,10	5.007,84

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Data Emissão: 14/abr/2016

Hora de emissão: 08h e 15m

Notas:

RREO - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO RETIFICADO 1º BIMESTRE DE 2016



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Retificado

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

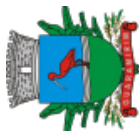
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2016 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II alínea 'c')

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e) = (a-d)
			Até Fevereiro (b)	%(b) / tot.(b)		Até Fevereiro (d)	%(d) / tot.(d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇ. X)	141.094.920,00	141.850.899,45	33.020.180,22	99,66	108.830.719,23	14.460.098,78	99,96	127.381.800,67
Legislativa	2.997.000,00	2.997.000,00	319.111,86	0,96	2.677.888,14	319.111,86	2,20	2.677.888,14
Ação Legislativa	2.997.000,00	2.997.000,00	319.111,86	0,96	2.677.888,14	319.111,86	2,20	2.677.888,14
Administração	12.541.500,00	12.541.500,00	2.973.787,84	8,97	9.567.712,16	1.355.376,95	9,36	11.186.123,05
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	705.000,00	705.000,00	231.104,77	0,70	473.895,23	144.290,24	1,00	560.709,76
Planejamento e Orçamento	1.300.000,00	1.300.000,00	294.865,40	0,89	1.005.134,60	225.147,01	1,56	1.074.852,99
Administração Geral	6.998.500,00	6.998.500,00	1.430.786,23	4,32	5.567.713,77	488.883,75	3,36	6.511.616,25
Administração Financeira	1.400.000,00	1.400.000,00	381.832,87	1,15	1.018.167,13	114.240,30	0,79	1.285.759,70
Controle Interno	490.000,00	490.000,00	82.291,25	0,25	407.708,75	57.083,80	0,39	432.616,20
Normalização e Fiscalização	560.000,00	560.000,00	199.509,24	0,60	360.490,76	99.258,68	0,69	460.741,31
Tecnologia da Informação	330.000,00	330.000,00	233.932,43	0,71	96.067,57	144.274,51	1,00	185.725,49
Ordenamento Territorial	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00
Administração de Receitas	740.000,00	740.000,00	119.465,65	0,36	620.534,35	84.198,65	0,59	655.801,35
Segurança Pública	915.500,00	915.500,00	330.114,69	1,00	585.385,31	84.327,82	0,59	831.172,18
Policimento	470.500,00	470.500,00	84.167,39	0,25	386.332,61	12.493,63	0,09	458.006,37
Defesa Civil	445.000,00	445.000,00	245.947,30	0,74	199.052,70	71.834,19	0,50	273.165,81
Assistência Social	7.304.939,00	7.304.939,00	1.401.036,99	4,23	5.903.902,01	704.705,81	4,87	6.604.197,20
Assistência ao Idoso	212.250,00	212.250,00	29.110,74	0,09	183.139,26	7.391,76	0,05	204.858,24
Assistência ao Portador de Deficiência	415.450,00	415.450,00	349.250,00	1,05	77.200,00	95.250,00	0,66	331.200,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.003.100,00	2.003.100,00	286.736,77	0,67	1.716.363,23	206.069,56	1,42	1.830.030,44
Assistência Comunitária	4.674.139,00	4.674.139,00	735.939,48	2,22	3.938.200,52	395.994,49	2,74	4.263.344,51
Saúde	31.749.480,00	32.150.142,31	6.867.389,50	20,73	25.282.752,81	4.185.785,82	28,92	27.964.356,49
Atenção Básica	16.353.000,00	16.600.970,31	3.745.974,17	11,31	12.854.996,14	1.961.439,77	13,55	14.639.530,54
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	14.707.760,00	14.770.452,00	2.963.863,14	8,94	11.806.588,86	2.101.023,86	14,52	12.689.428,14
Vigilância Sanitária	432.720,00	462.720,00	86.936,62	0,26	375.783,38	60.241,62	0,42	402.478,38
Vigilância Epidemiológica	256.000,00	316.000,00	70.615,57	0,21	245.384,43	63.080,57	0,44	252.919,43
Trabalho	202.000,00	202.000,00	0,00	0,00	202.000,00	0,00	0,00	202.000,00
Empregabilidade	202.000,00	202.000,00	0,00	0,00	202.000,00	0,00	0,00	202.000,00
Educação	35.389.001,00	35.408.793,17	7.699.599,50	23,24	27.709.233,67	4.467.429,13	30,86	30.941.364,04
Alimentação e Nutrição	3.321.801,00	3.321.801,00	675.503,54	2,04	2.646.297,46	322.531,17	2,23	2.999.269,83
E ensino Fundamental	18.015.000,00	18.054.792,17	3.656.773,34	11,04	14.398.018,83	2.141.517,78	14,80	15.913.274,39
E ensino Médio	522.500,00	522.500,00	0,00	0,00	522.500,00	0,00	0,00	522.500,00
E ensino Superior	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Educação Infantil	13.387.700,00	13.387.700,00	3.333.790,62	10,08	10.053.909,38	1.990.720,48	13,75	11.396.979,52
Educação de Jovens e Adultos	117.000,00	117.000,00	33.492,00	0,10	83.508,00	12.659,70	0,09	104.340,30
Cultura	1.163.000,00	1.163.000,00	137.286,59	0,41	1.025.713,41	60.402,24	0,42	1.102.597,76
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	735.000,00	735.000,00	135.101,64	0,41	599.898,36	59.621,29	0,41	675.378,71
Diffusão Cultural	428.000,00	428.000,00	2.184,95	0,01	425.815,05	780,95	0,01	427.219,05
Direitos da Cidadania	275.000,00	275.000,00	37.706,40	0,11	237.293,60	15.115,70	0,10	259.884,30
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	275.000,00	275.000,00	37.706,40	0,11	237.293,60	15.115,70	0,10	259.884,30
Urbanismo	19.632.500,00	19.755.824,97	7.635.604,22	23,04	12.120.220,75	892.599,41	6,17	18.863.235,56
Infra-Estrutura Urbana	12.539.000,00	12.662.324,97	5.565.000,39	16,80	7.097.324,58	527.333,93	3,64	12.134.991,04
Serviços Urbanos	3.067.000,00	3.067.000,00	2.069.211,53	6,24	997.788,47	365.255,48	2,52	2.701.744,52
Transportes Coletivos Urbanos	60.000,00	60.000,00	1.392,30	0,00	58.607,70	0,00	0,00	60.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	192.000,00	192.000,00	0,00	0,00	192.000,00	0,00	0,00	192.000,00
Controle Ambiental	2.806.000,00	2.806.000,00	0,00	0,00	2.806.000,00	0,00	0,00	2.806.000,00
Turismo	968.500,00	968.500,00	0,00	0,00	968.500,00	0,00	0,00	968.500,00
Habituação	612.000,00	612.000,00	4.400,00	0,01	607.600,00	0,00	0,00	612.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Retificado
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2016 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

[illegible]

Despesa Intra-Orçamentária

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e) = (a-d)
			Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (b)		Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (d)	
				%(b) / tot.(b)			%(d) / tot.(d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇ.) (II)	167.000,00	167.000,00	114.240,00	114,240,00	52.760,00	5.111,90	5,111,90	161.888,10
Legislativa	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Acao Legislativa	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Administracao	10.000,00	10.000,00	5.000,00	50,000,00	5.000,00	197,32	197,32	9.802,68
Administracao Geral	10.000,00	10.000,00	5.000,00	50,000,00	5.000,00	197,32	197,32	9.802,68
Seguranca Publica	1.500,00	1.500,00	500,00	50,000,00	1.000,00	54,26	54,26	1.445,74
Policimento	1.500,00	1.500,00	500,00	50,000,00	1.000,00	54,26	54,26	1.445,74
Assistencia Social	31.000,00	31.000,00	25.940,00	25,940,00	5.060,00	429,91	429,91	30.570,09
Assistencia à Criança e ao Adolescente	5.000,00	5.000,00	4.940,00	4,940,00	60,00	106,16	106,16	4.893,84
Assistencia Comunitaria	26.000,00	26.000,00	21.000,00	21,000,00	5.000,00	323,75	323,75	25.676,25
Saude	36.000,00	36.000,00	5.000,00	5,000,00	31.000,00	104,06	104,06	35.895,94
Atencao Basica	21.000,00	21.000,00	5.000,00	5,000,00	16.000,00	104,06	104,06	20.895,94
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
Educacao	53.000,00	53.000,00	53.000,00	53,000,00	0,00	3.159,34	3.159,34	49.841,66
Ensino Fundamental	39.000,00	39.000,00	39.000,00	39,000,00	0,00	1.998,74	1.998,74	37.001,26
Educacao Infantil	14.000,00	14.000,00	14.000,00	14,000,00	0,00	1.159,60	1.159,60	12.840,40
Cultura	3.000,00	3.000,00	1.300,00	1,300,00	1.700,00	53,08	53,08	2.946,92
Patrimonio Historico, Artístico e Arqueológico	3.000,00	3.000,00	1.300,00	1,300,00	1.700,00	53,08	53,08	2.946,92
Urbanismo	5.500,00	5.500,00	5.000,00	5,000,00	500,00	323,92	323,92	5.176,08
Servicos Urbanos	5.500,00	5.500,00	5.000,00	5,000,00	500,00	323,92	323,92	5.176,08
Agricultura	5.500,00	5.500,00	1.500,00	1,500,00	4.000,00	27,13	27,13	5.472,87



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Retificado
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2016 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

Extensão Rural	5.500,00	1.500,00	1.500,00	4.000,00	27,13	27,13	0,00	5.472,87
Comércio e Serviços	5.000,00	4.000,00	4.000,00	1.000,00	469,66	469,66	0,00	4.530,34
Empregabilidade	2.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	54,28	54,28	0,00	1.945,74
Turismo	3.000,00	3.000,00	3.000,00	0,00	415,40	415,40	0,00	2.584,60
Transporte	7.000,00	7.000,00	7.000,00	0,00	155,11	155,11	0,00	6.844,89
Transporte Rodoviário	7.000,00	7.000,00	7.000,00	0,00	155,11	155,11	0,00	6.844,89
Desporto e Lazer	6.500,00	6.000,00	6.000,00	500,00	139,11	139,11	0,00	6.360,89
Desporto Comunitário	6.500,00	6.000,00	6.000,00	500,00	139,11	139,11	0,00	6.360,89
TOTAL (III) = (I + II)	141.261.920,00	33.134.420,22	33.134.420,22	108.863.479,23	14.474.210,68	14.474.210,68	100,00	127.543.688,77

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Data Emissão: 14/abr/2016 Hora de emissão:

Notas:

RREO - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE RETIFICADO 1º BIMESTRE



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Retificado
Dem. da Rec. de Impostos Líquida e das Desp. Próprias com Ações e Serviços
Públicos de Saúde Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2016 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO ☐ ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Fevereiro 2016 (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I)	12.398.000,00	12.398.000,00	1.034.079,87	8,34
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.300.000,00	3.300.000,00	5.104,54	0,15
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.600.000,00	1.600.000,00	70.107,32	4,38
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.400.000,00	4.400.000,00	683.899,30	15,54
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.990.000,00	1.990.000,00	176.469,36	8,87
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos	107.000,00	107.000,00	7.365,77	6,88
Dívida Ativa dos Impostos	710.000,00	710.000,00	75.189,10	10,59
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	291.000,00	291.000,00	15.944,48	5,48
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	75.340.000,00	75.340.000,00	11.581.635,75	15,37
Cota-Parte FPM	21.000.000,00	21.000.000,00	3.524.521,39	16,78
Cota-Parte ITR	90.000,00	90.000,00	850,34	0,94
Cota-Parte IPVA	4.200.000,00	4.200.000,00	397.963,41	9,48
Cota-Parte ICMS	49.000.000,00	49.000.000,00	7.514.354,55	15,34
Cota-Parte IPI-Exportação	800.000,00	800.000,00	115.120,38	14,39
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	250.000,00	250.000,00	28.825,68	11,53
Desoneração ICMS (LC 87/96)	250.000,00	250.000,00	28.825,68	11,53
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	87.738.000,00	87.738.000,00	12.615.715,62	14,38

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Fevereiro 2016 (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	8.178.720,00	8.178.720,00	1.217.534,09	14,89
Provenientes da União	6.912.720,00	6.912.720,00	1.033.420,93	14,95
Provenientes dos Estados	866.000,00	866.000,00	158.815,50	18,34
Provenientes de Outros Municípios	360.000,00	360.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	40.000,00	40.000,00	25.297,66	63,24
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	5.150.000,00	5.150.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	130.500,00	130.500,00	25.491,37	19,53
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	13.459.220,00	13.459.220,00	1.243.025,46	9,24

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Fevereiro (f)	% (f/e) x 100	Até Fevereiro (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	28.633.980,00	28.723.980,00	6.117.792,98	21,30	4.065.409,67	14,15
Pessoal e Encargos Sociais	19.617.260,00	19.702.260,00	2.608.364,73	13,24	2.608.364,73	13,24
Juros e Encargos da Dívida	12.000,00	12.000,00	4.567,47	38,06	4.567,47	38,06
Outras Despesas Correntes	9.004.720,00	9.009.720,00	3.504.860,78	38,90	1.452.477,47	16,12
DESPESAS DE CAPITAL	2.696.500,00	3.007.162,31	411.221,32	13,67	63.251,01	2,10
Investimentos	2.506.500,00	2.817.162,31	403.490,31	14,32	55.520,00	1,97
Inversões Financeiras	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	90.000,00	90.000,00	7.731,01	8,59	7.731,01	8,59
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	31.330.480,00	31.731.142,31	6.529.014,30	20,58	4.128.660,68	13,01



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Relatório Resumido da Execução Orçamentária Dem. da Rec. de Impostos Líquida
e das Desp. Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde Orçamentos Fiscal
e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2016 / Bimestre Janeiro-Feveireiro

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Fevereiro (h)	% (h/IVf)x 100	Até Fevereiro (i)	% (i/IVg)x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	8.022.720,00	8.360.690,31	854.626,23	13,09	155.148,79	3,76
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	8.022.720,00	8.360.690,31	854.626,23	13,09	155.148,79	3,76
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			0,00	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	8.022.720,00	8.360.690,31	854.626,23	13,09	155.148,79	3,76
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	23.307.760,00	23.370.452,00	5.674.388,07	86,91	3.973.511,89	96,24
TOTAL GERAL						
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%)					31,50	
VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15 x IIIb) / 100)]					2.081.154,55	
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		0,00	0,00	0,00		
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL		Despesas custeadas no exercício de referência (j)		SALDO FINAL (Não Aplicado)	
Restos Cancelados	96.912,55		-		96.912,55	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**
**Relatório Resumido da Execução Orçamentária Dem. da Rec. de Impostos Líquida
e das Desp. Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde Orçamentos Fiscal
e da Seguridade Social**

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2016 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (k)		SALDO FINAL (Não Aplicado)	
		0,00		0,00	0,00	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Fevereiro (l)	% (l/ total l) x 100	Até Fevereiro (m)	% (m/ total m) x 100
Atenção Básica	16.374.000,00	16.621.970,31	3.750.974,17	54,58	1.961.543,83	46,86
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	14.722.760,00	14.785.452,00	2.963.863,14	43,13	2.101.023,86	50,19
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	432.720,00	462.720,00	86.936,62	1,27	60.241,62	1,44
Vigilância Epidemiológica	256.000,00	316.000,00	70.615,57	1,03	63.080,57	1,51
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	(0,00)	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	31.785.480,00	32.186.142,31	6.872.389,50	100,00	4.185.889,88	100,00

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Data Emissão: 14/abr/2016 Hora de emissão: 08h e 42m

Notas:

1. Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2. O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3. O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4. Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5. Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6. No último bimestre, será utilizada a fórmula: $[V/(h+i) - (15 \times IIb)/100]$.

RREO - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MDE RETIFICADO 1º BIMESTRE**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Retificado
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do
Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2016 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)					
RECEITAS DE ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS		% (c) = (b/a)x100
			Até Fevereiro (b)		
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	12.398.000,00	12.398.000,00	1.034.079,87		8,34
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.100.000,00	4.100.000,00	81.753,91		1,99
1.1.1- IPTU	3.300.000,00	3.300.000,00	5.163,41		0,16
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	30.000,00	30.000,00	610,08		2,03
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	550.000,00	550.000,00	62.229,99		11,31
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	220.000,00	220.000,00	13.857,76		6,30
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	107,33		0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.603.000,00	1.603.000,00	70.115,37		4,37
1.2.1- ITBI	1.600.000,00	1.600.000,00	70.107,32		4,38
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	2.000,00	2.000,00	8,05		0,40
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00		0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00		0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00		0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.705.000,00	4.705.000,00	705.741,23		15,00
1.3.1- ISS	4.400.000,00	4.400.000,00	683.941,58		15,54
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	75.000,00	75.000,00	6.919,28		9,23
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	160.000,00	160.000,00	12.959,11		8,10
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	70.000,00	70.000,00	2.086,72		2,98
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	165,46		0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.990.000,00	1.990.000,00	176.469,36		8,87
1.4.1- IRRF	1.990.000,00	1.990.000,00	176.469,36		8,87
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00		0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00		0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00		0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00		0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00		0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00		0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00		0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00		0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00		0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00		0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	75.340.000,00	75.340.000,00	11.581.635,75		15,37
2.1- Cota-Parte FPM	21.000.000,00	21.000.000,00	3.524.521,39		16,78
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b (22,05%)	21.000.000,00	21.000.000,00	3.524.521,39		16,78
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d (1% em dezembro de cada ano)	0,00	0,00	0,00		0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	49.000.000,00	49.000.000,00	7.514.354,55		15,34
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	250.000,00	250.000,00	28.825,68		11,53
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	800.000,00	800.000,00	115.120,38		14,39
2.5- Cota-Parte ITR	90.000,00	90.000,00	850,34		0,94
2.6- Cota-Parte IPVA	4.200.000,00	4.200.000,00	397.963,41		9,48
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00		0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	87.738.000,00	87.738.000,00	12.615.715,62		14,38
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		% (c) = (b/a)x100
			Até Fevereiro (b)		
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00		0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.174.800,00	2.174.800,00	418.186,57		19,23
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.680.000,00	1.680.000,00	359.352,49		21,36
5.2- Transferência Diretas do PDDE	10.000,00	10.000,00	1.380,00		13,80
5.3- Transferência Diretas do PNAE	379.000,00	379.000,00	42.078,00		11,10
5.4- Transferência Diretas do PNATE	85.800,00	85.800,00	7.137,92		8,32
5.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00		0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	20.000,00	20.000,00	8.238,16		41,19
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.100.000,00	1.100.000,00	271.169,90		24,65
6.1- Transferências de Convênios	1.100.000,00	1.100.000,00	266.672,44		24,24
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	4.497,46		0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.600.000,00	2.600.000,00	157.804,17		6,07
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	5.874.800,00	5.874.800,00	847.160,64		14,42
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		% (c) = (b/a)x100
			Até Fevereiro (b)		
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	15.068.000,00	15.068.000,00	2.316.326,74		15,37
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	4.200.000,00	4.200.000,00	704.904,21		16,78
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	9.800.000,00	9.800.000,00	1.502.870,73		15,34
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	50.000,00	50.000,00	5.765,12		11,53
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	160.000,00	160.000,00	23.024,06		14,39
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	18.000,00	18.000,00	170,06		0,94
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	840.000,00	840.000,00	79.592,56		9,48
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	15.040.000,00	15.040.000,00	2.625.863,43		17,46
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	15.000.000,00	15.000.000,00	2.611.916,79		17,41
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00		0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	40.000,00	40.000,00	13.946,64		34,87
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	(68.000,00)	(68.000,00)	295.590,05		(434,69)
FUNDEB					
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Fevereiro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Fevereiro (g)
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	12.182.400,00	12.182.400,00	1.841.594,10	15,12	1.841.594,10
13.1- Com Educação Infantil	2.982.400,00	2.982.400,00	513.042,33	17,20	513.042,33
13.2- Com Ensino Fundamental	9.200.000,00	9.200.000,00	1.328.551,77	14,44	1.328.551,77
14- OUTRAS DESPESAS	2.857.600,00	2.897.392,17	1.431.375,46	49,40	210.550,74
14.1- Com Educação Infantil	602.600,00	602.600,00	471.485,66	78,24	79.887,07
14.2- Com Ensino Fundamental	2.255.000,00	2.294.792,17	959.889,80	41,83	130.663,67
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	15.040.000,00	15.079.792,17	3.272.969,56	21,70	2.052.144,84
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					
					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					0,00
16.1- FUNDEB 60%					0,00
16.2- FUNDEB 40%					0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1- FUNDEB 60%					0,00
17.2- FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					2.052.144,84
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100)%					70,13



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Retificado
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do
Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2016 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100)%						8,02
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						21,85
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE						VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS		
				Até Fevereiro (b)	% (c) = (b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)		21.934.500,00	21.934.500,00	3.153.928,91		14,38
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADA
				Até Fevereiro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Fevereiro (g)
						% (h) = (g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL		11.269.400,00	11.269.400,00	3.014.379,27	26,75	1.827.658,37
23.1- Creche		11.269.400,00	11.269.400,00	3.014.379,27	26,75	1.827.658,37
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		3.585.000,00	3.585.000,00	984.527,99	27,46	592.929,40
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		7.684.400,00	7.684.400,00	2.029.851,28	26,42	1.234.728,97
23.2- Pré-Escola		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL		15.024.000,00	15.063.792,17	3.224.725,77	21,41	1.890.098,13
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		11.455.000,00	11.494.792,17	2.288.441,57	19,91	1.459.215,44
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		3.569.000,00	3.569.000,00	936.284,20	26,23	430.882,69
25- ENSINO MÉDIO		181.000,00	181.000,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR		5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)		26.479.400,00	26.519.192,17	6.239.105,04	23,53	3.717.756,50
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						295.590,05
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						13.946,64
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPO						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURS						0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35)						309.536,69
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						3.408.219,81
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						27,02
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADA
				Até Fevereiro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Fevereiro (g)
						% (h) = (g/d)x100
40- DESP. COM APLIC. FINANC. OUTROS REC. IMPOST. VINC. AO ENSINO		30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	8.814,05
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		1.695.000,00	1.695.000,00	538.606,43	31,78	329.587,08
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS REC. PARA FINANC. DO ENSINO		6.323.601,00	6.323.601,00	933.616,71	14,76	382.012,57
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)		8.048.601,00	8.048.601,00	1.472.223,14	18,29	720.413,70
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)		34.528.001,00	34.567.793,17	7.711.328,18	22,31	4.438.170,20
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2016 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE				1.060.390,86	0,00	
46.1- Executada com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino				1.059.390,86	0,00	
46.2- Executadas com Recursos do FUNDEB				1.000,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR				
		FUNDEB(h)			FUNDEF	
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		74.948,56	74.948,56	0,00	0,00	
48 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.611.916,79	2.611.916,79	0,00	0,00	
49 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.686.187,95	1.686.187,95	0,00	0,00	
49.1 - Orçamento do Exercício		1.658.773,74	1.658.773,74	0,00	0,00	
49.2 - Restos a Pagar		27.414,21	27.414,21	0,00	0,00	
50 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		13.946,64	13.946,64	0,00	0,00	
50.1 - (+) OUTRAS MOVIMENTAÇÕES		0,00	0,00	0,00	0,00	
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		1.014.624,04	1.014.624,04	0,00	0,00	

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Data Emissão: 14/abr/2016

Hora de emissão: 14/abr/2016 14:00:00

Notas:

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 04 - JULIANA APARECIDA DE BARBA CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D´OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora Juliana Aparecida de Barba, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 093.397.199-05 aprovada em 4º lugar no Processo Seletivo nº 002/2015/SMECE, homologado pelo Decreto Municipal nº 3493/2015, na relação de candidatos "Não Entregaram Documentos", para o Cargo de Professor de Anos Iniciais, para assumir 20 horas, vespertino, na EBM Cruz e Sousa.

Art. 2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da publicação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d´Oeste-SC, para assumir a vaga sob pena de entender-se que desiste da mesma, bem como do processo seletivo em questão.

Art. 3º A posse da aprovada, ora convocada, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Herval d´Oeste (SC) em 07 de abril de 2016.

Lourdes Ferreira Brandão
Secretária Municipal de Educação,
Cultura e Esportes

Ciente em ____/____/____
Juliana Aparecida de Barba

PORTARIA Nº 493/2016

PORTARIA Nº 493/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d´Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 14 de abril de 2016, da servidora MARGARETE DE DEUS E SILVA FIORESE (Matr. 103), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Inspetor Educacional, Nível – 9, Referência "E", 40 horas semanais, anexo XI da LC Nº 316/2013, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d´Oeste (SC), em 13 de Abril de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 494/2016

PORTARIA Nº 494/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d´Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 14 de abril de 2016, do servidor SÉRGIO LUIZ NAGEL (Matr. 18), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Fiscal de Tributos, Nível – 11, Referência "N", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Abril de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 015/2016

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

Contratante

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE GUATAMBU

Empresa: ROBERTO MISTURA ME

CNPJ/MF Nº 10.292.359/0001-33

Endereço: Linha Mattes

Contratada

TERMO ADITIVO Nº 015/2016 DE 14 DE ABRIL DE 2016

Pelo presente instrumento, a "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste", Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ROBERTO MISTURA ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Linha Mattes, nº S/N, Bairro Interior, Guatambu – SC, inscrita no CNPJ nº 10.292.359/0001-33, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 062/2015 Pregão Presencial nº 032/2015, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo total de 50 unidades nos quantitativos do item nº 46 registrados para o fornecedor na Ata de Registro de Preços 021D/2015, devido a nova demanda para instalação nas unidades de saúde, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
46	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHA	UND	50	18,60	930,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Com o acréscimo nos quantitativos do Processo Licitatório original a Ata de Registro de Preços 021D/2015 passará de R\$ 35.432,70 (trinta e cinco mil quatrocentos e trinta e dois reais e setenta centavos) para R\$ 36.362,70 (trinta e seis mil trezentos e sessenta e dois reais e setenta centavos) representando um acréscimo de R\$ 930,00 (novecentos e trinta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo no artigo 65 inciso I , da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais

Todos os demais itens e cláusulas que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 14 de abril de 2016.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Roberto Mistura Sócio Administrador CPF: 060.000.569-07 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF:687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

Ilhota

PREFEITURA

PORTARIA Nº 349/2016 - REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL

REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL

PORTARIA Nº 349/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª DAIANE JAQUES CANDIDO MOTTA, do cargo de PROFESSOR NH, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 06 de abril de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 11 de abril de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 350/2016 - REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL

REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL

PORTARIA Nº 350/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª ESTER ROSELAINE CORRÊA DE LIMA, do cargo de PROFESSOR II, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 06 de abril de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 11 de abril de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 355/2016

PORTARIA Nº 355/2016

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e na forma da Lei:

RESOLVE

NOMEAR, o Sr. JANDIR ATANAGILDO, no cargo de COORDENADOR MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 11 de abril de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 13 de abril de 2016.

DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 356/2016

PORTARIA Nº 356/2016

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e na forma da Lei:

RESOLVE

NOMEAR INTERINAMENTE, o Sr. GUILHERME LUIZ ZIMMERMANN, no cargo de SUPERINTENDENTE DO ILHOTAPREV (INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ILHOTA), no período de 03 de abril de 2016 à 30 de junho de 2016

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 13 de abril de 2016.

DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 357/2016

PORTARIA Nº 357/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª KARINA NUSS ZUCKI, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 07 de abril de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 13 de abril de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 358/2016
PORTARIA Nº 358/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr. EDEZIO HELENO DE MATOS TORRES, no cargo de FARMACÊUTICO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 12 de abril de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 13 de abril de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 359/2016
PORTARIA Nº 359/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª ELLEN CAROLINE SCHMITZ, no cargo de PROFESSOR NH, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 14 de abril de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 14 de abril de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 360/2016
PORTARIA Nº 360/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

RETIRAR, 50% de função gratificada ao Sr. JACI TRÊS, no cargo de CONTADOR, com 200 horas mês, a partir de 01 de abril de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 13 de abril de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 361/2016
PORTARIA Nº 361/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª MARLI FERRARI DE OLIVEIRA, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 14 de abril de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 14 de abril de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

Imarui

PREFEITURA

ATO DE NAO HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SELETIVO SIMPLIFICADO-001/2015

ATO DE NÃO HOMOLOGAÇÃO

Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Edital n. 001/2015, realizado pelo Município de Imaruí para contratação temporária de servidores na área da saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMARUÍ no uso de suas atribuições legais, para realização de Processo Seletivo Simplificado acima mencionado, não homologa:

CONSIDERANDO que a Carta Marga ainda disciplina que: "a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público" (art. 37, IX);

CONSIDERANDO que por acatamento ao TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC, nos autos SIG/MP: 06.2015.00008949-9, firmado entre MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, o MUNICÍPIO DE IMARUÍ, a SECRETARIA DE SAÚDE e a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, o Processo Seletivo Simplificado Edital n. 001/2015 não restou homologado.

O presente ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 13 de abril de 2016
MANOEL VIANA DE SOUSA
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 009/2016

A Prefeitura Municipal de Imaruí – SC, através do Setor de Licitação, torna publico aos interessados, que realizará no dia 29/04/2016 às 09h00min, Licitação na Modalidade Pregão Presencial sob sistema de registro de preço, Menor Preço por item, cujo objetivo visa à aquisição de Materiais de Construção. O Edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitação, situado na Rua José Inácio da Rocha, nº 109, Centro, Imaruí/SC, CEP: 88.770- 000, e através do site www.imarui.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br, ou através do telefone (48) 3643 0161.

Imaruí, 14 de Abril de 2016.
Manoel Viana de Sousa
Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 010/2016

A Prefeitura Municipal de Imaruí – SC, através do Setor de Licitação, torna publico aos interessados, que realizará no dia 02/05/2016 às 09h00min, Licitação na Modalidade Pregão Presencial sob sistema de registro de preço, Menor Preço Global, cujo objetivo visa à aquisição de botijões e abastecimento de gás P-13. O Edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitação, situado na Rua José Inácio da Rocha, nº 109, Centro, Imaruí/SC, CEP: 88.770- 000, e através do site www.imarui.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br, ou através do telefone (48) 3643 0161.

Imaruí, 14 de Abril de 2016.
Manoel Viana de Sousa
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 018, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº. 018, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS PARA A COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí e,

CONSIDERANDO a CI N.026 da Secretaria de Promoção Social;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para compor a Comissão de Processo Seletivo Simplificado:

I – Edson de Resendes - Titular
Viviane Vilmar Nunes Laurentino – Suplente;

II – Lélia Regina de Sousa Raimundo - Titular
Vanderléia Ivete Marques Mattos – Suplente; e

III – Débora Borges Catarina – Titular
Diego Postai – Suplente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí (SC), 12 de abril de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

DECRETO Nº. 020 DE 12 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº. 020 DE 12 DE ABRIL DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, exercício 2016, na importância de R\$ 136.794,64 (cento e trinta e seis mil, setecentos e noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos), conforme segue:

ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
PROJ/ATIV. – 22.061	MANUTENÇÃO DA MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00		6.008	Aplicações Diretas	136.794,64
Total Suplementação			136.794,64	

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior (a) serão utilizados recursos proveniente de superávit financeiro (conforme extrato de conta bancaria no dia 31/12/2015 menos restos a pagar em 31/12/2015 – por fonte de recurso) parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s).

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 12 de abril de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 021 DE 12 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº. 021 DE 12 DE ABRIL DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, exercício 2016, na importância de R\$ 301.700,00 (trezentos e um mil e setecentos reais), conforme segue:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.105	MANUTENÇÃO DO PACS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00		0.6.064	Aplicações Diretas	11.700,00

PROJ/ATIV. – 2.106	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00		0.6.064	Aplicações Diretas	3.300,00
PROJ/ATIV. – 2.107	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00		0.6.064	Aplicações Diretas	2.700,00
PROJ/ATIV. – 2.109	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CO-FINANCIAMENTO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00		0.6.023	Aplicações Diretas	13.400,00
PROJ/ATIV. – 2.110	MANUTENÇÃO DO NASF			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00		0.6.064	Aplicações Diretas	1.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00		0.6.023	Aplicações Diretas	35.300,00
PROJ/ATIV. – 2.111	MANUTENÇÃO DO PMAQ			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00		0.6.064	Aplicações Diretas	40.500,00
UNIDADE – 14.03	VIGILANCIA EM SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.112	PISO FIXO DE GIVILANCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE-PSVPS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00		0.6.066	Aplicações Diretas	21.900,00
4.4.90.00.00.00.00.00		0.6.066	Aplicações Diretas	20.000,00
PROJ/ATIV. – 2.113	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA VIGILANCIA SANITARIA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00		0.6.066	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00		0.6.066	Aplicações Diretas	7.400,00
UNIDADE – 14.04	ASSISTENCIA FARMACEUTICA			
PROJ/ATIV. – 2.114	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA FARMACIA BÁSICA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00		0.6.023	Aplicações Diretas	4.900,00
UNIDADE – 14.05	MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
PROJ/ATIV. – 2.115	TETO MANUCIPAL MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00		6.063	Aplicações Diretas	47.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00		0.6.065	Aplicações Diretas	81.800,00
Total Suplementação			301.700,00	

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior (a) serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro (conforme extrato de conta bancária no dia 31/12/2015 menos restos a pagar em 31/12/2015 – por fonte de recurso), totalizando os valores por recurso:

Recurso	Descrição	Valor
0.6.023	Superávit – Transferência de Convênios - Saúde	100.600,00
0.6.064	Superávit – Atenção Básica	60.000,00
0.6.065	Superávit – Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	81.800,00
0.6.066	Superávit – Vigilância em Saúde	59.300,00
Total Suplementação		301.700,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 12 de abril de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 022 DE 12 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº. 022 DE 12 DE ABRIL DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, exercício 2016, na importância de R\$ 52.840,92 (cinquenta e dois mil, oitocentos e quarenta reais e noventa e dois centavos), conforme segue:

ÓRGÃO – 15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
UNIDADE – 15.02	FUNDO MUNICIPAL E ASSISTENCIA SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.202	PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE – PPD/API			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00		0.6.049	Aplicações Diretas	2.040,92
PROJ/ATIV. – 2.203	PISO VARIÁVEL DE MÉDIA COMPLEXIDADE – PETI			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00		0.6.050	Aplicações Diretas	24.800,00
PROJ/ATIV. – 2.205	ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA – IGD/BF			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00		0.6.063	Aplicações Diretas	17.000,00
PROJ/ATIV. – 2.207	SERVIÇO DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – SAC-FEAS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00		0.6.061	Aplicações Diretas	9.000,00
Total Suplementação				52.840,92

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior (a) serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro (conforme extrato de conta bancária no dia 31/12/2015 menos restos a pagar em 31/12/2015 – por fonte de recurso), totalizando os valores por recurso:

Recurso	Descrição	Valor
0.6.049	Superávit – Piso De Transição De Média Complexidade – PPD/API	2.040,92
0.6.050	Superávit – Piso Variável de Média Complexidade – PETI	24.800,00
0.6.053	Superávit – Serviço do Fundo Estadual de Assistência Social – SAC-FEAS	9.000,00
0.6.063	Superávit – Índice De Gestão Descentralizada – IGD/BF	17.000,00
Total Suplementação		52.840,92

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 12 de abril de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 023 DE 12 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº. 023 DE 12 DE ABRIL DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, na importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme segue:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	22	1.000	Aplicações Diretas	100.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.01	DIRETORIA DE ENSINO			

PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00	71	1.000	Aplicações Diretas	90.000,00
ÓRGÃO – 12	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
UNIDADE – 12.01	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.047	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00	203	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o item(1) anterior (a) serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	20	1.000	Aplicações Diretas	100.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.01	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00	71	1.000	Aplicações Diretas	90.000,00
ÓRGÃO – 12	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
UNIDADE – 12.01	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.047	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	202	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 12 de abril de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 024 DE 12 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº. 024 DE 12 DE ABRIL DE 2016.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DOS CLASSIFICADOS E APROVADOS DO CONCURSO PÚBLICO PARA OS CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí, e

CONSIDERANDO a necessidade de a administração pública observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência conforme dispõe o art. 37 da Constituição Federal, e

CONSIDERANDO a regularidade dos procedimentos adotados na formalização do Concurso Público Edital nº 001/2016 e transcorrido o prazo para interposição de recursos em face dos resultados,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Concurso Público do Município de Imaruí/SC, lançado sob o Edital Nº 001/2016 e devidamente publicado e divulgado amplamente, para preenchimento dos cargos do Quadro Permanente da Prefeitura de Imaruí, determinando-se a publicação da relação nominal dos classificados e aprovados, para que produzam os jurídicos e legais efeitos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí (SC), 12 de abril de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 025 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº. 025 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, na importância de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme segue:

ÓRGÃO – 16	SAMAE			
UNIDADE – 16.01	SAMAE			
PROJ/ATIV. – 2.300	MANUTENÇÃO DO SAMAE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	8	1.000	Aplicações Diretas	700.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	9	1.000	Aplicações Diretas	300.000,00
Total				1.000.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo (1) anterior (a) serão utilizados recursos provenientes do possível excesso de arrecadação no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) até 31/12/2016 conforme CI 31/2016 SAMAE/IMARUI.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 14 de abril de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA Nº. 02/2016 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - SEAST

PROCESSO Nº 17/2016

DISPENSA Nº 02/2016

Objeto: Locação De Imóvel Visando Atender As Atividades Do Grupo De Mães E De Idosos.

CONTRATADA: Imobiliária Leandro e Carol LTDA

CNPJ: 11.264.946/0001-81

Valor Total: R\$ 9.000,00 (Nove mil Reais).

Fundamentação Legal: Artigo 24, X da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 15 de Abril de 2016.

Célia David da Silva

Secretária Municipal da SEAST

lotada na Secretaria Municipal da Fazenda; e
III – Flávio da Rosa, matrícula nº 4412, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de Abril de 2016.

Israel Pedroso Rocha

Controlador Geral do Município

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

EXTRATO DE REVOGAÇÃO PROCESSO Nº 14/2016 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEAST

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica revogado o Processo Licitatório nº 14/2016, na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, de nº 11/2016, pois o processo foi caracterizado como deserto.

Imbituba, 15 de Abril de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

PORTARIA PMI/CGM Nº 004, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA PMI/CGM Nº 004, de 14 de Abril de 2016.

Dispõe sobre a instauração de Sindicância e dá outras providências.

O CONTROLADOR GERAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, Sindicância destinada a apurar supostas irregularidades no uso de veículo oficial da Secretaria Municipal da Saúde envolvendo os servidores Alan Santana Inocente e Mayara Rodrigues Margarida.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindicância:

I – Cristiano Abílio João, Assistente Administrativo, matrícula nº 1722, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, que presidirá;
II – Simone Hipólito Martins, matrícula nº 5128, Administradora, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda; e
III – Flávio da Rosa, matrícula nº 4412, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de Abril de 2016.

Israel Pedroso Rocha

Controlador Geral do Município

PORTARIA PMI/CGM Nº 003, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA PMI/CGM Nº 003, de 14 de Abril de 2016.

Dispõe sobre a instauração de Sindicância e dá outras providências.

O CONTROLADOR GERAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, Sindicância destinada a apurar supostas irregularidades no cumprimento das cláusulas contratuais perpetradas pelas empresas Blocl Blocos de Concreto LTDA e empresa Garra Comércio e Locação de Equipamentos Pesados LTDA conforme Processo 6150/2016 e 6152/2016.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindicância:

I – Cristiano Abílio João, Assistente Administrativo, matrícula nº 1722, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, que presidirá;
II – Simone Hipólito Martins, matrícula nº 5128, Administradora,

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/GGP Nº 210/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 210, de 13 de abril de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Técnico em Eletrotécnica, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Cheris Antônio Carvalho de Souza	Técnico em Eletrotécnica	073.615.609-70	14/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 14 de abril de 2016.

Imbituba, 13 de abril de 2016.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 211/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 211, de 13 de abril de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Engenheiro Civil, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Fillipe Souza Miranda de Oliveira	Engenheiro Civil	030.264.819-47	05/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de abril de 2016.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP N° 212/2016

PORTARIA PMI/GGP N° 212, de 13 de abril de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Professor, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 14/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Fábio Antônio de Carvalho Pires	Professor II – 40h	061.499.429-29	07/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de abril de 2016.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP N° 213/2016

PORTARIA PMI/GGP N° 213, de 13 de abril de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Auxiliar Cuidador/Educador, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 14/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Eduardo da Conceição Silva	Auxiliar Cuidador/Educador 40h	093.264.019-28	13/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de abril de 2016.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP N° 214/2016

PORTARIA PMI/GGP N° 214, de 13 de abril de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Agente de Combate às Endemias - PCAA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar n.º 3.135, de 25 de julho de 2007, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Felipe Damázio	Agente de Combate às Endemias - PCAA	071.349.829-39	11/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de abril de 2016.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP N° 215/2016

PORTARIA PMI/GGP N° 215, de 13 de abril de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Motorista, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Gilberto Flor Pedro	Motorista - 40h	754.549.129-72	11/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de abril de 2016.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA CMI Nº 041/2016**

PORTARIA CMI Nº 041/2016

"Concede Férias à Servidora Gisele Stofelli"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder, à Senhora Gisele Stofelli, Técnica Legislativa nomeada pela Portaria CMI nº 058/2014, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 10/12/2014 a 09/12/2015, a serem usufruídas da seguinte forma:

I- 20 (vinte) dias no período entre 25/04/2016 e 14/05/2016, com retorno ao trabalho no dia 16/05/2016;

II- 10 (dez) dias a serem convertidos em abono pecuniário, conforme o Art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de abril de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 14/04/2016.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 017/2016

Ato da Presidência nº 017/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 11ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 18 de Abril de 2016 (Segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
035	PL nº 4.833/2016	11/04/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Altera a redação de dispositivos da Lei nº 4679, de 28 de dezembro de 2015, que institui obrigações acessórias para contribuintes do ISSQN e dá outras providências e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
036	PL nº 4.834/2016	11/04/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Chefe do Poder Executivo a realizar despesas com as comemorações do Dia do Trabalhador e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	Moção nº 004/2016	11/04/2016	Legislativo Municipal	Renato Carlos de Figueiredo	Moção de Congratulação ao Movimento em prol da recuperação o acesso norte do município de Imbituba/SC.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 14 de Abril de 2016.

Guilherme Santos Souza	Rogberto de Farias Pires
Presidente	Vice-Presidente
Zeli Pires	Rosália Maria de Souza Sgrott
Primeiro-Secretário	Segunda-Secretária

PORTARIA CMI Nº 042/2016

PORTARIA CMI Nº 042/2016

“Concede Férias à Servidora Cristiane da Silva”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder, à Senhora Cristiane da Silva, Assessora Parlamentar nomeada pela Portaria CMI nº 001/2014, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 08/01/2015 a 07/01/2016, a serem usufruídas no período entre 25/04/2016 e 24/05/2016, com retorno ao trabalho no dia 25/05/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de abril de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 14/04/2016.

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 061/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 061/2016

CONTRATADA: SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a construção de uma unidade de educação infantil, em alvenaria com cobertura metálica, com área total à construir de 1.510,23 m2, conforme anexos VI, VII e VIII do edital mencionado na Cláusula Primeira.

VALOR: R\$1.865.000,00

PRAZO: 05 de abril de 2016 até 28 de agosto de 2017

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2016.

CONTRATO Nº 062/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 062/2016

CONTRATADA: HEKO CIENTIFICA – PRODUTOS E EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS EIRELI – ME.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de testes de imunologia, hormônios e marcador tumoral, incluindo o comodato do equipamento para a realização dos testes, conforme quantitativos e especificações.

VALOR: R\$151.362,50

PRAZO: 05 de abril de 2016 até 05 de abril de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2016.

CONTRATO Nº 067/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 067/2016

CONTRATADA: AL CERTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a construção de cobertura com estrutura e telhas metálicas em uma academia de saúde, com área total de 94,48 m2, conforme anexos VI, VII e VIII do edital mencionado na Cláusula Primeira.

VALOR: R\$39.967,44

PRAZO: 14 de abril de 2016 até 13 de maio de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 14/04/2016.

DECRETO Nº 1832/16

. DECRETO Nº 1832/16

. De 13 de abril de 2016

Altera Decreto nº 474/13 que Institui Comissão Análise de projetos com EAS e RAP

Sérgio Almir dos Santos, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando a Lei Complementar 143, de 14 de agosto de 2013,

DECRETA,

Art. 1º - Fica alterado o Decreto nº 474/13 que Institui Comissão de Análise de Projetos com EAS - Estudo Ambiental Simplificado e RAP - Relatório Ambiental Prévio, passando a comissão a ter a seguinte composição:

I. Procuradoria Geral do Município
EDENILSON TRAPASOLLI

II. Departamento de Defesa Civil
MÁRIO PACKER

III. Departamento de Meio Ambiente
CARMELITA IRIS VICENZI
SÉRGIO FEUSER

IV. Secretaria de Planejamento
PAULO ROBERTO LEDRA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 13 de abril de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 044/2016

Pregão Presencial nº 016/2016-10430

Objeto: Aquisição de veículos tipo SUV, com tração 4x4, para 3º Pelotão da Polícia Militar/SC.

Entrega dos envelopes: 02/05/2016 as 08:45h.

Abertura das propostas: 02/05/2016 as 09:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

REPUBLICADO - CORRIGIDA EMENTA DECRETO Nº 1830/16

. DECRETO Nº 1830/16

. De 13 de abril de 2016

Homologa Errata ao Edital do Processo Seletivo nº 006/2016 da Prefeitura Municipal de Indaial/Secretaria Municipal de Saúde

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, a errata ao Edital do Processo Seletivo nº 006/2016 para o preenchimento de vagas temporárias existentes e formação de Cadastro de Reserva para quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Município de Indaial, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 13 de abril de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

(ERRATA)

EDITAL nº 006/2016
PROCESSO SELETIVO NA MODALIDADE EMPREGO PÚBLICO Nº
006/2016

Prevê a contratação de Agentes de Combate a Endemias sob o
modalidade de emprego público.

A Comissão do Processo Seletivo Público Simplificado nº 006/2016,
designada pela Portaria nº 1.683 de 07 de Dezembro de 2015, em
conformidade com a Lei 4.724/12, torna pública a RETIFICAÇÃO
do Edital do PROCESSO SELETIVO NA MODALIDADE EMPREGO
PÚBLICO Nº 006/2016

8. Da Prova Escrita

Onde se lê:

8.1 A prova escrita descrita no item 7.1 será aplicada no dia
17/04/2016, no município de Indaial (SC) (...)

8.2 O local de realização das provas será divulgado no endereço
eletrônico do Processo Seletivo www.saudeindaial.sc.gov.br, a par-
tir do dia 12/04/2016.

Leia-se:

8.1 A prova escrita descrita no item 7.1 será aplicada no dia
14/05/2016, no município de Indaial (SC) (...)

8.2 O local de realização das provas será divulgado no endereço
eletrônico do Processo Seletivo www.saudeindaial.sc.gov.br, a par-
tir do dia 06/05/2016.

11. Da Divulgação da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar

Onde se lê:

11.1 As questões da prova objetiva e o gabarito preliminar serão
divulgados a partir das 10:00 horas, do dia 18/04/2016, pelo ende-
reço eletrônico www.saudeindaial.sc.gov.br e no mural da Secreta-
ria de Saúde do Município de Indaial.

11.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação às
questões da prova ou ao gabarito preliminar divulgado, poderá in-
terpor recurso das 08:00 às 12:00 horas do dia 19/04/2016, dire-
tamente na Secretaria de Saúde.

11.4 Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres
com as justificativas serão divulgados no endereço eletrônico www.saudeindaial.sc.gov.br e no mural da Secretaria de Saúde de In-
daial, a partir do dia 25/04/2016.

Leia-se:

11.1 As questões da prova objetiva e o gabarito preliminar se-
rão divulgados a partir das 10:00 horas, do dia 16/05/2016, pelo

endereço eletrônico www.saudeindaial.sc.gov.br e no mural da Se-
cretaria de Saúde do Município de Indaial.

11.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação às
questões da prova ou ao gabarito preliminar divulgado, poderá in-
terpor recurso das 08:00 às 12:00 horas do dia 17/05/2016, dire-
tamente na Secretaria de Saúde.

11.4 Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres
com as justificativas serão divulgados no endereço eletrônico www.saudeindaial.sc.gov.br e no mural da Secretaria de Saúde de In-
daial, a partir do dia 18/05/2016.

12. Da Divulgação do Gabarito Oficial

Onde se lê:

12.1 O gabarito oficial será publicado a partir do dia 25/04/2016
pelo endereço eletrônico www.saudeindaial.sc.gov.br e no mural
da Secretaria de Saúde de Indaial.

Leia-se

12.1 O gabarito oficial será publicado a partir do dia 18/05/2016
pelo endereço eletrônico www.saudeindaial.sc.gov.br e no mural
da Secretaria de Saúde de Indaial.

13. Da Classificação Preliminar

Onde se lê:

13.1 O resultado preliminar será publicado a partir do dia
25/04/2016 no endereço eletrônico www.saudeindaial.sc.gov.br e
no mural da Secretaria de Saúde de Indaial.

13.2 O candidato, que manifestar qualquer discordância com rela-
ção à sua classificação no resultado preliminar da prova objetiva,
poderá interpor no 1º dia útil subsequente a publicação, com a
finalidade de obter cópia do seu cartão-resposta.

Leia-se

13.1 O resultado preliminar será publicado a partir do dia
23/05/2016 no endereço eletrônico www.saudeindaial.sc.gov.br e
no mural da Secretaria de Saúde de Indaial.

13.2 O candidato, que manifestar qualquer discordância com rela-
ção à sua classificação no resultado preliminar da prova objetiva,
poderá interpor no 1º dia útil subsequente a publicação, com a
finalidade de obter cópia do seu cartão-resposta.

14. Da Classificação Final

Onde se lê:

14.1 O resultado oficial do processo seletivo será divulgado pelo
endereço eletrônico www.saudeindaial.sc.gov.br e no mural da Se-
cretaria de Saúde de Indaial, a partir do dia 27/04/2016.

Leia-se

14.1 O resultado oficial do processo seletivo será divulgado pelo
endereço eletrônico www.saudeindaial.sc.gov.br e no mural da Se-
cretaria de Saúde de Indaial, a partir do dia 25/05/2016.
Indaial, 08 de abril de 2016.

Edson Calson Greicy J. Z. Vanderlinde Marilu de Oliveira Crizel

Gislaine Niezer Ruthes Larissa Poletto Mara Aparecida Tambani

CÂMARA MUNICIPAL**ATA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 02/2015 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO 01/2015 - SESSÃO PÚBLICA 14/04/2016****ATA DE REUNIÃO**

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

No dia 14/04/2016, às 10:30h, na Sala de Reuniões da Câmara de Vereadores de Indaial, deu-se início a sessão pública da Comissão de Licitação instituída pela Portaria nº 05/2016, destinada à análise e julgamento do requerimento de credenciamento e da documentação apresentada pela empresa Carlos Alberto Schroeder – ME, CNPJ 24.277.008/0001-68, nome fantasia: Jornal A Cidade, protocolada nesta Casa. O requerimento e documentos apresentados pela empresa Carlos Alberto Schroeder – ME, foram lidos, examinados e devidamente rubricados pelos membros da Comissão de Licitação. A Comissão de Licitações constatou que todos os requisitos do Edital de Credenciamento nº 001/2015, Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2015, foram cumpridos pela empresa requerente. Dessa forma, os membros da Comissão de Licitação julgaram a empresa requerente Carlos Alberto Schroeder – ME, habilitada e qualificada para firmar contrato de credenciamento com a Câmara Municipal de Indaial para os fins do objeto do credenciamento. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios e, os autos encaminhados à Presidência da Edilidade para as providências ulteriores. Nada mais havendo a tratar, a Comissão de Licitação deu por encerrada a sessão pública, tendo sido lavrada esta ata que, lida e achada conforme, segue assinada. Indaial, em 14 de abril de 2016.

Rafael Nagel

Presidente da Comissão de Licitação

Jeniffer Viviani de Souza e Silva	Jefferson José Carlini
Membro da Comissão de Licitação	Membro da Comissão de Licitação

TERMO ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 09/2016 - PREGÃO PRESENCIAL (REGISTRO DE PREÇOS) 02/2016**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

Através do presente termo, fica adjudicado objeto constante do Processo Licitatório nº 009/2016 – Edital de Pregão (Presencial) nº 002/2016 (Registro de Preços), consoante julgamento do Pregoeiro nomeado pela Portaria nº 66/2009, e da Comissão Permanente de Licitações nomeada pela Portaria nº 05/2016, conforme ata lavrada em 13 de abril de 2016.

Indaial/SC, 14 de abril de 2016.

JEFFERSON JOSÉ CARLINI
Pregoeiro

COMISSÃO DE APOIO

JENIFFER VIVIANI DE SOUZA E SILVA RAFAEL NAGEL

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 08/2016 - PREGÃO PRESENCIAL (REGISTRO DE PREÇOS) 01/2016**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

Através do presente termo, fica adjudicado objeto constante do Processo Licitatório nº 008/2016 – Edital de Pregão (Presencial) nº 001/2016 (Registro de Preços), consoante julgamento do Pregoeiro nomeado pela Portaria nº 66/2009, e da Comissão Permanente de Licitações nomeada pela Portaria nº 05/2016, conforme ata lavrada em 12 de abril de 2016.

Indaial/SC, 14 de abril de 2016.

JEFFERSON JOSÉ CARLINI
Pregoeiro

COMISSÃO DE APOIO

JENIFFER VIVIANI DE SOUZA E SILVA RAFAEL NAGEL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 08/2016 - PREGÃO PRESENCIAL (REGISTRO DE PREÇOS) 01/2016**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro, designado através da Portaria nº 66/2009, e da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria 05/2016,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexada, considerando vencedores para o objeto do Processo Licitatório nº 008/2016 - Edital de Pregão (Presencial) nº 001/2016 (Registro de Preços), as empresas:

Lote 1 – Água sanitária, detergente, tira limo e similares – TAYU QUIMICA EIRELI EPP, com valor total de R\$ 2.150,00 (dois mil, cento e cinquenta reais);

Lote 2 – Álcool e palcool perfumado e desodorizadores – MAXIMA PAPELARIA EIRELI, com o valor total de R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais)

Lote 3 – Sabonete espuma - J.P. DE LIMA COMERCIO, com o valor total de R\$ 599,99 (quinhentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)

Lote 4 – Guardanapos e similares - J.P. DE LIMA COMERCIO, com o valor total de R\$ 3.265,00 (três mil, duzentos e sessenta e cinco reais);

Lote 5 – Papel higiênico, saco de lixo e similares - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME, com o valor total de R\$ 4.629,00 (quatro mil, seiscentos e vinte e nove reais)

Lote 6 – Garafa térmica – MAXIMA PAPELARIA EIRELI, com o valor total de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais);

Lote 7 – Panos, escovas, vassouras, rodos, esponjas e similares – MAXIMA PAPELARIA EIRELI, com o valor total de R\$ 1.710,00 (um mil, setecentos e dez reais);

Lote 8 – Balde, cesto e lixeira, suporte/dispenser, escada e mangueira para jardim – TAYU QUIMICA EIRELI EPP, com valor total de R\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta reais);

Lote 9 – Inseticida, mata barata – MAXIMA PAPELARIA EIRELI, com o valor total de R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais);

Lote 10 – Limpeza de ambiente externo- J.P. DE LIMA COMERCIO, com o valor total de R\$ 470,00 (quatrocentos e setenta reais).

Indaial/SC, 14 de abril de 2016.
Vereador ANDERSON LUZ DOS SANTOS
Presidente da Câmara

**TERMO HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO
09/2016 - PREGÃO PRESENCIAL (REGISTRO DE
PREÇOS) 02/2016**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro, designado através da Portaria nº 66/2009, e da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria 05/2016,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexada, considerando vencedores para o objeto do Processo Licitatório nº 009/2016 - Edital de Pregão (Presencial) nº 002/2016 (Registro de Preços), as empresas:

Lote 1 – Alimentos de Panificadora – PANIFICADORA MARYMARIA LTDA ME, com valor total de R\$ 24.147,80 (vinte e quatro mil, cento e quarenta e sete reais e oitenta centavos);

Lote 2 – Água Mineral – FISTAROL PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI ME, com o valor total de R\$ 10.841,50 (dez mil, oitocentos e e quarenta e um reais e cinquenta centavos).

Lote 3 – Sucos e Achocolatados – FISTAROL PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI ME, com o valor total de R\$ 14.070,00 (quatorze mil e setenta reais).

Indaial/SC, 14 de abril de 2016.
Vereador ANDERSON LUZ DOS SANTOS
Presidente da Câmara

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO Nº 2212/2016 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim – S/C, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 22 de Abril de 2016, exceto na Secretaria de Educação e Creche Municipal Danilo João Cason.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário o presente decreto produzirá efeitos a partir de 14 de Abril de 2016.

Ipumirim, 14 de Abril de 2016.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 156/2016 DE 12 DE ABRIL DE 2016.

AFASTA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NOMEADA POR CONCURSO PUBLICO POR AUXILIO DOENÇA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e da outras Providências.

AFASTA POR AUXILIO DOENÇA

LEDA ISABEL BIFFI SPRICIGO, matrícula 158, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº. 1.385.462 e CPF sob o nº. 619.073.089-20, residente e domiciliada na Rua João Mosele nº 14, no cargo Efetivo de Professora, com carga horária de 20 horas semanais, afastamento por auxílio doença por prazo indeterminado a partir da data de hoje conforme atestado médico S430.

Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produzira efeitos a partir de 12 de Abril de 2016.

Ipumirim – SC, 12 de Abril de 2016.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Maira Comboski

Auxiliar Administrativo

PORTARIA Nº. 157/2016 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A CLAUDIOMIR CANZI, matrícula 1689-6, férias de 20 dias, relativas ao período aquisitivo de 04/2015 a 03/2016 e gozo de 18/04/2016 a 07/05/2016.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim - SC, 14 de Abril de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski

Auxiliar Administrativo.

Irineópolis

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 06/2016

CONVÊNIO N.º 06/2016

Convênio de cooperação técnica e financeira que entre si celebram o Município de Irineópolis e o Município de Itaiópolis/SC.

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, através do Senhor Juliano Pozzi Pereira, brasileiro, no exercício do cargo de Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob nº 455.173.049-15, RG nº 827.405, doravante denominado CONVENIADO/CESSIONÁRIO, e de outro lado, o MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, no CNPJ nº 83.102.517/0001-19, com sede a Avenida Getúlio Vargas, nº 308, Centro, na cidade de Itaiópolis – Santa Catarina neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Senhor José Heraldo Schritke, brasileiro, portador do RG nº 247.296 e CPF nº 180.130.239-15, doravante denominado CONVENENTE/CEDENTE, respeitadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, e devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 1.894/2016, de 29 de Março de 2016, resolvem celebrar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O presente Convênio tem como objetivo a cessão, pelo CONVENENTE/CEDENTE ao CONVENIADO/CESSIONÁRIO, do servidor público municipal, Sr. JOSÉ DAMIÃO CEMBALISTA, RG nº 1.453.095, CPF nº 485.496.579-72, para prestar serviços profissionais na área técnica de assessoria a projetos e convênios, junto ao Setor Administrativo do CONVENIADO/CESSIONÁRIO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Todos os ônus financeiros relativos à cessão do servidor objeto deste convênio, relativamente à remuneração, compreendida esta como vencimentos e vantagens individuais, acrescidos dos encargos trabalhistas, previdenciários e sociais, deverão ser custeados pelo CONVENIADO/CESSIONÁRIO, através de repasses mensais que deverão ocorrer até o dia 30 de cada mês, em conta corrente de titularidade do CONVENENTE/CEDENTE (Prefeitura Municipal de Itaiópolis).

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os valores a serem depositados serão anunciados pelo CONVENENTE/CEDENTE, mediante planilha de custos/valores a ser apresentada até o dia 20 de cada mês, por escrito.

PARÁGRAFO SEGUNDO. No corrente ano e sucedâneos, as verbas remuneratórias correspondentes ao Décimo Terceiro Salário e as Férias do servidor cedido, deverão ser levadas a conta de cada uma das partes conveniadas, mediante proporcionalidade dos meses em que prestou serviços a estas.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A presente cessão não garante nenhum direito adquirido ao servidor em função da legislação trabalhista do CONVENIADO/CESSIONÁRIO, estando este vinculado às normas trabalhistas do CONVENENTE/CEDENTE.

PARÁGRAFO QUARTO. Sempre que houver reajuste ou recomposição salarial, aumento salarial, na origem (CONVENENTE/CEDENTE), este deverá ser repassado ao servidor, através de comunicação escrita e planilha de cálculo, tudo de acordo com o procedimento previsto no parágrafo primeiro desta cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO. O período de atuação e desenvolvimento de suas atribuições na área técnica de assessoria a projetos e convênios junto ao Município de Irineópolis (CONVENIADO/CESSIONÁRIO) coincidirá com a vigência deste instrumento de convênio, sendo que uma vez findo o ajuste, o servidor reassumirá seu posto de trabalho anteriormente ocupado junto ao Município de origem.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIA

I – CONVENIADO/CESSIONÁRIO:

- a) Fornecer espaço físico, móveis e equipamentos, inclusive de informática e material didático, necessários ao desenvolvimento das ações técnicas profissionais descritas no objeto deste Convênio.
- b) Efetivar os depósitos dos valores devidos de acordo com a cláusula segunda e seus parágrafos deste Convênio.
- c) Expedir ato contemplando as normas de trabalho aplicáveis ao servidor cedido, nestas incluídas atribuições, horário e local de trabalho, assim como sua designação funcional.
- d) Encaminhar planilha de comprovação de efetivas atividades, inerentes ao objeto do presente convênio ao CONVENENTE/CEDENTE.

II – CONVENENTE/CEDENTE:

A) Efetivar o pagamento dos valores repassados ao servidor cedido juntamente com a folha dos demais servidores, e recolher os valores relativos à previdência social.

B) Prestar contas dos valores pagos referente aos repasses, nas formas ditadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ao CONVENIADO/CESSIONÁRIO.

C) Receber o servidor aos seus quadros quando do término do presente convênio.

CLÁUSULA QUARTA – DO INADIMPLEMENTO

O presente Convênio poderá ser denunciado através de comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em caso de inadimplemento de qualquer cláusula, sujeitando-se a parte inadimplente ao pagamento de valores devidos, corrigidos até a data da denúncia, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários, podendo, entretanto ser resolvida mediante acordo a qualquer tempo.

CLÁUSULA quinta – DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato deste convênio será feita sob a responsabilidade da CONVENIADO/CESSIONÁRIO, sendo que ambas as partes conveniadas deverão dar ciência às Câmaras de Vereadores respectivas.

CLÁUSULA SEXTA – Da vigência e da prorrogação

O prazo de vigência do presente Convênio será de 1º de Janeiro de 2016 até 31 de Dezembro de 2016, podendo ser prorrogado, caso haja interesse do Município de Irineópolis, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do foro

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Porto União (SC), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Convênio que não puderem ser resolvidas pelas partes e seus órgãos competentes.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente em 05

(cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis(SC), 06 de Abril de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA Prefeito Municipal de Irineópolis	JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal de Itaiópolis

Testemunhas:

Nome: Patricia Fabiane Fronczak CPF: 037.425.669-11	Nome: Valdir Marafigo CPF: 017.851.289-30

DECRETO Nº 2979/2016

D E C R E T O Nº 2.979/16

“Autoriza Desmembramento de Solo Urbano e da Outras Providências”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei:

DECRETA

Art. 1º - Fica prorrogado a pedido o Decreto nº 2.874/2015 referente ao desmembramento de um terreno urbano sob o nº 335, matriculado no Registro de Imóveis de Porto União, Santa Catarina, sob o n.º 12.945, com a área de 864,00 m² (oitocentos sessenta e quatro metros quadrados), localizado à Rua Pernambuco esquina com a Rua Paraná, quadra nº 37, Centro, município de Irineópolis - SC, de propriedade de ESPÓLIO DE VILSON PREISLER, ficando com as seguintes características: FRAÇÃO “A”, da quadra 37, com área de 518,40 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.37.0.0378.0.001: Frente: 18,00 metros com a Rua Pernambuco; Lado Esquerdo: 28,80 metros com a rua Paraná, Lado Direito: 28,80 metros com o lado esquerdo do lote nº 334, quadra 037 de Rosilda Ferreira de Souza; Fundos: 18,00 metros com o lado direito da fração “B” do Lote 335, quadra 037 de Propriedade de Vilson Preisler; FRAÇÃO “B”, da quadra 037, com área de 345,60 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.37.0.0331.0.001: Frente: 19,20 metros com a Rua Paraná; Lado Esquerdo: 18,00 metros com o lado direito do Lote nº 336, quadra 037, de propriedade de Edmundo Zielinski; Lado Direito: 18,00 metros com fundos da Fração “A” do Lote 335, quadra 037, de propriedade de Vilson Preisler; Fundos: 19,20 metros com o lado esquerdo do Lote nº 334, quadra 037, de propriedade de Rosilda Ferreira de Souza.

Art. 2º - O desmembramento de que trata este Decreto só terá validade legal após averbação do mesmo na respectiva matrícula do imóvel objeto do mesmo. Em caso de não averbação 180 (cento e oitenta) dias após sua emissão, este Decreto perderá automaticamente a validade, não devendo mais ser aceito pelo Registro de Imóveis da comarca.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 08 de abril de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2016 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 19/2016

PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 03 de maio de 2016, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a “AQUISIÇÃO DE 01 LÂMINA TRASEIRA, 01 CAÇAMBA CARREGADEIRA TRASEIRA, 01 DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO E ADUBO, 01 DESINTEGRADOR, 01 BETONEIRA E 01 PLATAFORMA BASCULANTE, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA AGRICULTURA”. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111, e no site www.irineopolis.sc.gov.br. Irineópolis, 14 de abril de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 091/2016 - REPUBLICAÇÃO

PORTARIA Nº 091/2016.

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - NOMEAR sob regime de trabalho estatutário, DENILSON DA ROCHA nascido em 01/05/1986, portador do CPF nº 009.716.159-42, RG nº 4.470.400 - SSPD/SC, para exercer o cargo de Operador de Equipamentos (44h/sem), no nível 08 referência A, Grupo GO, do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, com lotação na Secretaria Municipal da Infraestrutura, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2014, homologado em 15/07/2014.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/04/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Abril de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

DECRETO N. 035/2016

DECRETO N.º 035, DE 08 DE ABRIL DE 2016.

“NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal nº 2.294 de 19 de Novembro de 2013 alterada pela Lei Municipal nº 2.315 de 11 de Março de 2014.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Direitos do Idoso os seguintes membros:

I- por representantes de cada uma das Secretarias a seguir indicadas:

a)- Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Deise Calvi
Suplente: Nelci Araldi

b) Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Clarete Maria Boarolli
Suplente: Sandra Tomazelli

c)- Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

Titular: Rosângela do Amaral
Suplente: Noemi Schonell

d)- Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico:

Titular: Jacsomar Cerutti
Suplente: Leocir Haack

e)- Secretaria Municipal de Turismo e Departamento de Cultura:

Titular: Vanessa Damo Curtarelli
Suplente: Marines Colling

II- Representantes da Sociedade Civil e Usuários:

a) Representante dos Usuários:

Titular: Jordão dos Santos
Suplente: Nelson Dalle Laste

b) Representante da Associação Comercial e Industrial de Itá-SC:

Titular: Patrícia Perone Gheno
Suplente: Maristela Moschetta

c) Representante do Sindicato e/ou Associação de Aposentados:

Titular: Tânia Maria Valmorbida
Suplente: Altair Schwingel

d) Representante do Sindicato dos Trabalhadores:

Titular: Mario Gabriel
Suplente: Claudio Shons

e) Representante dos Grupos de Idosos:

Titular: Lenir Kurmann
Suplente: Leonora Mocellin

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá – SC, em 08 de Abril de 2016.
LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

ELTON JOSÉ THOMAS

Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

EXTRATO CONTRATOS 39 A 44

Contrato Nº.: 39/2016

Contratante.: MUNICIPIO DE ITÁ

Contratada.: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES ALTO DA COLINA
Vigência : Início: 08/04/2016 Término: 07/04/2021

Objeto : Concessão gratuita de uso de 01 (uma) tanque de distribuição de adubo líquido, Patrimônio PM ITÁ Nº 11835.

Contratada.: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES ALTO DA COLINA
Vigência : Início: 08/04/2016 Término: 07/04/2021

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 40/2016

Contratante.: MUNICIPIO DE ITÁ

Contratada.: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES RIO UVÁ
Vigência : Início: 08/04/2016 Término: 07/04/2021

Objeto : Concessão gratuita do direito real de uso de 01 (um) tanque

de distribuição de adubo líquido, Patrimônio PM Itá nº 11836.

Contratada.: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES RIO UVÁ
Vigência : Início: 08/04/2016 Término: 07/04/2021

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 41/2016

Contratante.: MUNICIPIO DE ITÁ

Contratada.: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES UNIÃO DO VALE SÃO FRANC

Vigência : Início: 08/04/2016 Término: 07/04/2021

Objeto : Concessão gratuita do direito real de uso de 01 (um) tanque

de distribuição de adubo líquido, Patrimônio PM Itá 11837.

Contratada.: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES UNIÃO DO VALE
Vigência : Início: 08/04/2016 Término: 07/04/2021

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 42/2016

Contratante.: MUNICIPIO DE ITÁ

Contratada.: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES BELA ADOLFO KONDER

Vigência : Início: 08/04/2016 Término: 07/04/2021

Objeto : Concessão gratuita do direito real de uso de 01 (um) tanque

de distribuição de adubo líquido, patrimônio PM ITÁ Nº 11838.

Contratada.: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES BELA ADOLFO
Vigência : Início: 08/04/2016 Término: 07/04/2021

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 43/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES AURORA DAS BORBOLETAS

Vigência : Início: 08/04/2016 Término: 07/04/2021

Objeto : Concessão gratuita do direito real de uso de 01 (um) tanque

de distribuição de adubo líquido, patrimônio PM ITÁ Nº 11839.

Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES AURORA DAS

Vigência : Início: 08/04/2016 Término: 07/04/2021

Contrato Nº.: 44/2016

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada....: BENEF. CAMILIANA DO SUL - HOSP. S. FCO.

Valor : 32.811,36 (trinta e dois mil oitocentos e onze reais e trinta e seis centavos)

Vigência : Início: 13/04/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2016

Recursos : Dotação: 2.037.3.3.90.00.00.00.00 (35) Saldo: 902.460,97

Objeto : Contratação de Hospital Especializado, a fim de prestar

serviços de Plantão e Internações Hospitalares, na área médica, para

atendimento, em casos de urgência/emergência da população do município de Itá.

MARÍLIA FRANKE - GESTORA

Itapema

PREFEITURA

PROCESSO Nº 50 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.029.2016 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 50 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.029.2016

Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais elétricos para a Iluminação Pública do município.

Entrega dos envelopes: Até às 09:00(nove) horas do dia 02 de maio de 2016.

Abertura do Pregão: 02 de maio de 2016, às 09:00(nove) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone “serviços – fornecedores – modalidades – pregão – 04.029.2016” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8019.

Itapema, 14 de abril de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Compras, Contratos e Licitações

Itapiranga

PREFEITURA

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº 03/2016

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº 03/2016
ASSUNTO: AQUISIÇÃO, RECEBIMENTO, ARMAZENAMENTO E DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS
SETORES ENVOLVIDOS: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Considerando o disposto na Lei Complementar n. 47/2012, que estabelece a possibilidade de regulamentação sobre normas de controle interno através de Instruções Normativas de aplicabilidade a todos os órgãos da Administração Municipal;

Considerando a necessidade de fortalecer o controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:
CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS

Art. 1º. Esta Instrução Normativa tem por objetivo:
I - normatizar os procedimentos no que dizem respeito ao recebimento, registro e armazenagem dos medicamentos;
II - normatizar e disciplinar os procedimentos relacionados à dispensação de medicamentos;
III - permitir um melhor controle sobre os gastos com medicamentos;
IV - disciplinar o fluxo de medicamentos, incluindo o recebimento, a validade, a estocagem e a distribuição.

CAPÍTULO II
DOS PROCEDIMENTOS

Seção I
Da Responsabilidade Técnica

Art. 2º. O responsável pela Farmácia Básica do Município é o Farmacêutico, devendo observar as leis aplicáveis, inclusive às editadas pela ANVISA.

§ 1º Cabe ao profissional Farmacêutico responder sobre a Responsabilidade Técnica perante o Conselho Regional de Farmácia de SC.
§ 2º Os medicamentos sujeitos ao controle especial devem ter a verificação de estoque e a guarda da chave dos armários deve ficar sobre responsabilidade do Farmacêutico.

Seção II
Da Prescrição dos Medicamentos

Art. 3º. As aquisições e as prescrições de medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) adotarão obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB (ou seja, o nome genérico da substância ativa), instituída pela Portaria nº. 1.179, de 17 de junho de 1996 da ANVISA ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI), conforme determina o art. 3º da Lei Federal nº 9.787/1999.

Art. 4º. A receita médica e odontológica deverá ser emitida em português compreensível e por extenso, em letra legível, em consonância com o art. 35, da Lei nº. 5.991/73, devendo conter:

- nome do paciente;
- princípio ativo do medicamento;
- concentração, posologia;
- quantidade a ser dispensada para o tratamento ou para o mês, caso de uso contínuo;
- data, assinatura e carimbo do prescritor (a).

Seção III
Da Dispensação dos Medicamentos na Farmácia

Art. 5º. Antes de efetuar a entrega de medicamentos, o servidor responsável deve verificar a situação cadastral do paciente. Estando cadastrado, deve verificar se o cadastro está com todos os dados exigidos atualizados.

§ 1º No cadastro deve ser registrado o nome completo do paciente, conforme documento de identificação apresentado.

§ 2º No caso de dependentes, o comprovante de residência a ser utilizado pode ser o do responsável legal.

§ 3º Os documentos necessários para o cadastro são:

- carteira de Identidade;
- comprovante de residência (fatura de luz, de água, telefone, nota de produtor, entre outros);
- cartão de identificação do Município de Itapiranga do ano corrente fornecido pela agente comunitária de saúde.

§ 4º Deve o servidor responsável, sempre que possível, solicitar número de telefone para contato.

Art. 6º. A entrega dos medicamentos deve ser lançada no Sistema Informatizado, de forma individualizada em nome do paciente, preenchendo todos os campos indicados.

Art. 7º. O medicamento só será entregue ao paciente pelo farmacêutico ou outro profissional designado mediante receita médica e odontológica, carimbada, datada e assinada pelo médico ou odontólogo e apresentação do cartão de identificação do Município de Itapiranga do ano corrente fornecido pela agente comunitária de saúde.

§ 1º. Excetuam-se do disposto no caput deste artigo os pacientes em tratamento através de serviços terceirizados, ou seja, serviços médicos especializados, mantendo a obrigatoriedade de o paciente fornecer a receita médica devidamente assinada pelo profissional de saúde.

§ 2º. Os medicamentos administrados em pacientes nas Unidades de Saúde, especialmente os injetáveis, deverão ser baixados no sistema de controle de estoque como consumo destas Unidades de Saúde.

Art. 8º. A receita original deve ser devolvida ao paciente, contendo o carimbo com a data da entrega do medicamento.

Art. 9º. É obrigatório, no ato da dispensação do medicamento:

- carimbar no verso da receita (Fornecido e/ou Falta), datar e anotar a quantidade de medicamento fornecido ou sua falta;
- devolver a via ao paciente;
- cabe ao farmacêutico responsável a dispensação dos medicamentos e a orientação quanto ao uso correto dos mesmos.

§ 1º Nos casos de falta de energia ou problemas no sistema informatizado, devem ser preenchidos os dados constantes no protocolo de entrega, e posteriormente devem ser lançados no Sistema, assim que for restabelecido seu funcionamento.

§ 2º No momento do fornecimento dos medicamentos deverá ser feito o exame físico de cada medicamento, conferindo atentamente cada medicamento fornecido de acordo com a prescrição, observando, nome, apresentação, concentração, quantidade e prazo de validade, a fim de evitar dispensação incorreta.

Art. 10. No caso dos medicamentos de uso contínuo cabe ao prescritor definir se o tratamento é contínuo, devendo, obrigatoriamente, registrar o termo USO CONTÍNUO ao lado do nome do medicamento em questão.

§ 1º As prescrições de medicamentos de USO CONTÍNUO têm validade de no máximo 12 (doze) meses de tratamento, conforme

avaliação clínica do paciente.

§ 2º O prescritor deve escrever o prazo de validade da receita em meses, respeitando a normativa e a legislação vigente.

§ 3º A validade da receita será contada a partir da data da prescrição.

§ 4º Expelido o prazo de validade da receita, o paciente deverá marcar nova consulta para reavaliação clínica e nova prescrição. Neste período, entre vencimento da receita e a reavaliação, a receita terá validade até o dia da sua nova consulta, após orientação ao paciente e confirmação de que não haverá novo atendimento sem reavaliação.

§ 5º Para os usuários não residentes no Município de Itapiranga não serão fornecidos medicamentos de uso contínuo, sendo esta uma obrigação do seu município de origem.

Art. 11. As prescrições e dispensação de medicamentos sujeitos ao controle especial seguem as normas da Portaria nº. 344/98 e 06/99, da ANVISA.

Seção IV

Da Aquisição, Recebimento e Estocagem dos Medicamentos

Art. 12. A solicitação de compra de medicamentos que fazem parte da farmácia básica da Secretaria Municipal da Saúde tem origem no relatório de estoques levantado mensalmente para fins de programação.

Art. 13. As solicitações de compras conforme a programação estabelecida devem ser encaminhadas ao Departamento de Compras e Licitações conforme disposto na Instrução Normativa n. 05/2015.

Art. 14. O Departamento de Compras e Licitações fará a aquisição dos medicamentos através de processo licitatório, obedecendo as modalidades estabelecidas nas Leis Federais nº 8.666/1993 e n. 10.520/02 e suas alterações posteriores.

Art. 15. Todas as solicitações de compras devem ser feitas com a observação de que os medicamentos devem ser entregues com a prescrição mínima de 12 (doze) meses de validade.

Art. 16. Quando da chegada dos medicamentos, a responsável pela farmácia deverá conferir a nota fiscal com os produtos que estão sendo recebidos observando o quantitativo, marca, lote e validade do medicamento fornecido através da Autorização de Fornecimento - AF em mãos. Nenhum medicamento poderá ser recebido sem estar acompanhado da devida nota fiscal.

Art. 17. Após a conferência, não havendo discrepâncias dos medicamentos recebidos, a Farmacêutica responsável deverá efetuar o registro no Sistema Informatizado e realizar a entrada do medicamento nos Livros C1 e B1, quando tratar-se de Medicamentos Sujeitos ao Controle Especial descritos na Portaria nº. 344/1998 do Ministério da Saúde.

Parágrafo único. Se houver divergências, a responsável pelo recebimento, informará e solicitará a solução do problema junto ao fornecedor, e a troca imediata.

Art. 18. Em ato contínuo, os medicamentos deverão ser enviados para estoque observando a melhor forma de armazenagem quanto a categoria, segurança, validade, etc.

Art. 19. Na nota fiscal deverá ser colocado o carimbo e assinatura evidenciando o recebimento, enviando para a Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento para fins de liquidação e pagamento.

Art. 20. O local para guarda de medicamentos deve ser adequado e seguro de acordo com a legislação vigente.

Art. 21. No local de guarda dos medicamentos só será permitido a estocagem de medicamentos e materiais de expediente, nenhum outro material como: equipamentos, móveis e utensílios, arquivos, etc., pode permanecer no local.

Seção V

Da Distribuição para as Unidades de Saúde

Art. 22. O responsável pela unidade de saúde fará semanalmente o pedido dos medicamentos necessários para atender a demanda

semanal.

Art. 23. Quando chegar o pedido de medicamento, a farmacêutica responsável pelo almoxarifado da farmácia central fará a separação, efetuando a conferência da quantidade, data de validade, procedendo à baixa no sistema, bem como definindo para qual unidade de saúde aquele medicamento será destinado.

Parágrafo único. A 1ª via da solicitação de medicamentos ficará no almoxarifado da farmácia básica central para o controle da unidade e a 2ª via deverá ficar com a unidade de saúde solicitante.

Seção VI

Do Controle de Estoque

Art. 24. O controle de estoque no que tange à aquisição, recebimento, armazenamento e dispensação de medicamentos é uma atividade técnico-administrativa que tem por objetivo subsidiar a programação e aquisição de medicamentos, visando à manutenção dos níveis de estoques necessários ao atendimento da demanda, evitando-se a superposição de estoques ou desabastecimento do sistema, tendo como funções:

I - determinar quanto e quando comprar;

II - acionar o setor de compras;

III - determinar o que deve permanecer estocado;

IV - controlar as quantidades, data de validade e valores estocados;

V - identificar e retirar do estoque itens obsoletos;

Art. 25. Semestralmente, de preferência ao final dos meses de junho e dezembro de cada ano, deve ser feito o inventário físico dos medicamentos em estoque, confrontando com os totais constantes no relatório do sistema informatizado, tanto no almoxarifado central quanto nas farmácias das unidades de saúde.

Parágrafo único. Eventuais diferenças devem ser pesquisadas, identificadas e regularizadas, comunicando a ocorrência das diferenças remanescentes à Secretária Municipal da Saúde, para as devidas providências.

Seção VIII

Dos Medicamentos Vencidos

Art. 26. O controle da validade dos medicamentos na farmácia é de responsabilidade do farmacêutico, e na sua ausência, do funcionário designado pela coordenação em cada unidade de saúde.

Art. 27. Com relação aos medicamentos vencidos os mesmos serão separados e tomados as seguintes providências:

I - nas Unidades de Saúde informatizadas o Sistema de controle permitirá a baixa dos medicamentos, podendo ser transferidos para descarte.

II - todo medicamento vencido deverá ser encaminhado para a farmácia central para posterior descarte.

III - os descartes de medicamentos vencidos deverão ser feitos de acordo com a legislação vigente.

IV - em caso de vencimento de medicamentos nas Unidades de Saúde o responsável deverá remeter a Farmácia Central com a medicação vencida, nota explicativa justificando a razão pela qual ocorreu o vencimento dos medicamentos.

Art. 28. Os responsáveis pelas unidades de saúde ou farmácia poderão ser responsabilizados administrativamente em caso de perda ou vencimento de materiais ou medicamentos, sem a respectiva justificativa e/ou fundamentação.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29. Todo o medicamento somente pode ser entregue a pacientes previamente cadastrados no Sistema Informatizado da Secretaria da Saúde, mediante identificação.

Art. 30. Ao final de cada mês, deve ser enviado relatório do estoque de medicamentos ao Setor de Contabilidade.

Art. 31. Os servidores responsáveis pela operação dos lançamentos

da dispensação de medicamentos no sistema informatizado sempre devem utilizar a senha pessoal, que é intransferível.

Art. 32. As solicitações de materiais e medicamentos pelas unidades, formulários de devolução de medicamentos vencidos ou irregularidades comprovadas são documentos comprobatórios para saída de estoque e devem ficar arquivados nas unidades por ordem cronológicas e por tipo de documentos por um período de cinco anos.

Art. 33. Fica expressamente proibida a retirada de medicamentos e materiais distribuídos a pacientes, exceto para atendimento no local, a entrega sem receita médica e a eliminação de qualquer documento de controle.

Art. 34. A inobservância desta Instrução Normativa constitui omissão de dever funcional e será punida na forma prevista em lei.

Art. 35. Aplicam-se, no que couber, aos instrumentos regulamentados por esta Instrução Normativa as demais legislações pertinentes.

Art. 36. As dúvidas ou omissões geradas por esta Norma Interna, deverão ser esclarecidas junto a Controladoria do Município.

Art. 37. Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga(SC), 30 de março de 2016.

Nadir T. Etges

Coordenadora de Controle Interno

CPF: 831.973.899-72 Mat: 1455/05

Aprovado:

Milton Simon

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 34/2016

Portaria nº 34 de 14 de abril de 2016.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora municipal Lisane Hahn Kuhn matrícula nº 4037/01, a partir de 14/4/2016, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 14 de abril de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

ATA DO PREGÃO 23/16 - MATERIAL PARA RAO X

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2016 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao décimo quarto dia do mês de abril de 2016, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA e KARONA JUSSARA DOS SANTOS, nomeados pelo (a) Decreto nº 2685/2016, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 24/2016, que tem como objeto AQUISIÇÃO MATERIAIS PARA O EQUIPAMENTO DE RAO X DO PRONTO ATENDIMENTO 24H, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
IBF - INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A D	DIRCEU AMAURI KOBS

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a(s) empresa(s) demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresas Vencedoras	Itens/Lotes	Valor Total
IBF - INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A D	1	R\$ 28.356,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 14 de abril de 2016.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
KARINA JUSSARA DOS SANTOS	JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro

Licitantes:

IBF - INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A D
DIRCEU AMAURI KOBS

DECRETO MUNICIPAL Nº 2753/2016 EXONERA SECRETÁRIA DE ESPORTE E JUVENTUDE.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2753/2016

Data: 14 de abril de 2016

EXONERA SECRETÁRIA DE ESPORTE E JUVENTUDE.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a Sra. SALETE LUCOTTE MONTEIRO, do cargo de Secretária Municipal de Esporte e Juventude.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 14 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: EDITAL Nº 010/2016 - PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA - MOTORISTA

PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº 010/2016

VAGAS EXCEDENTES SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Alessandra Silveira Oliveira, Secretária Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na seção IX em seu artigo 26, § 1º da Lei Municipal nº 044 de 12 de setembro de 2014, torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão o Processo de Transferência de Servidor Público Municipal de sua Lotação para outra de Vagas Excedentes da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Itapoá-SC.

1. DAS INSCRIÇÕES

As inscrições para remoção deverão ser realizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, até 19 de Abril de 2016 no horário das 08:00 às 13:00 horas, conforme quadro de vagas em anexo I.

2. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

No ato da inscrição os candidatos deverão entregar os documentos abaixo relacionados, em um envelope lacrado, com identificação do candidato. Ex: Nome, CPF, Cargo e Telefone para Contato.

- Requerimento, conforme anexo II, devidamente preenchido e assinado;
- Cópia da Portaria de Lotação em vigor, para os que já possuem;
- Cópia dos Certificados de aperfeiçoamento ou atualização na área;
- Comprovante de tempo de serviço público municipal em dias, através de declarações de prefeituras.

3. DO QUADRO DE VAGAS

3.1 O Servidor Público Municipal que não se manifestar no período determinado para a escolha da vaga do processo de remoção perderá o direito sobre a escolha;

3.2 A escolha da vaga deverá ser pessoal e não poderá ser realizada através de procuração particular ou pública.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

Os requerimentos dos profissionais efetivos da Prefeitura Municipal de Itapoá, interessados na remoção serão analisados e atendidos de acordo com os critérios da Lei 044/2014, como segue abaixo:

I – maior habilitação na área de atuação, sendo 0,1 (um décimo) ponto para cada 40 (quarenta) horas de curso de aperfeiçoamento e ou atualização frequente na área; 0,5 (meio) ponto para graduação de cada especialização a nível de pós graduação; 1,0 (um) ponto para Mestrado e 1,5 (um e meio) ponto para Doutorado.

II – maior tempo de Serviço Público Municipal em dias;

III – sorteio com a presença dos candidatos inscritos na vaga.

5. DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A listagem classificatória será publicada no site da Prefeitura no endereço eletrônico www.itapoa.sc.gov.br no dia 20/04/2016.

5.2 A interposição de recursos poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 25 de Abril de 2016 das 08:00 às 13:00 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

5.3 Após a Classificação Final, no dia 27 de Abril de 2016, o profissional requerente será lotado (a) na Divisão requerida, através do ato do Chefe do Poder Executivo, a ser publicado em Edital no Setor de Recursos Humanos e passará a atuar a partir da sua lotação.

5.4 O Setor de Recursos Humanos deverá enviar ao profissional uma via original da Portaria de Lotação até o mês subsequente.

5.5 No caso do não recebimento da Portaria de Lotação, o servidor poderá procurar o Setor de Recursos Humanos para retirada da mesma.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

6.1 O (a) Requerente deverá revisar o requerimento de remoção e lotação e verificar a exatidão das informações nele contidas, tornando-se após a assinatura, responsável pela mesma.

6.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processos de Transferências.

6.3 Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 14 de Abril de 2016.

Alessandra Silveira Oliveira
Secretaria de Assistência Social

Maristela de Souza Speck
Agente Administrativo

Alexandre Ribeiro da Silva
Agente Administrativo

Bruna Daniele Piacentini
Assistente Social

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS PARA REMOÇÃO E LOTAÇÃO

ÁREA	VAGA	C.H.	LOCAL
Motorista	1	40 horas	Secretaria de Assistência Social – Gestão

ANEXO II

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAPOÁ / SC
EDITAL 010/2016

Eu, _____
Matrícula _____, lotado (a) e em exercício no (a) _____, no cargo de:
_____ com carga horária de _____ horas semanais, venho por meio deste,

REQUERER,
A Transferência de Lotação para a vaga de _____, no (a) _____, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Edital de Processo de Transferência de Servidor Público Municipal nº 010 /2016 de Abril de 2016.

Nestes termos, pede deferimento.

Assinatura

Itapoá, ____ de Abril de 2016.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 12/2016 DO EDITAL Nº 047/2015

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 12/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 47/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo a candidata convocada a comparecer na Secretária de Educação no dia 18/04/2016, às 9h, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Itapoá.

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato
17	40	Professor Auxiliar de Turma	Adriana Santana	22/04/2016 17/12/2016

Itapoá, 14 de abril de 2016.
Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

ÔNIBUS UNIVERSITÁRIO: CONVOCAÇÃO Nº 02 LISTA DE ESPERA

CONVOCAÇÃO LISTA DE ESPERA - EDITAL 01/2016
TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO

Após realização de chamadas, observou-se grande número de bancos vagos para Joinville no período noturno. Houve duas desistências da vaga e alguns alunos estão em período de TCC, por essa razão não estão utilizando o transporte todos os dias. Deste modo, estamos convocando os seguintes estudantes da lista de espera, conforme classificação do Edital 01/2016:

IHAGO IHAMOINSKI FARIAS	98º Classificado
CLAUDIO BATISTA DA SILVA FILHO	99º Classificado
DIEGO AMARO DA ROCHA	100º Classificado
DHONATA MAFFEZZOLLI ALVES	101º Classificado
LUCAS MARCHETTI FILLA	102º Classificado
MICHEL ROCHA NUNES	103º Classificado
VITÓRIA MARCHETTI FILLA	104ª Classificada
ELIVELTO FELIPE NERIS KISNER	105º Classificado
BRENDON NASCIMENTO DO ROSÁRIO DE JESUS	106º Classificado
SABRINA SILVEIRA SPECK	107ª Classificada
EVELIN CAROLINE DA SILVA	108ª Classificada

Os alunos acima citados poderão retirar suas carteirinhas na Secretaria de Educação no dia 18/04/2016, das 08h às 13h30min.

Itapoá, 14 de abril de 2016.
Ana Cláudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 526, de 14 de abril de 2016

DECRETO Nº 526, de 14 de abril de 2016.

"Declara Fracassada a Licitação nº 11, de 10 de março de 2016 na modalidade de Pregão Presencial nº 10/2016".

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC, e

Considerando que este processo licitatório visava à contratação de empresa para fornecimento de lanches para os grupos da Terceira Idade do Município de Ituporanga;

Considerando que por não haver interessados em participar do certame, restando o processo licitatório fracassado na forma da Lei de Licitações;

Considerando a orientação que dimana das Súmulas 346 e 473 do Colendo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, as quais afirmam, respectivamente, de modo explícito e claro que "a Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos" e que "a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Considerando que a Lei 8.666/93 ao se referir ao tema em comento, estabelece, *ipsis verbis*, que: "A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado" (art. 49).

DECRETA:

Art. 1º- Fracassada a Licitação nº 11, de 18 de março de 2016 na modalidade de Pregão Presencial nº 10/2016, da contratação de empresa para fornecimento de lanches para os grupos da Terceira Idade do Município de Ituporanga e conseqüentemente todos os atos e efeitos do citado Processo Licitatório.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 14 de abril de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município de Ituporanga

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR OU EMPRESA VINCULADA QUE OFEREÇA ENSINO SUPERIOR, PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, COMPOSTO DE ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO, EXECUÇÃO, CORREÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO NO MUNICÍPIO DE IT

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº13/2016

Processo: 15/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR OU EMPRESA VINCULADA QUE OFEREÇA ENSINO SUPERIOR, PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, COMPOSTO DE ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO, EXECUÇÃO, CORREÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 29 de abril de 2016 até as 09:00 horas no setor de protocolos. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 29 de abril de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 15 de abril de 2016
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO/SC

AVISO DE EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO/SC, com sede na Rua Pool Jorge Zacca, nº 75, Centro, Jacinto Machado/SC, CEP 88.950-000, inscrito no CNPJ sob nº 82.960.758/0001-36, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 10h00min do dia 19 de Maio de 2016, tendo como local o CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE, ao lado da Garagem Municipal, situado na Rua Oscar de Oliveira Lopes, s/nº, Centro, Jacinto Machado, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. ULISSES DONIZETE RAMOS, matrícula AARC/309, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01 – 01 AUTOMÓVEL UTILITARIO VW SAVEIRO 1.6 AMBULÂNCIA, Ano 2002 modelo 2003, Placas MDU 9772, básico, careceria fechada, combustível gasolina, cor branca, 2 portas, faltando peças. LANCE INICIAL: R\$ 5.300,00; LOTE 02 – 01 AUTOMÓVEL VW GOL 1.0, Ano 2005 modelo 2006, Placas MDV 3378, básico, combustível Flex, cor branca, 4 portas, faltando peças. LANCE INICIAL: R\$ 5.700,00; LOTE 03 – 01 VEICULO UTILITARIO MICROONIBUS MERCEDES BENZ, Ano/modelo 1984, Placas IBK 4068, 17 passageiros, básico, combustível diesel, cor amarela, bancos em napa, faltando peças. LANCE INICIAL: R\$ 6.500,00; LOTE 04 – 01 VEICULO UTILITARIO MICROONIBUS FIAT DUCATTO MULT JAED T, Ano 2008 modelo 2009, Placas MEO 6385, 16 passageiros, básico, combustível diesel, cor amarela, bancos em tecido, faltando peças. LANCE INICIAL: R\$ 22.500,00; LOTE 05 – 01 MOTOCICLETA YAMAHA YBR 125K, Ano e modelo 2002, Placa MBS 8693, básico, combustível gasolina, cor vermelha. LANCE INICIAL: R\$ 350,00; LOTE 06 – 01 MOTOCICLETA YAMAHA YBR 125K, Ano e modelo 2003, Placa MDE 5942, básico, combustível gasolina, cor vermelha. LANCE INICIAL: R\$ 250,00; LOTE 07 – 01 CAMINHÃO BASCULATE MERCEDES BENZ L 1113, Ano/modelo 1985, Placas MAA 6186, toco, básico, combustível diesel, cor vermelha, bancos em tecido, faltando peças. LANCE INICIAL: R\$ 9.900,00; LOTE 08 – 01 CAMINHÃO BASCULATE MERCEDES BENZ L 1316, Ano 1982 e modelo 1983, Placas IFY 8403, trucado, básico, combustível diesel, cor vermelha, bancos em tecido, faltando peças. LANCE INICIAL: R\$ 10.900,00; LOTE 09 – 01 ESCAVADEIRA HIDRÁULICA FIAT ALIS MODELO FE 105B TURBO, Ano/modelo 1991, parada a aproximadamente 1 ano, funcionando, combustível diesel, cor amarela, faltando peças. LANCE INICIAL: R\$ 13.900,00; LOTE 10 – 01 CARREGADEIRA HIDRÁULICA CLARK MICHIGAN MODELO 75 III, Ano/modelo 1983, parada a aproximadamente 1 ano, funcionando, combustível diesel, cor amarela, faltando peças. LANCE INICIAL: R\$ 10.900,00; LOTE 11 – 01 TRATOR DE ESTEIRAS MASSEY FERGUSON MODELO 3366, Ano/modelo 1983, parado a aproximadamente 1 ano, junta do cabeçote queimada com água misturada no óleo; funcionando parcial, combustível diesel, cor amarela, faltando peças. LANCE INICIAL: R\$ 7.500,00; LOTE 12 – 01 EQUIPAMENTO AGRÍCOLA DISTRIBUIDOR DE ESTERCO LÍQUIDO, somente tanque, chassi e rodas; sem bomba, sem marca e ano aparentes, cor verde, faltando peças. LANCE INICIAL: R\$ 650,00; LOTE 13 – SUCATA DE PNEUS DIVERSOS, CONTENDO: diversas bitolas, pneus de máquinas, veículos, caminhões, ônibus entre outros. LANCE INICIAL: R\$ 150,00; LOTE 14 – SUCATA DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS E ARTIGOS DIVERSOS, CONTENDO: Arquivos em aço 4 gavetas, pia em aço inox, cadeiras, carteiras escolares, mesas, escrivaninhas, armários, estantes em madeira, prateleiras, balcões, pias e lavatórios em louça, berços, livros e cadernos, tabela de basquete, rede esportiva, troféus diversos, banner's diversos; macas em alumínio, macas em ferro, cadeiras odontológica, diversos equipamentos odontológicos, freezer's,

geladeiras, bebedouros, centrifugas, tanques aço inox com batedores elétricos, cadeiras de rodas, carrinhos de bebê, ventiladores, balanças, estufas, enceradeiras, fornos elétricos, bicicletas ergométricas, persianas entre outros. LANCE INICIAL: R\$ 350,00; LOTE 15 – SUCATA DE INFORMÁTICA, CONTENDO: cpu's, monitores, teclados, mouses, estabilizadores, nobreak, impressoras laser, jato de tinta e matricial, aparelhos de fax, maquinas de calcular, maquinas de escrever, mimeógrafos, televisores, rádios, aparelhos de vídeo cassete, aparelhos de dvd, scanners, calhas de iluminação, reatores para lâmpadas, lâmpadas diversas, picotadores de papel entre outros. LANCE INICIAL: R\$ 200,00. O Edital completo com as descrições poderá ser obtido no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal ou através do site www.donizetteleiloes.com.br. Mais informações pelos fones (48) 3535-1133 na Prefeitura ou (47) 3063-0319 / (47) 8827-3500 – CLARO/ (47) 9911-1606 – TIM/ (47) 9264-3386 – VIVO, com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

JACINTO MACHADO/SC, 14 de Abril de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FAVERI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 053 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº. 053 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

REPÕE as perdas salariais dos Agentes Políticos e dos Servidores Públicos do Poder Executivo de Jacinto Machado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 363, de 28 de março de 2003,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam repostas as perdas salariais, na forma de reajuste de vencimentos, autorizada pela Lei Municipal nº. 363/2003, relativas ao período de 1º de abril de 2015 a 31 de março de 2016, observado o que estabelece a Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º. A reposição concedida será de 10,0% (dez por cento), sendo que 9,95% (nove vírgula noventa e cinco por cento) utilizará o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA-E-IBGE) e 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) de aumento real.

§ 2º. Serão beneficiados por essa reposição salarial os Servidores Públicos do Poder Executivo e Legislativo do Município de Jacinto Machado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 01 de abril de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 054 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº. 054 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

DESIGNA LEILOEIRO PARA A MODALIDADE DE LEILÃO PÚBLICO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando de suas atribuições legais e nos termos da lei Orgânica Municipal, da Lei Federal nº. 8.666/93 e Contrato Administrativo 002/2016, de 23 de março de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. ULISSES DONIZETE RAMOS, matrícula AARC 309, com escritório a Rua Manoel Agostinho da Silva, nº. 116, Bairro Centro, Município de Barra Velha/SC, CEP: 88.390-970, matriculado regularmente na JUCESC, como Leiloeiro Oficial convidado por sua notória e comprovada experiência, para realizar Leilões dos bens do Patrimônio Público Municipal, conforme a Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º. O Leiloeiro está rigorosamente em dia com suas obrigações e apresentará à Administração seus documentos pessoais, Registro de Leiloeiro Público, bem como Certidão de Regularidade expedida pela junta comercial do Estado de Santa Catarina;

Art. 3º. O Leiloeiro nada receberá do Município pelos serviços prestados.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 01 de abril de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

CMJS - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Estado de Santa Catarina
Município de Jaraguá do Sul
Câmara Municipal de Jaraguá do Sul

Edital de Convocação de Audiência Pública

A Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, atendendo ao REQUERIMENTO Nº 15/2016, torna público a realização de Audiência Pública para tratar da situação de gatos e cães que estão abandonados nas ruas da cidade.

Assim, todos ficam devidamente CONVOCADOS para querendo participar da audiência, a realizar-se no dia 18 de maio de 2016, quarta-feira, às 19h00, no Plenário da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul.

Jaraguá do Sul, 14 de abril de 2016.
José Ozorio de Ávila
Presidente

DECRETO Nº 10.807/2016

D E C R E T O Nº 10.807/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 371/2016/Cogem, de 06/04/2016, da Controladoria-Geral do Município;

DECRETA :

Art.1º Fica designada a servidora pública municipal ANGELITA APARECIDA STANKEWICZ MISSFELDT, matrícula 9460-9, para compor a PRIMEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, constituída pelo Decreto Municipal Nº 10.312/2015, de 20/02/2015, em substituição a Talita Weber Dias Raeder.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

DECRETO Nº 10.808/2016

D E C R E T O Nº 10.808/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais ROGÉRIO LUIZ KUMLEHN, Diretor de Trânsito e Transportes, matrícula 81703; ANA MARIA BADURA, Engenheira, matrícula 10486; e LEONARDO FELIPE WEHMUTH, Técnico em Eletrônica, matrícula 11018, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura Municipal, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº

027/2016, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para fornecimento e instalação de placas de sinalização vertical para passagens de nível, cruzamentos semafóricos e demais placas sinalizadoras do Sistema Viário Municipal, em conformidade com o Projeto Básico, Memorial Descritivo (Termo de Referência), Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

DECRETO Nº 10.809/2016

D E C R E T O Nº 10.809/2016

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 027/2016, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para fornecimento e instalação de placas de sinalização vertical para passagens de nível, cruzamentos semafóricos e demais placas sinalizadoras do Sistema Viário Municipal;

DECRETA :

Art.1º Fica designada a servidora pública municipal ANA MARIA BADURA, matrícula 10486, Engenheira, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 027/2016 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

§3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envidar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

§1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

§2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

§3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria-Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao Controlador-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

DECRETO Nº 10.810/2016

D E C R E T O Nº 10.810/2016

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, para Reforço de Crédito Especial, Autorizado pela Lei Municipal Nº 7.199/2016, de 21/03/2016, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 2.722,38 (Dois mil, setecentos e vinte e dois reais e trinta e oito centavos), para reforço de crédito especial do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.301.07551.686 - Aquisição de veículos, equipamentos e material permanente

4.4.00 - INVESTIMENTOS

15.01.110 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.722,38

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Fundo Municipal de Saúde (FMS), proveniente de recursos vinculados à Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - PAB - FNS, no valor de R\$ 2.722,38 (Dois mil, setecentos e vinte e dois reais e trinta e oito centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

ADEMAR POSSAMAI

Prefeito

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 10.811/2016

D E C R E T O Nº 10.811/2016

Designa Coordenador do Fundo Rotativo Habitacional do Município de Jaraguá do Sul (FROHAB).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 6.146/2011, de 28/09/2011; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 036/2016/Sehare, de 11/04/2016, da Secretaria Municipal da Habitação e Regularização Fundiária;

DECRETA :

Art.1º Fica designado, a partir de 11/04/2016, o Secretário Municipal da Habitação e Regularização Fundiária, RONALDO DE LIMA, para exercer a função de COORDENADOR do Fundo Rotativo Habitacional do Município de Jaraguá do Sul (FROHAB).

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/04/2016.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 110/2016 AO CONTRATO Nº 024/2012

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 110/2016 AO CONTRATO Nº 024/2012

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 298/2011.

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c item 4.4 da cláusula quarta e 5.1 da cláusula quinta do Contrato original, e no §1º do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001 e Prejulgados n.ºs 424 e 869 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: VIAÇÃO CANARINHO LTDA.

OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 46 (quarenta e seis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade do Loteamento Zanguelini, Vila Terezinha até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Alberto Jacobs, localizada na Rua Pedro João Meurer, n.º 62 – no bairro Nereu Ramos e Escola Municipal de Ensino Fundamental Marcos Emílio Verbinnen, localizada na Rua Leopoldo Blese, n.º 77 – no bairro Estrada Nova.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 73/2013, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 124/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 126/2015, fica prorrogado até o último dia letivo de 2016, iniciando a partir de 11/02/2015. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 28/02/2017.

DO VALOR E REAJUSTE: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 73/2013, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Segundo Termo Aditivo nº 124/2014, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Terceiro Termo Aditivo nº 126/2015, fica reajustado, conforme Registro de Reunião e Termo de Acordo em anexo, em 10% (dez por cento), passando o valor de R\$ 301,30 (trezentos e um reais e trinta centavos) para o valor de R\$ 331,43 (trezentos e trinta e um reais e quarenta e três centavos) por dia de transporte escolar realizado, totalizando o Termo Aditivo em R\$ 66.286,00 (sessenta e seis mil duzentos e oitenta e seis reais) equivalentes a estimados 200 (duzentos) dias de transporte escolar no ano letivo de 2016.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: A despesa decorrente do objeto deste termo aditivo correrá por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamen-tária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	106	Salário Educação

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2016.
FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.
SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Décio Bogo.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/2015

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: E.L. WESTPHAL SINALIZAÇÕES VIÁRIAS - ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA (tachões, chapas galvanizadas, películas) ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as especificações técnicas constantes no ANEXO IX do edital de Pregão presencial 119/2015, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos produtos	Valor unitário do item R\$
06	600	mt	Película opaca para legenda Preta c/ 0,61m largura	23,00
15	6.750	unid.	Tachões Bidirecional Amarelo Urbano (200mmx140mmx40mm)	11,50
16	750	unid.	Tachões Bidirecional Amarelo Urbano (200mmx140mmx40mm)	11,50
27	200	unid.	Chapa galvanizada 80x100cm com cantos arredondados espessura 1,5mm com fundo preto fosco, sem furação	70,00
33	100	unid.	Chapa galvanizada diâmetro 50cm - espessura 1,5mm	25,40

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2015 e 2016, conforme previsto no item 11.1 da cláusula décima primeira desta Ata de Registro.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria de Urbanismo/Diretoria de Trânsito e Transportes.

PRAZO PARA ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile e/ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: Os materiais deverão ser entregues no setor de pintura da Diretoria de Trânsito e Transportes, localizado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, sito a Rua Ângelo Rubini, 600 no Bairro Barra do Rio Cerro em Jaraguá do Sul/SC, com o Sr. Alberto Taranto.

DATA DA ASSINATURA: 02/12/2015.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Liceli Westphal.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO Nº 109/2016 AO CONTRATO Nº 180/2012

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO Nº 109/2016 AO CONTRATO Nº 180/2012

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2012

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c item 4.4 da cláusula quarta e 5.1 da cláusula quinta do Contrato original, e no §1º do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001 e Prejulgados n.ºs 424 e 869 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME.

OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados (incluindo o motorista), destinados ao transporte escolar, residentes na localidade de Rio Alma e Frigorífico Mathias, até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Ricieri Marcatto, localizada na Rua Richard Viergutz, n.º 177 – Rio Cerro I.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 70/2013, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quinto Termo Aditivo nº 109/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Oitavo Termo Aditivo nº 058/2015, fica prorrogado até o último dia letivo de 2016, iniciando a partir de 11/02/2016. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 28/02/2017.

DO VALOR E DO REAJUSTE: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, acrescido pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 284/2012, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 212/2013, acrescido pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 351/2013, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Sexto Termo Aditivo nº 220/2014, fica reajustado, conforme Registro de Reunião em anexo, em 6% (seis por cento), passando o valor de R\$ 248,21

(duzentos e quarenta e oito reais e vinte e um centavos) para o valor de R\$ 263,10 (duzentos e sessenta e três reais e dez centavos) por dia de transporte escolar realizado, totalizando o Termo Aditivo em R\$ 52.620,00 (cinquenta e dois mil seiscentos e vinte reais) equivalentes a estimados 200 (duzentos) dias de transporte escolar no ano letivo de 2016.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	106	Salário Educação

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Valdir Lux.

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2016

PROCESSO: Contrato de Cessão e Transferência de Direitos e Obrigações

CESSIONÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CEDENTE: LUMAREMME EIRELI.

OBJETO: O CEDENTE é proprietário de uma nascente de águas localizada no imóvel situado na Rua 783 – Adolfo Antônio Emmendoerfer s/n, Bairro Barra do Rio Molha, CEP 89259-695, nesta cidade de Jaraguá do Sul – Estado de Santa Catarina, que se constitui de uma área medindo 36.088,82m2, sendo a Testada Principal de 412,00 metros e 441,50 metros de Testada Total, com os demais dados identificativos na Matrícula Imobiliária do Registro de Imóveis desta Comarca M.I. nº 36.730, M.I. nº 50.485, M.I. 50.487, M.I. nº 50.488 e M.I. nº 50.489.

DO PREÇO: Por intermédio deste instrumento, o CEDENTE transfere ao CESSIONÁRIO o direito de uso das águas oriundas do imóvel de sua propriedade pelo preço anual de R\$ 7.465,26 (sete mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e vinte e seis centavos) conforme avaliação anexa, em moeda corrente no País, dando ao CESSIONÁRIO plena quitação, para nada mais reclamarem, a qualquer título.

DO PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO: O prazo do presente contrato está compreendido entre o período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016. Fica acordado entre as partes, de que o pagamento realizado até 11/04/2016 não incidirá multa e juros descritos no subitem abaixo, sendo de direito a cobrança pelo CEDENTE se o pagamento for realizado posteriormente. Em caso de atraso no pagamento do preço anual acordado, será devida a cobrança pelo CEDENTE, de multa na ordem de 2% sobre o valor total vencido, inclusive juros de mora na ordem de 1% ao mês (pro rata die), ou fração devida.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste contrato correrão por conta do orçamento de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
04.122.0300.2.058.3.3.90	Pagamento de despesas fixas-Patrimônio	3.3.90 – Aplicações Diretas	43	Próprios

DATA DA ASSINATURA: 09/03/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Luiz Carlos Emmendoerfer

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 100/2016 AO CONTRATO Nº 035/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 100/2016 AO CONTRATO Nº 035/2015

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 167/2014.

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c item 4.4 da cláusula quarta e 5.1 da cláusula quinta do Contrato original, e no §1º do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001 e Prejulgados n.ºs 424 e 869 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME.

OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 45 (quarenta e cinco) passageiros sentados, (incluindo o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Ribeirão Grande do Norte, até a Escola de Educação Básica Euclides da Cunha, localizada na Rua Henrique Demathe, nº 15, no Bairro Nereu Ramos, neste município.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, fica prorrogado até o último dia letivo de 2016, iniciando a partir de 11/02/2016. O prazo de vigência

do Termo Aditivo fica prorrogado até 28/02/2017.

DO VALOR E REAJUSTE: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, fica reajustado, conforme Registro de Reunião em anexo, em 6% (seis por cento), passando o valor de R\$ 348,00 (trezentos e quarenta e oito reais) para o valor de R\$ 368,88 (trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e oito centavos) por dia de transporte escolar realizado, totalizando o Termo Aditivo em R\$ 73.776,00 (setenta e três mil setecentos e setenta e seis reais) equivalentes a estimados 200 (duzentos) dias de transporte escolar no ano letivo de 2016.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	107	Estado

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 25/02/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Valdir Lux

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 101/2016 AO CONTRATO Nº 034/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 101/2016 AO CONTRATO Nº 034/2015

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 165/2014.

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c item 4.4 da cláusula quarta e 5.1 da cláusula quinta do Contrato original, e no §1º do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001 e Prejulgados n.ºs 424 e 869 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME.

OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 45 (quarenta e cinco) passageiros sentados, (incluindo o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Jaraguazinho, até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Estevão, localizada na Rua Estrada Garibaldi, 1315 no Bairro Garibaldi, neste município.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, fica prorrogado até o último dia letivo de 2016, iniciando a partir de 11/02/2016. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 28/02/2017.

DO VALOR E REAJUSTE: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, fica reajustado, conforme Registro de Reunião em anexo, em 6% (seis por cento), passando o valor de R\$ 488,80 (quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos) para o valor de R\$ 518,13 (quinhentos e dezoito reais e treze centavos) por dia de transporte escolar realizado, totalizando o Termo Aditivo em R\$ 103.626,00 (cento e três mil seiscentos e vinte e seis reais) equivalentes a estimados 200 (duzentos) dias de transporte escolar no ano letivo de 2016.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	106	Sal. Educação
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	108	PNATE

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Valdir Lux

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 108/2016 AO CONTRATO Nº 063/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 108/2016 AO CONTRATO Nº 063/2015

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2015.

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME.

OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluindo o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Ribeirão Alice e Ribeirão Cacilda até a Escola Estadual Giardini Lenzi, extensão na EMEF Santo Estevão, localizada na Rodovia Municipal, nº 1.285, no Bairro Garibaldi, neste município.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, fica prorrogado até o último dia letivo de 2016, iniciando a partir de 11/02/2016. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 28/02/2017.

DO VALOR: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, permanece inalterado, sendo o valor de R\$ 279,60 (duzentos e setenta e nove reais e sessenta centavos) por dia de transporte escolar realizado, totalizando o Termo Aditivo em R\$ 55.920,00 (cinquenta e cinco mil novecentos e vinte reais) equivalentes a estimados 200 (duzentos) dias de transporte escolar no ano letivo de 2016.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	109	Sedu-Estado-Ens. Médio

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Valdir Lux.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 112/2016 AO CONTRATO Nº 028/2012

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 112/2016 AO CONTRATO Nº 028/2012

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 289/2011.

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c item 4.4 da cláusula quarta e 5.1 da cláusula quinta do Contrato original, e no §1º do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001 e Prejulgados n.ºs 424 e 869 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: VIAÇÃO CANARINHO LTDA.

OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 46 (quarenta e seis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade do Loteamento Gruetzmacher, Rua Conrado Erdmann até a Escola Estadual Erich Gruetzmacher, localizada na Rua Augusto Demarchi, n.º 399 – no bairro Três Rios do Sul.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2,1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 83/2013, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 117/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 128/2015, fica prorrogado até o último dia letivo de 2016, iniciando a partir de 11/02/2016. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 28/02/2017.

DO VALOR E REAJUSTE: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro termo Aditivo nº 83/2013, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Segundo Termo Aditivo nº 117/2014, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Terceiro Termo Aditivo nº 128/2015, fica reajustado, conforme Registro de Reunião e Termo de Acordo em anexo, em 10% (dez por cento), passando o valor de R\$ 247,11 (duzentos e quarenta e sete reais e onze centavos) para o valor de R\$ 271,82 (duzentos e setenta e um reais e oitenta e dois centavos), por dia de transporte escolar realizado, totalizando o Termo Aditivo em R\$ 54.364,00 (cinquenta e quatro mil trezentos e sessenta e quatro reais) equivalentes a estimados 200 (duzentos) dias de transporte escolar no ano letivo de 2016.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicação Direta	107	Transporte Escolar /Sedu -Estado-Ens. Fundamental

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Décio Bogo.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº 111/2016 AO CONTRATO Nº 027/2012

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº 111/2016 AO CONTRATO Nº 027/2012

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 293/2011.

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c item 4.4 da cláusula quarta e 5.1 da cláusula quinta do Contrato original, e no §1º do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001 e Prejulgados n.ºs 424 e 869 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: VIAÇÃO CANARINHO LTDA.

OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação de 02 (dois) veículos com capacidade para transportar no mínimo 46 (quarenta e seis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade do João Pessoa (Bar do Cabral) e para alunos residentes na localidade de João Pessoa (Serrinha) até a Escola Municipal de ensino fundamental Machado de Assis, localizada na Rua Manoel Francisco da Costa, n.º 4.390 – no bairro João Pessoa, como segue:

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 75/2013, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 116/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 124/2015, fica prorrogado até o último dia letivo de 2016, iniciando a partir de 11/02/2016. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 28/02/2017.

DO VALOR E REAJUSTE: Os valores pactuados no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, reajustados pelo item 3.1 da cláusula terceira do Segundo termo Aditivo nº 75/2013, reajustados pelo item 3.1 da cláusula terceira do Terceiro Termo Aditivo nº 116/2014, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Quarto Termo Aditivo nº 124/2015, fica reajustado, conforme Registro de Reunião e Termo de Acordo em anexo, em 10% (dez por cento), passando o valor do ITEM 01 (linha Bar do Cabral) de R\$ 214,36 (duzentos e quatorze reais e trinta e seis centavos) para o valor de 235,80 (duzentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos) por dia de transporte realizado, e o valor do ITEM 02 (linha Serrinha) de R\$ 403,91 (quatrocentos e três reais e noventa e um centavos) para o valor de R\$ 444,30 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e trinta centavos) por dia de transporte realizado, totalizando o valor de R\$ 136.020,00 (cento e trinta e seis mil e vinte reais) equivalentes a estimados 200 (duzentos) dias de transporte escolar no ano letivo de 2016.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: A despesa decorrente do objeto deste termo aditivo correrá por conta de dotações orçamentárias do exercício de 2016, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	106	Salário Educação

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Décio Bogo.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 102/2016 AO CONTRATO Nº 036/2015

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 102/2016 AO CONTRATO Nº 036/2015

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 166/2014.

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c item 4.4 da cláusula quarta e 5.1 da cláusula quinta do Contrato original, e no §1º do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001 e Prejulgados n.ºs 424 e 869 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME.

OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 45 (quarenta e cinco) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Rio da Luz Vitória, até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Henrique Heise, localizada na Rodovia Municipal JGS 489, nº 7077, no Bairro Rio da Luz, neste município.

DOS EFEITOS DA CLÁUSULA SEGUNDA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 373/2015: Considerando que a Secretaria Municipal de Educação, através do Ofício nº 101/2016 (anexo), atestou a desnecessidade do acréscimo de quilometragem previsto no item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 373/2015, a partir de onde, inclusive, não se consolidou a emissão da respectiva Autorização de Fornecimento (AF), fica tal acréscimo tornado sem efeito.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, fica prorrogado até o último dia letivo de 2016, iniciando a partir de 11/02/2016. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 28/02/2017.

DO VALOR E REAJUSTE: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, fica reajustado, conforme Registro de Reunião em anexo, em 6% (seis por cento), passando o valor de R\$ 438,50 (quatrocentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos) para o valor de R\$ 464,81 (quatrocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e um centavos) por dia de transporte escolar realizado, totalizando o Termo Aditivo em R\$ 92.962,00 (noventa e dois mil novecentos e sessenta e dois reais) equivalentes a estimados 200 (duzentos) dias de

transporte escolar no ano letivo de 2016.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	106	Sal. Educação

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Valdir Lux

DIETER JANSSEN
Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 103/2016 AO CONTRATO Nº 313/2014

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 103/2016 AO CONTRATO Nº 313/2014

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 099/2014

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME.

OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 45 (quarenta e cinco) passageiros sentados, (incluindo o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Tifa Schubert, até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Max Schubert, localizada na Rua Roberto Ziemann, 4.421, no Bairro Três Rios do Norte, neste município.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 055/2015, fica prorrogado até o último dia letivo de 2016, iniciando a partir de 11/02/2016. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 28/02/2017.

DO VALOR E DO REAJUSTE: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, fica reajustado, conforme Registro de Reunião em anexo, em 6% (seis por cento), passando o valor de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais) para o valor de R\$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) por dia de transporte escolar realizado, totalizando o Termo Aditivo em R\$ 82.680,00 (oitenta e dois mil seiscentos e oitenta reais) equivalentes a estimados 200 (duzentos) dias de transporte escolar no ano letivo de 2016.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	106	Salário Educação

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Valdir Lux

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO SETIMO TERMO ADITIVO Nº 008/2016 AO CONTRATO Nº 197/2013

EXTRATO DO SETIMO TERMO ADITIVO Nº 008/2016 AO CONTRATO Nº 197/2013

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 157/2012.

FUNDAMENTO: Artigo 57, § 1º inciso II da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: MD ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA.

DO OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para construção do Centro Municipal de Educação Infantil Braço Ribeirão Cavalo com área total de 1.060,30m², situado na Rua Francisco Gretter s/n, no Bairro Braço Ribeirão Cavalo, no município de Jaraguá do Sul, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 201/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 378/2014, prorrogado pelo item 4.1 da cláusula quarta do Terceiro Termo Aditivo nº 491/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 168/2015, prorrogado pelo item 4.1 da cláusula quarta do Quinto Termo Aditivo nº 209/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Sexto Termo Aditivo nº 322/2015, fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias a contar de 27/11/2015 com término em 25/03/2016. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 24 de maio de 2016, conforme subitem 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da garantia, após comprovação da não-execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 8.914/2012, servidor público Engenheiro Ariano José Toassi, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 25/01/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul.

SIGNATÁRIOS: Jaime Negherbon e Ricardo L. Herbert Diefenthaler.

Jaime Negherbon

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº 097/2016 AO CONTRATO Nº 016/2014

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº 097/2016 AO CONTRATO Nº 016/2014

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 105/2013.

FUNDAMENTO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso II da Lei Federal 8.666/93

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: MD ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA

DO OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para construção de obras complementares (arquitetura, bloco de vestiários e demais benfeitorias) num total de 950,29m², para a pista de atletismo, localizada na Rua Francisco Hruschka, esquina com a Rua 633-Irineu Franzner / Rua 403 – Cecília Pscheidt e Rua 404 – Humberto Clemente Rickem, no bairro Tifa Martins em Jaraguá do Sul, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 479/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 223/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 386/2015, fica prorrogado por 90 (noventa) dias a contar de 26/01/2016 com término em 24/04/2016. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 23 de junho de 2016, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo aos fiscais do contrato designados pelo Decreto Municipal nº 9.665/2013, servidores públicos Engenheiros Dalton Uhlendorf e Ariano José Toassi, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Ricardo L. Herbert Diefenthaler.

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 089/2016 AO CONTRATO Nº 295/2012

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 089/2016 AO CONTRATO Nº 295/2012

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2012.

FUNDAMENTO: artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: KARITUR TRANSPORTE TURISMO LTDA.

OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluindo o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Aurora, Tifa Javali, Rio Alma, Tifa Mathias, até a Escola de Ensino Básico João Romário Moreira, localizada na Rua Aurora s/n, CEP 89260-995, no bairro Rio Cerro II.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 93/2013, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 118/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quinto Termo Aditivo

nº 053/2015, fica prorrogado até o último dia letivo de 2016, iniciando a partir de 11/02/2016. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 28/02/2017.

DO VALOR: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 350/2013, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 276/2014, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Sexto Termo Aditivo nº 253/2015, permanece inalterado, sendo o valor de R\$ 276,40 (duzentos e setenta e seis reais e quarenta centavos), por dia de transporte escolar realizado, totalizando o Termo Aditivo em R\$ 55.280,00 (cinquenta e cinco mil duzentos e oitenta reais) equivalentes a estimados 200 (duzentos) dias de transporte escolar no ano letivo de 2016.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110	Transporte alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	109	Rec. Transporte Escolar/Sed Estadual En. Médio

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 25/02/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Oldemar Ilson Englert.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 098/2016 AO CONTRATO Nº 002/2011

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 098/2016 AO CONTRATO Nº 002/2011

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 041/2010-FMS.

FUNDAMENTO: artigo 57 § 4º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: OLOS TECNOLOGIA LTDA.

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados para a execução dos serviços de solução de processamento de dados para o Fundo Municipal de Saúde incluindo a administração do banco de dados, sem limites de quantidade de estações de trabalho; serviço mensal de processamento de dados e gerenciamento do banco de dados; treinamento de operadores; importação da base de dados (postgresql) de sistema legado do Fundo Municipal de Saúde; bem como serviços de implantação e treinamento nos referidos sistemas, tudo em conformidade com o Anexo II – Projeto Básico e Anexo III – Características e especificações técnicas dos sistemas solicitados, e demais condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 4º da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução previsto no item 5.1 da Cláusula Quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 14/2012, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 29/2013, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 019/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 508/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quinto Termo Aditivo nº 183/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Sexto Termo Aditivo nº 394/2015, fica prorrogado por mais 03 (três) meses compreendendo o período de 03/01/2016 com término em 02/04/2016, podendo ser rescindido a qualquer tempo, sem ônus para as partes, após a homologação do novo certame. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: O valor previsto no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, reajustado pelo item 4.1 da cláusula quarta do Primeiro Termo Aditivo nº 14/2012, reajustado pelo item 4.1 da cláusula quarta do Segundo Termo Aditivo nº 29/2013, reajustado pelo item 4.1 da cláusula quarta do Terceiro Termo Aditivo nº 019/2014, reajustado pelo item 4.1 da cláusula quarta do Quinto Termo Aditivo nº 183/2015, permanece inalterado, sendo o valor mensal de R\$ 19.897,28 (dezenove mil oitocentos e noventa e sete reais e vinte e oito centavos), totalizando o presente termo aditivo em R\$ 59.691,84 (cinquenta e nove mil seiscentos e noventa e um reais e oitenta e quatro centavos).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes deste termo aditivo correrão por conta dos recursos consignados no orçamento do exercício de 2016, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.301.0751.2.661.3.3.90	Assistência à saúde da família	3.3.90 – Aplicações Diretas	19	PAB/Estadual

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Alfredo Roeder Júnior.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 106/2016
AO CONTRATO Nº 182/2012**

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 106/2016 AO CONTRATO Nº 182/2012

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2012

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c item 4.4 da cláusula quarta e 5.1 da cláusula quinta do Contrato original, e no §1º do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001 e Prejulgados n.ºs 424 e 869 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME.

OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 46 (quarenta e seis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Rio Cerro I, SC 416, Lado Pequeno, Chocolate, até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Ricieri Marcatto, localizada na Rodovia Municipal JGS 466, nº 1.285, Bairro Garibaldi.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 069/2013, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 110/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Sexto Termo Aditivo nº 057/2015, fica prorrogado até o último dia letivo de 2016, iniciando a partir de 11/02/2016. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 28/02/2017.

DO VALOR E DO REAJUSTE: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, acrescido pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 283/2012, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 213/2013, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quinto Termo Aditivo nº 199/2014, fica reajustado, conforme Registro de Reunião em anexo, em 6% (seis por cento), passando o valor de R\$ 313,41 (trezentos e treze reais e quarenta e um centavos) para o valor de R\$ 332,21 (trezentos e trinta e dois reais e vinte e um centavos), por dia de transporte escolar realizado, totalizando o Termo Aditivo em R\$ 66.442,00 (sessenta e seis mil quatrocentos e quarenta e dois reais) equivalentes a estimados 200 (duzentos) dias de transporte escolar no ano letivo de 2016.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	106	Salário Educação

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Jassen e Valdir Lux

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 104/2016 AO CONTRATO Nº 191/2011

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 104/2016 AO CONTRATO Nº 191/2011

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2011

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c item 4.4 da cláusula quarta e 5.1 da cláusula quinta do Contrato original, e no §1º do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001 e Prejulgados n.ºs 424 e 869 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 27 (vinte e sete) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade da Vila Amizade, até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Loteamento Amizade, localizada na Rua Frederico Todt, n.º 746 – no bairro Vila Amizade.

DO PRAZO: O prazo de execução previsto no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 084/2012, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 076/2013, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 112/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Sexto Termo Aditivo nº 060/2015, fica prorrogado por mais 46 (quarenta e seis) dias letivos, iniciando a partir de 11/02/2016. O prazo de vigência deste termo aditivo fica prorrogado até 15/06/2016.

DO VALOR E DO REAJUSTE: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 217/2013, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Quinto Termo Aditivo nº 197/2014, fica reajustado, conforme Registro de Reunião em anexo, em 6% (seis por cento), passando o valor de R\$ 328,41 (trezentos e vinte e oito reais e quarenta e um centavos) para o valor de R\$ 348,11 (trezentos e quarenta e oito reais e onze centavos) por dia transporte escolar realizado, totalizando o Termo Aditivo em R\$ 16.013,06 (dezesseis mil treze reais e seis centavos) equivalentes a estimados 46 (quarenta e seis) dias de transporte escolar no ano letivo de 2016.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	106	Salário Educação

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL-SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Valdir Lux

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 105/2016 AO CONTRATO Nº 026/2012

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 105/2016 AO CONTRATO Nº 026/2012

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 290/2011

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c item 4.4 da cláusula quarta e 5.1 da cláusula quinta do Contrato original, e no §1º do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001 e Prejulgados n.ºs 424 e 869 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME.

DO OBJETO: O objeto do presente Edital é contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 46 (quarenta e seis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade do Vila Machado, Ribeirão Cavallo e Ribeirão Grande do Norte até a Escola Estadual Euclides da Cunha, localizada na Rua Henrique Demathe, nº 15 – no bairro Nereu Ramos e Escola Municipal de Ensino Fundamental Ribeirão Cavallo, localizada na Rua Francisco Gretter, nº 745 – no bairro Nereu Ramos.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 84/2013, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 105/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 059/2015, fica prorrogado até o último dia letivo de 2016, iniciando a partir de 11/02/2016. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 28/02/2017.

DO VALOR E REAJUSTE: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 84/2013, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Segundo Termo Aditivo nº 105/2014, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Terceiro Termo Aditivo nº 059/2016, fica reajustado, conforme Registro de Reunião em anexo, em 6% (seis por cento), passando o valor de R\$ 509,70 (quinhentos e nove reais e setenta centavos) para o valor de R\$ 540,28 (quinhentos e quarenta reais e vinte e oito centavos), por dia de transporte escolar realizado, totalizando o Termo Aditivo em R\$108.056,00 (cento e oito mil e cinquenta e seis reais) equivalentes a estimados 200 (duzentos) dias de transporte escolar no ano letivo de 2016.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta das dotações orçamentárias do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	107	Sedu-Estado-Ens. Fundamental

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL-SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Valdir Lux

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 107/2016 AO CONTRATO Nº 294/2012

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 107/2016 AO CONTRATO Nº 294/2012

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2012

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c item 4.4 da cláusula quarta e 5.1 da cláusula quinta do Contrato original, e no §1º do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001 e Prejulgados n.ºs 424 e 869 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 45 (quarenta e cinco) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Cabanha, Tifa União e Nanete, até a Escola de Ensino Básico João Romário Moreira, localizada na Rua Aurora s/n, CEP 89260-995, no bairro Rio Cerro II.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 085/2013, prorrogado pelo

item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 111/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 056/2015, fica prorrogado até o último dia letivo de 2016, iniciando a partir de 11/02/2016. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 28/02/2017.

DO VALOR E REAJUSTE: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Segundo Termo Aditivo nº 111/2014, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Terceiro Termo Aditivo nº 056/2015, fica reajustado, conforme Registro de Reunião em anexo, em 6% (seis por cento), passando o valor de R\$ 289,31 (duzentos e oitenta e nove reais e trinta e um centavos) para o valor de R\$ 306,67 (trezentos e seis reais e sessenta e sete centavos) por dia de transporte escolar realizado, totalizando o Termo Aditivo em R\$ 61.334,00 (sessenta e um mil trezentos e trinta e quatro reais) equivalentes a estimados 200 (duzentos) dias de transporte escolar no ano letivo de 2016.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	109	Sedu-Estado-Ens. Médio

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Valdir Lux

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 240/2016

PORTARIANº 240/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004, de 02/08/2004; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 438 do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 049/2016/Sema-GAS, de 11/04/2016, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º REMANEJAR a servidora pública municipal MARISTELA ROSA, matrícula 7861, do cargo de Recreadora, lotada na Secretaria Municipal da Educação, para exercer temporariamente, no período de 11/04/2016 a 11/04/2017, as atribuições do cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal da Educação, com os vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Comissão de Readaptação e Remanejamento.

Art.2º Procedam-se os devidos assentamentos na ficha funcional da servidora.

Art.3º Comunique-se à Gerência de Assistência ao Servidor para acompanhar o período de remanejamento da servidora.

Art.4º Comunique-se a Secretaria Municipal da Administração para o cumprimento do disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 241/2016

PORTARIANº 241/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 014/2016/CADEP, de 13/04/2016, da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 14/04/2016, WANDREI LIEVEN, matrícula 10868, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - ENSINO SUPERIOR, lotado na Secretaria Municipal da Educação, nos termos do artigo 17, §2º, alínea "a", da Lei Complementar Municipal Nº 119/2012, de 23/03/2012.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 242/2016

PORTARIANº 242/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 38 a 40, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 166/2016/Semur, de 12/04/2016, da Secretaria Municipal do Urbanismo;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 12/04/2016, ARIANO JOSÉ TOASSI, matrícula 9591, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE URBANISMO - Semur, da Secretaria Municipal do Urbanismo, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 073/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 073/2016

O SAMAE de Jaraguá do Sul (SC) comunica que contratou com as entidades Hospital e Maternidade São José de JARAGUÁ DO SUL, Ortogin Serviços Médicos S/S, Serviço de Anestesiologia S.A Ltda e Laboratório Fleming S/S Ltda – EPP; procedimento médico hospitalar proveniente de acidente de trabalho, no valor total de R\$ 9.850,05 (nove mil, oitocentos e cinquenta reais e cinco centavos).

Fundamento Legal: Art. 24, IV da Lei 8.666/93.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047 2106-9100.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº: 074/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 074/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO SUPRESSORES DE SURTO E MATERIAIS ELÉTRICOS

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 18/04/2016, das 8h às 12h e das 13h às 16h.

DATA DA ABERTURA: 02/05/2016 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SEMASCRI - PORTARIA Nº 08/2016

PORTARIA Nº 08/2016

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 028/2013/SEMASCRI/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, CRISTIANA MARQUES, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Cuidadora Social junto a sede do Abrigo Provisório para Crianças e Adolescentes, a partir de 15/04/2016.

Em consequência, fica revogada a Portaria nº 014/2014 no que se refere a contratação da mesma.

Jaraguá do Sul, 14 de abril de 2016.

Dieter Janssen

Prefeito Município de Jaraguá do Sul

SEMSA - PORTARIA Nº 043/2016

PORTARIANº 043/2016/Semsa

DALTON FERNANDO FISCHER, Secretário Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a nomeação de servidores para comporem Comissão, com a incumbência de apurar fatos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelos servidores Sérgio Antônio de Tofel, matrícula 8448-4; Sônia Maria Roweder, matrícula 9057; e Cleonis Rosalia Tomazelli, matrícula 80161-5, Sindicância Nº 030/2015, Portaria inicial Nº 108/2015/Semsa, datada de 04 de novembro de 2015, em face da servidora Franciele Correa;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 031/2016, datado de 08 de abril de 2016, subscrito pelo Presidente da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância por mais 30 (trinta) dias;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogado, a partir de 06/04/2016, por mais 30 (trinta) dias, o prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos afetos à Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria Nº 108/2015/Semsa, de 04/11/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/04/2016.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2016.

DALTON FERNANDO FISCHER

Secretário Municipal da Saúde

SEMSA - PORTARIA Nº 044/2016

PORTARIANº 044/2016/Semsa

DALTON FERNANDO FISCHER, Secretário Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a nomeação de servidores para comporem Comissão, com a incumbência de apurar fatos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelos servidores Sérgio Antônio de Tofel, matrícula 8448-4; Sônia Maria Roweder, matrícula 9057; e Cleonis Rosalia Tomazelli, matrícula 80161-5, Sindicância Nº 031/2015, Portaria inicial Nº 109/2015/Semsa, datada de 04 de novembro de 2015, em face do servidor Wanderlei Roberti;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 032/2016, datado de 08 de abril de 2016, subscrito pelo Presidente da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância por mais 20 (vinte) dias;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogado, a partir de 06/04/2016, por mais 20 (vinte) dias, o prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos afetos à Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria Nº 109/2015/Semsa, de 04/11/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/04/2016.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2016.

DALTON FERNANDO FISCHER
Secretário Municipal da Saúde

SEMSA - PORTARIA Nº 045/2016

PORTARIANº 045/2016/Semsa

DALTON FERNANDO FISCHER, Secretário Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a nomeação de servidores para comporem Comissão, com a incumbência de apurar fatos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelos servidores Sérgio Antônio de Tofel, matrícula 8448-4; Sônia Maria Roweder, matrícula 9057; e Cleonis Rosalia Tomazelli, matrícula 80161-5, Sindicância Nº 032/2015, Portaria inicial Nº 110/2015/Semsa, datada de 04 de novembro de 2015, em face da servidora Cleusa Carneiro Schroeder;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 033/2016, datado de 08 de abril de 2016, subscrito pelo Presidente da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância por mais 20 (vinte) dias;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogado, a partir de 06/04/2016, por mais 20 (vinte) dias, o prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos afetos à Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria Nº 110/2015/Semsa, de 04/11/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/04/2016.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2016.

DALTON FERNANDO FISCHER
Secretário Municipal da Saúde

SEMSA - PORTARIA Nº 047/2016

PORTARIANº 047/2016/Semsa

DALTON FERNANDO FISCHER, Secretário Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a nomeação de servidores para comporem Comissão, com a incumbência de apurar fatos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO o teor do Decreto Municipal Nº 8.539/2012, disciplinando os trabalhos das Comissões Permanentes de Sindicância Administrativa e nomeando servidores para comporem Comissões criadas com a incumbência de apurar fatos tipificados pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelos servidores Sérgio Antônio de Tofel, matrícula 8448-4; Sônia Maria Roweder, matrícula 9057; e Cleonis Rosalia Tomazelli, matrícula 80161-5; Portaria inicial Nº 118/2015/Semsa, datada de 23 de novembro de 2015, Sindicância Administrativa Nº 034/2015, em desfavor do servidor Joel João Schneider;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 035/2016 o qual informa que o servidor Joel João Schneider apresentou sucessivos atestados médicos, os quais foram devidamente homologados pelo setor responsável, e a Comissão não obteve êxito em proceder a citação e a subsequente intimação do sindicado;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 035/2016, datado de 08 de abril de 2016, e subscrito pelo Presidente da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando suspensão dos trabalhos, tendo em vista que a Comissão já ouviu todas as testemunhas necessárias, restando em tese, apenas a oitiva do sindicado;

RESOLVE:

Art.1º SUSPENDER, A partir de 26/03/2016, os trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, concernente a Sindicância Administrativa Nº 034/2015, instaurado pela Portaria Nº 118/2015/Semsa, de 23 de novembro de 2015, em desfavor do servidor público municipal Joel João Schneider, até seu retorno ao trabalho.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26/03/2016.

Jaraguá do Sul, 14 de abril de 2016.

DALTON FERNANDO FISCHER
Secretário Municipal da Saúde

SEMSA - PORTARIA Nº 048/2016

PORTARIANº 048/2016/Semsa

DALTON FERNANDO FISCHER, Secretário Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a nomeação de servidores para comporem Comissão, com a incumbência de apurar fatos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO o teor do Decreto Municipal Nº 8.539/2012, disciplinando os trabalhos das Comissões Permanentes de Sindicância Administrativa e nomeando servidores para comporem Comissões criadas com a incumbência de apurar fatos tipificados pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelos servidores Sérgio Antônio de Tofel, matrícula 8448-4; Sônia Maria Roweder, matrícula 9057; e Cleonis Rosalia Tomazelli, matrícula 80161-5; Portaria inicial Nº 111/2015/Semsa, datada de 04 de novembro de 2015, Sindicância Administrativa Nº 033/2015, em desfavor do servidor Joel João Schneider;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 034/2016 o qual informa que o servidor Joel João Schneider apresentou sucessivos atestados médicos, os quais foram devidamente homologados pelo setor responsável, e a Comissão não obteve êxito em proceder a citação e a subsequente intimação do sindicado;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 034/2016, datado de 08 de abril de 2016, e subscrito pelo Presidente da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando suspensão dos trabalhos, tendo em vista que a Comissão já ouviu todas as testemunhas necessárias, restando em tese, apenas a oitiva do sindicado;

RESOLVE:


Art.1º SUSPENDER, A partir de 06/04/2016, os trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, concernente a Sindicância Administrativa Nº 033/2015, instaurado pela Portaria Nº 111/2015/Semsa, de 04 de novembro de 2015, em desfavor do servidor público municipal Joel João Schneider, até seu retorno ao trabalho.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/04/2016.

Jaraguá do Sul, 14 de abril de 2016.

DALTON FERNANDO FISCHER
Secretário Municipal da Saúde

PESQUISAS PROCON - CESTA BÁSICA



**PREFEITURA DE
JARAGUÁ DO SUL**

CESTA BÁSICA - ABRIL de 2016 - Pesquisa realizada nos dias 05 e 06 de ABRIL de 2016

[illegible]

MARÇO/2016 X ABRIL/2016			
MAR/2016	ABR/2016		%
	+barato	+barato	
	R\$ 2,25	R\$ 2,15	-4,44%
	R\$ 2,10	R\$ 1,85	-11,90%
	R\$ 1,90	R\$ 1,99	4,74%
	R\$ 2,45	R\$ 2,19	-10,61%
	R\$ 4,60	R\$ 4,39	-4,57%
	R\$ 18,98	R\$ 18,58	-2,11%
	R\$ 1,79	R\$ 1,89	5,59%
	R\$ 3,29	R\$ 3,29	0,00%
	R\$ 1,85	R\$ 1,99	7,57%
	R\$ 3,95	R\$ 3,95	0,00%
	R\$ 2,99	R\$ 2,97	-0,67%
	R\$ 4,99	R\$ 4,98	-0,20%
	R\$ 1,89	R\$ 1,80	-4,76%
	R\$ 53,03	R\$ 52,02	-1,90%

Mais barato X Mais caro			
ABR/2016	ABR/2016		%
	+barato	+caro	
	R\$ 2,15	R\$ 3,15	48,51%
	R\$ 1,85	R\$ 2,49	34,59%
	R\$ 1,99	R\$ 4,69	135,68%
	R\$ 2,19	R\$ 3,90	78,08%
	R\$ 4,39	R\$ 6,28	43,05%
	R\$ 18,58	R\$ 23,99	29,12%
	R\$ 1,89	R\$ 2,69	42,33%
	R\$ 3,29	R\$ 4,69	42,55%
	R\$ 1,99	R\$ 2,39	20,10%
	R\$ 3,95	R\$ 5,57	41,01%
	R\$ 2,97	R\$ 3,99	34,34%
	R\$ 4,98	R\$ 8,99	80,52%
	R\$ 1,80	R\$ 5,79	221,67%
	R\$ 52,02	R\$ 78,61	51,11%

Os preços informados referem-se ao produto mais barato encontrado no estabelecimento no dia da pesquisa, sem considerar a marca, correspondendo ao preço praticado à vista.

* As redes Breithaupt e Brasão praticam os mesmos preços em todas as suas lojas na cidade de Jaraguá do Sul.

*** Valor correspondente à soma dos produtos mais baratos nos estabelecimentos pesquisados.

*** O Angeloni comercializa apenas a batata lavada.

**** O Santa Luzia comercializa apenas o leite "longa vida"

O Canal Lúcia Comercializa alimentos e muito mais. Confira nossa programação semanal e não perca nenhuma novidade.

Contato: Lúcia Comercializa alimentos e muito mais
E-MAIL: procon@jaraguadosul.com.br - Rua Ângelo Schiochet, 100, sala 01 - Centro - Jaraguá do Sul/SC - 89251-170 (47) 3275-1425 ou 151 - Horário de Atendimento: 09:00 hs às 16h30 hs. Sem fechar para almoço.



**PREFEITURA DE
JARAGUÁ DO SUL**



CESTA BÁSICA MÍNIMA ESSENCIAL PARA UMA PESSOA / MÊS

Estabelecimento >>	
--	--

MAR/2016 X ABR/2016				
MAR/2016	ABR/2016		%	
	+ barato	+ barato		
	6,75	6,45	-4,44%	
	6,30	5,55	-11,90%	
	14,25	14,93	4,77%	
	14,70	13,14	-10,61%	
	5,52	5,27	-4,53%	
	125,27	122,63	-2,11%	
	2,69	2,84	5,58%	
	14,81	14,81	0,00%	
	14,18	14,93	5,29%	
	9,71	14,81	52,52%	
	3,95	3,56	-9,87%	
	29,94	29,88	-0,20%	
	17,01	26,55	56,08%	
	244,07	244,07	0,00%	

Os preços informados referem-se ao produto mais barato encontrado no estabelecimento no dia da pesquisa, sem considerar a marca, correspondendo ao preço praticado à vista.

* As redes Cooper e Brásão praticam os mesmos preços em todas as suas lojas na cidade de Jaraquá do Sul.

*** Valor correspondente à soma dos produtos mais baratos nos estabelecimentos pesquisados.

*** O Angeloni comercializa apenas a batata lavada.

**** O Santa Luzia comercializa apenas o leite "longa vida"

E-MAIL: procon@jaraquadosul.com.br - Rua Ângelo Schiochet, 100, sala 01 – Centro – Jaraquá do Sul/SC – 89251-170 (47) 3275-1425 ou 151 – Horário de Atendimento: Sem fechar para almoço.

Mais barato X Mais caro			
ABR/2016	ABR/2016		%
	+barato	+caro	
	6,45	9,45	46,51%
	5,55	7,47	34,59%
	14,93	35,18	135,63%
	13,14	23,40	78,08%
	5,27	7,54	43,07%
	122,63	158,33	29,11%
	2,84	4,04	42,25%
	14,81	21,11	42,54%
	14,93	17,93	20,09%
	14,81	2,89	-80,49%
	3,56	4,79	34,55%
	29,98	53,94	80,52%
	26,55	52,11	96,27%
	244,07	398,18	63,14%

PESQUISAS PROCON - COMBUSTÍVEIS**PESQUISA DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS – ABRIL 2016**

Nome	Bandeira	Bairro	Gasolina comum	Gasolina aditivada	Álcool comum	Diesel comum	GNV	Gás GLP 13kg
Fênix	Ipiranga	Centenário	3,548	3,578	3,198	2,998	-	-
Zandoná	Ipiranga	Centenário	3,547	3,597	3,297	2,997	2,199	-
Pezzini	Ipiranga	Vila Baependi	3,528	3,528	3,298	2,998	-	-
DELTA	BRANCA	Vila Baependi	3,526	3,526	3,269	2,799	-	-
Emmendorfer	shell	Centro	3,589	3,759	-	3,109	-	-
Maiochi	Ipiranga	Centro	3,599	3,699	3,289	3,099	-	-
Marechal	Ipiranga	Centro	3,595	3,645	3,345	-	2,299	-
Amizade	BRANCA	Jaraguá Esquerdo	3,589	3,689	3,286	3,089	-	-
Rudnick	Dibrape	Amizade	3,549	3,549	3,199	2,999	-	-
Salomon	BRANCA	Chico de Paulo	3,498	3,548	3,248	2,989	-	-
Cezario	Dibrape	Santa Luzia	3,549	3,549	-	2,949	-	-
Vicenzi	BRANCA	Santo Antônio	3,499	3,589	3,289	2,869	-	50,00
Flex (416)	BRANCA	Rio Cerro I	3,449	-	3,299	2,699	-	-
Rio da Luz	BRANCA	Rio da Luz	3,567	3,657	3,268	2,948	-	-
Km 7	RAIZEN	Barra do Rio Cerro	3,553	3,610	-	3,029	-	-
Rio Cerro	Mime	Rio Cerro II	3,499	3,649	-	3,052	-	49,99
GRID	BRANCA	Centro	3,549	3,599	3,259	2,949	-	-
Garibaldi	BRANCA	Garibaldi	3,498	-	-	3,049	-	-
Pérola	BRANCA	Ilha da Figueira	3,599	3,748	3,199	2,909	-	-
Pérola	Shell	Centro	3,599	3,749	3,199	3,059	-	-
Cidade	Br	Barra do Rio Molha	3,588	3,688	3,288	2,978	-	49,50
Cidade	Br	Barra do Rio Cerro	3,588	3,688	3,288	2,978	-	49,50
Cidade	Br	Rau	3,588	3,688	3,288	2,978	-	49,50
Cidade	Br	Centro	3,588	3,688	3,288	2,978	-	49,50
Cidade	Br	Vila Lenzi	3,588	3,688	3,288	2,978	-	49,50
Cidade	-	Czerniewicz	3,588	3,688	3,288	2,978	-	49,50
Behling	shell	Centro	3,599	3,749	-	3,052	-	-
Mime	shell	Vila Nova	3,599	3,749	3,299	3,052	2,199	49,99
ZUZA	shell	Centro (Reinoldo)	3,599	3,749	3,299	3,052	-	-
Mime	shell	Centro (Epitácio)	3,599	3,749	-	3,052	-	-
Mime	shell	Vila Lalau	3,599	3,749	3,299	3,052	-	-
Mime	Br	Vila Baependi	3,599	3,749	-	3,052	2,199	49,99
Mime	shell	Tifa Martins	3,599	3,749	3,299	3,052	-	49,99
Mime	shell	Nereu Ramos	3,599	3,749	-	3,052	-	-
Mime	shell	Barra do Rio Cerro	3,599	3,749	3,299	3,052	-	-
Mime	shell	Vieira	3,599	3,749	-	3,052	-	49,99
Mime	shell	Ilha da Figueira	3,599	3,749	-	3,052	-	-
Valor Médio			3,569	3,675	2,489	3,0008	2,199	49,75
Menor preço			3,449	3,526	3,198	2,699	2,199	49,50

Obs:

1) Os preços acima refletem os praticados para vendas à vista, nos dias 05 e 06 de ABRIL de 2016, nos 38 postos de Jaraguá do Sul.

2) Nos postos de bandeira branca, consultar a distribuidora de origem junto aos postos, que são obrigados a identificar nas bombas qual a distribuidora de origem do combustível, conforme a Portaria 116/00 da ANP.

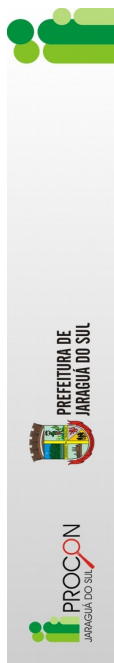


Combustível	Média MARÇO/16	Média ABRIL/16	Variação mês anterior
Gasolina Com.	R\$ 3,462	R\$ 3,569	3,09%
Gasolina Adit.	R\$ 3,590	R\$ 3,675	2,37%
Álcool comum	R\$ 2,489	R\$ 2,489	0,00%
Diesel comum	R\$ 2,9875	R\$ 3,0008	0,45%
GNV	R\$ 2,199	R\$ 2,199	0,00%
Gás GLP 13kg	R\$ 49,76	R\$ 49,75	-0,02%

Combustível	Média ABRIL/15	Média ABRIL/16	Variação anual
Gasolina Com.	R\$ 3,287	R\$ 3,569	8,58%
Gasolina Adit.	R\$ 3,411	R\$ 3,675	7,74%
Álcool comum	R\$ 2,489	R\$ 2,489	0,00%
Diesel comum	R\$ 2,8048	R\$ 3,0008	6,99%
GNV	R\$ 2,099	R\$ 2,199	4,76%
Gás GLP 13kg	R\$ 44,26	R\$ 49,75	12,40%

E-MAIL: procon@jaraguadosul.com.br
 Rua Ângelo Schiochet, nº100, sala 01 – Centro – Jaraguá do Sul/SC – 89251-170 (47) 3275-1425
 Horário de Atendimento: Agora com horário agendado.

PESQUISAS PROCON - HIGIENE E LIMPEZA



Pesquisa de preços realizada nos dias 05 e 06 de ABRIL 2016

Pesquisa de preços realizada nos dias 04 e 05 de NOVEMBRO de 2015										
Estabelecimento	Quant./Unid.	Angeloni *	Cooper *	Brasão *	Gunz	Bertoli	Rancho Bom	Santa Luzia	Fort	
PRODUTOS		3275-7900	3274-7500	3371-9229	3376-1031	3276-0143	3371-0700	3274-8051	3501-3200	
Detergente	500ml	1,49	R\$ 1,38	R\$ 1,59	1,84	R\$ 1,25	R\$ 1,69	R\$ 1,29	1,29	
Espuma de aço	pcde 60g	1,77	R\$ 1,99	R\$ 2,25	0,79	R\$ 1,10	R\$ 1,39	R\$ 1,19	1,1	
Sabão em pedra	unid.	1,89	R\$ 1,25	R\$ 1,99	1,5	R\$ 1,15	R\$ 1,89	R\$ 1,29	3,99	
Sabão em pó	1kg	5,15	R\$ 4,45	R\$ 5,49	7,49	R\$ 4,95	R\$ 4,95	R\$ 5,99	4,9	
Desinfetante	500ml	2,15	R\$ 1,99	R\$ 2,89	2,63	R\$ 1,80	R\$ 2,99	R\$ 2,59	3,79	
Água sanitária	1 lt	2,39	R\$ 1,95	R\$ 2,20	2,65	R\$ 1,70	R\$ 2,99	R\$ 2,99	1,89	
Amaciante	2 lt	4,99	R\$ 4,45	R\$ 4,28	4,85	R\$ 3,92	R\$ 4,59	R\$ 3,99	4,69	
Alcool líquido	1 lt	5,99	R\$ 4,99	R\$ 6,99	6	R\$ 5,29	R\$ 5,89	R\$ 7,39	5,3	
Limpa vidros	500ml	5,67	R\$ 2,75	R\$ 7,99	4,43	R\$ 4,32	R\$ 5,99	R\$ 3,49	3,6	
Lustra móveis	200ml	4,87	R\$ 2,95	R\$ 4,59	4,51	R\$ 4,45	R\$ 4,99	R\$ 3,47	4,19	
Espuma p/louça	unid.	1,09	R\$ 0,98	R\$ 1,29	1,07	R\$ 0,65	R\$ 0,99	R\$ 1,19	0,55	

HIGIENE PESSOAL – ABRIL 2016

Estabelecimento	Quant./Unid.	Angeloni *	Cooper *	Brasão *	Gunz	Bertoli	Rancho Bom	Santa Luzia	Fort	
PRODUTOS		3275-7900	3274-7500	3371-9229	3376-1031	3276-0143	3371-0700	3274-8051	3501-3200	
Alcool Gel	500g	5,27	R\$ 4,99	R\$ 4,98	7,55	R\$ 5,98	R\$ 4,99	R\$ 4,69	5,4	
Sabonete	90g	1,09	R\$ 0,99	R\$ 0,95	0,99	R\$ 1,20	R\$ 0,99	R\$ 0,89	0,85	
Creme dental	90g	2,15	R\$ 1,99	R\$ 2,29	2,62	R\$ 2,49	R\$ 2,19	R\$ 1,99	1,89	
Shampoo	350ml	6,99	R\$ 5,45	R\$ 5,48	5,49	R\$ 4,99	R\$ 4,89	R\$ 5,99	4,59	
Condicionador	350ml	9,45	R\$ 4,95	R\$ 6,80	7,46	R\$ 5,85	R\$ 5,99	R\$ 5,19	5,39	
Cotonetes	Cx 75 unid.	1,49	R\$ 1,45	R\$ 3,99	1,5	R\$ 1,29	R\$ 1,79	R\$ 1,69	1,9	
Papel Higiénico	4x30m	5,99	R\$ 4,25	R\$ 2,99	2,6	R\$ 2,25	R\$ 3,59	R\$ 2,69	1,89	
Escova de dente	Adulto,média	3,15	R\$ 1,75	R\$ 2,50	2,3	R\$ 1,99	R\$ 2,65	R\$ 2,99	1,6	
Desodorante	rollon 50ml	8,99	R\$ 5,15	R\$ 6,99	4,99	R\$ 5,97	R\$ 5,99	R\$ 7,75	9,39	
Fio dental	25-50m	8,25	R\$ 5,29	R\$ 6,99	3,89	R\$ 2,99	R\$ 5,99	R\$ 3,99	4,4	
Apar. barbeador	2 unid.	4,85	R\$ 2,15	R\$ 2,20	2,87	R\$ 2,10	R\$ 1,99	R\$ 2,39	1,79	
Absorvente	pcde 8-10 un.	2,89	R\$ 2,45	R\$ 2,49	2,99	R\$ 2,17	R\$ 3,49	R\$ 2,49	1,99	

COMPARATIVOS – LIMPEZA

Os mais Baratos				Os mais Baratos				Os mais barato e o mais caro			
MAR/16	ABR/16	%	Diferença	MAR/16	ABR/16	%	Diferença	ABR/16 +barato	ABR/16 +caro	%	Diferença
R\$ 0,99	R\$ 0,99	0,00%		R\$ 0,99	R\$ 1,69	70,71%		R\$ 4,39	R\$ 7,55	71,98%	
R\$ 0,99	R\$ 0,79	-20,20%		R\$ 0,79	R\$ 2,25	184,81%		R\$ 0,85	R\$ 1,09	28,24%	
R\$ 1,15	R\$ 1,29	12,17%		R\$ 1,29	R\$ 3,99	209,30%		R\$ 1,69	R\$ 2,62	55,03%	
R\$ 2,89	R\$ 4,45	53,98%		R\$ 4,45	R\$ 7,49	68,31%		R\$ 3,97	R\$ 6,99	76,07%	
R\$ 1,80	R\$ 1,99	10,56%		R\$ 1,99	R\$ 2,99	50,25%		R\$ 5,29	R\$ 7,45	40,83%	
R\$ 1,70	R\$ 1,89	11,18%		R\$ 1,89	R\$ 2,99	58,20%		R\$ 1,49	R\$ 3,99	167,79%	
R\$ 3,78	R\$ 3,99	5,56%		R\$ 3,99	R\$ 4,99	25,06%		R\$ 1,69	R\$ 3,15	98,88%	
R\$ 4,95	R\$ 4,99	0,81%		R\$ 4,99	R\$ 7,39	48,10%		R\$ 5,97	R\$ 9,39	57,29%	
R\$ 3,49	R\$ 2,75	-21,20%		R\$ 2,75	R\$ 7,99	190,55%		R\$ 2,99	R\$ 8,25	175,92%	
R\$ 3,47	R\$ 2,95	-14,99%		R\$ 2,95	R\$ 4,99	69,15%		R\$ 1,79	R\$ 4,85	170,95%	
R\$ 0,55	R\$ 0,55	0,00%		R\$ 0,65	R\$ 1,29	98,46%		R\$ 1,49	R\$ 3,49	134,23%	

%

* As redes Angeloni, Cooper e Brasão praticam os mesmos preços em todas as suas lojas na cidade de Jaraguá do Sul.

E-mail: procon@jaraguadosul.com.br - Rua Angelo Schiochet, 100, sala 01 - Centro - Jaraguá do Sul/SC - 89251-170 (47) 3275-1425 ou 151 - Horário de Atendimento: Sem fechar para almoço.

PESQUISAS PROCON - TAXAS BANCÁRIAS



TAXAS DE JUROS DE SERVIÇOS BANCÁRIOS – ABRIL DE 2016

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	BANCO DO BRASIL		BANRISUL		BRADESCO		C.E.F.		HSBC		ITAÚ		SANTANDER	
	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)
Serviço														
Cartão de Crédito	1,98%	15,98%	4,90%	16,50%	4,70%	16,99%	9,48%	12,99%	7,90%	18,00%	1,99%	15,89%	6,99%	16,99%
Cheque Especial	4,40%	12,09%	8,35%	12,00%	9,39%	12,63%	4,78%	12,59%	2,39%	14,67%	7,38%	11,61%	4,99%	14,29%
CDC	-	-	2,50%	5,20%	4,07%	6,19%	4,43%	5,50%	1,54%	2,49%	1,93%	3,99%	1,20%	2,69%
Empréstimo Consignado	1,59%	5,22%	1,60%	3,20%	2,05%	5,80%	1,52%	3,14%	1,62%	3,90%	0,89%	2,10%	1,75%	3,75%
Empréstimo Pessoal	3,16%	7,30%	4,95%	14,98%	6,67%	7,78%	2,29%	2,63%			2,19%	8,78%	1,66%	9,99%
Financiamento de Veículos	1,46%	3,12%	2,11%	3,68%	1,90%	3,66%	1,24%	2,04%	1,54%	2,49%	1,40%	2,90%	0,99%	2,54%
LEASING	0,67%	3,79%	2,20%	4,00%	3,95%	5,67%	-	-	-	-	-	-	1,18%	2,54%

Serviço	Menor Taxa	Maior Taxa
Cartão de Crédito	1,99%	18,00%
Cheque Especial	2,39%	14,67%
CDC	1,20%	6,19%
Empréstimo Consignado	0,89%	5,80%
Empréstimo Pessoal	1,66%	14,98%
Financiamento de Veículos	0,99%	3,68%
LEASING	1,18%	5,67%

Pesquisa realizada nos dias 05 e 06 de ABRIL de 2016.

Joaçaba

PREFEITURA

ORDEM DE PARALISAÇÃO Nº 15 - RUAS 7 DE SETEMBRO E DOMINGOS ZANINI

ORDEM DE PARALISAÇÃO Nº 15/2016

Determino à empresa JND CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA a paralisação dos serviços relativos ao recapeamento em CAUQ de parte das Ruas 7 de Setembro e Domingos Zanini, bairro Centro, contrato nº 260/2015/PMJ, oriundo do Processo de Licitação nº 78/2015/PMJ – Edital TP nº 15/2015/PMJ, homologado em 18/09/2015.

Fase necessária à paralisação, em função da situação encontrada, “in loco”, quando da ocorrência de um grande volume de chuvas ocorridas nos últimos dias, onde se constatou sérios problemas de captação de águas oriundas da Rua Domingos Zanini em direção a Sete de Setembro razão pela qual deverão ser executados serviços de captação com rede e caixas pluviais.

A paralisação acontecerá a contar de 05/04/2016 e perdurará por um período de 120 (cento e vinte) dias, ficando o cronograma de execução prorrogado por igual período.

Joaçaba, SC, 05 abril de 2016

MUNICIPIO DE JOAÇABA
Venilton Rogerio Teles
Secretario de Infraestrutura

JND CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA
CONTRATADA
Fabiano Tarcisio Bello

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS LANÇAMENTOS EM DÍVIDA ATIVA_01**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS LANÇADOS EM DÍVIDA ATIVA**

O Prefeito de Joaçaba, usando das atribuições que lhe são conferidas em Lei, notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, para comparecer a Prefeitura, no Setor de Dívida Ativa, para tratar assuntos de relevante interesse no prazo de 15 (quinze) dias. O não comparecimento acarretará o desenvolvimento de procedimentos administrativos e judiciais conforme determina a Lei.

Código	Contribuinte
50122	ADRIANA CRISTINA BELOTTO DOS SANTOS
50149	ANDREIA APARECIDA FERREIRA
50152	CARLA CRISTINA DA SILVA FRANK
34752	CIBELE FLORES DE MELLO SOBRINHO
52608	CRISTIANO JOSE RATHUNDE DE CASTILHOS
45924	DORILÉIA APARECIDA ZANBON
42955	LOURDES MARIA ROHTEN
38231	MARCELINA CORREIA DA SILVA LONGHINI
43791	MARCIA REGINA DE SOUZA DAS CHAGAS
50067	NADIR NEVES KEMER
50090	TEREZINHA DE FATIMA PINHEIRO
50091	VALMOR SALVATORE
50096	VILSON DA SILVA
50528	WALDOMIRO JOAO SOARES

Joaçaba(SC), 14 de Abril de 2016.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

RESUMO CONTRATO JHL 0020/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0020/2016

TOMADA DE PREÇOS JHL 0015/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0081/2015

PROTOCOLO Nº 3416/2015

Data assinatura: 12/04/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada em recursos humanos para realizar a revisão do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos (PCCV) do SIMAE.

Contratado: FK ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.

Valor Contratado: R\$ 100.163,77 (cem mil, cento e sessenta e três reais e setenta e sete centavos).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.05.00.00.00

Prazo de vigência: 12/04/2016 a 11/12/2016.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

RESUMO CONTRATO JHL 0021/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0021/2016

TOMADA DE PREÇOS JHL 0001/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2016

PROTOCOLO Nº 0495/2016

Data assinatura: 13/04/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de rede coletora de esgoto e ligações domiciliares na Rua Augusto Arbugeri, Bairro Monte Belo em Joaçaba – SC.

Contratado: VIGA – PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA.

Valor Contratado: R\$ 73.656,68 (setenta e três mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e sessenta e oito centavos).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 1.052

Elemento De Despesa: 4.4.90.51.99.00.00.00

Prazo de vigência: 13/04/2016 a 11/08/2016.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

José Boiteux

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 22/2016 MERENDA ESCOLAR E DEPARTAMENTOS

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 22/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 02/05/2016, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a AV 26 de Abril, junto ao portal do Município, REFERENTE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DEMAIS DEPARTAMENTOS MAIORES INFORMAÇÕES NO PRESENTE EDITAL.Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 14 de Abril 2016.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 16/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO, N.º 16/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC. CONTRATADO: FREEDOM TERRAPLANAGEM LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 03.453.030/0001-41, com Rua Luiz Maske, 378 – Itoupavazinha – Blumenau/SC. CEP 89.066-650

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 14/2016, correlato a Tomada de Preço nº 02/2016 aberto em 05/02/2016 e homologado em 26/02/2016

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Reurbanização da Avenida Duque de Caxias, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato

Conforme solicitação da Secretaria de infraestrutura Ofício nº 178/2016, com anuência da Secretaria da Fazenda nº 89/2016 e com Parecer Jurídico nº 345/2016 (PROGEM) favorável, ficando assim o contrato readequado conforme segue:

ADITIVO DE VALOR: R\$ 192.775,71 (cento e noventa e dois mil setecentos e setenta e cinco reais e setenta e um centavos);

SUPRESSÃO DE VALOR: R\$ 192.775,71 (cento e noventa e dois mil setecentos e setenta e cinco reais e setenta e um centavos);

Diante do Acréscimo bem como a Supressão, fica demonstrado que não houve reflexo financeiro.

Lages, 14 de Abril de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 19/2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO, N.º 09/2016 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: JULIANO RODRIGUES FERREIRA - ME, inscrita no CNPJ: 18.385.279/0001-34 com sede a Giacomo Zatti, 1859 Bairro Fatima – Caxias do Sul/RS

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 08/2016, correlato ao Pregão Presencial nº 10/2016, homologada em 08/03/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa para aquisição e instalação de motor completo para veículo Ford Transit 2.4 L, ano 2012, placa OPD-2140, nº de frota 22 - Ambulância da SMS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

Conforme solicitação da Secretaria da Saúde ofício nº 18/COM-PRAS/SMS/2016, com anuência da secretaria da fazenda Ofício nº 88/2016 e com Parecer Jurídico nº 344/2016 favorável ADITA-SE ao valor inicial do contrato a quantia de R\$ 8.396,00 (oito mil trezentos e noventa e seis reais).

As demais Cláusulas e Condições Permanecem Inalteradas.

Lages, 14 de Abril de 2016.

Elizeu Mattos.

Prefeito municipal.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 262/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 262/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA LIMA FURTADO SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA - ME inscrita no CNPJ sob n.º 16.550.542/0001-78, com endereço a Rua Juscelino Kubstchek de Oliveira, 1392 – São João – CEP 88.535-000 – Correia Pinto/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 163/2015, correlato ao Tomada de Preço nº 23/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Consultoria, com ênfase na execução orçamentária e controle financeiro, para a Secretaria da Fazenda, objetivando o aprimoramento e consolidação do processo de utilização das cotas mensais de despesa na execução orçamentária, em processo informatizado integrado, em conformidade com o Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais Cláusulas e Condições permanecem inalteradas.

Lages, 14 de Abril de 2015.

Elizeu Mattos

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 307/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 307/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: SOMAP ASSESSORIA E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA LTDA – ME inscrita no CNPJ sob n.º 07.182.988/0001-04, com endereço a Rua Alagoas, 97 – São Cristóvão – CEP 88.509-110 – Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 177/2015, correlato a Tomada de Preço nº 25/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria na Revisão do Valor adicionado das Empresas do Município de Lages, em conformidade com o Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica Prorrogado por mais 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica Prorrogado por mais 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e Condições permanecem inalteradas.

Lages, 14 de Abril de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO RESCISÃO TCU Nº 004/2012 FUNREBOM

TERMO DE RESCISÃO

AO TERMO DE CESSÃO DE USO nº 004/2012, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina e o Município de Lages.

O MUNICÍPIO DE LAGES, situado à Rua Benjamin Constant, nº 13, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Elizeu Mattos, portador do CPF nº 538.246.369-72, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro – Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CBMSC, neste ato representado por seu Comandante-Geral Coronel BM Onir Mocellin, portador da identidade militar nº 910728-2 e do CPF nº 525.770.589-34, resolvem, por mútuo acordo, rescindir o Termo de Cessão de Uso nº 004/2012.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Em conformidade com a cláusula sexta, fica rescindido o Termo de Cessão de Uso nº 004/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente instrumento passa a produzir os seus efeitos legais, a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado ou do Município.

Por estarem justos e acordes, firmam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Lages – SC, ____ de _____ de 2015.

Elizeu Mattos Prefeito Municipal	Coronel BM – ONIR MOCELLIN Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina
Mauricio Batalha Machado Procuradoria Geral do Município	Pedro Marcos Ortiz SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO RESCISÃO TCU Nº 9.903/2011-1

FUNREBOM

TERMO DE RESCISÃO

AO TERMO DE CESSÃO DE USO nº 9.903/2011-1, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina e o Município de Lages.

O MUNICÍPIO DE LAGES, situado à Rua Benjamin Constant, nº 13, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr.

Elizeu Mattos, portador do CPF nº 538.246.369-72, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro – Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CBMSC, neste ato representado por seu Comandante-Geral Coronel BM Onir Mocellin, portador da identidade militar nº 910728-2 e do CPF nº 525.770.589-34, resolvem, por mútuo acordo, rescindir o Termo de Cessão de Uso nº 9.903/2011-1.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Em conformidade com a cláusula sexta, fica rescindido o Termo de Cessão de Uso nº 9.903/2011-1.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente instrumento passa a produzir os seus efeitos legais, a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado ou do Município.

Por estarem justos e acordes, firmam o presente termo em 3 (Três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Lages – SC, ____ de _____ de 2015.

Elizeu Mattos Prefeito Municipal	Coronel BM – ONIR MOCELLIN Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina
Mauricio Batalha Machado Procuradoria Geral do Município	Pedro Marcos Ortiz SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PP 37-2016 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 37-2016 PML

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Locação de Sonorização, Iluminação, Palco, Telão, Estandes, Tendas e Banheiros Químicos para o Recanto do Pinhão.

Tipo: Melhor Preço Por Lote

Abertura: 02/05/2016 às 09:00

Valor Estimado: 253.036,72

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 14 de abril de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**LEI Nº 4149/2016**

LEI Nº. 4149

De 13 de abril de 2016

CONCEDE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU), AOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS LOCALIZADOS EM ÁREAS QUE FORAM ATINGIDAS PELOS ALAGAMENTOS, ENCHENTES E ENXURRADAS OCASIONADAS PELAS CHUVAS OCORRIDAS A PARTIR DO ANO DE 2015.

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages, Estado de Santa Catarina, FAÇO SABER, que a edilidade, em sessão Plenária aprovou e eu promulgo nos termos do artigo 69, parágrafo 6º da Lei Orgânica Municipal a seguinte:

LEI:

Art. 1º Estão isentos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), todos os proprietários, pessoa física ou pessoa jurídica, de imóveis localizados em áreas que foram atingidas pelos alagamentos, enchentes e/ou enxurradas ocasionadas pelas chuvas ocorridas durante o ano imediatamente anterior, conforme levantamento das áreas geográficas atingidas, realizado por órgão ou instituto competente.

§ 1º Para ter direito ao benefício da isenção de que trata o caput deste artigo, o proprietário deve residir no imóvel.

§ 2º O benefício pode ser estendido ao locatário, arrendatário, detentor dos direitos reais de habitação, promitente comprador, desde que tenham a posse direta do imóvel localizado nas áreas referidas no caput deste artigo e comprovem, por escrito, através de instrumento contratual, a sua responsabilidade pelo pagamento do IPTU.

Art. 2º O Poder Executivo não poderá exigir documentos comprobatórios para a concessão do benefício, salvo o título de propriedade e, nos casos do § 2º do artigo anterior, o instrumento contratual que outorga a condição de possuidor direto às pessoas ali mencionadas.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei, tomando providências no sentido de identificar todos os beneficiários e notificando-os da isenção concedida.

Parágrafo Único - O Poder Executivo incluirá, na lei orçamentária do ano vigente todo o impacto orçamentário decorrente das isenções concedidas nesta lei, a partir do ano de 2016.

Art. 4º - Se o Poder Executivo não cumprir com o mandamento do caput do artigo anterior e do seu parágrafo único, caberá ao Poder Legislativo, quando da deliberação da proposta orçamentária do ano de 2015, efetuar a emenda necessária ao cumprimento da presente lei, indicando a receita e demais fatores sobre os quais recairá o impacto orçamentário gerado pela isenção concedida no art. 1º.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o seu artigo 1º.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN

VICE-PRESIDENTE

Registre-se. Publique-se.

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN

VICE-PRESIDENTE

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.626

DECRETO Nº 4.626 DE 15 DE ABRIL DE 2016.

“Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, na forma do disposto na Lei Orgânica do Município e,

Considerando a contratação do sistema “Fly Protocolo”, que possibilita ao Município de Laguna a utilização do processo administrativo eletrônico;

Considerando o princípio constitucional da eficiência, bem como a economia em que traz o processo eletrônico aos cofres públicos, aos munícipes e ao meio ambiente;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública municipal, direta e indireta.

Art. 2º São objetivos deste Decreto:

I - assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade da ação governamental e promover a adequação entre meios, ações, impactos e resultados;

II - promover a utilização de meios eletrônicos para a realização dos processos administrativos com segurança, transparência e economicidade;

III - ampliar a sustentabilidade ambiental com o uso da tecnologia da informação e da comunicação; e

IV - facilitar o acesso do cidadão às instâncias administrativas.

Art. 3º Para o atendimento ao disposto neste Decreto, os órgãos e as entidades da administração pública municipal direta e indireta utilizarão sistemas informatizados para a gestão e o trâmite de processos administrativos eletrônicos.

Art. 4º Nos processos administrativos eletrônicos, os atos processuais deverão ser realizados em meio eletrônico, exceto nas situações em que este procedimento for inviável ou em caso de indisponibilidade do meio eletrônico cujo prolongamento cause dano relevante à celeridade do processo.

Parágrafo Único. No caso das exceções previstas no caput, os atos processuais poderão ser praticados segundo as regras aplicáveis aos processos em papel, desde que posteriormente o documento-base correspondente seja digitalizado e anexado ao processo eletrônico.

Art. 5º Cada servidor da administração pública direta e indireta que movimentem e deem parecer em processo administrativo deve ter sua senha cadastrada pela Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos.

Parágrafo Único. O usuário e senha são de uso restrito, pessoal e confidencial, ficando o servidor responsável por todos os atos praticados mediante inserção da chave por si próprio criada.

Art. 6º A Secretaria de Turismo, Lazer e Comunicação deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, criar link no site da Prefeitura

que acesse diretamente o sistema “Fly Protocolo”, possibilitando o acesso por servidores e munícipes.

Art. 7º A administração poderá exigir, a seu critério, até que decaia o seu direito de rever os atos praticados no processo, a exibição do original de documento digitalizado no âmbito dos órgãos ou das entidades ou enviado eletronicamente pelo interessado.

Art. 8º Os processos administrativos abertos após a publicação deste decreto, deverão tramitar exclusivamente em meio eletrônico, salvo impossibilidade técnica, o que deve ser devidamente fundamentada na abertura do processo.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.627

DECRETO Nº 4.627 DE 15 DE ABRIL DE 2016.

“REGULAMENTA A CONCESSÃO DE VALE REFEIÇÃO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS, PREVISTA NA LEI Nº 1.838, de 31 de agosto de 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, na forma do disposto na Lei Orgânica do Município e,

Considerando a disposição do art. 6º, da Lei Ordinária Municipal nº 1.838, de 31 de agosto de 2015;

DECRETA:

Art. 1º A concessão do vale refeição aos servidores públicos municipais ativos que recebem vencimento de valor igual ao salário mínimo e trabalham em jornada diária de oito horas, aos servidores públicos que trabalham na ambulância e àqueles que trabalham no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, no sistema de escala especial de serviço, conforme estabelece a Lei 1.838, de 31 de agosto de 2015, alterada pela Lei 1.880, de 25 de fevereiro de 2016, dar-se-á na forma deste Decreto.

Art. 2º Os Secretários a que tiverem vinculados os servidores atestarão individualmente o cumprimento do requisitos para o recebimento do vale refeição, observando o controle de jornada, encaminhando ao Departamento de Recursos Humanos até o dia 16 de cada mês.

Art. 3º Para o pagamento do vale refeição, deverá ser observada o que determina a Lei 1.838, de 31 de agosto de 2015, bem como a alteração dada pela Lei 1.880, de 25 de fevereiro de 2016, as quais ficam fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EDITAL 017/2016 - PML
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO – 017/2016 – PML**

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, em conformidade com o que estabelece a Lei 8.666/13, 10.520/02, Decreto Municipal 1634/11 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, no dia 09/05/2016, as 09:00 horas, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, SOB A MODALIDADE DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA E RECUPERAÇÃO DE ISSQN. Edital, Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail central@laguna.sc.gov.br, pelo telefone (48) 8844-2819, ou no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Osvaldo Cabral, 140 – Centro, Laguna SC das 13:00 às 19:00.

Laguna, 14 de Abril de 2016
Waldir José de Souza
Pregoeiro Oficial do Município.

EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO 004/2016 PML/FMS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO – 004/2016 – PML/FMS**

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, em conformidade com o que estabelece a Lei 8.666/13, 10.520/02, Decreto Municipal 1634/11 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO, pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 05/05/2016, as 14:00 horas, para o fornecimento de FRALDAS DESCARTÁVEIS PARA OS USUÁRIOS DO SUS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Edital, Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail central@laguna.sc.gov.br, pelo telefone (48) 8844-2819, ou no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Osvaldo Cabral, 140 – Centro, Laguna SC das 13:00 às 19:00.

Laguna, 14 de Abril de 2016
Waldir José de Souza
Pregoeiro Oficial do Município.

EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO 013/2016 - PML
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO – 013/2016 – PML**

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, em conformidade com o que estabelece a Lei 8.666/13, 10.520/02, Decreto Municipal 1634/11 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, ENTREGA PARCELADA, pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 02/05/2016, as 09:00 horas, para o fornecimento de PASSAGENS AÉREAS. Edital, Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail central@laguna.sc.gov.br, pelo telefone (48) 8844-2819, ou no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Osvaldo Cabral, 140 – Centro, Laguna SC das 13:00 às 19:00.

Laguna, 14 de Abril de 2016
Waldir José de Souza
Pregoeiro Oficial do Município.

EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO 014/2016 - PML
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO – 014/2016 – PML**

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, em conformidade com o que estabelece a Lei 8.666/13, 10.520/02, Decreto Municipal 1634/11 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO, pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 02/05/2016, as 14:00 horas, para o fornecimento de ADESIVOS, BANNERS, LONAS, PLACAS COM ESTRUTURA EM METAL ELABORADA, PLACAS EM PVC, ENVELOPAMENTO DE VEÍCULOS DA FROTA. Edital, Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail central@laguna.sc.gov.br, pelo telefone (48) 8844-2819, ou no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Osvaldo Cabral, 140 – Centro, Laguna SC das 13:00 às 19:00.

Laguna, 14 de Abril de 2016
Waldir José de Souza
Pregoeiro Oficial do Município.

EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO 016/2016 - PML
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO – 016/2016 – PML**

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, em conformidade com o que estabelece a Lei 8.666/13, 10.520/02, Decreto Municipal 1634/11 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO, pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 05/05/2016, as 09:00 horas, para o fornecimento de AR CONDICIONADO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS. Edital, Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail central@laguna.sc.gov.br, pelo telefone (48) 8844-2819, ou no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Osvaldo Cabral, 140 – Centro, Laguna SC das 13:00 às 19:00.

Laguna, 14 de Abril de 2016
Waldir José de Souza
Pregoeiro Oficial do Município.

EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO 018/2016 - PML
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO – 018/2016 – PML**

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, em conformidade com o que estabelece a Lei 8.666/13, 10.520/02, Decreto Municipal 1634/11 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO, pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, no dia 09/05/2016, as 14:00 horas, PARA O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA A RECUPERAÇÃO DE VIAS PAVIMENTADAS COM LAJOTAS, PAVERS, PARALELEPÍPEDOS (ESTIMADO 10.000 M2). Edital, Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail central@laguna.sc.gov.br, pelo telefone (48) 8844-2819, ou no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Osvaldo Cabral, 140 – Centro, Laguna SC das 13:00 às 19:00.

Laguna, 14 de Abril de 2016
Waldir José de Souza
Pregoeiro Oficial do Município.

EDITAL REGISTRO DE PREÇO 015/2016 - PML

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO – 015/2016 – PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, em conformidade com o que estabelece a Lei 8.666/13, 10.520/02, Decreto Municipal 1634/11 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO, pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 04/05/2016, as 09:00 horas, para o fornecimento de MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA A PREFEITURA. Edital, Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail central@laguna.sc.gov.br, pelo telefone (48) 8844-2819, ou no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Osvaldo Cabral, 140 – Centro, Laguna SC das 13:00 às 19:00.

Laguna, 14 de Abril de 2016

Waldir José de Souza
Pregoeiro Oficial do Município.

Lajeado Grande

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N. 009/2016 PARA A AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL.

Município de Lajeado Grande

O Município de Lajeado Grande - SC, torna público a todos os interessados, que de acordo com a Lei 8.666/93 e atualizações posteriores, que se encontra aberto o Processo Licitatório 011/2016, na modalidade de Pregão Presencial n. 009/2016 para a aquisição de pneus novos para manutenção da frota municipal. O recebimento e abertura dos envelopes dar-se-á até a data de 04 de maio de 2016, às 10h00min, no Setor de Licitações e Contratos. Maiores informações e/ou a íntegra do presente edital poderão ser obtidas junto a Administração Municipal, sito a Rua Vitória, n. 503, centro, Lajeado Grande, CEP: 89828-000, de Segunda à Sexta-feira das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo fone 0xx49-33550012, ou pelo Site www.lajeadogrande.sc.gov.br

Lajeado Grande, 13 de abril de 2016.

VALMIR LOCATELLI
Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

SEGUNDA PRORROGAÇÃO AO EDITAL DE PREGAO N° 30/2016 PMLM

SEGUNDA PRORROGAÇÃO AO EDITAL DE PREGAO N° 30/2016 PMLM

PROCESSO N°30/2016 PMLM

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 29 de ABRIL de 2016 às 11:00h, haverá pregão presencial para, para contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de madeiras de forma parcelada para atender as necessidades das Secretarias do Município de Lauro Muller, o edital na íntegra está disponível no site www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 14 de abril de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO HMMSA 09/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO HMMSA 09/2016

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado no Concurso Público HMMSA nº 001/2015 abaixo relacionado(s) para apresentar-se perante o Departamento Pessoal do Hospital, localizado na Rua Valdir Ortigari, 74, centro, em até 10 dias a partir desta data conforme paragrafo XI, item 11.3 do Edital de Concurso Publico.

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
LAÍSA GABRIELLA PRADO DE LIMA.	RECEPCIONISTA	3º

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis, 14 DE ABRIL DE 2016.
MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 172/2016

PORTARIA Nº 172 DE 04 DE ABRIL 2016
CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária VERA LUCIA SCHREGELE NOGUEIRA, Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, AUXILIO DOENÇA, a partir de 01/04/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 04 de abril de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 04 de abril de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 173/2016

PORTARIA Nº 173 DE 04 DE ABRIL DE 2016
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR LARISSA BISSONI DE SOUZA, para ocupar o cargo de NUTRICIONISTA, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 04/04/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 04 de abril de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 04 de abril de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 174/2016

PORTARIA Nº 174 DE 04 DE ABRIL DE 2016
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR SOELI MOREIRA DA COSTA ANTUNES, para ocupar o cargo de PROFESSOR, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 04/04/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 04 de abril de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 04 de abril de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 175/2016

PORTARIA Nº 175 DE 04 DE ABRIL DE 2016

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR ELIANA NERCOLINI, para ocupar o cargo de PROFESSOR, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 04/04/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de abril de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 04 de abril de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 176/2016

PORTARIA Nº 176 DE 06 DE ABRIL DE 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária SEBASTIANA APARECIDA RIBEIRO LEITE, Agente de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 06/04/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 06 de abril de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 06 de abril de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 177/2016

PORTARIA Nº 177 DE 07 DE ABRIL DE 2016

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR DANIELE JACIARA TELLES DA COSTA, para ocupar o cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, com lotação na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, com carga horaria

de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 07/04/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 07 de abril de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 07 de abril de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 178/2016

PORTARIA Nº 178 DE 08 DE ABRIL DE 2016

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR JUSSARA BINELLO, para ocupar o cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 08/04/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 08 de abril de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 08 de abril de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 179/2016

PORTARIA Nº 179 DE 08 DE ABRIL DE 2016

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR CRISTIANE CARLIN MULLER, para ocupar o cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 08/04/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 08 de abril de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 08 de abril de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 180/2016

PORTARIA Nº 180 DE 08 DE ABRIL 2016
CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária ZENITA MARIANO, Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, AUXILIO DOENÇA, a partir de 08/04/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 08 de abril de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 08 de abril de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 181/2016

PORTARIA Nº 181 DE 12 DE ABRIL 2016
CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária ANA LUCIA DA SILVA CESAR, Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, AUXILIO DOENÇA, a partir de 12/04/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 12 de abril de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 12 de abril de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 182/2016

PORTARIA Nº 182 DE 12 DE ABRIL DE 2016
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR NELIA GABRIEL DOS SANTOS, para ocupar o cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria de Administração, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 05/04/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 12 de abril de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 12 de abril de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 183/2016

PORTARIA Nº 183 DE 12 DE ABRIL DE 2016
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR IANDRA MARIA DAVID PRETO, para ocupar o cargo de PROFESSOR, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 12/04/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 12 de abril de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 12 de abril de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 184/2016

PORTARIA Nº 184 DE 12 DE ABRIL DE 2016

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARATER EMERGENCIAL MARIANA CARLIN DOS SANTOS, para ocupar o cargo de PROFESSOR, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 12/04/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 12 de abril de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 12 de abril de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 185/2016

PORTARIA Nº 185 DE 12 DE ABRIL DE 2016

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR JOEL ALMIR DE SOUZA, para ocupar o cargo de MOTORISTA DE VEICULO ESCOLAR, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 12/04/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 12 de abril de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 12 de abril de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 186/2016

PORTARIA Nº 186 DE 13 DE ABRIL DE 2016

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARATER EMERGENCIAL KATUSCIA LUIZ,

para ocupar o cargo de PROFESSOR, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 13/04/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de abril de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 13 de abril de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 187/2016

PORTARIA Nº 187 DE 13 DE ABRIL DE 2016

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR DAMIAN MAIBERG DE SOUZA, para ocupar o cargo de PROFESSOR, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 13/04/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de abril de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 13 de abril de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 188/2016

PORTARIA Nº 188 DE 13 DE ABRIL DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR APOSENTADORIA, GECI VIEIRA CARDOSO, do cargo de Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 13/04/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de abril de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 13 de abril de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 189/2016

PORTARIA Nº 189 DE 13 DE ABRIL DE 2016

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARATER EMERGENCIAL VIRGILIO CRESPO DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de PEDREIRO CONSTRUTOR, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 13/04/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 13 de abril de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 13 de abril de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 190/2016

PORTARIA Nº 190 DE 13 DE ABRIL DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR, CLAUDEMIR PAULIK RISELO, do cargo de Motorista, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir de 13/04/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 13 de abril de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 13 de abril de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

CONTRATO Nº 018/2016 - PMLL

CONTRATO Nº 018/2016 - PMLL

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2016 – Aditivo de Prazo e Valor.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.924.390/0001-50, cujo Paço Municipal localiza-se à Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, doravante denominado Contratante, neste ato representada pelo Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, e como Contratada a Senhora ROSELI SCHEIDT LOPES, pessoa física, inscrita no CPF sob o nº 715.710.009-68, sito a Rua Hilário Guchert, nº 54, Apto. nº 04, Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, Resolvem as partes de comum acordo, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2016, na forma das Cláusulas que seguem:

Considerando, a Comunicação Interna nº 027/2016, de 12/04/2016, da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, que solicita renovar o Contrato nº 005/2016, tendo em vista a necessidade de recuperação e reabilitação da malha viária do Município de Leoberto Leal, serviços estes que ainda estão sendo realizados em virtude do estado de emergência, na qual o município prorrogou para mais 90 (noventa) dias, através do Decreto nº 039, de 17 março de 2016;

Considerando, os pareceres emitidos pelo Controle Interno e pela Assessoria Jurídica do Município referente ao Termo Aditivo de Prazo e Valor, em relação ao Contrato nº 005/2016.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 004/2016, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2016, com fulcro no art. 65, inciso I, letra b, da Lei nº 8.666 de 21/06/93, mediante sujeição mútua às normas constantes da mesma, a Dispensa de Licitação nº 001/2016, à proposta, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 005/2016, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I com a seguinte redação:

“CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL”.

I - “O Termo Aditivo de Contrato nº 018/2016, passará a ter o valor mensal de R\$ 1.760,00 (um mil setecentos e sessenta reais), totalizando R\$ 3.520,00 (três mil quinhentos e vinte reais), conforme preconiza o art. 65 da Lei nº 8.666/93”.

CLÁUSULA SEGUNDA - A Cláusula Quarta do Contrato nº 005/2016, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I com a seguinte redação:

“CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO”.

I - “Fica o Contrato nº 005/2016 prorrogado até o dia 19 de junho de 2016, através do aditivo de Contrato nº 018/2016, em virtude dos apontamentos já mencionados”.

CLÁUSULA TERCEIRA - Este Termo Aditivo de Prazo e Valor vincula as partes ao Contrato nº 005/2016, do Processo de Licitação, modalidade Dispensa de Licitação nº 001/2016.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo e Valor Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUINTA – Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 016/2015.

CLÁUSULA SEXTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.
Leoberto Leal/SC, 13 de abril de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal
Contratante

ROSELI SCHEIDT LOPES
Contratada

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT
CPF/MF nº 059.319.499-33

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN
CPF/MF nº 005.166.179-90

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2016

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2016 - PMLL

Divisão de Licitações e Compras

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, considerando o disposto na Resolução/CD/FNDE nº 038, de 16 de julho de 2009, na Lei nº 11.947/2009, contrata através de Dispensa de Licitação visando à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para fornecimento e composição da merenda escolar do Município de Leoberto Leal, conforme Chamamento Público com data de 07 de março de 2016, e de acordo com a sazonalidade dos produtos, os seguintes alimentos dos respectivos produtores rurais, conforme tabela abaixo:

Produto	Produtor	Quantidade por período	Quant. total	Valor unitário R\$	Valor total R\$
Abóbora Menina	Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	30 kg (meses Abril a Dezembro)	270	1,70	459,00
Aipim (Mandioca)	Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	25 kg (meses Abril a Dezembro)	225	2,60	585,00
Banana Branca	Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	50 kg (meses Abril a Dezembro)	450	2,10	945,00
Batata Inglesa	Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	22 kg (meses Abril a Dezembro)	198	2,50	495,00
Batata Doce	Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	03 kg (meses Abril a Dezembro)	27	2,03	54,81
Beterraba	Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	22 kg (meses Abril a Dezembro)	198	3,13	619,74
Biscoito Amanteigado	Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	28 kg (meses Abril a Dezembro)	252	15,00	3.780,00
Biscoito Rosquinha de Chocolate	Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	27 kg (meses Abril a Dezembro)	243	15,00	3.645,00
Cenoura	Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	30 kg (meses Abril a Dezembro)	270	3,48	939,60
Cebola	Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	11 kg (meses Abril a Dezembro)	99	5,45	539,55
Feijão	Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	17 kg (meses Abril a Dezembro)	153	4,50	688,50
Laranja	Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	44 kg (meses Abril a Dezembro)	396	1,80	712,80
Maçã	Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	54 kg (meses Abril a Dezembro)	486	3,60	1.749,60
Ovos	Antonio Gilmar Cognaco	20 dz (meses Abril a Dezembro)	180	7,00	1.260,00
Repolho	Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	22 kg (meses Abril a Dezembro)	198	1,70	336,60
Suco de Uva Orgânico	Antonio Gilmar Cognaco	20 lt (meses Abril a Dezembro)	180	9,00	1.620,00

Em 14/04/2016. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA – Prefeita Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016

TIPO: Menor Preço por item. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios, almoços e marmitas para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 007/2016.

LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 29 de abril de 2016. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 13/04/2016. IRENE MARIA DA CUNHA OTTO – Secretária Municipal da Saúde.

Lontras

PREFEITURA

EDITAL N° 029/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 029/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PINTURA MANUAL DE 18 FAIXAS ELEVADAS COM FORNECIMENTO DE TODOS MATERIAIS NECESSÁRIOS E MÃO DE OBRA Fundamentação legal: Artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Contratada: SINACON INDUSTRIA E COMERCIO DE SINALIZAÇÃO VIARIA EIRELLI – EPP, CNPJ 10.657.917/0001-17. Lontras, 15 de abril de 2016. MARTINA ZUCATELLI. Prefeita.

Luzerna

PREFEITURA

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO 0032016

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGAS TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2016 de 18 de março de 2016.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), tendo em vista a conclusão dos trabalhos de realização do Processo Seletivo por Prova Prática - Edital nº 003/2016, e não havendo pendências quanto aos recursos depois de decorridos os prazos legais, HOMOLOGA o RESULTADO FINAL do Processo Seletivo destinado a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna(SC):

Inscr.	Candidata	Nota	Colocação
019	Sílvia Scheitel	9,50	1º
005	Andressa Fernanda dos Anjos	8,50	2º
002	Nair Dahmer	8,25	3º*
009	Claudete Sbrusi	8,25	4º*
013	Ana Paula Tibes	8,25	5º*
017	Jeslaine Mara dos Santos	8,25	6º*
004	Rosângela Aparecida Gaab Zamoner	8,12	7º
003	Rita Pereira Machado	8,00	8º
012	Rosalina Ramos de Jesus Hermann	7,87	9º
015	Marisa de Fátima Heckler	7,75	10
011	Rejane Pires de Oliveira	7,25	11
018	Odete Maria Manentti	7,00	12
010	Gislaine Cristina Fiorezze	6,62	13
016	Vanusa Ferreira	6,25	14
020	Adriana Cardoso Lopes	6,12	15

* Critério de desempate conforme item 5.2 (maior idade)

Fica HOMOLOGADO definitivamente o Resultado Final do PROCESSO SELETIVO destinado a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna(SC), Edital nº 003/2016 de 18 de março de 2016.

Luzerna(SC), 15 de abril de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de veículo 0 km, destinado a Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 05/05/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4021 ou 4060.

Mafra (SC), 14 de abril de 2016.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de placas de inauguração e sinalização interna, tendas, toldos, banners e outros aparelhos e utensílios domésticos, destinado a Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do

dia 10/05/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4021 ou 4060.

Mafra (SC), 14 de abril de 2016.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais impressos, kit de fotos 3x4 e arranjos artificiais, destinado a Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 06/05/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4021 ou 4060.

Mafra (SC), 14 de abril de 2016.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 26/2016

PORTARIA Nº 26/2016, de 14 de abril de 2016
EXONERA ASSESSORA LEGISLATIVA

O Vereador Edenilson Schelbauer, Presidente da Câmara de Vereadores de Mafrá/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, e art. 72 da Resolução nº 06 de 04.04.07,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar PATRÍCIA PEREIRA, do cargo comissionado de Assessora Legislativa, nomeada pela Portaria nº 44 de 16.07.2015,

a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafrá, 14 de abril de 2016.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 417/2016

DECRETO Nº 417, DE 13 DE ABRIL DE 2016

Revoga decreto municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto revogado o Decreto nº 379, de 4 de abril de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 4 de abril de 2016.

Maravilha – SC, 13 de abril de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 418/2016

DECRETO Nº 418, DE 13 DE ABRIL DE 2016

Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto exonerado a pedido o servidor público CLAUDIR SANSIGOLO, matrícula nº 245501, ocupante do cargo de Diretor, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 13 de abril de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 419/2016

DECRETO Nº 419, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Nomeia Secretário Municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeado CLAUDIR SANSIGOLO, para assumir o cargo de Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 14 de abril de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 420/2016

DECRETO Nº 420, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 238/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 14 de abril a 4 de maio de 2016, MARCIA REGINA DA ROCHA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 637.696.469-91, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, nos C.E. Raymundo Veit, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 14 de abril de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 421/2016

DECRETO Nº 421, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 239/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 14 de abril a 4 de maio de 2016, ELCI REGINA DIESEL GREBIEN, brasileira, inscrita no CPF sob nº 056.608.529-08, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, nos C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 14 de abril de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei nº 3.956/2016

LEI Nº 3.956, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Autoriza o Poder Executivo Municipal a escriturar imóvel adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a escriturar, para o mutuário, imóvel de propriedade do Município de Maravilha, adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º é o matriculado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula a seguir relacionada, com o respectivo mutuário proprietário:

I- JOSÉ LUIZ MORAIS: Lote urbano nº (68-B), da quadra nº (68), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de 406,00 m², objeto da Matrícula nº 12.615.

Art. 3º Fica igualmente pela presente Lei, para todos os fins e efeitos, desafetado de sua caracterização de "Imóvel desapropriado destinado a finalidades públicas", conforme R. 1/12.615, o imóvel objeto da Matrícula nº 12.615.

Art. 4º Para efeitos de escritura pública o valor do imóvel será o relativo ao constante na planta de valores do Município.

Art. 5º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 14 de abril de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5-2016 - CARTA CONVITE 3-2016

Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2016

MODALIDADE: CARTA CONVITE Nº 03/2016

A Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base na Lei e 8.666/93, Licitação na Modalidade CARTA CONVITE, no dia 26 de abril de 2016, às 14h15min na Câmara Municipal de Vereadores, para divulgação dos atos do Poder Legislativo Municipal, de acordo com o detalhamento descrito

no edital e seus anexos. Os envelopes deverão ser entregues até às 14h do mesmo dia. A íntegra do Edital poderá ser obtida junto à Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha, com sede à Rua 15 de novembro, nº 817 – Centro, e no site da entidade, www.cmm.sc.gov.br, ou pelo link:

<http://cmm.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMapaItem/40450>.

Demais informações fone (49) 3664 0727.

Maravilha/SC, 15 de abril de 2016.

SÉRGIO BOURSCHIED

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC.

Massaranduba

CÂMARA MUNICIPAL

007/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Contrato Aditivo Nº: 007/2016

Licitação: Processo Licitatório Nº.005/2014 – Pregão Presencial Nº. 001/2014

Objeto: 3º termo aditivo referente prorrogação de prazo para locação dos softwares de gestão pública (contabilidade, recursos humanos, compras e licitações, patrimônio e portal da transparência) – SISTEMA WEB.

Fornecedor: IPM INFORMATICA LTDA

Valor: R\$ 1.057,51 (Um mil, cinquenta e sete reais e cinquenta e um centavos) mensais, reajuste aplicado conforme índice INPC acumulado entre agosto/2015 a março/2016

Vigência: 30/04/2016 a 31/12/2016.

Data de Assinatura: 11/04/2016.

Meleiro

PREFEITURA

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009-2016 - COONAFOR

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 009/2016

CREDOR: COONAFOR – Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Forquilha.

CNPJ nº 12.046.131/0001-99

Rodovia Antônio Valmor Canela, nº 951, Bairro Santa Ana – Forquilha/SC

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios.

VALOR: R\$ 56.902,00 (cinquenta e seis mil novecentos e dois reais).

BASE LEGAL: Atendimento a Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009, Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013 Resolução FNDE nº 04/2015 e Art. 24 da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: O fornecimento dos gêneros alimentícios da agricultura familiar é destinado à alimentação escolar para o exercício de 2016 no Município de Meleiro/SC, e justifica-se pelo atendimento a Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009 a Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013 e a Resolução FNDE nº 04/2015.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

A Prefeitura Municipal de Meleiro realizou Chamamento Público nº 001/2016 através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM e em jornais de circulação regional e local, na data do dia 15/03/2016. A Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores familiares de Forquilha - COONAFOR enquadrada como grupo formal, foi a única empresa interessada que realizou credenciamento junto a Prefeitura Municipal de Meleiro, atendendo a mesma a todas as exigências do edital.

Meleiro/SC, 12 de abril de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2016

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 009/2016

CREDOR: COONAFOR – Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Forquilha.

CNPJ nº 12.046.131/0001-99

Rodovia Antônio Valmor Canela, nº 951, Bairro Santa Ana – Forquilha/SC

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios.

VALOR: R\$ 56.902,00 (cinquenta e seis mil novecentos e dois reais).

BASE LEGAL: Atendimento a Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009, Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013 Resolução FNDE nº 04/2015 e Art. 24 da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: O fornecimento dos gêneros alimentícios da agricultura familiar é destinado à alimentação escolar para o exercício de 2016 no Município de Meleiro/SC, e justifica-se pelo atendimento a Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009 a Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013 e a Resolução FNDE nº 04/2015.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

A Prefeitura Municipal de Meleiro realizou Chamamento Público nº 001/2016 através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM e em jornais de circulação regional e local, na data do dia 15/03/2016. A Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores familiares de Forquilha - COONAFOR enquadrada como grupo formal, foi a única empresa interessada que realizou credenciamento junto a Prefeitura Municipal de Meleiro, atendendo a mesma a todas as exigências do edital.

Meleiro/SC, 12 de abril de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 048-2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 048/2016

TRATA DA ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR 034 DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O quadro de cargos de provimento efetivo - Grupo I – atividade de nível superior – ANS, especificamente quanto ao número de vagas do cargo de Assistente Social e Psicólogo, passa a ter a seguinte redação:

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL
SERVIÇO: Assistente Social
GRUPO: I – Cargo Efetivo – ANS
NÚMEROS DE VAGAS: 03
LOTAÇÃO: Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.
ATRIBUIÇÕES: Atividade de nível superior, de grande complexidade, de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, orientação de trabalhos relacionados com o diagnóstico e tratamento de aspectos sociais. Excepcionalmente, poderá conduzir veículos da Administração Pública.
CONDIÇÕES DE TRABALHO:
a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e títulos;
b) Requisitos:
1 – Portador de Diploma de Ensino Superior em Serviço Social, com registro no órgão competente;
2 – Qualificação com habilitação para o exercício de assistente social;
3 – Outros conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: PSICÓLOGO**SERVIÇO:** Psicologia em geral**GRUPO:** I – Cargo Efetivo – ANS**NÚMEROS DE VAGAS:** 03**LOTAÇÃO:** Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

ATRIBUIÇÕES: Atividade de nível superior, de grande complexidade, de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes à defesa e proteção da saúde individual e coletiva. Excepcionalmente poderá conduzir veículos da Administração Pública.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 20 (vinte) horas semanais (artigo 19), sem dedicação exclusiva ao cargo, conforme inciso III do artigo 15;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso público de provas ou de provas e títulos;
b) Requisitos:
1 – Portador de Diploma de Ensino Superior em Psicologia, com registro no órgão competente;
2 – Qualificação com habilitação para o exercício da psicologia;
3 – Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 14 de Abril de 2016.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

LEI Nº 1711-2016

LEI Nº 1711/2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro - SC, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando a realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de RADIOPATRULHA, objetivando a sua implantação e manutenção no Município, devidamente homologada pela Câmara de Vereadores.

Art. 2º- As despesas decorrentes da execução desta Lei correm à conta de dotação própria do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º- A Prefeitura Municipal abrirá na agência local do Banco do Brasil S/A (BB), uma conta vinculada, denominada "PREFEITURA MUNICIPAL/CONVÊNIO RADIOPATRULHA", para cobertura das despesas decorrentes do convênio mencionado no Artigo 1º desta Lei.

Art. 4º- O Convênio de que trata esta Lei será pelo prazo determinado no presente acordo e poderá ser rescindido em qualquer tempo, desde que haja interesse de qualquer das partes.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Meleiro, 14 de abril de 2016.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. De Adm. Finanças

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

EMPRESA(S) REGISTRADA(S): COMERCIAL E ELÉTRICA POHLMANN LTDA ME – VALOR REGISTRADO R\$ 78.950,00.

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de baterias automotivas destinadas para reposição em veículos e máquinas de propriedade do Município de Mondaí – SC.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 029/2016.

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é de um ano a partir de sua assinatura.

Mondaí – SC, 14 de abril de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

EMPRESA(S) REGISTRADA(S): A.R. PNEUS LTDA EPP – VALOR REGISTRADO R\$ 122.650,00; F.M. PNEUS LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 92.360,00; F. VACHILECKI & CIA LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 31.580,00; NANE COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 42.270,00; RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 65.890,00.

OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de serviços de recauchutagem e vulcanização de pneus destinado para manutenção de veículos e máquinas de propriedade do Município de Mondaí – SC.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 030/2016.

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é de um ano a partir de sua assinatura.

Mondaí – SC, 14 de abril de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 029/2016 FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 019/2016

TIPO: Menor Preço (por LOTE)

OBJETO: Aquisição de uniformes e mochilas destinados para servidores da Secretaria Municipal da saúde de Mondaí – SC, recursos PMAQ e COFINANCIAMENTO.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 14h55min horas do dia 29 de abril de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 15h00min horas do dia 29 de abril de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 14 de abril de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

CONCORRENCIA 01/2016

EXTRATO DE AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRENCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 01/2016

OBJETO: PROJETO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PEDRA IRREGULAR DE BASALTO

COM SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS VIAS: Angelin Caldart (1.805 m²), Carlos de Oliveira Prates (1.400 m²), Rua do Comercio (960 m²), Domingos Rigo (5.757 m²), Enio Lopes de Albuquerque (2.204 m²), Guilherme Correa de Melo (2.460 m²), Joaquim Lourenço de Corduva (2.101,4 m²), Madalena Lourenço de Corduva (2.190 m²), Maria de Lurdes Pisani (1.607 m²), Modesto Vargas (1.750 m²), Odacir Marcos Cardoso (730m²), Vilma Gomes (1.272 m²), com área total de 24.236,40 m²,, com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessária para a execução do objeto, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento em anexo, bem como Projetos referentes ao Programa BADESC CIDADES, Contrato nº 2015022801.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: até as 13:45 horas do dia 15/abril/2016; ABERTURA: às 14:00 horas do dia 20/maio/2016. TIPO MENOR PREÇO – JULGAMENTO GLOBAL. INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROJETO COMPLETO: Presencial: Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, SC 452 km 15, nº 1551 - Centro. HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone nº 49/3546.0194 ramal 231, Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-Mail: compras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 14 de abril de 2016

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA 2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: LAVAÇÃO E LUBRIFICAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS, nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2016. O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 31/2016, Pregão Presencial nº 23/2016 – Registro de Preços. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 14/abril/2017.

CONTRATADO: GILVAN PIROLI CNPJ 22.534.401/0001-64

MONTE CARLO-SC, 14 de Abril de 2016.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de LAVAÇÃO E LUBRIFICAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS, nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2016. O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 31/2016, Pregão Presencial nº 23/2016 – Registro de Preços. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 14/abril/2017.

CONTRATADO: HERMISON DO SACRAMENTO ME CNPJ 20.255.532/0001-87

MONTE CARLO-SC, 14 de Abril de 2016.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de O presente pregão tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para a

prestação de SERVIÇOS DE COLETA e ANÁLISE DE ÁGUA consumida pela população do município de Monte Carlo, com fornecimento de todo o material, mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários para sua execução, conforme especificações e delimitações constantes neste Edital. O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 29/2016, Pregão Presencial nº 22/2016 – Registro de Preços. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 08/abril/2017. CONTRATADO: QUIMICAMPOS COMERCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIGITAIS LTDA CNPJ 14.411.229/0001-96 MONTE CARLO-SC, 08 de Abril de 2016.

PROCESSO LICITATÓRIO 44/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 44/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2016

REGISTRO DE PREÇOS

0.1 OBJETO: O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura e de forma parcelada de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2016.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 horas do dia 15/04/2016 até as 08:45 do dia 28/abril/2016, ABERTURA: às 09:00 horas do dia 28/abril/2016.

TIPO MENOR PREÇO – POR ITEM

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROJETO COMPLETO:

a) Presencial: Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, SC 452 km 25, nº 1551 - Centro.

HORÁRIO: Das 08:00 às 12:00 horas; 13:30 às 17:30 horas.

b) Telefone nº 49/3546.0194 ramal 231,

c) Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

d) e-Mail: compras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 14 de Abril de 2016

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO 021/2016

Município de Morro da Fumaça Errata do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO 021/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE ANALISADOR HEMATOLOGICO AUTOMATICO. Altera-se o anexo I. Data de abertura para 02/05/2016 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças:

EXTRATO DO EDITAL Nº 001/2016

O MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA/SC torna público o EDITAL Nº 001/2016 que abre as inscrições para o CONCURSO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal a ser executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 15 de abril de 2016 nos seguintes endereços eletrônicos:

1. No sítio de internet do Município Morro da Fumaça/SC: (www.morrodafumaca.sc.gov.br);
2. No sítio de internet da FAEPEL: (www.faepesul.org.br/concursos).

Morro da Fumaça – SC, 14 de abril de 2016

Agnaldo David Maccari

Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL Nº 002/2016

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE MORRO DA FUMAÇA - FUMAF torna público o EDITAL Nº 002/2016 que abre as inscrições para o CONCURSO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da FUMAF a ser executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 15 de abril de 2016 nos seguintes endereços eletrônicos:

1. No sítio de internet do Município Morro da Fumaça/SC: (www.morrodafumaca.sc.gov.br);
2. No sítio de internet da FAEPEL: (www.faepesul.org.br/concursos).

Morro da Fumaça – SC, 14 de abril de 2016

Agnaldo David Maccari

Prefeito Municipal

Ana Paula Widmar

Diretor Superintendente

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016

A Comissão Permanente de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA, no exercício das atribuições que lhe confere a Resolução nº 02/2016, torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizada no dia 04/05/2016, às 14h00min., no endereço: RUA 20 DE MAIO, nº 100, centro, Município de MORRO DA FUMAÇA/SC, Cep: 88.830-000, fone: (48) 3434-1724, reunião com a finalidade de receber as inscrições para credenciamento de empresas especializadas na publicação de jornais impressos, com veiculação no Município de Morro da Fumaça/SC, notadamente para promover as publicações legais e institucionais da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, conforme itens relacionados no Anexo I deste edital.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado, na secretaria da Câmara Municipal, podendo também ser solicitado através do seguinte E-mail: cam.mf@terra.com.br

Objeto da Licitação: Credenciamento de empresas especializadas na publicação de jornais impressos, com veiculação no Município de Morro da Fumaça/SC, notadamente para promover as publicações legais e institucionais da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, conforme itens, modalidades e valores relacionados no Anexo I, do edital atinente.

MORRO DA FUMAÇA/SC, 14 de abril de 2016.

RANGEL DE ROCHI

Presidente da Comissão de Licitação

RESOLUÇÃO Nº 02/2016

EMENTA: "NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Presidente da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro na Lei Federal nº 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear os membros da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Morro da Fumaça.

Art. 2º - Ficam designados os seguintes servidores para integrar a comissão:

1. Rangel de Rochi – Presidente;
2. Douglas Nandi da Rosa – Secretário;
3. Darlan Izepon – Membro.

Art. 3º - A referida comissão tem validade de um ano.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a Resolução nº 02/2015.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça, em 04 de janeiro de 2016.

JOSÉ CARLOS BORTOLIN

Presidente

Registrada e publicada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis.

RANGEL DE ROCHI

Agente Administrativo

RESOLUÇÃO Nº 03/2016

EMENTA: "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MARCIANO GARCIA BORTOLIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Vereador José Carlos Bortolin, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

CONCEDER:

Art. 1º – Férias ao servidor MARCIANO GARCIA BORTOLIN, ocupante do cargo em comissão de Assessor da Presidência, pelo período de 01/04/2016 a 20/04/2016, com abono pecuniário de dez dias, devidamente conivente entre as partes, compreendido entre os dias 21/04/2016 à 30/04/2016, a fim de atender, com regularidade, a demanda de atividades, e respectiva agenda de compromissos, da Presidência desta Casa Legislativa, além de outros serviços atinentes à função, evitando, deste modo, a designação de outro servidor ou, até mesmo, a contratação temporária de novo profissional, invocando, para tanto, o princípio da conveniência e oportunidade da Administração Pública.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta resolução correrão a conta de recursos próprios do orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam - se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça, em 01 de março de 2016.

JOSÉ CARLOS BORTOLIN

Presidente

Registrada e publicada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

RANGEL DE ROCHI

Agente Administrativo

Navegantes

PREFEITURA

EXONERAÇÃO PORTARIA 1036/2016

PORTARIA N º 1036 DE 14 DE ABRIL DE 2016
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) DIANDRA PEREIRA, da função de Assessor Técnico III a partir de 11/04/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXONERAÇÃO PORTARIA 1039/2016

PORTARIA N º 1039 DE 14 DE ABRIL DE 2016
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) LILIAN DO NASCIMENTO, da função de Gerente de Recursos Humanos a partir de 11/04/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

NOMEAÇÃO 1017,1037,140,1041

PORTARIA N º 1017 DE 12 DE ABRIL DE 2016
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

Art. 1 º NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de Chefe de Departamento Administrativo da Educação o(a) senhor(a) TAIZ ANDREA WASCHBURGER, com data de 12/04/2016.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1037 DE 14 DE ABRIL DE 2016

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

Art. 1 º NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de Supervisor de Atividades o(a) senhor(a) ANDRÉ FELIPE VELHO, com data de 12/04/2016.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1040 DE 14 DE ABRIL DE 2016

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

Art. 1 º NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de Assessor Técnico III o(a) senhor(a) LILIAN DO NASCIMENTO, com a data de 12/04/2016.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 14 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1041 DE 14 DE ABRIL DE 2016
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,
RESOLVE:

Art. 1 º NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de Diretora de Controle Preventivo o(a) senhor(a) VERA LUCIA LUCHOLLI DA COSTA, com a data de 13/04/2016.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 14 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

NOMEAÇÃO POR CONCURSO PORTARIAS 1026,1029,1032,1033,1034

PORTARIA N º 1026 DE 13 DE ABRIL DE 2016
NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.
RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 o SR. DANIEL SEIBERT ROCHA, para exercer o cargo de TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (QUARENTA) horas semanais, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 08/04/2016

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 13 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1029 DE 13 DE ABRIL DE 2016
NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a Sra. ILZA SILVA SOUZA, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (QUARENTA) horas semanais, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 11/04/2016

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 13 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1032 DE 13 DE ABRIL DE 2016
NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a Sra. SILVIANE COPATTI, para exercer o cargo de FARMACEUTICO, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (QUARENTA) horas semanais, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 12/04/2016

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 13 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1033 DE 13 DE ABRIL DE 2016
NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 o Sr. GIOVANI RODRIGUES DALUZ, para exercer o cargo de MOTORISTA, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (QUARENTA) horas semanais, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 12/04/2016

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 13 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1034 DE 13 DE ABRIL DE 2016
NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 o Sr. LUIS FERNANDO BOS, para exercer o cargo de MÉDICO GINECOLOGISTA, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (VINTE) horas semanais, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 12/04/2016

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 13 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1025 CONCEDE LICENÇA PREMIO - BENILDE PERÃO

PORTARIA N º 1025 DE 13 DE ABRIL DE 2016
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) BENILDE PERÃO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de professor, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 18/04/2016 a 16/07/2016, referente ao serviço público prestado entre 1995/2000.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 18 de abril de 2016 a 16 de julho de 2016. Fazendo gozo de 90 (noventa) dias deste período aquisitivo.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/04/2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 13 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1027 PROCESSO ADMINISTRATIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N º 1027 DE 13 DE ABRIL DE 2016
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Alessandra Regina Lucas – Agente de Serviços Gerais -, Douglas Lemos – Monitor de Educação Infantil - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível irregularidade no registro de cobrança da taxa de estacionamento rotativo, conforme observações apontadas na auditoria nº. 001/2015.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1028 PROCESSO ADMINISTRATIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1028 DE 13 DE ABRIL DE 2016

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Alessandra Regina Lucas – Agente de Serviços Gerais -, Douglas Lemos – Monitor de Educação Infantil - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível irregularidade no registro de cobrança dos impostos: IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano - e ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, conforme observações apontadas na auditoria nº 01/2014 -.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1035/2016 - PROCESSO SINDICANCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1035 DE 13 DE ABRIL DE 2016

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Alessandra Regina Lucas – Agente de Serviços Gerais – e Douglas Lemos – Monitor de Educação Infantil - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA para apurar possível inobservância do dever funcional, conforme Lei Complementar nº. 007 de 11 de novembro de 2003.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1038 PROCESSO ADMINISTRATIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1038 DE 14 DE ABRIL DE 2016

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde, Alessandra Regina Lucas - Agente de Serviços Gerais e Douglas Lemos – Monitor de Educação Infantil - para, sob a

presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível abandono de cargo pela servidora Fernanda Angioletti Inácio.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

seus efeitos a partir de 22/04/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE ABRIL DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA EXONERA ACT'S 1030,1031

PORTARIA 1030 DE 13 DE ABRIL DE 2016

EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR a servidora MARIA APARECIDA ALMEIDA MOUSQUER, no cargo de leiturista – ACT DAE a partir de 15/04/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 15/04/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE ABRIL DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1031 DE 13 DE ABRIL DE 2016

EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR a servidora PATRÍCIA BERALDO DE FARIA, no cargo de leiturista – ACT DAE a partir de 22/04/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo

Nova Trento

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2016 (SAÚDE)

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2016

CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES

O Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, com base no art. 5º, da Lei Municipal nº 2.553/2014, de 21 de outubro de 2014, torna público que, conforme Ofício nº 142/2016, datado de 11/04/2016, expedido pelo Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, necessita contratar em caráter de URGÊNCIA:

- Médico Plantonista, em caráter temporário:

- a) Remuneração: R\$ 76,25/hora + Insalubridade 20% sobre o Salário Mínimo;
- b) Requisitos: Ensino Superior em Medicina e Registro no CRM/SC;
- c) Lotação: Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição;
- d) Carga horária disponível: 96h/Sem. (mínimo 6h/Sem.);
- e) Prazo do Contrato: até a Convocação dos Aprovados em Processo Seletivo, não superior a 60 (sessenta) dias;
- f) Regime Jurídico: ACT;
- g) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

- 01 (um) Médico, em caráter temporário:

- a) Remuneração: R\$ 6.284,25 (seis mil duzentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos);
- b) Requisitos: Ensino Superior em Medicina e Registro no CRM/SC;
- c) Lotação: Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição;
- d) Carga Horária: 33h/ Semanais;
- e) Prazo do Contrato: até a Convocação dos Aprovados em Processo Seletivo, não superior a 60 (sessenta) dias;
- f) Regime Jurídico: ACT;
- g) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

As inscrições serão realizadas através de formulário próprio (Anexo I), a ser preenchido pessoalmente pelo candidato. Na inscrição o candidato poderá inscrever-se em apenas 01 vaga. Os interessados deverão manifestar seu interesse no setor de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Nova Trento, do dia 15 de abril de 2016 a 18 de abril de 2016, das 08:00h as 12:00h e das 13:30h as 17:30h, munidos da cópia (legível) dos seguintes documentos:

- Cópia do RG;
- Cópia do CPF;
- Cópia do Título Eleitoral;
- Cópia da Carteira de Trabalho e inscrição no PIS/PASEP;
- Cópia do Comprovante da última eleição, em regularidade com a justiça eleitoral;
- Cópia da Certidão de Serviço Militar (Masculino);
- Cópia do Diploma (Superior/ Especialização);
- Cópia do Comprovante do Órgão de Classe (CRM/SC);
- Cópia de Certificados/Diplomas de cursos na área;
- Certidão de Tempo de Serviço.

TABELA DE PONTUAÇÃO PARA CURSOS DE CAPACITAÇÃO/APERFEIÇOAMENTO

Horas de capacitação/ aperfeiçoamento	08 a 80 h	81 a 200h	Acima de 201h
Pontos	2,0	4,0	6,0

TABELA DE PONTUAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

Tempo de Serviço	01 a 10 meses	11 a 20 meses	21 a 30 meses	Acima de 31 meses
Pontos	1,0	2,0	3,0	4,0

A análise curricular será realizada pela Comissão de Chamamento Público, e dar-se-á mediante somatório de pontos entre 0 (zero) a 10 (dez), por títulos adquiridos, conforme as tabelas acima.

Havendo empate entre os classificados, o critério de desempate será a maior idade. O resultado da classificação será publicado no dia 18 de abril de 2016, no mural e no site oficial da Prefeitura (www.novatreto.sc.gov.br) e no DOM/SC.

Mais informações pelo telefone: (48) 3267-3236, ou comparecer ao setor de RH da Prefeitura Municipal de Nova Trento.

Nova Trento, 14 de abril de 2016.
Gian Francesco Voltolini
PREFEITO MUNICIPAL

(ANEXO I)
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Prefeitura Municipal de Nova Trento

Inscrição para Chamamento Público nº 008/2016

Nº de Inscrição: ____/____ (Preenchimento pela Prefeitura) Nome do Candidato: Cargo: _____

RG: _____ Data de Nasc.: Sexo: M() F()

CPF: _____ Título Eleitoral: _____

Estado Civil: _____ E-mail: _____

Endereço: _____ Bairro: _____

Município: _____ Estado: Fone: _____

Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Chamamento Público. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.

Local e Data: _____ Assinatura do Candidato _____

Tempo de Serviço: ____a ____m ____d
Horas de Capacitação/Aperfeiçoamento: _____

O próprio candidato faz o cálculo/análise e preenche

Habilitação	Pontuação
Cursos de Capacitação/Aperfeiçoamento	
Tempo de Serviço	
Total de Pontos	

Ficha de Inscrição

Chamamento Público nº 008/2016

Número da Inscrição: ____/____

Nome do(a) Candidato(a): _____

Cargo: _____

Local e Data: _____

Assinatura do Candidato _____

DECRETO Nº 115/2016

DECRETO nº115/2016

convoca os aprovados no CONCURSO PÚBLICO 003/2015 que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I presente Decreto para comparecerem ao Setor de Recursos

Humanos, do dia 18 a 28 de abril de 2016, munidos da documentação abaixo relacionada observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - 01 (uma) foto 3/4

II - Cópia da Carteira de Identidade;

III - Cópia do CPF;

IV - Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V- Cópia do Título Eleitoral;

VI - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII - Cópia atualizada da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

VIII - Cópia atualizada da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

IX - Cópia Comprovante de Residência;

X - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos (Anexo II).

XI - Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XII - Estar quite com o Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;

XIII - Cópia autenticada do Diploma de Curso Superior (Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

XIV Cópia autenticada do Diploma Escolar (Ensino Fundamental/Médio/Curso Técnico), se for o caso;

XV - Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe, se for o caso

XVI - Inscrição no PIS/PASEP;

XVII - Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento.

XVIII- Declaração de bens, Declaração de acúmulos ou não de cargos, Declaração de penalidade disciplinar (retirar no setor de Recursos Humanos).

XIX - Declaração de desistência a vaga do cargo no qual foi nomeado (a), se for o caso (Anexo III).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 14 de abril de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

ANEXO I

(Decreto nº115/2016)

CARGO: MOTORISTA I

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
2ª	1298	ANTONI MARCHIORI

ANEXO II EXAMES

(Decreto nº 115/2016)

CARGOS	EXAMES
MOTORISTA I	RX COLUNA LOMBO SACRA AUDIOMETRIA

ANEXO III CARTA DE DESISTENCIA

(Decreto nº 115/2016)

Nova Trento, _____ de abril de 2016.

Exmo. Sr.

Prefeito Municipal Gian Francesco Voltolini

Nesta

Assunto: Desistência de Nomeação no Cargo de

Exmo Senhor,

Eu,, candidato(a) aprovado(a) no concurso público para o provimento do cargo efetivo de, no cargo, convocada através do Decreto,horas semanais, do Quadro Permanente de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Edital nº, homologado pelo Decreto nº, publicado no D.O.M. de, venho manifestar minha DESISTÊNCIA de ser nomeado(a) para exercer o cargo em questão. Neste contexto, manifesto ainda minha inteira ciência de que tal decisão descarta qualquer possibilidade futura de reconsideração da situação aqui registrada, ao tempo em que também registro minha ciência de que o próximo candidato aprovado para o mesmo cargo, poderá ser nomeado na vaga ora liberada.

NOME

CPF:

DECRETO Nº 116/2016

DECRETO nº 116/2016

convoca OS aprovados no PROCESSO SELETIVO 001/2016, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecerem no setor de Recursos Humanos, no dia 18 a 19 de abril de 2016.

Art. 2º – Posteriormente a escolha de vagas, deverão comparecer ao Setor de RH, munidos da documentação abaixo relacionada, conforme cada caso:

I - 01 (uma) foto 3/4;

II - Cópia da Carteira de Identidade;

III - Cópia do CPF;

IV – Cópia do Título de Eleitor;

V - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (Inscrição e PIS);

VI - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

VII - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

VIII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

IX - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral;

X - Comprovante do Serviço Militar (se for o caso);

XI - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar;

XII – Declaração de Bens; Declaração de Penalidades Disciplinar e Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

XIII - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 14 de abril de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

ANEXO I

(Decreto nº 116/2016)

CARGO: MÉDICO 33HS

Classificação	Nome completo
1º	Tomaz Selau de Souza

CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Classificação	Nome completo
1ª	Fatima Casola Bernich
2º	Salomão Almeida Santos

CARGO: ESTAGIÁRIO - EDUCAÇÃO FÍSICA

Classificação	Nome completo
2º	André Fabiano Gnoatto

CARGO: ESTAGIÁRIO - PSICOLOGIA

Classificação	Nome completo
1º	Bárbara Cipriani

DECRETO Nº 117/2016

DECRETO nº117/2016

convoca os aprovados no CONCURSO PÚBLICO 002/2015 e CONCURSO PUBLICO 003/2015 que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I presente Decreto para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos, do dia 18 a 28 de abril de 2016, munidos da documentação abaixo relacionada observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - 01 (uma) foto 3/4

II - Cópia da Carteira de Identidade;

III - Cópia do CPF;

IV – Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V- Cópia do Título Eleitoral;

VI - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Cópia atualizada da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

VIII - Cópia atualizada da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

IX – Cópia Comprovante de Residência;

X - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos.

XI – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XII - Estar quite com o Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;

XIII – Cópia autenticada do Diploma de Curso Superior (Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

XIV Cópia autenticada do Diploma Escolar (Ensino Fundamental/Médio/Curso Técnico), se for o caso;

XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe, se for o caso

XVI - Inscrição no PIS/PASEP;

XVII - Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento.

XVIII- Declaração de bens, Declaração de acúmulos ou não de cargos, Declaração de penalidade disciplinar (retirar no setor de Recursos Humanos).

XIX – Declaração de desistência a vaga do cargo no qual foi nomeado (a), se for o caso (Anexo II).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 14 de abril de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

ANEXO I

(Decreto nº117/2016)

CARGO: MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
7ª	006	VILI FRANCISCO GIACOMINI

CARGO: TECNICO EM RADIOLOGIA

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
3ª	72	LUANA MONIQUE DOS SANTOS FRANCO

ANEXO II CARTA DE DESISTENCIA
(Decreto nº 117/2016)

Nova Trento, _____ de abril de 2016.

Exmo. Sr.

Prefeito Municipal Gian Francesco Voltolini

Nesta

Assunto: Desistência de Nomeação no Cargo de

Exmo Senhor,

Eu,, candidato(a) aprovado(a) no concurso público para o provimento do cargo efetivo de, no cargo, convocada através do Decreto, horas semanais, do Quadro Permanente de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Edital nº, homologado pelo Decreto nº, publicado no D.O.M. de, venho manifestar minha DESISTÊNCIA de ser nomeado(a) para exercer o cargo em questão. Neste contexto, manifesto ainda minha inteira ciência de que tal decisão descarta qualquer possibilidade futura de reconsideração da situação aqui registrada, ao tempo em que também registro minha ciência de que o próximo candidato aprovado para o mesmo cargo, poderá ser nomeado na vaga ora liberada.

NOME

CPF:

PORTARIA Nº 343/2016

PORTARIA Nº 343 de 11 de abril de 2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar

Gian Francesco Voltolini, Prefeito de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII e XII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, com fundamento nos artigos 196 e 198, da Lei Municipal 1.207/1992, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Nova Trento, de 30/08/92,

RESOLVE,

Art. 1º – Instaurar processo administrativo disciplinar, com base no ofício nº 63/2016 de 08 de abril de 2016, firmado pelo Secretário Municipal de Educação Luiz Carlos Orsi, para apurar a conduta da funcionária Luana Darós.

Art. 2º – Designar os membros da Comissão de Processo Administrativo, nomeados pela portaria nº 406 de 17 de abril de 2015, para atuarem no processo ora instaurado.

Art. 3º – Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, o que se iniciará no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da publicação desta portaria.

Prefeitura de Nova Trento/SC, em 11 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

Moacir Antonio Facchini

Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 364/2016

PORTARIA Nº 364/ 2016

Designa servidor para responder pela Secretaria de Administração e Finanças

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica do Município,

Considerando, que o servidor efetivo, titular do cargo de Secretário Municipal de Administração e Finanças se afastou para concorrer a um cargo eletivo nas eleições municipais de outubro de 2016;

Considerando, que é recomendável que o cargo em comissão de Secretário Municipal de Administração e Finanças seja ocupado por alguém com experiência em administração pública;

Considerando, que o afastamento do titular é temporário, combinado com a necessidade de conter gastos neste momento, haja vista a queda constante de arrecadação decorrente da crise política e econômica instalada no Brasil;

Considerando, a necessidade de preservar o equilíbrio de caixa para dar cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal,

RESOLVE:

DESIGNAR o Servidor Público Municipal ADÉRICO EDÍLIO DALRI, matrícula nº 72, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Contador, para responder pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com direito a remuneração do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário, sem prejuízo do desempenho das atribuições do seu cargo de carreira.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

PROCESSO 037/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 028/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 037/2016 – Pregão Presencial nº 028/2016 – SRP 016

Objeto: O objeto deste pregão é o Registro de Preços para a aquisição parcelada de materiais para Cirurgias Ortopédicas, incluindo o fornecimento em regime de comodato de uma Torre de Vídeo para a realização de cirurgias ortopédicas, para o Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 02/05/2016 até as 14:30 horas. Abertura: 02/05/2016 as 14:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

PROCESSO 040/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 030/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 040/2016 – Pregão Presencial nº 030/2016 – SRP 018

Objeto: O objeto deste pregão é o Registro de Preços para a aquisição parcelada de Equipamentos e Materiais para o Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição – HIC e Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 04/05/2016 até as 09:30 horas. Abertura: 04/05/2016 as 09:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO 041/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 031/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 041/2016 – Pregão Presencial nº 031/2016 – SRP019

Objeto: O objeto é o Registro de Preços para aquisição parcelada de Equipamentos Hospitalares para o Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição e Fundo de Saúde, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 05/05/2016 até as 09:30 horas. Abertura: 05/05/2016 as 09:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2012

TERMO ADITIVO DE VALOR

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2012

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, Recicle Catarinense de Resíduos Ltda., inscrita no CNPJ nº 95.886.735/0005-02, localizada na Rua: Joaquim Zucco nº 200, Bairro Nova Brasília, cidade de Brusque/SC, neste ato representado por seu sócio administrador, Sergio Reinaldo Hang, doravante denominada de CONTRATADA, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 037/2012, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Objeto: Prestação de serviços coleta, transporte e destino final dos resíduos produzidos no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição (lixo hospitalar).

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Quarta do Contrato nº 037/2012, para aplicar o índice de reajuste convencionado no contrato original (IGP-M de 10,9612 %). O valor mensal passará a ser de R\$ 1.262,81 (Hum mil, duzentos e sessenta e dois reais e oitenta e um centavos).

CLAUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 037/2012, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 31 de março de 2016.

Gian Francesco Voltolini Prefeito Contratante	RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA. Contratada
---	--

Valdemir Luiz Quaiato
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas:	
1. _____ Aprigio José Botameli	2. _____ Cátia Maria Búrigo

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 012/16 - PR Nº 006/16 - 14/04/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 14/04/2016

CONTRATADO: LIGA CORONELFREITENSE DE FUTEBOL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM NAS MODALIDADES DE FUTEBOL DE CAMPO, DE FUTEBOL SUÍÇO E DE FUTEBOL DE SALÃO PARA ATENDIMENTO DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS PELO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos estimados e especificações constantes do Edital e seus anexos.

VALOR DA DESPESA: 9.504,00 (Nove mil quinhentos e quatro reais), ref. a Serviços de Arbitragem para 40 jg de Futebol de Campo.

DATA: 14/04/2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 048/2015 - PR Nº 021/15 14/04/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DIA: 14/04/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE CÂMARAS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: JOAÇABA PNEUS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 47.464,00 (Quarenta e sete mil quatrocentos e sessenta e quatro reais).

CONTRATADO: IRMÃOS FLACH LTDA-EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.830,00 (Dezesseis mil oitocentos e trinta reais).

DATA: 14/04/2016 – Eli Mariott – Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TA Nº 019-CA 061/2013

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO DOM DIA 01/04/2016 – Edição Nº 1965

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 019 ao Contrato Administrativo Nº: 061/2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: C.A.S. TRANSPORTES LTDA ME

Valor : 1.696,37 (Um mil seiscentos e noventa seis reais e trinta sete centavos).

Vigência : Início: 31/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2013

Recursos : 40.01-039-12.361.0005-2.012.3.3.90.00-110–Man. Transporte Escolar Ensino Fundamental; 40.01-040-12.361.0005-2.012.3.3.90.00-116–Man. Transporte Escolar Ensino Fundamental; 40.01-041-12.361.0005-2.012.3.3.90.00-130–Man. Transporte Escolar Ensino Fundamental; 40.01-042-12.361.0005-2.012.3.3.90.00-134–Man. Transporte Escolar Ensino Fundamental; 40.01-045-12.362.0006-2.015.3.3.90.00-109–Manutenção Ensino Médio; 40.01-046-12.362.0006-2.015.3.3.90.00-134–Manutenção Ensino Médio; 40.01-047-12.364.0007-2.016.3.3.90.00-109–Manutenção Ensino Superior

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste no acréscimo da quilometragem diária dos itinerários constantes dos itens 07, 24, 27 e 28 e redução da quilometragem diária do itinerário constante do item 23, conforme abaixo descritos, e relacionados na CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - Contratação de empresas prestadoras de serviços de Transporte Escolar para alunos do Município de Novo Horizonte, referente o ano letivo de 2016.

Fundamentação: De comum acordo e amparados pelo art. 65, I "b" § 1º, da Lei 8.666/93 e alterações, na Cláusula Primeira e Segunda, Parágrafo Quinto do Contrato Administrativo Nº 061/2013.

Novo Horizonte/SC, em 31 de Março de 2016 – Eli Mariott – Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

ADITIVO CREDENCIAMENTO 01/2014-1

CREDENCIAMENTO Nº: 001/2014 – 1º ADITIVO FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

Contratado: EDGAR RUDI DA SILVA MATTOS & CIA LTDA - ME

Prorrogação do prazo de vigência até 30/04/2016.

EDUARDO BERTONCINI – P. CONTRATANTE

EDGAR RUDI DA SILVA MATTOS & CIA LTDA - ME – P. CONTRATADA

Orleans, 16 de Dezembro de 2015.

CONTRATO 14/2016 FMS

Contrato Nº: 14/2016 FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

Contratado: CARINE BERTI DA SILVA

Valor: R\$ 28.800,00 (Vinte e oito mil e oitocentos reais),

Dotação Orçamentária: 10.01.2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 - 09/2016 - Manutenção da Secretaria de Saúde

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL CONTADOR PARA REALIZAÇÃO DAS ROTINAS CONTÁBEIS E DA CONTABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

AURIVAM MARCOS SIMIONATTO: P/CONTRATANTE.

CARINE BERTI DA SILVA: P/CONTRATADA.

Orleans, 14 de Abril de 2016.

PROCESSO 18/2016 FMS

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 18/2016 FMS

PRÉGIO PRESENCIAL Nº 06/2016 FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS EM FUNILARIA E PINTURA PARA RECUPERAÇÃO DO VEÍCULO NISSAN FRONTIER PLACAS QHE-7997 DO FMS.

Fundamento legal: Leis Federais NºS 10520/2002, 8.666/93 Lei Complementar Federal Nº 123/2006.

Data e hora da entrega dos envelopes e credenciamento: 05/05/2016 às 13h30min. Abertura 05/05/2016 às 14h00min.

Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 14 de abril de 2016.

Aurivam Marcos Simionatto

Secretário de Saúde

PROCESSO 19/2016 FMS

PROCESSO Nº 19/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

Critério de Julgamento: Menor Preço Global

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de interligação das unidades de Saúde, que compreendem a Prefeitura Municipal de Orleans, englobando instalação e configuração de equipamentos e de enlaces de comunicação, e gerenciamento pró-ativo contra falhas.

Data e hora de entrega dos envelopes: 16h30min do dia 04/05/2016. Abertura: 17h00min do dia 04/05/2016 no setor de Licitações da Prefeitura. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, consolidada.

Orleans – SC, 14 de Abril de 2016.

AURIVAM MARCOS SIMIONATTO

Secretário de Saúde

Otacílio Costa

PREFEITURA

PREGÃO 001/2016 - SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL PREGÃO Nº 001/2016

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando a aquisição de cestas básicas que serão fornecidas aos usuários em situação de vulnerabilidade social atendidos pela Secretaria de Assistência Social. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 28/04/2016 e abertura da sessão será às 14:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 14/04/2016.

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Estabelece normas para a chamada pública de Assistente Social, destinada a prover vaga temporária de excepcional interesse no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Prefeito do Município de Ouro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no disposto na Lei nº 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público no Centro de Referência de Assistência Social, para provimento de vaga no âmbito da Secretaria Municipal da Assistência Social;

Considerando atestado médico para tratamento de saúde e licença maternidade da titular da função no Centro de Referência de Assistência Social;

Considerando que o PAIF – Programa de Atendimento Integral à Família deve ser desenvolvido pelo Assistente Social e Psicólogo, em atuação conjunta, em conformidade com a NOB-RH/SUAS que pressupõe ainda dedicação exclusiva de ambos no Centro de Referência de Assistência Social;

Considerando a não ruptura de vínculos dos trabalhos e um processo de transição que atenda as necessidades dos usuários dos serviços;

Considerando ainda que o profissional Assistente Social é indispensável para formulação de alguns pareceres, relatórios e encaminhamentos;

Torna público os procedimentos para a chamada pública de Assistente Social, destinada ao provimento de vaga temporária para o ano de 2016, Centro de Referência de Assistência Social;

1. DA DATA E DA VAGA

1.1 A Chamada Pública realizar-se-á no dia 25 de abril (segunda - feira), às 14h no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ouro, sito à Rua Jorge Lacerda, nº 1209, Centro.

1.2. Assistente Social no Centro de Referência de Assistência Social.

2. DOS PROCEDIMENTOS

2.1 Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 1.1 deste Edital, munidos de cópia dos seguintes documentos:

- a) RG, CPF;
- b) Certificado de Conclusão do Ensino Superior na área e registro no CRESS;
- c) Comprovante de tempo de serviço de atuação na função de Assistente Social (Carteira de Trabalho ou Declaração da Empresa/ Instituição devidamente autenticada).

3. CLASSIFICAÇÃO

3.1 Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, serão obedecidos os seguintes critérios de classificação:

- a) Maior tempo de serviço na função de Assistente Social;
- b) Especialização na área (Pós Graduação ou Mestrado);
- b) Maior idade.

Ouro, em 14 de abril de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito Municipal

PR 20-2016

MUNICÍPIO DE OURO / SC

Pregão Presencial nº. 0020/2016

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 29/04/2016, às 09hs15min, o Processo Licitatório nº. 0036/2016, na modalidade Pregão Presencial nº. 0020/2016, tipo menor preço por lote, sob o regime de registro de preços. Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de horas de máquinas. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br . Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 11/04/2016. Marcelo Paschoal Andrioni, Diretor de Desenvolvimento Rural.

PR 21-2016

MUNICÍPIO DE OURO / SC

Pregão Presencial nº. 0021/2016

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 29/04/2016, às 14hs, o Processo Licitatório n.0037/2016, na modalidade Pregão Presencial nº. 0021/2016, tipo menor preço por item, sob regime de registro de preço. Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de tintas, rolos e solventes, para demarcação viária. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br . Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 11/04/2016. Andréa Baretta, Diretora de Trânsito.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 8771-00227

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 771 227/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACV5448	8771026458	7463/0	13/02/2011	R\$ 127,69	218 * II
AFP5933	8771051005	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
AJW6251	8771046725	7463/0	24/09/2011	R\$ 127,69	218 * II
CHN8369	8771044409	7455/0	21/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
CRL7641	8771028673	7455/0	05/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
DJE1919	8771037776	7455/0	18/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
GWQ6009	8771045771	7455/0	08/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
HLB9499	8771037646	7455/0	19/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
HQI3898	8771036687	7455/0	31/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
IIF5363	8771028768	7455/0	11/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
JNP1400	8771049341	7455/0	31/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXB4085	8771036525	7463/0	02/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYM1054	8771042791	7455/0	23/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZA9989	8771042821	7455/0	24/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAN3926	8771049089	7455/0	07/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBM4733	8771024623	7455/0	19/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBR4327	8771035338	7455/0	28/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBT5426	8771022698	7455/0	09/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDC6037	8771043226	7455/0	25/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDH2952	8771033794	7455/0	23/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDM2350	8771034987	7455/0	17/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDN3655	8771037637	7455/0	18/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MES0605	8771037640	7455/0	19/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MES8081	8771033723	7455/0	20/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFA4247	8771037626	7455/0	15/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFG2565	8771045696	7455/0	17/09/2011	R\$ 85,12	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFK8475	8771024374	7455/0	26/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFQ9328	8771034020	7455/0	24/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFV7885	8771031986	7463/0	16/04/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHJ8185	8771031846	7463/0	09/04/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHO9943	8771040286	7455/0	28/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHR6975	8771043172	7455/0	02/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHT8477	8771032608	7455/0	15/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHY7956	8771024485	7455/0	15/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIB0492	8771043250	7455/0	31/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIF0484	8771037871	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIV7602	8771049067	7455/0	03/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJD5229	8771040524	7455/0	11/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MOO2155	8771042972	7455/0	01/08/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 13 DE ABRIL DE 2016

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 8771-00228

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 10

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 771 228/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAE4630	8771029730	7455/0	08/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
AAW5797	8771048084	7455/0	14/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
ABG5813	8771043049	7455/0	05/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
ABG5813	8771043050	7455/0	05/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
ABG5813	8771061120	7455/0	12/03/2012	R\$ 85,12	218 * I
ABQ4973	8771049246	7455/0	26/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
ACA2952	8771024633	7455/0	20/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
ADG4488	8771031361	7455/0	02/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
ADH9451	8771031899	7455/0	11/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
ADH9451	8771057988	7455/0	29/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
AEK0323	8771025272	7455/0	07/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
AFB1598	8771045527	7455/0	07/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
AFQ2983	8771032610	7455/0	16/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
AGO1461	8771024708	7455/0	23/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
AHE6554	8771028620	7455/0	03/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
AIC7046	8771034721	7455/0	04/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
AIC7046	8771034736	7455/0	05/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
AIC7046	8771034988	7455/0	17/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
AIC7046	8771037732	7455/0	16/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
AIC7046	8771037816	7455/0	20/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
AIH1847	8771052891	7455/0	03/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
AJK5437	8771040505	7455/0	10/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
AJK5437	8771056234	7455/0	03/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
AJW9366	8771024995	7463/0	02/02/2011	R\$ 127,69	218 * II
AKA3022	8771061026	7455/0	07/03/2012	R\$ 85,12	218 * I
AKE5021	8771046654	7463/0	21/09/2011	R\$ 127,69	218 * II

1 / 10

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKE7451	8771022826	7455/0	12/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
AME3685	8771042968	7455/0	01/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
AMX1668	8771030097	7455/0	22/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
AND5786	8771046676	7463/0	22/09/2011	R\$ 127,69	218 * II
AOX1631	8771055936	7463/0	01/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
AOY3658	8771055857	7455/0	30/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
API8821	8771046898	7463/0	02/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
ATO1981	8771054229	7455/0	17/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
BKG0661	8771046903	7455/0	02/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
BMV7959	8771024527	7455/0	16/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
BOG8733	8771035165	7463/0	19/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
BOG8733	8771035337	7455/0	28/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
BOG8733	8771035341	7455/0	28/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
BOU9229	8771024957	7455/0	31/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
BOY3755	8771055898	7455/0	31/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
BQT0285	8771026596	7455/0	19/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
BQT0285	8771030041	7455/0	19/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
BST1791	8771044249	7455/0	30/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
BUM4914	8771024741	7455/0	24/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
BUM4914	8771036493	7455/0	31/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
BUM4914	8771036520	7455/0	02/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
BUM4914	8771036828	7455/0	09/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
BUM4914	8771040365	7455/0	02/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
BUM4914	8771040409	7455/0	06/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
BVM4689	8771024386	7455/0	29/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
CAK7867	8771024990	7455/0	01/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
CBG1148	8771026301	7463/0	11/02/2011	R\$ 127,69	218 * II
CEO7964	8771044476	7455/0	25/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
CFO4383	8771044363	7455/0	18/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
CIO5293	8771059780	7455/0	25/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
CIO5293	8771059781	7471/0	25/02/2012	R\$ 574,61	218 * III
CIO5293	8771060279	7463/0	03/03/2012	R\$ 127,69	218 * II
CKQ4973	8771042945	7455/0	31/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
CLL3036	8771050796	7455/0	15/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
CPT8698	8771032597	7455/0	12/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
CRL7641	8771052880	7463/0	03/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
CRL7641	8771053027	7455/0	08/12/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CRL7641	8771055717	7463/0	23/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
DAX7253	8771052808	7455/0	29/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
DIM6791	8771045490	7455/0	05/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
GPF9350	8771031437	7455/0	03/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
GWQ6009	8771060180	7455/0	20/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
HGO4064	8771044469	7455/0	25/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
HLB9499	8771046605	7455/0	21/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
HOT8574	8771044254	7455/0	30/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
IAW5412	8771026333	7471/0	18/02/2011	R\$ 574,61	218 * III
IBM8552	8771049283	7455/0	28/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
IFP2941	8771027722	7455/0	28/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
IFP2941	8771027729	7455/0	28/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
IFZ0693	8771035225	7455/0	22/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
IGW3918	8771024440	7455/0	13/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
IGZ5703	8771033948	7455/0	01/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
IIC3055	8771061150	7455/0	14/03/2012	R\$ 85,12	218 * I
IJA7207	8771045662	7455/0	15/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
IKU8553	8771044246	7455/0	28/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
IMQ1972	8771043515	7455/0	14/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
IOG0394	8771041204	7455/0	21/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
IOP6725	8771058042	7455/0	19/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
JNH0668	8771052945	7455/0	04/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
JNP1400	8771044505	7455/0	27/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
JNP1400	8771049430	7455/0	05/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
JNP1400	8771053064	7463/0	10/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
JUK1051	8771058091	7455/0	22/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
JZM9876	8771055932	7455/0	01/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
KJB1309	8771045592	7455/0	12/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
KUZ1391	8771049253	7455/0	26/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
LCC6747	8771045729	7455/0	18/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LPM1251	8771028584	7455/0	01/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
LVR2892	8771036922	7455/0	13/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LVR2892	8771040271	7455/0	27/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LVR2892	8771040272	7463/0	27/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
LVR2892	8771043253	7463/0	31/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
LVR2892	8771058108	7455/0	23/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LVR2892	8771059713	7455/0	20/02/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LVR2892	8771060276	7463/0	03/03/2012	R\$ 127,69	218 * II
LVR2892	8771061109	7463/0	11/03/2012	R\$ 127,69	218 * II
LWT7072	8771043084	7455/0	07/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
LWW8649	8771058869	7455/0	09/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
LWZ0545	8771026550	7455/0	17/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXB4085	8771032619	7463/0	17/04/2011	R\$ 127,69	218 * II
LXB4967	8771024938	7455/0	30/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXB4967	8771032009	7463/0	17/04/2011	R\$ 127,69	218 * II
LXB4967	8771046716	7455/0	24/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXC4248	8771028831	7455/0	13/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXD5527	8771061099	7455/0	11/03/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXF7474	8771026510	7455/0	15/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXG6664	8771030811	7455/0	25/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXK3896	8771024760	7455/0	25/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXQ0585	8771046890	7455/0	02/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXS7051	8771049410	7455/0	04/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXS7682	8771046819	7455/0	29/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXX9893	8771040294	7455/0	29/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXX9893	8771045557	7455/0	09/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXX9893	8771052766	7455/0	27/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYA7241	8771033854	7455/0	26/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYB4272	8771044211	7455/0	19/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYC1528	8771043493	7463/0	13/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYC3149	8771027572	7463/0	27/02/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYF0162	8771022782	7455/0	12/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYP0809	8771027693	7455/0	27/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYQ0120	8771043060	7455/0	06/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYR8630	8771034752	7463/0	05/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYV1490	8771037865	7455/0	23/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYY2221	8771040523	7463/0	11/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYZ6512	8771043098	7455/0	08/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYZ6876	8771022747	7455/0	10/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYZ6876	8771036743	7455/0	04/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZA9989	8771034814	7455/0	08/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZB2870	8771027699	7455/0	27/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZE2881	8771046628	7455/0	29/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZH9867	8771055996	7455/0	21/12/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZI0961	8771059800	7455/0	26/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZI4925	8771028792	7455/0	12/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZJ6370	8771024690	7463/0	23/01/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZJ6370	8771034944	7455/0	15/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZM4461	8771043103	7455/0	08/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZM6023	8771052838	7455/0	01/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZO5165	8771056010	7463/0	24/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZU6823	8771037880	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZU6823	8771042790	7455/0	23/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZY7305	8771058802	7455/0	05/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZZ6323	8771036876	7455/0	11/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAA7625	8771049122	7455/0	29/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAB8334	8771058184	7455/0	28/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAC8169	8771056239	7455/0	03/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAD0042	8771040530	7455/0	11/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAD5462	8771029733	7463/0	08/03/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAD5462	8771049324	7455/0	30/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAG5882	8771035011	7455/0	19/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAH5745	8771055930	7463/0	01/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
MAN1495	8771034858	7455/0	10/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAN4591	8771047932	7455/0	07/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAS3252	8771049085	7455/0	06/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAS3252	8771060202	7455/0	27/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAT3908	8771042955	7455/0	31/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAT7579	8771040377	7455/0	03/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAV8695	8771044377	7463/0	19/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAV8695	8771048086	7463/0	14/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAZ5037	8771042919	7455/0	30/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBB3804	8771042792	7463/0	23/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBC3615	8771024530	7455/0	16/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBG2904	8771058205	7455/0	28/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBG9001	8771025151	7455/0	02/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBH6953	8771049437	7455/0	05/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBI1801	8771043079	7455/0	07/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBJ5856	8771034720	7455/0	04/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBL1075	8771055696	7455/0	22/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBL1795	8771044454	7455/0	24/08/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBL1795	8771052662	7455/0	03/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBN2814	8771034788	7463/0	07/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBP5709	8771050820	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBV4064	8771033735	7455/0	21/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBZ5748	8771026490	7455/0	14/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCC6485	8771043405	7455/0	11/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCC8696	8771049380	7455/0	02/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCH0324	8771028648	7455/0	04/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCK3490	8771046660	7455/0	21/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCK3490	8771050942	7455/0	16/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCK3490	8771050967	7463/0	18/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCK3490	8771052972	7455/0	06/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCO1589	8771049323	7455/0	30/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCR3085	8771034780	7463/0	07/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCR8787	8771060186	7463/0	22/02/2012	R\$ 127,69	218 * II
MCS2701	8771059748	7463/0	23/02/2012	R\$ 127,69	218 * II
MCT1373	8771043244	7463/0	30/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCZ1549	8771059767	7455/0	24/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCZ8563	8771041189	7455/0	20/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDB0495	8771034744	7455/0	05/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDC6037	8771034687	7471/0	11/05/2011	R\$ 574,61	218 * III
MDC6037	8771034689	7455/0	11/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDC6037	8771034702	7463/0	16/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDC7161	8771055950	7455/0	01/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDF8664	8771024786	7455/0	26/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDH9836	8771058043	7455/0	19/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDH9836	8771060278	7455/0	03/03/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDI6777	8771024775	7455/0	26/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDN6827	8771052677	7455/0	04/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDQ1168	8771046756	7455/0	25/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDT9323	8771042971	7463/0	01/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDV2642	8771059698	7455/0	19/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDV7157	8771050800	7455/0	17/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDV7157	8771060167	7455/0	05/03/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDW2049	8771036679	7455/0	09/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDX2026	8771041074	7455/0	15/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDZ1149	8771027694	7455/0	27/02/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEE4890	8771026464	7455/0	13/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEE7612	8771024993	7455/0	01/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEF9144	8771044361	7455/0	18/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEG0949	8771022718	7455/0	09/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEI4418	8771045724	7455/0	18/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEK2894	8771052722	7455/0	24/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEK8654	8771030815	7455/0	25/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEL4978	8771034785	7455/0	07/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MES0605	8771054766	7455/0	18/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEZ5193	8771046823	7455/0	29/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEZ5193	8771052698	7455/0	23/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFA4247	8771054755	7455/0	16/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFA4247	8771056003	7455/0	22/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFB1779	8771047935	7455/0	07/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFC9257	8771043188	7455/0	08/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFC9257	8771058923	7455/0	10/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFC9257	8771060157	7463/0	03/03/2012	R\$ 127,69	218 * II
MFE3940	8771035248	7455/0	24/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFE3940	8771046860	7455/0	01/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFE8089	8771022716	7455/0	09/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFG2565	8771046647	7463/0	20/09/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFL5072	8771044388	7455/0	20/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFL5072	8771053058	7455/0	10/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFM4354	8771061019	7463/0	06/03/2012	R\$ 127,69	218 * II
MFN8470	8771054180	7455/0	13/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFO2615	8771028675	7455/0	05/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFP2476	8771042970	7455/0	01/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFP5738	8771050818	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFP7970	8771044480	7455/0	26/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFP8401	8771034012	7455/0	23/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFP8401	8771035145	7463/0	29/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFS4850	8771042793	7455/0	23/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFT5479	8771026572	7455/0	18/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFT6326	8771025249	7455/0	06/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFT8012	8771024719	7455/0	23/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFV7885	8771032005	7455/0	17/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFW1645	8771033900	7455/0	28/04/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFW1645	8771034986	7455/0	17/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFW1978	8771037847	7455/0	22/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFW6773	8771024713	7455/0	23/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFW6773	8771024992	7455/0	01/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFW6773	8771025145	7455/0	02/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFY3897	8771041118	7455/0	17/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFY1541	8771056400	7455/0	12/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFY1678	8771060151	7455/0	01/03/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGD4010	8771044431	7455/0	22/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGD4010	8771046603	7455/0	21/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGD4010	8771052745	7455/0	26/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGG6773	8771054175	7455/0	13/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGH5826	8771049280	7455/0	28/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGJ8364	8771034820	7455/0	08/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGL6206	8771024430	7455/0	13/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGL7165	8771055782	7455/0	26/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGM7258	8771027559	7455/0	26/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGM7258	8771046714	7455/0	24/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGN6122	8771025135	7463/0	05/02/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGP9405	8771050896	7455/0	14/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGT2439	8771037751	7455/0	17/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGT2439	8771037766	7455/0	18/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGU5170	8771044346	7455/0	17/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGV5088	8771046917	7463/0	03/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHA9805	8771048171	7455/0	16/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHD2400	8771034989	7455/0	17/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHE7248	8771048192	7455/0	17/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHJ0906	8771036713	7455/0	03/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHJ1918	8771050923	7463/0	15/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHJ1918	8771050966	7455/0	18/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHJ1918	8771059021	7455/0	15/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHJ1918	8771061121	7455/0	12/03/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHL3241	8771028727	7463/0	08/03/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHL4477	8771028643	7455/0	04/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHL6481	8771052983	7455/0	07/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHN9269	8771056403	7455/0	12/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHO3426	8771045617	7455/0	13/09/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHP5634	8771055945	7463/0	01/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
MHP6225	8771058057	7455/0	20/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHP8628	8771024617	7455/0	19/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHQ7547	8771053063	7455/0	10/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHR2635	8771059765	7463/0	24/02/2012	R\$ 127,69	218 * II
MHV2968	8771042892	7455/0	28/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHV9170	8771029782	7455/0	14/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHV9170	8771046858	7455/0	01/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHW3106	8771046752	7455/0	25/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHX3185	8771041123	7463/0	17/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHY4347	8771055811	7455/0	27/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHY7956	8771026555	7455/0	18/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHY7956	8771028793	7455/0	12/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIA2158	8771054255	7455/0	18/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIA5742	8771046798	7455/0	28/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIB0492	8771032620	7455/0	17/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIB0492	8771036659	7455/0	01/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIB0492	8771036744	7463/0	04/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIB6389	8771049457	7463/0	06/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIB6389	8771049464	7455/0	06/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIB6389	8771055874	7455/0	30/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIC4619	8771024639	7455/0	20/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIF0484	8771044453	7455/0	23/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIF0484	8771046630	7455/0	19/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIF0484	8771049178	7455/0	22/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIF0484	8771056355	7455/0	10/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIF3349	8771055884	7455/0	31/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIH3920	8771024509	7455/0	15/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIH3920	8771044533	7455/0	29/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIH8205	8771043234	7455/0	28/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIJ9502	8771035228	7455/0	22/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIK3390	8771049048	7455/0	01/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIK4189	8771040507	7471/0	10/07/2011	R\$ 574,61	218 * III
MIK4189	8771058894	7455/0	12/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIL3490	8771026411	7455/0	11/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIM7596	8771058760	7455/0	03/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIS3223	8771050957	7463/0	17/11/2011	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIU7559	8771054267	7455/0	19/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIU7559	8771055979	7455/0	02/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIU7559	8771056470	7455/0	15/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIV7227	8771049086	7455/0	06/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIV7602	8771043197	7455/0	20/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIV7602	8771049095	7455/0	20/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIZ7279	8771037802	7455/0	19/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJD5229	8771042863	7455/0	26/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJF0344	8771055845	7455/0	29/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJK3309	8771058976	7455/0	12/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJR0107	8771049223	7455/0	24/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MLA3005	8771035261	7455/0	24/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MMM2787	8771024811	7455/0	27/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
MRA0500	8771028672	7455/0	05/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
MRA0500	8771028760	7455/0	10/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
MVI9339	8771060204	7463/0	27/02/2012	R\$ 127,69	218 * II
NEW0397	8771052658	7455/0	02/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
NEW0397	8771052990	7455/0	09/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
NEW7045	8771045618	7455/0	13/09/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 13 DE ABRIL DE 2016

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 8771-00229

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 771 229/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABT1116	8771031504	7455/0	07/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
AFQ2983	8771060155	7455/0	02/03/2012	R\$ 85,12	218 * I
AKC5194	8771036720	7455/0	03/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LWX2369	8771024949	7455/0	31/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXB6335	8771058106	7455/0	23/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZJ2524	8771044416	7455/0	21/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZM4130	8771037798	7455/0	19/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAL8829	8771060201	7471/0	26/02/2012	R\$ 574,61	218 * III
MCN2183	8771048025	7455/0	11/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEJ1503	8771058025	7455/0	18/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEQ9691	8771056457	7455/0	15/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFQ0058	8771031399	7455/0	01/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFQ5241	8771049127	7455/0	30/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFV1073	8771031447	7455/0	04/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGE5065	8771035318	7455/0	27/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGM3260	8771048228	7455/0	19/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGM3260	8771048229	7455/0	19/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHD2617	8771031965	7455/0	15/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHE7248	8771049232	7455/0	25/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHG4338	8771045605	7455/0	12/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHO0125	8771040506	7471/0	10/07/2011	R\$ 574,61	218 * III
MID6529	8771058168	7455/0	27/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIY3440	8771046786	7455/0	27/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MKB8169	8771061098	7455/0	11/03/2012	R\$ 85,12	218 * I
MLD1000	8771028855	7455/0	15/03/2011	R\$ 85,12	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 13 DE ABRIL DE 2016

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 8771-00230

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 771 230/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABG7841	8771031448	7455/0	04/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
AGC8447	8771049125	7455/0	30/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
ALC4904	8771041112	7455/0	17/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
ALE1593	8771037663	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
ANM0621	8771024777	7455/0	26/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
CIJ9116	8771046727	7455/0	24/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
GSZ0030	8771060302	7455/0	04/03/2012	R\$ 85,12	218 * I
IEY1533	8771026326	7455/0	17/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
IIZ4614	8771060301	7455/0	04/03/2012	R\$ 85,12	218 * I
JLX1470	8771033822	7471/0	24/04/2011	R\$ 574,61	218 * III
JTI2647	8771035134	7455/0	27/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYY6368	8771025269	7463/0	07/02/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZA0168	8771054253	7455/0	18/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAN4591	8771043080	7463/0	07/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAN4591	8771053008	7455/0	06/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAN4591	8771055916	7455/0	01/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAR6265	8771028601	7455/0	02/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBW3398	8771030079	7455/0	21/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCN2183	8771048820	7455/0	11/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDH0705	8771036523	7455/0	02/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDZ6935	8771040486	7455/0	09/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEK8425	8771035102	7455/0	21/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEW4503	8771034672	7455/0	05/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFA2904	8771046815	7455/0	29/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFG4380	8771035217	7455/0	22/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHR0722	8771032589	7455/0	10/04/2011	R\$ 85,12	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHZ7381	8771049392	7455/0	03/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MUT6528	8771025139	7455/0	02/02/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 13 DE ABRIL DE 2016

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

Ouro Verde

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0045/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: WERUSKA MAGGI MORAIS BENETTI

Objeto: contratação de pessoa física formada na área farmacêutica para prestação de serviço junto a farmácia da unidade de saúde e responsável pelos programas com atendimento da população do município de Ouro Verde-SC, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de abril a dezembro de 2016. valor certo e ajustado de R\$:14.166,00 (quatorze mil cento e sessenta e seis reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 11 de abril de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO II DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0044/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: T&Z CONTABILIDADE E ASSESSORIA S/S LTDA – ME

Objeto: contratação temporária, de caráter excepcional e não continuada de serviços técnicos especializados de empresa com registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC para prestação de serviços de consultoria e assessoria contábil, financeira e patrimonial objetivando orientar os técnicos municipais que atuam nos setores de contabilidade, compras, patrimônio, tributação e controle interno para promover a implantação das novas normas da contabilidade pública brasileira de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e as Demonstrações Contábeis (DCASP), aprovados pela Portaria nº 751/2009 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Segundo a Portaria STN nº 634/2013 o PCASP e a DCASP deverão ser adotados por todos os entes da Federação até o final de 2014, para consolidação das contas nacionais no exercício de 2015 e subsequentes. orientação na elaboração e acompanhamento das peças de planejamento (PPA, LDO e LOA). Assessoramento na elaboração das prestações de contas para Tribunal de Contas (e-Sfinge), SIOPS, SIOPE e SISTN. Vigência de 12/05/2016 á 31/12/2016. Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 12 de abril de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 047/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 047/2016 do PREGÃO Nº 017/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa VINICIUS GOEDERT ME. OBJETO: Aquisição e instalação de calhas e tubos de alumínio para as unidades de ensino do município. VALOR: R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais). DATA: 01/04/2016 A 31/03/2017.

VINICIUS GOEDERT ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Calha de alumínio, cor fosca, espessura mínima 0,5m; dimensões 33 cm; instalada	M	Alcoa	2.000,00000	R\$45,9000	R\$91.800,0000
2	Tubo de alumínio, cor fosca, para acoplar a calha, espessura mínima 0,5 mm; diâmetro 100mm; instalado	M	Alcoa	250,00000	R\$36,8000	R\$9.200,0000
Total Geral dos Itens						R\$ 101.000,0000

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 048/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 048/2016 do PREGÃO Nº 020/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa TRATOR PEÇAS COM. DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP. OBJETO: Aquisição e peças para manutenção/reposição em Patrolas, Motoniveladoras e Retroescavadeira. VALOR: R\$ 10.020,00 (dez mil e vinte reais). DATA: 01/04/2016 A 31/03/2017.

TRATOR PEÇAS COM. DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	Parafuso 5/8 x 2 para lamina Patrola Motoniveladora MNW1; MNW2.	UN	REX	3.000,00000	R\$1,8400	R\$5.520,0000
4	Porcas 5/8 para lamina Patrola Motoniveladora 140B	PÇ	FEY	3.000,00000	R\$0,9000	R\$2.700,0000
7	Parafuso 5/8 x 3.1/2 com porca para Retroescavadeira E215.	PÇ	REX	500,00000	R\$3,6000	R\$1.800,0000
Total Geral dos Itens						R\$ 10.020,0000

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 049/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 049/2016 do PREGÃO Nº 020/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa PEÇALUB COMÉRCIO DE PEÇAS EQUIPAMENTOS E LUBRIFICANTES LTDA ME. OBJETO: Aquisição e peças para manutenção/reposição em Patrolas, Motoniveladoras e Retroescavadeira. VALOR: R\$ 102.650,00 (cento e dois mil seiscentos e cinquenta reais). DATA: 01/04/2016 A 31/03/2017.

PEÇALUB COMÉRCIO DE PEÇAS EQUIPAMENTOS E LUBRIFICANTES LTDA ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Lâminas 8 furos 3/4 dureza mínima 400 HB F.5/8 para utilização em Patrola Motoniveladora MNW2.	UN	METISA	350,00000	R\$271,0000	R\$94.850,0000
5	Unha 320 Cat 320 para Retro Escavadeira E215.	PÇ	METISA	100,00000	R\$78,0000	R\$7.800,0000
Total Geral dos Itens						R\$ 102.650,0000

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 050/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 050/2016 do PREGÃO Nº 020/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa JULIO SILVESTRI FILHO ME. OBJETO: Aquisição e peças para manutenção/reposição em Patrôas, Motoniveladoras e Retroescavadeira. VALOR: R\$ 41.800,00 (quarenta e um mil oitocentos reais). DATA: 01/04/2016 A 31/03/2017.

JULIO SILVESTRI FILHO ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	Lamina 9 furos 3/4 dureza mínima 400 HB F. 5/8 para utilização em patrôa Motoniveladora MNW1.	UN	METISA	100,00000	R\$304,0000	R\$30.400,0000
6	Dente para Retro Escavadeira L110/90 RNW1; RNW2 e RNW3	PÇ	COLINA	300,00000	R\$38,0000	R\$11.400,0000
Total Geral dos Itens						R\$ 41.800,0000

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 051/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 051/2016 do PREGÃO Nº 021/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa EDP – COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI – ME. OBJETO: Contratação serviços para manutenção preventiva e corretiva, incluindo fornecimento de peças, componentes e materiais originais, para os veículos pesados pertencentes a frota Fo Centro Administrativo Municipal e Corpo de Bombeiros. VALOR: R\$ 1.210.400,00 (um milhão duzentos e dez mil quatrocentos reais). DATA: 07/04/2016 A 06/04/2017.

EDP – COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI – ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Fornecimento de Peças para Veículos Pesados	UN		700.000,00000	R\$0,8000	R\$560.000,0000
2	Mão de Obra por hora de serviço executado em Veículos Pesados	H		4.000,00000	R\$120,0000	R\$480.000,0000
1	Fornecimento de Peças para Veículos Pesados	UN		150.000,00000	R\$0,8000	R\$120.000,0000
2	Mão de Obra por hora de serviço executado em Veículos Pesados	H		420,00000	R\$120,0000	R\$50.400,0000
Total Geral dos Itens						R\$ 1.210.400,0000

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 052/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 052/2016 do PREGÃO Nº 019/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa BRITAGEM VOGELSANGER LTDA. OBJETO: Aquisição de Bica Corrida para uso na manutenção de ruas não pavimentadas em diversos locais do município. VALOR: R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais). DATA: 08/04/2016 A 07/04/2017.

BRITAGEM VOGELSANGER LTDA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Bica Corrida	M3	VOGELSANGER	25.000,00000	R\$19,2000	R\$480.000,0000
Total Geral dos Itens						R\$ 480.000,0000

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 053/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 053/2016 do PREGÃO Nº 024/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA ME. OBJETO: Contratação de empresa para serviço de limpeza e conservação dos Programas do Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR: R\$ 13.520,00 (treze mil quinhentos e vinte reais). DATA: 12/04/2016 A 11/04/2017.

BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de limpeza de fossas	SERV		26,00000	R\$520,0000	R\$13.520,0000
Total Geral dos Itens						R\$ 13.520,0000

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 054/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 054/2016 do PREGÃO Nº 024/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ALL LUX SERVIÇOS, COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA ME. OBJETO: Contratação de empresa para serviço de limpeza e conservação dos Programas do Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR: R\$ 40.300,00 (quarenta mil trezentos reais). DATA: 12/04/2016 A 11/04/2017.

BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	Serviço de desratização, aplicação de iscas ratificadas de 5g, em bloco parafinado princípio ativo a base de brodifacoum, inibindo a ingestão humana ou outros animais, como cachorros e gatos, a aplicação será feita nas dependências internas num raio de 150m da edificação. e seria feita a colocação das iscas amarradas com fio e metal em estaca de madeira. O serviço será revisado num período de 30 dias para segunda aplicação e avaliar os resultados.	SERV	SERVIÇO	40,00000	R\$278,5000	R\$11.140,0000
1	Serviços de dedetização e desinsetização que consiste em combater e eliminar insetos rasteiros e voadores, baratas, traças, formigas, pulgas, aranhas e insetos em geral, aplicados em áreas internas e externas com produtos de última geração em forma líquida ou gel, aplicadas por profissionais técnicos, obedecendo as normas da vigilância sanitária.	SERV	SERVIÇO	40,00000	R\$256,5000	R\$10.260,0000
3	Serviço de limpeza e desinfecção de caixa d'água de 30.000 litros.	SERV	SERVIÇO	3,00000	R\$360,8000	R\$1.082,4000
2	Serviço de limpeza e desinfecção de caixa d'água de 1000 litros	SERV	SERVIÇO	70,00000	R\$199,3800	R\$13.956,6000
1	Serviço de limpeza e desinfecção de caixa d'água de 500 litros. Tal limpeza deverá ser executada com produto em solução 2 em 1, reagente aos óxidos/hidróxidos estruturais do biofilme, sendo que este produto deverá ser capaz de dissolver antes do lançamento á rede de consumo.	SERV	SERVIÇO	26,00000	R\$148,5000	R\$3.861,0000
Total Geral dos Itens						R\$ 40.300,0000

RESULTADO DA TP 25 - 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO Nº 25/2016

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento das Propostas de Preços apresentadas para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016, na modalidade TOMADA DE PREÇO, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços de Revitalização de Área Verde localizada na Rua Nelson Floriano Campos, bairro Pacheco; Revitalização de Área Lazer, localizada na Rua Açores, bairro São Sebastião e Revitalização da Praça Carlos Silveira de Souza, localizada na Rua Doralice Santana, bairro Ponte do Imaruim, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo o material, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

VINICIUS GOEDERT – ME venceu o Lote 01, totalizando R\$ 74.665,25 (setenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos).

ECCL EMP. MÃO DE OBRA venceu o Lote 02, totalizando R\$ 140.925,43 (cento e quarenta mil novecentos e vinte e cinco reais e quarenta e três centavos).

MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME venceu o Lote 03, totalizando R\$ 110.680,48 (cento e dez mil seiscentos e oitenta reais e quarenta e oito centavos).

Palhoça, 14 de abril de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito

RESULTADO PREGÃO Nº 23/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 23/2016

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção dos equipamentos de cozinha, com fornecimento de peças, para as Unidades de Ensino do Município de Palhoça, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital. No dia da abertura dos envelopes a única empresa participante foi inabilitada. Diante disto, a pregoeira decide ARQUIVAR o presente processo e sugere a promoção de um novo certame por ter sido considerado FRACASSADO. Palhoça, 14 de abril de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL

PROJETO DE LEI Nº 726/2016

PROJETO DE LEI Nº 726/2016

TÍTULO DE CIDADANIA HONORARIA Ao Senhor Dino Montez. Concede.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito do Município de Palhoça, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica concedido o "Título de Cidadania Honorária de Palhoça" ao Senhor Dino Montez.

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº731/2016.

PROJETO DE LEI Nº731/2016.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Izilda Luckmann Nienkoetter

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o "TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE PALHOÇA", a Senhora Izilda Luckmann Nienkoetter

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº727/2016

PROJETO DE LEI Nº727/2016

TÍTULO DE CIDADANIA HONORARIA. A senhora JOSENI CLAUDIA GOMES NASCIMENTO. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida o "TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA DE PALHOÇA" a Senhora JOSENI CLAUDIA GOMES NASCIMENTO. , de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº 740/2016.

PROJETO DE LEI Nº 740/2016.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATOS. Ao Senhor AROLDI HEIDERSCHIEDT Concede

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Matos, ao Senhor AROLDI HEIDERSCHIEDT.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº741 /2016.

PROJETO DE LEI Nº741 /2016.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATTOS. Ao Senhor AURÉLIO PRIM. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica concedida "Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos", ao Senhor AURÉLIO PRIM, de conformidade com a Lei nº. 126, de 14 de outubro de 1993.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº 730/2016.

PROJETO DE LEI Nº 730/2016.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATTOS. A Senhora Maria Cecília Martins Pessotto. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a "Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos", à Senhora MARIA CECÍLIA MARTINS PESSOTTO, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº 742 /2016

PROJETO DE LEI Nº 742 /2016

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao Senhor GELSON MERISIO. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica concedido "TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA DE PALHOÇA", ao Senhor GELSON MERISIO.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº733/2016.

PROJETO DE LEI Nº733/2016.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao Senhor SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o "TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO" ao Senhor SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº 744/2016

PROJETO DE LEI Nº 744/2016

TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. Ao Senhor Eduardo Luís Lemos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido o "TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO", Ao Senhor. Eduardo Luís Lemos.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº 738/2016.

PROJETO DE LEI Nº 738/2016.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATTOS. Ao Senhor PAULO ROBERTO DA SILVA. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos, ao Senhor PAULO ROBERTO DA SILVA, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis.

ERRATA Nº001/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016

ERRATA Nº 01/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TORNA PÚBLICO AS EMPRESAS INTERESSADAS EM PARTICIPAR DO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016

A Câmara Municipal de Palhoça torna público a alteração do Anexo I do Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 008/2016, que tem por objeto a "contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em recepção e serviços gerais, a serem executados em atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Palhoça", conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, obedecendo a legislação vigente, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

AONDE SE LIA:

"10.4.11. Comprovante de que a licitante cumpre e segue as normas de segurança e medicina do trabalho, através de apresentação do registro do SEESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho) na DRT do Ministério do Trabalho;"

AGORA DE LÊ:

"10.4.11. Comprovante de que a licitante cumpre e segue as normas de segurança e medicina do trabalho, através de apresentação do registro do SEESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho) na DRT do Ministério do Trabalho, caso a empresa se enquadre na NR4 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;"

As demais condições e data de abertura vinculada ao respectivo edital permanecem inalteradas.

Palhoça, 13 de abril de 2016.

Cristiane A. da Silva
Presidente CPL

PROJETO DE LEI Nº 725/2016

PROJETO DE LEI Nº 725/2016

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATOS, Ao Senhor Alan Plácido da Silva. Concede

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito do Município de Palhoça, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica concedido a "Medalha de Mérito Caetano Silveira de Matos" ao Senhor Alan Plácido da Silva.

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº 739/2016.

PROJETO DE LEI Nº 739/2016.

REVISÃO GERAL ANUAL. Autoriza o Legislativo Municipal a conceder a revisão geral anual nos vencimentos dos servidores, conforme determina o artigo 37, X, da CF/88.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o legislativo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual no percentual de 11,28 % (onze vírgula vinte e oito por cento), calculados sobre a remuneração de março/2016, aos servidores públicos efetivos (ativo/inativo) e aos cargos comissionados regidos pelas Leis Complementares nº 146/2013 e nº 148/2013, de conformidade com o que dispõe o art. 37, X, da CF/88, obedecidas as normas constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. A reposição salarial de que trata o "caput" deste artigo, é feita com base no INPC acumulado dos meses de janeiro a dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei, correm a conta do item próprio do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de abril de 2016.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº 743/2016.
PROJETO DE LEI Nº 743/2016.

TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. O Senhor MARCELO FETT ALVES. Concede

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido o "TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE PALHOÇA", o Senhor MARCELO FETT ALVES.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº728/2016
PROJETO DE LEI Nº728/2016

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATTOS. A senhora Marlene Schutz Sousa. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a "Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos" a Senhora MARLENE SCHUTZ SOUSA, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº732/2016.
PROJETO DE LEI Nº732/2016.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATTOS. Ao Senhor DANIEL BROERING HARGER. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido a "Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos" ao Senhor DANIEL BROERING HARGER.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº734/2016
PROJETO DE LEI Nº734/2016

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. A Senhora JAQUELINE SILVEIRA DOS SANTOS. Concede

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida o "TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA DE PALHOÇA", a Senhora Jaqueline Silveira dos Santos.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº735/2016
PROJETO DE LEI Nº735/2016

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATOS. Ao Senhor Vilson João da Silva. Concede

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida a "Medalha de Mérito Caetano Silveira de Matos", ao Senhor Vilson João da Silva, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**PORTARIA Nº 021/2016**

PORTARIA Nº 021/2016.

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público do servidor Ruby Steinmetz Filho.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve,

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor Ruby Steinmetz Filho, detentor da matrícula funcional nº 300221-02, inscrito no CPF sob o 342.792.029-15 e no PIS/PASEP sob o nº 105.814.060-17, lotado na Secretaria de Serviços Públicos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo I, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/04/2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 11 de abril de 2016.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espindola
Prefeito Municipal Presidente da Autarquia

Andrea Mara Harger Luckmann Pléticos
Assistente Administrativo
Matrícula 300010-01

PORTARIA Nº 022/2016

PORTARIA Nº 022/2016

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público da servidora Maria de Lourdes Reginaldo.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora Maria de Lourdes Reginaldo, detentora da matrícula funcional nº 300051-01, inscrita no CPF sob o nº 538.633.569-34 e no PIS/PASEP sob o nº 1.701.829.708-5, lotada na Secretaria da Administração, ocupante do cargo de provimento efetivo de

Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/04/2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 11 de abril de 2016.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espindola
Prefeito Municipal Presidente da Autarquia

Ariana Vera da Rosa Tavares
Técnico Previdenciário
Matrícula 900048

PORTARIA Nº 023/2016

PORTARIA Nº 023/2016

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c §5º da CF e declara a vacância do cargo público da servidora Miria Conceição Juttel.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c §5º da CF, a servidora Miria Conceição Juttel, detentora da matrícula funcional nº 800299-02, inscrita no CPF sob o nº 664.908.049-72 e no PIS/PASEP sob o nº 180.132.231-97, lotada na Secretaria de Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor da Educação Infantil, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 – Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/04/2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 11 de abril de 2016.

Camilo Nazareno Pagani Martins

Prefeito Municipal

Milton Luiz Espindola

Presidente do IPPA

Maria Terezinha Broering Fernandes

Assistente Administrativo

Matrícula 300054-1

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 014/2016

DECRETO Nº 014/2016. De 04 de fevereiro de 2016.	AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 11º, da Lei Municipal nº. 3.886/2015, de 10 de dezembro de 2015 – Lei Orçamentária Anual.
---	---

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2015, no valor de R\$ 227.600,00 (duzentos e vinte e sete mil e seiscentos reais), nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
Projeto: 1.003 – Construção e Ampliação de Quadras Esportivas Escolares
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.00013(178)
R\$ 1.400,00
TOTAL R\$ 1.400,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DO TRABALHO, IND. COM. SERVIÇO E TURISMO
Unidade: 07.01 – Departamento do Trab. Ind. Com. Serv. E Turismo
Projeto: 1.011 – Ampliação e Reforma do Parque de Exposição/ Eventos
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000(158) R\$ 12.300,00
TOTAL R\$ 12.300,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIAS DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 08.01 – Departamentos de Obras e Serviços Urbanos
Projeto: 2.030 – Manutenção da Limpeza Pública
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000(160) R\$ 68.700,00
TOTAL R\$ 68.700,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIAS DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 08.01 – Departamentos de Obras e Serviços Urbanos
Projeto: 2.031 – Manutenção e Melhoria Iluminação Pública
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0011(155) R\$ 50.000,00
TOTAL R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS VIÁRIOS
Unidade: 08.03 – Fundo da Defesa Civil
Projeto: 2.033 – Fundo Municipal da Defesa Civil

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0096(156) R\$ 30.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000(157) R\$ 65.200,00
TOTAL R\$ 95.200,00

Art. 2º Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2015, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto: 2.045 – Manutenção do SCFV – 6 - 15 anos
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000(42) R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 5.000,00

Art. 3º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º deste Decreto no valor de R\$ 227.600,00 (Duzentos e vinte e sete mil e seiscentos reais), sendo que, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2015 do Município de Palmitos na fonte de recurso 0011 – recursos vinculados a cosip. R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2015 do Município de Palmitos na fonte de recurso 0096 – recursos vinculados Alienação de Bens não vinculados. R\$ 146.200,00 (cento e quarenta e seis mil e duzentos reais), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2015 do Município de Palmitos na fonte de recurso 0000 – recursos ordinários. R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2015 do Município de Palmitos na fonte de recurso 0001 – recursos vinculados a educação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 4º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 2º deste Decreto no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2015 do Município de Palmitos na fonte de recurso 0000 – recursos ordinários, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 04 de fevereiro de 2016.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume
Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2016. Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais e reagentes para a execução de exames laboratoriais. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até as 08:30hs do dia 29 de abril de 2016; Início da Sessão Pública: Às 08:45hs do dia 29/04/2016. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em horário de expediente das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 14 de abril de 2016

Marli dos Santos da Cunha Ramos

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Paraíso

PREFEITURA

DECRETO 1803/2016

DECRETO N° 1803/2016.

Altera o Anexo I do Decreto Municipal n° 1594/2013 que regulamenta a Lei Municipal n° 1179/2009 e dá outras providências.

ERNI GIACOMINI, Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º, da Lei Municipal nº1179/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado na íntegra o Anexo I do Decreto Municipal n° 1594/2013 que regulamenta a Lei Municipal n° 1179/2009, que dispõem sobre a realização e forma de computar os Plantões realizados por servidores lotados nas Secretarias da Saúde e Educação, que efetivamente prestarem serviços em finais de semana, feriados, pontos facultativos ou à noite, em atividades de urgência, emergência e/ou que não devam sofrer interrupção, obedecerá escalas de sobreaviso, a serem definidas pelas respectivas chefias, no início do período.

§ 1º Fica fixado no anexo o percentual ou horas máximas possíveis a serem concedidas pela realização dos serviços durante um período de 30 dias, assim não podendo remunerar serviços excedentes ao autorizado.

Art.2º O reenquadramento e a concessão das gratificações de que trata o presente Decreto, dependerá sempre da disponibilidade e/ou adequação de recursos orçamentários e financeiros do exercício, nos órgãos e unidades orçamentárias a que os servidores estiverem ou forem vinculados.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Anexo I do Decreto n° 1594/2013.

Paraíso – SC 13 de Abril de 2016.

ERNI GIACOMINI

Prefeito Municipal

GARRIDO DE TOGNI

Secretario Municipal de Administração,
Fazenda e Planejamento

Este Decreto foi registrado e
Publicado na forma da Lei.
Paraíso (SC) 13 de Abril de 2016.

Servidor Responsável

ANEXO I – DECRETO N° 1803/2016

TABELA DE PLANTÕES

CARGO – MOTORISTA	Maximo Autorizado	DURAÇÃO/PERCENTUAL		
DURAÇÃO / HORAS		48	24	12
PERCENTUAL (Aplicado por Plantão)		20%	14%	7%
Limite Máximo Autorizado	62%			

CARGO – TÉCNICO ENFERMAGEM	Horas	DURAÇÃO/PERCENTUAL		
VALOR / HORA PLANTÃO	1 Hora	R\$11,00		
Limite Máximo Autorizado	44 Horas	R\$484,00		

CARGO – ENFERMEIRO	Horas	DURAÇÃO/PERCENTUAL		
VALOR / HORA PLANTÃO	1 Hora	R\$20,00		
Limite Máximo Autorizado	44 Horas	R\$880,00		

DECRETO 1804/2016

DECRETO Nº 1804/2016.

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1429, de 12 de abril de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) no orçamento do Município de Paraíso (SC) distribuído entre o Projeto/Atividade já existente conforme discriminação a seguir:

10.00 – SECR.MUN.DE TRANSP.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

10.03 – DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

10.03.15.451.1040.1.018 – Construção de Praça Municipal

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0440 – Aplicações Diretas(151) R\$ 250.000,00

Art. 2º - Servirá de recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, a receita proveniente da Operação de Crédito autorizada pela Lei Municipal nº 1410/2015, de 09 de Outubro de 2015, de conformidade com a Lei Federal 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV.

§ 1º – A utilização do crédito aberto deverá corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paraíso (SC), em 13 de abril de 2016.

Erni Giacomini

Prefeito Municipal

Garrido de Togni

Sec.Mun.Adm.Faz.Plan.

Esta Decreto foi registrada e

Publicada na data supra.

Paraíso-SC, 13 de abril de 2015

Servidor Responsável.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 02/2016FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO CNPJ: 11.429.759/0001-00 RUA DOS PINHEIROS 996 C.E.P.: 89906-000 - Paraíso - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2016 - PR Processo Administrativo: 7/2016 Processo de Licitação: 7/2016 Data do Processo: 10/03/2016
	Folha: 1/9

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestora Do Fundo Municipal De Saúde, ELIZETE ROGGIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 7/2016
b) Licitação Nr.: 3/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 14/04/2016
e) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA E DE USO AMBULATORIAL NO ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

A G KIENEN & CIA LTDA (6992)

6	ACICLOVIR 200MG - Marca: U QUIMICA	CPR	300,00	0,0000	0,12	36,00
8	ACIDO EPSILON + AMINOCAPROICO 500 MG - Marca: NIKKHO	CPR	150,00	0,0000	0,87	130,50
10	ACIDO TRANEXÂMICO 250 MG - Marca: HIPOLABOR	AMP	50,00	0,0000	9,30	465,00
15	AGUA DESTILADA 10ML - Marca: ISOFARMA	AMP	3.000,00	0,0000	0,17	510,00
34	ANLIDIPINO, BESILATO DE 2,5 mg - Marca: BIOLAB	CPR	6.000,00	0,0000	0,63	3.780,00
41	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO DE 250MCG DOSE ORAL - Marca: CHIESI	FR	30,00	0,0000	50,60	1.518,00
43	BROMAZEPAN 3mg - Marca: TEUTO	CPR	1.300,00	0,0000	0,05	65,00
46	BUPROPIONA 150 MG - Marca: EMS	CPR	1.800,00	0,0000	0,35	630,00
49	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG/ML - Marca: BOEHRINGER	FRS	320,00	0,0000	10,92	3.494,40
50	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG/ML + DIPIRONA 500MG/ML - Marca: EMS	FRA	500,00	0,0000	3,50	1.750,00
54	CARBAMAZEPINA 200MG - Marca: TEUTO	CPR	9.000,00	0,0000	0,072	648,00
55	CARBAMAZEPINA SUSP 20MG/ML 100 ML - Marca: MEDLEY	FR	60,00	0,0000	4,50	270,00
56	CARBIDOPA / LEVEDOPA 25/250 mg - Marca: TEUTO	CPR	3.000,00	0,0000	0,19	570,00
67	CEFTRIAXONA 1G AMP - Marca: ASPEN	AMP	200,00	0,0000	3,35	670,00

Paraíso, 14 de Abril de 2016.

ELIZETE ROGGIA
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO CNPJ: 11.429.759/0001-00 RUA DOS PINHEIROS 996 C.E.P.: 89906-000 - Paraíso - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2016 - PR Processo Administrativo: 7/2016 Processo de Licitação: 7/2016 Data do Processo: 10/03/2016
	Folha: 2/9

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A G KIENEN & CIA LTDA (6992)

68	CETOCONAZOL 20 MG/G + BETAMETASONA 0,05 MG - Marca: EUROFARMA	TB	150,00	0,0000	4,79	718,50
70	CETOPROFENO 100 MG/2ML - Marca: U QUIMICA	AMP	400,00	0,0000	1,68	672,00
72	CLARITROMICINA 500mg - Marca: EMS	CPR	500,00	0,0000	2,95	1.475,00
73	CLOMIPRAMINA 25 MG - Marca: GERMED	CPR	2.500,00	0,0000	0,74	1.850,00
78	CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 5MG - Marca: EMS	CPR	2.000,00	0,0000	0,14	280,00
79	CLORIDRATO DE PETIDINA 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML - Marca: U QUIMICA	AMP	50,00	0,0000	1,65	82,50
82	CLOPRIMAZINA 100 MG - Marca: U QUIMICA	CPR	3.500,00	0,0000	0,20	700,00
98	DICLOFENACO DE SÓDIO 25MG/ML 3ML - Marca: HIPOLABOR	AMP	800,00	0,0000	0,46	368,00
102	DIMENDRATO 30MG, CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 50MG - Marca: U QUIMICA	AMP	150,00	0,0000	1,35	202,50
104	DIPIRONA SÓDICA 2ML/500 MG - Marca: TEUTO	AMP	400,00	0,0000	0,40	160,00
105	DOBUTAMINA - Marca: HIPOLABOR	AMP	10,00	0,0000	25,00	250,00
107	DOXAZOSINA 2MG - Marca: EMS	CPR	15.000,00	0,0000	0,12	1.800,00
119	FENITOINA 100mg - Marca: TEUTO	CPR	4.700,00	0,0000	0,25	1.175,00
122	FENOBARBITAL GOTAS 40 MG / ML 20 ML - Marca: SANVAL	FRS	70,00	0,0000	1,55	108,50
128	FUIMAZENIL SOLUÇÃO 0,5MG/5ML AMP - Marca: U QUIMICA	AMP	5,00	0,0000	32,00	160,00
136	HALOPERIDOL 5mg - Marca: U QUIMICA	CPR	5.000,00	0,0000	0,10	500,00
138	HALOPERIDOL DECANOATO 70,52mg/ml - Marca: U QUIMICA	AMP	80,00	0,0000	9,00	720,00
139	HEPARINA - Marca: CRISTALIA	AMP	25,00	0,0000	4,60	115,00
142	HIDROCORTISONA 500mg - Marca: TEUTO	AMP	300,00	0,0000	5,94	1.782,00
150	ISOSSORBIDA 5 MG - Marca: EMS	CPR	300,00	0,0000	0,30	90,00
151	ISOSSORBIDA DINTRATO DE, 10mg - Marca: EMS	CPR	6.000,00	0,0000	0,15	900,00
154	LEVODOPA 100 mg + BENSERAZIDA 25mg HBS - Marca: ROCHE	CPR	3.000,00	0,0000	1,75	5.250,00
157	LEVONOGESTREL 0,10MG + ETINILESTRADIOL 0,02MG - Marca: BIOLAB	CPR	15.000,00	0,0000	0,63	9.450,00
159	LEVOTIROXINA SÓDICA 125mcg - Marca: MERCK	CPR	10.000,00	0,0000	0,17	1.700,00
162	LIDOCAÍNA 2 % 10 ML SEM VASO CONSTRICTOR - Marca: HIPOLABOR	AMP	150,00	0,0000	2,20	330,00
163	LIDOCAÍNA TÓPICA GEL 2% - Marca: PHARLAB	TB	30,00	0,0000	1,77	53,10
171	MELOXICAM 15 MG - Marca: PHARLAB	CPR	10.000,00	0,0000	0,10	1.000,00
180	METOPROLOL 50 MG - Marca: MEDLEY	CP	16.000,00	0,0000	0,80	12.800,00

Paraíso, 14 de Abril de 2016.

ELIZETE ROGGIA
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO CNPJ: 11.429.759/0001-00 RUA DOS PINHEIROS 996 C.E.P.: 89906-000 - Paraíso - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2016 - PR Processo Administrativo: 7/2016 Processo de Licitação: 7/2016 Data do Processo: 10/03/2016
	Folha: 3/9

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A G KIENEN & CIA LTDA (6992)

185	NALOXONA - Marca: HIPOLBOR	AMP	10,00	0,0000	13,00	130,00
187	NIFEDIPINA 10 Mg. - Marca: BRAINFARMA	CPR	1.500,00	0,0000	0,03	45,00
188	NIFEDIPINA 20MG - Marca: BRAINFARMA	CPR	8.000,00	0,0000	0,03	240,00
190	NIMODIPINA 30MG - Marca: BRAINFARMA	CPR	7.500,00	0,0000	0,09	675,00
193	NITROPRUSSETO DE SÓDIO 25 MG/ML 2ML - Marca: HYPOFARMA	AMP	10,00	0,0000	8,90	89,00
199	PARACETAMOL + CODEÍNA 500 MG + 30 MG - Marca: U QUIMICA	CPR	3.000,00	0,0000	0,37	1.110,00
203	PENICILINA 1.200 000 UI INJ - Marca: TEUTO	AMP	400,00	0,0000	8,00	3.200,00
205	PENICILINA 600 000 UI INJ - Marca: TEUTO	AMP	150,00	0,0000	3,60	540,00
213	PROPATILNITRATO 10MG - Marca: FQM	CPR	19.000,00	0,0000	0,39	7.410,00
215	RANITIDINA 25MG/ML 2ML - Marca: TEUTO	AMP	300,00	0,0000	0,40	120,00
217	RISPERIDONA 2mg - Marca: U QUIMICA	CPR	3.000,00	0,0000	0,22	660,00
231	SULFATO DE MORFINA 10 MG - Marca: CRISTALIA	CPR	500,00	0,0000	0,52	260,00
232	SULFATO DE MORFINA 10 MG/ML INJETÁVEL - Marca: HIPOLABOR	AMP	100,00	0,0000	1,85	185,00
235	SULPIRIDA 50mg - Marca: SANOFI	CPR	1.500,00	0,0000	0,53	795,00
236	TENOXICAM 20MG IV/IM - Marca: UNIAO QUIMICA	AMP	600,00	0,0000	4,29	2.574,00
237	TEOFILINA 100MG - Marca: ABBOTT	CPR	7.000,00	0,0000	0,46	3.220,00
238	TIAMAZOL 5MG - Marca: BIOLAB	CPR	5.000,00	0,0000	0,21	1.050,00
240	TIORIDAZINA 50 MG - Marca: U QUIMICA	CPR	600,00	0,0000	0,39	234,00
241	TOBRAMICINA 0,3% SOLUÇÃO OFTÁLMICA - Marca: BRAINFARMA	FRA	70,00	0,0000	4,94	345,80
242	VARFARINA 5 MG - Marca: TEUTO	CPR	6.000,00	0,0000	0,10	600,00
Total do Fornecedor:						82.711,80

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7180)

2	ACEBROFILINA 5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL PEDIATRICO SEM SACAROSE - Marca: PRATI D,	FRS	300,00	0,0000	2,58	774,00
3	ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA 150 MG/ML - Marca: UNIAO QUIMICA	AMP	100,00	0,0000	8,38	838,00
5	ACETILCISTEÍNA 600 MG/5 GR GRANULADO SEM SABOR - Marca: GERMED	ENV	300,00	0,0000	1,75	525,00
7	ACICLOVIR CREME 50MG/G 10G - Marca: PRATI D,	TB	150,00	0,0000	2,43	364,50
9	ÁCIDO FÓLICO 5MG - Marca: NATULAB	CPR	10.000,00	0,0000	0,04	400,00

Paraíso, 14 de Abril de 2016.

ELIZETE ROGGIA
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO CNPJ: 11.429.759/0001-00 RUA DOS PINHEIROS 996 C.E.P.: 89906-000 - Paraíso - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2016 - PR Processo Administrativo: 7/2016 Processo de Licitação: 7/2016 Data do Processo: 10/03/2016
	Folha: 4/9

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - (7180)

11	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG - Marca: BIOLAB	CPR	6.000,00	0,0000	0,25	1.500,00
13	ÁCIDO VALPRÓICO SUSPENSÃO 250 MG/5ML 100ML - Marca: TEUTO	FRA	200,00	0,0000	2,10	420,00
14	ADENOSINA 6mg/2ml - Marca: HIPOLABOR	AMP	120,00	0,0000	7,70	924,00
16	ALBENDAZOL 400MG - Marca: GREEN PHARMA	CPR	500,00	0,0000	0,74	370,00
19	ALOPURINOL 100MG - Marca: SANVAL	CPR	5.000,00	0,0000	0,057	285,00
20	ALOPURINOL 300MG - Marca: PRATI D.	CPR	5.000,00	0,0000	0,128	640,00
21	AMINOFILINA 100MG - Marca: VITAMEDIC	CPR	7.000,00	0,0000	0,042	294,00
23	AMIODARONA 200MG - Marca: GEOLAB	CPR	10.000,00	0,0000	0,28	2.800,00
26	AMOXICILINA + CLAVULANATO POTASSICO 250MG/5ML + 62,5/5ML SUSPENSÃO ORAL - Marca: SANDOZ	FRS	100,00	0,0000	10,30	1.030,00
27	AMOXICILINA + CLAVULANATO POTASSICO 500 MG + 125MG - Marca: SANDOZ	CPR	3.500,00	0,0000	1,10	3.850,00
29	AMOXICILINA 500MG - Marca: PRATI D.	CPR	12.000,00	0,0000	0,135	1.620,00
30	AMPICILINA 500 Mg. - Marca: PRATI D.	CPR	1.500,00	0,0000	0,157	235,50
33	ANLIDIPINO, BESILATO DE 5 mg - Marca: TEUTO	CPR	30.000,00	0,0000	0,021	630,00
35	ATENOLOL 25mg - Marca: PRATI D.	CPR	12.000,00	0,0000	0,025	300,00
36	ATENOLOL 50MG - Marca: PRATI D.	CPR	10.000,00	0,0000	0,036	360,00
39	AZITROMICINA 200MG/5ML SUSPENSÃO ORAL - Marca: PHARLAB	FRS	70,00	0,0000	2,40	168,00
40	AZITROMICINA 500 Mg - Marca: PRATI D.	CPR	900,00	0,0000	0,45	405,00
44	BROMETO DE FENOTEROL GTS 5MG/ML 20ML - Marca: PRATI D.	FR	50,00	0,0000	2,73	136,50
45	BROMETO DE IPATRÓPIO GTS 0,250MG/ML 20ML - Marca: TEUTO	FR	50,00	0,0000	0,67	33,50
52	CAPTAPRIL 25 mg - Marca: TEUTO	CPR	12.000,00	0,0000	0,016	192,00
57	CARBONATO DE CALCIO + COLECALCIFEROL 600 MG + 200UI - Marca: VITAMED	CPR	32.000,00	0,0000	0,081	2.592,00
58	CARBONATO DE CÁLCIO 500 MG (EQUIVALENTE A 200MG Ca++) - Marca: VITAMED	CPR	6.500,00	0,0000	0,05	325,00
59	CARBONATO DE LITIO 300MG - Marca: ACTAVIS	CPR	8.000,00	0,0000	0,168	1.344,00
65	CEFALEXINA 500MG - Marca: MULTILAB	CPR	8.500,00	0,0000	0,40	3.400,00
66	CEFALOTINA 1G AMPOLA - Marca: ABL	AMP	100,00	0,0000	3,20	320,00
69	CETOCONAZOL 20MG/G CREME DERMATOLÓGICO 30 GR - Marca: SOBRAL	TB	80,00	0,0000	1,42	113,60

Paraíso, 14 de Abril de 2016.

ELIZETE ROGGIA
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO CNPJ: 11.429.759/0001-00 RUA DOS PINHEIROS 996 C.E.P.: 89906-000 - Paraíso - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2016 - PR Processo Administrativo: 7/2016 Processo de Licitação: 7/2016 Data do Processo: 10/03/2016
	Folha: 5/9

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - (7180)

75	CLONAZEPAM GOTAS 2,5MG/ML - Marca: HIPOLABOR	FRS	900,00	0,0000	1,54	1.386,00
76	CLOPIDOGREL 75MG - Marca: SANDOZ	CPR	9.000,00	0,0000	0,42	3.780,00
85	CODEÍNA 30MG - Marca: CRISTALIA	CPR	1.000,00	0,0000	0,89	890,00
87	COMPLEXO B AMP 2 ML - Marca: HYPOFARAM	AMP	1.000,00	0,0000	0,74	740,00
88	COMPLEXO B CPR - Marca: VITAMED	CPR	16.000,00	0,0000	0,04	640,00
91	DEXAMETASONA CREME 0,1% 10G - Marca: MULTILAB	BIS	300,00	0,0000	0,66	198,00
92	DEXAMETAZONA 4MG - Marca: TEUTO	CPR	300,00	0,0000	0,97	291,00
93	DEXCLORFENIRAMINA 2MG - Marca: GEOLAB	CPR	2.000,00	0,0000	0,063	126,00
94	DEXCLORFENIRAMINA XAROPE 0,4MG/ML - Marca: HIPOLABOR	FR	350,00	0,0000	0,94	329,00
96	DIAZEPAN 10MG/2ML INJETAVEL - Marca: SANTISA	AMP	300,00	0,0000	0,63	189,00
97	DIAZEPAN 5MG - Marca: SANTISA	CPR	2.800,00	0,0000	0,042	117,60
100	DIGOXINA 0,25 mg - Marca: PHARLAB	CPR	10.000,00	0,0000	0,04	400,00
101	DIMENIDRATO 25MG, CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 5MG, GOTAS 20ML - Marca: UNIAO QUIMICA	FRS	100,00	0,0000	3,49	349,00
103	DIPIRONA 10ML GOTAS - Marca: NATULAB	FR	1.000,00	0,0000	0,54	540,00
108	DOXICILINA 100MG - Marca: PHARLAB	CPR	1.000,00	0,0000	0,167	167,00
112	ENANTATO D NORETISTERONA 50 MG/ML + VALERATO DE ESTRADIOL 5 MG/ML - Marca: MABRA	AMP	50,00	0,0000	5,50	275,00
115	ESPIRONOLACTONA 50MG - Marca: HIPOLABOR	CPR	3.000,00	0,0000	0,182	546,00
120	FENOBARBITAL 100MG - Marca: TEUTO	CPR	4.000,00	0,0000	0,095	380,00
121	FENOBARBITAL 200 MG/ML - Marca: TEUTO	AMP	40,00	0,0000	1,50	60,00
123	FINASTERIDA 5MG - Marca: AUROBINDO	CPR	11.000,00	0,0000	0,89	9.790,00
125	FLUNARIZINA 10 MG - Marca: BRAINFARMA	CPR	17.000,00	0,0000	0,073	1.241,00
127	FLUOXETINA 20MG - Marca: TEUTO	CPR	20.000,00	0,0000	0,04	800,00
131	GLIBENCLAMIDA 5MG - Marca: GEOLAB	CPR	20.000,00	0,0000	0,024	480,00
133	GLICOSE 25% 10ML - Marca: ISOFARMA	AMP	400,00	0,0000	1,50	600,00
134	GLIMEPIRIDA 2 MG - Marca: BRAINFARMA	CPR	10.000,00	0,0000	0,10	1.000,00
135	HALOPERIDOL 1mg - Marca: CRISTALIA	CPR	2.000,00	0,0000	0,121	242,00
137	HALOPERIDOL 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - Marca: UNIAO QUIMICA	AMP	30,00	0,0000	9,58	287,40
141	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG - Marca: PHARLAB	CPR	25.000,00	0,0000	0,036	900,00

Paraíso, 14 de Abril de 2016.

ELIZETE ROGGIA
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO CNPJ: 11.429.759/0001-00 RUA DOS PINHEIROS 996 C.E.P.: 89906-000 - Paraíso - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2016 - PR Processo Administrativo: 7/2016 Processo de Licitação: 7/2016 Data do Processo: 10/03/2016
	Folha: 6/9

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - (7180)

143	HIDROXIDO DE MAGNESIO + HIDROXIDO DE ALUMINIO SUS ORAL 35,6MG + 37 MG/ML - Marca: IFAL	FRS	700,00	0,0000	1,78	1.246,00
144	IBUPROFENO 100 MG/ML GOTAS - Marca: MEDQUIMICA	FRS	700,00	0,0000	2,28	1.596,00
145	IBUPROFENO 300MG - Marca: GEOLAB	CPR	7.000,00	0,0000	0,056	392,00
146	IBUPROFENO 50 MG/ML GOTAS - Marca: NATULAB	FR	300,00	0,0000	1,00	300,00
152	ISOSSORBIDA, MONONITRATO DE, 40 MG - Marca: ZYDUS	CPR	2.500,00	0,0000	0,133	332,50
153	IVERMECTINA 6 MG - Marca: VITAMEDIC	CPR	300,00	0,0000	0,344	103,20
155	LEVODOPA 200 MG + BENSERAZIDA 50 MG - Marca: ACHE	CPR	3.000,00	0,0000	1,78	5.340,00
156	LEVONOGESTREL + ETINILESTRADIOL (0,15MG + 0,03MG) - Marca: MABRA	CPR	17.000,00	0,0000	0,022	374,00
164	LORATADINA 10MG - Marca: GEOLAB	CPR	6.500,00	0,0000	0,049	318,50
165	LORATADINA XAROPE 1MG/ML FRASCO 120 ML - Marca: PRATI D.	FR	300,00	0,0000	1,92	576,00
167	MALEATO DE LEVOMEPRIMAZINA 100 MG - Marca: CRISTALIA	CPR	500,00	0,0000	0,69	345,00
168	MALEATO DE LEVOMEPRIMAZINA 25 MG - Marca: CRISTALIA	CPR	800,00	0,0000	0,294	235,20
169	MEBENDAZOL 100MG/5ML SUSPENSÃO ORAL - Marca: NATULAB	FRS	60,00	0,0000	0,80	48,00
170	MEBENDAZOL SUSPENSÃO 20MG/ML 30ML - Marca: NATULAB	FR	12.000,00	0,0000	0,80	9.600,00
172	METFORMINA 500MG - Marca: TEUTO	CPR	17.000,00	0,0000	0,058	986,00
173	METFORMINA 850MG - Marca: GEOLAB	CPR	37.000,00	0,0000	0,048	1.776,00
174	METIDOLPA 500MG - Marca: SUN/TKS	CPR	3.000,00	0,0000	0,20	600,00
176	METOCLOPRAMIDA 2ML - Marca: ISOFARMA	AMP	500,00	0,0000	0,304	152,00
178	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML 10 ML - Marca: MARIOL	FR	300,00	0,0000	0,588	176,40
179	METOPROLOL 25 MG - Marca: ACCORD	CPR	6.000,00	0,0000	0,51	3.060,00
181	METRONIDAZOL 250MG - Marca: PRATI D.	CPR	5.000,00	0,0000	0,102	510,00
183	MICONAZOL, NITRATO DE, CREME TÓPICO 2% - Marca: PRATI D.	BIS	100,00	0,0000	4,98	498,00
191	NISTATINA SUSP ORAL 100.000/ML 50ML - Marca: NEO QUIMICA/BRAINFAIR	FR	100,00	0,0000	3,20	320,00
192	NITROFURANTOINA 100 MG - Marca: TEUTO	CPR	2.000,00	0,0000	0,155	310,00
194	NORETISTERONA 0,35MG - Marca: BIOLAB	CPR	2.000,00	0,0000	0,17	340,00
196	ÓLEO MINERAL FRASCO 100ML - Marca: NATULAB	FRS	250,00	0,0000	2,14	535,00
197	OMEPRAZOL 20MG - Marca: TEUTO	CPR	120.000,00	0,0000	0,04	4.800,00

Paraíso, 14 de Abril de 2016.

ELIZETE ROGGIA
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO CNPJ: 11.429.759/0001-00 RUA DOS PINHEIROS 996 C.E.P.: 89906-000 - Paraíso - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2016 - PR Processo Administrativo: 7/2016 Processo de Licitação: 7/2016 Data do Processo: 10/03/2016
	Folha: 7/9

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7180)

202	PAROXETINA 20MG - Marca: ZYDUS	CPR	15.000,00	0,0000	0,188	2.820,00
204	PENICILINA 400 000 UI INJ - Marca: BLAUSIEGEL	AMP	40,00	0,0000	9,00	360,00
206	PERMETRINA LOÇÃO 5% - Marca: IFAL	FRS	120,00	0,0000	2,398	287,76
207	PERMETRINA LOÇÃO CAPILAR 1% - Marca: IFAL	FRS	120,00	0,0000	1,255	150,60
208	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO DE SOLUÇÃO ORAL 3MG/ML - Marca: PRATI D.	FRS	300,00	0,0000	3,48	1.044,00
209	PREDNISONA 5MG - Marca: VITAMEDIC	CPR	10.000,00	0,0000	0,084	840,00
211	PROMETAZINA 25MG - Marca: TEUTO	CPR	5.500,00	0,0000	0,08	440,00
212	PROMETAZINA 50MG/2ML - Marca: CRISTALIA	AMP	120,00	0,0000	1,57	188,40
216	RANITIDINA 150MG - Marca: MEDQUIMICA	CPR	6.000,00	0,0000	0,08	480,00
218	SAIS P/ REIDRATRAÇÃO 50MG - Marca: IFAL	ENV	120,00	0,0000	0,438	52,56
219	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL PÓ - Marca: IFAL	ENV	1.000,00	0,0000	0,438	438,00
220	SALBUTAMOL 2MG/5ML XAROPE - Marca: SOBRAL	FR	250,00	0,0000	0,95	237,50
222	SECNIDAZOL 1000 MG - Marca: PHARLAB	CPR	200,00	0,0000	0,489	97,80
223	SERTRALINA 50MG - Marca: ZYDUS	CPR	15.000,00	0,0000	0,165	2.475,00
224	SIMETICONA 75 MG/ML GOTAS - Marca: HIPOLABOR	FRS	200,00	0,0000	0,83	166,00
225	SINVASTATINA 10 MG - Marca: SANDOZ	CPR	11.000,00	0,0000	0,06	660,00
229	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 200MG+40MG/5ML - Marca: TEUTO	FRS	200,00	0,0000	1,05	210,00
230	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOTRINA 400MG + 80MG - Marca: PRATI D.	CPR	5.000,00	0,0000	0,097	485,00
233	SULFATO FERROSO 40MG - Marca: NATULAB	CPR	13.000,00	0,0000	0,034	442,00
234	SULFATO FERROSO GOTAS 125 MG/ML - Marca: NATULAB	FRA	150,00	0,0000	0,79	118,50
239	TIMOLOL, MALEATO DE, 0,5% SOLUÇÃO OFTÁLMICA - Marca: TEUTO	FRS	20,00	0,0000	5,00	100,00
243	VERAPAMIL 80MG - Marca: PRATI D.	CPR	34.000,00	0,0000	0,059	2.006,00
Total do Fornecedor:						102.902,52

DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7182)

1	AAS 100MG - Marca: SOBRAL	CPR	108.000,00	0,0000	0,019	2.052,00
4	ACETILCISTEÍNA 200 MG/ML XAROPE - Marca: PRATI	FRA	200,00	0,0000	4,69	938,00
12	ÁCIDO VALPRÓICO 500 MG - Marca: BIOLAB	CPR	8.000,00	0,0000	0,67	5.360,00
17	ALBENDAZOL SUSP 400mg 10ML - Marca: PRATI	FRS	300,00	0,0000	1,04	312,00

Paraíso, 14 de Abril de 2016.

ELIZETE ROGGIA
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

 CNPJ: 11.429.759/0001-00
 RUA DOS PINHEIROS 996
 C.E.P.: 89906-000 - Paraíso - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 3/2016 - PR

 Processo Administrativo: 7/2016
 Processo de Licitação: 7/2016
 Data do Processo: 10/03/2016

Folha: 8/9

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7182)

18	ALENDRONATO SODICO 70MG - Marca: DELTA	CPR	3.000,00	0,0000	0,29	870,00
25	AMITRIPTILINA 25 MG - Marca: TEUTO	CPR	28.000,00	0,0000	0,034	952,00
28	AMOXICILINA 250/5ml SUSPENSÃO ORAL - Marca: PRATI	FRS	600,00	0,0000	2,20	1.320,00
31	AMPICILINA SÓDICA 1000 MG - Marca: BLAU	AMP	100,00	0,0000	11,98	1.198,00
32	AMPICILINA SÓDICA 500 MG - Marca: BLAU	AMP	100,00	0,0000	10,98	1.098,00
42	BIPERIDENO, CLORIDRATO DE, 2MG - Marca: CRISTALIA	CPR	8.000,00	0,0000	0,194	1.552,00
47	BUTILBROMETO DE ESCOLOMAMINA (4MG) + DIPIRONA SÓDIA (500MG) 5ML IV/IM AMP - Marca: FARMACE	AMP	300,00	0,0000	1,54	462,00
48	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA 10MG + 500MG - Marca: PHARLAB	CPR	7.000,00	0,0000	0,389	2.723,00
51	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML 1ML - Marca: TEUTO	AMP	300,00	0,0000	0,98	294,00
53	CAPTOPRIL 50 mg - Marca: PRATI	CPR	18.000,00	0,0000	0,036	648,00
60	CARVEDILOL 12,5 mg - Marca: BIOLAB	CPR	7.000,00	0,0000	0,159	1.113,00
61	CARVEDILOL 25 mg - Marca: BIOLAB	CPR	3.500,00	0,0000	0,22	770,00
62	CARVEDILOL 3,125 mg - Marca: BIOLAB	CPR	10.000,00	0,0000	0,154	1.540,00
63	CARVEDILOL 6,25 mg - Marca: BIOLAB	CPR	10.000,00	0,0000	0,159	1.590,00
64	CEFALEXINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL - Marca: TEUTO	FRS	300,00	0,0000	5,89	1.767,00
71	CIPROFLOXACINO 500MG - Marca: PRATI	CPR	4.000,00	0,0000	0,158	632,00
74	CLONAZEPAM 2MG - Marca: GEOLAB	CPR	2.500,00	0,0000	0,07	175,00
77	CLORETO DE SÓDIO SOLUÇÃO NASAL 0,9% - Marca: NATULAB	FRS	400,00	0,0000	0,75	300,00
81	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50 MG/ML - Marca: TEUTO	AMP	200,00	0,0000	0,99	198,00
84	CLORPROMAZINA 25MG - Marca: CRISTALIA	CPR	2.500,00	0,0000	0,24	600,00
86	COLAGENASE 0,6U/g + CLORANFENICOL 0,1g/g 30g - Marca: CRISTALIA	TB	40,00	0,0000	11,89	475,60
89	DESOXIRRIBONUCLEASE 666 U/G + FIBRINOLISINA 1U/G + CLORANFENICOL 0,01/G 30G - Marca: CRISTALIA	TB	40,00	0,0000	29,98	1.199,20
90	DEXAMETASONA 4 MG/ ML - Marca: FARMACE	AMP	500,00	0,0000	0,79	395,00
95	DIAZEPAN 10MG - Marca: SANTISA	CPR	5.000,00	0,0000	0,04	200,00
99	DICLOFENACO DIETILAMÔNIO 10MG / G 60G GEL - Marca: PRATI	TB	100,00	0,0000	2,98	298,00
109	ENALAPRIL 10MG - Marca: MEDQUIMICA	CPR	90.000,00	0,0000	0,035	3.150,00
110	ENALAPRIL 20MG - Marca: CIMED	CPR	87.000,00	0,0000	0,039	3.393,00

Paraíso, 14 de Abril de 2016.

 ELIZETE ROGGIA
 GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO CNPJ: 11.429.759/0001-00 RUA DOS PINHEIROS 996 C.E.P.: 89906-000 - Paraíso - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2016 - PR Processo Administrativo: 7/2016 Processo de Licitação: 7/2016 Data do Processo: 10/03/2016
	Folha: 9/9

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7182)

111	ENALAPRIL 5MG - Marca: CIMED	CPR	4.000,00	0,0000	0,059	236,00
114	ESPIRONOLACTONA 25MG - Marca: ASPEN	CPR	20.000,00	0,0000	0,109	2.180,00
116	ESTROGÊNIO 0,625 MG - Marca: MABRA	CPR	2.200,00	0,0000	0,44	968,00
124	FLUCONAZOL 150MG - Marca: TEUTO	CPR	1.700,00	0,0000	0,199	338,30
129	FUROSEMIDA 10MG/ML AMP - Marca: SANTISA	AMP	300,00	0,0000	0,69	207,00
130	FUROSEMIDA 40MG - Marca: HIPOLABOR	CPR	50.000,00	0,0000	0,028	1.400,00
140	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG - Marca: TEUTO	CPR	75.000,00	0,0000	0,014	1.050,00
147	IBUPROFENO 600 MG - Marca: TEUTO	CPR	27.000,00	0,0000	0,069	1.863,00
148	IMIPRAMINA 25mg - Marca: CRISTALIA	CPR	2.700,00	0,0000	0,239	645,30
158	LEVOTIROXINA SODICA 100 MCG - Marca: MERCK	CPR	9.000,00	0,0000	0,109	981,00
160	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG - Marca: MERCK	CPR	11.000,00	0,0000	0,109	1.199,00
161	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG - Marca: MERCK	CPR	13.000,00	0,0000	0,119	1.547,00
166	LOSARTANA 50 MG - Marca: PRATI	CPR	70.000,00	0,0000	0,033	2.310,00
175	METILDOPA 250MG - Marca: LABORIS	CPR	7.000,00	0,0000	0,105	735,00
177	METOCLOPRAMIDA 10MG - Marca: BELFAR	CPR	10.000,00	0,0000	0,059	590,00
182	METRONIDAZOL GELEIA VAGINAL 100MG/G 50G - Marca: TEUTO	BIS	100,00	0,0000	3,49	349,00
186	NEOMICINA (5mg) + BACITRACINA ZINCICA (250UI) POMADA 10G - Marca: PRATI	BIS	500,00	0,0000	1,05	525,00
189	NIMESULIDA 100mg - Marca: VITAMEDIC	CPR	13.000,00	0,0000	0,059	767,00
195	NORFLOXACINO 400MG - Marca: MEDQUIMICA	CPR	3.000,00	0,0000	0,157	471,00
198	OMEPRAZOL 40 MG - Marca: BLAU	AMP	150,00	0,0000	5,59	838,50
200	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS - Marca: FARMACE	FRS	1.000,00	0,0000	0,54	540,00
201	PARACETAMOL 500MG - Marca: HIPOLABOR	CPR	47.000,00	0,0000	0,048	2.256,00
210	PREDNIZONA 20MG - Marca: PRATI	CPR	6.000,00	0,0000	0,139	834,00
214	PROPRANOLOL 40MG - Marca: TEUTO	CPR	25.000,00	0,0000	0,017	425,00
221	SALBUTAMOL SPRAY 100 MCG/JATO-DOSE - Marca: GLENMARK	FRS	50,00	0,0000	5,87	293,50
226	SINASTATINA 20MG - Marca: SANVAL	CPR	25.000,00	0,0000	0,058	1.450,00
227	SINASTATINA 40 MG - Marca: MULTILAB	CPR	10.000,00	0,0000	0,124	1.240,00

Total do Fornecedor: 63.813,40

Total Geral: 249.427,72

Paraíso, 14 de Abril de 2016.

ELIZETE ROGGIA
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Passos Maia

PREFEITURA

CONTRATO N. 0045/2016

EXTRATO CONTRATO n. 0045/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0031/2016

TOMADA DE PREÇO n. 0003/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: BENEFATTO CONSTRUTORA LTDA ME

Objeto Contratação de empresa especializada na área de engenharia, para a execução de obras de infraestrutura e pavimentação poliédrica em ruas do município de Passos Maia – SC, conforme projeto executivo aprovado pelo BADESC, referente ao contrato n. 2015015301 do programa operacional BADESC CIDADES, a saber:

1. Obra de pavimentação poliédrica – Rua A – Trecho entre a Rua Augusta Zanchet e a Rua Décimo Bresciani;
2. Obra de pavimentação poliédrica – Rua B – Trecho entre a Rua Augusta Zanchet e a Rua Décimo Bresciani;
3. Obra de pavimentação poliédrica – Rua C – Trecho entre a Rua Augusta Zanchet e a Rua Décimo Bresciani;
4. Obra de pavimentação poliédrica – Rua Décimo Bresciani – Trecho entre a Rua A e a estaca 5 + 4,57m.

Valor: O valor do presente Contrato é de R\$ 161.607,76 (sento e sessenta e seis mil, seiscentos e sete reais e setenta e seis reais).

Vigência: – O presente contrato vigera até a data de 31 de dezembro de 2016.

Passos Maia, SC, 14 de abril de 2016..

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

EDITAL N. 0039/2016

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0039/2016

PREGÃO PRESENCIAL N. 0024/2016

REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0024/2016 – Objeto – Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços para aquisição de combustível (gasolina comum, óleo diesel comum, óleo diesel S 10), de forma parcelada, para manutenção dos veículos pertencentes à frota municipal, conforme especificações contidas no edital. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até as 14:00hs do dia 29 de abril de 2016, iniciando-se a seção publica as 14:15hs do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 08:00hs às 17:30hs. Maiores Informações pelo telefone 0**49- 3437-0010.

Passos Maia, 14 de abril de 2016.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 430, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº 430, de 13 de abril de 2016.

“ALTERA O DECRETO Nº 428/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 428/2016 não determinou a data da exoneração do servidor;

CONSIDERANDO que o servidor requereu sua exoneração a partir do dia 1º de maio de 2016;

CONSIDERANDO a necessidade de determinar a data de exoneração do servidor;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o artigo 1º do Decreto nº 428, de 12 de abril de 2016, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica exonerado, a pedido, o servidor público municipal DOUGLAS AIGNER, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento, a partir do dia 1º de maio de 2016.”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigência na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia/SC, 13 de abril de 2016.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº 05/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2016

O Município de Paulo Lopes torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o registro de preço para aquisição de água e gás para atender as Secretarias deste Município. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, 130, Centro, Paulo Lopes/SC, até as 09h55min do dia 29/04/2016. A sessão se dará a partir das 10h00min do dia 29/04/2016, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.paulolopes.sc.gov.br

Paulo Lopes, 14 de abril de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

DECRETO Nº17/2016

DECRETO Nº17/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 6º da Lei 1.659/2015 – LOA,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas, no orçamento fiscal vigente, as dotações abaixo, no limite de R\$ 34.948,00 (trinta e quatro mil novecentos e quarenta e oito reais), de acordo com as especificações seguintes:

1001 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO R\$ 34.948,00
20.606.0011.1.047 – Aquisição de Equipamentos Agrícolas R\$ 34.948,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0324.001135 – Aplicações Diretas R\$ 34.948,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo superávit financeiro do exercício anterior da fonte 0324.001135 – PRODESA – Exercícios Anteriores - no valor de R\$ 34.948,00 (trinta e quatro mil novecentos e quarenta e oito reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 15 de abril de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 137/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 137/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao Servidor Público Municipal, Wilson Batista, brasileiro, efetivo e estável, portador do CPF nº 494.695.769-34, matrícula nº 95, ocupante do Cargo de Odontólogo, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde com gozo no período de 14/04/2016 à 13/05/2016, referente ao quinquênio de 02/03/1997 à 01/03/2002, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 14 de Abril de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 138/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 138/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação vigente resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Andreza Martinho, brasileira, portadora do CPF nº 038.597.829-40, matrícula nº 11213, para ocupar o Cargo de Secretária de Unidade Escolar, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 14 de Abril de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 139/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 139/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, Sabrina Rodrigues Souza Eger, brasileira, portadora do CPF nº 051.830.899-57, matrícula nº 11059, ocupante do Cargo de Assessora Contábil Financeira I, nomeada pela Portaria nº 415/2015, conforme requerimento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 14 de Abril de 2016.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 - ENFERMEIRO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 25/04/2016, das 08:00hs às 11:30hrs ou das 13:30hs às 17:00hrs, conforme Edital do Concurso Público nº01/2015.

Cargo: ENFERMEIRO
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
14º. 21075 Julieta Cristina Fernandes Schmidt

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/Sc, 14 de abril de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),
() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____
CPF nº. _____, RG nº. _____
Rua= _____, nº. _____
_____, Bairro: _____, Cidade de _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada
() Efetivo Cargo: ____/____/____
() Contratado (ACT) Cargo: ____/____/____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

_____/____/____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

_____/____/____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA: _____

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa

interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 - TÉCNICO EM ENF. COM CAPACITAÇÃO PARA VACINA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 25/04/2016, das 08:00hs às 11:30hs ou das 13:30hs às 17:00hs, conforme Edital do Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM COM CAPACITAÇÃO PARA VACINA

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

04º. 20043 CÉLIA REGINA CAPONI

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

- r) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
 s) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
 t) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
 u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 14 de abril de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
 Secretária da Administração

ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
 (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
 residente e domiciliado na Rua _____,
 nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
 () SIM () NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
 () SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

ANEXO 2**DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

_____,

Rua= _____, nº. _____

_____, Bairro: _____, Cidade de _____

_____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
 () SIM () NÃO

- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
 () SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____/_____/_____

() Contratado (ACT) Cargo: _____/_____/_____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

_____/_____/_____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

_____/_____/_____

() Comissionado Cargo: _____/_____/_____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro

(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____

_____, residente e domiciliado na Rua _____

_____, nº. _____, Cidade de _____

_____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

ANEXO 4**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro

(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____

_____, residente e domiciliado na Rua _____

_____, nº. _____, Cidade de _____

_____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013 ESF- AGENTE COMUNITÁRIO- GRAVATÁ EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 25/04/2016, das 08:00hs às 11:30hs ou das 13:30hs às 17:00hs, conforme Concurso Público – Emprego Público - ESF Edital nº 01/2013.

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO - GRAVATÁ
CPF NOME
8º. 005.276.079-08 SIMONE NASCIMENTO DIAS

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta

o número, a série e a qualificação da mesma;

r) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;

s) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

t) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;

u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 14 de abril de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
- () SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
- () SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____
CPF nº. _____, RG nº. _____

Rua= _____, nº. _____

Bairro: _____, Cidade de _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
- () SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
- () SIM () NÃO
- VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: ____/____/____
 () Contratado (ACT) Cargo: ____/____/____
 () Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: ____/____/____
 () Efetivo em função gratificada Cargo: ____/____/____
 () Comissionado Cargo: ____/____/____
 5 – FONTES DE RENDA:
 DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

ANEXO 4
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,

_____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013 ESF- AGENTE COMUNITÁRIO- GRAVATÁ EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 25/04/2016, das 08:00hs às 11:30hs ou das 13:30hrs às 17:00hrs, conforme Concurso Público – Emprego Publico - ESF Edital nº 01/2013.

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO - GRAVATÁ

CPF NOME

9º. 077.123.239-09 KARINE HAUERBACH

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo

Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

q) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

r) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;

s) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

t) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;

u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 14 de abril de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____
CPF nº. _____, RG nº. _____

Rua= _____, nº. _____

_____, Bairro: _____, Cidade de _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função

pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____/____/____

() Contratado (ACT) Cargo: _____/____/____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____/____/____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____/____/____

() Comissionado Cargo: _____/____/____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____

_____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____,
nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa inte-
ressar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013 ESF- AGENTE COMUNITÁRIO- SANTA LIDIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 25/04/2016, das 08:00hs às 11:30hs ou das 13:30hrs às 17:00hrs, conforme Concurso Público – Emprego Publico - ESF Edital nº 01/2013.

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO – SANTA LIDIA

CPF NOME

8º. 162.314.718-29 CLAUDIA SIMONE ARAUJO SANTOS

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão

de Casamento;

p) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

q) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

r) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;

s) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

t) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;

u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 14 de abril de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____,
nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa inte-
ressar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
- () SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
- () SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2016.

ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

_____,

Rua= _____, nº. _____

_____, Bairro: _____, Cidade de _____

_____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 - VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: ____/____/____

() Contratado (ACT) Cargo: ____/____/____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: ____/____/____

() Efetivo em função gratificada Cargo: ____/____/____

() Comissionado Cargo: ____/____/____

5 - FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENTA ANUAL: _____

6 - RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 - RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 - DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro

(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

ANEXO 4

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro

(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013**ESF- AGENTE COMUNITÁRIO- SANTA LIDIA**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia

25/04/2016, das 08:00hs às 11:30hs ou das 13:30hrs às 17:00hrs, conforme Concurso Público - Emprego Publico - ESF Edital nº 01/2013.

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO - SANTA LIDIA

CPF NOME

9º. 071.963.769-43 KEROLIN LINS SANTIAGO

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;

c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);

d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;

e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;

g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;

h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;

i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;

j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;

k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;

l) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;

m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;

n) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;

o) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da

nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;

p) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

q) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

r) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;

s) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

t) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;

u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 14 de abril de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

Rua= _____, nº. _____

_____, Bairro: _____, Cidade de _____

_____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____/_____/____

() Contratado (ACT) Cargo: _____/_____/____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

_____/____/____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

_____/____/____

() Comissionado Cargo: _____/_____/____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,

residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de __, de 2016.

ANEXO 4
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de __, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

ERRATA DE EDITAL PP06/2016 - FMS

ERRATA DE EDITAL Nº01

REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016 - FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2016 - FMS

REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL E EMPRÉSTIMOS EM REGIME DE COMODATO DE MANÔMETROS, FLUXÔMETROS E CILINDROS DE OXIGÊNIOS.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA

CNPJ/MF nº. 10.479.670/0001-96

ERRATA DE EDITAL

REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2016 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016 – FMS

REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL E EMPRÉSTIMOS EM REGIME DE COMODATO DE MANÔMETROS, FLUXÔMETROS E CILINDROS DE OXIGÊNIOS.

Tipo de Licitação: Menor preço.

Forma de Julgamento: Menor Preço POR LOTE

Forma de Fornecimento: Parcelada.

Tipo de Execução: Direta.

Regência: Lei 8.666/93, Lei 10520/02 e Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 56/1999, Decreto Federal nº 7.892/2013, com alterações posteriores.

Data final de apresentação dos envelopes até: 02/05/2016

Horário final de apresentação dos envelopes até: 17h00min horas.

Data de abertura dos envelopes: 03/05/2016

Horário de abertura dos envelopes: 09h00min horas.

Secretaria Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde.

Das Informações, do Local de apresentação e abertura: A íntegra do Edital e esclarecimentos e abertura poderão ser obtidas nos seguintes endereços: SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, Av. Nereu Ramos, nº 08 – Centro - Penha – SC. Por telefone: (47) 3345-4649, ramal 23 - ou através dos emails: leandro@penha.sc.gov.br e gabriela.garbini@hotmail.com

ONDE SE LÊ:

1 - DO OBJETO

Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL E EMPRÉSTIMOS EM REGIME DE COMODATO DE MANÔMETROS, FLUXÔMETROS E CILINDROS DE OXIGÊNIOS, conforme Pregão Presencial nº 06/2016 - FMS, a que corresponde este pacto, assim especificados:

Programa de Trabalho / Atividade					Elemento de Despesas:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	Marca	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
					UNITÁRIO	GLOBAL
1. 01	Oxigênio medicinal acondicionados em cilindros de 7 m³, devendo ser disponibilizado no mínimo 10 (dez) cilindros em regime de comodato.	M³		6.600	9,73	64.218,00
2. 02	Oxigênio medicinal acondicionados em cilindros de 3 m³, devendo ser disponibilizado no mínimo 7 (sete) cilindros em regime de comodato.	M³		600	9,73	5.838,00

3. 3	Oxigênio medicinal acondicionados em cilindros de 0,6 a 1 m ³ , devendo ser disponibilizado no mínimo 7 (sete) cilindros em regime de comodato. Tal item deverá ir acompanhado de manômetros, fluxômetros e umidificadores.	M ³		360	59,00	21.240,00
	TOTAL				R\$	91.296,00

1.2 – Para a aquisição dos oxigênios, o valor global estimado é de R\$ 91.296,00 (noventa e um mil e duzentos e noventa e seis reais).

LEIA-SE:

Programa de Trabalho / Atividade					Elemento de Despesas:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	Marca	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
					UNITÁRIO	GLOBAL
1. 01	Oxigênio medicinal acondicionados em cilindros de aproximadamente 7 m ³ , devendo ser disponibilizado no mínimo 10 (dez) cilindros em regime de comodato.	M ³		6.600	9,73	64.218,00
2. 02	Oxigênio medicinal acondicionados em cilindros de aproximadamente 3 m ³ , devendo ser disponibilizado no mínimo 7 (sete) cilindros em regime de comodato.	M ³		600	9,73	5.838,00
3. 3	Oxigênio medicinal acondicionados em cilindros de aproximadamente 0,6 a 1 m ³ , devendo ser disponibilizado no mínimo 7 (sete) cilindros em regime de comodato. Tal item deverá ir acompanhado de manômetros, fluxômetros e umidificadores.	M ³		360	59,00	21.240,00
	TOTAL				R\$	91.296,00

1.2 – Para a aquisição dos oxigênios, o valor global estimado é de R\$ 91.296,00 (noventa e um mil e duzentos e noventa e seis reais).

ONDE SE LÊ:

4.4– Os produtos adquiridos do presente deverão ser entregues e fornecidos pela empresa vencedora da licitação, mediante previa autorização do orçamento pela Secretaria de Saúde, de acordo com as seguintes especificações: O roteiro (logística) do fornecimento e/ou reabastecimento dos cilindros aos pacientes que utilizam oxigênio terapia domiciliar, incluindo a base do Pronto Atendimento 24 Horas e ambulância deste município, deverá ser realizado se for necessário, no mínimo 02 (duas) vezes por semana (em datas pré-estabelecidas pela Secretaria Municipal da Saúde); ou quando for o caso de pacientes novos ou qualquer outro tipo de emergência ser realizado por um período não superior a 03 (três) horas após a solicitação pelo órgão responsável.

4.5 - O licitante vencedor deverá fornecer, em regime de comodato, no mínimo, 10 (dez) cilindros para oxigênio medicinal com capacidade de 7m³, com válvula e fluxometro, 07 (sete) cilindros para oxigênio medicinal com capacidade de 3m³, com válvula e fluxometro, 07 (sete) cilindros para oxigênio medicinal com capacidade de 0,6 a 1m³, com válvula, fluxometro e umidificadores, que serão devolvidos pelo município ao findar do Contrato de Fornecimento.

4.6 - Os cilindros com capacidade de 0,6 a 1m³, cujos serão instalados a pacientes que utilizam oxigenioterapia domiciliar, deverão vir acompanhados de fluxometro, manômetro e umidificadores, onde tais equipamentos deverão ser emprestados pela empresa sem custo adicional ao município de Penha/SC.

LEIA-SE:

4.4– Os produtos adquiridos do presente deverão ser entregues e fornecidos pela empresa vencedora da licitação, mediante previa autorização do orçamento pela Secretaria de Saúde, de acordo com as seguintes especificações: O roteiro (logística) do fornecimento e/ou reabastecimento dos cilindros aos pacientes que utilizam oxigênio terapia domiciliar, incluindo a base do Pronto Atendimento 24 Horas e ambulância deste município, deverá ser realizado se for necessário, no mínimo 02 (duas) vezes por semana (em datas pré-estabelecidas pela Secretaria Municipal da Saúde); ou quando for o caso de pacientes novos ou qualquer outro tipo de emergência ser realizado por um período não superior a 12 (doze) horas após a solicitação pelo órgão responsável.

4.5 - O licitante vencedor deverá fornecer, em regime de comodato, no mínimo, 10 (dez) cilindros para oxigênio medicinal com capacidade aproximada de 7m³, com válvula e fluxometro, 07 (sete) cilindros para oxigênio medicinal com capacidade aproximada de 3m³, com válvula e fluxometro, 07 (sete) cilindros para oxigênio medicinal com capacidade aproximada de 0,6 a 1m³, com válvula, fluxometro e umidificadores, que serão devolvidos pelo município ao findar do Contrato de Fornecimento.

4.6 - Os cilindros com capacidade aproximada de 0,6 a 1m³, cujos serão instalados a pacientes que utilizam oxigenioterapia domiciliar, deverão vir acompanhados de fluxometro, manômetro e umidificadores, onde tais equipamentos deverão ser emprestados pela empresa sem custo adicional ao município de Penha/SC.

Penha, 14 de abril de 2016.

Daniele S. de S. Lunge
Secretária de Administração

Petrolândia

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS 05 2016 - MEDICAMENTOS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 10/2016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Ata de REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. Empresa ALL MEDICA DIST. DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA ME, inscrita no CNPJ: 07.095.969/0001-32, valor R\$ 840,00. Empresa EXEMPLARMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME, inscrita no CNPJ: 23.312.871/0001-46, valor R\$ 9.609,60. Empresa A G KIENEN & CIA LTDA, inscrita no CNPJ: 82.225.947/0001-65, valor R\$ 104.649,51. Empresa DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ: 02.520.829/0001-40, valor R\$ 97.915,31. Empresa CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ: 03.652.030/0001-70, valor R\$ 117.808,00 Empresa SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ: 09.944.371/0001-04, valor R\$ 18.282,00. Empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ: 81.706.251/0001-98, valor R\$ 123.679,56. Data: 06/04/2016. Valor Total: R\$ 472.783,98. Petrolândia, 15 de abril de 2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.

ATA REGISTRO DE PREÇOS 06 2016 - PNEUS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 11/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Ata de REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS, PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLÂNDIA. Empresa CS COMÉRCIO ATACADISTA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME, inscrita no CNPJ: 12.973.944/0001-24, valor R\$ 50.999,00. Data: 13/04/2016. Valor Total: R\$ 50.999,00. Petrolândia, 15 de abril de 2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.073, DE 06 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº 3.073, DE 06 DE ABRIL DE 2016.

ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA E ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.823 de 06/04/2016 e o Art. 43, Parágrafo 1º, da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

DECRETA:

Art. 1º Anula parcialmente dotação orçamentária no orçamento em vigor da Unidade Gestora Prefeitura por destinação de recursos, no valor de R\$ 3.600,00 (Três Mil e Seiscentos Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 0012.0361.0040.2013 - Subv. Social ao Colégio Sinodal Dr. Blumenau

Elemento: 3350.0000 - Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01010000 – Rec. De Imp. E de Transf. de Imp - Educação R\$ 3.600,00

Art. 2º Abre crédito adicional especial no orçamento em vigor da Unidade Gestora Prefeitura por destinação de recursos, no valor de R\$ 3.600,00 (Três Mil e Seiscentos Reais), por conta da anulação de que trata o art. 1º deste Decreto, conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 0012.0361.0040.2013 - Subv. Social ao Colégio Sinodal Dr. Blumenau

Elemento: 4450.0000 - Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01010000 – Rec. De Imp. E de Transf. de Imp - Educação R\$ 3.600,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 06 de abril de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.075 DE 08 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº 3.075 DE 08 DE ABRIL DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015 NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III e o Art. 12º da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015, NA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2015, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2025– Iluminação Pública - Cosip

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03080000 – Contribuição para o Cosip R\$ 120.000,00

TOTAL R\$ 120.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 08 de abril de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Secretária de Gestão Admin. e Faz.

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE**TERMO DE CONVOCAÇÃO CARLOS KILL LEFFLER**

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista a sua aprovação no Concurso Público Edital nº 001/2015 para o cargo de Auxiliar de Operações II, e em face às necessidades do serviço público convocamos o Sr. CARLOS KILL LEFFLER, inscrito no CPF sob o nº 107.338.907-33, residente e domiciliado na BR 101 KM 64, nº 49, Bairro Corveta, na cidade de Araquari (SC), para se apresentar no horário das 7h às 13h na Divisão de Recursos Humanos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, a fim de assumir o respectivo cargo.

Informamos, ainda, que a sua não apresentação, após 05 (cinco) dias do recebimento e publicação desta convocação implica na desistência automática do cargo.

Pomerode, 14 de abril de 2016.

EDSON PISKE

Presidente do SAMAE



Porto União

PREFEITURA

ATA 062/2016

ATA 062/2016

Aos 30 (trinta) dias do mês de março do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 036/2016 – Registro de Preços, Pregão Presencial 020/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Anízio de Souza E O DETENTOR DA ATA: Hospital de Caridade São Braz.

1 Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Hospital de Caridade São Braz, CNPJ/MF nº 85.604.395/0001-94, Sítio a Rua Frei Rogério, N.º 579, centro, CEP 89.400-000, Telefone (42) 3521-2233, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, representado pelo Senhor Mariano Bordon Sosa, inscrito no CPF sob o número 692.522.979-87.

Registro de Preços para contratação de clínica para realização de exames, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

0.1. Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
			Exame ultrassonográfico / ecográfico:		
3	1100	SERVIÇO	Ecografia Obstétrica	R\$ 53,00	R\$ 58.300,00
4	1100	SERVIÇO	Ecografia Obstétrica com Translucência Nucal	R\$ 110,00	R\$ 121.000,00
5	330	SERVIÇO	Ecografia Obstétrica com Doppler da Artéria Uterina	R\$ 119,00	R\$ 39.270,00
6	12	SERVIÇO	Ecografia Morfológica do 1º trimestre com Doppler	R\$ 149,00	R\$ 1.788,00
7	12	SERVIÇO	Ecografia Morfológica do 2º trimestre com Doppler	R\$ 149,00	R\$ 1.788,00
8	12	SERVIÇO	Ecografia pélvica transvaginal com Doppler	R\$ 184,00	R\$ 2.208,00
9	66	SERVIÇO	Ecografia de Tireóide sem Doppler	R\$ 79,00	R\$ 5.214,00
10	33	SERVIÇO	Ecografia de Paratireóide sem Doppler	R\$ 79,00	R\$ 2.607,00
11	12	SERVIÇO	Ecografia de região cervical com doppler	R\$ 184,00	R\$ 2.208,00
			Exames de Tomografia Computadorizada COM contraste:		
25	56	SERVIÇO	Urotomografia	R\$ 490,00	R\$ 27.440,00
31	12	SERVIÇO	Tomografia Computadorizada de Face	R\$ 215,00	R\$ 2.580,00
32	12	SERVIÇO	Tomografia Computadorizada de Crânio	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
34	24	SERVIÇO	Tomografia Computadorizada de Coluna Cervical	R\$ 183,00	R\$ 4.392,00
36	12	SERVIÇO	Tomografia Computadorizada de Seios da Face	R\$ 250,00	R\$ 3.000,00
37	24	SERVIÇO	Tomografia Computadorizada de Tórax	R\$ 240,00	R\$ 5.760,00
38	36	SERVIÇO	Tomografia Computadorizada de Abdômen	R\$ 340,00	R\$ 12.240,00
40	12	SERVIÇO	Tomografia Computadorizada de Sela Túrcica	R\$ 270,00	R\$ 3.240,00
			Exames de Tomografia Computadorizada SEM contraste:		
41	12	SERVIÇO	Tomografia de Articulações Temporomandibulares	R\$ 210,00	R\$ 2.520,00
42	12	SERVIÇO	Tomografia Computadorizada do Pescoço	R\$ 275,00	R\$ 3.300,00
44	12	SERVIÇO	Tomografia Computadorizada de Cotovelo	R\$ 240,00	R\$ 2.880,00
45	12	SERVIÇO	Tomografia Computadorizada de Punho	R\$ 237,00	R\$ 2.844,00
46	12	SERVIÇO	Tomografia Computadorizada de Braço	R\$ 237,00	R\$ 2.844,00
			Exame Radiológico:		
55	12	SERVIÇO	Escanometria de membros inferiores	R\$ 19,00	R\$ 228,00
Valor Total R\$ 311.011,00 (trezentos e onze mil e onze reais)					

1.2 Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Processo Licitatório 036/2016 – Registro de Preços, na modalidade de Pregão Presencial 020/2016, juntamente com seus anexos e a proposta.

1.3 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

1.4 O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 020/2016.

1.5 As condições de realização do serviço será o estabelecido no item 9 do Edital de Pregão Presencial 020/2016, inclusive nas condições estabelecidas pelo Detentor da Ata de Registro de Preços.

1.6 Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos em 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionado o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

1.7 Os preços registrados serão confrontados periodicamente pelos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados

pelo ORGÃO GERENCIADOR.

1.8 - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta da dotação estabelecida pela Coordenadoria de Compras.

1.9 – Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.0 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá garantir a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.1 – O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.2 - O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 020/2016.

2.3 – O Detentor da Ata é responsável por todos os impostos, frete, taxas, encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como outras quaisquer que incidam sobre a execução do serviço.

2.4 - Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 036/2016 – Registro de Preços, na modalidade de Pregão Presencial 020/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.5 – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.6 – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Mariano Bordon Sosa, qualificado preambularmente, representando a detentor e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Hospital de Caridade São Braz
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

ATA 063/2016

ATA 063/2016

Aos 30 (trinta) dias do mês de março do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 036/2016 – Registro de Preços, Pregão Presencial 020/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Anízio de Souza E O DETENTOR DA ATA: Imagem – Clínica de Diagnóstico por Imagem S/S.

1 Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Imagem – Clínica de Diagnóstico por Imagem S/S, CNPJ/MF n.º 02.073.222/0001-60, Sito a Rua Santos Dumont, N.º 339, Bairro Cidade Nova, CEP 89.400-000, Telefone (42) 3521-7411, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, representado pelo Senhor Fernando de Oliveira, inscrito no CPF sob o número 314.442.610-53. Registro de Preços para contratação de clínica para realização de exames, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

0.1. Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
			Exames de Ressonância Magnética COM contraste:		
12	56	SERVIÇO	Ressonância Magnética do Crânio	R\$ 730,00	R\$ 40.880,00
13	12	SERVIÇO	Ressonância Magnética de Órbitas Oculares	R\$ 730,06	R\$ 8.760,72
14	12	SERVIÇO	Ressonância Magnética de Ouvidos (orelhas)	R\$ 730,06	R\$ 8.760,72
15	12	SERVIÇO	Ressonância Magnética da Hipófise	R\$ 730,00	R\$ 8.760,00
16	12	SERVIÇO	Ressonância Magnética da Sela Túrcica	R\$ 730,06	R\$ 8.760,72
17	24	SERVIÇO	Ressonância Magnética do Tórax	R\$ 770,77	R\$ 18.498,48
18	24	SERVIÇO	Ressonância Magnética do Abdômen	R\$ 770,77	R\$ 18.498,48
19	24	SERVIÇO	Ressonância Magnética da Pelve	R\$ 730,06	R\$ 17.521,44
20	24	SERVIÇO	Ressonância Magnética do Pescoço	R\$ 730,06	R\$ 17.521,44
21	24	SERVIÇO	Ressonância Magnética da Mama	R\$ 730,06	R\$ 17.521,44
22	12	SERVIÇO	Colangiopancreatografia por Ressonância Magnética (Colangiopressonância)	R\$ 730,06	R\$ 8.760,72
23	12	SERVIÇO	Angiopressonância cerebral	R\$ 730,06	R\$ 8.760,72
24	12	SERVIÇO	Uropressonância	R\$ 730,06	R\$ 8.760,72
			Exames de Tomografia Computadorizada COM contraste:		
26	12	SERVIÇO	Angiotomografia Cerebral	R\$ 449,92	R\$ 5.399,04
27	12	SERVIÇO	Angiotomografia Torácica	R\$ 449,00	R\$ 5.388,00

28	12	SERVIÇO	Angiotomografia Abdominal	R\$ 449,92	R\$ 5.399,04
29	12	SERVIÇO	Angiotomografia de Artérias Carótidas	R\$ 449,92	R\$ 5.399,04
30	12	SERVIÇO	Angiotomografia de Membros Inferiores	R\$ 449,92	R\$ 5.399,04
33	24	SERVIÇO	Tomografia Computadorizada de Coluna Lombo-Sacra	R\$ 198,00	R\$ 4.752,00
35	24	SERVIÇO	Tomografia Computadorizada de Coluna Torácica	R\$ 198,00	R\$ 4.752,00
39	12	SERVIÇO	Tomografia Computadorizada de Pelve	R\$ 235,00	R\$ 2.820,00
43	12	SERVIÇO	Tomografia Computadorizada de Ombro	R\$ 252,00	R\$ 3.024,00
47	12	SERVIÇO	Tomografia Computadorizada de Antebraço	R\$ 250,00	R\$ 3.000,00
48	12	SERVIÇO	Tomografia Computadorizada de Mão	R\$ 249,00	R\$ 2.988,00
49	12	SERVIÇO	Tomografia Computadorizada de Coxa	R\$ 249,00	R\$ 2.988,00
50	12	SERVIÇO	Tomografia Computadorizada de Pé	R\$ 247,00	R\$ 2.964,00
51	24	SERVIÇO	Tomografia Computadorizada de Articulação Coxo-femural	R\$ 249,00	R\$ 5.976,00
52	36	SERVIÇO	Tomografia Computadorizada de Joelho	R\$ 239,00	R\$ 8.604,00
53	12	SERVIÇO	Tomografia Computadorizada de Tornozelo	R\$ 239,00	R\$ 2.868,00
54	24	SERVIÇO	Tomografia Computadorizada de Bacia	R\$ 239,00	R\$ 5.736,00
Valor Total R\$ 269.221,76 (duzentos e sessenta e nove mil duzentos e vinte e um reais e setenta e seis centavos)					

1.2 Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Processo Licitatório 036/2016 – Registro de Preços, na modalidade de Pregão Presencial 020/2016, juntamente com seus anexos e a proposta.

1.3 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

1.4 O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 020/2016.

1.5 As condições de realização do serviço será o estabelecido no item 9 do Edital de Pregão Presencial 020/2016, inclusive nas condições estabelecidas pelo Detentor da Ata de Registro de Preços.

1.6 Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos em 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde devera estar mencionado o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

1.7 Os preços registrados serão confrontados periodicamente pelos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

1.8 - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta da dotação estabelecida pela Coordenadoria de Compras.

1.9 – Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.0 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá garantir a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.1 – O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.2 - O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 020/2016.

2.3 – O Detentor da Ata é responsável por todos os impostos, frete, taxas, encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como outras quaisquer que incidam sobre a execução do serviço.

2.4 - Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 036/2016 – Registro de Preços, na modalidade de Pregão Presencial 020/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.5 – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.6 – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Fernando de Oliveira, qualificado preambularmente, representando a detentor e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Imagem – Clínica de Diagnóstico por Imagem S/S
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

EXTRATO DE CONTRATO 012/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 012/2016 – Educação.
Partes: Município de Porto União e Expresso Princesa dos Campos S.A.
Objeto: Fornecimento de passagens para os funcionários, estagiários, professores e alunos da rede de Ensino do município de Porto União.
Valor Total: R\$ 10.976,00 (dez mil novecentos e setenta e seis reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Inexigibilidade de Licitação 001/2016 - Educação, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 28 de março de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Expresso Princesa dos Campos S.A.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 013/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 013/2016 – Educação.
Partes: Município de Porto União e Ciabrasnet Central Brasileira de Internet Ltda – ME.
Objeto: Contratação de empresa para fornecer o serviço de acesso à internet para a Secretaria Municipal de Educação, com velocidade de 04MB (quatro megabytes).
Valor Total: R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais).
Vigência: 06 (seis) meses.
Base legal: Dispensa de Licitação 001/2016 - Educação, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 30 de março de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Ciabrasnet Central Brasileira de Internet Ltda – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 014/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 014/2016 – EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Perfect Equipamentos e Serviços de Informática Ltda – EPP.
Objeto: contratação de empresa para fornecer o serviço de acesso à internet para o Núcleo Educacional São Pedro do Timbó, Núcleo Educacional Infantil Lina Sander e Núcleo Educacional Infantil Le-gru, com velocidade de 02MB (dois megabytes) por acesso.
Valor Total: R\$ 3.840,00 (três mil oitocentos e quarenta reais).
Vigência: 06 (seis) meses.
Base legal: Dispensa de Licitação 002/2016 - Educação, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 30 de março de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Perfect Equipamentos e Serviços de Informática Ltda – EPP.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 015/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 015/2016 – EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Ricardo Luis Bonin EIRELI – EPP.
Objeto: Execução do serviço de desinsetização, limpeza das caixas de água, caixas sépticas e ralos nos Núcleos de Educação Infantil, Núcleos Educacionais e da Secretaria Municipal de Educação.
Valor Total: R\$ 18.400,00 (dezoito mil e quatrocentos reais).
Vigência: 06 (seis) meses.
Base legal: Pregão Presencial 001/2016 - Educação, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 31 de março de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Ricardo Luis Bonin EIRELI – EPP.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 016/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 016/2016 – EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Adelmo Reisdorfer – ME.
Objeto: Prestação de Serviços de lavagem de veículos da Secretaria Municipal de Educação.
Valor Total: R\$ 31.440,00 (trinta e um mil quatrocentos e quarenta reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 003/2016 - Educação, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 07 de abril de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Adelmo Reisdorfer – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 044/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 044/2016
Partes: Município de Porto União e Toque Telecomunicações Ltda - ME.
Objeto: contratação de empresa para fornecer o serviço de acesso à internet.
Valor Total: R\$ 21.118,80 (vinte e um mil cento e dezoito reais e oitenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Dispensa de Licitação 010/2016, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 28 de março de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Toque Telecomunicações Ltda - ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 045/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 045/2016 – PREFEITURA
Partes: Município de Porto União e Paraíso das Flores Ltda – ME.
Objeto: Aquisição de caixas de mudas de flores.
Valor Total: 2.085,00 (dois mil e oitenta e cinco reais).
Vigência: Até 30/06/2016.
Base legal: Dispensa de Licitação 011/2016 - PREFEITURA, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 28 de março de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Paraíso das Flores Ltda – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 048/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 048/2016
Partes: Município de Porto União e Arthur Amador Pereira dos Santos.
Objeto: Contratação de 01 (um) engenheiro de minas para prestar serviços de responsabilidade técnica da Pedreira do Rio Bonito, que abrange a elaboração da RAL – Relatório Anual de Lavra, acompanhamento e elaboração de projetos pertinentes junto a FATMA e demais processos junto ao DNPM, com carga horária de 08 (oito) horas mensais.
Valor Total: R\$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais).
Vigência: 06 (seis) meses.
Base legal: Dispensa de Licitação 012/2016, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 31 de março de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Arthur Amador Pereira dos Santos.
Contratada

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 003/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 062/2016 – Registro de Preços
Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 003/2016.
O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, com adjudicação por menor preço por item, para registro de preços para aquisição de material médico hospitalar para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde. Somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site “www.cidadecompras.com.br” até às 12h30min do dia 05 de maio de 2016, com início da mesma às 13h00min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União “www.portouniao.sc.gov.br” e no site “www.cidadecompas.com.br”. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.
Porto União - SC, 14 de abril de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 001/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 004/2016 – Educação
Pregão Presencial 001/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Ricardo Luis Bonin EIRELI – EPP.
Porto União SC, 31 de março de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 003/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 005/2016 – Educação
Pregão Presencial 003/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Adelmo Reisdorfer – ME
Porto União SC, 07 de abril de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 020/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 036/2016 – PREFEITURA
Pregão Presencial 020/2016 – Registro de Preços
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Hospital de Caridade São Braz e Imagem – Clínica de Diagnóstico por Imagem S/S.
Porto União SC, 30 de março de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 001/2016 - FUNREBOM

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 001/2016 - FUNREBOM
Pregão Presencial 001/2016
Termo de Revogação
Revoga-se o aludido processo licitatório, com base no artigo 49 da Lei 8.666/93.
Porto União SC, 01 de abril de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 023/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 041/2016 - PREFEITURA
Pregão Presencial 023/2016
Termo de Revogação
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8.666/93, uma vez que deu-se deserta.
Porto União SC, 07 de abril de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

CONTRATO 01/2016 - SAUDE

CONTRATO Nº 001/2016

CONTRATADO: EDITORA DIARIO DO ALTO VALE LTDA - EPP – portadora do CNPJ 82.830.290/0001-65, Rua XV de Novembro Nº. 45, Loja 02, Centro, Rio do Sul – SC, representado pelo Sr. Claudinei Roberton da Silva, inscrito no CPF 806.788.749-72, gerente operacional, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Rodolfo Reblin, 265, Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul –SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POUSO REDONDO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 12.321.353/0001-72, com sede na Av. Ari Verdi, s/n, Pouso Redondo – SC, representado neste ato pelo Sr. Laerte da Silveira, inscrito no CPF 686.587.299-15, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

I – DO OBJETO: Assinatura mensal do Jornal Diário do Alto Vale, do município de Rio do Sul/SC, sendo um total de 15 exemplares diários.

II – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Pela contratação das assinaturas descritas na cláusula I deste contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais) mensais, totalizando R\$ 4.770,00 (quatro mil e setecentos e setenta reais).

III – DOS PRAZOS DE INÍCIO E TÉRMINO: O presente contrato tem seu início no dia 01 de abril de 2016 e término no dia 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado, por mútuo acordo, mediante Termo Aditivo.

IV – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa resultante do presente contrato correrá por conta da seguinte dotação orçamentária consignada no orçamento corrente do Município de Pouso Redondo, a saber:

Dotação: 07/2016

Complemento: 33.90.39.01.00.00.00

V – DA RESCISÃO - Para a rescisão do presente contrato, aplica-se as disposições previstas nos artigos 77 a 80 da lei Federal nº 8.666/93, sendo que em qualquer das hipóteses a parte interessada deverá notificar a outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

VI – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES: Fica estipulada a multa de 10% (dez por cento) contra a parte que desistir do presente contrato, bem como deixar de cumprir as obrigações constantes das cláusulas do presente contrato, reservando-se ainda ao CONTRATANTE o reconhecimento dos direitos da Administração Pública, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

VII – DA LEGISLAÇÃO: O presente contrato é celebrado de acordo com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

VIII – DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Trombudo Central – SC, como competente para dirimir as eventuais questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam em comum acordo, o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Pouso Redondo (SC), 01 de abril de 2016.

LAERTE DA SILVEIRA

Fundo Municipal de Saúde

Pouso Redondo – Contratante

Claudinei Roberton da Silva

Representante Legal – Contratada

Empresa Diário do Alto Vale Ltda - EPP

Testemunhas:

MAIKEL VERDI

CPF 003.780.089-27

NEUMA ANDERLE FELIZARI

CPF 818.495.249-04

CONTRATO 08/2016

CONTRATO Nº 08/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO E A EMPRESA PONTOGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.681/0001-26, situado à Rua Antonio Carlos Thiesen, nº 74, Independência, nesta cidade de POUSO REDONDO- SC, neste ato representada pela Prefeita Municipal, Sra. NAIR GOULART, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa PONTGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.209.146/0001-16, situado à Rua Mirador, 55, Sala 04, Andar 01, Centro, CEP 89.150-000, Presidente Getúlio/SC, neste ato representada pelo Senhor Nilcelio Marcelino, CPF sob nº 028.208.379/05, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 01/2016 e Processo nº 03/2016, e disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de assessoria e suporte técnico e administrativo especializados, para acompanhamento e orientação escrita e verbal nas áreas: administrativa, financeira, contábil, patrimonial, orientações de ordem operacional das rotinas administrativas/financeiras, conforme Anexo I do Edital da Licitação nº 001/2016.

1.2 – Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 001/2016, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

1.3 - O presente contrato, assim como a licitação da qual ocorreu, não abriga o MUNICÍPIO a autorizar ou solicitar sua execução integral (nas quantidades e prazos licitados).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta

Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento -Programa 2016 do MUNICÍPIO, como segue:

03 – SECRETARIA DE FINANÇAS
01 – GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO
2003 – Manutenção da Secretaria de Administração
33.90.39.05000000 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O valor mensal para prestação dos serviços objeto deste contrato corresponde a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais, totalizando um valor global de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) para o período contratado.

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de tributos e encargos de qualquer natureza, transporte e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.1.3 - O pagamento será efetuado até o 10º dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços licitados, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aceita e liquidada por agente do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL E DAS CONDIÇÕES GERAIS:

4.1 - O contrato vigorará da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016, podendo ter seu prazo de vigência prorrogado mediante termo aditivo, conforme artigos 57 e 65 da Lei Federal nº 8666/93.

4.2 – O agente do MUNICÍPIO encaminhará à CONTRATADA, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, a eventual alteração de dias para atendimento in loco, bem como com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas os questionamentos e consultas relacionados aos serviços contratados.

4.3 - Os serviços consultivos deverão ser executados na sede (Prefeitura) do MUNICÍPIO, com atendimento presencial em dia útil determinado (em horário comercial), bem como utilizando recursos de comunicação à distância (telefone, fax, e-mail, etc).

4.4 - Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, a responsabilidade pelo deslocamento, alimentação e hospedagem de seus técnicos ao local da prestação dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Ressarcir ao MUNICÍPIO do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;
- c) Manter, durante a execução do contrato e/ou prestação dos serviços, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto,

até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
e) Fornecer o objeto contratado e/ou prestar os serviços previstos, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

i) Fornecer o objeto e/ou prestar os serviços previstos com agilidade, pontualidade e boa qualidade técnica, dentro dos padrões exigidos, inclusive atentando para os prazos legais e regulamentares a serem observados pelo MUNICÍPIO para cumprimento de obrigações ou envio de informações e documentos aos órgãos de controle;

f) Aceitar que sejam prestados os serviços do objeto de forma parcial ou fracionada, conforme necessidades do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

6.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos serviços prestados no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA SETIMA - DAS PENALIDADES:

7.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

7.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

7.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso ou defeito na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso ou defeito na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

7.1.2.1 - A multa por qualquer atraso no cumprimento de obrigações legais e regulamentares ou na remessa de informações aos órgão de controle por culpa do não comparecimento semanal da assessoria no Município para suporte direto, por falta de resposta ou solução de dúvidas, consultas ou questionamentos feito pelos agentes da municipalidade, ou por omissão ou erro cometido pelos profissionais destacados para prestação dos serviços, será de 10% (dez por cento) sobre o valor devido pelo serviço a ser executado (valor global do contrato).

7.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do serviço prestado, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

7.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO:

8.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

8.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA NONA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

9.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

10.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designada a Secretária de Administração e Finanças do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:

11.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Trombudo Central – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Pouso Redondo (SC), 04 de abril de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PONTOGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA
Nilcelio Marcelino – CPF 028.208.379-05

Testemunhas:

MAIKEL VERDI CPF 003.780.089-27	NEUMA ANDERLE FELIZARI CPF 818.495.249-04
------------------------------------	--

CONTRATO 09/2016

CONTRATO Nº 009/2016

CONTRATADO: EMPRESA JORNALISTICA O RIOSSULENSE LTDA - ME – portadora do CNPJ 07.245.098/0001-96, Rua XV de Novembro Nº 1133, Sala 01, Laranjeiras, Rio do Sul – SC, representado pelo Sr. Aurio Gislou inscrito no CPF 618.161.329-34, sócio, brasileiro, casado, jornalista, empresário, residente e domiciliado na cidade de Rio do Sul – SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ nº 83.102.681/0001-26, com sede na Rua Antonio Carlos Thiesen, 74, Pouso Redondo – SC, representada neste ato pela Prefeita Municipal, Sr.^a Nair Goulart, inscrito no CPF 247.437.719-00, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

I – DO OBJETO: Assinatura mensal do Jornal o Riossulense, do município de Rio do Sul/SC, sendo um total de 30 exemplares semanais.

II – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Pela contratação das assinaturas descritas na cláusula I deste contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais), mensais, totalizando R\$ 4.140,00 (quatro mil e cento e quarenta reais).

III – DOS PRAZOS DE INÍCIO E TÉRMINO: O presente contrato tem seu início no dia 01 de abril de 2016 e término no dia 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado, por mútuo acordo, mediante Termo Aditivo.

IV – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa resultante do presente contrato correrá por conta da seguinte dotação orçamentária consignada no orçamento corrente do Município de Pouso Redondo, a saber:

Dotação: 06/2016
Complemento: 33.90.39.01.00.00.00

V – DA RESCISÃO - Para a rescisão do presente contrato, aplica-se as disposições previstas nos artigos 77 a 80 da lei Federal nº 8.666/93, sendo que em qualquer das hipóteses a parte interessada deverá notificar a outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

VI – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES: Fica estipulada a multa de 10% (dez por cento) contra a parte que desistir do presente contrato, bem como deixar de cumprir as obrigações constantes das cláusulas do presente contrato, reservando-se ainda ao CONTRATANTE o reconhecimento dos direitos da Administração Pública, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

VII – DA LEGISLAÇÃO: O presente contrato é celebrado de acordo com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

VIII – DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Trombudo Central – SC, como competente para dirimir as eventuais questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam em comum acordo, o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Pouso Redondo (SC), 01 de abril de 2016.

NAIR GOULART
Município de Pouso Redondo
Contratante

AURIO GISLON
Representante Legal – Contratada
Empresa Jornalística o Riossulense Ltda - Me

Testemunhas:

MAIKEL VERDI CPF 003.780.089-27	NEUMA ANDERLE FELIZARI CPF 818.495.249-04
------------------------------------	--

CREDENCIAMENTO FARMACIA FABIFARMA 22/2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE P.R

PROCESSO Nº 22/2015

SISTEMA DE CREDENCIAMENTO DE FARMÁCIAS

O Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Senhora Nair Goulart, Prefeita do Município, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Av. Ari Verdi, S/n, CNPJ nº 12.321.353/0001-72, nos termos do Edital de Credenciamento nº 22/2015, CREDENCIA, através do presente, a empresa FABIFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, com sede

na Rua 23 de Julho, nº 95, Sala 02, Bairro Centro, cidade de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 03.196.214/0001-73, para fornecimento de medicamentos conforme lista "A - Z" aprovada pelo ministério da Saúde, para os medicamentos não disponíveis na farmácia básica do município, de acordo com as seguintes condições:

I - OBJETO

O credenciado fornecerá medicamentos conforme lista "A - Z" (Anexo I), aprovada pelo ministério da Saúde, para os medicamentos não disponíveis na farmácia básica do município mediante autorização.

Tendo por principal objeto Instituir Credenciamento de farmácias para fornecimento de medicamentos conforme lista "A - Z" aprovada pelo ministério da Saúde, para os medicamentos não disponíveis na farmácia básica do município, para o exercício de 2016.

II - DO PREÇO

O preço ajustado entre as partes será de acordo com as atualizações da Tabela de Preços A - Z, aceito pelo credenciado no momento da apresentação da documentação e pedido, estando inclusos todos os gastos que por ventura o credenciado terá como taxa de entrega, impostos, etc.

III - DO REAJUSTAMENTO

O reajustamento dos preços dos procedimentos será de acordo com o que o Ministério da Saúde fixar.

IV - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- efetuar o pagamento ao credenciado nos valores constantes da Tabela de Preços A-Z (Anexo I), mensalmente, mediante apresentação da nota fiscal/fatura e requisições;
- efetuar a conferência técnica e administrativa das faturas e relações apresentadas;
- fiscalizar os serviços e esclarecer dúvidas;
- fornecer requisições.

V - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

- atender todos os encaminhamentos feitos pelo Município, em horário de expediente normal, predefinido;
- atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de requisição hábil devidamente assinada pelo representante do Município;
- preencher com clareza e exatidão os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pelo Município;
- apresentar a Nota Fiscal/Fatura, com a devida comprovação dos encaminhamentos, até o último dia útil do mês após a prestação dos serviços, anexando relação dos usuários, com nome completo e origem;
- comunicar com antecedência de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços por motivos particulares, definido período de não atendimento.

VI - DA CONDIÇÕES GERAIS

- Em caso de atraso na entrega das faturas pelo credenciado, o pagamento feito pelo Município será retardado proporcionalmente;
- Em nenhuma hipótese o credenciado poderá cobrar do usuário qualquer importância;
- O presente credenciamento poderá ser revogado a qualquer momento a bem do interesse público por parte do Município, sem que haja direito a indenização por parte do credenciado;
- O credenciado poderá descredenciar-se, devendo comunicar com antecedência o Município;
- O credenciado não poderá delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços constante deste termo.
- O credenciamento terá validade até 31/12/2016, contado a partir da data da assinatura do termo.

VII - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Trombudo Central, para dirimir

dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em tres vias iguais, e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Pouso Redondo, 24 de março de 2016

NAIR GOULART

Prefeitura Municipal de Pouso Redondo – Contratante

FABIFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP

CNPJ 03.196.214/0001-73 – Credenciada

Representante Legal

TESTEMUNHAS:

NOME: MAIKEL VERDI

CPF: 003.780.089-27

NOME: NEUMA ANDERLE FELIZARI

CPF: 818.495.249-04

CREDENCIAMENTO FARMACIA FLAVIA 22/2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE P.R

PROCESSO Nº 22/2015

SISTEMA DE CREDENCIAMENTO DE FARMÁCIAS

O Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Senhora Nair Goulart, Prefeita do Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Av. Ari Verdi, S/ n, CNPJ nº 12.321.353/0001-72, nos termos do Edital de Credenciamento nº 22/2015, CREDENCIA, através do presente, a empresa FARMÁCIA FLÁVIA VERDI EIRELE ME, com sede na Avenida Ari Verdi, nº 450, Sala 01, Bairro Centro, cidade de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 22.083.255/0001-06, para fornecimento de medicamentos conforme lista "A - Z" aprovada pelo ministério da Saúde, para os medicamentos não disponíveis na farmácia básica do município, de acordo com as seguintes condições:

I - OBJETO

O credenciado fornecerá medicamentos conforme lista "A - Z" (Anexo I), aprovada pelo ministério da Saúde, para os medicamentos não disponíveis na farmácia básica do município mediante autorização.

Tendo por principal objeto Instituir Credenciamento de farmácias para fornecimento de medicamentos conforme lista "A - Z" aprovada pelo ministério da Saúde, para os medicamentos não disponíveis na farmácia básica do município, para o exercício de 2016.

II - DO PREÇO

O preço ajustado entre as partes será de acordo com as atualizações da Tabela de Preços A - Z, aceito pelo credenciado no momento da apresentação da documentação e pedido, estando inclusos todos os gastos que por ventura o credenciado terá como taxa de entrega, impostos, etc.

III - DO REAJUSTAMENTO

O reajustamento dos preços dos procedimentos será de acordo com o que o Ministério da Saúde fixar.

IV - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- efetuar o pagamento ao credenciado nos valores constantes da Tabela de Preços A-Z (Anexo I), mensalmente, mediante apresentação da nota fiscal/fatura e requisições;
- efetuar a conferência técnica e administrativa das faturas e relações apresentadas;
- fiscalizar os serviços e esclarecer dúvidas;
- fornecer requisições.

V - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

- a) atender todos os encaminhamentos feitos pelo Município, em horário de expediente normal, predefinido;
- b) atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de requisição hábil devidamente assinada pelo representante do Município;
- c) preencher com clareza e exatidão os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pelo Município;
- d) apresentar a Nota Fiscal/Fatura, com a devida comprovação dos encaminhamentos, até o último dia útil do mês após a prestação dos serviços, anexando relação dos usuários, com nome completo e origem;
- e) comunicar com antecedência de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços por motivos particulares, definido período de não atendimento.

VI - DA CONDIÇÕES GERAIS

- a) Em caso de atraso na entrega das faturas pelo credenciado, o pagamento feito pelo Município será retardado proporcionalmente;
- b) Em nenhuma hipótese o credenciado poderá cobrar do usuário qualquer importância;
- c) O presente credenciamento poderá ser revogado a qualquer momento a bem do interesse público por parte do Município, sem que haja direito a indenização por parte do credenciado;
- d) O credenciado poderá descredenciar-se, devendo comunicar com antecedência o Município;
- e) O credenciado não poderá delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços constante deste termo.
- f) O credenciamento terá validade até 31/12/2016, contado a partir da data da assinatura do termo.

VII - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Trombudo Central, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em tres vias iguais, e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Pouso Redondo, 25 de Fevereiro de 2016

NAIR GOULART

Prefeitura Municipal de Pouso Redondo – Contratante

FARMÁCIA FLÁVIA VERDI EIRELE - ME

CNPJ 22.083.255/0001-06 – Contratado

Representante Legal

TESTEMUNHAS:

NOME: PATRÍCIA HORONGOZO

CPF: 006.768.159-01

NOME: NEUMA ANDERLE FELIZARI

CPF: 818.495.249-04

Presidente Nereu

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016 AQUISIÇÃO DE MAT DE CONSTRUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL nº 12/2016

A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu torna público que fará realizar no dia 03/05/2015 às 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor preço por item visando aquisição de materiais de construção, com entrega fracionada para o Município de Presidente Nereu e seus fundos. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal, e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br.

Presidente Nereu, 14 de abril de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

EDITAL Pregão Multientidade Nº12/2016 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs
CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 56/2016 de 04/01/2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº 12/2016, do tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto 8538/2015 e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DO MUNICIPIO E FUNDOS.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 03 de maio de 2016.
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) Setor de Licitações, localizado a Sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça Leão Dehon, 50. Presidente Nereu -SC
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00 horas
- e) Abertura do processo: dia 03 de maio de 2016 às 09:15 horas.

II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

1. III

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC
ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L

B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 12/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC
ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 03 de maio de 2016 às 9:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

III - DO CREDENCIAMENTO:

2. IV

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 Procuração ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

3.1.2 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 3.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).

3.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**3. V**

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4 A entrega será de forma fracionada, independente da quantidade solicitada deverá ser entregue na Prefeitura de Presidente Nereu.

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:**I**

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item 1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo de 90 dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2016 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte da Pregoeira, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

VI - DA HABILITAÇÃO**VII**

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;

- 6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);
- 6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;
- 6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;
- 6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. (Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).
- 6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA.
- 6.1.13 Certidão Simplificada expedida pela junta comercial do estado.
- 6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.
- 6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.
- 6.4 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.
- 6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.
- 6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.
- 6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.
- 6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;
- 6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

4. II

- 7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.
- 7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:
- 7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:
- 1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);
 - 2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);
 - 3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);
 - 4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);
 - 5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de

pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

5. IX

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela pregoeira, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita MENOR PREÇO POR ITEM e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pela Pregoeira, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, a Pregoeira verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "7" deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira a inabilitará e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, a Pregoeira poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pela Pregoeira e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

6. X

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será MENOR PREÇO POR ITEM, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS: XI

7. XI

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio da Pregoeira, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XII - DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal Diário Oficial do Estado, Mural Público Municipal, na internet página do município portal da transparência no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

XIII - DA CONTRATAÇÃO:XII

8. XII

13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:XIII

14 XIII

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

00083
08
001
0026
0782
1801
2016
33903051000000
01000000
00242
12
001
0008
0244
1602
2006
33903024000000
01000000
00379
10
001
0010
0301
1601
2022
33903024000000
01020000
12367
11
001
0020
0606
1401
2015
33903024000000
01000000

XV - DO PAGAMENTO:**15 XIV**

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XVI - DO REAJUSTE:**16 XV**

16.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVII - DAS PENALIDADES:XVI**17 XVI**

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do MUNICÍPIO, se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XVIII - DA RESCISÃO:XVII**18 XVII**

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 16.1 deste

Edital;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA: XVIII

19 II

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE independente de quantidade, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, entregue na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

19.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência

19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: XIX

20 XIX

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item "16" deste edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XXI - DA VIGÊNCIA: XX

21 XX

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

21.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

XXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

22 XXI

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão releva omissoes puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

23.5.1 Adiada a abertura da licitação;

23.5.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

XXII

23.6 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO II - Minuta do Contrato e ata de Registro de Preços;

ANEXO III - Termo de referência; (Anexado no lado interno o envelope nº. 01 - PROPOSTA).

ANEXO IV - Modelo de Declaração; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 – HABILITAÇÃO).

ANEXO V - Modelo de Credenciamento; (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO)

ANEXO VIII - Declaração de Porte Empresarial (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO IX – Modelo de Declaração de Comprometimento; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO).

23.7 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br.

23.8 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

23.9 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios, na internet página do município no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU-SC, 14 de abril de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....

DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____ e-mail: _____

Pessoa de contato: _____

CNPJ da empresa: _____

Nome completo de quem retirou o edital: _____

CPF: _____

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20... E SEUS ANEXOS.

..... (SC), _____ de _____ de 20....

Assinatura

CPF nº. _____

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/20

PREGÃO PRESENCIAL Nº/20....

PROCESSO Nº/20

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 20____, na cidade de _____, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Município de _____, devidamente representado e assistido, e a empresa _____, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº/20.... e, do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para Prefeitura Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE

1º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

2º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

3º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

DETALHAMENTO DE CADA ITEM PREÇO UNITÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DO MUNICÍPIO E FUNDOS.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.2. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

00083
08
001
0026
0782
1801
2016
33903051000000
01000000
00242
12
001
0008
0244
1602
2006
33903024000000
01000000
00379
10
001
0010
0301
1601
2022
33903024000000
01020000
12367
11
001
0020
0606
1401
2015
33903024000000
01000000

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO PARCELADO CONFORME ENTREGA E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

- a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE independente de quantidades, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.
- b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 12/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando

mais vantajosa para a administração.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, de acordo com o art. 12 do Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e demais exigências deste Edital, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., ____ de de 20....

Assinatura:

Prefeito Municipal

Pregoeiro

Assinaturas fornecedores

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrita no CPF 468.408.699-20 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa,

..... pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º com sede

Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em

..... inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DO MUNICIPIO E FUNDOS.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamentário:

00083
08
001
0026
0782
1801
2016
33903051000000
01000000
00242
12
001
0008
0244
1602
2006
33903024000000
01000000
00379
10
001
0010
0301
1601

2022
33903024000000
01020000
12367
11
001
0020
0606
1401
2015
33903024000000
01000000

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO PARCELADO CONFORME ENTREGA E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

- a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, independente de quantidades, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.
- b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do

valor contratado, cumulável com as demais sanções;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades conseqüentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 12/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

ROBERTO RAIZER
Assessor Jurídico
OAB/SC 16.203

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

TERMO DE REFERÊNCIA

ITENS QTDAD UNID DESCRIÇÃO DO ITEM COT. MÁX

1	500,00	MT	FIO 6MM SOLIDO	1.300,000
2	50,00	UN	INTERRUPTOR SIMPLES	225,0000
3	50,00	UN	TOMADA PADRAO 10A	150,0000
4	50,00	UN	LAMPADA FLUORESCENTE 40W	300,0000
5	500,00	MT	FIO 2,5MM SOLIDO E FLEXIVEL	550,0000
6	500,00	MT	FIO 10MM SOLIDO	2.050,000
7	5.000,00	UN	BLOCO DE CONCRETO PARA CONSTRUCAO 19X40X15	8.250,0000
8	500,00	MT	TRELICA 8L	2.300,000
9	50,00	UN	FECHADURA EXTERNA	1.650,000
10	200,00	UN	CAL DE PINTURA 8 KG	1.400,000
11	300,00	M3	BRITA N 2	23.400,00
12	300,00	M3	AREIA MEDIA	23.400,00
13	300,00	M3	AREIA FINA	26.400,00
14	300,00	M3	PO DE BRITA	23.400,00
15	40,00	UN	ARAME RECOZIDO Nº 18	300,0000
16	40,00	UN	ARAME RECOZIDO Nº12 EM ROLO	252,0000
17	100,00	UN	FERRO REDONDO 4/2 BARRA 12 M	620,0000
18	200,00	UN	FERRO 5/16 BR 12 MT	4.560,000
19	200,00	UN	FERRO 3/8 BR 12MT	6.400,000
20	200,00	UN	CAL HIDRATADO	1.960,000
21	1.000,00	UN	CIMENTO CP II SACA 50KG	31.000,00
22	100,00	KG	PREGO 17X27	720,0000
23	100,00	KG	PREGO 16X24	790,0000
24	600,00	KG	PREGO 25X72	5.700,000
25	300,00	MT	TELA PRATICA 5X15 FIO 2,40MM C/ 1,02 DE ALTURA	4.500,000
26	15.000,00	UN	TIJOLO 6 FUROS 9X14X24	7.350,000

27	5.000,00	UN	MEIO TIJOLO DE 6 FUROS 9X14X24	2.450,000
28	10.000,00	UN	TIJOLO 6 FUROS 11,5-19-24 GRANDE	7.800,000
29	5.000,00	UN	MEIO TIJOLO GRANDE 11,5X19X24	3.900,0000
30	100,00	M3	BRITA N 1	7.800,000
31	100,00	M3	BRITA Nº 0	7.800,000
32	100,00	KG	PREGO 23X60	970,0000
33	100,00	KG	PREGO 26X84	1.130,000
34	100,00	KG	PREGO 20 X 48	760,0000
35	100,00	KG	PREGO 18X30	720,0000
36	100,00	KG	PREGO 19X36	750,0000
37	100,00	UN	FERRO 1/4 BR 12 MT	1.480,000
38	200,00	UN	FERRO 5/8 BARRAS 12 MT	16.050,00
39	200,00	UN	FERRO 1/2 BARRA DE MT	10.540,0000
40	100,00	UN	ARGA MASSA AC I 20 KG	880,0000
41	100,00	UN	ARGA MASSA AC II 20KG	1.600,0000
42	100,00	UN	ARGA MASSA AC III 20 KG	3.080,0000
43	300,00	MT	FIO 4MM SOLIDO	525,0000
44	400,00	MT	FIO 15MM SOLIDO E FLEXIVEL	280,0000
45	200,00	MT	TELA MALHA GALV. 7	1.100,0000
46	20,00	UN	SELADOR ACRILICO 18 LITRO	1.300,0000
47	20,00	UN	OSMOCOLOR NATURAL 3,6 LT	2.900,0000
48	200,00	MT	CABO DUPLEX 2X10 NOVO	580,0000
49	500,00	MT	FIO ADSL INTERNET	600,0000
50	300,00	MT	TUBO 50MM ESGOTO	1.620,0000
51	200,00	MT	TUBO 100MM	1.400,0000
52	1.000,00	UN	PEDRA PARA FUNDAMENTO 49X20X12	2.300,0000
53	100,00	UN	CHAPA DE COBERTURA 2,44 6 MM	1.260,0000
54	300,00	MT	SARRAFO DE TELHA 3 M X 8 CM	540,0000
55	300,00	MT	CAIBRO 6X12 DE MADEIRA DE EUCALIPTO	1.440,0000
56	3.000,00	UN	TELHA FRANCESA	2.850,0000
57	5.000,00	UN	TELHA PORTUGUESA	5.500,0000
58	300,00	UN	FERRO 5MM BR DE 12 MT	1.950,0000
59	70,00	UN	FITA ISOLANTE 20MT	350,0000
60	100,00	UN	BUCHA 6MM	35,0000
61	100,00	UN	PARAFUSO 4,2X20	10,0000
62	100,00	UN	LAMPADA COMPACTA 30W	1.630,0000
63	100,00	UN	PARAFUSO 4,0X40	12,0000
64	100,00	MT	FIO 4MM SOLIDO	175,0000
65	100,00	MT	FIO 2,5MM SOLIDO E FLEXIVEL	110,0000
66	100,00	UN	CANALETA C/ FITA DUPLA FACE COM 2MT DE COMPRIMENTO	650,0000
67	100,00	UN	BUCHA 8MM BRANCA	40,0000
68	100,00	UN	BUCHA 10MM BRANCA	60,0000
69	10,00	UN	FECHADURA INTERNA	240,0000
70	10,00	UN	FECHADURA BANHEIRO	250,0000

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO



(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....
DATA

.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº./20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ 20

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em _____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº./20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa , CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: _____

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RUA: _____ Nº. _____ BAIRRO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____ FONE: (_____) _____

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO O DO MUNICÍPIO E FUNDOS. da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº./20, acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

ITENS QTDADDE UNID DESCRIÇÃO DO ITEM MARCA VL. UNIT.VL. TOTAL

1	500,00	MT	FIO 6MM SOLIDO			
2	50,00	UN	INTERRUPTOR SIMPLES			
3	50,00	UN	TOMADA PADRAO 10A			
4	50,00	UN	LAMPADA FLUORESCENTE 40W			
5	500,00	MT	FIO 2,5MM SOLIDO E FLEXIVEL			
6	500,00	MT	FIO 10MM SOLIDO			
7	5.000,00	UN	BLOCO DE CONCRETO PARA CONSTRUCAO 19X40X15			
8	500,00	MT	TRELICA 8L			
9	50,00	UN	FECHADURA EXTERNA			
10	200,00	UN	CAL DE PINTURA 8 KG			
11	300,00	M3	BRITA N 2			
12	300,00	M3	AREIA MEDIA			
13	300,00	M3	AREIA FINA			
14	300,00	M3	PO DE BRITA			
15	40,00	UN	ARAME RECOZIDO Nº 18			
16	40,00	UN	ARAME RECOZIDO Nº12 EM ROLO			
17	100,00	UN	FERRO REDONDO 4/2 BARRA 12 M			
18	200,00	UN	FERRO 5/16 BR 12 MT			
19	200,00	UN	FERRO 3/8 BR 12MT			
20	200,00	UN	CAL HIDRATADO			

21	1.000,00	UN	CIMENTO CP II SACA 50KG			
22	100,00	KG	PREGO 17X27			
23	100,00	KG	PREGO 16X24			
24	600,00	KG	PREGO 25X72			
25	300,00	MT	TELA PRATICA 5X15 FIO 2,40MM C/ 1,02 DE ALTURA			
26	15.000,00	UN	TIJOLO 6 FUIROS 9X14X24			
27	5.000,00	UN	MEIO TIJOLO DE 6 FUIROS 9X14X24			
28	10.000,00	UN	TIJOLO 6 FUIROS 11,5-19-24 GRANDE			
29	5.000,00	UN	MEIO TIJOLO GRANDE 11,5X19X24			
30	100,00	M3	BRITA N 1			
31	100,00	M3	BRITA Nº 0			
32	100,00	KG	PREGO 23X60			
33	100,00	KG	PREGO 26X84			
34	100,00	KG	PREGO 20 X 48			
35	100,00	KG	PREGO 18X30			
36	100,00	KG	PREGO 19X36			
37	100,00	UN	FERRO 1/4 BR 12 MT			
38	200,00	UN	FERRO 5/8 BARRAS 12 MT			
39	200,00	UN	FERRO 1/2 BARRA DE MT			
40	100,00	UN	ARGA MASSA AC I 20 KG			
41	100,00	UN	ARGA MASSA AC II 20KG			
42	100,00	UN	ARGA MASSA AC III 20 KG			
43	300,00	MT	FIO 4MM SOLIDO			
44	400,00	MT	FIO 15MM SOLIDO E FLEXIVEL			
45	200,00	MT	TELA MALHA GALV. 7			
46	20,00	UN	SELADOR ACRILICO 18 LITRO			
47	20,00	UN	OSMOCOLOR NATURAL 3,6 LT			
48	200,00	MT	CABO DUPLEX 2X10 NOVO			
49	500,00	MT	FIO ADSL INTERNET			
50	300,00	MT	TUBO 50MM ESGOTO			
51	200,00	MT	TUBO 100MM			
52	1.000,00	UN	PEDRA PARA FUNDAMENTO 49X20X12			
53	100,00	UN	CHAPA DE COBERTURA 2,44 6 MM			
54	300,00	MT	SARRAFO DE TELHA 3 M X 8 CM			
55	300,00	MT	CAIBRO 6X12 DE MADEIRA DE EUCALIPTO			
56	3.000,00	UN	TELHA FRANCESA			
57	5.000,00	UN	TELHA PORTUGUESA			
58	300,00	UN	FERRO 5MM BR DE 12 MT			
59	70,00	UN	FITA ISOLANTE 20MT			
60	100,00	UN	BUCHA 6MM			
61	100,00	UN	PARAFUSO 4,2X20			
62	100,00	UN	LAMPADA COMPACTA 30W			
63	100,00	UN	PARAFUSO 4,0X40			
64	100,00	MT	FIO 4MM SOLIDO			
65	100,00	MT	FIO 2,5MM SOLIDO E FLEXIVEL			
66	100,00	UN	CANAleta C/ FITA DUPLA FACE COM 2MT DE COMPRIMENTO			
67	100,00	UN	BUCHA 8MM BRANCA			
68	100,00	UN	BUCHA 10MM BRANCA			
69	10,00	UN	FECHADURA INTERNA			
70	10,00	UN	FECHADURA BANHEIRO			

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

EDITAL PREGÃO 04/2016- PSICOLOGO

MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU- SC

Departamento de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL 04/2016

O Município de Presidente Nereu, através de seu Fundo Municipal de Assistência Social, torna público que fará realizar do dia 02/04/2016 as 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, PREGÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAR SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGO PARA O CRAS COM CARGA HORARIA 40 HORAS SEMANAIS. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 18:00 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal ou site www.presidentenereu.sc.gov.br, no link licitações.

Presidente Nereu, 10 de março de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

EDITAL Pregão Nº 04/2016 de Participação de Micro Pequenas e EPPs
CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 56/2016 de 04/01/2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº 04/2016, do tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto 8538/2015 e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame a aquisição de CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAR SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGO PARA O CRAS COM CARGA HORARIA 40 HORAS SEMANAIS. destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

2. DO PRAZO DE ENTREGA

2.1. A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Os quantitativos indicados na relação anexa deverão ser entregues pelo licitante adjudicado no Fundo Municipal de Assistência Social de Presidente Nereu, mediante requisição prévia do setor competente.

3. DO VALOR E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 A proposta a ser apresentada para cada lote cotado, não poderá ultrapassar os valores previamente orçados e relacionados no termo de referência, Anexo I do presente edital, sob pena de desclassificação do proponente para o referido item.

3.2 - Prestar serviços continuados de Proteção Social Básica de Assistência Social para famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, por meio do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) tais como: acolhimento, acompanhamento em serviços socioeducativos e de convivência ou por ações Socioassistenciais, encaminhamentos para a rede de proteção social existente no lugar onde vivem e para os demais serviços das outras políticas sociais, orientação e apoio na garantia dos seus direitos de cidadania e de convivência familiar e comunitária.

-Também atuar na prevenção de situações de risco no território onde vivem famílias em situação de vulnerabilidade social apoiando famílias e indivíduos em suas demandas sociais, inserindo-os na rede de proteção social e promovendo os meios necessários para que fortaleçam seus vínculos familiares e comunitários e acessem seus direitos de cidadania.

-Aproximando da população, reconhecendo a existência das desigualdades sociais e a importância presença de políticas sociais para reduzir essas desigualdades, pois previnem situações de vulnerabilidade e risco social, bem como identificam e estimulam as potencialidades locais, modificando a qualidade de vida das famílias que vivem nessas localidades.

-Prestar outros serviços conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009):

-A Resolução 109 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) tipifica os Serviços Socioassistenciais disponíveis no Brasil organizando-os por nível de complexidade do Sistema Único de Assistência Social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. No nível de Proteção Social Básica, estão os serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; e de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. Na Média Complexidade, são encaixados a Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social, Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade

(PSC); Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Na Alta Complexidade estão os serviços de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades abrigo institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem e Residência Inclusiva; de Acolhimento em República; de Acolhimento em Família Acolhedora; e de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergência.

- A prestação dos serviços deverá ser realizada na Sede do CRAS do município de Presidente Nereu, em uma carga horaria de 40 horas semanais.

4. DA ABERTURA, DIA, HORA E LOCAL

4.1. A Abertura do certame ocorrerá no dia 02/05/2016 às 09:00 horas, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu / SC.

4.2. Não havendo expediente na data marcada, a reunião será no primeiro dia útil subsequente, a mesma hora e local, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

4.3. O recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentos de habilitação, deverão ser entregues em envelopes separados e fechados.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

5.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

5.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

5.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

5.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

5.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

5.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

5.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (Lei complementar 147/2014).

5.5 DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUANO PORTE

5.5.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

5.5.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.5.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 5.5.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.5.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

5.5.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

5.5.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

5.5.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

5.5.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.5.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5.5.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

- 2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);
- 3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);
- 4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);
- 5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);
- 6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento se dará com a entrega:

- a) do envelope, fechado, contendo a proposta de preços;
- b) do envelope, contendo a documentação de habilitação, juntamente com as declarações dos anexos II e IV;
- c) de Instrumento público de Procuração ou Instrumento Particular com firma reconhecida, indicando um único representante legal a manifestar-se em qualquer fase desta licitação, em nome da empresa, devendo para tanto, juntar fotocópia da cédula de identidade do mesmo, e exibir o original para conferência, ficando a licitante obrigada a acatar as declarações de seu preposto. (Anexo III)
- d) Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, juntamente com fotocópias da cédula de identidade do mesmo.

7. NÃO PODERÃO CONCORRER, DIRETAS OU INDIRETAMENTE, NESTA LICITAÇÃO.

- 6.1. Empresas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;
- 6.2. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Publicitária direta ou indireta, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;
- 6.3. Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

8. A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. A proposta de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser apresentadas no local, dia e hora, determinados no Edital, em envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

- a) Envelopes nº 1 : Proposta de Preços ; e
- b) Envelope nº 2 : Documentos de habilitação

8.1.1. Os envelopes deverão conter, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta de Preços

Entidade de Licitação

Edital do Pregão nº 4 / 2016

Razão Social do Proponente:

CNPJ nº:

Lote(s) nº: (informar o(s) lote(s) para os quais a empresa está concorrendo) Envelope nº 2 – Documento de Habilitação

Entidade de Licitação

Edital de Pregão nº 4 / 2016

Razão Social do Proponente :

CNPJ nº: 8.2. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, de documento próprio, escrito em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente, contendo:

- a) Termo de Proposta relacionando itens cotados para cada lote proposto, conforme descrito no termo de Referência, Anexo I, do presente Edital;
- b) Endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver para contato, o nome e o número do Banco, Agência, Localidade e Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito;
- c) Especificações do material de forma clara, descrevendo detalhadamente as características, técnicas e marca dos produtos ofertados;
- d) Preço unitário e total, conforme TERMO DE REFERENCIA - ANEXO I, para o item ofertado, em real, expressos em algarismo, de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto dessa licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;
- e) Em caso de Divergências entre o preço unitário e total, será considerado o primeiro;
- f) Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser entregues sem ônus adicionais;
- g) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;
- h) Garantia de que os materiais serão substituídos, sem ônus para a Entidade de Licitação, caso não estejam de acordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos;

i) Serão desclassificados as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e, ainda, proposta que apresente valores unitários simbólicos, irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexeqüíveis.

9. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, Documentos de Habilitação, será publicada e dirigida pela Pregoeira, na data, horário e local e, nos termos determinados neste Edital, devendo os envelopes ser entregues lacrados da seguinte forma:

9.2. O envelope nº 01 (Proposta de Preços) juntamente com o credenciamento onde comprove que o interessado ou o seu representante legal possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

9.3. O envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) com a declaração de que atende os requisitos (conforme Anexo II).

9.4. Declarada a abertura da sessão pela Pregoeira, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes, juntamente com declarações dos interessados ou de seus representantes, dando ciências de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em conformidade com a Artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520.

9.5. Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, cujos documentos serão lidos, conferidos e rubricados pela Pregoeira e pelos participantes que o desejarem.

10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA ADJUDIÇÃO

10.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de menor lance ofertado para os lotes.

10.2. As propostas que estiverem acima do valor máximo estipulado no Anexo I – Termo de referência serão Desclassificadas.

10.3. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, a Pregoeira e sua equipe de apoio classificará o licitante autor da proposta de menor do lote, e aqueles que tenham apresentados proposta em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, conforme disposto no inciso VI do artigo nº 11 do Decreto nº 3.555/2000.

10.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, a Pregoeira classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 03 (três), para que seus proponentes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas, conforme disposto no inciso VII, do artigo 11, do mesmo decreto.

10.5. O empate entre dois ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas escritas e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

10.6. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo último classificado e prosseguindo-se com os demais licitantes em ordem decrescente de classificação.

10.7. Os lances verbais destinam-se a cobrir o lance do primeiro classificado, ou seja, tem de ser, obrigatoriamente, inferior a este, não sendo aceitos lances para igualar valores, nem cujo resultado aferido seja dízima, caso em que o mesmo será arredondado para menor.

10.8. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

10.9. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço do lote e o respectivo valor do preço máximo para a aquisição dos materiais.

10.10. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenada às propostas exclusivamente pelo critério de menor preço por lance, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

10.11. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus Anexos, será declarado pela Pregoeira o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.12. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou seu autor não atender aos requisitos de habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subseqüente, na ordem de classificação, até a apuração do licitante que atenda a todas as exigências do Edital, inclusive quanto à documentação de habilitação, o qual será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.13. Nas situações previstas nos subitem acima, a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para tentar obter preço melhor.

10.14. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

10.15. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que no final, deverá ser assinada pela Pregoeira e licitantes presentes.

10.16. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.

11. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

10.1. Os PROPONENTES deverão apresentar no Envelope nº 2 – “Documentos de Habilitação” que demonstrem atendimento às exigências que são indicadas a seguir:

10.2. Para fins de habilitação, as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

10.1.1 RELATIVAMENTE À SITUAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratado de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

c) Decreto de autorização devidamente publicado, em se tratado de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício.

e) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF);

f) Certificado de Nivel Superior na área e Registro no devido órgão competente.

11.2.2. RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL:

- a) Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -CRS, EMITIDA PELA Caixa Econômica Federal – CEF;
- b) Certidão Negativa de Débitos – CND, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio fiscal da Filial, em caso de empresas de outros Estados, e da Matriz em caso de empresas locais ou de empresas de outros Estados sem filial no local da licitação.
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de apresentação da certidão Negativa ou Positiva, com efeito, de Negativa.
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio fiscal.
- f) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da Proposta.
- g) Apresentação da Licença Sanitária Estadual ou Municipal (Alvará de Saúde) em vigor.
- h) Comprovação de Autorização de Funcionamento (AFE) expedida pela Secretaria Nacional da Vigilância Sanitária em nome da licitante que participa da licitação.
- i) Certificado de regularidade do Conselho Regional de Farmácia, em vigor e com indicação do responsável técnico da empresa.
- j) Certificado de Nivel Superior na área e Registro no devido órgão competente.

11.2.3 AS LICITANTES DEVERÃO AINDA OBSERVAR:

11.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

11.4. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por membro da equipe de apoio do Pregão ou, ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial.

11.5. As empresas estrangeiras não estabelecidas no Brasil terão que anexar:

11.5.1 Comprovação, pelos meios usuais no país de origem da Licitante, de sua regularidade jurídico / fiscal;

11.5.2 Demonstrativos financeiros e contábeis, a fim de comprovar que a Licitante tem capacidade financeira necessária para executar o contrato;

11.5.3 A Entidade de Licitação reserva-se o direito de cópias dos documentos constitutivos da licitante a fim de confirmar a sua nacionalidade.

11.6 Os documentos apresentados com a validade expirada, acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 90 (noventa) dias, da data de sua emissão.

11.7 A licitante que for isenta do cumprimento de alguma das exigências habilitatórias, deverá apresentar cópia autenticada do ato ou Decreto ou publicação em imprensa oficial, concedendo a isenção.

11.8 Os documentos emitidos pela Internet somente terão validade se forem em Original ou Autenticados por Cartório competente.

11.9 Caso não compareça ao ato de abertura o representante legal da empresa, somente o preposto, devidamente credenciado, poderá manifestar-se na licitação.

11. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

12.2 Caberá a Pregoeira decidir sobre o pedido de impugnação do Edital no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme estabelecido no 1º Artigo 12 do Decreto n º 3.555/2000.

12.3. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13. DOS RECURSOS

13.1. Depois de declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, sua intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e conseqüentemente haverá a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira ao vencedor.

13.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo em ata.

13.5. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedidos, a autoridade competente homologará a adjudicação do objeto a licitante vencedora.

14. DAS PENALIDADES

14.1. As licitantes, participantes deste certame, que cometerem os delitos mencionados no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e art. 14 do decreto n º 3.555, de 08/08/2000, estão sujeitadas às penalidades neles previstas.

14.2. As multas serão calculadas em 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da fatura, por dia em que, sem justa causa, a licitante vencedora não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Pregão, até o máximo de 10 (dez) dias,

quando então incidirá em outras comissões legais.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital sujeitará a Licitante às seguintes sanções, quando for o caso:

I. Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com o Poder Público;

II. Multa de 1% (um por cento) ao dia e até 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho, pelo atraso da entrega do material;

III. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Poder Público por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

15.2. Fica facultada a defesa prévia da licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidades, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

16. DO PAGAMENTO

16.1. Os pagamentos serão efetuados até o 10º(décimo) dia ao mês subsequente a prestação do serviço, na quantidade solicitada pela Contratante e mediante a apresentação da Nota Fiscal.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente.

18. REAJUSTE DE PREÇO

18.1. Os preços apresentados pelos licitantes serão fixos e irrevogáveis.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução deste, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira. Aqueles que agirem de má-fé estarão sujeitos às penalidades previstas em Lei.

19.2 O material deverá ser entregue rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades.

19.3 Caso a licitante se recuse a executar o objeto contratual ou venha a fazê-lo fora das especificações estabelecidas, a Entidade de licitação poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação, rescindir o contrato e optar pela convocação dos demais Licitantes na ordem de classificação.

19.4 Fica assegurado à entidade de Licitação o Direito de:

19.5 Adiar a data de abertura da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados, através de publicação no Mural Público Municipal, com a antecedência de pelo menos 24(vinte e quatro) horas, antes da data inicialmente marcada;

19.6 Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público, dando ciência aos interessados.

19.7 Alterar as condições deste Edital ou qualquer documento pertinente a este Pregão, fixando novo prazo, não inferior a 08 (oito) dias úteis, para a abertura das propostas, a contar da publicação das alterações.

19.8 A participação neste Pregão implicará aceitação integral e irrevogável das normas do Edital e do Termo de Referência, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

19.9 É facultada a Pregoeira ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar no ato sessão pública. 19.10 A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará(ão) responsável(is) por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Entidade de licitação, durante a entrega dos materiais, reparando, às suas custas, os mesmos, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Entidade de Licitação.

19.10 A Licitante que pretender obter esclarecimento sobre este Edital e seus anexos poderá retirá-lo no site do Município, no link licitações ou Diário Oficial dos Município de Santa Catarina ou ainda junto ao setor de licitações deste Município.

Prefeitura Municipal de Presidente Nereu – Santa Catarina

Praça Leão Dehon – 50 – Centro - 88.184-000 Fone / Fax (47) 3362-1108

E-Mail: compras@presidentenereu.sc.gov.br

20. DO FORO

20.1. O foro para solucionar os litígios decorrentes deste Edital é o da Justiça Comum da Comarca de Rio do Sul.

Presidente Nereu, 13 de abril de 2016.

CLAUDELICE BELEGANTE

GESTORA FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

Anexo I – Termo de Referência

C.Item Qtde Un. Descrição Vl.Unit.

1	8,00	MES	SERVICOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGO EM CARGA HORARIA DE 40 HORAS SEMANAIS.	2.492,06
---	------	-----	--	----------

ANEXO II

DECLARAÇÃO

(Exigida pelo Art. 4º, inciso VII da Lei n.º 10.520)

Edital do Pregão nº:___/2016

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu

Prezados Senhores,

A(O) __ (Razão Social) __, CNPJ/MF n.º __ sediada __, Tendo examinado o Edital, nós, abaixo-assinados, declaramos junto a Pregoeira da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação, com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, que se encontram dentro do Envelope de nº 02 – Documentos de Habilitação, em conformidade com o inciso VII, Art. 4º da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, para participação no Pregão de nº. ___/2016, que realizar-se-á no dia 02/05/2016 às 09:00 horas.

Presidente Nereu, __ de ____ de 2016.

ANEXO III

CREDENCIAMENTO

Edital do Pregão nº:___/2016

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu

Prezados Senhores,

Pela presente, credenciamos o Senhor __, portador da Cédula de Identidade sob Nº __ e CPF nº __, a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade acima, instaurado por este órgão público.

Na qualidade de representante legal da empresa __ outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de recurso.

Presidente Nereu, __ de ____ de 200__.

(Assinatura)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Edital do Pregão nº:___/2016

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu

Prezados Senhores,

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade acima, instaurado por este órgão público, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, __ de _____ de _____.

Carimbo do CNPJ

(Assinatura do Repres. Legal da Empresa)

Nome: _____

ANEXO V

DECLARAÇÃO

(Em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº. 9.854 de 27/10/99, regulamentado pelo Decreto nº 4.358 de 05/09/02)

Edital do Pregão nº: ___/2016

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu

Prezados Senhores,

A(O) _____, CNPJ/MF n.º _____ sediada _____, declara, sob as penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito anos) em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Presidente Nereu, ____ de _____ de 2____.

ERRATA PREGÃO 11/2016

ERRATA DE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

PREGÃO PRESENCIAL nº 11/2016

OBJETO: Prestação de serviços relacionados ao transporte de estudantes do Município de Presidente Nereu ao Município de Rio do Sul, transporte de crianças/adolescentes especiais para participarem nas aulas na APAE em Rio do Sul, transporte de crianças/adolescentes especiais para participarem nas aulas na APAE dentro do Município (Blinck - Centro - Barrinha) e transporte de idosos em diversos itinerários no Município.

Onde se lê: com data de abertura no dia 27 de abril de 2016

Lê-se: com data de abertura no dia 29 de abril de 2016

MOTIVO: ALTERAÇÕES NO EDITAL

Presidente Nereu, 14 de abril de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

EDITAL Pregão Nº 11/2016 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs

CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 56/2016 de 04/01/2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº 11/2016, do tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto 8538/2015 e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS AO TRANSPORTE DE ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU AO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, TRANSPORTE DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES ESPECIAIS PARA PARTICIPAREM NAS AULAS NA APAE EM RIO DO SUL, TRANSPORTE DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES ESPECIAIS PARA PARTICIPAREM NAS AULAS NA APAE DENTRO DO MUNICÍPIO (BLINCK - CENTRO - BARRINHA) E TRANSPORTE DE IDOSOS EM DIVERSOS ITINERÁRIOS NO MUNICÍPIO.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

a) Data: 29 de abril de 2016.

b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).

c) Setor de Licitações, localizado a Sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça Leão Dehon, 50. Presidente Nereu -SC

d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00 horas

e) Abertura do processo: dia 29 de abril de 2016 às 09:15 horas.

II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

1. III

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC

ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L

B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 11/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 29 de abril de 2016 às 9:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

III - DO CREDENCIAMENTO:

2. IV

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 Procuração ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

3.1.2 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 3.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).

3.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

4.5 Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (lei complementar 147/2014).

4.6 A empresa vencedora dos itens do certame deverá fazer o Itinerário de Presidente Nereu a Rio do Sul até as Universidades e demais Escolas Técnicas que se encontrem no Município de Rio do Sul.

4.7 A empresa interessada em participar do certame, deverá apresentar dentro do envelope de documentação:

CERTIFICADO DO DTER

APOLICE DE SEGURO VIGENTE COM COBERTURA TOTAL PARA OS PASSAGEIROS (não se trata do seguro obrigatório)

INSPEÇÃO VEICULAR

CÓPIA DO DOCUMENTO DO VEÍCULO QUE PRESTARÁ OS SERVIÇOS

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

I

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir: Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item 1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo de 90 dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2016 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte da Pregoeira, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

VI - DA HABILITAÇÃO

VII

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;

6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);

6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;

6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;

6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. (Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).

6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA.

6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

6.4 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pela pregoeira, caso necessário.

6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.

6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

4. II

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei

Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

5. IX

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela pregoeira, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita MENOR PREÇO POR ITEM e o valor estimado para a contratação, podendo, a pregoeira, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pela Pregoeira, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, a Pregoeira verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, a Pregoeira procederá à abertura de seu envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "7" deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira a inabilitará e examinará as ofertas subsequêntes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, a Pregoeira poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos

recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pela Pregoeira e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

6. X

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será MENOR PREÇO POR ITEM, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS: XI

7. XI

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio da Pregoeira, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XII - DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal Diário Oficial do Estado, Mural Público Municipal, na internet página do município portal da transparência no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

- 12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.
- 12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.
- 12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

XIII - DA CONTRATAÇÃO:XII

8. XII

- 13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:XIII

14 XIII

- 14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

05
001
0012
0361
1501
2019
33903926000000
01010000
05
001
0012
0361
1501
2019
33903926000000
01370500
05
001
0012
0361
1501
2019
33903926000000
01620200

XV - DO PAGAMENTO:

15 XIV

- 15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.
- 15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XVI - DO REAJUSTE:

16 XV

- 16.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVII - DAS PENALIDADES:XVI

17 XVI

- 17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do MUNICÍPIO, se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas

neste Edital e das demais cominações legais.

XVIII - DA RESCISÃO:XVII

18 XVII

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 16.1 deste Edital;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:XVIII

19 II

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

19.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência

19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

XIX

20 XIX

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item "16" deste edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XXI - DA VIGÊNCIA:

XX

21 XX

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

21.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

XXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

22 XXI

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 A Pregoeira e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão releva omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

22.4.1 Adiada a abertura da licitação;

22.4.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

XX

22.6 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br.

22.7 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

22.8 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no Diário Oficial do Estado, Mural Público Municipal, na internet página do município no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU-SC, 12 de abril de 2016
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....

DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____ e-mail: _____

Pessoa de contato: _____

CNPJ da empresa: _____

Nome completo de quem retirou o edital: _____

CPF: _____

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20... E SEUS ANEXOS.

..... (SC), _____ de _____ de 20....

Assinatura

CPF nº. _____

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/20

PREGÃO PRESENCIAL Nº/20....

PROCESSO Nº/20

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 20____, na cidade de _____, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Município de _____, devidamente representado e assistido, e a empresa _____, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº/20.... e, do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para Prefeitura Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE

1º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

2º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

3º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

DETALHAMENTO DE CADA ITEM PREÇO UNITÁRIO**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Constitui o objeto da presente licitação, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS AO TRANSPORTE DE ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU A MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, TRANSPORTE DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES ESPECIAIS PARA PARTICIPAREM NAS AULAS NA APAE EM RIO DO SUL, TRANSPORTE DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES ESPECIAIS PARA PARTICIPAREM NAS AULAS NA APAE DENTRO DO MUNICÍPIO (BLINCK - CENTRO - BARRINHA) E TRANSPORTE DE IDOSOS EM DIVERSOS ITINERÁRIOS NO MUNICÍPIO

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.2. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

05
001
0012
0361
1501
2019
33903926000000
01010000
05
001
0012
0361
1501
2019
33903926000000
01370500
05
001
0012
0361
1501
2019
33903926000000
01620200

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME APRESENTAÇÃO DE DOC. FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, incluídas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 11/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, de acordo com o art. 12 do Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e demais exigências deste Edital, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., ____ de _____ de 20....

Assinatura:

Prefeito Municipal

Pregoeiro

Assinaturas fornecedores

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrita no CPF 468.408.699-20 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa,
 pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º com sede
 Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em
 inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS AO TRANSPORTE DE ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU A MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, TRANSPORTE DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES ESPECIAIS PARA PARTICIPAREM NAS AULAS NA APAE EM RIO DO SUL, TRANSPORTE DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES ESPECIAIS PARA PARTICIPAREM NAS AULAS NA APAE DENTRO DO MUNICÍPIO (BLINCK - CENTRO - BARRINHA) E TRANSPORTE DE IDOSOS EM DIVERSOS ITINERÁRIOS NO MUNICÍPIO

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento:

05
001
0012
0361
1501
2019
33903926000000
01010000
05
001
0012
0361
1501
2019
33903926000000
01370500
05
001
0012
0361
1501
2019
33903926000000
01620200

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME APRESENTAÇÃO DE DOC. FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

DEVERÁ APRESENTAR A CADA 03 (TRÊS MESES) INSPEÇÃO VEICULAR VIGENTE

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

- a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.
- b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
 - b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
 - c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- *As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 11/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

ROBERTO RAIZER
Assessor Jurídico
OAB/SC 16.203

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: _____

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RUA: _____ Nº. _____ BAIRRO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____ FONE: (_____) _____

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS AO TRANSPORTE DE ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU AO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, TRANSPORTE DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES ESPECIAIS PARA PARTICIPAREM NAS AULAS NA APAE EM RIO DO SUL, TRANSPORTE DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES ESPECIAIS PARA PARTICIPAREM NAS AULAS NA APAE DENTRO DO MUNICÍPIO (BLINCK - CENTRO - BARRINHA) E TRANSPORTE DE IDOSOS EM DIVERSOS ITINERÁRIOS NO MUNICÍPIO da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº./20 , acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

ITENS	QTD	UNID	DESCRIÇÃO DO ITEM	COT. MÁX	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	200,00	UN	TRANSPORTE DE ESTUDANTES IDA E VOLTA DE PRESIDENTE NEREU ATE RIO DO SUL (VEICULO VAN)	60.000,0000		
2	200,00	UN	TRANSPORTE DE ESTUDANTES IDA E VOLTA DE PRESIDENTE NEREU ATE AS UNIVERSIDADES DE RIO DO SUL (VEICULO MICRO ONIBUS)	74.000,0000		
3	22.000,00	KM	TRANSPORTE DE IDOSOS PARA OS ENCONTROS SEMANAIS DO GRUPO DE 3ª IDADE TRANSP. EM VAN	55.000,0000		
4	10.000,00	KM	TRANSPORTE DE IDOSOS PARA OS ENCONTROS SEMANAIS DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE EM MICRO ONIBUS.	28.000,0000		
5	5.000,00	KM	TRANSPORTE DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO ATE O CRAS MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU COM VEICULO APROPRIADO VAN OU MICRO ONIBUS COM INSPECAO VEICULAR VIGENTE.	11.500,0000		
6	300,00	UN	TRANSPORTE DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS COM SAIDA DEFRONTE AO CRAS MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU AS 7:30 HORAS, COM DESTINO A APAE DE RIO DO SUL, COM RETORNO AS 11:00 HORAS.O TRANSPORTE DEVERA SER FEITO COM UMA VAN OU MICRO ONIBUS OBEDECENDO AS NORMAS DE TRANSITO VIGENTE.	114.000,0000		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....
DATA

.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº. .../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ 20

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa , CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

RESULTADO DO PREGÃO Nº09/2016 DE TUBO

RESULTADO DA LICITAÇÃO

LICITAÇÃO: 9/2016

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da portaria nº 57/2016,

O objeto da licitação: RELATIVO A AQUISIÇÃO DE TUBOS PARA DRENAGEM E

ESCOAMENTO DAS VIAS MUNICIPAIS

Fornecedores e Itens Vencedores

Fornecedor	Item	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
ICAF - ARTEFATOS DE CIMENTO FRONZA LTDA	00007	50,00000	UN	110,5000	5.525,00
ICAF - ARTEFATOS DE CIMENTO FRONZA LTDA	00008	50,00000	UN	133,0000	6.650,00
ICAF - ARTEFATOS DE CIMENTO FRONZA LTDA	00009	70,00000	UN	167,0000	11.690,00
ICAF - ARTEFATOS DE CIMENTO FRONZA LTDA	00010	70,00000	UN	207,0000	14.490,00
ICAF - ARTEFATOS DE CIMENTO FRONZA LTDA	00011	80,00000	UN	255,0000	20.400,00
ICAF - ARTEFATOS DE CIMENTO FRONZA LTDA	00012	50,00000	UN	290,0000	14.500,00
ICAF - ARTEFATOS DE CIMENTO FRONZA LTDA	00014	50,00000	UN	14,7500	737,50
ICAF - ARTEFATOS DE CIMENTO FRONZA LTDA	00015	100,00000	UN	16,8000	1.680,00
CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME	00001	100,00000	UN	12,0000	1.200,00
FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	00002	200,00000	UN	13,4000	2.680,00

FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	00003	300,00000	UN	15,9000	4.770,00
FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	00004	200,00000	UN	26,0000	5.200,00
FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	00005	300,00000	UN	35,0000	10.500,00
FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	00006	300,00000	UN	47,0000	14.100,00
FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	00013	50,00000	UN	14,8000	740,00

PRESIDENTE NEREU, 13 de abril de 2016.

VALDECI JOSÉ COMANDOLI
GERENTE DE LICITAÇÕES

Rio do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/16

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/16.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Adelaide Ventura	xxx.206.969-xx	157476
Ricardo Paro	xxx.112.700-xx	158017
Dalina Rocha		158017
Soraia Raquel Hardt de Souza	xxx.780.449-xx	157349
Ralf Block	xxx.524.389-xx	157396

Rio do Sul, 14 de Abril de 2016

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO

Secretário Municipal da Fazenda

PAUTA DE JULGAMENTO COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

PAUTA DE JULGAMENTO

COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO –

LEI COMPLEMENTAR Nº 305/2015

DATA DA SESSÃO: 28/04/2016

HORA DA SESSÃO: 9 HORAS

LOCAL: CENTRO ADMINISTRATIVO PREFEITO HELMUTH BAUNGARTEN, SITO NA PRAÇA 25 DE JULHO, Nº 01, BAIRRO CENTRO, NA CIDADE DE RIO DO SUL – SC – SALA 15 – PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO.

Nº DO PROCESSO	BENEFICIADO	PROCURADOR	RELATOR
2146/2016	JOAQUINA DIAS		Ana Paula Nunes
2049/2016	GETULIO FEIBER		Ana Paula Nunes
2455/2016	JOAO BARBOSA		Ana Paula Nunes
2147/2016	TERESA DIAS DA SILVA		Ana Paula Nunes
2396/2016	VOLNEY GARDELIN		Ana Paula Nunes
2648/2016	IRINEU KORB		Ana Paula Nunes
2399/2016	NEUSA TEREZINHA ZUNINO		Ana Paula Nunes
4294/2016	SUELI BILK		Ana Paula Nunes
2599/2016	CELIA MORAES		Ana Paula Nunes
3135/2016	LORI RODOLFO JUNG		Ana Paula Nunes
3136/2016	NILSON JUNG		Ana Paula Nunes
2711/2016	IVO GUCKERT		Ronaldo da Rocha
1918/2016	SIRLENE DOS SANTOS		Ronaldo da Rocha
1210/2016	LEANDRO DA COSTA		Ronaldo da Rocha
593/2016	VILEMAN SCHROEDER		Ronaldo da Rocha
7062/2016	PAULO DEPINE		Ronaldo da Rocha
1544/2016	NAIR LUZIA DE MELLO		Ronaldo da Rocha
1254/2016	ZULEIDE SIMPLICIO		Ronaldo da Rocha
1267/2016	ALZIRA PONTICELLI		Ronaldo da Rocha
597/2016	GENI MACHADO		Jonny Schmidt

7042/2016	ALBERTINA DE MELO CORREA		Jonny Schmidt
638/2016	IRENE FINARDI		Jonny Schmidt
826/2016	NILBERTO DA SILVA		Jonny Schmidt
2675/2016	ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA		Jonny Schmidt
2567/2016	EDELTRAUT GUCKERT SEVERIN		Jonny Schmidt
2901/2016	NAIR CARDOSO		Jonny Schmidt
3945/2016	FRIDA BRUNING		Jonny Schmidt
3063/2016	LAURI SILVEIRA RAMOS		Jaison Fernando de Souza
2334/2016	EMILIA ASSING XAVIER DE LIZ		Jaison Fernando de Souza
2854/2016	MARIA DE LOURDES AIROSO		Jaison Fernando de Souza
2022/2016	LEANDRO CERUTTI		Jaison Fernando de Souza
2411/2016	ADEMAR RAUL		Jaison Fernando de Souza
6940/2016	VALERIA WILL		Jaison Fernando de Souza
1457/2016	AMBROSIO GREGORIO DA ROCHA		Jaison Fernando de Souza
1508/2016	MARIA DE OURDES NEVES		Jaison Fernando de Souza
1517/2016	ARI HAFEMANN		Jaison Fernando de Souza
2709/2016	JULITA FERREIRA LEITE		Jaison Fernando de Souza
2347/2016	AMARILDO AGOSTINI		Jaison Fernando de Souza
2383/2016	RENITA STAROSKY		Jaison Fernando de Souza

Ronaldo da Rocha
Presidente da Comissão

Rio do Sul, 13 de abril de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 851/2016

RESOLUÇÃO No 851, DE 08 DE ABRIL DE 2016

Ratifica resultado de Processo Licitatório nº 09/2016, representado pela Inexigibilidade de Licitação nº 04/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, no uso de sua atribuição, prevista no artigo 115 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores – Resolução nº 597/2010

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar o resultado do Processo Licitatório nº 09/2016, representado pela Inexigibilidade de Licitação nº 04/2016, com fulcro no caput do artigo 25 da Lei nº 8.666/93, de acordo com a decisão da Comissão Especial de Licitação, nomeada pela Portaria nº 689, de 17 de janeiro de 2013.

Art. 2º Fica autorizada, como consequência da ratificação, a contratação da Empresa ÓZEE AGENCIA DE COMUNICAÇÃO, CNPJ nº 08.318.071/0001-49, tendo por objeto a prestação de serviços de publicidade referente ao apoio institucional ao lançamento da Revista Oficial para as festividades alusivas ao Aniversário de 85 anos de Rio do Sul – REVISTA 85 ANOS DE RIO DO SUL.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 08 de abril de 2016.

MARIO MIGUEL
Presidente da Mesa

RESOLUÇÃO Nº 852, DE 14 DE ABRIL DE 2016

RESOLUÇÃO No 852, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Dispõe sobre as regras a serem observadas pelos agentes públicos da Câmara Municipal, diante das eleições de 2016, para prefeito, vice-prefeito e vereador.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, no uso de suas atribuições regimentais, bem como da competência que lhe confere o §3º do art. 37 da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e ainda,

CONSIDERANDO as eleições para prefeito, vice-prefeito e vereadores, a serem realizadas em 2016,
CONSIDERANDO o dever democrático de imparcialidade institucional e de não permitir, por suas ações e pela ação de seus agentes públicos, a desigualdade de oportunidade entre as candidaturas,
CONSIDERANDO a legislação eleitoral, as resoluções do Tribunal Superior Eleitoral e a jurisprudência eleitoral e a necessidade de regulamentação das condutas vedadas da instituição e de seus agentes públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Resolução define as regras a serem observadas pelos agentes públicos municipais da Câmara Municipal de Rio do Sul, diante das eleições de 2016, para prefeito, vice-prefeito e vereador.

§1º A base de leis para a definição das regras descritas nesta Resolução é o Código Eleitoral, a Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e as resoluções editadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

§2º Considera-se, para fins desta Resolução, como agente público da Câmara Municipal:

I – vereador;

II – servidor titular de cargo em comissão;

III – servidor titular de cargo efetivo;

IV – empregado público;

V – estagiário;

VI – prestador de serviço terceirizado.

§3º A fiscalização quanto ao atendimento das normas previstas nesta Resolução caberá ao Presidente da Câmara.

§4º O Presidente da Câmara Municipal responderá por omissão, condução parcial e tendenciosa dos trabalhos institucionais ou por outro ato que possa configurar desequilíbrio entre as candidaturas tanto na eleição para prefeito e vice-prefeito como na eleição para vereador.

Art. 2º A divulgação de ação institucional da Câmara Municipal e da atuação de seus agentes públicos somente será admitida se tiver caráter educativo, informativo ou de orientação social.

Parágrafo único. Considera-se como ação institucional a decorrente de matéria protocolada e em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 3º São vedadas, aos agentes públicos da Câmara Municipal, as seguintes condutas:

I – fixar, colocar ou distribuir material de campanha eleitoral de qualquer candidatura nos ambientes internos e externos da Câmara Municipal, inclusive janelas, fachadas e estacionamento;

II – realizar reuniões ou receber pessoas nos ambientes da Câmara Municipal para tratar de assuntos relacionados com campanha eleitoral de qualquer candidatura;

III – ceder ou usar, em benefício de qualquer candidatura ou candidato, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração da Câmara Municipal, ressalvada a realização de convenção partidária;

IV – usar em reuniões de comissão, audiências públicas ou sessões plenárias de qualquer espécie adesivo ou outra forma de identificação de qualquer candidatura ou candidato;

V – usar, em ambiente de trabalho, adesivo ou outra forma de identificação de qualquer candidatura ou candidato;

VI – usar as redes sociais, o site ou qualquer outro meio de divulgação institucional, inclusive jornais, rádios e demais espaços contratados pela Câmara Municipal, para veicular propaganda eleitoral de qualquer candidatura ou candidato;

VII – realizar pronunciamentos em sessão plenária, reunião de comissão ou audiência pública que caracterize promoção pessoal ou propaganda eleitoral de qualquer candidatura ou candidato;

VIII – ceder servidor da Câmara Municipal para partido político ou coligação;

IX – permitir que servidor titular de cargo efetivo, servidor titular de cargo em comissão, empregado, estagiário ou terceirizado da Câmara Municipal realize campanha eleitoral para qualquer candidatura ou candidato, dentro ou fora do recinto da Câmara Municipal, durante o horário de expediente;

X – usar o estacionamento da Câmara com veículo adesivado ou que contenha propaganda eleitoral de qualquer candidatura ou candidato;

XI – utilizar informações de qualquer espécie constantes em banco de dados da Câmara Municipal para a divulgação de material com propaganda eleitoral de qualquer candidatura ou candidato, mesmo por meios eletrônicos;

XII – usar materiais ou serviços, custeados pela Câmara Municipal, que excedam as prerrogativas consignadas em regulamento;

XIII – fazer ou permitir o uso promocional, em favor de qualquer candidatura ou candidato, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo poder público;

XIV – guardar, estocar ou acumular material na Câmara Municipal ou em suas dependências referente a campanha eleitoral de qualquer candidatura ou candidato;

XV – a utilização dos recursos provenientes da quota básica mensal para outro fim que não o de custear materiais e serviços pertinentes à atividade parlamentar institucional do Vereador.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara Municipal, nos termos dos §§3º e 4º do art. 1º desta Resolução, ao constatar o desatendimento de qualquer dispositivo desta Resolução, por qualquer agente público, determinará a imediata cessação da conduta vedada, com a consequente apuração de responsabilidade.

Art. 4º Fica vedada a veiculação, através dos espaços publicitários da Câmara Municipal e dos serviços de Internet mantidos pela Câmara Municipal, de matéria que tenha como característica:

I – transmissão, ainda que sob a forma de entrevista jornalística, de resultados ou imagens de realização de pesquisa ou qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral;

II – propaganda política;

III – tratamento privilegiado a candidato, partido político ou coligação;

IV – divulgação de filmes ou qualquer outro programa com alusão ou crítica a candidato ou partido político, mesmo que dissimuladamente;

V – divulgação do nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção, ainda quando preexistente, inclusive se coincidente com o nome de candidato ou com variação nominal por ele adotada;

VI – a transmissão, a partir da respectiva convenção, de programa apresentado ou comentado por candidato escolhido em convenção;

§1º As restrições deste artigo deverão ser observadas nas transmissões das sessões plenárias, audiências públicas e reuniões de comissão.

§2º A observância das restrições estabelecidas será controlada pelas unidades administrativas responsáveis pela divulgação de matéria escrita ou de imagem via Internet ou Televisão.

Art. 5º Subsidiariamente ao disposto nesta Resolução, serão aplicadas as demais normas previstas na legislação eleitoral, inclusive quanto ao conceito de propaganda eleitoral, aos prazos de vedação previstos no Calendário Eleitoral definido pelo Tribunal Superior Eleitoral e às restrições na área remuneratória e de pessoal.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 14 de abril de 2016.

MÁRIO MIGUEL

Presidente da Mesa

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Vice-Presidente

JANARA APARECIDA MAFRA

1ª Secretária

DIONÍSIO MAÇANEIRO

2º Secretário

Rio dos Cedros

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016 - ATA DE REABERTURA DE SESSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016

MODALIDADE: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia

FINALIDADE: Drenagem Pluvial, Pavimentação Asfáltica, Obras Complementares e Sinalização Viária da Avenida Tiradentes, Rua Amazonas e Rua Duque de Caxias

ATA DE REABERTURA DE SESSÃO

A Comissão de Licitações, em conformidade com as Análises elaboradas pelos órgãos técnicos do Município, os quais ficam convalidados e são utilizados como motivação e fundamento para a presente decisão provisória, decide, habilitar provisoriamente as empresas : PACOPEDRA PAV. E COM. DE PEDRAS LTDA (cnpj nº79.485.892/0001-18), EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ADRIMAR LTDA (cnpj nº03.574.370/0001-20); ENGEPLAN TERRAPLANAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA (cnpj nº83.897.504/0001-83) e PAVIPLAN PAVIMENTACAO LTDA (cnpj nº03.620.927/0001-12) e inabilitar provisoriamente as empresas : TERRABASE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA (cnpj nº12.535.370/0001-02), CONSTRUTORA TERTEL LTDA (cnpj nº05.584.906/0001-14), CONSTRUCAO CIVIL MG LTDA (cnpj nº06.145.928/0001-40), pelo descumprimento das regras editalícias, em conformidade com as já citadas análises. Publique-se para que, querendo e tempestivamente, apresentar recurso. Processo licitatório integral com vistas abertas aos licitantes junto ao Departamento de Compras da Prefeitura na Rua Nereu Ramos, nº 205, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 16:30h.

Aglahê Danielle Mendes Brandt
Presidente da Comissão de Licitação

Paula Wackernagel
Membro da Comissão

Pedro Claudino dos Santos Júnior
Membro da Comissão

Rio Fortuna

PREFEITURA

LIC 27 DP 06 AGRICULTURA FAMILIAR

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 027/2016

DISPENSA Nº 06/2016

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, para composição da Merenda Escolar para 2016, cujas quantidades e especificações constantes no Edital, parte integrante de instrumento, conforme Resolução/FNDE nº 026/2013 e Lei nº 11.947/2009.

VALOR TOTAL: R\$ 19.347,80 (dezenove mil trezentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos).

PROPONENTES: Evandro Boeing, CPF nº 068.401.859-40 e Esoli Schmitz Hemkemeier, CPF nº 021.446.349-47.

Rio Fortuna, 08 de abril de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

LIC 28 CP 02 AGRICULTURA FAMILIAR

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2016

O Município de Rio Fortuna/SC, torna público aos interessados que realizará, no dia 09 de maio de 2016 às 09horas, na sede da Prefeitura Municipal, Av. Sete de Setembro, nº 730, centro, CHAMADA PÚBLICA visando a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar para 2016, com dispensa de licitação, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução nº 26/2013 do FNDE. Informações e Edital com anexos poderão ser obtidos diretamente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal das 07 as 13horas ou pelo site www.riofortuna.sc.gov.br

Rio Fortuna, 15 de abril de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

CONTRATO 53

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 680/2016

EDITAL DE PREGÃO 11/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 53/2016

O FMS de Romelândia/SC comunica a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A UNIDADE BASICA DE SAUDE PARA O ANO DE 2016.

Contratada: Ivan Nhoatto ME

Prazo: 31.12.2016

Valor R\$: 1.273,06(mil duzentos e setenta e três reais e seis centavos) Assinaturas:

Pelo FMS de Romelândia, SAMUEL LUCAS DONODERFER ROSSA, Gestor do FMS de Romelândia e pela Contratada: IVAN NHOATTO Romelândia/SC, 31/03/2016

EXTRATO 944

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE ROMELANDIA

PROCESSO LICITATÓRIO 944/2016

TOMADA DE PREÇO 06/2016

O Município de Romelândia/SC realizará licitação na modalidade Tomada de Preços para. Contratação de empresa para Execução de Galerias em Concreto Pré-Moldado no Arroio Lajeado 35, Perímetro Urbano. Tudo em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações, em horário de expediente. Fone para contato (049)3624-1002. Os documentos e propostas deverão ser entregues até as 09h00 do dia 02/05/2016. Romelândia /SC, 14/04/2016. VALDOCI SAUL – PREFEITO MUNICIPAL.

Santa Cecília

PREFEITURA

EDITAL 01/2016

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 01/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
PREGÃO Nº 01/2016

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos 02 de Maio de 2016 às 17h00min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para Contratação de pessoa jurídica especializada para a realização de serviços de arbitragem para campeonatos esportivos promovidos pela Fundação Municipal de Esportes durante o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Melhores informações e cópia do presente edital na integra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br

Santa Cecília, 13 de Abril de 2016.
DOMINGOS SCARIOT JUNIOR
Prefeito Municipal

EDITAL 5/2016

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 005/2016 - FMS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
PREGÃO Nº 005/2016

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos 02 de Maio de 2016 às 16h00min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para Aquisição de materiais personalizados para campanhas de prevenção da Saúde, conforme quantidade e descrição constante do Anexo I.

Melhores informações e cópia do presente edital na integra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br

Santa Cecília, 12 de Abril de 2016.
DOMINGOS SCARIOT JUNIOR
Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL 23/2016

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 023/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
PREGÃO Nº 023/2016

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos 02 de Maio de 2016 às 14h00min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para Aquisição parcelada de materiais de construção para manutenção das edificações municipais de todas as Secretarias e Fundos Municipais, conforme anexo I do edital.

Melhores informações e cópia do presente edital na integra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br

Santa Cecília, 12 de Abril de 2016.
DOMINGOS SCARIOT JUNIOR
Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL 24/2016

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 024/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
PREGÃO Nº 024/2016

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos 03 de Maio de 2016 às 14h00min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para Aquisição parcelada de materiais elétricos para manutenção da iluminação Pública (COSIP) através da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, conforme anexos do presente edital.

Melhores informações e cópia do presente edital na integra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br

Santa Cecília, 12 de Abril de 2016.
DOMINGOS SCARIOT JUNIOR
Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 027, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 027, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

Altera calendário para cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbana - IPTU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os Artigos 33 e 120 da Lei nº 92, de 05/12/91 e Lei nº 564, de 24/12/03,

DECRETA:

Art. 1º O prazo para pagamento Imposto Predial e Territorial Urbana – IPTU fixado no Art. 1º do Decreto nº 006, de 05 de janeiro de 2016, passa a vigorar com os seguintes vencimentos:

I - parcela única ou primeira parcela 29/04/2016

II - segunda parcela 31/05/2016

III - terceira parcela 30/06/2016

IV - quarta parcela 29/07/2016

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 13 de abril de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER

Secretário da Administração e Finanças

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 28/2016 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016 FMS

Menor preço por item

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 03 de maio de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O ALMOXARIFADO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6199 ou retirar o Edital completo através do site: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

São Bento do Sul, 29 de março de 2016.

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira Municipal

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DECRETO Nº 1308/2016

DECRETO Nº 1308, DE 13 DE ABRIL 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 90.870,00 (noventa mil, oitocentos e setenta reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 02 - DETRUSBS

Atividade: 2.015 – Convênio SSP/Trânsito - PREFEITURA

(255) 3.3.90.36.00.00.00 156 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 79.370,00

(258) 3.3.90.47.00.00.00 156 - Obrig. Tributárias e Contributivas R\$ 5.000,00

Órgão: 10- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Atividade: 2.037 – Gestão Administrativa da SEMAS

(340) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente R\$ 500,00

Atividade: 2.081 – Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica – PBF - Estado

(394) 3.3.90.30.00.00.00 152 - Material de Consumo R\$ 3.000,00

(578) 3.3.90.30.00.00.00 352 - Material de Consumo R\$ 3.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 02 - DETRUSBS

Atividade: 2.015 – Convênio SSP/Trânsito - PREFEITURA

(257) 3.3.90.39.00.00.00 156 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 84.370,00

Órgão: 10- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Atividade: 2.037 – Gestão Administrativa da SEMAS

(325) 3.3.90.14.00.00.00 100 - Diárias - Civil R\$ 500,00

Atividade: 2.081 – Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica – PBF - Estado

(401) 4.4.90.52.00.00.00 152 - Equip. Material Permanente R\$ 3.000,00

(582) 4.4.90.52.00.00.00 352 - Equip. Material Permanente R\$ 3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1309/2016

DECRETO Nº 1309, DE 14 DE ABRIL DE 2016

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 04, de 17 de março de 2016, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, parte integrante do presente.

Art 2º. Fica revogado o Decreto nº 949, de 06 de maio de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

REGIMENTO INTERNO

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora – Famílias de Apoio

PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2015

SUMÁRIO**VISÃO 3****REGIMENTO INTERNO 3****TÍTULO I 3****Da Apresentação 3****TÍTULO II 4****Dos Objetivos 4****TÍTULO III 5****Das Atividades do Serviço Municipal de Famílias Acolhedoras 5****TÍTULO IV 5****Das Atribuições da Equipe do Serviço de Famílias Acolhedora 5****TÍTULO V 10****Das Atribuições do Serviço de Acolhimento Familiar para com os Acolhidos e sua Família de Origem ou Ampliada 10****Da Criança/Adolescente 10****Da Família biológica /ou ampliada 10****Do Desligamento 11****TÍTULO VI 11****Das Disposições Gerais 11****MISSÃO**

Garantir às crianças e adolescentes, de 0 a 18 anos, em medida de proteção judicial, o acolhimento provisório em Famílias Acolhedoras, garantindo o direito à convivência em ambiente familiar e comunitário.

VISÃO

Ser referência no atendimento à criança e adolescente em Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras, preservando e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, com vistas à reintegração familiar, prioritariamente.

REGIMENTO INTERNO**TÍTULO I****Da Apresentação**

Art. 1º - O Serviço Municipal de Famílias Acolhedoras é caracterizado como um serviço que organiza, no município, o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados de suas famílias de origem por determinação judicial, na residência de famílias acolhedoras previamente cadastradas e capacitadas para recebê-los. Visa à proteção de crianças e adolescentes cujos direitos foram violados no seio da própria família.

Parágrafo único: O referido serviço é de atribuição exclusiva do executivo municipal, com autonomia técnica, administrativa e financeira, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social de São Bento do Sul - SEMAS, com sede administrativa na Rua João Mulh Bauer nº.169 - Bairro: Serra Alta – São Bento do Sul.

Art. 2º O Serviço Municipal de Acolhimento em Famílias Acolhedoras, atende Crianças e Adolescentes de 0 a 18 anos, em medida protetiva, encaminhadas via determinação judicial, com a devida guia de acolhimento.

Parágrafo único: A equipe de Referência do Serviço Municipal de Famílias Acolhedoras construirá, com a participação da família de origem e serviços da rede de proteção, um plano de atendimento da família de origem, com o objetivo de superar as situações de vulnerabilidade que culminaram no afastamento da criança/adolescente e consequentemente reintegração familiar ou, na impossibilidade desta, em última instância, encaminhamento para família substituta.

Art. 3º - A operacionalização das atividades do Serviço Municipal de Famílias Acolhedoras deverá atender as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº. 8.069 e as orientações técnicas do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social, bem como demais legislações acerca do tema.

TÍTULO II**Dos Objetivos**

Art. 4º - O Serviço de Família Acolhedora tem por objetivo geral garantir às crianças e adolescentes que necessitem de proteção, o acolhimento provisório por famílias de apoio, respeitando o seu direito à convivência familiar e comunitária.

I – A equipe de referência desenvolverá ações visando atender os seguintes objetivos específicos:

a) Proporcionar, com absoluta prioridade, atendimento nas áreas de saúde, educação e assistência social, através das políticas do município;

b) Realizar acompanhamento psicossocial e pedagógico pelo Serviço, de forma interdisciplinar, no que cabe à Política Nacional de Assistência Social;

c) Fortalecer os vínculos afetivos com a família de origem das crianças e adolescentes acolhidos;

d) Realizar encaminhamentos necessários para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes acolhidos, visando, em primeira instância, a reintegração familiar;

e) Articular o Sistema de Garantia de Direitos e os demais serviços do Sistema Único de Assistência Social.

TÍTULO III**Das Atividades do Serviço Municipal de Famílias Acolhedoras**

Art. 5º – O atendimento proporcionará à criança e/ou adolescentes atividades pedagógicas, culturais, esportivas e de lazer desenvolvidas através de serviços próprios ou de instituições conveniadas, como instrumentos de ação social, fortalecendo a autonomia, visando a superação das situações de vulnerabilidade social que levaram à violação de direito, determinante para o acolhimento.

Art. 6º - O Plano Individual de Atendimento – PIA, será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do serviço de acolhimento em Famílias Acolhedoras, em 15 dias, com a participação efetiva da criança, do adolescente e de sua família, bem como demais entidades do Sistema de Garantia de Direitos, com o objetivo de orientar o trabalho de intervenção durante o período de acolhimento, e deverá contemplar, conforme Orientações Técnicas:

I – Motivos que levaram ao acolhimento e se já esteve acolhido neste ou em outro serviço anteriormente, dentre outros;

II – Configuração e dinâmica familiar, relacionamentos afetivos na família nuclear e extensa, período do ciclo de vida familiar, dificuldades e potencialidades da família no exercício do seu papel.

III – Condições sócio-econômicas, acesso a recursos, informações e serviços das diversas políticas públicas;

IV – Demandas específicas da criança, do adolescente e de sua família que requeiram encaminhamentos imediatos para a rede (sofrimento psíquico, abuso ou dependência de álcool e outras drogas, etc), bem como potencialidades que possam ser estimuladas e desenvolvidas;

V – Rede de relacionamentos sociais e vínculos institucionais da criança, do adolescente e da família, composta por pessoas significativas na comunidade, colegas, grupos de pertencimento, atividades coletivas que frequentam na comunidade, escolas, instituições religiosas, etc.;

VI – Violência e outras formas de violação de direitos na família, seus significados e possível transgeracionalidade;

VII – Significado do afastamento do convívio e do serviço de acolhimento para a criança, o adolescente e a família;

Art. 7º - O Serviço de Acolhimento Familiar funciona com sistema de sobreaviso e plantão, sendo as escalas semanais, alternando os profissionais sempre às terças-feiras ou no primeiro dia útil subsequente, a ser feito pelos/as três técnicos/as de referência (assistente social, psicólogo/a, pedagogo/a) ou, na impossibilidade destes, excepcionalmente, pela coordenação do mesmo.

TÍTULO IV

Das Atribuições da Equipe do Serviço de Famílias Acolhedora

Art. 8º - As atribuições dos Servidores que compõem a equipe do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar são:

- I – Cumprir a carga horária determinada;
- II – Respeitar e garantir os direitos da criança e do adolescente acolhidos;
- III – Cumprir e fazer cumprir o regimento interno do serviço;
- IV – Participar de treinamentos, reuniões, capacitações organizadas pelo serviço ou pela Secretaria a ele vinculada;
- V – Executar outras atividades correlatas.

Art. 9º – Das atribuições do Coordenador do Serviço Municipal de Famílias Acolhedoras:

- I – Coordenar as atividades relativas ao Serviço;
- II – Zelar pela integridade física e moral das crianças/adolescentes, conforme diretrizes da lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
- III – Elaborar o plano e relatório anual das atividades;
- IV – Participar da elaboração do Regimento Interno do Serviço;
- V – Sugerir modalidades de treinamentos e capacitações aos servidores;
- VI – Baixar ordens de serviços e circulares normativas;
- VII – Receber, informar e despachar papéis, encaminhando-os às autoridades competentes (relatório, ofícios, comunicados, etc.);
- VIII – Rubricar livros de escrituração e assinar correspondências e expedientes;
- IX – Manter contatos com o Poder Judiciário, Conselho Tutelar, Órgãos Públicos e demais serviços da rede;
- X – Fomentar a participação e propor a atualização do Projeto Político Pedagógico do Serviço, buscando sempre implementá-lo;
- XI – Promover e orientar as atividades do Serviço, verificando necessidades e avaliando os resultados;
- XII – Pesquisar materiais de estudo para aplicação de projetos para crianças e adolescentes;
- XIII – Buscar parcerias e projetos que ofereçam atividades para as crianças e adolescentes;
- XIV – Tomar as providências necessárias quando da apresentação das crianças e adolescentes em audiências;
- XV – Convocar e coordenar reuniões de serviço, de estudo e orientação;
- XVI – Acompanhar e orientar os profissionais no trabalho desenvolvido, bem como nas atividades solicitadas;
- XVII – Participar de reuniões e prestar informações a outros órgãos ou instituições afins sempre que for solicitada;
- XVIII – Zelar pelo cumprimento dos prazos estipulados pela Vara da Infância e Juventude na entrega de relatórios, ofícios, Plano Individual de Atendimento – PIA solicitados pela mesma;
- X – Executar outras atividades correlatas.

Art. 10 – Das atribuições do Pedagogo do Serviço Municipal de Famílias Acolhedoras:

- I – Planejar, desenvolver e aplicar atividades pedagógicas para com os acolhidos, considerando as premissas da Política Nacional de Assistência Social;
- II – Monitorar e orientar as famílias acolhedoras, verificando se elas acompanham as atividades pedagógicas, tarefas escolares, alimentação e higiene dos acolhidos;
- III – Seguir o Procedimento Operacional Padrão dos Pedagogos

– POP;

- IV – Elaborar, em conjunto com os demais membros da equipe técnica, o PIA, informes e relatórios referentes aos acolhimentos;
- V – Manter contato com as unidades escolares, para verificar as situações relativas às crianças/ adolescentes acolhidos;
- VI – Executar outras atividades correlatas.

Art. 11 - As atribuições do Assistente Social do Serviço Municipal de Famílias Acolhedoras são:

- I – Realizar entrevista com as crianças e adolescentes a fim de colher dados e informações acerca de sua história de vida, como também para mantê-los informados sobre o andamento do processo e notícias de seus familiares;
- II – Realizar estudos e pesquisas a fim de conhecer a realidade das famílias;
- III – Acompanhar o desenvolvimento social das famílias das crianças e adolescentes através de visitas domiciliares e entrevistas;
- IV – Esclarecer, encaminhar e orientar as famílias aos recursos públicos existentes;
- V – Elaborar estudo sócio-econômico e parecer técnico, sugerindo alternativas e medidas legais a serem aplicadas pela Vara da Infância e Juventude;
- VI – Manter a equipe informada quanto às diversas situações das crianças e adolescentes com suas famílias;
- VII – Acompanhar as visitas dos familiares;
- VIII – Manter atualizados os registros das crianças e dos adolescentes;
- XIV – Executar outras atividades correlatas.

Art. 12 - Das atribuições do Psicólogo do Serviço Municipal de Famílias Acolhedoras:

- I – Realizar entrevistas com as crianças e adolescentes a fim de levantar dados psicológicos e sociais relevantes ao acolhimento;
- II – Orientar e dar suporte psicológico aos acolhidos, famílias acolhedoras e famílias de origem sempre que se fizer necessário, considerando sua atuação na Política Nacional de Assistência Social;
- III – Encaminhar a criança e adolescente a um processo terapêutico, identificando a necessidade;
- IV – Atender os familiares das crianças e dos adolescentes sempre que se fizer necessário;
- V – Participar da elaboração de relatórios junto a equipe técnica quanto aos atendimentos das crianças e dos adolescentes, sempre que se fizer necessário;
- VI – Manter atualizados os registros dos acolhidos;
- VII – Executar outras atividades correlatas.

Art. 13 - Das atribuições do Auxiliar Administrativo do Serviço Municipal de Famílias Acolhedoras:

- I – Recepcionar o público, diretamente ou por telefone, fornecendo as orientações necessárias e encaminhando o assunto à área responsável, contribuindo assim com a agilidade no serviço prestado;
- II – Controlar a entrada e saída de documentos e correspondências, protocolando e encaminhando aos responsáveis, a fim de contribuir com a segurança e organização dos assuntos tratados na área;
- III – Realizar serviços de suporte administrativos, como digitação, organização de arquivos, pequenos cálculos, controle de materiais (entrada e saída), de modo a auxiliar no andamento das atividades desenvolvidas no serviço;
- IV – Executar outras atividades correlatas.

Art.14 - Das atribuições do Motorista do Serviço Municipal de Famílias Acolhedoras:

- I – Zelar pela segurança das crianças/adolescentes, servidores, família acolhedora e famílias de origem durante seu transporte, respeitando as normas de trânsito vigentes;
- II – Cuidar e garantir a locomoção dos atores sociais envolvidos no processo de acolhimento, quando necessário;
- III – Viabilizar as idas e vindas das crianças/adolescentes nos

compromissos assumidos pela equipe de referência;
IV – Apresentar-se diariamente uniformizado e com boa aparência pessoal;
V – Seguir o Procedimento Operacional Padrão dos Motoristas – POM;
VI – Informar a Coordenação quando observado algum dano ao veículo;
VII – Respeitar os direitos das crianças e adolescentes;
VIII – Auxiliar nos procedimentos de carga e descarga dos materiais necessários para manutenção do serviço;
IX – Executar outras atividades correlatas.

Art. 15 - As atribuições das Famílias Acolhedoras do Serviço Municipal de Famílias Acolhedoras são:

I – Preservar o vínculo e convivência entre irmãos e parentes (primos, sobrinhos) quando o acolhimento for realizado por famílias diferentes.
II – Responsabilizar-se pelas atividades cotidianas e rotineiras dos acolhidos (levar à escola, atendimentos de saúde etc.), cabendo à equipe técnica auxiliar as famílias acolhedoras na obtenção destes atendimentos, preferencialmente na rede pública.
III – Comunicação à equipe do serviço de todas as situações de enfrentamento de dificuldades que observem durante o acolhimento, seja sobre a criança, seja sobre a própria família acolhedora e a família de origem;
IV – Preservar a integridade física e mental da criança/adolescente acolhido, respeitando sua condição de pessoa em desenvolvimento, bem como respeitar o que preconiza o ECA;
V – Seguir as orientações da equipe de referência em relação ao acolhimento, no que diz respeito a seus cuidados básicos diários, de educação, saúde, limites, entre outros;
VI – Participar ativamente das atividades propostas pelo Serviço, tais como reuniões, capacitações, festividades e eventos afins, justificando previamente as ausências.

TÍTULO V

Das Atribuições do Serviço de Acolhimento Familiar para com os Acolhidos e sua Família de Origem ou Ampliada

Da Criança/Adolescente

Art. 16 - As atribuições do Serviço de Acolhimento Familiar para com a Criança e/ou Adolescente Acolhido:

I – Assegurar ao acolhido a ciência da dinâmica do Serviço de Acolhimento Familiar;
II – Assegurar condições de garantia de acesso através da inserção, reinserção e permanência da criança/adolescente no sistema de ensino;
III – Assegurar ao acolhido que tenha informações de sua situação judicial;
V – Assegurar ao acolhido que este tenha conhecimento da realidade de sua família e as possibilidades de manter e/ou restabelecer os vínculos;
V – Assegurar ao acolhido adolescente em idade laboral, a emprego e/ou Programa para fins de ingresso no mercado de trabalho;
VI – Promover atividades que envolvam aprendizado relativo à cidadania, informática, esporte, recreação, artísticas e culturais;

Da Família biológica /ou ampliada

Art.17 – As atribuições do Serviço de Acolhimento Familiar para com a Família biológica /ou ampliada são:

I – Intensificar e ampliar, de forma progressiva, os encontros entre a criança/adolescente e sua família - que gradativamente deverão deixar de ser acompanhados pela equipe, a permanência com a família nos finais de semana e, por fim, o retorno definitivo;

II – Dar continuidade ao acompanhamento à família de origem após a reintegração da criança/adolescente, por um período mínimo de

seis meses, de forma a lhe dar suporte para o cumprimento de suas funções de cuidado e proteção, buscando sua autonomia e visando evitar a reincidência da necessidade de acolhimento. Conforme a estrutura local, tal acompanhamento poderá ser feito pela equipe técnica do serviço de famílias acolhedoras que acompanhou o acolhimento ou por outro serviço socioassistencial (CRAS, CRE-AS) em articulação com a rede local.

III – Assegurar a família de origem informações sobre a situação judicial do caso;

IV – Fortalecer os vínculos familiares com vistas à reintegração familiar, enquanto houver possibilidade para tal;

V – Promover atividades e encaminhamentos para a superação das vulnerabilidades que culminaram no acolhimento.

Do Desligamento

Art. 18 - O desligamento do Serviço ocorrerá, por determinação judicial, quando for avaliado pela equipe de referência do serviço, em diálogo com a Justiça da Infância e Juventude, com o Ministério Público, Conselho Tutelar e rede envolvida, a possibilidade de retorno familiar (à família de origem, nuclear ou extensa), a necessidade de acolhimento em outro espaço de proteção, ou o encaminhamento para adoção. A esta avaliação deverão suceder ações para preparação gradativa para o desligamento, com o apoio específico por parte da equipe de referência.

TÍTULO VI

Das Disposições Gerais

Art. 19 - O Sistema Único de Assistência Social Municipal, através do Serviço de Acolhimento Familiar – Famílias de Apoio, obedecerá aos Estatutos, Regulamentos, Resoluções e Portarias da Secretaria Municipal de Assistência Social de São Bento do Sul - SEMAS.

Art. 20 - Os casos que não estiverem relacionados no presente Regimento deverão ser levados ao conhecimento da equipe de Referência que encaminhará aos órgãos competentes para possíveis soluções.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2015

Trabalho desenvolvido com a participação da
Assessoria de Assistência Social da AMUNESC

Rita Maria Dums

Secretária Municipal de Assistência Social

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 74/2016

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 74/2016

OBJETO: Locação de imóvel (edificado com um apartamento em alvenaria, tipo kitinete), situado no Bairro Serra Alta, para pagamento de aluguel social em caráter de emergência para abrigar a família da Sra. Lourdes de Góes, em virtude de vulnerabilidade social da referida família, conforme Processo Autos nº 0007031.34.2012.8.24.0058, pelo período de abril a agosto de 2016.

CONTRATADO: Rosangela Eiselt Konopka

Valor Total: R\$ 1.900,00

SÃO BENTO DO SUL, 12 de abril de 2016.

MARISA DO AMARAL – SECRETÁRIA INTERINA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 007/2016

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 007/2016

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que realizará CONCURSO PÚBLICO para preenchimento de cargos de provimento efetivo, elencados no Anexo I deste Edital, com a execução técnico-administrativa da empresa ACESSE CONCURSOS LTDA, o qual reger-se-á pelas instruções especiais contidas neste Edital, LEIS nº 3502/2015, 3589/2015, 3530/2015, 2966/2012, 228/2001 e demais Leis vigentes.

1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME

DATA	ATO
15/04/2016	Publicação do Edital
15/04/2016 até as 23h59min do dia 15/05/2016	Período de Inscrições
15/04/2016 a 16/05/2016	Prazo para pagamento da taxa de inscrição
18/05/2016	Publicação do ROL DOS INSCRITOS
19 e 20/05/2016	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição
23/05/2016	Homologação das Inscrições e DIVULGAÇÃO DO LOCAL E HORÁRIO DAS PROVAS OBJETIVAS
29/05/2016	Realização das provas escritas objetivas
29/05/2016	Publicação do gabarito provisório (após as 20:00 horas)
30 e 31/05/2016	Prazo para recursos da formulação das questões e discordância com o gabarito da prova objetiva
07/06/2016	Publicação do julgamento dos recursos contra formulação de questões e discordância com o gabarito
07/06/2016	Publicação do gabarito definitivo, nota da prova objetiva e classificação provisória.
08 e 09/06/2016	Prazo para recurso contra nota da prova objetiva e classificação provisória
10/06/2016	Publicação do julgamento dos recursos contra nota da prova objetiva e classificação provisória.
13/06/2016	Publicação do resultado final.

1.1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Concurso Público e/ou da Comissão Executora, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com função/ área de atuação, carga horária semanal, formação/escolaridade/qualificação/habilitação descritos no mesmo.

2.2. Os candidatos que integrarem a lista de aprovados deverão manter seus endereços atualizados na Secretaria Municipal da Administração durante todo o período de validade do Concurso Público sob pena de perda da classificação.

2.3. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação.

2.3.1. O candidato aprovado no presente Concurso Público deverá acompanhar através dos meios de comunicação da administração municipal, as vagas que possam surgir durante o período de validade do Concurso Público.

2.4. É de inteira responsabilidade, do candidato, acompanhar, pela internet através dos sites www.acesseconcursossc.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br, e no Mural Oficial de Publicações do Município as publicações de todos os atos, Editais e/ou extratos relativos ao Concurso Público, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo até sua homologação final.

3. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal e Lei Municipal nº 1.574/2011 de 30 de dezembro de 2011.

3.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", bem como deverá encaminhar, via postal por SEDEX, até o 1º dia útil após o encerramento das inscrições, para a empresa ACESSE CONCURSOS LTDA, com sede na Rua Pará, 162, bairro Estados, Timbó/SC, CEP 89120-000 os seguintes documentos:

a) laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como da provável causa da deficiência.

b) requerimento solicitando vaga especial, constando: b1) o tipo de deficiência; b2) a necessidade de condição especial, prova especial e/ou tempo adicional, se for o caso (conforme modelo do Anexo III deste Edital). Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade;

c) parecer original emitido por especialista da área de sua deficiência, atestando a necessidade de tempo adicional, somente para o caso de pedido de tempo adicional, conforme Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e alterações. Caso não seja apresentado o parecer,

o candidato não terá deferida a sua solicitação.

d) Anexo III deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém: Declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo; Declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria;

3.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição.

3.4. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

3.5. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

3.6. Os candidatos aprovados no Concurso Público serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental.

3.7. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

3.8. O candidato portador de necessidades especiais que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de necessidades especiais, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.9. Caso a aplicação do percentual de 5% resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. O candidato deverá acessar o site www.acesseconcursossc.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br, onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período de 15/04/2016 até as 23 horas e 59 minutos do dia 15/05/2016.

4.1.1. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição.

4.2. O candidato deverá preencher integralmente o requerimento de inscrição e confirmá-lo via internet, imprimir e pagar o boleto no valor da inscrição até a data limite constante no respectivo boleto.

4.2.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.2.2. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.2.3. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.2.4. A inscrição só será deferida quando o Banco, onde foi pago o boleto referente à inscrição, confirmar o respectivo pagamento.

4.2.5. Não serão aceitas as inscrições pagas fora do prazo de vencimento, com cheque, pagamento por meio de agendamento, banco postal, depósito ou transferência entre contas.

4.2.6. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida, uma vez que o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Concurso Público.

ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Ficam isentos do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos do Município de São Bento do Sul os doadores de medula óssea e sangue. CONFORME LEI Nº 3502, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

Consideram-se como beneficiários desta lei:

I - Os portadores da Carteira de Doador de Sangue expedida pelo HEMOSC - Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina, tendo nela (ou em declaração equivalente) constando a data das duas últimas doações realizadas;

II - Os doadores comprovadamente inscritos no REDOME - Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea, instalado no INCA - Instituto Nacional do Câncer. Parágrafo Único - O documento descrito no inciso I deste artigo pode ser substituído pela carteira ou declaração emitida pelo órgão ou entidade reconhecidamente elaborada para o mesmo fim, quando doadores em outros Estados do Brasil.

Para ter a isenção o candidato deve:

Encaminhar a documentação dos itens acima, via postal, por SEDEX com AR, até o último dia das inscrições, para a empresa ACESSE CONCURSOS LTDA, com sede na Rua Pará, 162, bairro Estados, Timbó/SC, CEP 89120-000.

A constatação de falsidade dos documentos exigidos, além das sanções penais cabíveis importará na exclusão da inscrição do candidato neste Concurso Público.

4.2.7. Não será aceita inscrição com falta de documentos, via postal; por telex ou via fax; e-mail; extemporânea e/ou condicional ou ainda fora do prazo estabelecido.

4.3. O candidato deverá acompanhar este Edital, bem como a publicação da relação de candidatos inscritos (rol de Inscritos) para confirmar o processamento de sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar pedido de recurso, conforme determinado neste Edital.

4.4. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.4.1. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Concurso Público.

4.4.2. Quaisquer dúvidas referentes a este Concurso Público poderão ser sanadas através do e-mail contato@acesseconcursossc.com.br.

4.5. A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e a Empresa Acesse Concursos LTDA não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste Edital.

4.6. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

4.7. Cada candidato poderá realizar até 2 (duas) inscrições neste concurso (sendo uma para cargo de nível médio ou técnico e outra para cargo de nível superior), onde as provas objetivas para os cargos de nível médio e médio técnico serão realizados no período MATUTINO e para os cargos de nível superior no período VESPERTINO.

4.8. Uma vez efetuada e paga a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto ao cargo escolhido.

4.9. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, no e-mail contato@acesseconcursossc.com.br no ato de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

4.9.1. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.9.1.1. Caso o candidato não envie o pedido exigido no item anterior, não terá preparado o tratamento diferenciado para realização de provas.

4.9.2. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, no ato da inscrição, através de e-mail e levar acompanhante que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

4.9.2.1. O acompanhante e a criança devem permanecer na sala reservada para amamentação durante todo o período de realização da prova.

4.9.2.2. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

5. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

CARGO	Valor Inscrição	Período da Prova
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR	R\$ 60,00	Vespertino
CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO	R\$ 40,00	Matutino

6. DAS PROVAS

6.1. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas no item 7 e anexo IV deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

6.2. Prova Objetiva (PO) de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, a ser aplicada para todos os candidatos.

6.2.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem 50% (cinquenta por cento) ou mais na prova escrita.

6.2.2. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos e arredondamento conforme determina a estatística, quando for o caso, tendo em vista que cada questão valerá disposto no item 7.2.2.

6.2.3. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

6.3. DAS NOTAS

6.3.1. Para todos os cargos a NF será: PO = 100%

Entenda-se:

PO = Prova Objetiva

NF = Nota Final

7. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1. A PROVA OBJETIVA PARA TODOS OS CARGOS SERÁ REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 2016, EM CONFORMIDADE COM O ITEM 4.7 DESTA EDITAL.

7.1.1. O LOCAL (que será no município de São Bento do Sul) E O HORÁRIO DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA SERÁ DIVULGADO NO DIA 23 DE MAIO DE 2016 JUNTO COM A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES.

7.1.2. O tempo de duração da prova objetiva será no MÁXIMO de 3 (três) horas.

7.2. Na realização da prova objetiva, o candidato deverá observar os seguintes aspectos sob pena de desclassificação do certame:

7.2.1. Comparecer no local da prova com antecedência mínima recomendada de 30 (trinta) minutos do fechamento dos portões, portando, obrigatoriamente, documento de identificação oficial, com foto e caneta esferográfica com tinta azul ou preta;

7.2.1.1. São considerados documentos de identificação oficial: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identificação; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

7.2.1.2. Não serão aceitos como documentos de identificação oficial: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

7.2.1.3. As provas objetivas terão a duração conjunta de 03 (três) horas, incluindo o tempo de marcação no CARTÃO-RESPOSTA.

7.2.1.4. O candidato deverá permanecer em sala por um período mínimo de 45 minutos sob pena de desclassificação.

7.2.2. A prova objetiva para todos os cargos terá 40 questões, distribuídas da forma abaixo:

CONTEÚDOS	NÚMERO DE QUESTÕES	ORDEM DAS QUESTÕES NA PROVA	VALOR DE CADA QUESTÃO
-----------	--------------------	-----------------------------	-----------------------

Língua Portuguesa	10	1 a 10	0,20
Informática	10	11 a 20	0,20
Conhecimentos Gerais e Atualidades	05	21 a 25	0,15
Conhecimentos Específicos e Legislação	15	26 a 40	0,35

7.2.2.1. Os programas da prova objetiva estão descritos no Anexo II do presente Edital.

7.2.3. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato sob pena de ser excluído do Concurso Público:

7.2.3.1. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Concurso Público, bem como consultar livros ou apontamentos;

7.2.3.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

7.2.3.3. Fazer uso de telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;

7.2.3.4. Os pertences do candidato, inclusive aparelhos eletrônicos (desligados) deverão ser depositados na sala de provas, em local indicado pelo fiscal;

7.2.3.5. O uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Concurso Público, sendo atribuída nota zero à prova objetiva.

7.2.3.6. Ter comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

7.2.3.7. O candidato que tumultuar, interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova, será desclassificado do Concurso Público.

7.2.3.8. O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser filmado e/ou submetido à revista pessoal e/ou de seus pertences, à varredura eletrônica e/ou identificação datiloscópica, tanto nas provas escritas objetivas quanto nas provas práticas (se houver).

7.2.4. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos;

7.2.5. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 3 (três) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

7.2.6. O candidato receberá para realizar a prova um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

7.2.6.1. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO-RESPOSTA.

7.2.7. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala;

7.2.8. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta;

7.2.8.1. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO-RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará na automática eliminação do candidato do certame.

7.2.8.2. Serão considerados sem efeito, os cartões respostas entregues sem a assinatura do candidato.

7.2.9. AO TERMINAR A PROVA, O CANDIDATO ENTREGARÁ AO FISCAL O CARTÃO-RESPOSTA DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ASSINADO E O CADERNO DE PROVAS.

7.2.9.1. O CADERNO DE PROVAS SERÁ PUBLICADO JUNTAMENTE COM O GABARITO PROVISÓRIO, PARA QUE O CANDIDATO POSSA IMPETRAR RECURSOS QUANDO NECESSÁRIO.

7.2.10. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

7.2.10.1 POR QUESTÕES DE SEGURANÇA, SERÁ VEDADO O ACESSO AO BANHEIRO PARA OS CANDIDATOS QUE JÁ CONCLUÍRAM A PROVA. O BANHEIRO SERÁ DE USO EXCLUSIVO DOS CANDIDATOS QUE ESTIVEREM EM SALA;

7.2.11. No local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;

7.3. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos. Se houver alguma alteração de gabarito oficial, por força de impugnações, as provas serão corrigidas de acordo com a alteração;

7.3.1. Os envelopes contendo os cadernos das provas e os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, à Comissão Executiva do Concurso Público.

7.4. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

7.4.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Concurso Público, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

Para os demais casos será:

7.4.2. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;

7.4.3. Que obtiver maior número de dependentes;

7.4.4. Que tiver maior idade.

7.5. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio pela Loteria Federal, conforme segue:

7.5.1. Os candidatos empatados serão ordenados de acordo com seu número de inscrição, de forma crescente ou decrescente, conforme o resultado do primeiro prêmio da extração da loteria federal imediatamente anterior ao dia da efetiva realização da prova objetiva, segundo os critérios a seguir:

a) Se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio da Loteria Federal for par, a ordem será crescente;

b) Se a soma dos algarismos da loteria federal for ímpar, a ordem será decrescente.

7.6. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 7.1, implicará sua desclassificação do Concurso Público.

8. DOS RECURSOS

8.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

- 8.1.1. Da impugnação do presente Edital;
- 8.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;
- 8.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;
- 8.1.4. Da nota da prova objetiva;
- 8.1.5. Da classificação provisória.
- 8.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 03 (três) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento junto à Secretaria da Administração, no Município de São Bento do Sul - SC.
- 8.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do sítio da empresa Acesse Concursos LTDA – www.acesseconcursossc.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br, no campo RECURSOS, disposto na área referente a este Concurso, conforme cronograma previsto no edital. Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax ou fora do prazo preestabelecido.
- 8.3.1. O formulário para recurso será disponibilizado no site www.acesseconcursossc.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br, no campo RECURSOS conforme as datas previstas no cronograma deste edital.
- 8.4. Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia no caso de recurso contra questões.
- 8.5. A Banca Examinadora da Entidade Executora do presente Concurso Público constitui-se em última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

9. DOS REQUISITOS PARA NOMEAÇÃO

- 9.1. Após a convocação, o candidato aprovado para a nomeação deverá apresentar a seguinte documentação junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul:
 - 9.1.1. Abertura de Conta Corrente junto ao Banco da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-SBS (PAB da Prefeitura); apresentando os seguintes documentos necessários para Abertura da conta corrente: Identidade, CPF, Comprovante de Residência (mês atual) e Comprovante de Renda (Expedido pelo Departamento de Recursos Humanos da PMSBS);
 - 9.1.2. Comprovação de idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data de nomeação;
 - 9.1.3. 01 Foto 3x4;
 - 9.1.4. O candidato deverá apresentar os exames a seguir relacionados, realizados à custa do mesmo, no dia determinado para o exame admissional, este efetuado pelo Médico Oficial da Municipalidade:
 - a) HEMOGRAMA COMPLETO;
 - b) GLICEMIA DE JEJUM;
 - c) RX DE COLUNA TOTAL;
 - d) RX DE TÓRAX 02 POSIÇÕES-PA;
 - 9.1.5. Declaração negativa de que não exerce cargo ou emprego público;
 - 9.1.6. Declaração de que não percebe Aposentadoria ou benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, do Regime Geral de Previdência Social, relativo a emprego público;
 - 9.1.7. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 151 da Lei 228/2001;
 - 9.1.8. Declaração de Bens que constituem o seu Patrimônio;
 - 9.1.9. Certidões Negativas expedidas pelos cartórios de Crimes e Cível da Comarca de SÃO BENTO DO SUL/SC disponível no site -www.tjsc.gov.br;
 - 9.1.10. Comprovação da Regularidade com o Conselho da Classe (autenticada) e registro no Conselho da Classe da Região de SC.

Providenciar ainda Fotocópias (xerox) da seguinte documentação:

- 9.1.11 Cédula de Identidade;
- 9.1.12 C.P.F.;
- 9.1.13 Título de Eleitor;
- 9.1.14 Comprovante de votação da última Eleição ou Certidão de QUITAÇÃO da Justiça Eleitoral, disponível no site: <http://www.tse.jus.br>;
- 9.1.15 Certidão de Nascimento e ou Casamento;
- 9.1.16 Certidão de Nascimento/Adoção dos Dependentes e Carteira de vacinação dos filhos nome/vacinas até 14 anos;
- 9.1.17 Atestado de Frequência escolar dos filhos entre 06 e 14 anos;
- 9.1.18 Certificado de Dispensa de Incorporação ou Reservista, quando for o caso;
- 9.1.19 Comprovante de residência (fornecida no Departamento de RH), corretamente preenchida, datada, assinada e sem rasuras;
- 9.1.20 Diplomas de Escolaridade (de 1º grau, 2º grau ou Superior – autenticado), com apresentação do original no ato da posse;
- 9.1.21 Carteira de vacina contra Rubéola (homens e mulheres até 39 anos) conforme dispõem a Lei 10.196 de 24 de julho de 1996;
- 9.1.22 Nº do PIS/PASEP e sua data de Cadastro;
- 9.1.23 Carteira de Trabalho onde consta a Foto e os dados Pessoais;
- 9.1.24 Demais documentos exigíveis por lei.
- 9.2 A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a admissão do candidato e o mesmo será eliminado do Certame.
- 9.3 Os candidatos que forem considerados inaptos quando da realização do exame médico pré-admissional ou que não se sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados do Certame.
- 9.4 O candidato que, convocado para a admissão, recusar, deixar de assumir a vaga ou não atender qualquer pré-requisito deste Edital será considerado desclassificado do Certame.
- 9.5 Caso o candidato admitido para assumir o cargo público não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de São Bento do Sul convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo público.
- 9.6 Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do cargo público, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga. O candidato não se manifestando no prazo de 15 (quinze) da convocação, considerar-se-á desistência tácita, sendo convocado o próximo classificado.
- 9.7 O candidato aprovado que declarar ser deficiente físico nos termos deste Edital, para a posse deverá se submeter à perícia médica para confirmar de modo definitivo a sua situação de deficiente e a compatibilidade com a função.

9.8 A nomeação dos candidatos aprovados no Concurso Público dar-se-á conforme a Legislação vigente na instituição na data de sua nomeação.

10. DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Este Concurso Público terá validade de 2 (dois) anos, a contar de sua homologação final, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

10.2 A habilitação no Concurso Público não assegura ao candidato a nomeação imediata, mas apenas a expectativa de ser nomeado segundo as vagas existentes, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação.

10.3. Os candidatos admitidos a cargo de provimento efetivo serão regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Leis vigentes no Município.

11. DAS VAGAS

11.1. As vagas serão oferecidas de acordo com o número disposto no Anexo I.

11.2 - Não havendo interesse em tomar posse no cargo, o candidato deve comunicar formalmente a desistência da vaga.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - A nomeação dos candidatos será feita por Portaria, publicada junto ao painel de publicações da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, e, paralelamente, será feita comunicação ao candidato, via postal ou por telefone, no endereço ou no número do telefone informados na ficha de inscrição ou posteriormente atualizado. É responsabilidade exclusiva do candidato manter atualizado o referido endereço, bem como o número de telefone.

12.2 - Os candidatos aprovados, nomeados no serviço público municipal, terão prazo máximo de até 15 (quinze) dias contados da publicação do Ato de nomeação para tomar posse, podendo a pedido, ser prorrogado por igual período, e 5 (cinco) dias para entrar em exercício, contados da data da posse. Será tornado sem efeito o ato de nomeação se não ocorrer a posse e/ou exercício nos prazos legais, sendo que o candidato perderá automaticamente a vaga, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação.

12.3. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, provas, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Concurso Público, serão publicados no quadro de publicações oficiais do Município de São Bento do Sul e nos sites www.acesseconcursossc.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br.

12.4. - Os cartões-resposta e demais documentos deste Concurso Público, serão entregues em embalagem lacrada pela Instituição que realizou certame ao Município de São Bento do Sul até sessenta dias após a homologação final do processo.

12.5. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em Editais devidamente publicados.

12.6. Os casos omissos serão resolvidos pelas Comissões do Concurso Público, sendo a Comissão Executiva competente também para julgar, em decisão irrecurável e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

12.7. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

12.7.1. Anexo I – Quadro de cargos, vagas, vencimentos, carga horária e habilitação mínima exigida;

12.7.2. Anexo II – Conteúdo Programático da Prova Objetiva;

12.7.3. Anexo III – Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais;

12.7.4. Anexo IV – Atribuições dos cargos.

São Bento do Sul/SC, 15 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA E VENCIMENTOS

CARGO	VAGAS	HORAS	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA	VENCIMENTO
Agente de Autoridade de Trânsito	01	40 h	Ensino médio completo, com carteira nacional de habilitação (CNH) categoria "AB" e conhecimento em informática	R\$ 1.392,85
Agente de Defesa Civil	01	40 h	Ensino médio completo, com carteira nacional de habilitação (CNH) categoria "AB" e conhecimento em informática	R\$ 1.392,85
Assistente Administrativo	01	40 h	Ensino médio de nível técnico completo em administração, contabilidade, secretariado, recursos humanos, gestão pública e áreas afins, com conhecimento em informática	R\$ 1.927,61
Assistente Social	01	30 h	Ensino superior no curso específico com inscrição no órgão de classe da região e conhecimento em informática	R\$ 3.121,50
Auxiliar Administrativo	01	40 h	Ensino médio completo com conhecimento em informática	R\$ 1.392,85
Educador Social	01	40 h	Ensino técnico de nível médio ou médio com habilitações específicas, magistério e conhecimento em informática	R\$ 1.927,61
Enfermeiro	01	40 h	Ensino Superior no curso específico com inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática	R\$ 3.121,50
Fiscal do Procon	01	40 h	Ensino superior completo com conhecimento em informática	R\$ 3.121,50
Fiscal em Vigilância em Saúde	01	40 h	Ensino médio completo com Curso Técnico de Nível Médio na área e conhecimento em informática	R\$ 1.927,61
Médico Clínico Geral	01	40 h	Ensino superior no curso específico, com inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática	R\$11.491,10

Médico Generalista - ESF	01	40 h	Ensino superior no curso específico, com inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática	R\$11.491,10 + 22,22 Grat. Lei 1766/2007
Médico Pediatra	01	40 h	Ensino superior no curso específico com título de especialização na área de atuação, com inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática	R\$11.491,10
Médico Veterinário	01	40 h	Ensino superior no curso específico com inscrição no órgão de classe da região	R\$ 3.121,50
Motorista	01	40 h	Ensino médio completo com CNH categoria "D" ou "E"	R\$ 1.392,85
Pedagogo Social	01	40 h	Ensino superior completo e conhecimento básico em informática	R\$ 3.121,50
Psicólogo	01	40 h	Ensino superior no curso específico com inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática	R\$ 3.121,50
Técnico em Enfermagem	01	40 h	Ensino médio de nível técnico completo com inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática	R\$ 1.927,61

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA

CONTEÚDO COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA:

As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Ortografia, acentuação e pontuação. Sintaxe – Morfologia – Classes de Palavras – Manual de Redação da Presidência da República: CAPÍTULO I e II.

INFORMÁTICA:

Informática em Geral: conceitos. Periféricos de um Computador. Hardware. Software. Utilização e configurações básicas do Sistema Operacional Windows. Instalação, configuração e utilização: Word, Excel, Outlook e PowerPoint e suas respectivas versões posteriores. Noções de segurança para Internet. Noções básicas de navegação na Internet (Internet Explorer e Mozilla Firefox e suas respectivas versões posteriores, dentre outros. Correio Eletrônico. Sistemas de proteção antivírus e outros. Configuração e utilização de Impressoras e periférico. Extensões de arquivos; Conversores para PDF.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES:

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente.

CONTEÚDOS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR CARGO:

AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO

Lei 9503 de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro; Resolução nº 14 de 06/02/98, Resolução nº 43 de 21/05/98, Resolução nº 46 de 21/05/98, Resolução nº 87 de 04/05/99, Resolução nº 110 de 24/02/00, Resolução nº 136 de 02/04/02, Resolução nº 190 de 16/02/06, Resolução 203 de 29/09/06, Resolução nº 205 de 20/10/06, Resolução nº 228 de 02/03/07, Resolução nº 259 de 30/11/07, Resolução nº 277 de 28/05/08, Resolução nº 279 de 28/05/08. Lei Municipal nº 772, de 09 de dezembro de 2003.

AGENTE DE DEFESA CIVIL

Sistema Nacional de Defesa Civil; Departamento da Defesa Civil e suas responsabilidades, planos de contingência; Segurança e Saúde ocupacional; Noções de geologia, meteorologia e hidrologia (micro bacias, acidentes geográficos, escorregamentos, influência das chuvas, enchentes); Atitudes de Liderança; Desastres e riscos ambientais; Interpretação de plantas e acidentes geográficos, topografia, croquis, mapas; Tipos de solos e peculiaridade dos solos; Comunicação persuasiva; Introdução Informática, mapas/GPS para saber buscar no sistema; Esferas do poder, relacionamento intersetorial; Interpretação de leis, conhecimentos de legislação pública; Legislação ambiental; Gestão de conflitos; Recursos e Projetos dos Ministérios das Cidades, políticas públicas; Questões sociais, psicológicas (comportamental); Estruturas de contenção (gabião, muro, utilização dos recursos); Cidadania; Noções de planejamento das ações de defesa civil: prevenção, preparação, respostas aos desastres e reconstrução, conceitos, tipos e classificações de desastres; Educação ambiental; Prevenção de acidentes domésticos; Montagem e coordenação de abrigos; Noções de primeiros socorros, atendimento pré-hospitalar; busca terrestre, resgate veicular; salvamento em altura e aquático; prevenção e combate a incêndios; operações com produtos perigosos; Legislação de Trânsito. Atendimento ao público interno e externo, pessoalmente ou através do telefone; recebimento, orientação e encaminhamento das pessoas ao setor específico. Noções de Arquivo: organização de arquivos e protocolos; Recepção e despacho de documentos; Uso de equipamentos de escritório, outros conteúdos inerentes ao cargo. Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo. Redação de circulares, memorandos, ofícios, relatórios e demais correspondências, atendendo às exigências de padrões estéticos. Rotinas Administrativas. Sistemas de Comunicações Administrativas.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Administração Pública. Princípios e Poderes da Administração Pública. Atos Administrativos. Processo e procedimento administrativo. Licitações. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Servidores Públicos; Generalidades Administrativas e Contábeis. Conhecimentos Básicos sobre Licitações (Lei 8.666/93). Correspondência Oficial. Conhecimento de arquivo, redação administrativa, carta comercial, requerimento, circular, memorando, ofícios, telegrama. Correio eletrônico. Conhecimento das rotinas de expedição de correspondência. Manual de Redação da Presidência da República disponível em <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>. Noções gerais de relações humanas. Conhecimentos gerais das rotinas administrativas. Política de Recursos Humanos; Noções Básicas de Processos e Procedimentos Licitatórios; Noções de Gestão Pública; - Lei- Lei de Responsabilidade Fiscal; - Lei 8.666/93 Lei de Licitações; - Lei que instituiu a licitação na modalidade de pregão (Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002); - Planejamento Estratégico; Correspondência Oficial.

ASSISTENTE SOCIAL

Questão Social. Movimentos sociais. Terceiro Setor. Controle Social. Lei Federal N.º 8.662/93 (Lei que regulamenta a profissão do Assistente Social). Questão Social. Controle Social. Código de Ética Profissional do Assistente Social. As dimensões ético-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológicas do Serviço Social. Lei nº. 8.742/1993. Lei Orgânica da Assistência Social e suas alterações. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS 2005. Resolução CNAS nº. 109/2009 –Lei Maria da Penha. Lei nº. 8.212/1991 – Lei Orgânica da Seguridade Social: Títulos I, II e III. Cadastro Único - Decreto nº 6.135/07. NOB RH SUAS/2006. Lei nº 12010/09 - nova lei da adoção.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Administração Pública Municipal: Conceitos básicos sobre poder executivo e legislativo municipal; características e atribuições dos órgãos municipais. Impostos e taxas. Noções de administração pública. - Administração e ambiente de trabalho: Atendimento. Técnicas administrativas. Teorias de administração geral. Organograma, fluxograma. Arquivo e técnicas de arquivamento. Relações humanas no trabalho. Organização de reuniões e eventos. Rotinas e controles e administrativos, emissão de relatórios, desempenho, produtividade, qualidade. Organização do local de trabalho. Apresentação e atitude no ambiente de trabalho. - Comunicação oficial: atributos básicos, siglas e abreviaturas, formas de tratamento. Definição e finalidade dos seguintes atos de comunicação: ofício, memorando, decreto, edital, ata, carta, declaração, despacho, ordem de serviço, parecer, portaria, resolução, relatório, requerimento, atestado, decreto.

EDUCADOR SOCIAL

Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde -Princípios e diretrizes, controle social, Indicadores de saúde, legislação; protocolos SUS; Sistemas de informação em saúde; Modelos de atenção e cuidados em saúde; Vigilância em saúde; Epidemiologia; Pacto pela Saúde; Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias; Política Nacional de Humanização. Estatuto da criança e do adolescente – ECA; estatuto do idoso. Política Nacional de Assistência Social. Lei da Adoção Cidadania; democracia; rede social; direitos sociais; seguridade social; Proteção Social; Violência Social; Família; Políticas Públicas; Estado e Serviços Públicos. Conhecimento sobre: Relações Humanas; Participação popular e controle social nas políticas públicas e garantia de direitos; Trabalho com grupos; Sistema de Garantia de Direitos; O papel do Educador Social; Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na Política de Assistência Social; Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Concepção de convivência e fortalecimentos de vínculos. CRAS; Legislação Social: Constituição Federal de 1988.

ENFERMEIRO

Programa Nacional de Imunização: Tipos de vacinas, Composição, conservação□rede de frio, indicação e contraindicação, prazo de validade após abertura do frasco, doses e vias de administração), Planejamento, Organização e operacionalização de Campanhas, bloqueios e intensificações de vacinas. Administração e Gerência de Serviços de Saúde e de Enfermagem em Saúde Coletiva: Administração de medicação; esterilização de material; Consulta de enfermagem; procedimentos de enfermagem. Assistência Integral à Saúde da Criança: avaliação do crescimento e desenvolvimento, aleitamento materno, alimentação básica infantil, desnutrição, Controle de Doenças Diarreicas, infecções respiratórias agudas. Assistência integral à Saúde do Adolescente. Assistência Integral à Saúde da Mulher: Programa Nacional de Prevenção do Câncer de Mama Cérvico-Uterino. Assistência Integral à Saúde do Adulto e do Idoso: Assistência aos portadores de doenças Crônico Degenerativas Programa Nacional de atenção ao Diabético e ao Hipertenso. Assistência Integral à Saúde do Trabalhador: Legislação, Patologias. Assistência Integral à Saúde do Portador de Sofrimento Mental. Noções básicas de psicopatologia e psicofarmacologia. Assistência Integral à Saúde do Portador de Doenças Transmissíveis: Programa de prevenção e Assistência em Doenças Sexualmente Transmissíveis □ DST; AIDS. Epidemiologia: Indicadores de saúde; Legislação; patologias; Programa Nacional de Controle da Tuberculose e Programa Nacional de Controle da Hanseníase.

FISCAL DO PROCON

Contratos: disposições gerais; extinção; espécies. Responsabilidade civil. Conceito de produto. Conceito de serviço. Conhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo. Fiscalização o no mercado de consumo para controle de qualidade, de preço e consumo. Conhecimento da política nacional das obrigações do mercado de materiais e imateriais. Conhecimento da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Efeitos do ato jurídico: nulidade; atos ilícitos; abuso de direito; fraude a lei. Prescrição e decadência. Extinção das obrigações: pagamento - objeto e prova, lugar e tempo de pagamento; mora; compensação, novação, transação; direito de retenção. Funções do Fiscal. Lei Federal nº 8.078/1990 - Código de Defesa do consumidor. Redação de circulares, memorandos, ofícios, relatórios e demais correspondências, atendendo às exigências de padrões estéticos. Rotinas Administrativas. Sistemas de Comunicações Administrativas.

FISCAL EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Noções sobre Saneamento; Combate à poluição; Saneamento do meio; Saúde Pública: Conceito. Objetivos. Epidemiologia geral: processo de saúde/doença. Frequência e distribuição das principais doenças na população brasileira. Medidas gerais de profilaxia, controle, eliminação e erradicação das doenças. Vigilância Sanitária: Conceitos. Áreas de Abrangência. Instrumentos de ação de Vigilância Sanitária. Fiscalização de locais públicos e particulares quanto aos aspectos de higiene nos alimentos, bebidas e instalações físicas. Manipulação dos alimentos, embalagens e rotulagens, armazenamento e transporte do produto final. Abastecimento de água potável, destino dos resíduos e controle de pragas. Higienização e limpeza de máquinas e equipamentos. Lixo: separação, reciclagem, destino; RDC 216/04 da ANVISA; Portaria 326/97 da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Processo Saúde-Doença. Coeficientes avaliadores de saúde. Epidemiologia descritiva e metodologia epidemiológica. Endemia e epidemia. Sistema de Vigilância Epidemiológica e sua ação no controle de doenças. Doenças transmissíveis e modos de transmissão Saúde materno-infantil. Programas de imunização. Eficácia de vacinas. Saneamento do meio ambiente. Saúde e Nutrição. Biossegurança. Vigilância sanitária Sistema único de saúde. Atribuições da Vigilância Sanitária. Conceito: área de abrangência, instrumento de Atuação, o poder de polícia, emissão de autos e documentos legais, fiscalização e inspeção sanitária. Vistorias. Doenças Transmissíveis por alimentos; Noções sobre Intoxicação por Agrotóxicos; Alimento: manipulação, armazenamento e transporte; saúde do trabalhador; normas federais constituição brasileira de 1988; Normas estaduais e municipais. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde -Princípios e diretrizes, controle social, Indicadores de saúde, legislação; protocolos SUS; Sistemas de informação em saúde; Modelos de atenção e cuidados em saúde; Vigilância em saúde; Epidemiologia; Pacto pela Saúde; Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias; Política Nacional de Humanização. Estatuto da criança e do adolescente – ECA; estatuto do idoso; 1) Todo o conteúdo das indicações abaixo. 2) Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público. 3) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Redação de circulares, memorandos, ofícios, relatórios e demais correspondências, atendendo às exigências de padrões estéticos. Rotinas Administrativas. Sistemas de Comunicações Administrativas.

MÉDICO PEDIATRA**Medicina Geral:**

Anatomia. - Embriologia. - Fisiologia. - Genética. - Patologia. - Semiologia. - Farmacologia. - Toxicologia. - Epidemiologia Clínica. - Cuidados em Ambiente Hospitalar. - Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. - Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. - Doenças Alérgicas. - Doenças Dermatológicas. - Doenças do Aparelho Cardiovascular. - Doenças do Aparelho Digestivo. - Doenças do Aparelho Respiratório. - Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas

Medicina Específica:- Assistência ao recém-nascido de baixo peso. - Distúrbios metabólicos do recém-nascido. - Distúrbios respiratórios do recém-nascido. - Icterícia neonatal. - Infecções neonatais. - Lesões ao nascimento: asfixia neonatal, hemorragia intracraniana, luxações e fraturas. - Triagem neonatal: erros inatos do metabolismo. - Aleitamento materno. - Avaliação do crescimento e do desenvolvimento normais. - Imunizações. - Nutrição do lactente, da criança e do adolescente. -Prevenção de trauma. - Anemias. - Asma brônquica. - Constipação. - Convulsão. - Desidratação e terapia de reidratação oral. - Diarreias. - Distúrbios nutricionais. - Doenças infectocontagiosas. - Transplantes em pediatria: princípios básicos e doação de órgãos.

MÉDICO GENERALISTA - ESF

Cuidados gerais com o paciente em medicina interna; Noções básicas de urgência / emergência em pediatria. Doenças cardiovasculares: hipertensão arterial; cardiopatiasquêmica; insuficiência cardíaca; miocardiopatiase valvulopatias; arritmias cardíacas; Doenças pulmonares: infecções de vias aéreas superiores; pneumopatias agudas; insuficiênciariespiratória aguda asma brônquica e doença pulmonar obstrutiva crônica; emboliapulmonar; pneumonias e abscessos pulmonares; doença pulmonarintersticial; hipertensão pulmonar. Doenças gastrointestinais e hepáticas: úlcera péptica; doenças intestinais inflamatórias e parasitárias; diarreias agudas; coledite e colecistite; pancreatite; hepatites virais e hepatopatias tóxicas; insuficiência hepática crônica; abdômen agudo. Doenças renais: insuficiência renal aguda e crônica; glomerulonefrites; glomerulonefrite difusa aguda pós-estreptocócica; síndrome nefrótica; litíase renal. Doenças endócrinas: diabetes mellitus; hipotireoidismo e hipertireoidismo; tireoidite e nódulos tireoidianos; distúrbios das glândulas suprarrenais; distúrbios das glândulas paratireóides; Doenças reumáticas: artrite reumatóide; espondiloartropatias; colagenoses; gota. Doenças infecciosas e terapia antibiótica; antibioticoterapia em emergência pediátrica. Infecções bacterianas de pele e tecido celular subcutâneo. Meningites virais e bacterianas. Distúrbios hidroeletrólíticos e ácidos-básicos; desidratação; reidratação oral e parenteral. Exames complementares invasivos e não-invasivos de uso corriqueiro na prática clínica e pediátrica diária. Emergências clínicas. Psicologia médica. Farmacologia. Controle de Infecções Hospitalares. Medicina baseada em evidências. Profilaxia anti-rábica e antitetânica. Acidentes por animais peçonhentos. Intoxicações exógenas/agudas. Aspiração e ingestão de corpo estranho. Doenças exantemáticas na Infância. Doenças sexualmente transmissíveis. Estado de mal convulsivo. Acidente vascular encefálico. Polirradiculoneurites e polineurites. Doenças degenerativas e infecciosas do sistema nervoso central. Emergências psiquiátricas.

MÉDICO CLINICO GERAL

Atenção ao adulto no Programa de Saúde da Família. Urgências e emergências em clínicas. Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, clínica, tratamento e prevenção das doenças. Sistema cardiovascular: insuficiência cardíaca, insuficiência coronariana, arritmias cardíacas, doença reumática, aneurismas da aorta, insuficiência arterial periférica, trombozes venosas, hipertensão arterial, choque. Sistema neurológico: coma, cefaléias, epilepsia, acidente vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, encefalopatias. Sistema digestivo: neoplasias do sistema digestivo, gastrite e úlcera péptica, colicistopatias, diarreia aguda e crônica, pancreatite, hepatites, insuficiência hepática, parasitoses intestinais, doenças intestinais inflamatórias, doença diverticular de cólon, tumores de cólon. Sistemas endócrino e metabólico: hipovitaminoses, desnutrição, diabetes mellitus, hipotireoidismo, hipertireoidismo, doenças da hipófise e da adrenal. Sistema Hematológico: anemias hipocrônicas, macrocíticas e hemolíticas, anemia aplástica, leucopenia, púrpuras, distúrbios de coagulação, leucemias e linfomas, acidentes de transfusão. Doenças pulmonares e respiratórias: síndromes febris, gripe Influenza, insuficiência respiratória aguda e crônica, asma, sinusite, otite, amigdalite, doença pulmonar obstrutiva crônica, pneumonia, tuberculose, trombo-embolismo pulmonar, pneumopatia intersticial, neoplasias. Doenças renais: insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrólíticos e do sistema ácido base, nefrolitíase, infecções urinárias. Doenças reumatológicas: osteoartrose, doença reumatóide juvenil, gota, lúpus eritematoso sistêmico, artrite infecciosa, doenças do colágeno e degenerativas do sistema locomotor. Doenças psiquiátricas: alcoolismo, abstinência alcoólica, surtos psicóticos, pânico, depressão, ansiedade, demências, quadros reativos e drogadição. Doenças infecciosas e transmissíveis: dengue, febre dchikungunya, sarampo, varicela, rubéola, poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, raiva, febre tifóide, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose, leptospirose, malária, tracoma, estreptococcias, estafilococcias, doença meningocócica, infecções por anaeróbicos, toxoplasmose, víruses. Doenças dermatológicas: escabiose, pediculose, dermatofitoses, eczema, dermatite de contato, onicomicoses, infecções bacterianas. Doenças imunológicas: doença do soro, edema angioneurótico, urticária, anafiloxia. Doenças ginecológicas: doença inflamatória pélvica, câncer ginecológico, leucorreias, câncer de mama, intercorrentes no ciclo gravídico -puerperal. Disfunções sexuais. Intoxicações exógenas: medicamentos, domissanitários, agrotóxicos e pesticidas. Apoio matricial em serviços de saúde

MÉDICO VETERINÁRIO

Clinica medica e cirúrgica de animais, parasitologia, nutrição e sanidade. Práticas zootécnicas, ecologia, biologia, zoologia e clinica de animais silvestres. Noções de epidemiologia, vigilância sanitária e saúde pública. Execução, aplicações, e todo conteúdo relacionado às práticas de inseminação artificial. Conteúdos relativos a atividades fiscalização e inspeção de produtos de origem animal para a promoção da saúde pública.- Aspectos Gerais de Biossegurança, Epidemiologia e Análise de Risco.- Epidemiologia, etiologia, patogenia, patologia, prevenção, controle e diagnóstico das enfermidades de bovinos e bubalinos aplicadas ao Código Zoosanitário.- Epidemiologia, etiologia, patogenia, patologia, prevenção, controle e diagnóstico das enfermidades de aves aplicadas ao Código Zoosanitário.- Epidemiologia, etiologia, patogenia, patologia, prevenção, controle e diagnóstico das enfermidades de suínos aplicadas ao Código Zoosanitário.- Epidemiologia, etiologia, patogenia, patologia, prevenção, controle e diagnóstico das enfermidades de ovinos e caprinos aplicadas ao Código Zoosanitário.- Inspeção Sanitária e Industrial de produtos de Origem Animal.- Abate Humanitário e Bem Estar Animal.- Resíduos e Contaminantes: Microbiologia de Alimentos, Métodos Analíticos e Parâmetros de Qualidade - Microbiológica (Planos de Amostragem). Toxinfecções e Intoxicações Alimentares - Tecnologia de Produtos de Origem Animal e Padrões de Identidade e Qualidade de Produtos.

MOTORISTA

Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito.

PEDAGOGO SOCIAL

Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar –práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano.

PSICÓLOGO

Código de Ética Profissional do Psicólogo; Princípios e diretrizes do SUS; Humanização em serviços de saúde; Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; CREAS/SUAS Centro de Atenção Psicossocial – CAPS; Resoluções do Conselho Federal de Psicologia; Abordagens teóricas: cognitiva-comportamental, psicanálise, behaviorismo, gestalt-terapia, teoria sistêmica, humanista; Elaboração de documentos e registros psicológicos; psicopatologias; História da Psicologia; Métodos da Psicologia; Atenção, sensação, percepção, pensamento, memória, juízo, entre outros; O processo de aprendizagem segundo Piaget; Testes psicológicos; Transtornos de ansiedade, personalidade, humor, entre outros; Psicoterapia de grupo; Psicologia social e escolar; Saúde Mental; A Inteligência; A Motivação e a Aprendizagem; A Personalidade; Etiologia das Deficiências Mentais; Desordens da Personalidade; Deficiências Mentais; Desenvolvimento infantil; Psicoterapia Breve; Sistema de RH: conceitos e objetivos, desenvolvimento organizacional; Recrutamento de RH: conceito e execução; etapas do processo de recrutamento, fontes de recrutamento, previsão de recursos humanos; Seleção de pessoal: conceito, técnicas de seleção, entrevista de seleção, objetivos e tipos de entrevista; Testes de seleção: conceito e espécies; Treinamento de pessoal: conceito, importância e objetivos, levantamento das necessidades de treinamento, planejamento, organização, execução e avaliação do treinamento; Avaliação de desempenho: conceito e objetivos métodos de avaliação de desempenho, entrevistas nas avaliações de desempenho; Psicologia do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e emocional; Avaliações psicológicas: fundamentos das medidas psicológicas; qualidade de vida no trabalho.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Procedimentos: Curativos (Potencial de contaminação, Técnicas de curativos); Princípios da administração de medicamentos (terapêutica medicamentosa, noções de farmacoterapia); Escuta ativa; Biossegurança nas ações em saúde; Preparação e acompanhamento do cliente na realização de exame diagnóstico; Sinais vitais e medidas antropométricas; Controle Hídrico e Diurese; Técnica de higiene, conforto e segurança do cliente. Posições para exames; Limpeza e preparo da unidade do paciente; Procedimentos de enfermagem na admissão, alta, transferência e óbito. Cuidados de enfermagem a clientes/pacientes nas diversas etapas do tratamento cirúrgico: pré/trans e pós-operatórios das cirurgias gerais; Emergências; Anotações de enfermagem. Saúde da Mulher – Planejamento familiar, gestação (pré- natal), parto e puerpério, prevenção do câncer de colo e mamas; Assistência de enfermagem no atendimento ginecológico; Saúde Materno-Infantil: Assistência de Enfermagem no Pré-Parto, Parto e Puerpério e nas Emergências Obstétricas E Assistência de Enfermagem em Pediatria; Amamentação; Complicações e doenças decorrentes da gravidez.

ANEXO III**DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	
NOME DO CANDIDATO:	
CPF:	
RG:	
CARGO PRETENDIDO:	

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.2 "d" do Edital nº _____ do município _____ para que surta os efeitos legais que:

- 1 - A necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;
- 2 - Fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Informo, ainda, as condições de que necessito para realização das provas:

_____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Candidato

ANEXO IV**ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO
Auxiliar Administrativo Receber os diversos tipos de documentos do setor, distribuindo-os, a fim de agilizar o andamento dos trabalhos; - Protocolar a entrada e saída dos documentos do setor, garantindo o controle do manuseio dos mesmos; - Efetuar diversos serviços administrativos, digitando e arquivando documentos, preenchendo relatórios e formulários com a finalidade de consulta e de controle; - Providenciar requisição de materiais e encaminhar ao devido setor, para que sejam adquiridos; - Atualizar os fichários e arquivos, classificando os documentos, controlando a entrada e saída de expedientes e processos visando manter atualizado o fluxo de documentação do setor; - Elaborar relatórios, minutas e memorandos, redigindo e digitando; - Manter organizados e atualizados fichários e outros, classificando documentos em ordem alfabética ou outro sistema para possibilitar controle dos mesmos; - Efetuar cálculos simples e conferências numéricas; - Operar equipamentos diversos, como máquinas calculadoras, microcomputadores, fax e outros; - Emitir listagens e relatórios; - Atender pessoas e chamadas telefônicas, anotando ou enviando recados; - Atender público interno e externo; - Localizar documentos em arquivos; - Auxiliar na conferência de dados; - Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; - Efetuar pesquisa de preços; - Auxiliar na organização de eventos/reuniões e outros; - Controlar a vigência e o cumprimento de contratos; - Analisar e conferir o cadastramento de imóveis do Município, assim como conferir plantas, posturas, e outros, com vistas ao lançamento de tributos; - Efetuar cálculos de ISS, IPTU, e outros tributos para recolhimento do Município; - Expedir certidões de dívidas ativa de contribuintes com o Município, preenchendo ordens jurídicas e/ou citações para solucionar a situação dos devedores; - Auxiliar as compras solicitadas pelo almoxarifado para suprir todos os departamentos; - Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; - Executar outras atividades compatíveis com a função;

Assistente Administrativo

Assistir o superior nos serviços técnicos e administrativos de seu setor para auxiliar no desenvolvimento do mesmo; - Receber documentos, expedientes e processos, analisando-os, redigindo pareceres, despachos, informações e ofícios para assinatura do superior, a fim de dar andamento aos mesmos; - Elaborar e digitar atos administrativos como portarias, circulares, editais e outros, visando torná-los de conhecimento público; - Executar serviços administrativos nas áreas de pessoal, finanças, compras, saúde, educação, controles e outros inerentes ao setor; - Controlar prazos ou datas de vencimento de documentos, contratos e outros; - Prestar informações via telefone e/ou pessoalmente, com o intuito de transmitir aos interessados, normas, procedimentos e condutas inerentes ao setor; - Acompanhar e/ou participar de reuniões, emitindo, quando necessário, pareceres técnicos e administrativos, elaborar atas, objetivando atender solicitação superior; - Participar de comissões de qualidade, de segurança, de licitações, disciplinares e outras inerentes à atividade administrativa; - Elaborar em computador planilhas, relatórios e demais rotinas do setor; - Efetuar cálculos, conferências e emissão de documentos; - Informar processos administrativos; - Alimentar banco de dados em computadores; - Arquivar e organizar documentos; - Atender ao público; - Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; - Executar outras atividades compatíveis com a função.

Pedagogo Social

Atuar, enquanto socioeducador qualificado, no estímulo, motivação, mediação e monitoria das ações socioeducativas de assistência social intergeracionais e interdisciplinares de ensino e aprendizagem que promovam: o desenvolvimento de potencialidades e aquisições cognitivas educativas, socioculturais e laborais; o desenvolvimento cognitivo das condições de socialização e pleno exercício da cidadania; e, na efetivação, fortalecimento, reforço e reconstrução dos vínculos de escolaridade formal; - Atuar enquanto socioeducador na capacitação e desenvolvimento de potencialidades dos usuários; - Integrar equipe multiprofissional, atuando na condução das ações e processos socioassistenciais de natureza educacionais/socioeducacionais em geral e nas de execução e atendimento no cumprimento de medidas socioeducativas. - Atua, junto a educandos/socioeducandos, educadores/socioeducadores e famílias/pais ou responsáveis no tocante a orientação, assessoria, consultoria e outros atendimentos relativos à qualificação e desenvolvimento de habilidades didático-pedagógicas para o ensino e a condução prática educativa/ socioeducativa dos processos formativo-educativos, em especial o socioeducativo na comunidade, assim como nas questões de dificuldade de aprendizagem e estimulação pedagógica para a aprendizagem; - Atuar na promoção de ações e processos socioeducativos com vistas a garantir aquisições progressivas ao usuário de acordo com seu ciclo de vida, ampliação de trocas e vivências culturais; incentivo a socialização; a convivência comunitária; a responsabilidade sociocomunitária e a consciência da cidadania e seu pleno exercício; o desenvolvimento do sentimento de pertença e de identidade; ampliação de repertório de informações e conhecimentos; com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para prevenção ou enfrentamento das condições e riscos de vulnerabilidade pessoal, social e econômica; - Atuar na defesa, proteção, promoção e garantia a todos os indivíduos do acesso à educação em toda sua plenitude enquanto direito social integrante dos direitos fundamentais da cidadania e em especial da criança e do adolescente; - Atuar na articulação entre as ações socioassistenciais da Política Pública da Seguridade Social/ Assistência Social com as ações da Política Pública de Educação e o Sistema Nacional de Ensino (federal; estaduais e municipais). (Redação acrescida pela Lei nº 3589/2015)

Educador Social

Desenvolver atividades socioeducativas, de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família; - desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, (re)construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais; - assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social; - apoiar e desenvolver atividades de abordagem social e busca ativa; - atuar na recepção dos usuários possibilitando ambiência acolhedora; - apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações; - apoiar e participar no planejamento das ações; - organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade; - acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades; - apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e, ou, na comunidade; - apoiar no processo de mobilização e campanhas interseoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e, ou, pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das Unidades socioassistenciais; - apoiar na elaboração e distribuição de materiais de divulgação das ações; - apoiar os demais membros da equipe de referência em todas etapas do processo de trabalho; - apoiar na elaboração de registros das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e, ou, familiar; o) apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais; - apoiar no acompanhamento dos encaminhamentos realizados; - apoiar na articulação com a rede de serviços socioassistenciais e políticas públicas; - participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; - desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; - apoiar na identificação e acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades; - informar, sensibilizar e encaminhar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acesso e participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra; - acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários nos cursos por meio de registros periódicos; - apoiar no desenvolvimento dos mapas de oportunidades e demandas.

Agente de Defesa Civil

Executar as ações de defesa civil, em diversas atividades, atuando nos eventos danosos e nas situações de calamidade; - Aplicar as medidas necessárias de socorro, assistenciais e recuperativas; - Executar atividades de apoio ao Corpo de Bombeiros, notadamente nas ações de incêndio em mato, de salvamento, enchentes e demais consequências de precipitações pluviométricas ou distúrbios meteorológicos acentuados e ainda de preservação de locais atingidos por eventos danosos; - Efetuar atendimento ao público, presencial, via telefone ou por meios eletrônicos; - Dirigir as viaturas da Defesa Civil;

Psicólogo

Dar assistência psicológica; - Elaborar e aplicar técnicas psicológicas para determinar as características afetivas, intelectuais, sensoriais e motoras, avaliando todos os fatores, a fim de elaborar psicodiagnósticos; - Discutir com os demais profissionais da equipe os casos detectados, analisando os dados e a origem dos problemas apresentados, para definir linhas de trabalho com objetivo de restabelecer os padrões normais de comportamento e relacionamento humano; - Promover técnicas apropriadas com o objetivo de desenvolver intelectual, social e emocionalmente os alunos especiais; - Estudar sistemas de motivação da aprendizagem, métodos de treinamento, ensino e avaliação, baseando-se no conhecimento dos processos de aprendizagem, da natureza e causa das diferenças individuais, para solucionar as deficiências existentes; - Participar da elaboração de projetos na sua área de trabalho, visando atender demandas existentes; - Orientar funcionários e/ou familiares sobre as dificuldades apresentadas pela população alvo de seu trabalho, procurando melhorar e desenvolver as relações interpessoais e proteger a saúde mental; - Realizar entrevistas psicológicas com o objetivo de remanejamento de servidores; - Elaborar e implantar programas e projetos de treinamento de desenvolvimento de pessoal; - Aplicar métodos e técnicas da psicologia do trabalho, para possibilitar o ajustamento do servidor no trabalho; - Prestar assistência psicológica nas unidades de ensino municipal, fornecendo subsídios técnicos para orientação do processo ensino-aprendizagem; - Orientar e assistir aos professores e/ou servidores, quando a sua postura diante das crianças com problemas emocionais e /ou psicomotores; - Participar de estudos de técnicas psicoterápicas alternativas; - Assessorar tecnicamente as diversas áreas da municipalidade em questões psicológicas; - Realizar estudos psicológicos de interesse dos diversos órgãos da municipalidade; - Participar de Estudos de Técnicas Grupais; - Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; - Executar outras atividades compatíveis com a função.

Assistente Social

Atender à comunidade, orientando quanto aos recursos existentes no Município, encaminhando quando necessários aos órgãos competentes, visando solução; - Dar atendimento à criança e/ou adolescente, estudando os casos de adoção, promovendo atividades que dinamizem seu desenvolvimento sadio nas áreas de lazer, cultura e educação de base, profissionalização, saúde social e psicológica, com acompanhamento também da família; - Participar de reuniões, seminários e treinamentos, buscando aprimorar conhecimentos e subsídios para o atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco e considerados carentes; - Identificar, atender e proceder ao diagnóstico do atendimento ao migrante, mendigo e itinerante, buscando orientá-los e encaminhá-los aos recursos existentes no município, bem como para atividades comunitárias, buscando sua sociabilidade; - Assistir tecnicamente as Entidades Sociais, buscando adequar os recursos existentes para um atendimento mais global às necessidades de seus usuários; - Acompanhar os moradores de áreas habitacionais do município visando a sociabilização, educação de base e atendimento de suas necessidades básicas; - Elaborar diagnósticos dos problemas sociais do Município para propor políticas públicas e planos de atuação; - Manter atendimento com outros setores do município, com a comunidade e com órgãos assistenciais para ampliar os serviços prestados; - Desenvolver atividades em unidades de saúde, orientando e dando encaminhamento correto aos usuários; - Encaminhar enfermos a estabelecimentos de beneficência e hospitais; - Orientar e executar a seleção sócio-econômica para concessão de auxílios do Município; - Planejar e executar levantamentos, estudos e análises das características e dados da população a ser atendida, dos recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos disponíveis; - Realizar entrevista preliminar para triagem; - Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sócio-econômicos para efeitos de concessão de benefícios definidos na legislação; - Elaborar e analisar relatórios de atendimento; - Realizar estudos visando a implantação de Programas de bem estar social, saúde e lazer, para empregados e comunidade através da organização e desenvolvimento de eventos e trabalhos com Grupos de Terceira Idade e outros; - Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; - Executar outras atividades compatíveis com a função.

Motorista

Conduzir veículos de passeio, peruas, ambulâncias, acionando os comandos necessários, respeitando as sinalizações de trânsito, transportando passageiros, funcionários, doentes, malotes, materiais e outros objetos, percorrendo locais pré-estabelecidos, anotando quilometragem e os locais visitados, visando cumprir solicitação superior; - Conduzir veículos de passeio, peruas e/ou ambulância, transportando passageiros, conduzindo-os a locais determinados, auxiliar na remoção de doentes; - Zelar pelo veículo verificando nível de óleo, estado dos pneus, abastecendo-o de combustível, testando seu sistema elétrico e mecânico, informando o superior imediato, sobre defeitos constatados a fim de providenciar a devida manutenção; - Verificar calibragem de pneus, chave de roda, triângulo, suspensor hidráulico (macaco hidráulico), socorro, cinto de segurança, pisca alerta, seta, luz alta e baixa, luz de freio, luz de ré, luz estacionária, limpador de pára-brisa, buzina, combustível, nível de óleo de freios, fitas, pastilhas em geral, amortecedores; - Executar serviço de transporte de materiais diversos, levando-os para carregar e descarregar em locais determinados a fim de atender determinações superiores; - Cuidar durante o serviço de carregamento e descarregamento dos veículos, da preservação e segurança da carga, para evitar desperdícios e perda das mesmas; - Dirigir ônibus por diferentes percursos na cidade, transportando passageiros, observando as normas de trânsito, para manter a segurança dos mesmos; - Guiar os ônibus por percurso programado, respeitando todas as leis de trânsito e parando nos pontos para subida e descida de passageiros; - Verificar IPVA, seguro, placas dianteiras e traseiras e lacre; - Verificar calibragem de pneus, chave de roda, triângulo, suspensor hidráulico (macaco hidráulico), socorro, cinto de segurança, tacógrafo, pisca alerta, seta, luz alta e baixa, luz de freio, luz de ré, luz estacionária, limpador de pára-brisa, buzina, combustível, nível de óleo de freios, sistemas de frenagem em geral, amortecedores; - Observar as aparências internas e externas dos veículos e zelar pela conservação; - Anotar no relatório diário de uso do veículo, a hora da partida, percurso, os passageiros, a hora de retorno à sede e demais ocorrências, exigidas em normas da administração; - Participar e executar serviços de plantão e outras tarefas inerentes ao cargo; - Obedecer às normas de trânsito, observando sinais, a fim de manter a segurança dos passageiros e das cargas; - Solicitar reparos e consertos nos defeitos dos veículos, encaminhando relatórios para o setor de manutenção mecânica com vistas à preservação dos mesmos; - Obedecer sempre às leis e normas do trânsito; - Respeitar pedestres, ciclistas e motoqueiros; - Respeitar vias preferenciais, semáforos; - Respeitar faixas contínuas em pontes, viadutos, lombadas, curvas, trevos e outros; - Dirigir corretamente não forçando ultrapassagem nem obstruindo a passagem de outros veículos, nem fazendo manobras perigosas colocando em risco outras pessoas ou mesmo outros veículos; - Pagar as multas obtidas na condução do veículo; - Recolher o veículo após a jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem; - Zelar pela guarda dos veículos e equipamentos de trabalho; - Executar outras atividades compatíveis com a função.

Agente de Autoridade de Trânsito

Fiscalizar e controlar a circulação de veículos e pedestres nas vias públicas municipais; - Orientar os munícipes quanto ao cumprimento da legislação de trânsito; - Participar das ações de educação para o trânsito conforme programas criados, desenvolvidos e/ou adotados pelo Município; - Cumprir e fazer cumprir as normas constantes da legislação de trânsito federal, estadual e municipal, autuando e aplicando as medidas administrativas cabíveis aos infratores; - Lavrar os documentos correlatos ao exercício da função desempenhada em observância aos preceitos regulamentares inerentes; - Auxiliar na conservação e implantação de equipamento e sinalização de trânsito; - Outras que lhe sejam impostas através de regulamentação especial do cargo e a natureza da função desempenhada; - Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; - Executar outras atividades compatíveis com a função.

Fiscal do Procon

Executar tarefas de fiscalização para o cumprimento do Código de Defesa do Consumidor; - Elaborar planos de ação, pareceres, recursos e outros esclarecimentos quando solicitado pelos superiores e ou consumidores; - Examinar documentos fiscais, livros comerciais e de estoque e promover exames contábeis para apuração de infração contra o consumidor; - Efetuar diligências no atendimento de reclamações formuladas pelos consumidores, entre outras; - Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; e - Executar outras atividades compatíveis com a função.

Médico Pediatra

Prestar assistência médica específica às crianças até a adolescência, examinando-as e prescrevendo cuidados pediátricos ou tratamentos para avaliar e recuperar sua saúde; - Examinar a criança auscultando-a executando palpções e percussões, por meio de estetoscópio e de outros aparelhos específicos, para verificar a presença de anomalias e malformações congênitas do recém-nascido, avaliar-lhe as condições de saúde estabelecer diagnóstico; - Avaliar o estágio de crescimento e desenvolvimento da criança, comparando-o com padrões normais, para orientar a alimentação, indicar exercícios, vacinação e outros cuidados; - Estabelecer o plano médico-terapêutico-profilático, prescrevendo medicação, tratamento e dietas especiais, para solucionar carências alimentares, anorexias desidratação, infecções, parasitoses e prevenir a tuberculose, tétano, difteria, coqueluche e outras doenças; - Tratar lesões, doenças ou alterações orgânicas infantis, indicando ou realizando cirurgias, prescrevendo pré-operatório e acompanhando o pós-operatório, para possibilitar a recuperação da saúde; - Participar do planejamento, execução e avaliação de planos, programas e projetos de saúde pública, enfocando os aspectos de sua especialidade, para cooperar na promoção, proteção e recuperação da saúde física e mental das crianças; - Participar de juntas médicas, verificando condições de saúde, emitindo laudos e atestados; - Manter registro dos usuários examinados anotando conclusão de diagnóstico, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientações adequadas; - Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; - Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57; - Executar outras atividades compatíveis com a função.

Médico Veterinário

Tratar animais lesados ou doentes, realizando tratamento clínico e cirúrgico; - Diagnosticar doenças e anomalias em produtos de origem animal; - Orientar a população quanto à prevenção e controle de moléstias infecto-contagiosas e parasitárias de animais, através de difusão e aplicação de métodos profiláticos e terapêuticos; - Elaborar relatórios e emitir pareceres técnicos referentes à sua especialidade; - Prestar assessoramento quanto às necessidades de alimentação e habitat de animais e demais espécies zoológicas; - Pesquisar e orientar a preservação da fauna; - Elaborar e supervisionar programas de defesa sanitária; - Efetuar o controle sanitário de produtos de origem animal em indústrias e locais de comércio; - Elaborar receiptuários e executar a aplicação sanitária animal, através de vistas e orientação à criadores pecuaristas; - Efetuar palestras e treinamentos de orientação à comunidade; - Acompanhar e auxiliar o Serviço de Agricultura e Agropecuária em projetos de incentivo à produção animal; - Realizar trabalhos nas áreas de ginecologia, obstetrícia, andrologia e inseminação artificial em animais; - Realizar estudos e aplicar medidas de saúde no tocante a doenças de animais transmissíveis à comunidade; - Assumir a responsabilidade técnica e orientar os produtores quanto a preparação de rações para animais e sua fiscalização; - Formular planos estatísticos e econômicos sobre produção agropecuária do Município; - Usar EPI; - Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; - Executar outras atividades compatíveis com a função.

Enfermeiro

Prestar cuidados diretos de enfermagem a pacientes com risco de vida; - Realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever e transcrever medicações conforme protocolo estabelecido nos programas do ministério da saúde e as disposições legais da profissão; - Aplicar vacinas, injeções, medicações, oxigenioterapia, coleta de preventivo, realizar curativos e outros tipos de tratamento para atender indicações médicas ou de enfermagem; - Executar ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida da criança, do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso; - Planejar, coordenar, executar, avaliar e auditar as ações de saúde; - Organizar e coordenar a criação de grupos de educação em saúde e de patologias específicas; - Preparar paciente para pequenas intervenções cirúrgicas e atuar durante sua realização, como instrumentador, auxiliando o médico; - Organizar os serviços de enfermagem em Unidades de Saúde e Programas de Assistência à Saúde, controlando as escalas de serviço diário, para organizar as atividades internas e externas; - Atuar em programas de saúde, educação sanitária e atendimento domiciliar; - Executar ações de prevenção e controle das doenças transmissíveis, realizando notificação e busca ativa, nos programas de vigilância epidemiológica e sanitária; - Participar na operacionalização do sistema de referência e contra-referência do pacientes nos diferentes níveis de atenção à saúde; - Supervisionar e avaliar sistematicamente os registros e anotações das atividades realizadas pelo pessoal de enfermagem visando o controle das mesmas; - Realizar registros das informações em formulários ou sistemas específicos referentes aos programas nas diferentes áreas da saúde pública; - Supervisionar e coordenar diretamente as atividades desenvolvidas pelos agentes comunitários de saúde, solicitar o cumprimento de carga horária, realização de visitas domiciliares e preenchimento correto de formulários; - Participação em projetos de construção ou reforma de unidades de saúde; - Assegurar condições adequadas de limpeza, preparo, esterilização, manuseio e acondicionamento do material a ser utilizado nas diversas unidades de saúde; - Coordenar e participar de campanhas de prevenção em saúde, tais como: vacinação, câncer de colo uterino e de mama e outras; - Participar, juntamente com a equipe da unidade, do planejamento e assistência de saúde da população de acordo com as diretrizes gerais; - Periodicamente verificar as condições de organização e prazo de validade de soros, vacinas, medicamentos e materiais; - Realizar estudos operacionais e situacionais da área de saúde coletiva, visando ações para melhoria de políticas públicas; - Supervisionar e coordenar ações para a capacitação dos agentes comunitários de saúde; - Participar nos programas de treinamento e aprimoramento do pessoal de saúde, particularmente nos programas de educação continuada; - Promover a qualidade de vida e contribuir para que o meio ambiente torne-se mais saudável; - Participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem; - Participar dos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais; - Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem; - Usar EPI; - Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; - Executar outras atividades compatíveis com a função.

Técnico em Enfermagem

Possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, excetuadas aquelas privativas do ocupante do cargo de Enfermeiro; - Concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde; - Promover a divulgação do Programa de Proteção à Saúde da Mulher, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando, ainda, orientações quanto ao planejamento familiar; - Administrar medicamentos mediante prescrição médica; - Participar de vacinações suas programações; - Fazer coleta de material para exames, quando indicado; - Fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; - Desenvolver atividades de pré e pós-consulta médica; - Participar de atividades de saúde a nível comunitário; - Fazer a previsão e vistoriar o equipamento de assistência de enfermagem; - Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município; - Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem; - Colaborar quando indicado no Programa Saúde na Família - PSF; - Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; - Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; - Executar outras atividades correlatas. - Controlar a distribuição de medicamento; - Usar EPI; - Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; - Executar demais atividades compatíveis com a função.

Fiscal em Vigilância em Saúde

Desenvolve ações de inspeção e fiscalização sanitárias. Aplica normatização relacionada a produtos, processos, ambientes, inclusive do trabalho, e serviços de interesse da saúde. Investiga, monitora e avalia riscos e os determinantes dos agravos e danos à saúde e ao meio ambiente. Compõe equipes multidisciplinares de planejamento, execução e avaliação do processo de vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador. Atua no controle do fluxo de pessoas, animais, plantas e produtos em portos, aeroportos e fronteiras. Desenvolve ações de controle e monitoramento de doenças, endemias e de vetores. - Atender os munícipes, prestando-lhes informações e/ou recebendo as queixas referentes à saúde pública;- Conhecer, observar e manter-se atualizado quando à legislação pertinente à sua área de atuação;- Vistoriar os mananciais de água, orientando para sua preservação e/ou recuperação;- Inspeccionar e fiscalizar as instalações e o funcionamento de ambientes e locais de lazer, de ambientes e locais de trabalho, no que diz respeito ao cumprimento das normas relativas à saúde pública;- Coletar dados em visitas domiciliares e consolidá-los, a fim de obter informações sobre a saúde da população;- Notificar casos suspeitos ou confirmados de doenças de notificação compulsória e orientar os pacientes sobre condutas;- Notificar, intimar, autuar, multar e embargar atividades que contrariem a legislação sanitária do Município;- Participar de programas, projetos e campanhas relacionados ao saneamento e meio-ambiente, colaborando para a divulgação de conhecimentos à população;- Fiscalizar o cumprimento das posturas municipais;- Elaborar relatórios das atividades realizadas;- Esclarecer a população sobre as causas das doenças mais comuns em sua área de atuação;- Levantar focos e ampliar medidas de controle de artrópodes nocivos, roedores e moluscos incômodos à saúde, para prevenir e/ou combater agravos à saúde pública;- Desenvolver ações educativas nas atividades realizadas, utilizando material de apoio;- Conhecer os recursos assistenciais existentes na sua área;- Elaborar boletins de visitas domiciliares, baseando-se nas atividades executadas, para permitir levantamentos estatísticos e análises;- Zelar pela guarda e conservação dos materiais, equipamentos e veículos utilizados;- Utilizar EPI;- Executar outras atividades compatíveis com a função.

Médico Clínico Geral

Avaliar o paciente como um todo, efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva e terapêutica para promover a saúde e bem estar do paciente.- Avaliar o paciente como um todo, para a realização de um diagnóstico acurado e para a indicação do melhor tratamento;- Orientar as pessoas sobre prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças;- Requisitar e interpretar exames complementares para elucidação do diagnóstico;- Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como, cuidados a serem observados, para conservar ou restabelecer a saúde do paciente;- Possibilitar o acesso da comunidade aos serviços médicos assistenciais, através da prestação de atendimento a consultas nas áreas de clínica geral;- Dar plantões em unidades próprias de saúde, atendendo urgência/emergência;- Agilizar a divulgação de conhecimento da área médica, juntamente com a comunidade através da participação em atividades educacionais e recreativas;- Participar de juntas médicas, verificando condições de saúde, emitindo laudos e atestados;- Manter registro dos usuários examinados com anamnese, exame físico, exames complementares (quando houver), conclusão de diagnóstico e tratamento, e outras informações que considerar necessárias, em caráter sigiloso;- Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;- Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no regulamento a que se refere à lei Federal nº 3268/57;- Executar outras atividades compatíveis com a função.

Médico Generalista - ESF

O Médico que compõe a equipe do PSF deverá desenvolver suas atividades junto à população de sua área atendendo suas famílias em todas as fases do ciclo de vida. Atender de forma preventiva e curativa à população, dentro de sua área de formação, nas unidades de saúde do Município. Atender de forma preventiva e curativa à população, dentro de sua área de formação, com encaminhamento aos especialistas da área, nas unidades de atuação do PSF no Município.- Participar do Processo de territorialização;- Participar da elaboração do diagnóstico epidemiológico e social do território, elaborado pela UBS;

- Prestar assistência integral aos indivíduos e respectivas famílias sob sua responsabilidade em todas as fases do ciclo de vida;
- Realizar consultas, fazer diagnósticos e tratamentos das famílias, acompanhando-as na referência para outros serviços quando possível;- Realizar procedimentos ambulatoriais;- Realizar atendimento de urgência e emergência, dentro da resolatividade esperada para o nível local, referenciando quando necessário;- Conhecer o sistema de referência e contra referência;
- Atestar óbito de pacientes em acompanhamento pela equipe dentro do horário de trabalho;- Avaliar os resultados de exames para estabelecimento de conduta;- Planejar e realizar visitas domiciliares;- Participar do atendimento e organização da demanda espontânea da área de abrangência da UBS em que atua;- Valorizar a relação médico-paciente e médico-família como parte de um processo terapêutico e de confiança;- Propiciar os contatos com indivíduos sadios ou doentes, visando abordar aspectos preventivos e de educação em saúde;- Executar ações básicas de vigilância epidemiológica e sanitária em sua área de abrangência;- Planejar e executar ações educativas;- Planejar e acompanhar com o gerente e o enfermeiro o trabalho do ACS;- Participar das reuniões diárias com a equipe;- Preencher registros de produção de suas atividades, bem como efetuar a análise dos mesmos;- Participar das análises dos dados de produção da equipe;- Ajudar na organização das UBS's, desde as rotinas do tratamento até a gerência dos insumos, equipamentos, medicamentos e etc;- Participar do processo de formação, capacitação e educação permanente, junto às equipes nucleares e demais profissionais da rede do sistema municipal de saúde e outros setores do governo local;- Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;- Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57;- Executar outras atividades compatíveis com a função.

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 74/2016**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Locação de imóvel (edificado com um apartamento em alvenaria, tipo kitinete), situado no Bairro Serra Alta, para pagamento de aluguel social em caráter de emergência para abrigar a família da Sra. Lourdes de Góes, em virtude de vulnerabilidade social da referida família, conforme Processo Autos nº 0007031.34.2012.8.24.0058, pelo período de abril a agosto de 2016.

II – Contratado: Rosangela Eiselt Konopka.

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: A dispensa de licitação para a referida locação se funda no inciso X do Art. 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

a) O aluguel social é um benefício garantido por Lei para famílias que se enquadrem nos critérios apresentados na Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social), para que possam garantir moradia digna a seus familiares; onde, a família da Sra. Lourdes de Góes, possui determinação judicial do Ministério Público através dos Autos nº 0007031.34.2012.8.24.0058, após passar por avaliação da Secretaria de Assistência Social através da Assistente Social, conforme parecer anexo, foi julgada em situação de vulnerabilidade e com diversas limitações financeiras, estruturais e emocionais, sendo a família apta a receber o referido benefício por 05 (cinco) meses.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A contratada, Rosangela Eiselt Konopka, foi quem ofereceu um dos melhores imóveis naquele bairro

e que melhor se adequou às necessidades da família, pelos motivos acima elencados.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado para a locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel. Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

MARISA DO AMARAL

Secretária Interina de Assistência Social

LISTAGEM PORTARIAS Nº 04/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 11542, de 12 de abril de 2016. Conclusão de Estágio Probatório, período 01/04/2013 a 07/04/2016. Sergio Wolff. Assistente Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 11546, de 12 de abril de 2016. Concede Auxílio Doença INSS, período 01/03/2016 a 16/03/2016. Jaqueline Benoit. Chefe de Setor do Centro de Referência em Assistência Social. SEMAS.

Portaria nº 11547, de 12 de abril de 2016. Concede Auxílio Doença INSS, período de 26/03/2016 a 06/04/2016. Joanita Kobczinski Leithold. Coordenador de Serviços de Protocolo. SECAD.

Portaria nº 11548, de 12 de abril de 2016. Concede Auxílio Doença INSS, período de 17/02/2016 a 10/04/2016. Rosane Aparecida Ropke. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 11549, de 12 de abril de 2016. Concede Licença Maternidade, período de 07/03/2016 a 04/07/2016. Marcelina Fary. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 11550, de 12 de abril de 2016. Prorroga Licença Maternidade, período de 05/07/2016 a 02/09/2016, conforme Processo nº 1832/2016. Marcelina Fary. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 11551, de 12 de abril de 2016. Concede Férias, período 25/04/2016 a 24/05/2016, referente 2015/2016. Marlete Teixeira da Silva. Auxiliar de Operações. SEMOB.

Portaria nº 11552, de 12 de abril de 2016. Concede Férias, período 04/04/2016 a 03/05/2016, referente 2015/2016. Rosalina Telma Zingowski. Instrutor de Recrância. SEMAS.

Portaria nº 11553, de 12 de abril de 2016. Concede Férias, período 25/04/2016 a 24/05/2016, referente 2015/2016. Scheila Santana. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 11554, de 12 de abril de 2016. Concede Férias, período de 14/03/2016 a 12/04/2016, referente 2015/2016. Terezinha de Oliveira. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 11555, de 12 de abril de 2016. Concede Férias, período de 26/04/2016 a 25/05/2016, referente 2015/2016. Thais Rodrigues Zanatta. Médico Ginecologista/Obstetra. SEMUS.

Portaria nº 11556, de 12 de abril de 2016. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, período de 04/03/2016 a 02/05/2016, conforme Processo nº 1627/2016. Leila Mara de Oliveira Jeller. Assistente administrativo. SECAD.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK, Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11536/2016

PORTARIA Nº 11536, DE 12 DE ABRIL DE 2016

Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com art. 163, da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante Especial do Processo Administrativo Disciplinar nº 6544/2015, em desfavor da servidora V.B.G., instaurado por meio da Portaria nº 10968, de 16 de fevereiro de 2016.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de mais 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11537/2016

PORTARIA Nº 11537, DE 12 DE ABRIL DE 2016

Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
de conformidade com art. 163, da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante Especial do Processo Administrativo Disciplinar nº 7152/2015, em desfavor do servidor J.D.A.F., instaurado por meio da Portaria nº 10964, de 16 de fevereiro de 2016.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de mais 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11538/2016

PORTARIA Nº 11538, DE 12 DE ABRIL DE 2016

Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
de conformidade com art. 163, da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante Especial do Processo Administrativo Disciplinar nº 499/2016, em desfavor da servidora A.M.B.C., instaurado por meio da Portaria nº 10961, de 16 de fevereiro de 2016.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de mais 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11539/2016

PORTARIA Nº 11539, DE 12 DE ABRIL DE 2016
Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
de conformidade com art. 163, da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante Especial do Processo Administrativo Disciplinar nº 686/2016, em desfavor da servidora L.A.M.M., instaurado por meio da Portaria nº 10965, de 16 de fevereiro de 2016.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de mais 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de abril de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11540/2016

PORTARIA Nº 11540, DE 12 DE ABRIL DE 2016
Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
de conformidade com art. 163, da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante Especial do Processo Administrativo Disciplinar nº 687/2016, em desfavor da servidora M.O.L., instaurado por meio da Portaria nº 10966, de 16 de fevereiro de 2016.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de mais 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de abril de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11541/2016

PORTARIA Nº 11541, DE 12 DE ABRIL DE 2016
Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
de conformidade com art. 163, da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante Especial do Processo Administrativo Disciplinar nº 4938/2015, em desfavor da servidora D.J.A., instaurado por meio da Portaria nº 10962, de 16 de fevereiro de 2016.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de mais 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de abril de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11543/2016

PORTARIA Nº 11543, DE 12 DE ABRIL DE 2016
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor JOÃO ARRI BELLO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais:

- Ford/Courier, placas MDS 2627;
- Ford/Ranger, placas MBX 9437;
- GM/Corsa, placas MLO 1104;
- Peugeot/Hoggar, placas MIO 9267;
- GM/Pick-up Corsa, placas MAU 5782,
- Fiat/Uno, placas MIK 3335.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de abril de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11544/2016

PORTARIA Nº 11544, DE 12 DE ABRIL DE 2016
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor ELISANDRO ALVES DE RAMOS, ocupante do cargo de Eletricista, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial Ford/Courier, placas MJA 6894.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de abril de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11545/2016

PORTARIA Nº 11545, DE 12 DE ABRIL DE 2016
Constitui Comissão Especial para Acompanhar Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 008/2016

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhar o Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 008/2016.

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

IVAN CLASEN SCHLINDWEIN - Representante da Procuradoria Jurídica;
VERA LUCIA KUZAWSKI - Representante do Departamento de Recursos Humanos;
MIRIAM TEREZINHA ROIK LOTT - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
ANA PAULA PIONTKIEWICZ - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de abril de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11557/2016

PORTARIA Nº 11557, DE 12 DE ABRIL DE 2016
Concede Readaptação

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 1718/2006,

RESOLVE:

Art. 1º Concede Readaptação Funcional à servidora ITAMARA FERREIRA STIEGLER, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A readaptação a que se refere o artigo 1º contar-se-á a partir de 02 de maio de 2016, conforme Ofício nº 129/2016 – IPRESBS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de abril de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11558/2016

PORTARIA Nº 11558 DE 12 DE ABRIL DE 2016

Corrige Portaria nº 11363/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que o servidor JOSPE RIBEIRO DANTAS FILHO contribuiu com outros institutos de previdência social, conforme consta no Processo nº 2015/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Corrigir a Portaria nº 11363/2016 que concedeu averbação de Tempo de Serviço/Contribuição ao servidor JOSÉ RIBEIRO DANTAS FILHO, no tocante a contribuição para institutos de previdência social passando de "averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00096/14-6, de 07 anos, 01 mês e 21 dias para fins de aposentadoria" para "averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00096/14-6, de 02 anos, averbação Tempo de Contribuição de 10 meses e 02 dias de contribuição à Prefeitura Municipal de Curitiba/PR - Certidão de Tempo de Contribuição nº 106/2014 e averbação de Tempo de Contribuição de 04 anos, 03 meses e 19 dias de contribuição ao Ministério da Educação – Universidade Federal do Paraná conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 09/2015, para fins de aposentadoria, conforme consta no Processo nº 2015/2016."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de abril de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal
PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11559/2016

PORTARIA Nº 11559, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Exonera Coordenador de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A partir de 25 de abril de 2016, ALVARO JUNIOR LINHARES TRENTINI, do cargo de Coordenador de Setor de Intermediação entre IPRESBS e GAPRE, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11560/2016

PORTARIA Nº 11560, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 25 de abril de 2016, ALVARO JUNIOR LINHARES TRENTINE, no cargo de Chefe de Divisão de Patrimônio, na Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11561/2016

PORTARIA Nº 11561, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Exonera Coordenador de Serviços

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A partir de 12 de abril de 2016, EVELIN MACHADO, do cargo de Coordenador de Serviços de Atendimento a Crianças e Adolescentes, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11562/2016

PORTARIA Nº 11562, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Nomeia Chefe de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 12 de abril de 2016, EVELIN MACHADO, no cargo de Chefe de Setor de Centro de Referência em Assistência Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11563/2016

PORTARIA Nº 11563, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Exonera Coordenador de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A partir de 12 de abril de 2016, JULIANA BAYERL, do cargo de Coordenador de Setor de Recepção Geral, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11564/2016

PORTARIA Nº 11564, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Nomeia Chefe de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 12 de abril de 2016, JULIANA BAYERL, no cargo de Chefe de Setor de Suprimento e Almoxarifado, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11566/2016

PORTARIA Nº 11566, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Nomeia Assessora de Gabinete

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 12 de abril de 2016, CELIA NOEMY FARY, no cargo de Assessora de Gabinete, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11568/2016

PORTARIA Nº 11568, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Nomeia Assessora

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 12 de abril de 2016, SANDI MARIA PAULI, no cargo de Assessora Executiva de Apoio Operacional, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11569/2016

PORTARIA Nº 11569, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Exonera Coordenador de Serviços

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A partir de 12 de abril de 2016, JENIFER ANA DE MATOS, do cargo de Coordenador de Serviços de Atendimento, na Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11570/2016

PORTARIA Nº 11570, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 12 de abril de 2016, JENIFER ANA DE MATOS, no cargo de Chefe de Divisão de Eventos e Promoções, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11572/2016

PORTARIA Nº 11572, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 12 de abril de 2016, KATIA REGINA WOLFF, no cargo de Chefe de Divisão de Turismo, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11573/2016

PORTARIA Nº 11573, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Revoga Portaria nº 10053/2012

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 e

Considerando o que consta no memorando nº 146/2016 - RH e diante da decisão final do Processo Administrativo de nº 7595/2011,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 17 de novembro de 2015 a Portaria nº 10053/2012, que concedeu auxílio escolar ao servidor público municipal SERGIO PALOMA PINTO, ocupante do cargo de Técnico Desenhista, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11574/2016

PORTARIA Nº 11574, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Revoga Portaria nº 2516/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 e

Considerando o que consta no memorando nº 146/2016 - RH e diante da decisão final do Processo Administrativo de nº 3812/2013,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 17 de novembro de 2015 a Portaria nº 2516/2013, que concedeu auxílio escolar à servidora pública municipal RAQUEL DAVID DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11565/2016

PORTARIA Nº 11565, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Exonera Assessora

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A partir de 12 de abril de 2016, CELIA NOEMY FARY, do cargo de

Assessora Executiva de Apoio Operacional ao Gabinete, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11567/2016

PORTARIA Nº 11567, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Exonera Coordenador de Serviços

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A partir de 12 de abril de 2016, SANDI MARIA PAULI, do cargo de Coordenador de Serviços de Atendimento, na Secretaria Municipal de Finanças.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11571/2016

PORTARIA Nº 11571, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Exonera Coordenador de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A partir de 12 de abril de 2016, KATIA REGINA WOLFF, do cargo de Coordenador de Setor de Divulgação, Protocolos e Cerimonias, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

CÂMARA MUNICIPAL

CONVITE Nº. 002/2016**AVISO DE LICITAÇÃO**

CONVITE Nº. 002/2016. A Câmara Municipal de São Bento do Sul-SC, torna público que às 14:00 do dia 27/04/2016 realizará em sua sede, abertura de licitação na modalidade convite do Tipo Menor Preço Global, para contratação de empresa para prestação de serviços de substituição do telhado da sede da Câmara Municipal, com fornecimento de materiais. O texto integral do Edital e maiores esclarecimentos poderão ser obtidos na sede da Câmara, na Rua Vigando Kock, 69 - Centro, São Bento do Sul - SC.

MARCOS WEISS

Presidente da comissão permanente da licitação

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA Nº 004/2016, DE 14 DE ABRIL DE 2016

PORTARIA Nº 004/2016, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

"Autoriza dirigir veículo oficial"

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, usando a competência que lhe é conferida por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar CLEUSA PICCOLI VIEIRA, ocupante do cargo de Diretora Presidente da Fundação Cultural a conduzir o veículo Renault / Sandero, placa MYJ 1988.

Art. 2º Revogar as portarias Nº 006 de 25 de janeiro de 2013 e Nº 003 de 24 de abril de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2016.

CLEUSA PICCOLI VIEIRA

DIRETORA PRESIDENTE

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 24/2014

Contrato Nº: 22/2016 – 2º T.A.

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: Veronezi e CIA Ltda

Vigência: Início: 14/04/2016 - Término: 14/04/2017

Recursos: Dotação:

(36) – 3.3.90.30.00.00.00 – EXERCÍCIO VIGENTE

(60) – 3.3.90.30.00.00.00 – EXERCÍCIO VIGENTE

Objeto: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA PREVENTIVA E CORRETIVA PARA A FROTA DE VEÍCULOS LINHA PESADA, A DIESEL, DO SAMAE.

Valores: R\$ 40,85 (Quarenta Reais e Oitenta e Cinco Centavos) por hora.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

AVISO N.05-2016-FMS-PREGÃO

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SÃO CARLOS – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.05/2016
Edital:PREGÃO PRESENCIAL- REGISTRO DE PREÇOS N. 05/2016
Tipo : Menor preço
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS
Entrega dos Envelopes ;08:00 horas –dia 06 de maio de 2016
Abertura dos Envelopes 08:00 horas- dia 06 de maio de 2016
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:
Rua Demétrio, 747, em horário de expediente, ou pelo fone 014 493325 3000/1800
SAO CARLOS, 14 de abril de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

AVISO N.38/2016 - TP

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Processo Adm. Nº.:038/2016
Edital: TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERV ENG Nº.:038/2016
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto: CONSTRUÇÃO CENTRO COMUNITÁRIO DE ALTO AGUI-
NHAS CFME PROJETO BÁSICO
Entrega dos Envelopes : 09:30 horas do dia 03 de maio de 2016
Abertura dos Envelopes :09:30 horas do dia 03 de maio de 2016
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, em horário de expediente ou pelo fone 014 49 3325 3000 .
SAO CARLOS, 14 de abril de 2016.
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO N.36/2016-PREGÃO

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.36/2016
Edital:PREGÃO PRESENCIAL –N.36/2016
Tipo : Menor preço
Objeto:AQUISIÇÃO GEN. ALIMENTICIOS –MERENDA ESCOLAR
Entrega dos Envelopes:08:00 horas –dia 04 de maio de 2016.
Abertura dos Envelopes:08:00 horas- dia 04 de maio de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 49-3325.3000
SAO CARLOS, 14 de abril de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO N.39/2016 - TP

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Processo Adm. Nº.:039/2016
Edital: TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERV ENG Nº.:039/2016
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto: CONSTRUÇÃO DA QUADRA ESPORTIVA DE L.JACUTINGA
Entrega dos Envelopes : 09:30 horas do dia 04 de maio de 2016
Abertura dos Envelopes :09:30 horas do dia 04 de maio de 2016
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, em horário de expediente ou pelo fone 014 49 3325 3000 .
SAO CARLOS, 14 de abril de 2016.
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO N.37-2016-PREGÃO

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Processo Adm. Nº37/2016
Edital:PREGÃO PRESENCIAL- REG DE PREÇOS N. 37/2016
Tipo : Menor preço
Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO
Entrega dos Envelopes:08:00 horas -dia 05 de maio de 2016
Abertura dos Envelopes 08:00 horas- dia 05 de maio de 2016
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Demétrio Lorenz, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325 3000
SAO CARLOS,14 de abril de 2016-
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

São Domingos

PREFEITURA

POR 1941 DE 11 04 16 ALTERA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

PORTARIA Nº 1941, DE 10 DE ABRIL DE 2016.

Altera Comissão de Acompanhamento de Concurso Público – para Cargo Público, Processo Seletivo Público para Emprego Público do Município de São Domingos (SC).

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990 atualizada; Constituição Federal de 1988, Lei Complementar Municipal nº 0017, de 21/12/2007; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; e Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e:

· Considerando que os servidores Públicos Municipais, Ana Claudia Barizon Fontana da Luz, Ari pertille, Edílio Styburski, Zorilde Chimello Pin, Iraci Inês Marmentini Walendorff e Valdir Zanin possuem vínculo de parentesco, com candidatos inscritos no certame;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a Comissão para Acompanhamento do Concurso Público - para Cargo Público, Processo Seletivo Público - para Emprego Público, para provimento de vagas no quadro específico de servidores e empregados públicos municipais de São Domingos (SC), nos termos da legislação vigente, passando a ser composta pelos seguintes membros:

- Odila Girotto Elger (presidente)
- Paulo Endrigo Handke (membro)
- Cristiane Ansolin (membro)
- Marcos José Rizzi (membro)
- Gilmar Antonio Brandalize (membro)
- Silvia Rozani de Brito Baggio (membro)
- Elienir Teresinha Agnoletto (membro)
- Odirlei Guadagnin (membro)

Art. 2º Compete à Comissão ora nomeada acompanhar e fiscalizar todos os atos do Concurso Público, Processo Seletivo Público, até a homologação do resultado final.

Art. 3º Os trabalhos prestados pela comissão não serão remunerados.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 10 de abril de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

São João do Sul

PREFEITURA

LICITAÇÃO Nº 25/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 25/2016

Modalidade – Pregão Presencial nº 10/2016

Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 08:15 hs do dia 29/04/2016, com abertura dos envelopes prevista para as 08h 30min do dia 29/04/2016. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 07h às 13h, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 14 de abril de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS FMAS

Fundo Municipal de Assistência Social de São Joaquim – Extratos de Atas de Registro de Preços e Contratos

<p>PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016 PROCESSO Nº 2/2016 HOMOLOGAÇÃO: 19/02/2016 CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM OBJETO: Contratação de empresa para serviço de lavação e pintura da cobertura do prédio e garagem da Secretaria Municipal de Assistência Social.</p>	
<p>CONTRATADO: JAQUELINA DA ROSA 04585080988 VALOR DA DESPESA: R\$ 7.048,02 (sete mil e quarenta e oito reais e dois centavos)</p>	
=====	
<p>PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2016 PROCESSO Nº 4/2016 HOMOLOGAÇÃO: 23/03/2016 CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM OBJETO: Contratação de instrutores para as oficinas do CRAS</p>	
<p>CONTRATADO: ALICE APARECIDA AMARAL VITORIA VALOR DA DESPESA: R\$ 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte reais)</p>	
<p>CONTRATADO: VALDEMAR GUIMARAES VALOR DA DESPESA: R\$ 8.640,00 (oito mil seiscentos e quarenta reais)</p>	
<p>CONTRATADO: Debora Aparecida Wehle VALOR DA DESPESA: R\$ 8.640,00 (oito mil seiscentos e quarenta reais)</p>	
<p>CONTRATADO: IVETE CHIODELI DE SOUZA VALOR DA DESPESA: R\$ 13.500,00 (treze mil quinhentos reais)</p>	
<p>CONTRATADO: IARA DE FÁTIMA DA SILVA VALOR DA DESPESA: R\$ 12.960,00 (doze mil novecentos e sessenta reais)</p>	
<p>CONTRATADO: CANTALICE IZABEL NUNES VALOR DA DESPESA: R\$ 8.640,00 (oito mil seiscentos e quarenta reais)</p>	
<p>CONTRATADO: VERA LUCIA CARDOSO VALOR DA DESPESA: R\$ 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte reais)</p>	
<p>CONTRATADO: CHEILA MACIEL VALOR DA DESPESA: R\$ 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte reais)</p>	
=====	
<p>São Joaquim, 14/04/2016 MIRIAN CHIOCA VALTRICK - Secretaria Municipal De Assistência Social</p>	
ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº : 05/2015 1º aditi - Contrato Nº: 05/2015 Contratante...: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM Contratada...: EDERSON RODRIGUES WALTRICK 04577402998 Valor : 1.445,83 (um mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos) Vigência : Início: 20/01/2016 Término: 05/04/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2015 Recursos : Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00 (10) Saldo: 35.168,60 Objeto : Contratação de empresa para construção de rampa de acesso ao CREAS São Joaquim, 14 de Abril de 2016	
Contrato Nº..: 1/2016 Contratante...: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM Contratada...: LUIZ GONZAGA PEREIRA Valor : 7.328,00 (sete mil trezentos e vinte e oito reais) Vigência : Início: 13/01/2016 Término: 12/09/2016 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Locação de sala comercial para acomodar instalações do CREAS São Joaquim, 14 de Abril de 2016	
Contrato Nº..: 02/2016 Contratante...: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM Contratada...: JAQUELINA DA ROSA 04585080988 Valor : 7.048,02 (sete mil e quarenta e oito reais e dois centavos) Vigência : Início: 23/02/2016 Término: 22/02/2017 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação de empresa para serviço de lavação e pintura da cobertura do prédio e garagem da Secretaria Municipal de Assistência Social. São Joaquim, 14 de Abril de 2016	
MIRIAN CHIOCA VALTRICK - Secretaria Municipal De Assistência Social	

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS FME

Fundo Municipal de Educação de São Joaquim – Extratos de Atas de Registro de Preços e Contratos

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Contrato Nº.: 33/2016 Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM Contratada...: CCA CONSTRUTORA LTDA - ME Valor : 241.414,71 (duzentos e quarenta e um mil quatrocentos e quatorze reais e setenta e um centavos) Vigência : Início: 17/02/2016 Término: 16/02/2017 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação de empresa para ampliação e pintura da EEBM JARBAS AMARANTE FERREIRA na localidade do Boava</p>	
<p>Contrato Nº.: 15/2016 Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM Contratada...: IVO DE SOUZA PALHANO Valor : 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais) Vigência : Início: 12/02/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Locação de imóvel do Senhor Ivo de Souza Palhano para extensão de salas de aula da E.E.B.M. Octavio Antunes de Souza</p>	
<p>Contrato Nº.: 44/2016 Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM Contratada...: ORQUESTRA FILARMONICA SERRA CATARINENSE Valor : 7.550,00 (sete mil quinhentos e cinquenta reais) Vigência : Início: 23/03/2016 Término: 03/04/2016 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação da Orquestra Filarmonica Serra Catarinense para Apresentação de um concerto dentro do Festival de Outono</p>	
<p>Contrato Nº.: 46/2016 Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM Contratada...: ALUIZIO ARRUDA CAMARGO 83444840900 Valor : 50.688,00 (cinquenta mil seiscentos e oitenta e oito reais) Vigência : Início: 17/03/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação do Sr. Aluizio Arruda Camargo CNPJ 19.556.835/0001-50, para realizar Transporte Escolar no Interior Município</p>	
<p>Contrato Nº.: 47/2016 Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM Contratada...: CLAUDEMIR DE OLIVEIRA 03579128965 Valor : 64.468,80 (sessenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos) Vigência : Início: 17/03/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação da Empresa Claudemir de oliveira 03579128965 CNPJ 20.105.885/0001-09, para prestar serviço de transporte escolar no interior do município.</p>	

<p>Contrato Nº.: 49/2016 Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM Contratada...: JORGE LUIZ NUNES Valor : 23.760,00 (vinte e três mil setecentos e sessenta reais) Vigência : Início: 17/03/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação do Sr. Jorge Luiz Nunes para prestar serviço de transporte escolar no Interior do Município</p>	
<p>Contrato Nº.: 50/2016 Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM Contratada...: JANI FERNANDO NETO Valor : 15.840,00 (quinze mil oitocentos e quarenta reais) Vigência : Início: 17/03/2016 Término: 06/04/2016 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação do Sr. Jani Fernando Neto para prestar serviço de transporte escolar no interior do município</p>	
<p>Contrato Nº.: 21/2016 Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM Contratada...: MARCELO OLIVEIRA PEREIRA Valor : 5.544,00 (cinco mil quinhentos e quarenta e quatro reais) Vigência : Início: 17/03/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação do Sr. Marcelo de Oliveira Pereira para prestar serviço de transporte escolar no interior do município.</p>	
<p>Contrato Nº.: 52/2016 Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM Contratada...: CLAUDELIR DE SOUZA DE GUIMARÃES Valor : 9.504,00 (nove mil quinhentos e quatro reais) Vigência : Início: 17/03/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 10/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação do Sr. Claudelir de Souza Guimarães para prestar serviço de de transporte escolar no Interior do Município.</p>	
São Joaquim, 14 de Abril de 2016	
Dalva de Souza Hiura - Sec. Municipal de Educação	

<p>PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016 PROCESSO Nº 2/2016 HOMOLOGAÇÃO: 29/01/2016 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviço de Transporte Escolar no Interior do Município de São Joaquim</p>	

<p>CONTRATADO: GLORIA CORREIA SEIFERT VALOR DA DESPESA: R\$ 57.024,00 (cinquenta e sete mil e vinte e quatro reais)</p>	

<p>CONTRATADO: EDMARCIO ABATT COSTA -ME VALOR DA DESPESA: R\$ 209.008,80 (duzentos e nove mil oito reais e oitenta centavos)</p>	

<p>CONTRATADO: ANDRE NUNES MATOS 03850999912 VALOR DA DESPESA: R\$ 251.198,16 (duzentos e cinquenta e um mil cento e noventa e oito reais e dezesseis centavos)</p>	

<p>CONTRATADO: ALUIZIO ARRUDA CAMARGO 83444840900 VALOR DA DESPESA: R\$ 113.308,80 (cento e treze mil trezentos e oito reais e oitenta centavos)</p>	

CONTRATADO: ADRIANA APARECIDA ARRUDA FRONZA 73635014915
VALOR DA DESPESA: R\$ 115.521,12 (cento e quinze mil quinhentos e vinte e um reais e doze centavos)

CONTRATADO: DEBORA ANDRADE SCHUERMAN 10565301977
VALOR DA DESPESA: R\$ 246.206,40 (duzentos e quarenta e seis mil duzentos e seis reais e quarenta centavos)

CONTRATADO: ALEXSANDRA CAVALHEIRO VARGAS 04635312992
VALOR DA DESPESA: R\$ 50.688,00 (cinquenta mil seiscentos e oitenta e oito reais)

CONTRATADO: JOSE VALDECI CARDOSO 59391090982
VALOR DA DESPESA: R\$ 81.312,00 (oitenta e um mil trezentos e doze reais)

CONTRATADO: FILIPI ANTUNES ZANETE 04396700989
VALOR DA DESPESA: R\$ 345.332,06 (trezentos e quarenta e cinco mil trezentos e trinta e dois reais e seis centavos)

CONTRATADO: JOAO JORGE DOS SANTOS 62516450915
VALOR DA DESPESA: R\$ 83.952,00 (oitenta e três mil novecentos e cinquenta e dois reais)

CONTRATADO: ROMUALDO RAMA NUNES 03900299986
VALOR DA DESPESA: R\$ 74.923,20 (setenta e quatro mil novecentos e vinte e três reais e vinte centavos)

CONTRATADO: LUA ALANO PADILHA 08162552960
VALOR DA DESPESA: R\$ 106.537,20 (cento e seis mil quinhentos e trinta e sete reais e vinte centavos)

CONTRATADO: ADILON NUNES ZANETE 17980453972
VALOR DA DESPESA: R\$ 55.500,00 (cinquenta e cinco mil e quinhentos reais)

CONTRATADO: SEBASTIAO VIEIRA BORGES 15483479904
VALOR DA DESPESA: R\$ 99.633,60 (noventa e nove mil seiscentos e trinta e três reais e sessenta centavos)

CONTRATADO: LAURO CANDIDO GODINHO 21575568934
VALOR DA DESPESA: R\$ 81.100,80 (oitenta e um mil e cem reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: MARCELO BATISTA 80302556915 - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 50.888,64 (cinquenta mil oitocentos e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos)

CONTRATADO: JOAO ARLINDO CARBONAR 56902387915
VALOR DA DESPESA: R\$ 114.299,33 (cento e quatorze mil duzentos e noventa e nove reais e trinta e três centavos)

CONTRATADO: EDIANE APARECIDA DA ROSA 03521076938
VALOR DA DESPESA: R\$ 28.512,00 (vinte e oito mil quinhentos e doze reais)

CONTRATADO: VARLON LIMA AQUES 09090039988
VALOR DA DESPESA: R\$ 76.507,20 (setenta e seis mil quinhentos e sete reais e vinte centavos)

CONTRATADO: JONAS ANDREI LUBAVE 05560658910
VALOR DA DESPESA: R\$ 40.392,00 (quarenta mil trezentos e noventa e dois reais)

CONTRATADO: JOAO SIDNEI MENDONCA KISTER 03251694979
VALOR DA DESPESA: R\$ 123.523,49 (cento e vinte e três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e nove centavos)

CONTRATADO: JOAO VALDIR VERTUOSO 01475523971
VALOR DA DESPESA: R\$ 41.580,00 (quarenta e um mil quinhentos e oitenta reais)

CONTRATADO: JOSE EVANDRO HUGEN 00124434924
VALOR DA DESPESA: R\$ 135.775,20 (cento e trinta e cinco mil setecentos e setenta e cinco reais e vinte centavos)

CONTRATADO: ADRIANO DE SOUZA 00932472907
VALOR DA DESPESA: R\$ 29.224,80 (vinte e nove mil duzentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: TAINARA MATOS 09820681901
VALOR DA DESPESA: R\$ 69.273,60 (sessenta e nove mil duzentos e setenta e três reais e sessenta centavos)

CONTRATADO: RODINERO DE OLIVEIRA RODRIGUES 03466630916
VALOR DA DESPESA: R\$ 38.016,00 (trinta e oito mil e dezesseis reais)

CONTRATADO: REANTUR TRANSPORTES LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 174.820,80 (cento e setenta e quatro mil oitocentos e vinte reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: ALEXANDRE DE OLIVEIRA 01891691929
VALOR DA DESPESA: R\$ 96.492,00 (noventa e seis mil quatrocentos e noventa e dois reais)

CONTRATADO: JOSE VALDECI PADILHA 22151060934
VALOR DA DESPESA: R\$ 51.870,72 (cinquenta e um mil oitocentos e setenta reais e setenta e dois centavos)

CONTRATADO: NELIO DE OLIVEIRA 01461049946
VALOR DA DESPESA: R\$ 20.908,80 (vinte mil novecentos e oito reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: JANE RIBEIRO DE ATAIDE 05479372963
VALOR DA DESPESA: R\$ 153.964,80 (cento e cinquenta e três mil novecentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2016
PROCESSO Nº 6/2016 HOMOLOGAÇÃO: 17/02/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviço de Transporte Escolar no Interior do município de São Joaquim

CONTRATADO: ANDRE NUNES MATOS 03850999912
VALOR DA DESPESA: R\$ 129.122,40 (cento e vinte e nove mil cento e vinte e dois reais e quarenta centavos)

CONTRATADO: MARCIANO DA SILVA RODRIGUES 03390283943
VALOR DA DESPESA: R\$ 22.948,20 (vinte e dois mil novecentos e quarenta e oito reais e vinte centavos)

CONTRATADO: LAURI MENDONCA RIBEIRO 03873509938
VALOR DA DESPESA: R\$ 59.304,96 (cinquenta e nove mil trezentos e quatro reais e noventa e seis centavos)

CONTRATADO: TEOFILO DA SILVA DEMECIANO 17948479953
VALOR DA DESPESA: R\$ 72.652,80 (setenta e dois mil seiscentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos)

 CONTRATADO: ADILON NUNES ZANETE 17980453972
 VALOR DA DESPESA: R\$ 137.227,20 (cento e trinta e sete mil duzentos e vinte e sete reais e vinte centavos)

 CONTRATADO: OSMAR ARTISMO PINTO 93850360920
 VALOR DA DESPESA: R\$ 12.038,40 (doze mil e trinta e oito reais e quarenta centavos)

 CONTRATADO: JOSE DANIEL DE SENA MATHIAS 02092168916
 VALOR DA DESPESA: R\$ 12.672,00 (doze mil seiscentos e setenta e dois reais)

 CONTRATADO: ANTONIO BORGES MARTINS 30002087987
 VALOR DA DESPESA: R\$ 23.654,40 (vinte e três mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos)

 CONTRATADO: ALEXANDRE DE OLIVEIRA 01891691929
 VALOR DA DESPESA: R\$ 68.756,69 (sessenta e oito mil setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e nove centavos)

 PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2016
 PROCESSO Nº 10/2016 HOMOLOGAÇÃO: 16/03/2016
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviço de transporte escolar no interior do Município.

 CONTRATADO: ROMUALDO RAMA NUNES 03900299986
 VALOR DA DESPESA: R\$ 46.252,80 (quarenta e seis mil duzentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos)

=====

São Joaquim, 14/04/2016
 DALVA DE SOUZA HIURA - Secretária Municipal De Educação

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS FMS

Fundo Municipal de Saúde de São Joaquim – Extratos de Atas de Registro de Preços e Contratos

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 01/2016
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
 Contratada.: CONEXÃO SERRA SERVIÇOS DE INTERNET LTDA. ME
 Valor : 7.950,24 (sete mil novecentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos)
 Vigência : Início: 19/01/2016 Término: 23/02/2017
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da empresa Conexão Serra para serviços de internet para serem utilizadas nas unidades de ESF, no CAPS, SAMU, residências dos médicos do Programa Mais Médicos e na Unidade Central.

Aditivo Nº : 06/2015 1º Aditi - Contrato Nº: 06/2015
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
 Contratada.: DUDATUR TRANSPORTES LTDA ME
 Valor : 56.400,00 (cinquenta e seis mil e quatrocentos reais)
 Vigência : Início: 05/02/2016 Término: 04/05/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015
 Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (27) Saldo: 172.354,80
 Objeto : Contratação de transporte de pacientes do SUS

Aditivo Nº : 03/2015 1 adit. - Contrato Nº: 03/2015
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
 Contratada.: NEVATUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA
 Valor : 37.200,00 (trinta e sete mil e duzentos reais)
 Vigência : Início: 11/02/2016 Término: 04/05/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (27) Saldo: 115.954,80
 Objeto : Contratação de empresa de Transporte coletivos de São Joaquim a Lages para pacientes do SUS.

Contrato Nº.: 02/2016
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
 Contratada.: ASSOCIACAO BENEFICENTE BENTO CAVALHEIRO
 Valor : 1.200.000,00 (um milhão duzentos mil reais)
 Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da empresa Associação Bento cavalheiro para prestação de serviço Plantão Médico

Contrato Nº.: 04/2016
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
 Contratada.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE-AMURES
 Valor : 140.600,00 (cento e quarenta mil seiscentos reais)
 Vigência : Início: 29/01/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação do CIS/AMURES(Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amures), para prestação de serviços de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar e manutenção do referido contrato.

Contrato Nº.: 03/2016
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
 Contratada.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE-AMURES
 Valor : 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil e reais)
 Vigência : Início: 29/01/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação do CIS/AMURES(Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amures), para prestação de serviços de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar e manutenção do referido contrato.

Contrato Nº.: 06/2016
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
 Contratada.: NEVATUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA
 Valor : 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais)
 Vigência : Início: 15/03/2016 Término: 15/03/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa de transporte coletivo para pacientes do SUS

Contrato Nº.: 07/2016
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
 Contratada.: DUDATUR TRANSPORTES LTDA ME
 Valor : 230.400,00 (duzentos e trinta mil quatrocentos reais)
 Vigência : Início: 15/03/2016 Término: 15/03/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa de transporte coletivo para pacientes do SUS

Aditivo Nº : 09/2015 1º adit - Contrato Nº: 09/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
 Contratada....: SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA - EPP
 Valor : 696,82 (seiscentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos)
 Vigência : Início: 17/03/2016 Término: 02/12/2016
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para construção de uma UBS no bairro Martorano.

Contrato Nº...: 08/2016
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
 Contratada....: ASSOCIACAO BENEFICENTE BENTO CAVALHEIRO
 Valor : 120.000,00 (cento e vinte mil e reais)
 Vigência : Início: 24/03/2016 Término: 03/04/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de prestação de serviços de Raio X para atendimento dos usuários do SUS

São Joaquim, 14 de Abril de 2016

José Teodoro Amaral
 Secretário da Saúde

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016
 PROCESSO Nº 4/2016 HOMOLOGAÇÃO: 07/03/2016
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação de empresa de transporte coletivo para pacientes do SUS

CONTRATADO: NEVATUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais)

CONTRATADO: DUDATUR TRANSPORTES LTDA ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 230.400,00 (duzentos e trinta mil quatrocentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2016
 PROCESSO Nº 5/2016 HOMOLOGAÇÃO: 10/03/2016
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de peças e mão de obra a serem utilizados nos veículos do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: SASSO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERV P/ VEICULOS LTDA ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 86.735,78 (oitenta e seis mil setecentos e trinta e cinco reais e setenta e oito centavos)

São Joaquim, 14/04/2016
 JOSÉ TEODORO DE SENA AMARAL - Secretária Municipal Da Saúde

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS PMSJ

Prefeitura Municipal de São Joaquim – Extratos de Atas de Registro de Preços e Contratos

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016
 PROCESSO Nº 1/2016 HOMOLOGAÇÃO: 12/01/2016
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar coleta, transbordo, transporte e destinação de resíduos sólidos domiciliares e comerciais compactáveis que deverão ser coletados em todo o perímetro urbano e zona rural do Município de São Joaquim.

CONTRATADO: SERRANA ENGENHARIA LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 1.375.315,68 (um milhão trezentos e setenta e cinco mil trezentos e quinze reais e sessenta e oito centavos)

TOMADA DE PREÇO Nº 1/2016
 PROCESSO Nº 3/2016 HOMOLOGAÇÃO: 27/01/2016
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de obra de Adequação e Reforma do Parque Nacional da Maçã em São Joaquim SC. em conformidade com o convênio nº 809898/2014 Sincov celebrado entre esta Prefeitura e o Ministério do Turismo do Programa Infraestrutura Turística

CONTRATADO: SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA - EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 334.393,50 (trezentos e trinta e quatro mil trezentos e noventa e três reais e cinquenta centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2016
 PROCESSO Nº 4/2016 HOMOLOGAÇÃO: 27/01/2016
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de peças e mão de obra para conserto, reparos de funilaria, pintura e montagem de Caçambas Ford Cargo

CONTRATADO: KONRAD SUL COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 18.240,28 (dezoito mil duzentos e quarenta reais e vinte e oito centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2016
 PROCESSO Nº 7/2016 HOMOLOGAÇÃO: 01/02/2016
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Combustível para frotas da Secretaria de Saúde e Corpo de Bombeiros

CONTRATADO: AUTO POSTO DA SERRA LTDA.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 154.224,00 (cento e cinquenta e quatro mil duzentos e vinte e quatro reais)

CONTRATADO: NAZARE DE FATIMA DUTRA CORREIA & CIA LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 59.885,00 (cinquenta e nove mil oitocentos e oitenta e cinco reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016
 PROCESSO Nº 11/2016 HOMOLOGAÇÃO: 03/02/2016
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Fotocópias com comodato de máquinas para diversas secretarias

CONTRATADO: NATALIA SILVA CAMILO - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2016
 PROCESSO Nº 13/2016 HOMOLOGAÇÃO: 19/02/2016
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para Secretaria Municipal de Obras para funcionários que laboram no interior.

CONTRATADO: JOSÉ ALEXANDRE ZANETE ME.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 14.744,34 (quatorze mil setecentos e quarenta e quatro reais e trinta e quatro centavos)

CONTRATADO: SUPERMERCADO PIM PÃO LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 103.778,80 (cento e três mil setecentos e setenta e oito reais e oitenta centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2016
 PROCESSO Nº 14/2016 HOMOLOGAÇÃO: 24/02/2016
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de gás de cozinha P-13 P-45 para diversas Secretarias Municipais

CONTRATADO: COMÉRCIO DE GAS LUCIANO LTDA.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 193.080,00 (cento e noventa e três mil e oitenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2016
 PROCESSO Nº 8/2016 HOMOLOGAÇÃO: 29/02/2016
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de equipamentos e prestação de serviço de informática, necessário para ampliar e melhorar a rede existente na Prefeitura Municipal de São Joaquim.

CONTRATADO: ERODI NUNES VIEIRA SOBRINHO 03746414989
 VALOR DA DESPESA: R\$ 74.433,14 (setenta e quatro mil quatrocentos e trinta e três reais e quatorze centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016
 PROCESSO Nº 17/2016 HOMOLOGAÇÃO: 04/03/2016
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de capas de bloco de produtor.

CONTRATADO: BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 11.500,00 (onze mil quinhentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016
 PROCESSO Nº 22/2016 HOMOLOGAÇÃO: 07/03/2016
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar serviços de Capina, Roçadas e Pinturas em geral das obras do Parque Nacional da Maçã

CONTRATADO: GEOMA CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 99.990,00 (noventa e nove mil novecentos e noventa reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2016
 PROCESSO Nº 15/2016 HOMOLOGAÇÃO: 08/03/2016
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de veículo zero km para Secretaria Municipal da Fazenda

CONTRATADO: AUTO ELITE LTDA.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016
 PROCESSO Nº 24/2016 HOMOLOGAÇÃO: 11/03/2016
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de materiais para reforma do Parque Nacional da Maçã.

CONTRATADO: LUIZ HENRIQUE ZANATTA MOMO & CIA LTDA EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 16.808,71 (dezesseis mil oitocentos e oito reais e setenta e um centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016
 PROCESSO Nº 19/2016 HOMOLOGAÇÃO: 28/03/2016
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de decoração com fornecimento de material para eventos de diversas Secretarias Municipais

CONTRATADO: SABRINA SOUZA ARRUDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 63.239,00 (sessenta e três mil duzentos e trinta e nove reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016
 PROCESSO Nº 21/2016 HOMOLOGAÇÃO: 28/03/2016
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Asfalto quente C.B.U.Q para Secretaria Municipal de Obras.

CONTRATADO: BRITAGEM GASPAR LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 154.500,00 (cento e cinquenta e quatro mil e quinhentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016
 PROCESSO Nº 23/2016 HOMOLOGAÇÃO: 28/03/2016
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de pneus para diversas Secretarias Municipais

CONTRATADO: MODELO PNEUS LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 11.763,00 (onze mil setecentos e sessenta e três reais)

CONTRATADO: BELLENZIER PNEUS LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 444.605,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil seiscentos e cinco reais)

CONTRATADO: CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 45.174,00 (quarenta e cinco mil cento e setenta e quatro reais)

CONTRATADO: BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 203.071,00 (duzentos e três mil setenta e um reais)

CONTRATADO: GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 33.292,00 (trinta e três mil duzentos e noventa e dois reais)

 CONTRATADO: PNEU BOM LTDA - EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 44.693,00 (quarenta e quatro mil seiscientos e noventa e três reais)

São Joaquim, 14/04/2016
 HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI - Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

EXTRATO CONTRATUAL

 Contrato Nº.: 06/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: CISAMA - CONSORCIO INT.DE SANEAMENTO BASICO, MEIO
 Valor : 33.578,86 (trinta e três mil quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e seis centavos)
 Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contrato de rateio com CISAMA

Contrato Nº.: 01/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: SERRANA ENGENHARIA LTDA
 Valor : 92.394,97 (noventa e dois mil trezentos e noventa e quatro reais e noventa e sete centavos)
 Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 31/01/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de prestação de serviço de Coleta, transporte, destinação final e tratamento de resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos sólidos domiciliares recicláveis gerados no Município de São Joaquim

Aditivo Nº : 67/2015 1º aditi - Contrato Nº: 67/2015
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: BREITKOPF CAMINHOS LTDA
 Valor : 27.204,55 (vinte e sete mil duzentos e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)
 Vigência : Início: 06/01/2016 Término: 25/11/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2015
 Recursos : Dotação: 2.010.4.4.90.00.00.00.00 (34) Saldo: 150.000,00
 Objeto : VEÍCULO CAMINHÃO, ZERO KM, PARA POSTERIOR TRANSFORMAÇÃO EM AUTO TANQUE - AT, PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOAQUIM

 Aditivo Nº : 39/2015 1º ADITI - Contrato Nº: 39/2015
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA - EPP
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 08/01/2016 Término: 04/08/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 36/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de Empresa para Construção de 10(dez) Abrigos de Passageiros (ponto de ônibus), em ruas do Município de São Joaquim.

Contrato Nº.: 05/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: RAMALUZ LTDA
 Valor : 9.000,00 (nove mil reais)
 Vigência : Início: 18/01/2016 Término: 18/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção da rede de Iluminação Pública

Contrato Nº.: 07/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: SERRANA ENGENHARIA LTDA
 Valor : 1.375.315,68 (um milhão trezentos e setenta e cinco mil trezentos e quinze reais e sessenta e oito centavos)
 Vigência : Início: 26/01/2016 Término: 31/01/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para realizar coleta, transbordo, transporte e destinação de resíduos sólidos domiciliares e comerciais compactáveis que deverão ser coletados em todo o perímetro urbano e zona rural do Município de São Joaquim.

Contrato Nº.: 08/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA - EPP
 Valor : 334.393,50 (trezentos e trinta e quatro mil trezentos e noventa e três reais e cinquenta centavos)
 Vigência : Início: 27/01/2016 Término: 26/01/2017
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para realização de obra de Adequação e Reforma do Parque Nacional da Maçã em São Joaquim SC. em conformidade com o convênio nº 809898/2014 Sincov celebrado entre esta Prefeitura e o Ministério do Turismo do Programa Infraestrutura Turística

Contrato Nº.: 04/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: Renata Vanessa de Oliveira Gobetti
 Valor : 6.954,35 (seis mil novecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)
 Vigência : Início: 18/01/2016 Término: 17/03/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da Sra. Renata Gobetti, profissional habilitada em Arquitetura com experiência na área de designer Urbano, para realização de Projeto do Mobiliário Urbano do Boulevard de São Joaquim (Rua Manoel Joaquim Pinto e Major Jacinto Goulart)

Contrato Nº.: 02/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: MONEYTRON INFORMÁTICA LTDA
 Valor : 2.528,40 (dois mil quinhentos e vinte e oito reais e quarenta centavos)
 Vigência : Início: 08/01/2016 Término: 08/01/2017
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da empresa Moneytron Informática Ltda ME, para prestar serviço de backup de todos os programas via conexão online, através de servidores da Prefeitura Municipal, 24 horas por dia ininterrupto.

Contrato Nº.: 03/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPI
 Valor : 16.080,00 (dezesseis mil oitenta reais)
 Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contrato de adesão entre o Município de São Joaquim e o Programa do diário Oficial dos Municípios (DOM), e o Consórcio e Informática e Gestão Publica Municipal (CIGA), para o ano de 2016, envolvendo os seguintes acessos:
 - Regin - gestão de abertura, alterações e baixa de empresas no município
 - Simples Nacional, gestão dos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, permitindo o controle dos contribuintes.

Contrato Nº.: 11/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: ERODI NUNES VIEIRA SOBRINHO 03746414989
 Valor : 74.433,14 (setenta e quatro mil quatrocentos e trinta e três reais e quatorze centavos)
 Vigência : Início: 29/02/2016 Término: 24/02/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de equipamentos e prestação de serviço de informática, necessário para ampliar e melhorar a rede existente na Prefeitura Municipal de São Joaquim.

Contrato Nº.: 12/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: GEOMA CONSTRUcoes EIRELI - EPP
 Valor : 99.990,00 (noventa e nove mil novecentos e noventa reais)
 Vigência : Início: 08/03/2016 Término: 07/06/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para realizar serviços de Capina, Roçadas e Pinturas em geral das obras do Parque Nacional da Maçã

Contrato Nº.: 13/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: AUTO ELITE LTDA.
 Valor : 39.000,00 (trinta e nove mil reais)
 Vigência : Início: 08/03/2016 Término: 07/05/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de veículo zero km para Secretaria Municipal da Fazenda

Contrato Nº.: 10/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: OLEGARIO MOTORS LTDA
 Valor : 9.671,14 (nove mil seiscentos e setenta e um reais e quatorze centavos)
 Vigência : Início: 11/02/2016 Término: 10/08/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de funilaria e fornecimento de peças para o veículo CELER HB 1.5 FL ACT/MT/16V 109 CV

Contrato Nº.: 09/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: PONTOGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA
 Valor : 5.350,00 (cinco mil trezentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 18/02/2016 Término: 31/01/2017
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para locação, instalação parametrização e treinamento de software GOV Gestão, utilizado para as prestações de contas SICONFI e SIOPS, utilizado pela Secretaria da Fazenda

Aditivo Nº : 38/2015 1º adit - Contrato Nº.: 38/2015
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA.
 Valor : 3.418,00 (três mil quatrocentos e dezoito reais)
 Vigência : Início: 10/03/2016 Término: 01/08/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos

Contrato Nº.: 15/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: PAULO CHAGAS VARGAS ME
 Valor : 7.700,00 (sete mil e setecentos reais)
 Vigência : Início: 15/03/2016 Término: 14/05/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de Assessoria de Imprensa da XX Festa Nacional da Maçã.

Aditivo Nº : 08/2016 1º aditi - Contrato Nº.: 08/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUcoes LTDA - EPP
 Valor : 55.043,10 (cinquenta e cinco mil e quarenta e três reais e dez centavos)
 Vigência : Início: 28/03/2016 Término: 26/01/2017
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2016
 Recursos : Dotação: 1.028.4.4.90.00.00.00.00 (74) Saldo: 72.277,40

Objeto : Contratação de empresa especializada para realização de obra de Adequação e Reforma do Parque Nacional da Maçã em São Joaquim SC. em conformidade com o convênio nº 809898/2014 Sincov celebrado entre esta Prefeitura e o Ministério do Turismo do Programa Infraestrutura Turística

Contrato Nº.: 20/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: VLADIMIR MILTON DA ROCHA POMAR
 Valor : 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais)
 Vigência : Início: 16/03/2016 Término: 24/04/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 7/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de palestrante para ministrar curso sobre Concorrência Oportunidade de Negócios e Relações Institucionais com a China - Seminário sobre Desenvolvimento Econômico, Captação de Recursos e Atração de Recursos e Atração de Investimentos.

Contrato Nº.: 43/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: SARA DUTRA CORREA
 Valor : 7.750,00 (sete mil setecentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 29/03/2016 Término: 25/04/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 10/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da Srta. Sara Dutra Correa para prestar serviço de produção de Eventos para a XX Festa Nacional da Maçã

Contrato Nº.: 45/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: EDER ROSA GOULART
 Valor : 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais)
 Vigência : Início: 29/03/2016 Término: 30/05/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da Empresa Éder Rosa Goulart, CNPJ nº 12.918.608/0001-89, para prestar serviço de produção de CD'S da 6ª Nevada da Canção Nativa.

Contrato Nº.: 46/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: RAMALUZ LTDA
 Valor : 9.000,00 (nove mil reais)
 Vigência : Início: 18/03/2016 Término: 18/05/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção da rede de Iluminação Pública

Contrato Nº.: 47/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: LEOBERTO CARLOS WALTRICK
 Valor : 2.000,00 (dois mil reais)
 Vigência : Início: 29/03/2016 Término: 25/04/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 12/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação do Sr. Leoberto Carlos Waltrick para prestar serviço de locução e apresentação dos eventos que antecedem a XX Festa Nacional da Maçã, bem como todos os cerimoniais de divulgação e abertura oficial da festa, shows musicais, seminários e solenidades que acontecerão durante o evento.

Contrato Nº.: 33/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: Tiago Souza Goulart
 Valor : 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)
 Vigência : Início: 22/03/2016 Término: 20/04/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 19/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da Banda Oliver, para apresentação no dia 20/04/2016, conforme programação da XX Festa Nacional da Maçã no Placo Gala

Contrato Nº.: 50/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: ANDRE PULIDO GEMMER 04879983918
 Valor : 7.900,00 (sete mil e novecentos reais)
 Vigência : Início: 31/03/2016 Término: 25/04/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 14/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da empresa Green Multimídia para prestar serviço de cobertura de vídeo da XX Festa Nacional da Maçã, material entregue deverá ser em mídia DVD e Blu Ray Disc e via internet.

Contrato Nº.: 51/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: RODRIGO NUNES DA SILVA 02835581995
 Valor : 4.880,00 (quatro mil oitocentos e oitenta reais)
 Vigência : Início: 31/03/2016 Término: 25/04/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 15/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da empresa Rodrigo Nunes Fotografias para prestar serviço de cobertura fotográfica completa da XX Festa Nacional da Maçã

Contrato Nº.: 53/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: Wagner Matos Urbano
 Valor : 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)
 Vigência : Início: 31/03/2016 Término: 25/04/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 16/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da empresa Wagner Matos Urbano CNPJ 13.40.096/0001-27, para prestar serviço de sistema de captação de vídeo para material jornalístico e divulgação da XX Festa Nacional da Maçã.

Contrato Nº.: 24/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: TRANSFLORIPA TRANSPORTES LTDA - ME
 Valor : 5.100,00 (cinco mil e cem reais)
 Vigência : Início: 18/03/2016 Término: 30/04/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de prestação de serviço de transporte da Rainha e Princesas da XX Festa nacional da Maçã e também membros da Comissão Organizadora Central da referida festa. Para divulgação e participação em eventos no estado e fora do estado de Santa Catarina, nos meses de março e abril.

Contrato Nº.: 34/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: CONEXÃO SERRA SERVIÇOS DE INTERNET LTDA. ME
 Valor : 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)
 Vigência : Início: 23/03/2016 Término: 25/04/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 18/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de prestação de serviço e fornecimento de Link dedicado para ser utilizado na XX Festa Nacional da Maçã

Contrato Nº.: 25/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: ELISANGELA DIAS - ME
 Valor : 8.000,00 (oito mil reais)
 Vigência : Início: 18/03/2016 Término: 25/04/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 11/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação do show da " ELISANGELA DIAS " PARA XX FESTA NACIONAL DA MAÇÃ

Contrato Nº.: 17/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: BRUNO RIZZO - ME
 Valor : 16.000,00 (dezesesseis mil reais)
 Vigência : Início: 15/03/2016 Término: 24/04/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de serviços artísticos Show " MUSICAL INFANTIL FROZEN" na XX Festa Nacional da Maçã

Contrato Nº.: 18/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada....: TELO SHOWS LTDA
 Valor : 88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
 Vigência : Início: 16/03/2016 Término: 24/04/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de prestação de serviço musical show MI-CHÉL TELÓ conforme programação oficial da XX Festa Nacional da Maçã

Contrato Nº.: 39/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada....: CRISTIAN DUARTE CAMARGO - ME
 Valor : 10.750,00 (dez mil setecentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 23/03/2016 Término: 24/04/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 23/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para Show Musical do trio MARCELO OLIVEIRA, JARI TERRES E LISANDRO AMARAL da VI Nevada da Canção Nativa conforme programação da XX Festa Nacional da Maçã

Contrato Nº.: 38/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada....: GUILHERME DA ROSA SEIFERT 06232591925
 Valor : 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)
 Vigência : Início: 28/03/2016 Término: 24/04/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 24/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação do Show da Banda Seiferts para apresentação na XX Festa Nacional da Maçã.

Contrato Nº.: 40/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada....: EDER ROSA GOULART
 Valor : 10.500,00 (dez mil quinhentos reais)
 Vigência : Início: 28/03/2016 Término: 24/04/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 25/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de Shows Musicais para a VI Nevada da Canção Nativa do GRUPO RÉDEA SOLTA, ARTHUR MATTOS E ÉDER GOULART, conforme programação da XX Festa Nacional da Maçã.

Contrato Nº.: 54/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada....: EXTIMPAG COMERCIO E PROTEÇÃO CONTRA INCENDIO LTDA
 Valor : 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais)
 Vigência : Início: 31/03/2016 Término: 24/04/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 13/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para locação, instalação desmontagem e coleta de extintores, placas e iluminação de emergência para XX Festa Nacional da Maçã

Contrato Nº.: 48/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada....: LEONY CYAMA NOGUEIRA
 Valor : 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)
 Vigência : Início: 30/03/2016 Término: 24/04/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 29/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço Show Musical da BANDA ZEUS, conforme programação oficial da XX Festa Nacional da Maçã.

Contrato Nº.: 44/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada....: IZAQUE CHAGAS PEREIRA
 Valor : 3.800,00 (três mil e oitocentos reais)
 Vigência : Início: 29/03/2016 Término: 24/04/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 28/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação para prestação de serviços musicais da cantora gospel "FERNANDA ISABELA GARCIA DE OLIVEIRA" conforme programação oficial da XX Festa Nacional da Maçã.

Contrato Nº.: 32/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada....: MAURO S. M. MORAES - ME
 Valor : 11.850,00 (onze mil oitocentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 22/03/2016 Término: 24/04/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 17/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de prestação de serviço de Show Musical MAURO MORAES para a VI Nevada da Canção Nativa conforme programação da XX Festa Nacional da Maçã.

Contrato Nº.: 31/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada....: LUIS ROGERIO MARENCO FERRAN - ME
 Valor : 17.600,00 (dezesete mil seiscentos reais)
 Vigência : Início: 21/03/2016 Término: 24/04/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 16/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação para prestação de serviço de Show Musical do cantor Luiz Marenco conforme programação da XX Festa Nacional da Maçã dentro da programação VI Nevada da Canção Nativa.

Contrato Nº.: 27/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada....: F & S - PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
 Valor : 119.000,00 (cento e dezenove mil e reais)
 Vigência : Início: 21/03/2016 Término: 25/04/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 13/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de prestação de serviços musicais Show Musical FERNANDO & SOROCABA conforme programação oficial da XX Festa Nacional da Maçã.

Contrato Nº.: 22/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada....: THM & THG - PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
 Valor : 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)
 Vigência : Início: 16/03/2016 Término: 24/04/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de prestação de serviços musicais show Musical THAEME E THIAGO conforme programação oficial da XX Festa Nacional da Maçã.

Contrato Nº.: 21/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada....: SL - EVENTOS MUSICAIS LTDA. - ME
 Valor : 7.000,00 (sete mil reais)
 Vigência : Início: 17/03/2016 Término: 21/04/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 8/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação do shows Baile "GRUPO SORRISO LINDO" PARA XX FESTA NACIONAL DA MAÇÃ

Contrato Nº.: 23/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada....: ERTON LUIS DE OLIVEIRA
 Valor : 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais)
 Vigência : Início: 18/03/2016 Término: 22/04/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 9/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação do show do "Cantor Erton Luis de Oliveira "
 PARA XX FESTA NACIONAL DA MAÇÃ.

Contrato Nº.: 19/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada....: ALTO URUGUAI EVENTOS LTDA - ME
 Valor : 7.000,00 (sete mil reais)
 Vigência : Início: 16/03/2016 Término: 22/04/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação do shows Baile "GRUPO MINUANO" PARA
 XX FESTA NACIONAL DA MAÇÃ

Contrato Nº.: 52/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada....: Rodrigo Athayde
 Valor : 1.000,00 (um mil reais)
 Vigência : Início: 31/03/2016 Término: 21/04/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 31/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação do Show BANDA LUA NEGRA para apresen-
 tação na XX Festa Nacional da Maçã.

Contrato Nº.: 16/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada....: DWJ SHOWS, ENTRETENIMENTOS E PARTICIPACOES
 LTDA
 Valor : 50.000,00 (cinquenta mil reais)
 Vigência : Início: 15/03/2016 Término: 20/04/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da Banda Malta para apresentação na XX
 Festa Nacional da Maçã

Contrato Nº.: 49/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada....: Gabriel Pinto Marca
 Valor : 1.000,00 (um mil reais)
 Vigência : Início: 31/03/2016 Término: 25/04/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 30/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação do Show da BANDA MUFLLED para apresen-
 tação na XX FESTA NACIONAL DA MAÇÃ

São Joaquim, 14 de Abril de 2016

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

PP 09/2016 FME

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 24/2016 -
 PREGÃO PRESENCIAL 09/2016 REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Aquisição de troféus, medalhas e taças para premiação de Eventos da Diretoria Municipal de Esportes

Tipo: Menor Preço por Item
 Abertura: 28/04/2016 às 09:30 horas

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com inf. (49)3233-0411.

Edital: <http://www.saojoaquim.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMapaItem/5088>

São Joaquim, 14 de abril 2016.
 Humberto Luiz Brighenti
 Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TP Nº 002/2016

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO DE COMPRAS Nº 055/2016 - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA ADRIANO DE FARIAS, NO BAIRRO FORQUILHINHAS, EM SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

EMPRESAS LICITANTES

- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;
- MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME;
- PAM CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
- VINÍCIUS GOEDERT ME.

É o relatório.

1 - MANIFESTAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME:

O representante da empresa supracitada manifestou-se em ATA argumentando que as empresas: MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME, EMPREITEIRA PAVICON LTDA, VINÍCIUS GOEDERT ME e PAM CONSTRUÇÕES LTDA EPP, não detêm qualificação técnica para o objeto do Lote 4, Item 28 da planilha orçamentária, pois os atestados apresentados não comprovam a requerida qualificação. Faz-se importante a citação do item 9.1.2 referente à Qualificação Técnica, para o devido entendimento:

"9.1.2 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA e/ou CAU, acompanhada do respectivo Atestado Técnico registrado pelo CREA e/ou CAU, emitida por pessoa de direito público ou privado, em nome de profissional, comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação;"

Nesse viés, em virtude de ser item relativo à qualificação técnica que exige expertise sobre o assunto, a Comissão Permanente de Licitações solicitou à Secretaria de Infraestrutura parecer técnico acerca dos documentos apresentados pelas empresas licitantes.

Após análise dos documentos acostados, o Arquiteto e Urbanista, Luiz Fernando de Aquino manifestou-se por meio do Relatório Técnico nº 03/2016, onde conclui que todas as empresas apresentaram as devidas comprovações de aptidão através das certidões e atestados de obras ou serviços similares ao objeto desta licitação, portanto, todas aptas a concorrerem.

Diante disso, a Comissão Permanente de Licitações concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, não sendo constatada nenhuma irregularidade na documentação das empresas participantes, decidindo:

HABILITAR AS EMPRESAS

- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;
- MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME;
- PAM CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
- VINÍCIUS GOEDERT ME.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM), no dia 15/04/2016, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 28/04/2016, às 16h30min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 14 de abril de 2016.

Leonardo Wiethorn Rodrigues	Paulo Dutra		
Presidente da CPL	Membro da CPL		
Rejane Magali dos S. Medeiros	Humberto Alcino da Silva		
Membro da CPL	Membro da CPL		
Adriana Pacheco Pedro			
Membro da CPL			

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2016 – PE 105/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2016 – PE 105/2015 – Processo 328/2015 – Fornecedor: AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PELA FARMÁCIA ESPECIALIZADA MEDIANTE PROCESSOS JUDICIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 14.533,20 (quatorze mil, quinhentos e trinta e três reais e vinte centavos), correspondente ao item 26. Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 15 de março de 2016. Cláudia Schweitzer Pflieger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2016 – PE 105/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2016 – PE 105/2015 – Processo 328/2015 – Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PELA FARMÁCIA ESPECIALIZADA MEDIANTE PROCESSOS JUDICIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 7.526,96 (sete mil, quinhentos e vinte e seis reais e noventa e seis centavos), correspondente aos itens 3, 4, 14, 15, 16, 19, 30, 31, 43, 52, 53 e 54. Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 15 de março de 2016. Cláudia Schweitzer Pflieger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2016 – PE 105/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2016 – PE 105/2015 – Processo 328/2015 – Fornecedor: LUCIO JOAQUIM ELLER EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PELA FARMÁCIA ESPECIALIZADA MEDIANTE PROCESSOS JUDICIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 13.766,40 (treze mil, setecentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos), correspondente aos itens 9, 10, 17, 24, 28 e 64. Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 15 de março de 2016. Cláudia Schweitzer Pflieger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2016 – PE 105/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2016 – PE 105/2015 – Processo 328/2015 – Fornecedor: ELI LILLY DO BRASIL LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PELA FARMÁCIA ESPECIALIZADA MEDIANTE PROCESSOS JUDICIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 22.963,20 (vinte e dois mil, novecentos e sessenta e três reais e vinte centavos), correspondente ao item 27. Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 15 de março de 2016. Cláudia Schweitzer Pflieger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2016 – PE 105/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2016 – PE 105/2015 – Processo 328/2015 – Fornecedor: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PELA FARMÁCIA ESPECIALIZADA MEDIANTE PROCESSOS JUDICIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 8.194,40 (oito mil, cento e noventa e quatro reais e quarenta centavos), correspondente aos itens 41 e 63. Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 15 de março de 2016. Cláudia Schweitzer Pflieger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2016 – PE 105/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2016 – PE 105/2015 – Processo 328/2015 – Fornecedor: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PELA FARMÁCIA ESPECIALIZADA MEDIANTE PROCESSOS JUDICIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 5.950,44 (cinco mil, novecentos e cinquenta reais e quarenta e quatro centavos), correspondente aos itens 2, 13, 39 e 40. Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 15 de março de 2016. Cláudia Schweitzer Pflieger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2016 – PE 105/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2016 – PE 105/2015 – Processo 328/2015 – Fornecedor: HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PELA FARMÁCIA ESPECIALIZADA MEDIANTE PROCESSOS JUDICIAIS NO

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 2.527,20 (dois mil, quinhentos e vinte e sete reais e vinte centavos), correspondente ao item 49. Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 15 de março de 2016. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2016 – PE 157/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2016 – PE 157/2015 – Processo 498/2015 – Fornecedor: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PELA FARMÁCIA ESPECIALIZADA MEDIANTE PROCESSOS JUDICIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: O valor global desta Ata importa em R\$ 8.861,60 (oito mil, oitocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos), que corresponde à somatória dos itens 68, 150 e 175. Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 28 de março de 2016. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2016 – PE 157/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2016 – PE 157/2015 – Processo 498/2015 – Fornecedor: COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PELA FARMÁCIA ESPECIALIZADA MEDIANTE PROCESSOS JUDICIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 155.109,00 (cento e cinquenta e cinco mil e cento e nove reais), que corresponde à somatória dos itens 119, 205 e 207. Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 28 de março de 2016. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2016 – PE 157/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2016 – PE 157/2015 – Processo 498/2015 – Fornecedor: AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PELA FARMÁCIA ESPECIALIZADA MEDIANTE PROCESSOS JUDICIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 13.843,96 (treze mil, oitocentos e quarenta e três reais e noventa e seis centavos), que corresponde à somatória dos itens 69, 97, 144 e 169. Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 28 de março de 2016. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2016 – PE 157/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2016 – PE 157/2015 – Processo 498/2015 – Fornecedor: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PELA FARMÁCIA ESPECIALIZADA MEDIANTE PROCESSOS JUDICIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 246.235,78 (duzentos e quarenta e seis mil, duzentos e trinta e cinco reais e setenta e oito centavos), que corresponde à somatória dos itens 35, 60, 79, 80, 81, 87, 89, 170, 171, 172, 184, 209 e 210. Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 28 de março de 2016. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2016 – PE 157/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2016 – PE 157/2015 – Processo 498/2015 – Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PELA FARMÁCIA ESPECIALIZADA MEDIANTE PROCESSOS JUDICIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 60.539,87 (sessenta mil, quinhentos e trinta e nove reais e oitenta e sete centavos), que corresponde à somatória dos itens 6, 9, 10, 15, 17, 19, 27, 34, 37, 39, 41, 42, 46, 54, 56, 59, 62, 63, 65, 70, 75, 76, 82, 84, 85, 92, 94, 99, 110, 111, 112, 114, 120, 124, 125, 126, 131, 132, 135, 136, 147, 149, 154, 156, 158, 159, 161, 164, 178, 180, 192, 194 e 195. Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 28 de março de 2016. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2016 – PE 157/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2016 – PE 157/2015 – Processo 498/2015 – Fornecedor: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PELA FARMÁCIA ESPECIALIZADA MEDIANTE PROCESSOS JUDICIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 15.630,64 (quinze mil, seiscentos e trinta reais e sessenta e quatro centavos), que corresponde à somatória dos itens 14, 20, 21, 44, 58, 61, 160 e 191. Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 28 de março de 2016. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2016 – PE 157/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2016 – PE 157/2015 – Processo 498/2015 – Fornecedor: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PELA FARMÁCIA ESPECIALIZADA MEDIANTE PROCESSOS JUDICIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 264.849,44 (duzentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), que corresponde à somatória dos itens 28, 29, 33, 83, 117, 118 e 143. Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 28 de março de 2016. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2016 – PE 157/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2016 – PE 157/2015 – Processo 498/2015 – Fornecedor: DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PELA FARMÁCIA ESPECIALIZADA MEDIANTE PROCESSOS JUDICIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 21.070,42 (vinte e um mil, setenta reais e quarenta e dois centavos), que corresponde à somatória dos itens 12, 13, 18, 25, 38, 40, 45, 51, 52, 55, 64, 78, 95, 96, 98, 101, 105, 121, 127, 128, 130, 148, 155 e 188. Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 28 de março de 2016. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2016 – PE 157/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2016 – PE 157/2015 – Processo 498/2015 – Fornecedor: JANSSEN CILAG FARMACÊUTICA LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PELA FARMÁCIA ESPECIALIZADA MEDIANTE PROCESSOS JUDICIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 651.182,24 (seiscentos e cinquenta e um mil, cento e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos), que corresponde ao item 116. Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 28 de março de 2016. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

CONTRATO/CT: Nº 032/2016 – IN 001/2016 CHAMAMENTO PÚBLICO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 032/2016 – IN 001/2016 CHAMAMENTO PÚBLICO

– Processo 031/2016 - Contratado: SDB COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (FILIAL 45). Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA AQUISIÇÃO DE PATROCÍNIO PARA A REALIZAÇÃO DA FEIRA DA FREGUESIA – ANO 2016, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. Prazo: O presente Chamamento Público terá seu prazo de vigência até o dia 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado caso necessário. O presente contrato não trará ônus algum ao Município. Data da Assinatura do Contrato: 18 de março de 2016.

CONVÊNIO DE CONCESSÃO DE ESTÁGIO

CONVÊNIO DE CONCESSÃO DE ESTÁGIO. PARTES: Secretaria Municipal de Assistência Social – Estado de Santa Catarina e Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA. OBJETO: O presente Acordo de Cooperação tem por objeto o estabelecimento das condições para a oferta de oportunidades de estágio supervisionado a estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação ministrados pela Instituição de Ensino, a ser desenvolvido em ambiente de trabalho que propicie a preparação para o trabalho produtivo em unidades ou instalações da Concedente. VIGÊNCIA: sessenta meses a contar da data de assinatura. LOCAL E DATA: São José, SC, 01 de fevereiro de 2016. SIGNATÁRIOS: Norma Warmling, pela Secretaria de Assistência Social do Município de São José e Rafael Andrés Villari, pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA.

DECRETO Nº 6081/2016

DECRETO Nº 6081/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

12.00 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.451.0106.2.057 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Serviços

Públicos

621 – 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,

Recursos Próprios R\$ 9.000,00

Total desta Atividade R\$ 9.000,00

Total do Órgão R\$ 9.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 9.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

12.00 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.451.0106.2.057 – Funcionamento e Manutenção da

Secretaria de Serviços
Públicos
625 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 9.000,00
Total desta Atividade R\$ 9.000,00
Total do Órgão R\$ 9.000,00
Total da Anulação ... R\$ 9.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de março de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 6094/2016

DECRETO Nº 6094/2016
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 30 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.306.0103.2.027 – Merenda Escolar – Creche

171 – 3.3.50.43.00.00.0010 – Subvenções Sociais,
Recursos do Convênio nº 864/95 – FAE/PNAE – Merenda Escolar
Total desta Atividade R\$ 100.000,00
Total do Órgão .. R\$ 100.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 100.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$100.000,00 (cem mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.306.0103.2.507 – Merenda Escolar – Pré – Escola – CEI

181 – 3.3.50.43.00.00.0010 - Subvenções Sociais,
Recursos do Convênio nº 864/95 – FAE/PNAE – Merenda Escolar
Total desta Atividade R\$ 100.000,00
Total do Órgão .. R\$ 100.000,00
Total da Anulação

. R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de março de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 6171/2016

DECRETO Nº 6171/2016
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 30 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 311.876,42 (trezentos e onze mil, oitocentos e setenta e seis reais e quarenta e dois centavos), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.306.0103.2.027 – Merenda Escolar – Creche

172 – 3.3.90.30.00.00.0010 – Material de Consumo,
Recursos do Convênio nº 864/95 – FAE/PNAE – Merenda Escolar
Total desta Atividade R\$ 222.300,00

08.01.12.306.0103.2.322 – Merenda Escolar – Ensino Médio

175 – 3.3.90.30.00.00.0010 – Material de Consumo,
Recursos do Convênio nº 864/95 – FAE/PNAE – Merenda Escolar
Total desta Atividade R\$ 2.420,00

08.01.12.306.0103.2.507 – Merenda Escolar – Pré – Escola – CEI

182 – 3.3.90.30.00.00.0010 – Material de Consumo,
Recursos do Convênio nº 864/95 – FAE/PNAE – Merenda Escolar
Total desta Atividade R\$ 87.156,42
Total do Órgão R\$ 311.876,42
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 311.876,42

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Superávit Financeiro dos Recursos do Convênio nº 864/95 – FAE/PNAE – Merenda Escolar, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2015, consignado no Orçamento vigente com o co digo 10.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 6172/2016

DECRETO Nº 6172/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 30 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 448.811,99(quatrocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e onze reais e noventa e nove centavos), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.1.175 – Implantação, Reforma e Ampliação de Ginásios e Quadras de Esportes – Educação

194 – 4.4.90.51.00.00.0161 – Obras e Instalações,
Recursos do Termo Compr. PAC II-03102/2012-Pró-Inf/FNDE/MEC
..... R\$ 66.947,89
Total deste Projeto
..... R\$ 66.947,89

08.01.12.365.0103.1.046 – Implantação, Ampliação, Reforma e Equipamentos para Centros de Educação Infantil
302 – 4.4.90.51.00.00.0161 – Obras e Instalações,
Recursos do Termo Compr. PAC II-03102/2012-Pró-Inf/FNDE/MEC
..... R\$ 149.190,00
305 – 4.4.90.52.00.00.0161- Equipamentos e Material Permanente,
Recursos do Termo Compr. PAC II-03102/2012-Pró-Inf/FNDE/MEC
..... R\$ 232.674,10
Total deste Projeto
..... R\$ 381.864,10
Total do Órgão
R\$ 448.811,99
Total do Crédito Adicional Suplementar
R\$ 448.811,99

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Superávit Financeiro dos Recursos do Termo Compr. PAC II-03102/2012-Pró-Inf/FNDE/MEC, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2015, consignado no Orçamento vigente com o código 161.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 6173/2016

DECRETO Nº 6173/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 30 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 29.995,28(vinte e nove mil, novecentos e noventa e cinco reais e vinte e oito centavos), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.032 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

262 – 3.3.90.39.00.00.0121 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos do Convenio nº 7982/04-0- Governo do Estado Secretaria de Desenvolvimento Regional R\$ 29.995,28
Total desta Atividade
..... R\$ 29.995,28
Total do Órgão
.... R\$ 29.995,28
Total do Crédito Adicional Suplementar
. R\$ 29.995,28

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Superávit Financeiro dos Recursos do Convenio nº 7982/04-0- Governo do Estado Secretaria de Desenvolvimento Regional, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2015, consignado no Orçamento vigente com o código 121.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003/2016

CONCURSO PÚBLICO 003/2015

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos(as) aprovados(as) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 003/2015, abaixo relacionados(as), para comparecerem mediante agendamento, nos termos do item 14.8 do Edital, à Secretaria de Administração - Diretoria de Recursos Humanos - 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n - Praia Comprida - São José/SC, munidos de seus documentos pessoais para dar início a nomeação.

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
KATHERI MARIS ZAMPROGNA	Enfermeiro da Família	1
ANDREA TEIXEIRA	Enfermeiro da Família	2
JENEFER GARCEZ ALEXANDRE	Enfermeiro da Família	3
GABRIELLE LESSA BARBOSA	Enfermeiro da Família	4
GISELE BERNO	Enfermeiro da Família	5
GABRIELA BACK	Enfermeiro da Família	6
JARDEL SCREMIN MAGAGNIN	Enfermeiro da Família	7
THAISA MARA DE MELO	Enfermeiro da Família	8
PAULA LENHART PEREIRA	Enfermeiro da Família	9
ISABELA SCHURHAUS HYEDA	Enfermeiro da Família	10
ERIKA SIMAS EBSSEN	Enfermeiro da Família	11
TUYANNE VERGINIO CARDOSO	Enfermeiro da Família	12
LUIZ SCARDUELLI FILHO	Enfermeiro da Família	13
ADRIANA CELIA ZAIONS	Enfermeiro da Família	14
RAFAEL FILIPE SILVEIRA	Enfermeiro da Família	15
JUAREZ ANDRADE ARAUJO	Enfermeiro da Família	16
VINICIUS FAGUNDES DA SILVA	Enfermeiro da Família	1 (PNE)

São José, 14 de abril de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

ERRATA AO EXTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO 012/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA AO EXTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO 012/2016 – A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 14/04/2016, ONDE SE LÊ: "RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 14 de abril de 2016 às 18h00min até dia 28 de abril de 2016, às 14h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h30min do dia 28 de abril de 2016" LEIA-SE: "RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 14 de abril de 2016 às 18h00min até dia 29 de abril de 2016, às 14h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h30min do dia 29 de abril de 2016". Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

CÂMARA MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2016 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 069/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 069/2015

Objeto:
A presente licitação tem como objeto a:

A licitação tem como objeto a contratação de empresa(s) para o fornecimento de MATERIAL DE LIMPEZA, GÊNEROS ALIMENTÍCIO, AGUA MINERAL, MATERIAL DE EXPEDIENTE, MATERIAL DE COPA E COZINHA E MATERIAL ELÉTRICO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A Câmara Municipal de São José comunica aos interessados sobre data de abertura do presente Pregão com data período do recebimento dos envelopes de classificação e habilitação até: dia 29/04/2016 às 13h:30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia: 29/04/2016 às 14h00min.

A íntegra do Edital estará disponível no Portal Eletrônico da CMSJ no endereço: <http://www.cmsj.sc.gov.br/index.php/editais>

Maiores informações: Pregoeiro e Comissão Permanente de Licitações e Contratos, das 13h00min às 19h00min, Telefones: (48) 3029-1315 ou (48) 3029-1327

São José/SC, 14 de abril de 2016
GABRIEL NIENCHOTTER
PREGOEIRO

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 188, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº 188, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Institui Contribuição de Melhoria, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituída, na forma dos artigos 112 a 113-O da Lei Municipal nº 298, de 18 de dezembro de 1979, a Contribuição de Melhoria decorrente da execução de pavimentação asfáltica na Rua Frei Antônio Coletti, entre a Rua Frei Ângelo Valentin e a Travessa Irineu Bornhausen, fixada na tabela constante do Anexo I da presente Lei.

§ 1º O Anexo I desta Lei identifica os imóveis, os contribuintes e o valor da respectiva Contribuição de Melhoria, para todos os fins e efeitos.

§ 2º A fixação do valor da Contribuição de Melhoria, informado no Anexo I, levou em consideração o laudo de avaliação de valorização imobiliária constante do Anexo II e o orçamento estimado/custo total da obra, constante do Anexo III desta Lei.

Art. 2º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Poder Executivo fará publicar edital, na forma do artigo 113-F e seguintes da Lei nº 298, de 18 de dezembro de 1979 e suas alterações, com os elementos ali indicados.

Parágrafo único. O edital poderá ser publicado após a realização parcial ou total da obra, porém, obrigatoriamente, antes da efetiva cobrança da Contribuição de Melhoria do contribuinte.

Art. 3º Por ocasião da obra, cada contribuinte ou responsável será notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seus pagamentos, bem como dos elementos que integraram o respectivo cálculo.

Art. 4º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, constantes no orçamento municipal.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de abril de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO I

(Lei Complementar nº 188, de 15 de abril de 2016)

IDENTIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS, CONTRIBUINTES E O VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de abril de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO II

(Lei Complementar nº 188, de 15 de abril de 2016)

LAUDO DE AVALIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de abril de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO III

(Lei Complementar nº 188, de 15 de abril de 2016)

CUSTO TOTAL/ORÇAMENTO ESTIMADO DA OBRA PÚBLICA QUE CONSISTE NA PAVIMENTAÇÃO DA RUA FREI ANTÔNIO COLETTI, ENTRE A RUA FREI ÂNGELO VALENTIN E A TRAVESSA IRINEU BORNHAUSEN

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de abril de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 189, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº 189, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Institui Contribuição de Melhoria, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituída, na forma dos artigos 112 a 113-O da Lei Municipal nº 298, de 18 de dezembro de 1979, a Contribuição de Melhoria decorrente da execução de pavimentação asfáltica na Rua Frei Ângelo Valentin, entre a Rua Frei Antônio Coletti e a Travessa Tiradentes, fixada na tabela constante do Anexo I da presente Lei.

§ 1º O Anexo I desta Lei identifica os imóveis, os contribuintes e o valor da respectiva Contribuição de Melhoria, para todos os fins e efeitos.

§ 2º A fixação do valor da Contribuição de Melhoria, informado no Anexo I, levou em consideração o laudo de avaliação de valorização imobiliária constante do Anexo II e o orçamento estimado/custo total da obra, constante do Anexo III desta Lei.

Art. 2º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Poder Executivo fará publicar edital, na forma do artigo 113-F e seguintes da Lei nº 298, de 18 de dezembro de 1979 e suas alterações, com os elementos ali indicados.

Parágrafo único. O edital poderá ser publicado após a realização parcial ou total da obra, porém, obrigatoriamente, antes da efetiva cobrança da Contribuição de Melhoria do contribuinte.

Art. 3º Por ocasião da obra, cada contribuinte ou responsável será notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seus pagamentos, bem como dos elementos que integraram o respectivo cálculo.

Art. 4º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, constantes no orçamento municipal.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de abril de 2016.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

ANEXO I
(Lei Complementar nº 189, de 15 de abril de 2016)

IDENTIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS, CONTRIBUINTES E O VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de abril de 2016.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

ANEXO II
(Lei Complementar nº 189, de 15 de abril de 2016)

LAUDO DE AVALIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de abril de 2016.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

ANEXO III
(Lei Complementar nº 189, de 15 de abril de 2016)

CUSTO TOTAL/ORÇAMENTO ESTIMADO DA OBRA PÚBLICA QUE CONSISTE NA PAVIMENTAÇÃO DA RUA FREI ÂNGELO VALENTIN, ENTRE A RUA FREI ANTÔNIO COLETTI E A TRAVESSA TIRADENTES

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de abril de 2016.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.272, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

LEI Nº 2.272, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênios, concedendo auxílio financeiro para entidades, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios e a conceder auxílio financeiro para entidades, no exercício financeiro de 2016, nos seguintes valores:

I - R\$ 12.000,00 (doze mil reais), em benefício da Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Lourenço d'Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 06.536.696/0001-51, visando a manutenção das atividades da entidade;

II - R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em benefício da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 80.622.376/0001-77, para manutenção das atividades e demais investimentos na entidade;

III - R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para a ONG Entre Amigos e Crianças, inscrita no CNPJ sob o nº 09.561.164/0001-62, para manutenção das atividades e demais investimentos na entidade;

IV - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em favor do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, inscrito no CNPJ sob o nº 03.774.688/0001-55, para manutenção dos programas profissionalizantes no Município de São Lourenço do Oeste/SC.

Art. 2º Para cobertura das despesas desta Lei serão utilizados recursos previstos no Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de abril de 2016.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal
ANEXO ÚNICO
(Lei nº 2.272, de 15 de abril de 2016)

DOCUMENTOS EXIGIDOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.170, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de abril de 2016.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.273, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

LEI Nº 2.273, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Declara de utilidade pública a Associação de Máquinas de Linha Nova Farroupilha, município de São Lourenço do Oeste - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Máquinas de Linha Nova Farroupilha, distrito de Presidente Juscelino, município de São Lourenço do Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 24.216.742/0001-17, fundada em 21 de novembro de 2015. Parágrafo único. À entidade mencionada no caput, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de abril de 2016.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

REGIMENTO DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

REGIMENTO DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Art. 1º A 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste, convocada pelo Decreto nº 5.333, de 19 de fevereiro de 2016, alterado pelo Decreto nº 5.361, de 24 de março de 2016, será realizada sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, com o apoio do CONCILO - Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste - e terá os seguintes objetivos e finalidades:

I - propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos do Município, Estado, Distrito Federal e União com os diversos segmentos da sociedade, sobre assuntos relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;

II - sensibilizar e mobilizar a sociedade de São Lourenço do Oeste para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade;

III - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, para a formulação de proposições, realização de avaliações sobre as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas;

IV - propiciar e estimular a organização da 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste como instrumento para garantia da gestão democrática das políticas de desenvolvimento

urbano no Município;
V - eleger e indicar delegados à 6ª Conferência Estadual das Cidades.

CAPÍTULO II DA REALIZAÇÃO

Art. 2º A 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste será realizada no dia 11 de abril de 2016, às 07:30 horas, no auditório da Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense - AMNOROESTE.

Art. 3º A realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste antecede a 6ª Conferência Estadual das Cidades, que está prevista para ocorrer nos dias 15, 16 e 17 de março de 2017, sendo que a realização da etapa municipal é condição indispensável para a participação de delegados municipais na Conferência Estadual.

Art. 4º A 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste será pública, acessível à participação de todos os cidadãos interessados e deverá contemplar em suas análises, formulações e proposições, o temário nacional e estadual propostos.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 5º A 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste será presidida pelo Prefeito Municipal ou pelo Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, sendo que, na eventual ausência ou impedimento destes, a Conferência será presidida pelo Presidente da Comissão Preparatória.

Art. 6º Ficará ao encargo da Comissão Preparatória Municipal instituída pelo Decreto nº 5.367, de 07 de abril de 2016, a organização e realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste.

Art. 7º Compete à Comissão Preparatória Municipal:
I - coordenar, supervisionar e promover a realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste atendendo aos aspectos técnicos, jurídicos, políticos e administrativos;
II - propor mecanismos para mobilização das entidades, órgãos e sociedade para participação da 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste;
III - elaborar o Regimento Municipal para apreciação e aprovação no dia da realização da Conferência Municipal da Cidade, contendo os critérios de participação da 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste e de eleição dos delegados para a Conferência Estadual;
IV - elaborar e encaminhar o relatório da Conferência Municipal para a Comissão Organizadora Estadual no prazo de até 10 (dez) dias após a realização da respectiva Conferência, bem como preencher o formulário disponibilizado no endereço eletrônico www.cidades.gov.br/6conferencia, com as informações da Conferência Municipal, no prazo de até 15 (quinze) dias após a realização da mesma;
V - encaminhar à Comissão Estadual Recursal e de Validação, os recursos impetrados contra atos da Comissão Preparatória Municipal ou quaisquer questionamentos referentes a atos ou omissões de agentes envolvidos na realização ou participação na referida Conferência.

CAPÍTULO IV DO TEMÁRIO

Art. 8º A 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste terá como temática: "A Função Social da Cidade e da Propriedade" e como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e

Socialmente Justas".

Art. 9º A 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste será composta de grupos temáticos e mesas de debates.

Art. 10. A Conferência Municipal deverá responder as perguntas do texto de referência fornecido pelo Ministério das Cidades, na forma de resultado da discussão de temas de interesse local e indicar propostas prioritárias para serem encaminhadas para discussão na Conferência Estadual.

CAPÍTULO V DOS PARTICIPANTES

Art. 11. Participarão da 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste:

I - com direito a voz e voto:

a) os membros da Comissão Preparatória Municipal;
b) demais interessados e convidados que representem os segmentos relacionados no art. 14 deste Regimento, desde que efetuem o credenciamento no prazo previsto;

II - com direito a voz:

a) cidadãos interessados que representem os segmentos relacionados no art. 14 deste Regimento, que, entretanto, não efetuem o credenciamento no prazo previsto;
b) demais cidadãos interessados que não representem os segmentos relacionados no art. 14 deste Regimento.

Parágrafo único. Os interessados que não representem os segmentos relacionados no art. 14 deste Regimento, que, entretanto, efetuem o credenciamento no prazo previsto, terão direito a voz, sendo que o direito a voto estará restrito à votação deste Regimento e das proposições.

Art. 12. O credenciamento dos participantes da 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste dar-se-á na recepção do evento, quando do registro dos participantes, das 07h30min às 08h00min no período matutino e das 13h00min às 13h30min no período vespertino.

Parágrafo único. Será fornecido certificado ao participante que cumprir, ao menos, 75% da carga horária da 6ª Conferência Municipal de São Lourenço do Oeste.

Art. 13. Todos os participantes credenciados receberão um crachá no momento do credenciamento, para uso durante o processo de aprovação do Regimento Interno, escolha das proposições e eleição dos delegados.

Art. 14. A representação dos diversos segmentos da Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste, deverá ter a seguinte composição:

I - gestores, administradores públicos e legislativo – federais, estaduais e municipais, no percentual de 42,3% (quarenta e dois vírgula três por cento);

II - movimentos populares, no percentual de 26,7% (vinte e seis vírgula sete por cento);

III - trabalhadores, por suas entidades sindicais, no percentual de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

IV - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, no percentual de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

V - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa, bem como conselhos profissionais, no percentual de 7% (sete por cento), e VI - ONGs com atuação na área do Desenvolvimento Urbano, no percentual de 4,2% (quatro vírgula dois por cento).

CAPÍTULO VI DA APROVAÇÃO DO REGIMENTO, ESCOLHA DAS PROPOSIÇÕES E ELEIÇÃO DOS DELEGADOS

Art. 15. O Regimento da 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste será aprovado somente pelos participantes com direito a voz e voto, que efetuarem o seu credenciamento conforme descrição no Capítulo V deste Regimento.

Art. 16. As proposições serão escolhidas por todos os participantes que efetuarem o seu credenciamento, conforme descrição no Capítulo V deste Regimento.

Art. 17. A eleição dos delegados será realizada somente pelos participantes com direito a voz e voto que efetuarem o seu credenciamento, conforme descrição no Capítulo V deste Regimento.

Art. 18. Serão eleitos 5 (cinco) delegados municipais, sendo 2 (dois) membros do Poder Público e 3 (três) membros da Sociedade Civil, para representação do Município de São Lourenço do Oeste à 6ª Conferência Estadual, conforme Regimento da 6ª Conferência Estadual das Cidades em seu Anexo I.

Parágrafo único. O delegado titular eleito terá um suplente vinculado, do mesmo segmento, que será credenciado somente na ausência do titular.

Art. 19. A eleição dos delegados deverá ocorrer separadamente, de forma que tanto o Poder Público quanto a Sociedade Civil deverão indicar seus representantes de modo isolado.

CAPÍTULO VII DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 20. As despesas com a organização e a realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste, correrão por conta de recursos orçamentários próprios do Município.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. Os casos omissos ou conflitantes serão dirimidos no âmbito das deliberações da Comissão Preparatória Municipal, cabendo recurso de suas decisões à Comissão Preparatória Estadual e, em última instância, à Comissão Nacional Recursal e de Validação.

Art. 22. Este Regimento será apreciado e aprovado pelos participantes, conforme processo descrito no Capítulo V, na data de realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste.

São Lourenço do Oeste, SC, 11 de abril de 2016.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO 04/2016 FMAS

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº04/2016 FMAS.

Termo de credenciamento que entre si celebram o Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz 210, inscrito no CNPJ N.º 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. GILNEI ANTONIO GUTH, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Luiz, neste Município, inscrito no CPF N.º 469.398.579-15, RG Nº. 5.041.812, doravante denominado CREDENCIANTE, e a empresa MARIA FERNANDA REZENDER, pessoa física, inscrita no CPF sob nº. 031.973.949-09, residente e domiciliada na Rua São Luis, nº103, centro, CEP 89879-000, no Município de São Miguel da Boa Vista estado de Santa Catarina, doravante denominada de CREDENCIADA, resolvem credenciar pelo regime de preços unitários conforme Edital de Credenciamento 01/2016, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para desempenhar, por 40 horas semanais, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos complementares ao PAIF, visando de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Sócio Assistencial as trocas culturais e de vivência entre pessoas, fortalecendo os vínculos, incentivando a participação social, o convívio familiar e comunitário, trabalhando o desenvolvimento do sentimento de identidade, além de acompanhamento diário de alunos atendidos por programas assistenciais, além de acompanhamento destes alunos em apresentações e eventos culturais desenvolvidos dentro e fora do município. O credenciamento em questão é referente aos itens 02, da tabela e seus respectivos valores anexos ao edital de credenciamento nº01/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Os valores a serem pagos pelo Município para realização dos serviços, será conforme tabela I em anexo a este termo e ao edital 01/2016, sendo considerados valores máximos para cada especialidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO

Os Serviços serão prestados em 40 horas semanais, em ambiente disponibilizado pela Administração Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, devendo o contratado cumprir os horários e executar todos os serviços estabelecido na cláusula primeira.

O prazo de vigência do Termo de Credenciamento começa a contar de sua assinatura até o dia 30 de novembro de 2016.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA E DO PRAZO DO PAGAMENTO E REAJUSTE.

Os pagamentos serão realizados até o décimo segundo dia do mês subsequente a realização do serviço e emissão da nota fiscal o documento equivalente.

Os valores serão pagos a CREDENCIADA, em conta corrente em nome da Credenciada, conforme a realização dos serviços, sendo que a credenciada deverá disponibilizar o número da conta e agência para depósito.

O preço dos serviços a serem contratados serão fixos e irrevogáveis até 30 de novembro de 2016, portanto durante a vigência do contrato não sofrerão nenhum tipo de reajuste ou reequilíbrio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de aquisição de Serviço;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo às condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço serão de exclusiva responsabilidade da Credenciada.

IV - Os serviços deverão ser pré-agendados pela credenciante, sendo que a credenciada deverá obedecer aos horários agendados, sob pena de multas e descumprimento junto ao município após este período.

V - É vedado:

a) Não poderá fazer parte do quadro social ou de empregados da CREDENCIADA, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado sob qualquer título; ocupante de cargo eletivo ou com registro oficial de candidatura a cargo no Município CREDENCIANTE, salvo casos previstos em estatuto;

b) A transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE realizará, subsidiariamente, fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo por intermédio do Secretário pasta, ora nominado fiscal do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias – Exercício 2016:

08.244.0010.2.045 – Manutenção das Atividades do CRAS

3.3.90.0000 – Aplicação direta.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO

Este Termo de Credenciamento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 001/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLAUSULA NONA – DAS SANÇÕES

A credenciada que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar/credenciar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

- a) No valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, por dia que o serviço não for prestado e de 1% (três por cento), por hora, caso o serviço for prestado com atraso.
- b) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 50% (cinquenta por cento) do valor do Contrato;
- c) desconto proporcional das horas não trabalhadas;
- d) Indenização à Contratante da diferença de custo para contratação de outro licitante.

No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

As sanções previstas no inciso I da cláusula nona, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

- a) pela ocorrência de seu termo final;
- b) por solicitação do Credenciado, o qual deverá apresentar motivo irrelevantes, justificado e justa causa, que deverão ser aceitos pela Contratante, sob pena de pagamento de indenização no mesmo percentual estabelecido na cláusula nona, II, "b" deste Contrato;
- c) por acordo entre as partes;
- d) unilateral, pelo Credenciante, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Maravilha - SC, para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solvidas administrativamente. E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor e forma.

São Miguel da Boa Vista (SC), 08 de abril de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH Prefeito Municipal	MARIA FERNANDA REZENDER CPF: 031.973.949-09 Representante Legal
GILBERTO JOSÉ MIORANDO Assessor Jurídico	

Testemunhas

RICARDO JUNIOR BONFANTI MARCELO JONEZ MÜLLER
CPF: 067.561.069-96 CPF: 033.100.669-32

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº04/2016 FMAS
ANEXO I

Item	Vaga	Prazo	Especificação	Preço Unitário Máximo R\$
01	01	09 (nove) Meses	Oficineiro de dança - profissional com formação mínima de nível superior em educação física, para trabalhar 20 horas semanais, responsável pela realização de "oficinas" com grupos PAIF/SCFV. Experiência e habilidade técnicas em dança na modalidade de dança contemporânea, street dance, balé, danças tradicionais, dança de salão dentre outras.	1.275,00
02	01	09 (nove) Meses	Contratação de profissional com no mínimo ensino médio completo para desempenhar, por 40 horas semanais, serviço de acompanhamento diário de alunos atendidos por programas assistenciais, além de acompanhamento destes alunos em apresentações e eventos culturais desenvolvidos dentro e fora do Município.	1.200,00
03	01	09 (nove) Meses	Oficineiro de canto - profissional com formação mínima de nível de ensino médio, responsável pela realização de "oficinas" com grupos, para trabalhar 04 horas semanais. Com experiência em ensinamentos teóricos e práticos de vocal, harmonização de vozes com acompanhamento instrumental, para treinamento e aperfeiçoamento do coral municipal, com supervisão e acompanhamento em eventos realizados no município ou representando-o em eventos culturais em municípios vizinhos.	840,00
04	01	09 (nove) Meses	Oficineiro de violão e canto - profissional com formação mínima de nível de ensino médio, para trabalhar 20 horas semanais, responsável pela realização de "oficinas" com grupos PAIF/SCFV. Experiência e habilidade técnica com a função de violão e canto ou carteira profissional de músico, além de acompanhamento dos alunos em apresentações realizadas no município ou eventos culturais fora do município, conforme cronograma com datas e local a ser estabelecido e definido pela secretaria.	1.500,00

05	01	09 (nove) Meses	Oficineiro de gaita - profissional com formação mínima de nível de ensino médio, para trabalhar 10 horas semanais, responsável pela realização de "oficinas" com grupos. Experiência e habilidade técnica com a função de gaita, com ensinamentos práticos e teóricos.	1.000,00
----	----	--------------------	--	----------

PROCESSO LICITATÓRIO 27/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item para aquisição de peças para veículos e máquinas da Municipalidade e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 29/04/2016. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 15 de abril de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO 28/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 28/2016.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", por item, para contratação de serviços na área de Medicina Veterinária, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 13:45 horas do dia 29/04/2016. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidas com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta – Feira, horário de expediente, das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 15 de abril de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO N.º 43, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO N.º 43, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre a Convocação da Etapa Municipal da 6ª Conferência das Cidades e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso das atribuições que a Lei Orgânica Municipal n. 44, de 26 de junho de 1997 em conjunto considerando o disposto no Decreto Municipal n.º 27, de 22 de fevereiro de 2016, que cria a Comissão Preparatória Municipal, na Portaria n.º 024/2015 de 29 de outubro de 2015, da Secretaria de Estado do Planejamento, e na Resolução Normativa n.º 19, de 18 de setembro de 2015, do Conselho das Cidades,

Art. 1º - Fica convocada a Etapa Municipal da 6ª Conferência das Cidades, doravante denominada Conferência Municipal de São Pedro de Alcântara, a realizar-se no Auditório da Câmara, dia 10 de maio de 2016, das 8h00 às 17h00, com intervalo de 1 (uma) hora para almoço.

Art. 2º - A Conferência Municipal de São Pedro de Alcântara tem por objetivos:

I - propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política de Desenvolvimento Urbano;

II - sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes no Município;

III - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, e etnia para a formulação de proposições, realização de avaliações sobre as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas;

IV - propiciar e estimular a organização e o fortalecimento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural, como instrumento para garantia da gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano municipal;

Art. 3º - O temário da Conferência Municipal deve contemplar o temário Estadual e Nacional, qual seja, "A Função Social da Cidade e da Propriedade" e o lema "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art. 4º - A Conferência Municipal de São Pedro de Alcântara deverá:

I - debater propostas e soluções voltadas à realidade local;

II - responder às perguntas do Texto de Referência publicado pelo Conselho das Cidades, órgão vinculado ao Ministério das Cidades, sob título "A Função Social da Cidade e da Propriedade: Cidades Inclusivas, Participativas e socialmente Justas"

III - eleger o(s) delegado(s) representantes da sociedade civil organizada, na forma estabelecida no Anexo 1 do Regimento da 6ª Conferência Estadual das Cidades, disponibilizado pelo Conselho Estadual das Cidades, ou CONCIDADES/SC, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina, ou SPG

Parágrafo Único - Segundo o Regimento da 6ª Conferência Estadual das Cidades, o Município de São Pedro de Alcântara enviará 3 (três) delegados à 6ª Conferência Estadual das Cidades, sendo:

I - 1 (um) delegado representante do Governo Municipal, a ser escolhido pelos chefes dos poderes Executivo e Legislativo;

II - 2 (dois) delegados representantes de 2 (dois) segmentos diferentes da sociedade civil organizada, presentes na Conferência

Municipal de São Pedro de Alcântara.

Art. 5º - A Conferência Municipal de São Pedro de Alcântara será presidida pelo Prefeito ou pela Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento e, na sua ausência ou impedimento eventual, pela Secretária Municipal de Saúde e Serviço Social.

Art. 6º - O Prefeito ou Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento publicará, mediante Decreto, o Regimento Interno da Etapa Municipal da 6ª Conferência das Cidades, ou Conferência Municipal de São Pedro de Alcântara, elaborado em conjunto com a Comissão Preparatória da referida Conferência.

Parágrafo único - O Regimento disporá sobre a organização, o funcionamento e o processo democrático de escolha dos seus delegados, representantes da sociedade civil organizada.

Art. 7º - As despesas com a realização da Conferência Municipal de Canelinha ocorrerão por conta dos recursos orçamentários próprios da Prefeitura Municipal.

Art. 8º - Revoga-se o Decreto nº 28, de 24 de fevereiro de 2016 e as disposições ao contrário.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de março de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 07/2016

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 07/2016

O Prefeito Municipal DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, apresenta o presente Edital:

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, a chamada pública para seleção de professor(a) horista de artes para ministrar aulas ao ensino fundamental anos finais e educação infantil (Pré-escolar I e II), para o ano letivo de 2016.

§ 1º - Tal edital se fez necessário devido a licença prêmio da Profª. Elenir Teresinha de Souza, sendo assim o contrato temporário estará vinculado ao retorno do servidora a sala de aula.

Art. 2º - Os/as professores (as) interessados em participar, deverão comparecer a Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Pedro de Alcântara, no dia 19 de abril de 2016, às 08h, portando a seguinte documentação:

I - Xerox Identidade;

II - Xerox CPF;

III - Xerox PIS PASEP/ Carteira Trabalho;

IV - Xerox Título de Eleitor/ Quitação Eleitoral;

V - Xerox Certificado de Reservista;

VI - Xerox Títulos Escolares (autenticado);

VII - Xerox Certidão de Casamento;

VIII - Xerox Certidão Filhos menores de 14 anos;

IX - Atestado de Saúde (Médico do Trabalho);

X - 01 Foto 3 x 4 atual;

XI - Comprovante de Residência;

XII - Declaração de bens;

XIII - Declaração de Acumulação;

XIV - Conta Banco Brasil;

XV - Declaração Penalidades;

XVI - Folha Corrida Judicial.

§ 1º - Dúvidas e/ou esclarecimentos sobre a documentação a ser apresentada, poderá ser retirada no Setor de Recursos Humanos, localizado no 2º andar, do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no horário de funcionamento 8h as 12h e das 13h as 17h ou através do telefone (48) 32770122 r:221.

§ 2º - A apresentação da documentação no ato da escolha, é de caráter eliminatório.

Art. 3º - As vagas ofertadas, tem como pré-requisito o título de licenciatura em artes, no entanto não havendo interessados para a vaga, ocorrerá a abertura da vaga para professores (as) sem habilitação em artes.

Art. 4º - A escolha de turmas será realizada em forma de assembleia, sendo expostas todas as vagas, havendo a manifestação de interesse no momento em que for anunciada a vaga.

§ 1º - Havendo mais de um professor (a) interessado pela mesma turma, será adotado os seguintes critérios de desempate:

I – Título em licenciatura em artes; havendo empate;

II – Tempo de magistério; havendo empate;

III - Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

§ 2º - Para o critério de desempate em tempo de magistério, o candidato deverá possuir um comprovante, que deverá ser a certidão original de tempo de magistério. A não apresentação de tal documentação, no ato da escolha é de caráter eliminatório.

Art. 5º - O/a professor (a), que assumir as aulas de artes, devido ao afastamento da Sr. Elenir, estará ciente que seu contrato estará vinculado ao retorno de tal profissional a sala de aula.

Art. 6º - O professor escolhendo a sua vaga deverá assinar a sua escolha, demonstrando ciência que em seu contrato haverá uma cláusula sobre a suspensão do contrato, devido ao retorno do Srª. Elenir Teresinha de Souza a

Art. 7º - De acordo com o Art. 3º da Resolução nº 08/2014, do CME: "Após a escolha não será permitida a permuta entre professores".

São Pedro de Alcântara, 14 de abril de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____, servidor (a) aprovado (a) na Chamada Pública nº 07/2016, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Professor de Artes para o ensino fundamental anos finais e Pré-Escolar I e II, devido a licença prêmio da Servidora Elenir Teresinha de Souza.

Declaro ciência, que o meu contrato estará vinculado ao retorno da Servidora Elenir Teresinha de Souza a sala de aula.

Declaro ciência, de que não haverá permuta entre professores.

São Pedro de Alcântara, de de 2016.

Nome:

PORTARIA N.º 135/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 135/2016

Concede férias ao servidor ELCIO LUIZ PERING.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ELCIO LUIZ PERING, ocupante do cargo de Operador de Máquina I, férias por 18 dias que gozará a partir de 11/04/2016 a 28/04/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 149/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de abril de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 136/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 136/2016

DESIGNA GILSON PEITER TESTONI PARA SER RESPONSÁVEL PELO SISTEMA REGIN/MEIO AMBIENTE.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara/SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 45, I, da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1.º Designar o servidor GILSON PEITER TESTONI, inscrito no CPF sob nº 179.551.819-72, matrícula 3056, para ser responsável pelo Sistema REGIN/MEIO AMBIENTE.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de abril de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 36/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
- SCHROEDER – SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO
Nº. 36/2016-PMS
PROCESSO Nº. 68/2016-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em elaboração de Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho, elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e realização de serviços médicos, na área de Saúde Ocupacional, para realização exames admissionais, periódicos, retorno ao trabalho, demissionais, clínico (preenchimento de CAT), emissão de atestados e/ou laudos médicos para atender ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 09 de maio de 2016 às 08h45min.
Abertura do Processo: 09 de maio de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 15 de abril de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 37/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
- SCHROEDER – SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO
Nº. 37/2016-PMS
PROCESSO Nº. 69/2016-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de eletromecânica e manutenção em painéis eletroeletrônicos e boosters, bombas dosadoras, equipamentos de laboratório, incluindo assessoria técnica no dimensionamento de boosters da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 10 de maio de 2016 às 08h45min.
Abertura do Processo: 10 de maio de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 15 de abril de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2015-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ROSANGELA ALMEIDA PAZ, inscrita no CPF sob nº. 065.309.149-43, aprovada em 15º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A – ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 28 de abril de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 14 de abril de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2015-SECEL/PMS 2º CHAMADA

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS
2º Chamada

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. DANIELE ESTHER DALCANALLE, inscrita no CPF sob nº. 070.568.979-40, aprovada em 3º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 27 de abril de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 15.1.

Schroeder (SC), 13 de abril de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA PARA ELEIÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA PARA ELEIÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe confere a Lei Municipal nº. 971 de 30/12/1975, alterada pelas Leis nº. 1.050 de 10/04/1997, e nº. 1.578 de maio de 2007 em conformidade com os preceitos da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS;

Considerando a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que no artigo 204, parágrafo II, fundamenta a participação da população por meio de organizações representativas, na formulação de políticas públicas e no controle das ações em todos os níveis;

Considerando a Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que em seu artigo 6º, define que as ações na área de assistência social devem ser organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas pela LOAS, e articular meios, esforços e recursos para que haja um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na área, e que no artigo 16, define as instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo de assistência social, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e sociedade civil, entre elas o Conselho Municipal de Assistência Social;

Considerando a Lei Municipal nº 1.578/2007, que regulamenta o Conselho Municipal de Assistência Social e em seu artigo 3º versa sobre a assembleia das entidades;

Considerando a Resolução nº 002/2016, do CMAS, que dispõe sobre os critérios para a eleição da representação da sociedade civil no conselho Municipal de Assistência Social;

Considerando o término do mandato dos atuais conselheiros do CMAS representantes da sociedade civil em 11/06/2016;

Considerando a Reunião ordinária do dia 12 de abril de 2016;

Resolve:

Art. 1º Convocar a Assembleia para Eleição da Representação da Sociedade Civil do Conselho Municipal de Assistência Social, gestão 2016-2018.

Art. 2º A Assembleia para Eleição da Representação da Sociedade Civil do CMAS, gestão 2016-2018, realizar-se-á no dia 04/05/2016, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, situado à Rua João Arnoldo Moritz, 65, Centro, Schroeder, às 8h30min.

Art. 3º Ficam designados enquanto Comissão Eleitoral, os conselheiros representantes da sociedade civil da gestão 2014-2016, estando encarregados de realizar todos os trâmites legais necessários para o pleito.

Art. 4º Ficam abertas as inscrições para os segmentos dos Trabalhadores do SUAS e Entidades de Assistência Social, a partir de hoje até 29/04/2016. Todos os critérios para a inscrição e eleição dos conselheiros estão regulamentados na Resolução nº 002/2016 do CMAS.

Art. 5º O resultado da eleição será divulgado logo após apuração, com registro em ata. A posse dos novos membros dar-se-á após emissão e publicação de Portaria.

Art. 6º Os casos omissos ou que surgirem durante o processo de eleição ou apuração será dirimido pela Comissão Eleitoral.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 12 de abril de 2016.
Ercílio Silvio Ramos
Presidente do CMAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 10/2016 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 10/2016 - FMS

Processo de licitação nº. 22/2016–FMS - Dispensa de Licitação nº. 10/2016–FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COTEMAQ–E COMÉRCIO DE BALANÇAS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 81.327.421/0001-23, estabelecida Rua Ervino Menegotti, nº 1631, Bairro Rau, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.254-000.

Objeto: contratação de empresa especializada para aferição (calibração) e manutenção de balanças das Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Aferição e manutenção preventiva e corretiva de balança mecânica infantil, capacidade máxima até 16 Kg, marca Filizola, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	2	Unidade	95,00	190,00
02	Aferição e manutenção preventiva e corretiva de balança mecânica infantil, capacidade máxima até 16 Kg, marca Welmy, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	4	Unidade	95,00	380,00
03	Aferição e manutenção preventiva e corretiva de balança mecânica infantil, capacidade máxima até 15 Kg, marca Welmy, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	2	Unidade	95,00	190,00
04	Aferição e manutenção preventiva e corretiva de balança mecânica infantil, capacidade máxima até 16 Kg, marca Balmak, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	4	Unidade	95,00	380,00
05	Aferição e manutenção preventiva e corretiva de balança mecânica adulto, capacidade máxima até 150 Kg, marca Filizola, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	8	Unidade	95,00	760,00
06	Aferição e manutenção preventiva e corretiva de balança mecânica adulto, capacidade máxima até 150 Kg, marca Welmy, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	10	Unidade	95,00	950,00
07	Aferição e manutenção preventiva e corretiva de balança digital adulto, capacidade máxima até 200 Kg, marca Welmy, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	10	Unidade	95,00	950,00
VALOR R\$ TOTAL					3.800,00

Valor do contrato: R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).

Data da Assinatura: 15/04/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 38/2016-PMS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Contrato nº. 38/2016-PMS
Carta Convite nº. 01/2016-PMS
Processo nº. 56/2016-PMS

Termo de contrato que entre si celebram o Município de Schroeder (SC), e a empresa MACEDO & MACEDO COMUNICAÇÕES LTDA. - ME, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gravação e edição de áudio, registro fotográfico para divulgação de eventos e programas públicos, publicação de áudios e fotos, produção diária de textos jornalísticos e envio de informações à imprensa, organização e apresentação de cerimonial para eventos do Município de Schroeder/SC.

Pelo presente instrumento contratual, que firmam o MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com sede municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa MACEDO & MACEDO COMUNICAÇÕES LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.225.524/0001-60, estabelecida na Rua Expedicionário Olímpio José Borges nº. 27, Avaí, no Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Marcos Luis Macedo, inscrito no CPF sob o nº 061.166.299-03, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do processo de licitação, modalidade Carta Convite nº 01/2016-PMS, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO, E DESCRIÇÃO:

1.1.O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gravação e edição de áudio, registro fotográfico para divulgação de eventos e programas públicos, publicação de áudios e fotos, produção diária de textos jornalísticos e envio de informações à imprensa, organização e apresentação de cerimonial para eventos do Município de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	QTDE.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa para prestação de serviços de gravação e edição de áudio. Registro fotográfico para divulgação de eventos e programas públicos. Publicação de áudios e fotos. Produção diária de textos jornalísticos e envio de informações à imprensa. Organização e apresentação de cerimonial para eventos da municipalidade.	08	MÊS	4.000,00	32.000,00
VALOR TOTAL R\$					32.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL:

2.1. O prazo para a entrega do objeto da licitação é de 15 dias, após solicitação através de ordem de serviço/compra, com o senhor Elmer Sandro Quadros, do Município de Schroeder/SC, devendo ser expedida a nota fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:

3.1. Fazem parte deste contrato, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Proposta da Contratada, Edital de Carta Convite nº 01/2016-PMS, Homologação, além das normas e instruções legais vigentes no país, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO:

4.1. O preço do contrato tem como certo e ajustado o valor global da proposta de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil), correspondente ao objeto total descrito e caracterizado na cláusula primeira do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

5.2 - Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

5.3-O pagamento será efetuado na conta bancária especificada pela licitante na proposta comercial, que deverá ser expressa no corpo da nota fiscal ou outro documento anexo a esta.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DESPESAS E RECURSOS:

6.1. Os recursos para atender as despesas do objeto do presente edital provirão da dotação orçamentária fonte 73 – 3.39.90.39.99.00.00 do ano exercício de 2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS MULTAS E PENALIDADES:

7.1. Pelo não cumprimento das condições estabelecidas no presente contrato, a Contratada fica sujeita, a critério da Administração e, garantida a defesa prévia, às penalidades previstas no art. 87, incisos e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro - Pela falta injustificada do fornecimento do objeto, ficará a Contratada sujeita a multa de 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor total da obrigação.

Parágrafo segundo - Se a falta do objeto for superior a 10 (dez) dias, a multa será em dobro.

Parágrafo terceiro - Pela inexecução total ou parcial do contrato, Administração poderá, garantida defesa prévia, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei Federal que rege este instrumento e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

Parágrafo quarto - Ocorrendo multas, estas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

Parágrafo quinto - A aplicação da multa fica condicionada à prévia defesa da Contratada, que deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da respectiva notificação.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORÇA MAIOR:

8.1. No caso de impossibilidade de cumprimento por parte da CONTRATADA do previsto neste contrato, devido à força maior, conforme definido legalmente, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato ao CONTRATANTE e ratificar por escrito em até 05 (cinco) dias essa comunicação, descrevendo as ocorrências.

Parágrafo primeiro - As obrigações contratuais da CONTRATADA serão suspensas enquanto perdurar a situação.

Parágrafo segundo - O CONTRATANTE e a CONTRATADA, reciprocamente não serão responsáveis, por atrasos de qualquer natureza, causados por motivos de força maior.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1. A rescisão contratual poderá ser:

9.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.1.2 - A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos itens 11.1 a 11.2.2 deste Edital;

9.1.3 - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

9.1.4 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

10.1. A empresa vencedora obriga-se a:

10.1.1 - Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

10.1.2 – Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Schroeder e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

10.1.3 - O prazo para a entrega do objeto da licitação é de 15 dias, após solicitação através de ordem de serviço/compra, com o senhor Elmer Sandro Quadros, do Município de Schroeder/SC, devendo ser expedida a nota fiscal.

10.1.4 - Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

10.1.5 - Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

10.1.6 - Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

10.1.7 - Permitir o livre acesso da FISCALIZAÇÃO da Prefeitura Municipal de Schroeder ao local dos serviços, acatando ordens, sugestões e determinações adotadas.

10.1.8 - A empresa vencedora deverá entregar/executar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo VIII – Termo Referência.

10.1.9 - Assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta Contratação;

10.1.10 - Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas nesta licitação;

10.1.11- Sujeitar-se à mais ampla fiscalização por parte da Prefeitura Municipal de Schroeder, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

11.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

11.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item "5" deste contrato.

11.3. Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1. Este contrato e o Edital de Carta Convite nº. 01/2016 – PMS e seus anexos são complementares entre si, qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

13.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

14.1. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, perdurando 31 de dezembro de 2016, ou rescindindo-se automaticamente se o objeto contratado esgotar-se antes do prazo previsto para vigorar o presente termo contratual.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Schroeder (SC), 14 de abril de 2016.

CONTRATADA:

MACEDO & MACEDO COMUNICAÇÕES LTDA. – ME

Marcos Luis Macedo

CPF nº 061.166.299-03

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____ 2ª _____
Nome: Ivandra de Souza Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 047.563.299-00 CPF nº. 053.350.739-18

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 39/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 39/2016-PMS

Pregão Presencial nº. 25/2016-PMS - Processo nº. 49/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TELAS SEIDEL LTDA. - ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 11.697.878/0001-44, com sede na Rodovia Prefeito Engelbert Oeschler nº. 747, Bairro Centro, na cidade de Corupá, estado de Santa Catarina, CEP 89.278-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de tela soldada revestida, malhas 5cm x 10 cm, para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	FORNECIMENTO COM INSTALAÇÃO DE TELA SOLDADA REVESTIDA, MALHA 5CM X 10 CM, MAIS AMARRAÇÕES COM ARAME LISO Nº. 16 2,30MM (INCLUSO).	1.200	M²	20,30	24.360,00
TOTAL R\$					24.360,00

Valor do contrato: R\$ 24.360,00 (vinte e quatro mil trezentos e sessenta reais).

Data da Assinatura: 14/04/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 40/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 40/2016-PMS

Dispensa de Licitação nº. 20/2016-PMS - Processo nº. 72/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DIVISORIAS TAMAROZI LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.618.449/0001-67, estabelecida na rua Adão Noroschny, nº 11, sala

02, Bairro Vila Lenzi, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.252-510.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de divisórias para atender aos setores de tributação, contabilidade e informática, para adequação das necessidades, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Fornecimento e instalação de divisórias	75	m²	58,00	4.350,00
02	Desmontagem e montagem de porta existente	3	Unid.	60,00	180,00
03	Fornecimento e instalação de porta completa com vidro	5	Unid.	275,00	1.375,00
04	Fornecimento e instalação de vidro transparente 3mm	14	m²	70,00	980,00
05	Desmontagem e montagem de divisória com vidro já existente	8	m²	30,00	240,00
TOTAL R\$					7.125,00

Todas divisórias eucatex com perfil em aço e na mesma cor das divisórias já existentes

Valor do contrato: R\$ 7.125,00 (sete mil centos e vinte e cinco reais)

Data da Assinatura: 14/04/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2016-PMS

PROCESSO Nº. 40/2016-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e item (Anexo VIII - Termo referencia e Memorial descritivo) referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº. 20/2016-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em fornecimento de tachões e serviço de pintura de demarcação viária horizontal para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.2.Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 04 de maio de 2016.

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h.

d) Abertura do processo: às 14h15min.

3.1.3. O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 04 de maio de 2016 às 14h, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-b.

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 20/2016-PMS

TERMO DE REFERÊNCIA

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em fornecimento de tachões e serviço de pintura de demarcação viária horizontal para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
01	Pintura para demarcação viária (horizontal) com tintas a base de solvente, todos os equipamentos de aplicação, máquinas, serviço de execução e sinalização de segurança. Conforme Memorial Descritivo - Faixas de Pedrestres e Legendas - cor branca.	5000	metros quadrados	14,00	70.000,00
02	Pintura para demarcação viária (horizontal) com tintas a base de solvente, todos os equipamentos de aplicação, máquinas, serviço de execução e sinalização de segurança. Conforme Memorial Descritivo - Lombadas, divisão de pista e ciclovias - cor amarela e vermelha	5000	metros quadrados	14,00	70.000,00
03	Aquisição e instalação de tachão amarelo bidirecional (divisão de pista) medindo 250 X 150 X 50 MM. Devem suportar carga de no mínimo 1500 Kgf. Devem ser de material organo-inorgânico á base de resina sintéticas e materiais de enchimento constituídos de materiais de cor amarela permanente, contendo na base estrutura em aço 1010/1020, tela de nylon, p/ absorção de impacto, e dois pinos de fixação com barra transversal. Pinos de fixação: Deve ser constituído de 02 parafusos de rosca completa, aço 1010/1020, c/ proteção contra oxidação devendo ser parte do corpo do tachão. A parte dos pinos de fixação a ser imbutida no pavimento deve ser rosqueada para aumentar a aderência. Elemento refletivo amarelo/amarelo ou vermelho/vermelho: Deve ser constituído por elementos refletivos de vidro lapidado e espelhado, ou outro material com características de dureza, resistência á abrasão e retro-refletividade superior ao vidro lapidado. Cola: Deve ser constituída de material sintético, pré-acelerado, á base de resinas de poliéster, de cura rápida e oferecer perfeita aderência dos dispositivos ao pavimento de concreto ou asfáltico, seu tempo de secagem não pode ser superior a 45 minutos	800	Unid.	24,00	19.200,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					159.200,00

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL MEMORIAL DESCRITIVO

1 - OBJETIVO

1.1 Finalidade

Executar Sinalização Horizontal à base de solvente para demarcação, de forma a auxiliar as sinalizações verticais e orientar o fluxo de veículos nas vias pavimentadas do Município.

1.2 Equipamentos de limpeza

A contratada deverá apresentar a aparelhagem necessária para limpar e secar devidamente a superfície a ser demarcada, como: escovas, vassouras, compressores,, etc.

1.2.1 Materiais

Os materiais a serem utilizados na execução da sinalização horizontal através de Tinta a base de solvente, deverão atender às normas ABNT NBR 11862.

1.3 Equipamentos de aplicação

· As máquinas necessárias para aplicação mecânica dos materiais devem incluir:

- Um motor para autopropulsão;
- Compressor de ar, com tanque e pulmão;
- Tanques pressurizados para a tinta;
- Mexedores manuais, mecânicos ou hidráulicos;
- Tanque pressurizado para solvente, contendo conjunto de mangueiras e torneiras para limpeza automática;
- Conjunto para microesferas de vidro, contendo reservatório e semeador, sendo este atomizado ou por gravidade;
- quadro de instrumentos operacionais, contendo:
 - Válvula reguladora de ar do comando, uma por pistola;
 - Válvula reguladora de ar atomizado, uma por pistola;
 - Válvula reguladora do ar para pressurização dos tanques de tinta;
 - Dispositivo para acionamento das pistolas.
- Seqüenciador automático para espaçamento previamente ajustado;
- Conjunto de pintura contendo uma ou mais pistolas, devendo ser oscilante para manter constante à distância da pistola do pavimento;
- Pistolas com atuação pneumática que permita a regulagem da largura das faixas;
- Discos limitadores de faixas para o perfeito delineamento das bordas;
- Dispositivos balizadores e miras óticas para direcionamento da unidade aplicadora durante a execução da demarcação.

· Para o processo de aplicação manual, necessita-se:

- Um motor para autopropulsão;
- Compressor de ar, com tanque e pulmão;

- c) Tanques pressurizados para a tinta;
- d) Mexedores manuais, mecânicos ou hidráulicos;
- e) Tanques para solvente para limpeza das mangueiras e pistolas;
- f) Pistolas manuais atuadas pneumaticamente com as respectivas mangueiras;
- g) Gabaritos;
- h) Pincéis e rolos de pintura.

1.4 Retirada

1.4.1 Os serviços de retirada de sinalização horizontal deverão ser executados em observância ao projeto e ordem de serviço.

1.4.2 As sinalizações a serem retiradas, sejam de quaisquer métodos de aplicação, serão executadas através de métodos a livre escolha da contratada (pintura com tinta preta, lixamento, etc.), estando sujeitos todavia à aprovação do IPPUJ.

1.5 Aplicação

As marcas devem ser aplicadas nos locais e com as dimensões e espaçamentos indicados nos projetos.

1.5.1 Condições ambientais

A tinta aplicada a quente deverá seguir as seguintes condições:

- a) Temperatura entre 10°C e 40°C;
- b) Umidade relativa do ar até 90%.

1.5.2 Preparação do pavimento

- a) A superfície a ser pintada deve se apresentar seca, livre de sujeira ou qualquer outro material estranho (óleos, graxas, etc), que possa prejudicar a aderência do material ao pavimento;
- b) Quando a simples varrição ou jato de ar não forem suficientes para remover todo o material estranho, o pavimento deve ser limpo de maneira adequada e compatível com o tipo de material a ser removido.

1.5.3 Pré-marcação

Quando a superfície a ser sinalizada não apresentar marcas existentes que possam servir de guias, deve ser feita a pré-marcação antes da aplicação do material na via, rigorosamente de acordo com as cotas e dimensões fornecidas em projeto.

1.5.4 Preparação do material

As tintas a serem utilizadas devem ser bem misturadas, de forma a permitir à sua perfeita homogeneização.

1.5.5 Aplicação do material

O material deve ser aplicado obedecendo-se as seguintes instruções:

- a) Aplicar material suficiente, de forma a produzir marcas com bordas claras e nítidas e uma película de cor e largura uniformes;
- b) O material deve ser aplicado de tal forma a não ser necessária nova aplicação para atingir a espessura especificada;
- c) Corrigir qualquer desvio das bordas excedendo 0,01m em 10m, na execução de marcas;
- d) A largura das marcas deve obedecer ao que foi especificado no projeto, admitindo-se uma tolerância de mais ou menos 5%;
- e) As sinalizações existentes, a serem repintadas, devem ser recobertas não deixando qualquer marca ou falha que possa prejudicar a nova sinalização;
- f) As microesferas de vidro utilizadas devem ser adicionadas em duas etapas:
 - Tipo IB – Incorporada à tinta antes da sua aplicação à razão mínima de 200g/l de tinta;
 - Tipo II – aplicadas por aspersão concomitantemente com a aplicação à razão mínima de 300g/m².

1.5.6 Proteção

A tinta aplicada deverá ser protegida durante o tempo de secagem, cerca de 30min, de todo tráfego de veículos bem como de pedestres. O aplicador será diretamente responsável e deve colocar sinais de aviso adequados.

1.5.7 Correção

Caso seja realizada aplicação de material em desacordo com o projeto, a contratada deverá retirá-lo através de métodos a livre escolha sujeitos à aprovação do IPPUJ, e sem ônus à contratante.

1.5.8 Retrorrefletorização

A retrorrefletorização inicial mínima da sinalização deverá ser de 250 mcd/lux m².

As microesferas devem ser distribuídas uniformemente sobre a superfície da faixa e devem estar suficientemente ancoradas ou seja, com 60% do seu diâmetro imerso no material .

1.5.9 Espessura

A espessura da tinta deverá ser após aplicada, quando úmida, de no mínimo 0,80mm. A espessura após a secagem deverá ser de 0,4mm, quando medida sem adição de microesferas de vidro tipo II.

1.5.10 Medição

- a) Nos serviços executados, a apuração das quantidades (medições) será calculada tomando-se por base as áreas efetivamente pintadas, devendo ser feita por técnicos da Contratada e do Contratante devendo os mesmos vistarem o relatório obedecendo às disposições contidas no Anexo III – Sistemática de Medição.

1.5.11 Garantia

A durabilidade da sinalização aplicada (material e aplicação ou somente aplicação), sobre pavimentos asfálticos, suportando tráfego de até 10.000 (dez mil) veículos/faixa x dia, independentemente dos ensaios e vistorias deverá ser:

- a) 6(seis) meses para 100% da metragem total aplicada de cada ordem de serviço;
- b) 9(nove) meses para 80% da metragem total aplicada de cada ordem de serviço;
- c) 12(doze) meses para 60% da metragem total aplicada de cada ordem de serviço.

1.5.12 – A empresa contratada deverá no momento da assinatura do contrato apresentar a Setor de Trânsito, ART (anotação de responsabilidade técnica) do responsável técnico pela execução dos serviços, que obrigatoriamente deverá fazer parte do quadro funcional da empresa, como funcionário, sócio ou prestador de serviços, que esteja registrado no CREA como responsável técnico da empresa contratada.

2 – REQUISITOS GERAIS

2.1 A tinta deve ser aplicada pelo processo de aspersão, através de equipamento automático ou manual, conforme o tipo de pintura a ser executada.

2.2 Além dos equipamentos e vestimentas exigidos por Lei e Normas de Segurança, Lei no 6514 de 22 de dezembro de 1997 – NR6, os funcionários deverão apresentar-se uniformizados e portarem crachá de identificação preso ao uniforme em local visível.

- 2.3 As equipes de pintura deverão portar termômetro e higrômetro portáteis para efetuar o controle de temperatura e umidade relativa do ar.
- 2.4 Os serviços de sinalização devem ser executados quando o tempo estiver bom, ou seja, sem ventos excessivos, poeiras ou neblina.
- 2.5 No caso de qualquer anormalidade observada pela contratada com relação à geometria do local, qualidade do piso ou outro fator que implique na execução de sinalização incompatível com a existente, esta deverá comunicar imediatamente a fiscalização para as providências necessárias.
- 2.6 Todos os serviços de execução de sinalização horizontal somente deverão ser iniciados, após a instalação de sinalização de segurança, de fornecimento da contratada, (cones, cavaletes, dispositivos refletivos e piscantes).
- 2.7 Durante a execução dos serviços de sinalização horizontal serão realizadas inspeções e vistorias pela fiscalização do SETOR DE TRÂNSITO onde será verificadas a concordância dos materiais utilizados e a execução dos serviços com as Especificações Técnicas. O não atendimento qualquer um dos itens constantes nas respectivas Especificações resultará no impedimento do início ou continuidade da jornada de trabalho, até que as irregularidades constatadas sejam eliminadas. Os serviços poderão ser rejeitados e sujeitos a serem refeitos sem qualquer ônus a SETOR DE TRÂNSITO, caso não atendam as Especificações Técnicas.
- 2.8 Sempre que uma ordem de serviço não possa ser cumprida integralmente dentro do prazo programado, por ocorrência de imprevistos (chuvas, obras no local, etc.), a contratada deverá comunicar o fato imediatamente à fiscalização e retornar ao local tantas vezes quanto necessário para sua conclusão

SISTEMÁTICA DE MEDIÇÃO

1 - OBJETIVO

Fixar os parâmetros necessários para efeitos de medição do material aplicado.

2 - REQUISITOS

2.1 – Cálculo das medições:

Para efeitos de cálculos nas medições deverão ser considerados:

- a) Retenção – (Largura = 0,40m) x Comprimento, cor branca;
- b) Aproximação – (Largura = 0,10m) x Comprimento, cor branca;
- c) Faixas de Pedestres – (Largura = 0,40m) x Comprimento x Número de faixas, espaçadas de 0,60m uma da outra, cor branca;
- d) Balizamentos – (Largura = 0,10m) x Comprimento, cor branca, padrão 2,00m pintados e 4,00m sem pintura;
- e) Estacionamentos – (Largura = 0,10m) x Comprimento, cor branca, amarela em casos especiais;
- f) Zebrado – (Largura do bordo = 0,10m) x Comprimento,
(Largura das zebras = 0,40m) x Comprimento, ou seja, a área efetivamente aplicada, acrescidos de 20% na área o total medida devido à dificuldade de execução do mesmo.
- g) Legendas – PARE 6,00 m²
ESCOLA 9,00 m²
CURVA 7,50 m²
DEVAGAR 10,50 m²
ATENÇÃO 10,50 m²
30 km/h, 40 km/h, 60 km/h, 70 km/h 7,50 m²
Setas 5,50 m²
- h) Lombadas – (Largura = 0,10m) x Comprimento, cor branca;

2.2 – Qualidade da Aplicação:

O local somente será considerado concluído e medido se estiver com todos os recortes e acabamentos necessários executados e procedida à varrição e recolhimento de todos os resíduos.

Schroeder, 14 de abril de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.512/2016, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº 6.512/2016, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Vanderleia Padilha Verbinen em 03 de março de 2016;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.363/2015, de 01 de julho de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Laila Jaisza Monteiro, para exercer o cargo de Professora A, subárea Ensino Fundamental Anos Iniciais, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2015/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 14 de abril de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.513/2016, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº 6.513/2016, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Patricia da Silva Senem, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 14 de abril de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

RESOLUÇÃO Nº. 002/2016/CMAS

Resolução nº. 002/2016/CMAS

Dispõe sobre os critérios para a inscrição e eleição da representação da sociedade civil no conselho Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe confere a Lei Municipal nº. 971 de 30/12/1975, alterada pelas Leis nº. 1.050 de 10/04/1997, e nº. 1.578 de maio de 2007 em conformidade com os preceitos da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS;

Considerando a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que no artigo 204, parágrafo II, fundamenta a participação da população por meio de organizações representativas, na formulação de políticas públicas e no controle das ações em todos os níveis;

Considerando a Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que em seu artigo 6º, define que as ações na área de assistência social devem ser organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas pela LOAS, e articular meios, esforços e recursos para que haja um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na área, e que no artigo 16, define as instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo de assistência social, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e sociedade civil, entre elas o Conselho Municipal de Assistência Social;

Considerando a Política Nacional de Assistência Social de 2004, que expressa que os conselhos e as conferências constituem-se em espaços privilegiados onde se efetiva a participação popular na articulação da política em todos os níveis de governo, para o fortalecimento da sociedade civil organizada na consolidação da Política Nacional de Assistência Social, além de ressaltar que cada conselheiro eleito em

foro próprio para representar um segmento estará não só representando sua categoria, mas a política como um todo em sua instância de governo;

Considerando a Norma Operacional Básica NOB/SUAS de 2012 que disciplina a gestão pública da Política de Assistência Social e estabelece os critérios para a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, enquanto sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira, no âmbito da proteção social básica e especial de média e alta complexidade;

Considerando que a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB/RH de 2006 tem como diretriz para a gestão de pessoas identificar os desafios propostos para os profissionais que compõe o SUAS a partir dos compromissos dos entes federativos com os princípios e diretrizes da universalidade, equidade, descentralização político-administrativa, intersetorialidade e participação da população;

Considerando a Resolução nº 06, de 21 de maio de 2015, expedida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Conselho Nacional de Assistência Social, que regulamenta o entendimento acerca dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e revoga a Resolução nº 23 de 16 de fevereiro de 2006;

Considerando a Resolução nº 11, de 23 de setembro de 2015, expedida pelo Conselho Nacional de Assistência Social, que caracteriza os usuários, seus direitos e sua participação na Política de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social, e revoga a Resolução nº 24, de 16 de fevereiro de 2006;

Considerando o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o art. 3º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências e em seu artigo 1º, define que são características essenciais das entidades e organizações de assistência social: I - realizar atendimento, assessoramento ou defesa e garantia de direitos na área da assistência social, na forma deste Decreto; II - garantir a universalidade do atendimento, independentemente de contraprestação do usuário; e III - ter finalidade pública e transparência nas suas ações;

Considerando a Lei Municipal nº 1.578/2007, que regulamenta o Conselho Municipal de Assistência Social e em seu artigo 3º inciso II dispõe sobre os representantes da sociedade civil;

Resolve:

Art. 1º Estabelecer critérios para o processo de eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil do Conselho Municipal de Assistência Social, gestão 2016-2018.

Art. 2º O Conselho Municipal de Assistência Social é composto por 12 conselheiros, sendo 6 titulares e 6 suplentes. Destes, 3 titulares e seus respectivos suplentes representam órgãos governamentais e 3 titulares e seus respectivos suplentes representam a sociedade civil nas modalidades de: Usuários da Política de Assistência Social, Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e, Entidades de Assistência Social, conforme artigo 3º da Lei Municipal nº 1.578/2007.

§ 1º – Serão considerados usuários os sujeitos vinculadas aos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, mobilizadas de diversas formas, e que têm como objetivo a luta pela garantia de seus direitos.

§ 2º – Serão considerados Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS aqueles indicados ou referendados por associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos de profissões regulamentadas que organizem, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam inconstitucionalmente na política de Assistência Social. Na ausência de representação legalmente constituída, este Conselho apoia a eleição dos trabalhadores por indicação de reunião realizada para este fim, lavrada em ata, com todos os trabalhadores do SUAS do município.

§ 3º – Serão consideradas Entidades de Assistência Social todas aquelas que em seus atos constitutivos definirem expressamente sua natureza, objetivos, missão e público alvo, de acordo com as disposições da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Art. 3º Para a inscrição dos conselheiros da sociedade civil no CMAS deverão ser apresentados documentos específicos conforme os segmentos a serem representados no CMAS pelos conselheiros titulares e suplentes:

I – Para inscrição dos conselheiros do segmento dos Usuários:

- a) Ofício ou Declaração do setor da Política de Assistência Social onde o usuário é atendido contendo nome, RG, CPF, endereço e telefone do usuário, como comprovante de que ele é usuário do SUAS,
- b) Cópia dos documentos (RG, CPF e comprovante de residência).

II – Para inscrição dos conselheiros do segmento dos Trabalhadores:

- a) Documento expedido por associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos de profissões regulamentadas que organizem, indicando ou referendando o trabalhador para integrar o CMAS, contendo nome, RG, CPF e/ou nº de registro no órgão da classe, ou cópia da ata de reunião dos trabalhadores do SUAS estabelecida para este fim;
- b) Cópia dos documentos (RG, CPF e comprovante de residência).

III – Para inscrição dos conselheiros do segmento das Entidades:

- a) Ofício do Presidente da Entidade indicando os nomes dos representantes contendo nome, RG, CPF, endereço e telefone do representante,
- b) Comprovante de cadastramento no Sistema de Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – SCNEAS ou documento que comprove a solicitação de inclusão neste cadastro.

c) Cópia dos documentos do representante (RG, CPF e comprovante de residência).

Art. 4º A convocação da sociedade civil para a realização do foro de eleição para ocupar as vagas no CMAS na gestão 2016-2018 será publicada em diário oficial, juntamente com esta resolução.

§ 1º – A inscrição para concorrer a vaga no CMAS pelos segmentos dos Trabalhadores do SUAS e das Entidades de Assistência Social, deverão ser realizadas mediante protocolo dos documentos citados no Art. 3º junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, no prazo de até 29/04/2016, às 16h30min.

§ 2º – Ao segmento usuários para ocupar vagas no CMAS não será necessária inscrição prévia, apenas entrega dos documentos específicos no momento da eleição.

§ 3º – O CMAS elaborará a listagem dos inscritos às vagas do CMAS conforme segmento a ser representado e habilitação dos candidatos ou entidades, que na ocasião do foro será apresentada para a eleição.

Art. 5º A eleição dos representantes será organizada por segmento. A votação poderá ocorrer por consenso, por maioria simples ou por votação secreta, conforme cada segmento assim decidir. Na ausência de algum dos segmentos, os representantes poderão ser substituídos por outro, tendo preferência o segmento dos usuários.

Art. 6º Deverá ser realizada ata no foro de eleição, sendo lavrada pela Secretária Executiva do CMAS ou pessoa indicada, e assinada pela Comissão eleitoral e em anexo a lista de presença.

Art. 7º Os representantes governamentais deverão ser indicados pelos Secretários de cada setor, por meio de ofício ao CMAS, até a data de 29/04/2016.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 12 de abril de 2016.

Ercílio Silvio Ramos
Presidente do CMAS

DISPENSA 20/2016-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 20/2016 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 72/2016
Data: 14/04/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: DIVISORIAS TAMAROZI LTDA - ME
Endereço: RADAO NOROSCHNY,11 - SALA 02
Cidade: JARAGUA DO SUL - SC
CNPJ: 07.618.449/0001-67

Código: 11798

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS PARA ATENDER AOS SETORES DE TRIBUTAÇÃO, CONTABILIDADE E INFORMÁTICA, PARA ADEQUAÇÃO DAS NECESSIDADES.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	75,00	Fornecimento e instalação de divisórias	M²	58,00	4.350,00
2	3,00	Desmontagem e montagem de porta existente	UN	60,00	180,00
3	5,00	Fornecimento e instalação de porta completa com vidro	UN	275,00	1.375,00
4	14,00	Fornecimento e instalação de vidro transparente 3mm	M²	70,00	980,00
5	8,00	Desmontagem e montagem de divisória com vidro já existente	M²	30,00	240,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

FAZ-SE NECESSÁRIO PARA ADEQUAÇÃO DOS LOCAIS DE TRABALHO, POIS ALGUNS DOS SETORES ESTÃO TRABALHANDO AVULSOS NO PRÉDIO DA PREFEITURA, E SENDO OS VALORES DE REFERÊNCIA INFERIORES A R\$ 8.000,00

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 14 de Abril de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 20/2016 - DL**Processo Nr.:** 72/2016
Data: 14/04/2016

Folha: 2/2

14/04/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 14 de Abril de 2016

Valor da Despesa:

7.125,00 (sete mil cento e vinte e cinco reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA Nº 10/2016-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 10/2016 - DL
	Processo Nr.: 22/2016 Data: 14/04/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: COTEMAQ-E COMERCIO DE BALANCAS LTDA - ME Endereço: R ERWINO MENEGOTTI, 1631 Cidade: Jaraguá do Sul - SC CNPJ: 81.327.421/0001-23	Código: 12944 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada para aferição (calibração) e manutenção de balanças das Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	2,00	Aferição e manutenção preventiva e corretiva de balança mecânica infantil, capacidade máxima até 16 Kg, marca Filizola, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	UN	95,00	190,00
2	4,00	Aferição e manutenção preventiva e corretiva de balança mecânica infantil, capacidade máxima até 16 Kg, marca Welmy, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	UN	95,00	380,00
3	2,00	Aferição e manutenção preventiva e corretiva de balança mecânica infantil, capacidade máxima até 15 Kg, marca Welmy, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	UN	95,00	190,00
4	4,00	Aferição e manutenção preventiva e corretiva de balança mecânica infantil, capacidade máxima até 16 Kg, marca Balmak, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	UN	95,00	380,00
5	8,00	Aferição e manutenção preventiva e corretiva de balança mecânica adulto, capacidade máxima até 150 Kg, marca Filizola, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	UN	95,00	760,00
6	10,00	Aferição e manutenção preventiva e corretiva de balança mecânica adulto, capacidade máxima até 150 Kg, marca Welmy, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	UN	95,00	950,00
7	10,00	Aferição e manutenção preventiva e corretiva de balança digital adulto, capacidade máxima até 200 Kg, marca Welmy, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	UN	95,00	950,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

JUSTIFICATIVA

Este contrato da-se por dispensa devido a duas tentativas de abertura de licitação e ambas desertas, conforme anexo. Estes serviços são de suma importância para a Secretaria de Saúde, visto que muitas medicações são receitadas conforme o peso dos pacientes, bem como, o Inmetro exige a manutenção e precisão destes equipamentos, não estando de acordo, o Município pode ser multado.

Schroeder, 14 de Abril de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 10/2016 - DL
	Processo Nr.: 22/2016 Data: 14/04/2016
Folha: 2/2	

13/4/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 13 de Abril de 2016

Valor da Despesa: 3.800,00 (três mil e oitocentos reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

INEXIGIBILIDADE 02/2016-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 2/2016 - IL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 71/2016
Data: 14/04/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: ASSOCIACAO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE -
Endereço: R XV DE NOVENBRO,2.219 - SALA B
Cidade: POMERODE - SC
CNPJ: 07.453.253/0001-60

Código: 10412

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação do Grupo Musical "SAN FRANCISCO" e "GRUPO MINUANO", através da Associação dos Músicos Profissionais de Pomerode, para abrilhantar o baile do Trabalhador, a ser realizado dia 28 de abril de 2016 a partir das 19h00min no Parque de Eventos Alfredo Pasold.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação do Grupo Musical "SAN FRANCISCO" e Grupo "MINUANO" para o evento Baile do Trabalhador, a ser realizado dia 28 de abril de 2016 a partir das 19h00min no Parque de Eventos Alfredo Pasold.	UN	14.000,00	14.000,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.****CAPUT - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.****JUSTIFICATIVA**

"O município de Schroeder busca a realização de um evento festivo em comemoração ao dia do trabalhador ""28 de Abril de 2016"", neste caso um baile público com os Grupos Musicais: San Francisco e Grupo Minuano. Esta iniciativa visa valorizar o trabalhador Schroedense, dando-lhe uma oportunidade de lazer e descontração. Conforme Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 14 de Abril de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 2/2016 - IL

Processo Nr.: 71/2016
Data: 14/04/2016

Folha: 2/2

13/04/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Schroeder, 13 de Abril de 2016

Valor da Despesa:

14.000,00 (quatorze mil reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Seara

PREFEITURA

LEI Nº 1862

LEI Nº 1862, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Ratifica a segunda alteração e consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Gestão Ambiental Participativa do Alto Uruguai Catarinense – Consórcio Lambari.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica ratificada a segunda alteração e consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Gestão Ambiental Participativa do Alto Uruguai Catarinense – Consórcio Lambari, firmado em 25 de fevereiro de 2016.

Parágrafo único. A ratificação de que trata este artigo é sem reservas, nos termos do Anexo Único, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, em 14 de abril de 2016

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

LEI Nº 1862 - ANEXO

2ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CONSÓRCIO LAMBARI.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CONSÓRCIO LAMBARI, é um Consórcio Público, constituído sob a forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.536.794/0001-63, com sede na Rua Marechal Deodoro, 772, 12º andar – Edifício Mirage Offices – centro, Concórdia, Estado de Santa Catarina, por intermédio dos seus municípios consorciados, reunidos em assembléia no dia 25 de novembro de 2015, de comum acordo firmam a SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CONSÓRCIO LAMBARI, na forma da Lei nº. 11.107/05, de seu do Decreto Federal nº 6.017/07, e das demais disciplinas legais aplicáveis a matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes alterações, observadas as condições abaixo estabelecidas:

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

TÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, PRAZO DE DURAÇÃO, DA SEDE E FORO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

Art. 1º O Consórcio de Municípios se denominará de CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE, e terá denominação fantasia de "CONSÓRCIO LAMBARI".

Art. 2º O Consórcio LAMBARI é constituído como uma associação pública, com personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se pelo presente protocolo, pelo contrato de Consórcio e estatuto social, pela Lei nº 11.107/2005, pelo Decreto Federal nº 6.017/07 e demais legislações pertinentes a matéria.

CAPÍTULO II

DO OBJETIVO PRINCIPAL, DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS E MEIOS DE AÇÃO

Seção I

Do objetivo principal

Art. 3º O Consórcio LAMBARI tem por objetivo principal a união dos municípios da região do Alto Uruguai Catarinense para o desenvolvimento regional, através das relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, a fim de proporcionar melhoria nas condições ambientais da região, da qualidade de vida da população e o desenvolvimento econômico e social dos municípios consorciados.

Seção II

Dos objetivos específicos

Art. 4º Os objetivos específicos do Consórcio LAMBARI, são:

I – Executar a prestação de serviços técnicos aos municípios consorciados, nas seguintes áreas

a) assessoria Administrativa, Contábil, Financeira, Tributária, Movimento Econômico e Jurídica;

b) engenharia, Arquitetura, Topografia e correlatos;

c) vigilância Sanitária, Epidemiológica e de Saúde do Trabalhador;

d) assistência Social e Segurança Alimentar Nutricional;

e) planejamento e Gestão Urbana e Rural;

f) licitações compartilhadas;

g) tecnologia da Informação;

h) outras áreas que forem demandadas e decididas em Assembléia Geral;

II – Executar serviços públicos de interesse dos municípios, através de autorização, delegação ou concessão, nas seguintes áreas:

a) meio Ambiente;

b) agricultura;

c) vigilância Sanitária Animal (SISBI/SUASA);

d) infraestrutura urbana e rural;

- e) licenciamento Ambiental;
- f) limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos;
- g) iluminação pública;
- h) outras áreas que forem demandadas e decididas em Assembléia Geral;

Seção III

Dos meios para cumprir seus objetivos

Art. 5º O CONSÓRCIO LAMBARI, tem natureza multifinalitária, e para cumprir seus objetivos poderá:

I – planejar, adotar e executar planos, programas e projetos destinados ao cumprimento dos objetivos do Consórcio;

II – desenvolver programas ou adotar medidas destinadas à recuperação e preservação das fontes de abastecimento de água, do tratamento e destinação do lixo nos Municípios que integram este consórcio;

III – identificar e estabelecer linhas de incentivos e suporte para empreendimentos econômicos e ambientais através de acordos institucionais entre as administrações municipais consorciadas;

IV – desenvolver ações coordenadas para a ocupação do espaço territorial dos municípios associados, de forma ordenada e sistêmica, no tocante a instalação de empreendimentos empresariais, execução de serviços e atividades de interesse dos Municípios, relacionados ao meio ambiente e outras;

V - a promoção do uso racional dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente, incluindo planejar, assessorar ou executar ações de proteção e gestão do meio ambiente, proteção de florestas, da fauna e da flora, bem como a proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, monumentos, paisagens naturais e sítios arqueológicos, podendo responsabilizar-se pelos procedimentos de cadastro, controle, fiscalização e licenciamento ambiental de competência dos municípios consorciados;

VI – constituir fundos mútuos em contas bancárias vinculadas e específicas para cada um dos programas e projetos de interesse dos Municípios, isoladamente ou em parceria, visando a instalação, o desenvolvimento, a sustentabilidade econômica, social e ambiental dos Municípios consorciados;

VII – intermediar ou promover parcerias com instituições nacionais ou internacionais de qualquer origem, que visem a captação ou repasse de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das atividades do CONSÓRCIO LAMBARI, que venham a promover e melhorar a qualidade de vida da população dos Municípios consorciados;

VIII – contrair empréstimos financeiros nacionais e internacionais com a finalidade de financiar e fomentar a instalação e o desenvolvimento de empreendimentos econômicos, sociais e ambientais nos Municípios consorciados;

IX – adquirir bens móveis, imóveis, instalações e equipamentos para implantação de empreendimentos econômicos, sociais e ambientais, transferindo-os em forma de comodato, executar alienações ou locações à empreendedores, investidores ou instituições localizados nos municípios consorciados para as finalidades e objetivos a que se propõem o CONSÓRCIO LAMBARI;

X – prestar serviços técnicos especializados em formação e gestão

pública, estudos de viabilidade e de mercado, auditoria e análise de gestão dos empreendimentos empresariais, sociais e ambientais instalados, com a utilização dos incentivos fiscais, materiais e financeiros, objeto do presente Consórcio;

XI – interceder e promover ações para o desenvolvimento de atividades que visem o crescimento econômico, social e ambiental dos Municípios nas áreas do turismo, lazer, qualificação, valorização e incremento das potencialidades, oportunidades e produtos locais e regionais da área de abrangência deste consórcio;

XII – acompanhar e orientar as empresas para o crescimento do valor agregado e o resultado econômico nos Municípios e micror-região;

XIII – organizar, subsidiar e incentivar a participação em exposições, feiras, eventos e atividades de interesse do CONSÓRCIO LAMBARI e dos Municípios consorciados;

XIV – constituir e participar de sociedades, empresas ou organizações públicas ou privadas, cujo objetivo seja o desenvolvimento econômico, social e ambiental nos Municípios consorciados;

XV - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

XVI – proporcionar assessoramento na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores administrativos, sociais, institucionais e de infraestrutura, especialmente na seleção, gestão, capacitação e treinamento de pessoal educação, esportes, cultura, saúde, trabalho e ação social, habitação, saneamento, agricultura, meio ambiente, indústria, comércio, turismo, abastecimento, transporte, comunicação e segurança;

XVII – prestar suporte e executar ações de integração das administrações tributárias dos municípios, podendo representá-las perante as administrações tributárias da União e dos Estados, instituir conselhos contribuintes regionalizados, realizar julgamento em instância administrativa de recursos fiscais suscitados diante da aplicação de legislação tributária municipal, estabelecer programas de fiscalização tributária conjunta, e propor políticas regionalizadas de incentivos fiscais;

XVII – executar ações de assistência social e de segurança alimentar nutricional, atendidos os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

XIX – apoiar o planejamento e a gestão urbana e territorial intermunicipal, inclusive regularização fundiária, política habitacional e mobilidade urbana;

XX – executar ações, projetos e programas de defesa agropecuária atendidos aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SISBI/SUASA.

XXI – executar ações para atuar nos diversos meios de comunicação, como internet, rádio, televisão, jornais, visando o cumprimento do princípio da publicidade e transparência da administração pública, para divulgação de programas e ações institucionais do consórcio e dos municípios consorciados;

XXII – executar estudos, projetos técnicos e serviços de engenharia, arquitetura, topografia, e correlatos;

XXIII – desenvolver ou prestar ações conjuntas de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.

XXIV - firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais e econômicas de outras entidades e órgãos de governo, seja no âmbito federal ou estadual;

XXV - ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação, para a prestação de serviços, nos termos da Lei 8.666/93;

XXVI - instituir, Fundos Intermunicipais para recebimento e aplicação de recursos financeiros oriundos de entes federados, do setor privado, de compensações financeiras e de doações de outras fontes, inclusive de instituições de outros países, visando o desenvolvimento de ações para cumprimento de seus objetivos e finalidades;

XXVII – efetuar credenciamento e realizar licitações compartilhadas em favor dos municípios consorciados, acompanhar a execução, bem como proceder à aquisição, administração ou gestão compartilhada de bens e serviços de interesse dos municípios consorciados, inclusive para a execução de ações ou programas Federais e Estaduais transferidos ou conveniados com os municípios;

XXVIII - realizar licitações de concessões públicas e parcerias público privadas e fiscalizar contratos de concessão de serviços públicos de competência dos municípios consorciados, nos termos da legislação em vigor;

XXIX - instituir banco de informação de fornecedores e registros cadastrais de licitantes e contratantes do consórcio e dos municípios consorciados, inclusive implementar e informar o cadastro de empresas e pessoas físicas inidôneas, suspensas ou impedidas de contratar e licitação com a Administração Pública, nos termos da legislação em vigor;

XXX - instituir mecanismos de controle, acompanhamento e avaliação de serviços públicos prestados pelo consórcio ou por seus municípios consorciados à população.

Parágrafo Único. No caso de contrato de que trata o inciso XXV deste artigo, firmado com um ou mais municípios para fornecer bens ou prestar serviços específicos, deverá estabelecer forma a impedir que sejam eles custeados pelos demais que não participam do contrato.

CAPÍTULO III DO PRAZO DE DURAÇÃO, DA SEDE E FORO

Art. 6º O Prazo de duração é indeterminado.

Parágrafo único. A alteração ou extinção do consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, previamente autorizado, e sendo ratificado através de lei dos municípios consorciados.

Art. 7º A sede é no Município de Concórdia, a Rua Marechal Deodoro, 772, 12º andar – Edifício Mirage Offices, sala nº 5, centro, Concórdia, Estado de Santa Catarina, podendo ser transferida pelo voto de, no mínimo, dois terços dos integrantes da Assembleia Geral, em reunião extraordinária especialmente convocada para esta finalidade.

Art. 8º Para dirimir as questões oriundas do presente protocolo de intenções ou qualquer outro instrumento e que não forem resolvidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

TÍTULO II DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E ÁREA DE ATUAÇÃO

CAPÍTULO I DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS

Art. 9º O CONSÓRCIO LAMBARI é constituído pelos seguintes Municípios que integram a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE:

I - Alto Bela Vista;

II – Arabutã;

III - Concórdia;

IV – Ipira;

V - Ipumirim;

VI – Irani;

VII – Itá;

VIII – Jaborá;

IX - Lindóia do Sul;

X – Paial;

XI – Peritiba;

XII - Piratuba;

XIII - Presidente Castello Branco;

XIV – Seara, e;

XV - Xavantina.

Art. 10. Esta segunda alteração do Protocolo de Intenções, após sua ratificação por pelo menos 03 (três) dos municípios que o subcrevem, converter-se-á no contrato de consórcio público.

Parágrafo único. A qualquer momento e a critério da Assembleia Geral, é facultado o ingresso de novos municípios no CONSÓRCIO LAMBARI, através de termo aditivo, firmado entre o Presidente do Consórcio e pelo município interessado.

Art. 11. O prazo de subscrição do protocolo de intenções será de até dois anos, e o ingresso de novos sócios dependerá de autorização legislativa das respectivas Câmaras Municipais de Vereadores.

Art. 12. Consideram-se subscritores todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do art. 8º deste Protocolo de Intenções, desde que o seu representante legal tenha firmado o presente protocolo de intenções.

CAPÍTULO II DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO

Art. 13. A área de atuação do Consórcio Lambari é formada pela totalidade das superfícies dos Municípios consorciados, constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para a finalidade a que se propõe.

Art. 14. Em caso de interesse dos municípios consorciados, condicionado a aprovação da Assembleia Geral, o consórcio poderá exercer atividades fora da sua área de atuação.

TÍTULO III DOS DIREITOS, DEVERES DOS MUNICIPIOS CONSORCIADOS

CAPÍTULO I DOS DIREITOS

Art. 15. Constituem-se direitos dos Consorciados:

I – participar das Assembléias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II – votar e ser votado para os cargos do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, nas condições estabelecidas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;

III – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos municípios e ao aprimoramento do consórcio.

Art. 16. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções ou Estatuto do Consórcio Público.

CAPÍTULO II DOS DEVERES

Art. 17. Constituem deveres dos consorciados:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no Contrato de Rateio;

II – acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio, em especial ao que determina o Contrato de programa e o Contrato de Rateio;

III – cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores.

TÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO DO CONSÓRCIO E ATRIBUIÇÕES DE SUAS INSTÂNCIAS

CAPÍTULO I DA ADMINISTRAÇÃO DO CONSÓRCIO

Art. 18. A administração do Consórcio Lambari será exercida por:

I- Assembleia Geral;

II- Conselho de Administração;

III- Presidente;

IV- Conselho Fiscal; e

V- Diretoria Executiva.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES DAS INSTÂNCIAS DO CONSÓRCIO

Seção I Da Assembleia Geral

Art. 19. A assembléia geral é a instância máxima de decisão do Consórcio Lambari, sendo que o voto de cada titular será singular, independentemente dos investimentos feitos no Consórcio.

Art. 20. Os municípios que integram o Consórcio Lambari terão direito a um membro titular e um suplente na Assembléia Geral, que terão voto desde que em dia com seus compromissos financeiros com o Consórcio e demais obrigações estatutárias.

§ 1º O membro titular é o Prefeito Municipal e, o membro suplente, o Vice-Prefeito, que terá vez e voto na falta daquele.

§2º Poderão participar da assembléia geral os representantes das Câmaras Técnicas e dos Grupos Municipais de Trabalho – GTM, sem direito a voto

Art. 21. As decisões serão tomadas por maioria simples dos municípios consorciados presentes, com exceção as previstas no presente protocolo e no estatuto social.

Parágrafo único. Havendo consenso entre seus membros, as deliberações poderão ser efetivadas através de aclamação.

Art. 22. A Assembléia geral será convocada pelo Presidente sempre que houver pauta para deliberação e, extraordinariamente, quando convocado por no mínimo 1/5 (um quinto) de seus membros.

Paragrafo único. A reunião ordinária deverá ser convocada com antecedência de no mínimo 5 (cinco) dias úteis, e a a reunião extraordinária deverá ser convocada com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis, e publicada no órgão de imprensa oficial do Consórcio.

Art. 23 – Compete a Assembléia Geral:

I – deliberar sobre os assuntos relacionados com os objetivos e finalidades do CONSÓRCIO LAMBARI;

II – homologar o ingresso no Consórcio, de ente federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

III – estabelecer orientação superior do Consórcio, promovendo e recomendando estudos e soluções para os problemas administrativos, econômicos, sociais e ambientais dos entes consorciados;

IV – aplicar a pena de exclusão do Consórcio;

V – elaborar e aprovar o estatuto do consórcio e as suas alterações;

VI – eleger ou destituir os membros do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal;

VII – aprovar:

a) programa anual de trabalho proposto pelo Conselho de Administração;

b) prealização de operações de crédito;

c) A fixação, a revisão e o reajuste de valores devidos ao consórcio pelos consorciados;

d) A alienação e a oneração de bens do consórcio ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

e) o quadro de pessoal, cargos e salários dos empregados públicos do Consórcio;

f) aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos;

g) aprovar a celebração de convênios e contratos de programa;

h) aprovar o pedido de retirada do municipio consorciado do

consórcio;

i) a contratação ou exoneração do Diretor Executivo;

VIII – homologar as decisões do Conselho Fiscal;

IX – aceitar a cessão de servidores por ente federado consorciado ou conveniado ao consórcio;

X – apreciar e sugerir medidas sobre a melhoria dos serviços prestados pelo consórcio e o aperfeiçoamento das relações do consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas;

XI – extinguir o Consórcio na forma prevista no Protocolo de Intenções, no Estatuto e na legislação em vigor.

Art. 24. Sob pena de ineficácia das decisões tomadas em Assembleia Geral, a íntegra da ata será, em até 10 (dez) dias após a aprovação, publicada no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet ou órgão oficial.

Seção II Do Conselho de Administração

Art. 25. O Conselho de Administração do Consórcio Lambari será composta por Presidente, Primeiro Vice-Presidente e Segundo Vice-Presidente, eleito em Assembleia Geral, para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a re-eleição.

Art. 26. A eleição do Conselho será realizada no mês de dezembro de cada ano, para o exercício seguinte, assumindo automaticamente em 1º de janeiro.

§ 1º A eleição será por voto aberto e havendo apenas uma chapa poderá ocorrer por aclamação.

§ 2º No caso de empate será declarado eleito o mais idoso.

§ 3º O Presidente será substituído em caso de vaga, falta ou impedimento, pelo 1º Vice-Presidente e assim sucessivamente.

§ 4º Em caso de renúncia de membro do Conselho ou impedimento legal, será realizada nova eleição no período de 15 (quinze) dias, para completar o mandato.

§ 5º Durante o eventual período em que os cargos do Conselho estiverem vagos, a Presidência será exercida pelo Prefeito mais idoso.

Art. 27. O Conselho de Administração exercerá suas funções estabelecidas neste protocolo com o apoio da Diretoria Executiva, podendo reunir-se sempre que convocado pelo Presidente, para discutir, avaliar, propor e homologar as decisões e ações do Presidente, inclusive sobre a venda de bens móveis, contratação e demissão de funcionários.

Seção III Do Presidente

Art. 28. O Presidente do Conselho de Administração é o representante legal do Consórcio perante a União, os Estados e Municípios, bem como seus respectivos órgãos da administração direta e indireta, instituições e empresas privadas, para tratar de assuntos relacionados com as finalidades previstas nesse Protocolo de Intenções.

Art. 29. Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

I – convocar a Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária;

II – convocar reunião do Conselho de administração;

III - presidir as reuniões com voto de qualidade;

IV - representar o Consórcio Lambari ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos, convênios e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômica, bem como constituir procuradores “ad negotia” e “ad iudicia”, mediante decisão do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, conforme o caso;

V - movimentar, em conjunto com o Diretor Executivo, as contas bancárias e os recursos;

VI - contratar os empregados, após o devido processo seletivo;

VII – contratar ou demitir o Diretor Executivo após descisão da Assembleia Geral;

VIII - prestar contas aos órgãos públicos ou privados, concessionários dos auxílios, subvenções e contribuições que o Consórcio Lambari venha a receber.

Art. 30. Compete ao Primeiro e Segundo Vice-Presidente:

I - auxiliar o Presidente no exercício de suas funções; e

II – substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Seção IV Do Conselho Fiscal

Art. 31. O Conselho Fiscal é composto por tres membros titulares e três membros suplentes, dentre os integrantes da Assembleia Geral, eleitos na mesma data para o mandato e critérios estabelecidos para eleição do Conselho de Administração.

Art. 32. Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar permanentemente a contabilidade do Consórcio Lambari;

II - acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno, quaisquer operações econômicas ou financeiras da atividade;

III - exercer o controle de gestão e dos objetivos do Consórcio Lambari;

IV - emitir parecer sobre o plano de atividades, propostas orçamentárias, balanços e relatórios de contas em geral, a serem submetidos a Assembleia Geral pelo Conselho de Administração;

V - emitir parecer sobre propostas de alterações do presente Estatuto.

Seção V Da Diretoria Executiva

Art. 33. A Diretoria Executiva é constituída por um Diretor Executivo e auxiliares.

Art. 34. Compete à Diretoria Executiva:

I - executar as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Presidencia;

II - responsabilizar-se pelo funcionamento administrativo do Consórcio;

III - movimentar, em conjunto com o Presidente, as contas bancárias e os recursos do Consórcio Lambari;

IV - promover as ações necessárias à captação de recursos para o Consórcio Lambari;

V - propor, ao Conselho de Administração a solicitação de funcionários de empresas públicas e privadas, para prestarem serviços ao Consórcio Lambari;

VI - fornecer, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal todas as informações que lhes sejam solicitadas;

VII – participar e auxiliar as Câmaras Técnicas e de Apoio;

VIII - apoiar e assessorar os Grupos Municipais de Trabalho;

IX – promover reuniões com os representantes das Câmaras Técnicas e Grupos Municipais de Trabalho;

X - elaborar o balanço e o relatório de atividades anuais a serem submetidos ao Conselho de Administração e Assembleia Geral;

XI - elaborar os balancetes, para a ciência do Conselho de Administração;

XII - elaborar a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao Consórcio Lambari, para ser apresentada pelo Conselho de Fiscal e ao órgão concessor;

XIII - publicar anualmente, no órgão de imprensa oficial do Consórcio e remeter aos municípios consorciados, o balanço anual do Consórcio Lambari;

XIV - autenticar livros de atas e de registros do Consórcio;

XV – efetuar compras dentro dos limites de orçamento aprovado pelo Conselho de Administração;

XVI - representar o Consórcio Lambari nos eventos e reuniões que lhe forem delegadas pela Presidência ou pelo Conselho de Administração.

TÍTULO V

DO QUADRO DE PESSOAL, DO REGIME DE TRABALHO, FORMAS DE PROVIMENTO, REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS PÚBLICOS, CEDENCIA DE SERVIDORES POR ENTE CONSORCIADO E DOS ÓRGÃOS DE APOIO

CAPÍTULO I

DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 35. O quadro de pessoal do Consórcio Lambari é composto por Diretor Executivo, Quadro Técnico e Auxiliares.

§ 1º O número de vagas será limitado a demanda administrativa e técnica do Consórcio.

§ 2º Resolução específica, aprovada pela Assembléia Geral, disporá sobre o quadro técnico e de auxiliares do Consórcio Lambari.

§ 3º Os empregados contratados antes da vigência do Decreto nº 6.017/2007, permanecem no quadro de pessoal do Consórcio nas condições em que foram contratados.

CAPÍTULO II

DO REGIME DE TRABALHO E FORMAS DE PROVIMENTO E SALÁRIO

Art. 36. O regime de trabalho dos empregados do Consórcio Lambari é o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Art. 37. A contratação dos empregados do Consórcio obedecerá processo seletivo, de acordo com o Plano de Cargos e Salários e ao que determina o art. 6º, § 2º, da Lei 11.107, de 5 de abril de 2005, salvo o de Diretor Executivo, que é um cargo de confiança do Conselho de Administração, cuja escolha deve ser homologada pela Assembléia Geral.

§ 1º Enquanto não houver Plano de Cargos e Salários, O Conselho de Administração estabelecerá através de Resolução, os casos de excepcional interesse público para contratação de pessoal por tempo determinado objetivando atender as necessidades temporárias.

§ 2º Os empregados contratados antes da vigência do Decreto nº 6.017/2007, permanecem no quadro de pessoal do Consórcio nas condições em que foram contratados.

Art. 38. Os salário dos empregados do Consórcio obedecerá, sempre que possível, a média paga pelos municípios consorciados para cargos equivalentes.

CAPÍTULO III

CEDENCIA DE SERVIDORES POR MUNICÍPIO CONSORCIADO

Art. 39. Os municípios consorciados ou os com eles conveniados poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada um.

§ 1º Os servidores cedidos permanecerão no seu regime originário, somente lhes sendo concedido adicionais ou gratificações nos termos e valores previstos em resolução.

§ 2º O pagamento de adicionais ou gratificações não configura vínculo do servidor cedido, inclusive para a apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária.

§ 3º Na hipótese do ente consorciado assumir o ônus da cessão do servidor, tais pagamentos poderão ser contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com suas obrigações.

TÍTULO VI

DOS ÓRGÃOS DE APOIO E DAS ATRIBUIÇÕES

CAPÍTULO I

DOS ÓRGÃOS DE APOIO

Art. 40. O Consórcio Lambari contará com os seguintes órgãos de Apoio:

I - Câmaras Técnicas;

II - Grupos Municipais de Trabalho.

Seção I

Das Câmaras Técnicas

Art. 41. As Câmaras Técnicas são compostas, preferencialmente, por servidores municipais, funcionários ou empregados das instituições públicas e privadas que participam direta ou indiretamente do Consórcio Lambari, sendo coordenada por um de seus membros.

Art. 42. Compete às Câmaras Técnicas:

I – assessorar o Conselho de Administração, o Diretor Executivo e Grupos Municipais de Trabalho;

II - elaborar as políticas, diretrizes e planos de atividades,

programas de trabalhos, estudos e projetos executivos e propostas orçamentárias anuais e plurianuais, a serem submetidos ao Conselho de Administração;

III - propor a contratação de serviços de terceiros, convênios e normas de relacionamento com órgãos dos Governos Federal, Estadual e Municipal e internacionais.

Seção II Dos Grupos Municipais de Trabalho

Art. 43. Os Grupos Municipais de Trabalho são formados, em cada município, por representantes do Poder Público Municipal, Estadual ou Federal, da Sociedade Civil Organizada e da iniciativa privada.

Art. 44. Compete aos Grupos Municipais de Trabalho:

I - promover o Consórcio Lambari nas diversas comunidades municipais, urbanas e rurais;

II - identificar, em conjunto com as comunidades municipais, suas realidades econômicas, sociais e ambientais;

III - propor, em conjunto com as comunidades municipais, formas de resolução de seus problemas;

IV - fornecer ao Conselho de Administração e a Diretoria Executiva as informações sobre a execução dos trabalhos que estão sendo realizados nos municípios pelo Consórcio;

V - fornecer ao corpo técnico do Consórcio, as informações necessárias ao bom desempenho de seu trabalho;

VI - executar, no âmbito municipal, as tarefas que forem definidas pela Câmara Técnica pela administração do Consórcio;

VII - participar da elaboração e implementação das propostas e projetos a serem executados nos municípios consorciados;

VIII - integrar e compatibilizar as ações do Consórcio Lambari, com as demais ações desenvolvidas nos municípios consorciados, pela administração direta ou indireta e outros órgãos de atuação no município.

TÍTULO VII CONTRATO DE GESTÃO, TERMO DE PARCERIA E GESTÃO ASSOCIADA DO SERVIÇO PÚBLICO

CAPÍTULO I DO CONTRATO DE GESTÃO E DE TERMOS DE PARCERIA

Art. 45. O Consórcio Lambari poderá firmar contrato de gestão obedecendo, no que couber, os termos da Lei 9.649/1998, e celebrar termo de parceria, na forma da Lei nº 9.790/1999, ficando a cargo do Conselho de Administração a elaboração dos mesmos, submetidos à apreciação da Assembléia Geral, especialmente convocada para tal finalidade.

§ 1º Tanto o contrato de gestão como o termo de parceria, será considerado aprovado mediante voto favorável da maioria absoluta dos integrantes da Assembleia Geral.

CAPÍTULO II DA GESTÃO ASSOCIADA DO SERVIÇO PÚBLICO

Art. 46. A gestão associada de serviço público será firmado mediante Lei autorizativa dos municípios interessados, que deverá estabelecer:

I - competências cuja execução será transferida ao consórcio Lambari;

II - os serviços públicos objeto da gestão associada e a área em que serão prestados;

III - autorização para licitar e contratar concessões, permissão ou autorizar a prestação de serviços;

IV - as condições a que deve obedecer o contrato de programa, no caso de nele figurar como contratante o consórcio público; e

V - os critérios técnicos de cálculo do valor das tarifas e de outros preços públicos, bem como os critérios gerais a serem observados em seu reajuste ou revisão.

Seção I

A retirada ou exclusão do contrato de gestão ou de termo de parceria de município consorciado

Art. 47. O município consorciado poderá se retirar ou ser excluído do contrato de gestão ou termo de parceria, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos.

Art. 48. Fica a cargo da Assembléia Geral acertar os termos da redistribuição dos custos da execução dos programas ou termos que participa o retirante.

TÍTULO VIII DO CONTRATO DO CONSÓRCIO E DO ESTATUTO

CAPÍTULO I CONTRATO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 49. O contrato de consórcio público será celebrado entre os municípios consorciado após edição da lei que ratifica o presente protocolo de intenções.

§ 1º A ratificação pode ser realizada com reserva que deverá ser clara e objetiva, preferencialmente vinculada à vigência de cláusula, parágrafo, inciso ou alínea do protocolo de intenções, ou que imponha condições para a vigência de qualquer desses dispositivos.

§ 2º Caso a lei do município preveja reservas, a admissão do município no consórcio dependerá da aprovação pela Assembleia Geral.

§ 3º O contrato de consórcio público, poderá ser celebrado por dois terços dos subscritores do Protocolo de Intenções, sem prejuízo de que os demais venham a integrá-lo posteriormente.

§ 4º A ratificação realizada após dois anos da primeira subscrição do protocolo de intenções dependerá da homologação da assembleia geral.

§ 5º É dispensável a ratificação para o município que, antes de subscrever o protocolo de intenções, disciplinar por lei a sua participação no consórcio público, de forma a poder assumir todas as obrigações previstas no protocolo de intenções.

CAPÍTULO II DO ESTATUTO

Art. 50. O consórcio Lambari é organizado por estatuto social cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas previstas no protocolo de intenções e no contrato constitutivo.

§ 1º As alterações estatutárias serão aprovadas pela assembleia

geral extraordinária, nos termos estabelecidos neste protocolo.

§ 2º As alterações estatutárias produzirão seus efeitos mediante publicação na imprensa oficial.

TÍTULO IX

DA RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO REGIME CONTÁBIL E FINANCEIRO E DO CONTRATO DE RATEIO

CAPÍTULO I

RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS

Art. 51. Os municípios consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público, sendo que seus dirigentes responderão pessoalmente pelas obrigações por ele contraídas caso pratiquem atos em desconformidade com a lei, os estatutos ou decisão da assembleia geral.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 52. O Consórcio Lambari deverá obedecer ao princípio da publicidade, tornando públicas as decisões que digam respeito a terceiros e as de natureza orçamentária, financeira ou contratual, inclusive as que digam respeito à admissão de pessoal, bem como permitindo que qualquer do povo tenha acesso a suas reuniões e aos documentos que produzir, salvo, nos termos da lei, os considerados sigilosos por prévia e motivada decisão.

CAPÍTULO III

REGIME CONTÁBIL E FINANCEIRO

Art. 53. A execução das receitas e das despesas do Consórcio Lambari deverá obedecer às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 54. O Consórcio Lambari está sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da federação consorciados vierem a celebrar com o consórcio público.

CAPÍTULO IV

DO CONTRATO DE RATEIO

Art. 55. Os municípios consorciados somente entregarão recursos financeiros ao consórcio público mediante contrato de rateio.

Art. 56. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro, com observância da legislação orçamentária e financeira do ente consorciado contratante e depende da previsão de recursos orçamentários que suportem o pagamento das obrigações contratadas.

Art. 57. Constitui ato de improbidade administrativa, nos termos do disposto no art. 10, inciso XV, da nº 8.429, de 2 de junho de 1992, celebrar contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas em Lei.

Art. 58. As cláusulas do contrato de rateio não poderão conter disposição tendente a afastar, ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo ou pela sociedade civil de qualquer dos entes da Federação consorciados.

Art. 59. Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem

como o Consórcio Lambari, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

Art. 60. Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o município consorciado, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao Consórcio Lambari, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista no contrato de rateio.

Art. 61. A eventual impossibilidade do município consorciado cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida em contrato de rateio obriga o Consórcio Lambari a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Art. 62. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio, inclusive os oriundos de transferências ou operações de crédito, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas.

§ 1º Entende-se por despesa genérica aquela em que a execução orçamentária se faz com modalidade de aplicação indefinida.

§ 2º Não se considera como genérica as despesas de administração e planejamento, desde que previamente classificadas por meio de aplicação das normas de contabilidade pública.

Art. 63. O prazo de vigência do contrato de rateio não será superior ao de vigência das dotações que o suportam, com exceção dos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

Art. 64. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Consórcio Lambari deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

TÍTULO X

DA RETIRADA OU EXCLUSÃO DE MUNICÍPIO CONSORCIADO, DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I

DA RETIRADA DE MUNICÍPIO DO CONSÓRCIO

Art. 65. Nenhum município poderá ser obrigado a se consorciar ou a permanecer consorciado, sendo que a retirada do município do Consórcio Lambari dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral, na forma previamente estabelecida neste Protocolo de Intenções e no Estatuto Social.

Art. 66. Os bens destinados ao Consórcio Lambari por ente consorciado que se retira somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão do contrato de consórcio público ou do instrumento de transferência ou de alienação.

Art. 67. A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio público.

CAPÍTULO II

DA EXCLUSÃO DE MUNICÍPIO CONSORCIADO

Art. 68. A exclusão de município consorciado só é admissível havendo justa causa.

§ 1º Além das que sejam reconhecidas em procedimento específico, é justa causa a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei

orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do consórcio público, prevê-se devam ser assumidas por meio de contrato de rateio.

§2º A exclusão mencionada somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§3º A exclusão de município consorciado exige processo administrativo onde lhe seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

CAPÍTULO III

ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO

Art. 69. A alteração ou a extinção do Consórcio Lambari dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os municípios consorciados, sendo que em caso de extinção:

I - os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços;

II - até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os municípios consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

Parágrafo Único. Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem, e os empregados públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho.

TÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 70. Após a ratificação do presente Protocolo de Intenções pelos municípios subscritores, através de Lei específica, na forma estabelecida neste Protocolo de Intenções, o Consórcio Lambari promoverá a adequação do Estatuto Social e do Contrato de Consórcio Público, permanecendo inalteradas as demais disposições.

Art. 71. Este Protocolo de Intenções somente poderá ser alterado pelo voto de, no mínimo, dois terços dos membros da Assembléia Geral, em reunião especialmente convocada para esta finalidade.

Concórdia-SC, 25 de Novembro 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT Prefeita Municipal de Alto Bela Vista	JACKON LUIZ PATZLAFF Prefeito Municipal de Arabutã
JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal de Concórdia	EMERSON ARI REICHERT Prefeito de Ipira
VALDIR ZANELLA Prefeito Municipal de Ipumirim	MAURI DE LIMA Prefeito Municipal de Iraní
LEIDE MARA BENDER Prefeita Municipal de Itá	KLEBER MERCIO NORA Prefeito Municipal de Jaborá
PEDRO ARI PARIZOTTO Prefeito Municipal de Lindóia do Sul	ALDAIR ANTONIO RIGO Prefeito Municipal de Paial
NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal de Peritiba	CLAUDIRLEI DORINI Prefeito Municipal de Piratuba
CLAUDIO SARTORI Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco	LACI GRIGOLO Prefeita Municipal de Seara

MAURO JONES POLETO

Prefeito Municipal de Xavantina

Visto: ROBERTO KURTZ PEREIRA
OAB/SC22.519

LEI Nº 1863

LEI Nº 1863, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Autoriza firmar Termo de Cooperação Financeira com o Serviço Social da Indústria de Santa Catarina - SESI/SC e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no artigo 26 da lei complementar nº 101/2000 - LRF, no inciso I do art. 51 e inciso VII do art. 52 da Lei Municipal nº 1844, de 18 de novembro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016 - LDO e Decreto nº 629, de 12 de agosto de 2013 faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo aprova e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a firmar termo de cooperação financeira com o Serviço Social da Indústria - SESI - Departamento Regional de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 03.777.341/0001-66, e Inscrição Estadual nº 250.363.968, estabelecido na Rodovia Admar Gonzaga, 2765, Km 2,7, Bairro Itacorubi, Florianópolis-SC, que tem por objeto a conjugação de esforços para o desenvolvimento de educação no exercício de 2016, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na metodologia do Ensino Modular, mediante autorização do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina.

§ 1º A cooperação financeira prevista no presente artigo corresponderá o valor de até R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais) para o exercício de 2016 a serem repassados em parcelas definidas no cronograma físico-financeiro estabelecidas no Termo de Cooperação Financeira, a partir do início da vigência do Termo de Convênio.

§ 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente: Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Educação - Unidade: 06.01 - Departamento de Ensino - Projeto/Atividade: 2020 - Gestão e Apoio das Ações e Parcerias da Educação de Jovens e Adultos - Modalidade: 3.3.50.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

§ 3º Além do repasse dos valores estabelecidos no § 1º do presente artigo, fica a cargo do Município:

I - responsabilizar-se pela limpeza e conservação da(s) sala(s) de aula;

II - responsabilizar-se pelo pagamento de luz, água, internet e telefone;

III - responsabilizar-se pela segurança, bem como, os tributos e taxas do imóvel;

IV - custear despesas com a merenda escolar dos estudantes;

V - disponibilizar profissional para gerenciar as atividades do SESI em Seara, relativo ao objeto estabelecido no caput do presente artigo;

VI - disponibilizar profissional para serviços de limpeza e estagiário para atividades administrativas;

VII – Manter refeitório e cozinha equipados e em condições de uso para a clientela escolar;

VIII – Adquirir materiais pedagógicos complementares, quando necessário.

§ 4º Além de outras atribuições previstas no termo de convênio, compete exclusivamente ao SESI:

I – disponibilizar de espaço físico para o desenvolvimento do objeto estabelecido no caput do presente artigo;

II – recrutar, selecionar e contratar equipe técnica especializada e professores habilitados por disciplina para lecionar nos cursos do Ensino Fundamental e/ou Médio, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA;

III – capacitar a equipe técnica e docente na metodologia de Oficina de Trabalho;

IV – supervisionar o serviço educativo-pedagógico;

V – gerenciar os processos escolares;

VI – formar turmas com o mínimo de 20 (vinte) alunos;

VII – Providenciar equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades pedagógicas;

VIII – providenciar a certificação dos alunos concluintes dos cursos do Ensino Fundamental e Médio.

Art. 2º Fica, também, o Executivo Municipal autorizado a cancelar o repasse dos recursos financeiros, em caso de inadimplemento por parte do conveniente de qualquer cláusula constante do termo de cooperação pela superveniência de normas legais, ou eventos que o tornem, material ou formalmente, inexecutável.

Art. 3º A celebração do termo de convênio previsto no art. 1º da presente lei, sua execução e respectiva prestação de contas obedecerão às normas estabelecidas Decreto nº 629, de 12 de agosto de 2013, que disciplina a concessão de recursos a título de Subvenções, Auxílios e Contribuições, pelos Órgãos ou Entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, que tenham como objeto a execução descentralizada de Programas de Governo e Ações e dá outras providências e Instrução Normativa N.TC-14/2012, de 13 de junho de 2012 e alterações posteriores que estabelece critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedidos a qualquer título e dispõe sobre o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação,

Seara-SC, em 14 de abril de 2016

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

PORTARIAS 014/2016 A 016/2016 - FCS

Portaria nº. 014/2016. O Diretor Presidente da Fundação Cultural de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que lhe conferem os Estatutos da Entidade, resolve,

Demitir a pedido, Franciele Carla Wertmann, contratada em caráter temporário, para exercer a função de Professor de Balé, do Quadro de Pessoal da Fundação Cultural de Seara, a partir de 30 de abril de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 14 de abril de 2016.

Edemar Antônio Sunti

Diretor Presidente

Registra-se e Publica-se

Em 14 de abril de 2016.

Portaria nº. 015/2016. O Diretor Presidente da Fundação Cultural de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que lhe confere o Estatuto da Entidade, e do parágrafo único do artigo 3º da lei complementar 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara, das Fundações Municipais e da outras providências, e considerando o disposto nos incisos XI, do artigo 2º da lei complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e da outras providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 04/2016, resolve,

Contratar, Maria Catarina Teston, em caráter temporário, para exercer a função de Professor de Piano, com carga horária de 20 horas semanais, e vencimentos conforme o estabelecido no Anexo IV, categoria Pós Lato Sensu, nível inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, lei complementar nº. 21/2003, no período de 14 de abril a 20 de dezembro de 2016. Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 14 de abril de 2016.

Edemar Antônio Sunti

Diretor Presidente

Registra-se e Publica-se

Em 14 de abril de 2016.

Portaria nº. 016/2016. O Diretor Presidente da Fundação Cultural de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que lhe confere o Estatuto da Entidade, e do parágrafo único do artigo 3º da lei complementar 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara, das Fundações Municipais e da outras providências, e considerando o disposto nos incisos XI, do artigo 2º da lei complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e da outras providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 04/2016, resolve,

Contratar, Ana Paula Dias Pesamosca, em caráter temporário para exercer a função de Servente, Nível CE-01, Anexo I, do quadro de pessoal efetivo da Fundação Cultural de Seara, lei complementar nº. 004/2001, e vencimentos de acordo com o estabelecido na mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de abril de 2016 a 13 de abril de 2017.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 14 de abril de 2016.

Edemar Antônio Sunti

Diretor Presidente

Registra-se e Publica-se

Em 14 de abril de 2016.

PORTARIAS 263/2016 E 264/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA – SC.

Portaria nº. 263/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 46/2015, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2016, resolve,

Contratar, Maria Dreon Langaro, em caráter temporário, para exercer a função de Professor, categoria Pós Lato Sensu, nível inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil, no Centro de Educação Infantil Cinderela, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, para substituir professor titular, Aneli Benetti Mattiello, legalmente afastada, no período de 13 de abril a 17 de maio de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 13 de abril de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 13 de abril de 2016

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 264/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 118 da Lei Complementar nº 024, de 10 de março de 2006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências, resolve,

Nomear, Ademir Verza, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal da Cidade - SECR, constante no Anexo I-H, da Secretaria Municipal da Cidade, Lei Complementar 024/2006, a partir de 14 de abril de 2016, com vencimentos previstos na Lei nº 1691, de 27 de junho de 2012, que fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais de Seara, para a gestão de 2013 a 2016, respondendo concomitantemente as atribuições da Secretaria Municipal do Interior, sem alterações dos vencimentos.

Art. 1º. Fica revogada a Portaria nº. 200/2013.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 14 de abril de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 14 de abril de 2016

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2016

Processo Licitatório nº 042/2016

Edital de Pregão Presencial nº. 029/2016

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h25min do dia 28/04/2016, “envelope de credenciamento, da proposta e da documentação” referentes à prestação de serviço com transporte de mulheres participantes da convenção das mulheres agricultoras das diversas comunidades do município até o centro de eventos São José de Seara, localizado na rua Dom Pedro, nº 56, Bairro Industrial. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.Seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 14 de abril de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

PORTARIA Nº 038/2016

PORTARIA Nº. 038/2016 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Contrato e substituto referente ao Processo Licitatório nº. 014/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionadas:

CONTRATO Nº:	020/2016		
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DO ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL PARA O ANO LETIVO 2016 CONFORME ITINERÁRIO/PERCURSOS E ESPECIFICAÇÕES DE ACORDO COM O ITEM, PREVISTO NO ANEXO D DO EDITAL PP 014/2016.		
EMPRESA:	LAURO MULLER & CIA LTDA ME		
CNPJ Nº:	01.690.382/0001-95		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	JANETE PETRY CERISOLI		
CARGO:	SECRETÁRIA MUNICIPAL		
CPF:	014.831.769-32	MATRÍCULA:	787
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação Cultura e Esportes		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	IDINÉIA CECATTO		
CARGO:	DIRETORA DE DEPARTAMENTO		
CPF:	054.794.899-92	MATRÍCULA:	934
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação Cultura e Esportes		

Art. 2º O serviço de fiscal de Contrato e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de Abril de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 039

PORTARIA Nº. 039/2016 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal das Atas de Registro de Preços e substituto referente ao Processo Licitatório nº. 011/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL/SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS para acompanhar e fiscalizar a execução das referidas Atas na forma e condições abaixo relacionadas:

ATAS REGISTRO DE PREÇOS Nº:	023/2016 E 024/2016		
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE SEMENTES SELECIONADAS E CERTIFICADAS PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE PASTA-GENS E ADUBAÇÃO VERDE QUE O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA DISPÕE, BENEFICIANDO OS AGRICULTORES E FORTALECENDO A AGRICULTURA FAMILIAR E O SETOR PRODUTIVO.		
EMPRESA:	CEREALISTA RENASCER LTDA		
CNPJ Nº:	11.858.178/0001-94		
EMPRESA:	AGRO COMERCIAL AFUBRA LTDA		
CNPJ:	74.072.513/0012-05		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	ALEX CEREZOLLI		

CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	069.845.719-60	MATRÍCULA:	798
LOTAÇÃO:	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	VANDERLI RUI DE GASPARI		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	418.827.760-20	MATRÍCULA:	783
LOTAÇÃO:	Secretaria de Administração e Desenv. Econ.		

Art. 2º O serviço de fiscal das Atas e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedado qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de Abril de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 37/2016

DECRETO N.º 37 DE 21 DE MARÇO DE 2016

EXONERA NORMA FONTANELLA DE NEZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada NORMA FONTANELLA DE NEZ, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 415.506.419-7272, do cargo de Chefe de Setor II – C4, a contar desta data.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 20 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Março de 2016.

DECRETO Nº 38/2016

DECRETO N.º 38 DE 20 DE MARÇO DE 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS E VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5.067	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado
PROJETO/ATIVIDADE	2.025	Manutenção do Bloco Assistência Farmacêutica
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	15	

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde

PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	304	Vigilância Sanitária
RECURSO	5.038	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
PROJETO/ATIVIDADE	2.030	Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	28	

VALOR: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
RECURSO	5.002	Receitas e Transferências de Impostos – Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.034	Manutenção dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	40	

VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), e provável excesso de arrecadação de Receitas e Transferências de Impostos – Saúde no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de Março de 2016.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Março de 2016.

DECRETO Nº 39/2016

DECRETO N.º 39 DE 23 DE MARÇO DE 2016

ALTERA O ART. 7º, I DO ESTATUTO DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE SIDERÓPOLIS – FAMSID, HOMOLOGADO PELO DECRETO Nº 23/2014 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 11 da Lei nº 2.088/2013, que dispõe sobre a criação da FAMSID;

DECRETA

Art. 1º - O referido artigo do Estatuto da Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID passa a vigorar a seguinte redação:

“Art. 7º - À Presidência da Fundação compete:

I - representar a Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, cumprir e fazer cumprir as leis de política municipal do meio ambiente e a legislação estadual e federal pertinente, firmar acordos, contratos e convênios, termo de cooperação com entidades públicas e privadas, administrar, supervisionar e praticar todos os atos financeiros e administrativos necessários ao funcionamento da Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID, bem como os demais previstos no Estatuto.”

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 23 de Março de 2016.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de Março de 2016.

DECRETO Nº 40/2016

DECRETO N.º 40 DE 05 DE ABRIL DE 2016

NOMEIA ROSANGELA ROSSA DE SOUZA PARA CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada ROSANGELA ROSSA DE SOUZA, brasileira, CPF/MF sob nº646.784.749-00, para ocupar o cargo de Secretária Municipal de Educação – Agente Político, a contar desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 05 de abril de 2016.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de abril de 2016.

DECRETO Nº 41/2016

DECRETO N.º 41, DE 07 DE ABRIL DE 2016

Decreta luto oficial pelo FALECIMENTO do ex- VEREADOR DE SIDERÓPOLIS IVO ANTENOR FENILLI

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Decretar luto oficial por 03 (três) dias, em todo o território do Município de Siderópolis, em sinal de pesar pelo falecimento do ex- VEREADOR DE SIDEROPOLIS IVO ANTENOR FENILLI.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 07 de abril de 2016.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de abril de 2016.

LEI Nº 2.182/2016

LEI Nº 2.182, DE 14 DE MARÇO DE 2016

“AUTORIZA A DOAÇÃO DE IMÓVEL DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Art. 1º - Fica o chefe do executivo municipal autorizado a doar o imóvel do patrimônio público municipal, abaixo descrito:

I – Identificação do imóvel: terreno urbano situado em secção Rio Fiorita, município de Siderópolis comarca de Criciúma, com área de 2.535,00 M2 com uma construção de alvenaria de 322,00 M2, cuja matrícula nº 13.446.

Art. 2º - No referido imóvel, este instalado a empresa “MOLDERV MATRIZARIA LTDA-ME”, a mais de 10 anos.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"

Em, 14 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 14 de Março de 2016.

LEI Nº 2.183/2016

LEI Nº 2.183, DE 18 DE MARÇO DE 2016

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2.016 POR CONTA DE PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FINANCEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Siderópolis no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme abaixo discriminado:

ORGÃO: 02- PREFEITURA MUNICIPAL									
ELEMENTO: 4.4.90.00.00.00.00.00- APLICAÇÕES DIRETAS									
PROJETO:	2.018 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE								
FUNÇÃO:	GESTÃO AMBIENTAL								
VALOR:	R\$ 20.000,00								

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Continuação da Lei Nº 2183 de 18 de Março de 2016.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"

Em, 18 de Março de 2016

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 18 de Março de 2016.

LEI Nº 2.184/2016

LEI Nº 2.184, DE 31 DE MARÇO DE 2016

"AMPLIA O PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Artigo 1º - Fica ampliado o perímetro urbano do município de Siderópolis, na comunidade de Vila São Jorge conforme descrição do perímetro:

Inicia – se a descrição deste perímetro no vértice V01, com coordenadas UTM SAD69 N= 6.831.358,825m e E= 655.217,533m, deste, segue por uma linha confrontando com a Rua Fátima Biava Antunes, com azimute de 328º20'53" e distância de 64,02 m, até o vértice V02 de coordenadas N= 6.831.413,323m e E= 655.183,938m, deste, segue por uma linha confrontando com a Rua Fátima Biava Antunes, com azimute 326º13'40" e distância de 20,01 m, até o vértice V03, de coordenadas N= 6.831.429,958m e E= 655.071,482m, deste, segue por uma linha confrontando com a Rua Fátima Biava Antunes, com azimute 316º27'52" e distância de 4,95 m, até o vértice V04, de coordenadas N= 6.831.433,549m e E= 655.169,401m, deste, segue por uma linha confrontando com a Rua Fátima Biava Antunes, com azimute de 311º28'51" e distância de 9,06 m, até o vértice V05, de coordenadas N= 6.831.439,549m e E= 655.162,614m, deste, segue por uma linha confrontando com a Rua Fátima Biava Antunes, com azimute de 300º12'59" e distância de 6,39 m, até o vértice V06, de

coordenadas 6.831.442,765m e E= 655.157,093m, deste, segue por uma linha confrontando com a Rua Fátima Biava Antunes, com azimute de 289°38'17" e distância de 5,96 m, até o vértice V07, de coordenadas N= 6.831.444,768m e E= 655.151,478m, deste, segue por uma linha confrontando com a Rua Fátima Biava Antunes, com azimute de 271°39'28" e distância de 5,12 m, até o vértice V08, de coordenadas N= 6.831.444,917m e E= 655.146,359m, deste, segue por uma linha confrontando com a Rua Fátima Biava Antunes, com azimute de 258°30'55" e distância de 9,62 m, até o vértice V09, de coordenadas N= 6.831.443,002m e E= 655.136,933m, deste segue por uma linha confrontando com a Rua Fátima Biava Antunes, com azimute 250°04'22" e distância de 10,11 m, até o vértice V10 de coordenadas N= 6.831.439,555m e E= 655.127,425m, deste segue por uma linha confrontando com a Rua Fátima Biava Antunes, com azimute 245°29'38" e distancia de 9,61 m, até o vértice V11 de coordenadas N= 6.831.435,568m e E= 655.118,679m, deste segue por uma linha confrontando com a Rua Fátima Biava Antunes, com azimute 242°44'39" e distância de 10,25 m, até o vértice V12 de coordenadas N= 6.831.430,871m e E= 655.109,563m, deste segue por uma linha confrontando com a Rua Fátima Biava Antunes, com azimute 238°26'53" e distância de 10,05 m, até o vértice V13 de coordenadas N= 6.831.425,613m e E= 655.100,999m, deste segue por uma linha confrontando com a Rua Fátima Biava Antunes, com azimute 234°49'53" e distância de 19,88 m, até o vértice V14 de coordenadas N= 6.831.414,160m e E= 655.084,745m, deste segue por uma linha confrontando com a Rua Fátima Biava Antunes, com azimute 234°18'15" e distância de 16,33 m, até o vértice V15 de coordenadas N= 6.831.404,631m e E= 655.071,482m, deste segue por uma linha confrontando com terras Valdecir e Valdenir Salvaro, com azimute 149°08'04" e distância de 23,66 m, até o vértice V16 de coordenadas N= 6.831.384,319m e E= 655.083.622m, deste segue por uma linha confrontando com terras Valdecir e Valdenir Salvaro, com azimute 148°27'28" e distância de 56,74 m, até o vértice V17 de coordenadas N= 6.831.335,415m e E= 655.112,390m, deste segue por uma linha confrontando com terras Valdecir e Valdenir Salvaro, com azimute 144°44'09" e distância de 2,79 m, até o vértice V18 de coordenadas N= 6.831.333,140m e E= 655.114.000m, deste segue por uma linha confrontando com terras Valdecir e Valdenir Salvaro, com azimute 93°57'11" e distância de 4,82 m, até o vértice V19 de coordenadas N= 6.831.332,807m e E= 655.118,808m, deste segue por uma linha confrontando com terras Valdecir e Valdenir Salvaro, com azimute 126°32'38" e distância de 3,41 m, até o vértice V20 de coordenadas N= 6.831.330.778m e E= 655.121,547m, deste segue por uma linha confrontando com terras Valdecir e Valdenir Salvaro, com azimute 154°48'33" e distância de 4,92 m, até o vértice V21 de coordenadas N= 6.831.326,325m e E= 655.123,641m, deste segue por uma linha confrontando com terras Natal Biava, com azimute 94°48'28" e distância de 84,08 m, até o vértice V22 de coordenadas N= 6.831.319,278m e E= 655.207,428m, deste segue por uma linha confrontando com terras Natal Biava, com azimute 14°20'02" e distância de 40,82 m, até o vértice V1 de coordenadas N= 6.831.358,825m e E= 655.217,533m, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"

Em, 31 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 31 de Março de 2016.

LEI Nº 2.185/2016

LEI Nº 2.185, DE 31 DE MARÇO DE 2016

"CONCEDE REAJUSTE SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Art. 1º - Ficam os Chefes do Poder Executivo e Legislativo Municipal autorizados a aumentar o nível de remuneração dos servidores municipais, secretários e inativos, conforme percentagem descrita a seguir, bem como deliberar a respeito dos direitos dos servidores nos termos que seguem abaixo:

I - Servidores de Magistério:

a) Reajuste Salarial de 11,36% será parcelado da seguinte forma:

a.1) O reajuste salarial dos meses de janeiro a maio de 2016 será parcelado nos meses de Junho a Novembro de 2016 em forma de Abono Salarial.

a.2) No mês de maio de 2016 o reajuste será de 70% (setenta por cento) incorporado no vencimento e 30% (trinta por cento) em forma de abono salarial, sendo que o mesmo será incorporado no mês de Dezembro de 2016.

II – Reajuste dos Demais Servidores - com base em 100% da inflação acumulada (INPC) do período de 01/05/2015 a 30/04/2016 será reajustado em 70% (setenta por cento) no salário, mais 30% (trinta por cento) como abono, sendo que o mesmo será incorporado no salário do mês de Dezembro de 2016.

a) O piso salarial será reajustado de acordo com o item II.

III – Terço Constitucional de Férias - O Terço constitucional de férias será pago no 1º dia da respectiva concessão.

IV – Prêmio de Férias - O Município concederá a todos os Servidores Municipais sócios do SISERP, por ocasião das férias, um prêmio no valor de:

a) R\$ 120,00 (cento e vinte reais) sendo este pago no 1º dia da concessão de férias ao funcionário.

b) Em caso de rescisão de contrato, o prêmio será proporcional.

V - Insalubridade/Periculosidade - A insalubridade/ periculosidade serão concedidas aos trabalhadores de acordo com o Laudo técnico (LTCAT).

VI - Equipamento de Proteção /Vale transporte - O Município está de acordo com as propostas formuladas nos itens 11e 12 a que se referem aos equipamentos de proteção individual , coletivos e ao vale transporte.

VII – Saúde

a) O Município disponibilizará uma vez por semana, duas horas por dia, podendo se estender para três horas por dia, dependendo da necessidade, em uma das sedes da Rede Pública de Saúde do Município, um clínico geral para atender os servidores Públicos Municipais com horários pré agendados, acordando entre as partes o dia, o horário e local.

VIII– Plano de Carreira - A Criação do Plano de carreira para todos os servidores públicos municipais, bem como a reformulação do plano de carreira do magistério estão sendo discutidos com a participação do Sindicato, sendo que estes já estão em fase inicial.

IX - Liberação de Dirigente - Fica liberado um servidor público municipal para 40 horas semanais.

X - Uniforme e Refeição - Os itens 18 e 19 e 23 poderão ser discutidos quando da elaboração do Estatuto já em andamento e/ou do plano de carreira dos servidores públicos municipais que esta sendo discutido com o Sindicato.

XI – Subsede - O Município se compromete a transferir para o Sindicato um terreno de acordo com a legislação (doação, comodato, termo de Cessão de Uso, etc.), no prazo de 12 meses.

XII – Gestão Democrática - Garantir no Plano Carreira um capítulo para regulamentar a eleição direta para diretores de escolas de todos os níveis e modalidades, sendo que a eleição ocorra em prazo possível de exercer o mandato a partir de fevereiro de 2017.

XIII – Agente Comunitário de Saúde – Reajustar os salários dos Agentes Comunitários de Saúde conforme o item II.

XIV- Horas Sobreaviso – A hora sobreaviso será remunerada a base de 20% (vinte por cento) (conforme CLT) da hora normal somente dos plantões de final de semana e feriados, dos conselheiros tutelar.

XV- Repasse de Mensalidades – Conforme estabelecido no item 25 da proposta sindical a que se refere ao prazo para o repasse das mensalidades, convênios e outros, no prazo de até 5 (dias) uteis.

XVI - Vigência - A vigência deste termo é de 12 (doze) meses, com início em 01 de maio de 2016 e término em 30 de abril de 2017.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Continuação da Lei 2.185, de 31 de Março de 2016

Paço Municipal "Antônio Feltrin"

Em, 31 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 31 de Março de 2016.

LEI Nº 2.186/2016

LEI Nº 2.186, DE 31 DE MARÇO DE 2016

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR TERMO DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS, JUNTO AO INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL/SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, REFERENTE A DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Hélio Roberto Cesa, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado pela Câmara Municipal de Siderópolis, a reconhecer e firmar Termo de Parcelamento de Débitos, em parcelas mensais e sucessivas, com o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS/Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base na Lei Federal nº 10.522, de 19 de julho de 2002, referente a débitos previdenciários que serão corrigidos na forma da legislação

previdenciária em vigor.

Art. 2º O parcelamento a que se refere a presente Lei será de 60 (sessenta) parcelas mensais de igual valor, descontadas da parcela do repasse mensal do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, destinado ao Município, conforme o que está previsto pelo § 4º, do artigo 167 da CF/88, com vencimento até o ultimo dia útil de cada mês, durante o prazo de vigência do parcelamento autorizado por esta Lei, visando a garantia do pagamento de debito para com a União.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Continuação da Lei nº 2.186, de 31 de Março de 2016

Paço Municipal "Antônio Feltrin"
Em, 31 de Março de 2016.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 31 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 42/2016

PORTARIA Nº 42, DE 08 DE MARÇO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA LUANA POSSOLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária LUANA POSSOLI brasileiro (a), CPF/MF sob nº 069.377.539-42, Professora Mag LP, na Secretaria de Educação, a contar 01/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 08 de Março de 2016.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 08 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 43/2016

PORTARIA Nº 43, DE 08 DE MARÇO DE 2016

RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA PATRICIA DE CASSIA MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária PATRICIA DE CASSIA MARTINS brasileiro (a), CPF/MF sob nº 026.280.099-35, Professora Mag LP, na Secretaria de Educação, a contar de 03/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 08 de Março de 2016.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 08 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 44/2016

PORTARIA Nº 44, DE 08 DE MARÇO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA LUCIA MARIA VICENTE DE MELLOE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária LUCIA MARIA VICENTE DE MELLO brasileiro (a), CPF/MF sob nº 838.068.229-72, Professora Mag LP, na Secretaria de Educação, a contar de 04/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 08 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 08 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 45/2016

PORTARIA Nº 45, DE 08 DE MARÇO DE 2016

CONTRATA VIVIANE DA SILVA VIEIRA CARMINATTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente VIVIANE DA SILVA VIEIRA CARMINATTI, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 003/2015, CPF/MF sob nº 015.203.159-61, para ocupar a função de Professora MAG LP, 20h em vaga Vinculada de Tatiana Rodrigues de Souza, a contar de 07/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 08 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 08 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 46/2016

PORTARIA Nº 46, DE 08 DE MARÇO DE 2016

RESCINDE A PEDIDO CONTRATO DA FUNCIONÁRIA CRISLEI GETNER NAVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido o contrato da funcionária CRISLEI GETNER NAVA brasileiro (a), CPF/MF sob nº 033.934.719-88, Professora Mag LP, na Secretaria de Educação, a contar de 01/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 08 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 08 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 47/2016

PORTARIA Nº 47, DE 09 DE MARÇO DE 2016

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO A SERVIDORA FABIANA DO LIVRAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, a servidora FABIANA DO LIVRAMENTO, CPF/MF nº 946.965.789-68, Professora Mag LP, a partir de 08/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 09 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 09 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 48/2016

PORTARIA Nº 48, DE 09 DE MARÇO DE 2016

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO A SERVIDORA MARIA ROSELI SERAFIM DE ARAUJO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, a servidora MARIA ROSELI SERAFIM DE ARAUJO, CPF/MF nº 044.080.189-37, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 21/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 09 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 09 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 49/2016

PORTARIA Nº 49, DE 10 DE MARÇO DE 2016

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO AO SERVIDOR JEFEFERSON LUIZ NORDIO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso

de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, ao servidor JEFERSON LUIZ NORDIO, CPF/MF nº 906.907.459-15, Operador Máquina, a partir de 17/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 10 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 50/2016

PORTARIA Nº 50, DE 11 DE MARÇO DE 2016

Concede Renovação de Licença sem vencimentos POR MOTIVOS PARTICULARES A servidorA JANDIARA SALVARO e dá outras providências.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 § 3º da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Renovar a licença, por motivos particulares a servidora JANDIARA SALVARO, CPF/MF 041.749.239-14, Dentista, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 03 anos, a partir de 18/03/2016

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 11 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 51/2016

PORTARIA Nº 51, DE 14 DE MARÇO DE 2016

EXONERA A PEDIDO RAFAEL COSTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso X da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da Portaria nº114/2015 e exonera, a pedido, RAFAEL COSTA, CPF/MF nº 043.203.149-99, Motorista, do Quadro Permanente do Município, a contar de 11/03/2016.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 14 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 52/2016

PORTARIA Nº 52, DE 14 DE MARÇO DE 2016

ALTERA O ART. 1º DA PORTARIA Nº 31/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, inciso V, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º da Portaria nº 31/2016, de 22 de Fevereiro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Admitir temporariamente JULIANA BITTENCOURT CLEMENTE, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 003/2015, CPF/MF sob nº 042.294.559-50, para ocupar a função de Professora de Educação Infantil, 20h em vaga Vinculada de Tatiana Rodrigues, contar de 22/03/2016 até 16/12/2016.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 14 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 53/2016

PORTARIA Nº 53, DE 14 DE MARÇO DE 2016

ALTERA A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PAULA PERICO ELIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora PAULA PERICO ELIAS, CPF Nº 097.076.579-79, Professor MAG LP, de 20 para 30h semanais, na função de Professora Mag LP, em vaga vinculada de ROSEMERI CORRÊA, na Secretaria de Educação, a contar de 07/03/2016

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 14 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 54/2016

PORTARIA Nº 54, DE 14 DE MARÇO DE 2016

CONTRATA VANDERLEI DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal

Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente VANDERLEI DOS SANTOS, brasileiro, CPF/MF sob nº 024.864.169-78, para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras, a contar 01/03/2016, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 14 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 55/2016

PORTARIA Nº 55, DE 16 DE MARÇO DE 2016

CONTRATA ANGELICA VIVIANE DE SOUZA SAVARIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ANGELICA VIVIANE DE SOUZA SAVARIS, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 003/2015, CPF/MF sob nº 868.704.919-68, para ocupar a função de Professora MAG LP, 20h em vaga Vinculada de MARIA DE LOURDES PAZZETTO MARCELINO, a partir de 21/03/2016 até 19/12/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 16 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 56/2016

PORTARIA Nº 56, DE 16 DE MARÇO DE 2016

CESSA FG DA SERVIDORA MARYELLI REGINA VICENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar FG, considerando que a servidora MARYELLI REGINA VICENTE, CPF nº. 030.277.389-41, Atendente de Saúde Bucal, do Quadro Permanente do Município, não terá mais a responsabilidade designada, a contar de 01/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 16 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 57/2016

PORTARIA Nº 57, DE 18 DE MARÇO DE 2016

Cessa os efeitos da portaria nº 47/2016

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº47/2016, considerando o retorno ao trabalho da servidora FABIANA DO LIVRAMENTO, CPF/MF nº 946.965.789-68, Professora Mag LP, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 18 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 18 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 58/2016

PORTARIA Nº 58, DE 18 DE MARÇO DE 2016

Cessa os efeitos da portaria nº 345/2015

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº345/2015, considerando o retorno ao trabalho da servidora ZILMAR RUBIA BITTENCOURT, CPF/MF nº 016.102.779-29, Recepcionista, a contar de 16/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 18 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 18 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 59/2016

PORTARIA Nº 59, DE 18 DE MARÇO DE 2016

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO A SERVIDORA MARINES CIPRIANO FELISBERTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, a servidora MARINES CIPRIANO FELISBERTO, CPF/MF nº 021.818.999-08, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 25/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 18 de Março de 2016.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 18 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 60/2016

PORTARIA Nº 60, DE 18 DE MARÇO DE 2016
CONTRATA ANA CLAUDIA BURIGO LIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ANA CLAUDIA BURIGO LIMA, brasileiro, CPF/MF sob nº 062.266.949-47, para ocupar a função de Medico Plantonista, na Secretaria de Saúde, a contar 01/03/2016, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 18 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 18 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 61/2016

PORTARIA Nº 61, DE 18 DE MARÇO DE 2016
CONTRATA ERIKA LOPES RUY E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ERIKA LOPES RUY, brasileiro, CPF/MF sob nº 318.004.778-05, para ocupar a função de Medico Plantonista, na Secretaria de Saúde, a contar 01/03/2016, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 18 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 18 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 62/2016

PORTARIA Nº 62, DE 18 DE MARÇO DE 2016
CONTRATA JOSE LUIZ TOMÉ GONÇALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente JOSE LUIZ TOMÉ GONÇALVES, brasileiro, CPF/MF sob nº 711.929.809-72, para ocupar a função de Medico Plantonista, na Secretaria de Saúde, a contar 01/03/2016, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 18 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 18 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 63/2016

PORTARIA Nº 63, DE 18 DE MARÇO DE 2016
CONTRATA ANTONINHO BOTINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ANTONINHO BOTINI, brasileiro, CPF/MF sob 538.332.289-20, para ocupar a função de Motorista Socorrista do SAMU, na Secretaria de Saúde, a partir de 24/03/2016, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 18 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 18 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 64/2016

PORTARIA Nº 64, DE 18 DE MARÇO DE 2016
CONTRATA JOCERLEI PATRICIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente JOCERLEI PATRICIO, brasileiro, CPF/MF sob nº 592.063.579-72, para ocupar a função de Operador de Retroescavadeira, na Secretaria de Obras, a contar de

03/03/2016, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 18 de Março de 2016.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 18 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 65/2016

PORTARIA Nº 65, DE 18 DE MARÇO DE 2016
DESIGNA MARILEIA DE JESUS DOS SANTOS COMO DIRETORA TÉCNICA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município E Lei Municipal nº 1.552/05;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar como Diretora Técnica da Secretaria de Saúde do Município de Siderópolis a servidora MARILEIA DE JESUS DOS SANTOS, brasileiro, CPF/MF sob nº 606.609.029-15, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 18 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 18 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 66/2016

PORTARIA Nº 66, DE 22 DE MARÇO DE 2016

Cessa os efeitos da portaria nº 18/2016

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº 18/2016, considerando o retorno ao trabalho do servidor CASSIANO FREITAS, CPF/MF nº 043.642.569-60, Chefe de Setor II, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 22 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 67/2016

PORTARIA Nº 67, DE 23 DE MARÇO DE 2016

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO A SERVIDORA MONICA RAMOS ROVARIS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DO FILHO MARCOS AGASSI

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, a servidora MONICA RAMOS ROVARIS, CPF/MF nº 041.726.529-80, Professora Mag LP, a partir de 05/04/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 22 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 68/2016

PORTARIA Nº 68, DE 23 DE MARÇO DE 2016

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO A SERVIDORA VIVIAN BERTO BECKHAUSER DELFINO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, a servidora VIVIAN BERTO BECKHAUSER DELFINO, CPF/MF nº 052.832.989-81, Professora Mag LP, a partir de 01/04/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 23 de Março de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 69/2016

PORTARIA Nº 69, DE 23 DE MARÇO DE 2016

CONTRATA NORMA FONTANELLA DE NEZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente NORMA FONTANELLA DE NEZ, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 003/2015, CPF/MF sob nº 415.506.419-72, para ocupar a função de Professora MAG LP,

20h em vaga Excedente, a contar de 21/03/2016 até 19/12/2016.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 23 de Março de 2016.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 70/2016

PORTARIA Nº 70, DE 23 DE MARÇO DE 2016
CONTRATA JUSSARA DE SOUZA MARTINELI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;
RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente JUSSARA DE SOUZA MARTINE-LI, brasileiro(a), inscrita no processo Seletivo nº 003/2015, CPF/MF sob nº 614.024.439-00, para ocupar a função de Professora MAG LP, 20h em vaga Vinculada de Luciana Bettiol, a partir de 29/03/2016 até 19/12/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 23 de Março de 2016.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 71/2016

PORTARIA Nº 71, DE 23 DE MARÇO DE 2016
CONTRATA VICENTE GANEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art.8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente VICENTE GANEM, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 257.316.499-93, para ocupar a função de Médica Psiquiatra, na Secretaria de Saúde, a contar de 01/03/2016 até o retorno da funcionaria VIVIANE MARIA QUADRO BURIGO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 23 de Março de 2016.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 72/2016

PORTARIA Nº 73, DE 01 DE ABRIL DE 2016
ALTERA A CARGA HORÁRIA DA FUNCIONÁRIA ROSANGELE PAVAN SALVARO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO, Secretário de Administração do Município de Siderópolis, no uso de suas atribuições, considerando o pedido de redução de carga horária com redução proporcional de vencimentos feito pela funcionária Rosangele Pavan Salvaro:

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária, com a respectiva redução proporcional de vencimentos da funcionária ROSANGELE PAVAN SALVARO, de 20 (vinte) horas, para 16 (dezesesseis) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação
Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 01 de abril de 2016.

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de abril de 2016.

PORTARIA Nº 73/2016

PORTARIA Nº 73, DE 01 DE ABRIL DE 2016
ALTERA A CARGA HORÁRIA DA FUNCIONÁRIA ROSANGELE PAVAN SALVARO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO, Secretário de Administração do Município de Siderópolis, no uso de suas atribuições, considerando o pedido de redução de carga horária com redução proporcional de vencimentos feito pela funcionária Rosangele Pavan Salvaro:

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária, com a respectiva redução proporcional de vencimentos da funcionária ROSANGELE PAVAN SALVARO, de 20 (vinte) horas, para 16 (dezesesseis) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação
Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 01 de abril de 2016.

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de abril de 2016.

PORTARIA Nº 74/2016

PORTARIA Nº 74, DE 01 DE ABRIL DE 2016
ALTERA A CARGA HORÁRIA DA FUNCIONÁRIA MARYELLI REGINA VICENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO, Secretário de Administração do Município de Siderópolis, no uso de suas atribuições, considerando o pedido de redução de carga horária com redução proporcional de vencimentos feito pela funcionária MARYELLI REGINA VICENTE:

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária, com a respectiva redução proporcional de vencimentos da funcionária MARYELLI REGINA VICENTE, CPF nº 030.277.389-41, Atendente de Odonto, do Quadro Permanente do Município, de 40 (quarenta) horas para 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação
Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 01 de abril de 2016.

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de abril de 2016.

PORTARIA Nº 75/2016

PORTARIA Nº 75, DE 04 DE ABRIL DE 2016

Concede Renovação de Licença sem vencimentos POR MOTIVOS PARTICULARES À servidora FERNANDA CRISTINA FRELO e dá outras providências.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 § 3º da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Renovar a licença, por motivos particulares à servidora FERNANDA CRISTINA FRELO, CPF/MF 906.902.229-04, Técnico em Auditoria em Saúde Pública, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 01/04/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 04 de abril de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 04 de abril de 2016.

PORTARIA Nº 76/2016

PORTARIA Nº 76, DE 04 DE ABRIL DE 2016

RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA SIMONE DE JESUS DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido o contrato da funcionária SIMONE DE JESUS DOS SANTOS brasileiro (a), CPF/MF sob nº 103.679.069-02, Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria de Educação, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 04 de abril de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 04 de Abril de 2016.

PORTARIA Nº 77/2016

PORTARIA Nº 77, DE 04 DE ABRIL DE 2016

RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA griselda bairros da trindade E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso

de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido o contrato da funcionária griselda bairros da trindade brasileiro (a), CPF/MF sob nº 000.414.270-50, Médico ESF, na Secretaria de Saúde, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 04 de abril de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 04 de Abril de 2016.

PORTARIA Nº 78/2016

PORTARIA Nº 78, DE 04 DE ABRIL DE 2016

CONTRATA MARCELA DOS SANTOS LUCCHESI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente MARCELA DOS SANTOS LUCCHESI, brasileira, CPF/MF sob nº 058.796.879-61, para ocupar a função de Médico Plantonista, na Secretaria de Saúde, a contar 01/04/2016, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 04 de abril de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 04 de abril de 2016.

PORTARIA Nº 79/2016

PORTARIA Nº 79, DE 04 DE ABRIL DE 2016

Concede Renovação de Licença sem vencimentos POR MOTIVOS PARTICULARES À servidora ROSÂNGELA MORAES DE ARAÚJO e dá outras providências.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 § 3º da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Renovar a licença, por motivos particulares à servidora ROSÂNGELA MORAES DE ARAÚJO, CPF/MF 050.903.109-98, Técnico de Enfermagem, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 03 (três) anos, a partir de 10/04/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 04 de abril de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 04 de abril de 2016.

PORTARIA Nº 80/2016

PORTARIA Nº 80, DE 04 DE ABRIL DE 2016

Concede Renovação de Licença sem vencimentos POR MOTIVOS PARTICULARES À servidora Patrícia levati tournier e dá outras providências.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 § 3º da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Renovar a licença, por motivos particulares à servidora Patrícia levati tournier, CPF/MF 026.224.659-71, Nutricionista, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 01 (um) ano, a partir de 03/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 04 de abril de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 04 de abril de 2016.

PORTARIA Nº 81/2016

PORTARIA Nº 81, DE 11 DE ABRIL DE 2016

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA FABIANA DO LIVRAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, à servidora FABIANA DO LIVRAMENTO, CPF/MF nº 946.965.789-68, Professora MAG LP, a contar de 05/04/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 11 de abril de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de abril de 2016.

PORTARIA Nº 82/2016

PORTARIA Nº 82, DE 11 DE ABRIL DE 2016

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA SÔNIA CORRÊA QUADRA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, à servidora SÔNIA CORRÊA QUADRA, CPF/MF nº 040.510.519-35, Gari-I/A, a partir de 23/04/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 11 de abril de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de abril de 2016.

Sombrio

PREFEITURA

LEI N. 2262/2016

LEI Nº 2262, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

Altera a Lei Municipal nº 1.764, de 18 de novembro de 2008, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso e do Fundo municipal dos Direitos do Idoso.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Os Artigos. 2º, 3º, 5º e 18º, da Lei Municipal nº 1.764, de 18 de novembro de 2008, passam a com a seguintes alterações:

“Art. 2º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso:

.....
V - orientar, fiscalizar e avaliar a execução orçamentária do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso;
.....”

“Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso é composto de forma paritária entre o poder público municipal e a sociedade civil, e será constituído:

I – por representantes de cada um dos órgãos setoriais indicados a seguir:

- a) Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Ação Comunitária;
- b) Secretaria Municipal de Saúde; e
- c) Secretaria Municipal de Educação;

II – por 3 (três) representantes da sociedade civil, sendo:

- a) um representante das entidades e/ou organizações não governamentais atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos ou ao atendimento da pessoa idosa;
- b) um representante dos usuários e/ou organizações de usuários da política do idoso;
- c) um representante das entidades dos trabalhadores da área.

III – Exclusão

§ 1º Cada membro do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso terá um suplente.

§ 2º Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da política do idoso, eleitos em foro próprio.

§ 3º Serão consideradas entidades de trabalhadores da área, as associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais que atuam institucionalmente na política do idoso.

§ 4º No caso de não haver inicialmente representação de um dos seguimentos do inciso II do presente artigo, a vaga poderá ser preenchida por um dos demais seguimentos.”

“Art. 5º - As entidades ou organizações não governamentais indicarão, bianualmente, titulares e suplentes.”

“Art. 18º - O Fundo Municipal dos Direitos do Idoso ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades previstos no plano de ação e aplicação aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio, SC, 14 de abril de 2016.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORTARIA N. 078/2016

PORTARIA Nº. 078 DE 14 DE ABRIL DE 2016
NOMEIA SERVIDORES APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (Administração), para o cargo de Auxiliar de Ensino Infantil, com Carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, como segue:

NOME
Marly Farias
Tiaroni de Souza Machado

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 14 de abril de 2016.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**PUBLICAÇÃO PROCESSO 35 -2016 ARRAIAL -
REPUBLICAÇÃO 01**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016

REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objeto objetivo registrar preços no intuito de selecionar a melhor proposta para futura contratação de empresa especializada, para realizar, organizar e explorar comercialmente, o XV ARRAIALFEST, com o uso dos bens públicos e em comodato a ela afeitos, em conformidade com as especificidades prescritas nos Anexos deste Edital.

Tipo de julgamento: Menor preço global das tarifas.

Base Legal: Lei Federal 10.520, de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Lei 8078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei 8666 de 21 de junho de 1993.

Entrega dos envelopes: Fica prorrogado o prazo de protocolo e sessão de abertura, sendo o protocolo dos envelopes para o dia 29 de abril de 2016 até as 09h00min, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h45min do dia 29 de abril de 2016.

Motivo adequações no instrumento convocatório.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 08h00 as 11h30min e das 13h30min as 17h30min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-6633.

Sombrio-SC, 14 de abril de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

ATA Nº. 013/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS CNPJ: 01.566.620/0001-55 RUA FELIPE BACZINSKI, 479 C.E.P.: 89875-000 - Tigrinhos - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2016 - TP Processo Administrativo: 15/2016 Processo de Licitação: 15/2016 Data do Processo: 23/03/2016
Folha: 1/2	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO INDUSTRIAL COM ÁREA TOTAL DE 1.054,41M², CONFORME PROJETO ANEXO I DO PRESENTE EDITAL.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 13/2016 (Sequência: 1)

Ao(s) 14 de Abril de 2016, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 003/2016, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 15/2016, Licitação nº. 2/2016 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

IGM ENGENHARIA, PAIM EMPREENDIMENTOS, RINOVI CONSTRUTORA, LSW SERVIÇOS LTDA, CAIBI EMPREENDIMENTOS, MARCO GARCIA, INOVE INDUSTRIA E COMERCIO, CONSTRUTORA OLIVEIRA

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Procedida a abertura do processo licitatório, foram verificados pelos representantes das empresas presentes ao ato solene os lacres dos envelopes de habilitação e proposta. Em seguida a comissão de licitações procedeu a abertura dos envelopes de habilitação tendo conferido através de check list, elaborado em conformidade com o Edital Publico de Licitações, toda a documentação apresentada. Constatou-se que, com relação as empresas PAIM EMPREENDIMENTOS, a mesma não apresentou Atestado de Capacidade Técnica que contemplasse o item referente a Estrutura Pré-Moldada, portanto, tendo sido considerada INABILITADA, e com relação a empresa CAIBI EMPREENDIMENTOS, constatou-se a ausência de Atestado de Capacidade Técnica que contemplasse o item Estrutura Pré-Moldada e Estrutura Metálica, encontrando-se, portanto, INABILITADA a participar do processo licitatório, e, por fim, com relação a empresa MARCO GARCIA, constatou-se a ausência de Atestado de Capacidade Técnica que contemplasse Estrutura Pré-Moldada e Estrutura Metálica, além de não constar em referido instrumento espécie de obra exigida e nem mesmo similar ao exigido, encontrando-se, portanto INABILITADA a participar do Processo Licitatório, todas pelo descumprimento do contido no item "m" do Edital de Licitação 015/2016 TP 02/2016. Em seguida, dada a palavra as empresas presentes, estas se manifestaram no sentido de ter interesse em apresentar Recurso contra as Inabilitações, sendo assim, oportunizado o prazo de 5 (cinco) dias para apresentação dos referidos Recursos. Intimados os presentes de que a próxima sessão pública será designada para o dia 25 de abril de 2016 e que todos os atos, inclusive resposta da Comissão aos Recursos interpostos serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS CNP J: 01.566.620/0001-55 RUA FELIPE BACZINSKI, 479 C.E.P.: 89875-000 - Tigrinhos - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2016 - TP Processo Administrativo: 15/2016 Processo de Licitação: 15/2016 Data do Processo: 23/03/2016
Folha: 2/2	

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Tigrinhos, 14 de Abril de 2016

COMISSÃO:

MAICON BRUXEL

- - Presidente da Comissão de Licitação

DEYSE KATIA F. PASQUALOTTO

- - MEMBRO

BERNARDETE DAS GRAÇAS A. T HONNEF

- - MEMBRO

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 100/2016

DECRETO Nº. 100, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida, Suzana Felipe Bonfante Manfioletti, Matrícula nº 3020, do Cargo de Monitor de Creche e Pré Escolar, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 13 de Abril de 2016.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 101/2016

DECRETO Nº. 101, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida, Franciele Dal Pont, Matrícula nº 3098, do Cargo de Monitor PETI, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 14 de Abril de 2016.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 102/2016

DECRETO Nº. 102, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

INSERE DESPESA, FONTE DE RECURSO E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO 2016 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.780 de 1º de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam inseridas na Unidade/Orçamentária e Projeto/Atividade abaixo identificada, a despesa e a fonte de recursos que passam a integrar o Orçamento 2016 do Município de Timbé do Sul com a seguinte estrutura orçamentária:

03.01 – Secretaria de Administração e Finanças

2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

166 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0493

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 29.997,00(vinte e nove mil e novecentos e noventa e sete reais) na dotação abaixo especificada:

03.01 – Secretaria de Administração e Finanças

2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

166 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0493– Aplicações diretas

..... R\$ 29.997,00

Art. 3º - O crédito de que trata o artigo anterior é decorrente do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior na fonte de Recursos 482; Fundo De Exportação; conta corrente 8.558-8; Agência 5.300-7; Banco do Brasil.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 14 de Abril de 2016.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 103/2016

DECRETO Nº. 103, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

INSERE DESPESA, FONTE DE RECURSO E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO 2016 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.780 de 1º de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam inseridas na Unidade/Orçamentária e Projeto/Atividade abaixo identificada, a despesa e a fonte de recursos que passam a integrar o Orçamento 2016 do Município de Timbé do Sul com a seguinte estrutura orçamentária:

07.01 – Secretaria de Obras e Transportes

2.024 – Manutenção da Rede Viária do Município

167 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0391

168 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0361

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 50.378,00(cinquenta mil e trezentos e setenta e oito reais) nas dotação abaixo especificadas:

07.01 – Secretaria de Obras e Transportes
2.024 – Manutenção da Rede Viária do Município
167 – 3.3.90.00.00.00.00.0391 – Aplicações diretas
.....R\$ 22.958,00
168 – 3.3.90.00.00.00.00.0361 – Aplicações diretas
..... R\$ 27.420,00

Art. 3º - O crédito de que trata o artigo anterior é decorrente:
I. Superávit Financeiro verificado no exercício anterior na Fonte de Recursos 391; Fundo Especial do Petróleo ; conta corrente 11.105-8; Agência 5.300-7; Banco do Brasil
.. R\$ 22.958,00
II. Superávit Financeiro verificado no exercício anterior na Fonte de recursos 361; CEFEM; Compensação Financeira Recursos Mineiros; conta corrente 7.451-9; Agência 5.300-7; Banco do Brasil....
R\$ 27.420,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 14 de Abril de 2016.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 98/2016

DECRETO Nº. 98, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC, no uso das atribuições e de conformidade com a Legislação vigente:

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todas as Repartições Públicas Municipais, no dia 22 de Abril (Sexta-feira), em decorrência do feriado nacional de 21 de Abril - Tiradentes.

Art. 2º - Excetua-se deste decreto o Departamento de Educação, vinculado à Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 14 de Abril de 2016.
Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 99/2016

DECRETO Nº. 99, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida a pedido, Gabriela Savi da Silva, Matrícula nº 3054, do Cargo de Médico PSF/PACS, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 13 de Abril de 2016.
Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

ATA ANÁLISE DE DOCUMENTOS HABILITAÇÃO - CREDENCIAMENTO N.º 01 2016 FME

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016 - FME

Às nove horas, do décimo quarto dia, do mês de abril de dois mil e dezesseis, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, para abertura dos envelopes de Habilitação/Credenciamento do Processo Licitatório nº 01/2016 – FME.

Entregaram os envelopes os seguintes profissionais: JOSÉ ROBERTO ALVES SILVA-CPF Nº 927.204.128-72, VALDIR BRANDT-CPF Nº 596.771.479-00, ANDRÉ LUIS SABEL-CPF Nº 054.037.019-31, FABIO ELISIO-CPF Nº 032.507.489-51, DANIEL STEDILE-CPF Nº 064.831.689-00, LEONARDO TRAVAGLIA-CPF Nº 080.470.329-92, MARCELO SEGALLA-CPF Nº 060.229.719-26, RODRIGO VIEIRA-CPF Nº 040.932.529-55, SUELY EWALD NEITZKE-CPF Nº 498.465.239-04, KURT KRUGER-CPF Nº 003.687.909-67, MARCELO SABEL-CPF Nº 021.272.819-93, JOACIR TASCHNER-CPF Nº 047.059.069-69, RUBENS NEITZKE-CPF Nº 379.557.059-04, RAQUEL JAQUELINE MOSER-CPF Nº 049.129.599-52, JONATHAN BARTH-CPF Nº 083.961.999-57, LUCAS KUIPERS-CPF Nº 079.003.629-08, MARCIO DOS SANTOS BARBOSA-CPF Nº 036.026.696-70, MARLETE FAGUNDES BREHMER-CPF Nº 654.261.699-34, MARLON FRONZA-CPF Nº 075.650.399-00.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. Na sequência, iniciou-se a abertura dos envelopes e analisada a documentação, os profissionais atenderam as condições do edital e restaram CREDENCIADOS nas respectivas modalidades, como segue:

DANIEL STÉDILE		
Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Árbitro de Futebol de Campo	Serviço	150,00
Mesário/Apontador Futebol/Futsal/Voleibol/Handebol	Serviço	45,00
Árbitro de Futebol Suíço	Serviço	70,00
Árbitro Futebol Areia	Serviço	70,00
Árbitro Futsal	Serviço	80,00
Árbitro de Vôlei/Futevôlei/Vôlei Areia	Serviço	90,00
Assistente Futebol de Campo	Serviço	80,00
Árbitro de Handebol	Serviço	65,00
Árbitro de Jogos de Mesa	Diária	150,00
Árbitro Esporte Escolar/Comunitário	Diária	150,00
FÁBIO ELISIO		
Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Árbitro de Futebol de Campo	Serviço	150,00
Mesário/Apontador Futebol/Futsal/Voleibol/Handebol	Serviço	45,00
Árbitro de Futebol Suíço	Serviço	70,00

Árbitro Futebol Areia	Serviço	70,00
Árbitro Futsal	Serviço	80,00
Árbitro de Vôlei/Futevôlei/Vôlei Areia	Serviço	90,00
Assistente Futebol de Campo	Serviço	80,00
Árbitro Esporte Escolar/Comunitário	Diária	150,00
JOSÉ ROBERTO ALVES SILVA		
Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Mesário/Apontador Futebol/Futsal/Voleibol/Handebol	Serviço	45,00
Árbitro de Vôlei/Futevôlei/Vôlei Areia	Serviço	90,00
Árbitro Esporte Escolar/Comunitário	Diária	150,00
VALDIR BRANDT		
Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Árbitro de Bocha	Serviço	50,00
ANDRÉ LUIS SEBOLD		
Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Árbitro de Jogos de Mesa	Diária	150,00
LEONARDO TRAVAGLIA		
Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Árbitro de Futebol de Campo	Serviço	150,00
Mesário/Apontador Futebol/Futsal/Voleibol/Handebol	Serviço	45,00
Árbitro de Futebol Suíço	Serviço	70,00
Árbitro Futebol Areia	Serviço	70,00
Árbitro Futsal	Serviço	80,00
Árbitro de Vôlei/Futevôlei/Vôlei Areia	Serviço	90,00
Assistente Futebol de Campo	Serviço	80,00
Árbitro de Jogos de Mesa	Diária	150,00
Árbitro Esporte Escolar/Comunitário	Diária	150,00
MARCELO SEGALLA		
Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Árbitro de Futebol de Campo	Serviço	150,00
Mesário/Apontador Futebol/Futsal/Voleibol/Handebol	Serviço	45,00
Árbitro de Futebol Suíço	Serviço	70,00
Árbitro Futebol Areia	Serviço	70,00
Árbitro Futsal	Serviço	80,00
Assistente Futebol de Campo	Serviço	80,00
Árbitro Esporte Escolar/Comunitário	Diária	150,00
RODRIGO VIEIRA		
Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)

Árbitro de Futebol de Campo	Serviço	150,00
Mesário/Apontador Futebol/Futsal/Voleibol/Handebol	Serviço	45,00
Árbitro Futebol Areia	Serviço	70,00
Árbitro Futsal	Serviço	80,00
Assistente Futebol de Campo	Serviço	80,00
SUELY EWALD NEITZKE		
Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Mesário/Apontador Futebol/Futsal/Voleibol/Handebol	Serviço	45,00
Arbitro de Bocha	Serviço	50,00
Arbitro de Jogos de Mesa	Diária	150,00
Árbitro Esporte Escolar/Comunitário	Diária	150,00
KURT KRUGER		
Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Mesário/Apontador Futebol/Futsal/Voleibol/Handebol	Serviço	45,00
Árbitro de Futebol Suíço	Serviço	70,00
Arbitro de Bocha	Serviço	50,00
Arbitro de Jogos de Mesa	Diária	150,00
Árbitro Esporte Escolar/Comunitário	Diária	150,00
MARCELO SABEL		
Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Árbitro de Futebol de Campo	Serviço	150,00
Mesário/Apontador Futebol/Futsal/Voleibol/Handebol	Serviço	45,00
Árbitro de Futebol Suíço	Serviço	70,00
Árbitro Futebol Areia	Serviço	70,00
Árbitro Futsal	Serviço	80,00
Assistente Futebol de Campo	Serviço	80,00
Árbitro Esporte Escolar/Comunitário	Diária	150,00
JOACIR TASCHNER		
Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Árbitro de Futebol de Campo	Serviço	150,00
Mesário/Apontador Futebol/Futsal/Voleibol/Handebol	Serviço	45,00
Árbitro de Futebol Suíço	Serviço	70,00
Árbitro Futebol Areia	Serviço	70,00
Árbitro Futsal	Serviço	80,00
Assistente Futebol de Campo	Serviço	80,00
Árbitro Esporte Escolar/Comunitário	Diária	150,00
RUBENS NEITZKE		
Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Mesário/Apontador Futebol/Futsal/Voleibol/Handebol	Serviço	45,00
Árbitro de Bocha	Serviço	50,00

Arbitro de Jogos de Mesa	Diária	150,00
Árbitro Esporte Escolar/Comunitário	Diária	150,00
RAQUEL JAQUELINE MOSER		
Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Mesário/Apontador Futebol/Futsal/Voleibol/Handebol	Serviço	45,00
Árbitro de Vôlei/Futevôlei/Vôlei Areia	Serviço	90,00
Arbitro de Basquete	Serviço	65,00
Arbitro de Handebol	Serviço	65,00
Arbitro de Jogos de Mesa	Diária	150,00
Árbitro Esporte Escolar/Comunitário	Diária	150,00
Arbitro de Atletismo	Diária	200,00
JONATHAN BARTH		
Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Árbitro de Futebol de Campo	Serviço	150,00
Mesário/Apontador Futebol/Futsal/Voleibol/Handebol	Serviço	45,00
Árbitro de Futebol Suíço	Serviço	70,00
Árbitro Futebol Areia	Serviço	70,00
Árbitro Futsal	Serviço	80,00
Árbitro de Vôlei/Futevôlei/Vôlei Areia	Serviço	90,00
Assistente Futebol de Campo	Serviço	80,00
Arbitro de Basquete	Serviço	65,00
Arbitro de Handebol	Serviço	65,00
Arbitro de Jogos de Mesa	Diária	150,00
Árbitro Esporte Escolar/Comunitário	Diária	150,00
LUCAS KUIPERS		
Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Mesário/Apontador Futebol/Futsal/Voleibol/Handebol	Serviço	45,00
Árbitro de Vôlei/Futevôlei/Vôlei Areia	Serviço	90,00
Arbitro de Basquete	Serviço	65,00
Arbitro de Handebol	Serviço	65,00
Arbitro de Jogos de Mesa	Diária	150,00
Árbitro Esporte Escolar/Comunitário	Diária	150,00
MARCIO DOS SANTOS BARBOSA		
Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Árbitro de Futebol de Campo	Serviço	150,00
Mesário/Apontador Futebol/Futsal/Voleibol/Handebol	Serviço	45,00
Árbitro de Futebol Suíço	Serviço	70,00
Árbitro Futebol Areia	Serviço	70,00
Árbitro Futsal	Serviço	80,00
Árbitro de Vôlei/Futevôlei/Vôlei Areia	Serviço	90,00
Assistente Futebol de Campo	Serviço	80,00
Árbitro Esporte Escolar/Comunitário	Diária	150,00
MARLETE FAGUNDES BREHMER		
Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Mesário/Apontador Futebol/Futsal/Voleibol/Handebol	Serviço	45,00

Árbitro de Jogos de Mesa	Diária	150,00
Árbitro Esporte Escolar/Comunitário	Diária	150,00
MARLON FRONZA		
Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Mesário/Apontador Futebol/Futsal/Voleibol/Handebol	Serviço	45,00
Árbitro de Futebol Suíço	Serviço	70,00
Árbitro Futebol Areia	Serviço	70,00
Árbitro de Vôlei/Futevôlei/Vôlei Areia	Serviço	90,00
Assistente Futebol de Campo	Serviço	80,00
Árbitro de Jogos de Mesa	Diária	150,00
Árbitro Esporte Escolar/Comunitário	Diária	150,00

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

MARLISE THEILACKER
Presidente
BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro
LOURDES MOSER
Membro

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 03 2016 FMS - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 - FMS

OBJETO: aquisição de material de enfermagem destinado às Unidades de Saúde da Família, CAPS, Policlínica de Referência e SAMU. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 02 de maio de 2016. ABERTURA: dia 02 de maio de 2016 às 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 14/04/2016
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário Municipal de Saúde

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 24 2016 PMT - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016 PMT

OBJETO: contratação de empresa para fornecimento e instalação de persianas (incluindo materiais de instalação e fixação) para a Unidade Pré-Escolar Jasmim, e para a Escola Municipal São Roque. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 29 de abril de 2016. ABERTURA: dia 29 de abril de 2016 às 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 14/04/2016
SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário Municipal de Educação

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 25 2016 PMT - TUBOS DE CONCRETO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016 PMT

OBJETO: aquisição de tubos de concreto (600mm e 1200mm) destinados à implantação de rede pluvial na Rua Corumbá e Rua Japão, esquina com Rua Nicarágua (Sistema Binário), em atendimento às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 29 de abril de 2016. ABERTURA: dia 29 de abril de 2016 às 14h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 14/04/2016
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

DECRETO NO 4145, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4145, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-431,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
x-x-x-x	01 Condicionador de ar (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
x-x-x-x	01 Estabilizador (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
x-x-x-x	01 Estabilizador (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
x-x-x-x	01 Estabilizador (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
00495	01 Telefone Intelbras com chave	R\$ 8,00
09410	01 Estabilizador	R\$ 280,00
12815	01 Condicionador de ar	R\$ 3.338,50
12822	01 Condicionador de ar	R\$ 4,03
18331	01 Câmera fotográfica digital 8.1 megapixels Sony Cybe	R\$ 1.000,00
19887	01 Estabilizador 300 va bivolt	R\$ 42,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4146, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4146, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-432,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
10084	01 Condicionador de ar	R\$ 1.195,00
10085	01 Ar condicionado 18.000 BTUS Marca Consul	R\$ 1.195,00
20996	01 Condicionador de ar	R\$ 1.690,00
x-x-x-x	01 persiana 1,00m (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
x-x-x-x	01 persiana 1,05m (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
x-x-x-x	01 persiana 1,18m (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
x-x-x-x	03 persianas 1,35m (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
x-x-x-x	01 persiana 1,38m (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
x-x-x-x	02 persianas 1,39m (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
x-x-x-x	01 persiana 1,50m (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
x-x-x-x	01 persiana 2,09m (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
x-x-x-x	01 persiana 2,15m (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
UNIDADE PRÉ ESCOLAR GIRASSOL		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
17640	01 Estabilizador 500 Va	R\$ 71,58

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4147, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4147, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-433,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
x-x-x-x	01 Aparelho celular Alcatel (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x
x-x-x-x	01 Aparelho celular Alcatel (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x
15896	01 Aparelho celular Nokia	R\$ 219,00
19425	01 Aparelho celular LG MG 160 pré GSM	R\$ 94,00
26093	01 Aparelho celular Motorola EX 116	R\$ 269,00
27310	01 Aparelho Nokia Lumia 520	R\$ 499,00
27347	01 Aparelho celular dual chip preto radio modelo 1011	R\$ 79,00
27348	01 Aparelho celular dual chip preto radio modelo 1011	R\$ 79,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - CAPS		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
23472	01 Aparelho de telefone sem fio com identificador – Marca Elgin	R\$ 169,00
x-x-x-x	01 Aparelho de telefone com fio – Intelbras pleno (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
MUNICÍPIO DE TIMBÓ		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
17149	01 Switch Dlink 24 portas 10/100 + 2portas giga	R\$ 1.700,00
27161	01 Telefone pleno Intelbras	R\$ 35,00

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
01421	01 Luz de emergência autônoma	R\$ 80,00
x-x-x-x	03 saboneteiras de plástico (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x
x-x-x-x	01 quadro de isopor com moldura metálica (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x
x-x-x-x	01 quadro de isopor sem moldura (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x

x-x-x-x	01 quadro de isopor com moldura de madeira (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x
x-x-x-x	01 quadro de compensado com moldura metálica bege (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x
x-x-x-x	01 armário de duas portas de divisória bege desmontado (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x
x-x-x-x	03 porta papel toalha de metal (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4148, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4148, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-434,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
27358	01 Dispenser para preservativo em acrílico	R\$ 160,00
27937	01 Mouse pad com apoio gel	R\$ 12,77
27938	01 Mouse pad com apoio gel	R\$ 12,77
27939	01 Mouse pad com apoio gel	R\$ 12,77
27940	01 Mouse pad com apoio gel	R\$ 12,77
27941	01 Mouse pad com apoio gel	R\$ 12,77
27942	01 Mouse pad com apoio gel	R\$ 12,77
27943	01 Mouse pad com apoio gel	R\$ 12,77
27944	01 Mouse pad com apoio gel	R\$ 12,77
27945	01 Mouse pad com apoio gel	R\$ 12,77
27946	01 Mouse pad com apoio gel	R\$ 12,77
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
23398	01 computador Intel Atom 230	R\$ 869,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões

econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4149, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4149, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-435,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

SETOR DE LICITAÇÕES		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
17697	01 Numerador automático	R\$ 215,00
ESCOLA MUNICIPAL SÃO ROQUE		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
11077	01 cadeira estofada de corvin preto	R\$ 24,80
22720	01 conjunto de 01 cadeira e 01 carteira	R\$ 115,00
26020	01 cadeira para crianças de 5 a 6 anos	R\$ 104,90
x-x-x-x-x	09 carteiras escolares - (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
x-x-x-x-x	01 persiana - (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
x-x-x-x-x	04 CPU (carcaça) - (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
x-x-x-x-x	02 microfones - (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
x-x-x-x-x	02 placas mãe - (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
x-x-x-x-x	01 impressora HP - (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
x-x-x-x-x	06 suportes para TV - (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
x-x-x-x-x	02 cadeiras giratórias - (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
x-x-x-x-x	08 cadeirinhas - (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
x-x-x-x-x	01 enceradeira - (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
x-x-x-x-x	03 quadros de mapas geográficos desatualizados - (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
x-x-x-x-x	02 mesas de jogo "pebolim" - (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4150, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4150, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-436,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
x-x-x -x-x	01 Grampeador de bancada (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
x-x-x -x-x	01 Apontador de mesa	x-x-x-x-x-x
20420	01 Calculadora Procalc PC 782	R\$ 34,95
25504	01 Exaustor Axial – Marca Ventisol	R\$ 200,00
FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - DEMUTRAN		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
20245	01 Máquina para corte	R\$ 156,50
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
18501	01 Aparelho de telefone Intelbras Premium	R\$ 33,40
19889	01 Gabinete de computador	BAIXADO
21500	01 Estabilizador de tensão	R\$ 150,00
25515	01 Teclado Marca Standard preto	R\$ 16,30
25702	01 Aparelho de telefone	R\$ 34,90
x-x-x -x-x	02 CX. De som para computador (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x
x-x-x -x-x	01 Aparelho de telefone Intelbras pleno branco	x-x-x-x-x-x

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4151, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4151, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-437,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

NEI "LUAR ENCANTADO"		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
00867	01 Monitor 14"	R\$ 80,00
01955	01 Ventilador de parede Marca Solaster	R\$ 15,00
01956	01 Ventilador de parede Marca Solaster	R\$ 15,00
01957	01 Ventilador de parede Marca Solaster	R\$ 15,00
02037	01 Aquecedor de ar Marca Enxuta	R\$ 5,00
09616	01 Monitor 14" AOC	R\$ 300,00
10724	01 Enceradeira Marca Arno	R\$ 154,99
11433	01 Aparelho de som com CD Micro Sistem	R\$ 220,00
11502	01 Ventilador de parede	R\$ 79,00
11529	01 Televisor 20"	R\$ 480,00
17591	01 Microcomputador Pentium - BAIXADO	x-x-x-x-x-x
19700	01 Fogão industrial 4 bocas Marca PNH	R\$ 251,00
19736	01 Liquidificador Marca Brithania	R\$ 55,00
20064	01 Computador	R\$ 1.470,00
22803	01 Fogão 4 bocas Marca Consul	R\$ 390,00
24302	01 Fogão industrial Marca Layr	R\$ 727,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4152, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4152, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-438,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – UPE GIRASSOL		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
20060	01 Estabilizador	R\$ 1.470,00
17621	01 Microcomputador P4 Celeron D336 2.8GHz, Placa Mãe.	R\$ 1.361,78
17635	01 Monitor 15" Tela Plana LG	R\$ 281,22
17669	01 Teclado ABNT PS2 MTEC	R\$ 30,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
14613	01 Estabilizador de Energia SMS 300va	R\$ 48,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE PATRIMÔNIO		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
12795	01 Cadeira Fixa, em courvin	R\$ 34,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – BIBLIOTECA DO PROFESSOR		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
400	01 Máquina de Escrever Elétrica - Marca Olivetti ET 2300	R\$ 180,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4153, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4153, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-439,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
10819	01 Cadeira Giratória Ergométrica	R\$ 70,00
16510	01 Arquivo Belo 4 Gavetas p/Pastas Suspensas – Cor Ovo	R\$ 289,00
16519	01 Cadeira Giratória Tec-Line Preta	R\$ 90,00
18426	01 Cadeira Giratória Injetada	R\$ 167,00
19888	01 CPU – Cor Preto	R\$ 42,00
23384	01 Estabilizador	R\$ 295,00

25422	01 Cadeira Giratória com apóia-braço, com 5 pés	R\$ 274,00
x-x-x-x	01 Armário na cor bege, com 6 portas, medindo aprox.. 2,50 x 1,60 m.	-x-x-x-x-x-
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – UPE “Comecinho de Vida”.		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
19670	01 Armário de Aço com 2 portas, e 24 prateleiras – Marca RCH.	R\$ 475,00
21188	01 Armário de Aço com 2 portas, 198x120x400cm (AxLxP)	R\$ 585,90
27273	01 Mesa Escrivãzinha Reta com 0,75x1,40x0,60 (AxLxP)	R\$ 185,00
SECRETARIA DE SAÚDE		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
14993	Espéculo Vaginal Teflon, Marca MGM	R\$ 182,25
SECRETARIA DE SAÚDE – “PSF Araponguinhas”.		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
01139	01 Estante de Melanina com 02 Prateleira e Armário	R\$ 60,00
03232	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
03616	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
05306	01 Estufa de Esterilização e Secagem – Marca Fanem Mode	R\$ 180,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no “caput” deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4155, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4155, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-411,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

COMISSÃO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS		
x-x-x-x	01 Carteira Escolar (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Bebedouro (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Tanque simples de fibra (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Arquivo metal – quatro rodinhas (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	02 Quadros mapas de Timbó (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	03 Portas Simples (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Porta de Correr – 1 folha (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Cortina (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	07 Persianas de cor Bege (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
00439	01 Cadeira para Escritório Estofada na cor Cinza.	R\$ 10,00
00415	01 Impressora DeskJet 895 CXI.	R\$ 700,00
00363	01 Mesa em Madeira para Reuniões com Estrutura de Ferro.	R\$ 120,00
01515	01 Luz de Emergência Autônoma – Marca Engesul.	R\$ 60,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no “caput” deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4156, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4156, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-412,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS		
x-x-x-x	01 CPU – Marca Sony, Cor Bege (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Bebedouro – Marca Master Frio na Cor Branca (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Teclado de Computador – Marca Microtec (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Aparelho Telefônico – Marca Premiun (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
14073	01 Cadeira Fixa em Tecido	R\$ 39,00
14362	01 Ventilador de Teto – Marca Primavera	R\$ 70,00
14363	01 Ventilador de Teto – Marca Primavera	R\$ 70,00
17279	01 Cadeira	R\$ 23,25
18304	01 Ventilador de Parede de 60cm – Preto	R\$ 135,50
20793	01 Suporte para TV de 14"	R\$ 47,00
24531	01 Aparelho de Fax	R\$ 538,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4157, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4157, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-413,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

ESCOLA MUNICIPAL "SÃO ROQUE" e UPE "COMECINHO DE VIDA"		
x-x-x-x	01 Armário de Aço (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
13028	01 Armário de Aço com Fechadura e Chave, Chapa 34	R\$ 239,00
10655	01 Armário de Aço de 1,98 x 0,90, Chapa 24	R\$ 243,00
10653	01 Armário de Aço de 1,98 x 0,90, Chapa 24	R\$ 243,00
x-x-x-x	01 Mesa de Professor – Escrivania (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	02 Estantes de Madeira Branca para Armazenar Livros (quebradas) (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4158, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4158, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservível para uso do Município, bem móvel registrado no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-414,

DECRETA:

Art. 1o Fica declarado inservível para o uso do Município, o bem móvel abaixo relacionado, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

UNIDADE DE SAÚDE BAIRRO DAS NAÇÕES		
28058	01 Arquivo de Aço com 04 gavetas – Marca Klark	R\$ 80,00

Parágrafo único. O bem móvel do Município relacionado no "caput" deste artigo, é declarado inservível por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4159, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4159, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-415,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
00740	01 Armário de Madeira com 04 Repartições Internas	R\$ 20,00
01322	01 Gaveteiro de Melanina com 06 Gavetas	R\$ 40,00
09692	B A I X A D O – Conforme Dap: 050	x-x-x-x
10170	01 Mesa de 1,20 x 0,68	R\$ 115,00
19701	01 Desumificador de Papel, Capacidade para 600 Fls	R\$ 138,00
37597	I N E X I S T E N T E	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Estante com duas Portas e Três Prateleiras na Cor Bege (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x

x-x-x-x	01 Arquivo de Aço com Quatro Gavetas (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Mesa com duas Gavetas na Cor Bege (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Carteira Escola (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Mesa Grande com Três Gavetas na Cor Bege (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4160, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4160, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-416,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARAÍSO DA CRIANÇA		
x-x-x-x	01 Teclado – Marca Satellite Int (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Centrífuga – Marca Mueller Nina (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
21044	01 Fogão Industrial de 04 Bocas, Mesa Esmaltada, com Grelhas	R\$ 788,00
x-x-x-x	01 Aparelho de Som – Marca Compact Disc Digital, Áudio com CD (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
11435	01 Aparelho de Som com CD (Micro Sistem) 100Wats	R\$ 220,00
x-x-x-x	07 Colchonetes (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Microfone – Marca Smart (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	02 Aparelhos de Telefone – Marca Intelbras	x-x-x-x
x-x-x-x	02 Aparelhos de Ventiladores de Parede – Marca Venti Delta (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4161, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4161, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-417,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

ESCOLA MUNICIPAL PADRE MARTINHO STEIN		
x-x-x-x	03 Cadeiras em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro (sem identificação patrimonial conforme está no pedido)	x-x-x-x
x-x-x-x	02 Carteiras Escolares com Mesa de Formica (sem identificação patrimonial conforme está no pedido)	x-x-x-x
x-x-x-x	02 Cadeiras Fixas Estofadas em Corvin (sem identificação patrimonial conforme está no pedido)	x-x-x-x
x-x-x-x	04 Estruturas para Mesa em Madeira (sem identificação patrimonial conforme está no pedido)	x-x-x-x
x-x-x-x	08 Bancos de Madeira (sem identificação patrimonial conforme está no pedido)	x-x-x-x
x-x-x-x	05 Caixilhos de Madeira para Ar Condicionado (sem identificação patrimonial conforme está no pedido)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 TV 20 Polegadas Panasonic (sem identificação patrimonial conforme está no pedido)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 TV 20 Polegadas Semp Tohiba (sem identificação patrimonial conforme está no pedido)	x-x-x-x
03781	B A I X A D O – 09□12□13	x-x-x-x
03813	B A I X A D O – 09/12/2013	x-x-x-x
05391	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
05411	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
05414	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
05452	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
05454	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
05459	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
05465	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
05496	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
05544	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
05588	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
05602	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
05692	01 Carteira Escolar com Mesa de Formica com Suporte	R\$ 8,00
05959	01 Cadeira para Escritório Estofada em Curvin Preto	R\$ 10,00
05967	01 Cadeira para Escritório Estofada em Corvin – Preto	R\$ 10,00
06550	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
06552	B A I X A D O - Através do Decreto Nº 2055 de 09/09/2010 - Dap. 192.	x-x-x-x
08724	01 Cadeira Escolar	R\$ 30,00
08744	01 Cadeira Escolar	R\$ 30,00
08745	01 Cadeira Escolar	R\$ 30,00
08748	01 Cadeira Escolar	R\$ 30,00
08759	01 Cadeira Escolar	R\$ 82,00
16791	01 Carteira Escolar em Formica com Estrutura de Ferro	R\$ 38,63
16813	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 25,82
17811	01 Cadeira Fixa Estofada em Corvin	R\$ 48,00
17819	01 Cadeira Fixa Estofada em Corvin	R\$ 48,00
23899	01 Carteira: Estrutura em Tubo de Aço Industrial	R\$ 181,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no “caput” deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146o ano de Fundação; 82o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4162, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4162, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-418,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

COORDENAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA		
05280	01 Nebulizador – Marca ST Super Ar	R\$ 0,00
13261	01 Lâmpada Auxiliar	R\$ 30,00
18999	01 Nebulizador	R\$ 110,00
19551	01 Detector Fetal, Aparelho Sonard	R\$ 280,00
x-x-x-x	01 Otoscópio – Marca Heidjii (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Grampeador – Marca Maxprint (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Otoscópio – Marca Missouri (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Negatoscópio – Marca Ableh Megavision (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Otoscópio (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Esfignomanômetro Infantil (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Esfignomanômetro Adulto (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Espéculo Ginecológico de Inox (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no “caput” deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4163, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4163, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-419,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

UNIDADE PRÉ-ESCOLAR “ AMOR PERFEITO”		
02534	01 Mesa de Fórmica Infantil com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
21042	01 Impressora Multifuncional a Laser – Marca Samsung SCX, 4725 FN	R\$ 1.100,00
x-x-x-x	Restos de 02 Cadeiras Quebradas (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no “caput” deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146o ano de Fundação; 82o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4164, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4164, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-420,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

UNIDADE DE SAÚDE ARAPONGUINHAS		
07869	01 Escrivania de Madeira com 03 Gavetas com Estrutura	R\$ 50,00
12598	01 Banqueta em Cedrinho para Cozinha com 50 Cm	R\$ 40,00
x-x-x-x	01 Mesa em Madeira de 1,30 x 0,78 Cm (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4165, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4165, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservível para uso do Município, bem móvel registrado no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-421,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado inservível para o uso do Município, o bem móvel abaixo relacionado, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE TIMBÓ		
13222	01 Impressora HP Deskjet 3820	R\$ 410,00

Parágrafo único. O bem móvel do Município relacionado no "caput" deste artigo, é declarado inservível por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4166, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4166, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-422,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PRIMEIROS PASSOS		
01966	01 aquecedor de ar - Marca Enxuta	R\$ 5,00
08164	01 balcão de madeira com 01 porta e 01 gaveta	R\$ 20,00
11437	01 aparelho de som com cd (MICRO SISTEM)	R\$ 220,00
19704	01 aparelho DVD, com controle remoto	R\$ 104,99
19719	01 centrífuga de roupas doméstica – Marca Consul	R\$ 294,50
19734	01 liquidificador doméstico com 3 velocidades	R\$ 55,00
19750	01 televisor color 29", tela plana com controle remoto	R\$ 645,00
24304	01 fogão industrial com 4 bocas, mesa esmaltada	R\$ 727,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4167, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4167, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservível para uso do Município, bem móvel registrado no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-423,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado inservível para o uso do Município, o bem móvel abaixo relacionado, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

SETOR DE IDENTIDADE		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
000275	Condicionador de ar Eletrolux Prosdócimo 10.000	R\$ 300,00

Parágrafo único. O bem móvel do Município relacionado no "caput" deste artigo, é declarado inservível por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4168, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4168, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-424,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

ESCOLA MUNICIPAL PE MARTINHO STEIN		
11305	Tela para projeção auto retrátil com tripé	R\$ 326,00
11981	CPU ATX 4 baías	R\$ 3.948,23
16161	Microcomputador Amd Sempron 2.600, 256 Mb Memória	R\$ 2.100,00
16162	Microcomputador Amd Sempron 2.600, 256 Mb Memória.	R\$ 2.100,00
16163	Microcomputador Amd Sempron 2.600, 256 Mb Memória	R\$ 2.100,00
16164	Microcomputador Amd Sempron 2.600, 256 Mb Memória	R\$ 2.100,00
16165	Microcomputador Amd Sempron 2.600, 256 Mb Memória	R\$ 2.100,00
16175	Monitor 15"	R\$ 400,00
17549	Microcomputador P4 Celeron D336	R\$1.391,78
17608	Microcomputador P4 Celeron D336	R\$ 1.361,78
17620	Microcomputador P4 Celeron D336	R\$ 1.361,78
CIRCULAÇÃO		
25034	Encerradeira Dc Super Plus 350 mm 220V	R\$ 1.116,00
LICITAÇÃO		
12930	Telefone Intelbras Premium	R\$ 34,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4169, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4169, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservível para uso do Município, bem móvel registrado no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-425,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado inservível para o uso do Município, o bem móvel abaixo relacionado, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

SETOR DE IDENTIDADE		
23655	Swith 8 portas SF 800 Q	R\$ 49,00

Parágrafo único. O bem móvel do Município relacionado no "caput" deste artigo, é declarado inservível por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo

Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4170, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4170, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservível para uso do Município, bem móvel registrado no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-426,

DECRETA:

Art. 1o Fica declarado inservível para o uso do Município, o bem móvel abaixo relacionado, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS		
00025	Arquivo de madeira com 02 portas e 03 repartições	R\$ 45,00

Parágrafo único. O bem móvel do Município relacionado no "caput" deste artigo, é declarado inservível por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4171, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4171, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservível para uso do Município, bem móvel registrado no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-427,

DECRETA:

Art. 1o Fica declarado inservível para o uso do Município, o bem móvel abaixo relacionado, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		
10700	Equipamento No12, Moto Serra Stihl 08-s-sabre 43cm	R\$ 664,00

Parágrafo único. O bem móvel do Município relacionado no "caput" deste artigo, é declarado inservível por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4172, DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4172, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-428,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE		
14613	Estabilizador de energia	R\$ 48,00
RECURSOS HUMANOS		
26164	Telefone Pleno Intelbras	R\$ 33,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4176, DE 28 DE MARÇO DE 2016

DECRETO No 4176, DE 28 DE MARÇO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-429,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

NEI MUNDO MÁGICO		
03721	Mesa redonda de formica	R\$ 10,00
15876	Berço branco com rodinhas, grade e colchonete	R\$ 265,00
15904	Máquina de lavar roupa da Marca Cônsul	R\$ 1.012,00
16210	Mesa retangular na cor bege	R\$ 560,00
22211	Máquina de lavar roupa da Marca Brastemp	R\$ 1.379,00
25998	Cadeira de escritório azul	R\$ 104,90
26006	Cadeira de escritório azul	R\$ 104,90
NEI VIDA DE CRIANÇA		
11426	Cadeira giratória com 04 regulagens de altura	R\$ 65,00
22466	Cadeira de alimentação Marca Tutty Baby	R\$ 102,00
22467	Cadeira de alimentação Marca Tutty Baby	R\$ 102,00
22468	Cadeira de alimentação Marca Tutty Baby	R\$ 102,00
22469	Cadeira de alimentação Marca Tutty Baby	R\$ 102,00
25844	Cadeira de alimentação para crianças até 18kg	R\$ 136,00

25845	Cadeira de alimentação para crianças até 18kg	R\$ 136,00
25846	Cadeira de alimentação para crianças até 18kg	R\$ 136,00
25847	Cadeira de alimentação para crianças até 18kg	R\$ 136,00
x-x-x-x	06 colchonetes (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x-x

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de março de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4154, DE 1º DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 4154, DE 1º DE MARÇO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 3.500,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

16.02.008.244.0087.2274.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.02.008.244.0087.2274.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.02.008.244.0087.2274.	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
036500	Transf. Sistema Único – SUAS/Estado	3.500,00
	TOTAL	3.500,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de março de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4174, DE 1º DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 4174, DE 1º DE MARÇO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 70.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

25.03.017.512.0104.2312	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2312	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2312	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO DO ATERRO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	

0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	10.000,00
	total	10.000,00
25.03.017.512.0104.2314	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2314	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2314	MAN. DOS SERVIÇOS DE ATERRO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	60.000,00
	total	60.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	70.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de março de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4175, DE 28 DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 4175, DE 28 DE MARÇO DE 2016

Abre Crédito Especial à conta de anulação no valor de R\$ 110.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015 e Lei nº 2826, de 28/03/2016,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2016:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (PREFEITURA)

03.01.004.122.0015.1011.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.1011.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.1011.	OBRAS E CONSTRUÇÕES - SEMFA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	110.000,00
	TOTAL	110.000,00

Art.2º Abre Crédito Especial ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), autorizado pela Lei nº 2826, de 28 de março de 2016, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (PREFEITURA)

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	110.000,00
	TOTAL	110.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de março de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4177, DE 28 DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 4177, DE 28 DE MARÇO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 5.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.04.010.305.0074.2168.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.04.010.305.0074.2168.	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
15.04.010.305.0074.2168.	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
033866	Transf - SUS/União - VIG. EM SAUDE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de março de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4179, DE 31 DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 4179, DE 31 DE MARÇO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 50.000,00. O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2016:

22.01.013.392.0094.2246.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT	
22.01.013.392.0094.2246.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.392.0094.2246.	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
445000.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	50.000,00
	TOTAL	50.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

22.01.013.392.0094.2246.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT	
22.01.013.392.0094.2246.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.392.0094.2246.	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	50.000,00
	TOTAL	50.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de março de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4180, DE 31 DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 4180, DE 31 DE MARÇO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 50.000,00. O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, à conta de anulação no valor total de R\$ 50.000,00 conforme segue:

I – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 20.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00

II – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 30.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.01.010.301.0070.2154.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2154.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2154.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	30.000,00
	TOTAL	30.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.01.010.301.0070.2154.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2154.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2154.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	30.000,00
	TOTAL	30.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de março de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

ERRATA EXTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 23 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

INEXIGIBILIDADE Nº 23/2016 PMT

AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó informa aos interessados que constou informação equivocada na data do Extrato de Inexigibilidade n.º 23/2016 publicado no Diário Oficial dos Municípios/SC, edição n.º 1975, página 737, sendo correta a data de 12 de abril de 2016.

Timbó/SC, 14/04/2016

ROSE MERY DALCANALE

Central de Licitações

EXTRATO CONTRATO 2016.53 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/53

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria da Fazenda e Administração

CONTRATADA: Info Digitalle Soluções Tecnológicas para Gestão Documental Ltda Me.

OBJETO: Locação do Sistema de Informática GEDOC CONTÁBIL, cuja finalidade versa acerca da digitalização, arquivamento e gerenciamento de documentos fiscais. O gerenciador possibilitará também o armazenamento, pesquisa e visualização dos documentos digitalizados e a impressão de relatórios, além da exportação das imagens digitalizadas e dos relatórios para o Microsoft Word, Microsoft Excel e bloco de notas.

VALOR TOTAL: R\$ 3.506,50 (três mil quinhentos e seis reais e cinquenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 01/04/2016

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO CONTRATO 2016.54 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/54

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria da Fazenda e Administração

CONTRATADA: Info Digitalle Soluções Tecnológicas para Gestão Documental Ltda Me.

OBJETO: Locação do Sistema de Informática GEDOC PROCESSO, cuja finalidade versa acerca da digitalização, arquivamento e gerenciamento de documentos do Departamento de Recursos Humanos. O gerenciador possibilitará também o armazenamento, pesquisa e visualização dos documentos digitalizados bem como a impressão de relatórios, além da exportação das imagens digitalizadas e dos relatórios para o Microsoft Word, Microsoft Excel e bloco de notas.

VALOR TOTAL: R\$ 1.992,20 (um mil novecentos e noventa e dois reais e vinte centavos).

DATA DA ASSINATURA: 01/04/2016

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO CONTRATO 2016.55 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/55

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: Associação do Coral Leopoldo Kurtz da Sociedade Recreativa Cultural Timbó.

OBJETO: Execução da Coordenação (execução de aulas e demais atividades) do CORAL LEOPOLDO KURTZ da Sociedade Recreativa e Cultural de Timbó.

VALOR TOTAL: R\$ 7.920,00 (sete mil, novecentos e vinte reais).

DATA DA ASSINATURA: 01/04/2016.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 26 2016 PMT - PAVIMENTAÇÃO RUA TERENA

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2016

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: V.P.A Comércio de Pedras e Pavimentação Ltda.

OBJETO: Execução de serviços de pavimentação tipo lajota de 1.748,00 m² (um mil setecentos e quarenta e oito metros quadrados) da Rua Terena, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.940/97 e alterações, e Termo de Acordo com Moradores, conforme credenciamento (sistema de mutirão) n.º 23/2015.

VALOR TOTAL DA PAVIMENTAÇÃO: R\$ 113.183,00 (cento e treze mil cento e oitenta e três reais).

VALOR A SER PAGO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC REFERENTE À ÁREA DOS MORADORES NÃO ADERENTES, ENTRONCAMENTOS, CRUZAMENTOS, VIRADOUROS E INTERSEÇÕES DAS RUAS: R\$ 11.292,40 (onze mil duzentos e noventa e dois reais e quarenta centavos).

VALOR A SER PAGO PELOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS LINDEIROS REFERENTE À SUA ÁREA DE COMPETÊNCIA: R\$ 101.890,60 (cento e um mil oitocentos e noventa reais e sessenta centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias após recebimento da ordem de serviço.

Timbó, 14 de abril de 2016

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

PORTARIA Nº 1906, DE 01 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 1906, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013, nº 3506, de 13 de junho de 2014, nº 3679, de 1º de dezembro de 2014, nº 3852, de 1º de junho de 2015 e nº 4047, de 15 de dezembro de 2015,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Angelina Muniz Schneider	1867/16	29/04/2016
Lucas Schlueter	1867/16	29/04/2016
Monica Knoop	1868/16	01/04/2016

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015

DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS EM EDITAL

Relatório:

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar a responsabilidade da empresa MÓVEIS ANDRIEI LTDA ME, pela prática de infração administrativa decorrente do descumprimento de obrigação prevista no Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço nº 03/2015, especialmente no que tange a não instalação dos objetos para qual restou vencedora.

Conforme consta dos autos, a empresa, vencedora do certame, pactuou com o município que forneceria brinquedos para instalação junto ao Parque Freymund Germer - Morro Azul, objetivando as atividades de recreação e educação ambiental.

A empresa recebeu a ordem de compra nº 147/2015 requerendo a entrega e instalação dos objetos para os quais restou vencedora. A notificada realizou a entrega dos produtos, porém não promoveu a instalação dos mesmos, descumprindo assim o especificado no Edital e no contrato administrativo 2015/146.

Diante deste fato, fora instaurado o presente procedimento administrativo, notificando a empresa para que efetivasse a instalação dos brinquedos, bem como apresentasse suas razões pelo descumprimento do contrato, e as sanções cabíveis pelo ilícito cometido.

A empresa notificada via AR na data de 14/03/2016 não apresentou razões de defesa, tampouco justificativa pelo descumprimento, diante

deste fato o Município de Timbó entrou diversas vezes em contato via telefone com o Sr. Ademir (sócio gerente da empresa), tendo este se comprometido a promover a instalação do parque.

A notificada, através do seu representante legal, por três vezes marcou data para realizar a instalação dos brinquedos, porém, apesar do Município deixar seus servidores a disposição para receber a empresa no Parque Natural Freymund Germer - Morro Azul, a mesma não compareceu. Após, o Município por diversas vezes tentou contatar com a empresa, porém não obteve êxito.

Sendo este, em suma, o relatório, passamos a fundamentar nossa Decisão.

Vistos e examinados os autos do presente procedimento instaurado constata-se que não há dúvidas acerca do descumprimento do contrato, considerando que a empresa não promoveu a instalação dos brinquedos adquiridos.

Apesar de corretamente notificada e dos diversos contatos telefônicos, a empresa não apresentou justificativas pelo descumprimento, bem como não tomou providências para instalar o parque.

Inferi-se do item 11.1 do Edital que o prazo concedido para a empresa entregar e instalar os brinquedos era de até 30 (trinta) dias:

11.1 - O objeto deverá ser entregue mediante apresentação da Ordem de Compra emitida pelo setor responsável, sendo que o prazo máximo concedido para entrega e instalação de todos os itens objeto desta licitação, será de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do documento oficial.

A alínea "e" do item 13.2 especifica a obrigação da empresa contratada: "e) Fornecer o objeto licitado no preço, prazo e forma estipulados na proposta".

Ademais, a cláusula primeira do contrato administrativo 2015/146, assinado pela empresa na data de 07/12/2015, deixa claro que o objeto do mesmo é o fornecimento e a instalação de brinquedos:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo o fornecimento e a instalação, pela CONTRATADA, de brinquedos para o Parque Natural Freymund Germer - Morro Azul, correspondente aos itens abaixo descritos, objetivando atividades de recreação e educação ambiental, tudo de conformidade com o Edital de Pregão nº 03/2015 (...) O objeto abrange o fornecimento e toda a instalação dos produtos/materiais/equipamentos bem como a execução, pela CONTRATADA, de todos os serviços, atos, procedimentos, atividades e fornecimento de todos os materiais, produtos que se fizerem necessários ao seu pleno, total e integral cumprimento, bem como das demais atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento, Edital de Pregão nº 03/2015, Termo de Referência e anexos, tudo de acordo com as condições estabelecidas pelo MUNICÍPIO.

Desta forma, constata-se que a empresa estava ciente de suas responsabilidades, e a mesma prejudicou o Município ao não instalar o parque, tendo em vista que mesmo com a instauração do presente processo administrativo não efetuou a instalação dos brinquedos e ainda logrou o Município que deixou servidores a disposição da empresa que nunca compareceu.

Diante do exposto, considerando que houve prática de infração administrativa às obrigações assumidas no contrato administrativo 2015/146, imputando ao município a necessidade de instauração de procedimento para solução do problema; buscando zelar pelo cumprimento correto das obrigações dos editais de licitação, para que não ocorram novamente os mesmos erros quanto a cumprimento de prazos, determina-se:

a) A rescisão do contrato administrativo 2015/146, conforme o previsto no contrato, Edital de Pregão Presencial nº 03/2015 e nos artigos 77 e 78, I, da Lei 8.666/1993, pelo descumprimento das obrigações assumidas pela empresa MÓVEIS ANDRIEI LTDA ME;

b) Que a empresa MÓVEIS ANDRIEI LTDA ME recolha o material entregue no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cientificando a empresa que, após esse prazo o Município de Timbó não se responsabilizará pelo armazenamento do mesmo;

c) A convocação do segundo colocado para que forneça e instale os brinquedos objetos do contrato administrativo 2015/146;

d) A aplicação à empresa MÓVEIS ANDRIEI LTDA ME, das penalidades estabelecidas no Edital, Contrato e no artigo 87, inciso II e III, da Lei nº 8.666/93, qual seja de Multa no percentual de 10% sobre o valor do contrato, conforme item 12.1, do edital, que culmina no valor total de R\$ 355,00, e a Suspensão do Direito de licitar com a Administração Municipal pelo prazo de 2 (dois anos), em virtude do descumprimento das obrigações assumidas.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Timbó, 14 de abril de 2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Trânsito, Planejamento e Meio Ambiente

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 95 2015 PMT - PAPEL TIMBRADO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 95/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa (s) especializada (s) para confecção e fornecimento de material gráfico (papel timbrado da prefeitura de timbó, fundação cultural, e defesa civil) em atendimento às necessidades de rotinas administrativas da administração direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Norte Indústria Gráfica Ltda Me; Business Editora e Publicação de Informativos Ltda Epp.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ R\$ 14.683,00 (quatorze mil seiscentos e oitenta e três reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 13/10/2016

Timbó, 14/10/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 45/2016

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Procedimento Licitatório nº. 45/2016 - Edital Pregão nº. 40/2016.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 29 de abril de 2016,, Propostas para CONTRATAÇÃO DE DROGARIA / FARMACIA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS CONSTANTES NA REVISTA ABCFARMA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACEÚTICO) para fornecimento de medicamentos ao Fundo Municipal de Saúde.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independentemente de quantidade mínima a ser solicitada.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 29 de abril de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 11 de abril de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS– PREGOEIRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 46/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 46/2016.

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2016.

A Prefeitura Municipal de Três Barras – SC torna publico que sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações da 8.883/94 receberá até as 09 h e 00 min. do dia 04 de maio de 2016, a Documentação e Propostas para contratação de empresas para fornecimento de materiais e mão de obra para: Item 01: Readequações e pintura do CMEI Cléa Trela Casa – valor orçado R\$ 68.366,15; e, Item 02: Obras complementares no entorno do Prédio da Área de Vivência – valor orçado R\$ 56.139,28, em conformidades com o edital e seus anexos.

Recursos Financeiros: FUNDEB, Salário Educação, e Próprios do Município.

Abertura: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 04 de maio de 2016. Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 - Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail licitacao@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC

Três Barras - SC, 11 de abril de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

SALVADOR DE MAIO DE NETO - JURIDICO

Treze Tílias

PREFEITURA

PORTARIA 076/2016

PORTARIA Nº 076/16 DE 13 DE ABRIL DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER à pedido, a partir do dia 15 de abril de 2016, "licença por motivo de doença em pessoa da família" a Sra. JOZANI APARECIDA STEINER GUESSER, conforme prevê a seção V, Art. 155 da Lei Complementar nº 40/2011.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 13 DE ABRIL DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 077/2016

PORTARIA Nº 077/16 DE 13 DE ABRIL DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 20 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o senhor RODRIGO ALAN DE OLIVEIRA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade N.º 5.619.049, inscrito no CPF sob o N.º 076.947.969-36, residente e domiciliado na cidade de Treze Tílias/SC, aprovado em concurso público oriundo do Edital N.º 001/2015 de 27 de agosto de 2015, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 2093/2015 de 05 de novembro de 2015, para o cargo de T.M.N.M TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 13 DE ABRIL DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

DISPENSA DE LICITAÇÃO 28/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS CNPJ: 82.777.251/0001-41 PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25 C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 28/2016 - DL
	Processo Nr.: 28/2016 Data: 12/04/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: LUIZ INORI BIAGENTINI - ME Endereço: R MINISTRO JOAO CLEOPHAS,152 - Cidade: TREZE TÍLIAS - SC CNPJ: 09.095.812/0001-32	Código: 964 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Contratação de pessoa jurídica especializada para instalação da tubulação conforme descritivo abaixo, junto aos poços artesanais da Linha Jataí e Linha Jorge Lacerda, no interior do município de Treze Tílias	

ITENS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	1,00	SV	Instalação do padrão bifásico e fiação elétrica de 100 metros (poste, rede até o poço artesiano) na Linha Jataí. Instalação do padrão bifásico e fiação elétrica de 100 metros (poste, rede até o poço artesiano) na Linha Jorge Lacerda. Acompanhamento da abertura das valas para colocação dos canos PVC - totalizando 15.000 metros. Instalação de caixa de água de 20 mil litros Colocação dos canos e fazer as conexões entre canos - totalizando 2400 metros - incluindo cavaletes e registros. Acompanhamento das máquinas do município na abertura e fechamento das valas. Transporte dos canos dentro da área da instalação da rede. (10418)

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10 % (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.

JUSTIFICATIVA

É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;
(Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Treze Tílias, 12 de Abril de 2016

MAURO DRESCH
PREFEITO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TÍLIAS**

CNPJ: 82.777.251/0001-41
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 28/2016 - DL**

Processo Nr.: 28/2016
Data: 12/04/2016

Folha: 2/2

12/04/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Treze Tílias, 12 de Abril de 2016

Valor da Despesa: 14.500,00 (quatorze mil quinhentos reais)

Pagamento.....: Em até 10 dias após a emissão da Nota Fiscal

Turvo

PREFEITURA

PORTARIA 118/2016

PORTARIA Nº 118/16, de 01 de Abril de 2016.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE VIGIA, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 05 de Maio de 2016, a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Vigia, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A) CPF MATRICULA

Wanderlei Maciel 369.556.470-91 3244

Ana Silvia T. Parol 020.483.179-28 3407

Tarcisio Figueredo 613.357.629-49 3408

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de abril de 2016.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 131/2016

PORTARIA Nº 131/16, de 11 de Abril de 2016.

NOMEIA AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercerem a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Alexandra Miguel da Silva 927.773.929-00 Creche Morro Chato

Art. 2º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercerem a função pública de Agente Administrativo Escolar, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora Nathani Suelen Claas remanejada para a Creche do Morro Chato.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Izolette da Silva Gonçalves 828.385.779-72 Creche Maria M. Marcon

Art. 3º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º e 2º desta Portaria, iniciará em 11 de Abril de 2016 e encerrará em 20 de Dezembro de 2016.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 11 de abril de 2016.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 22/2016

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	22/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
Contratada.:	ALTERNATIVE CONCURSOS EIRELI ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
Valor :	R\$4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais).
Vigência :	Início: 14/04/2016 Término: 31/12/2016.
Licitação :	Pregão Presencial n.º 24/2016
UNIÃO DO OESTE, 14 de abril de 2016.	
EVERALDO LUIS CASONATTO	
PREFEITO MUNICIPAL	

Urussanga

PREFEITURA

EDITAL 21 2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016/FMS

Objeto: aquisição de micro computadores. Recebimento dos envelopes: até 09h30 do dia 03/05/2016, na Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 09h30 do dia 03/05/2016. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade, no ícone LICITAÇÕES.

Outras informações no e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br.

Rosane Zatta. Pregoeira

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 13/2016

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 13/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº. 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 29 de abril de 2016 às 09 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, para aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados ao CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e ao SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ao Idoso, a Criança e ao Adolescente do Município de Vargeão, SC, conforme especificações constantes do Edital de Pregão nº 13/2016. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 14 de abril de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

PORTARIA N.474/2016

PORTARIA N. 474/2016

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais infra relacionados para serem gozadas no mês de Março de 2016, como segue:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1415	Alessandra Radavelli	01/06/14 à 31/05/15	01/03/16 à 30/03/16
762	Arlete Teresinha Debastiani	10/03/14 à 09/03/15	01/03/16 à 30/03/16
760	Edson Luis Alves de Lina	06/03/15 à 05/03/16	01/03/16 à 30/03/16
476	Geni Margarete Bittencourt	01/01/15 à 31/12/15	01/03/16 à 30/03/16
745	Jair José Gemelli	06/02/14 à 05/02/15	01/03/16 à 30/03/16
1330	Jair José Gemelli	02/05/14 à 01/05/15	01/03/16 à 30/03/16
751	Leonor Bras Mingotti	01/11/13 à 31/10/14	01/03/16 à 30/03/16
1160	Lucimara Aparecida do Prado Barbosa Zuqui	03/09/14 à 02/09/15	01/03/16 à 30/03/16
1496	Luiz Mendes	02/12/13 à 01/12/14	01/03/16 à 30/03/16
1131	Marli Terezinha Filipini	02/04/15 à 01/04/16	01/03/16 à 30/03/16
116	Nadir Antunes Gonçalves	01/11/13 à 31/10/14	01/03/16 à 30/03/16
1364	Oldir Zonta	10/08/14 à 09/08/15	01/03/16 à 30/03/16
284	Sergio Adriane Correia de Almeida	01/03/15 à 29/02/16	01/03/16 à 30/03/16
3	Solange Aparecida Pereira	01/01/14 à 31/12/14	01/03/16 à 30/03/16

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N.475/2016

PORTARIA N. 475/2016

"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "LIRIO BARRETO", brasileiro, casado, residente no município de Xanxerê-SC, nascido em 09/07/1968, inscrito no CPF n. 647.473.799-91, carteira de identidade n. 1.697.286, título eleitoral n. 067399690400, para exercer em ESTÁGIO PROBATÓRIO o cargo de "MÉDICO GINECOLOGISTA", nível 83, classe/referência "A", cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo, tendo em vista ter sido aprovado no concurso público FMS n. 001/2015 de 11 de novembro de 2015 e homologado pelo Decreto n. 008/2016 de 27 de janeiro de 2016, com vencimentos de lei a partir de 01 de Março de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N.476/2016

PORTARIA N. 476/2016

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando o afastamento da servidora titular “DANIELA APARECIDA MORAIS”, que se encontra em licença maternidade,

Considerando o Edital de Concurso Público n. 001/2013 de 16 de julho de 2013,

Considerando a ordem de chamada,

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar “FERNANDA CRISTINA FAVERO”, brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 27/02/1981, inscrita no CPF n. 007.240.029-36, carteira de identidade n. 3.153.787, título eleitoral n. 038106250965, para exercer o cargo de “ASSISTENTE SOCIAL”, nível 28, classe/referência “A”, em caráter temporário de forma excepcional de acordo com a Lei Complementar n. 025/99 de 17/12/1999, combinado com o artigo 7º da Lei Complementar n. 086/2011 de 18/10/2011 e item 10.2 do edital de Concurso Público n. 001/2013 de 16 de julho de 2013, homologado pelo Decreto n. 055/2013 de 04 de outubro de 2013 e prorrogado pelo Decreto 062/2015 de 28 de setembro de 2015 com vencimentos de lei a partir desta data até 16 de maio de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N.477/2016

PORTARIA N. 477/2016

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando o afastamento da servidora titular “Iraci Lourdes Luvizão”, eleita para o cargo de Conselheira Tutelar, conforme portaria n. 446/2016 de 04/01/2016,

Considerando a ordem de chamada,

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar “SUSANA CRISTINA MIOTTO”, brasileira, divorciada, residente neste município, nascida em 31/05/1968, inscrita no CPF n. 026.288.949-80, carteira de identidade n. 2.818.913, título eleitoral n. 007886210973, para exercer o cargo de “AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS”, nível 01, classe/referência “A”, em caráter temporário de forma excepcional de acordo com o art. 2º, inciso I da Lei Complementar n. 025/99 de 17/12/1999, combinado com o artigo 7º da Lei Complementar n. 086/2011 de 18/10/2011 tendo em vista ter sido aprovada no Concurso Público FMS n. 001/2015 de 11 de novembro de 2015 e homologado pelo Decreto n. 008/2016 de 27 de janeiro de 2016, com vencimentos de lei a partir desta data até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N.478/2016

PORTARIA N. 478/2016

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando o afastamento da servidora titular "Claudete Adriano Dalmagro" que se encontra em benefício Auxílio Doença concedido pelo INSS,

Considerando a ordem de chamada,

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar "ELIANA APARECIDA COSTA", brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 11/07/1984, inscrita no CPF n. 005.971.779-37, carteira de identidade n. 11/R 4.418.419, título eleitoral n. 041087210965, para exercer o cargo de "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS", nível 01, classe/referência "A", em caráter temporário de forma excepcional de acordo com o art. 2º, inciso I da Lei Complementar n. 025/99 de 17/12/1999, combinado com o artigo 7º da Lei Complementar n. 086/2011 de 18/10/2011 tendo em vista ter sido aprovada no Concurso Público FMS n. 001/2015 de 11 de novembro de 2015 e homologado pelo Decreto n. 008/2016 de 27 de janeiro de 2016, com vencimentos de lei a partir desta data até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N.479/2016

PORTARIA N. 479/2016

"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "GRASIELE APARECIDA RECH LOZ", brasileira, casada, residente neste Município, nascida em 05/09/1979, inscrita no CPF n. 028.442.809-43, carteira de identidade n. 3.711.069, título eleitoral n. 037001240981, para exercer o cargo de "DIRETOR DE ESCOLA", nível CC-7, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo atuando no Centro de Educação Infantil "Pingo de Ouro" em Campina da Alegria.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N.480/2016

PORTARIA N. 480/2016

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor "ADEMAR DOS SANTOS", brasileiro, casado, residente neste município, nascido em 02/08/1965, portador do CPF n. 594.637.409-53, carteira de identidade n. 1.880.171, título eleitoral n. 007885250930, ocupante do cargo efetivo de "OPERADOR MAQUINAS PESADAS", nível 16, classe/referência "A", "LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 03 (três) meses consecutivos, a contar de 01 de Março de 2016 à 31 de Maio de 2016, conforme faculta o artigo 137 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01 de Agosto de 1995 à 31 de Julho de 2000.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N.481/2016

PORTARIA N. 481/2016

"ALTERA CATEGORIA FUNCIONAL DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a categoria funcional do servidor "VILAMIR MARMENTINI", brasileiro, divorciado, nascido em 20/01/1972, inscrito no CPF n. 022.692.739-31, ocupante do cargo efetivo de "OPERADOR MÁQUINAS PESADAS", nível 16 classe/referência "A", passando para o nível 16 classe/referência "I", tendo em vista a documentação apresentada que totalizou 160 (Cento e sessenta) horas/aulas obtidas através de cursos realizados na área em que atua e que foi concursado, conforme Parecer Jurídico preenchendo os requisitos mencionados na Lei Complementar Municipal n. 004/93 de 08/01/1993, com redação imposta pela Lei Complementar Municipal n. 066/2007 de 22/11/2007.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 02 de Março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N.482/2016

PORTARIA N. 482/2016

"REVOGA PORTARIA N. 424/2015 QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Revoga portaria n. 424/2015 de 22 de outubro de 2015 que nomeou a servidora "JANAINE ANTUNES DE OLIVEIRA", brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 11/03/1983, inscrita no CPF n. 040.197.329-81 para realizar movimentação financeira da

conta corrente nº 106.189-5, agência 1760-4 do Banco do Brasil do Município de Vargem Bonita-SC.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 04 de Março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N.483/2016

PORTARIA N. 483/2016

“EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido “JANAINE ANTUNES DE OLIVEIRA”, brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 11/03/1983, inscrita no CPF n. 040.197.329-81, carteira de identidade n. 4.005.626, título eleitoral n. 037831240906, nomeada para exercer o cargo de “DIRETOR”, nível CC-6, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo através da portaria n. 040/2013 de 15 de janeiro de 2013, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 04 de Março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N.484/2016

PORTARIA N. 484/2016

“NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor “LUIZ FERNANDO BARBOSA DE OLIVEIRA”, brasileiro, casado, residente neste município, nascido em 19/09/1989, inscrito no CPF n. 065.086.539-11, carteira de identidade n. 4.434.303, título eleitoral n. 051516130965, ocupante do cargo comissionado de “DIRETOR” do SICONV para responder cumulativamente pelas funções de “DIRETOR” de LICITAÇÕES.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 07 de Março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N.485/2016

PORTARIA N. 485/2016

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 001/2016, de 15 de fevereiro de 2016,

Considerando a ordem de chamada,

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar "IVETE ANTUNES DE OLIVEIRA SANTOS", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 22/07/1970, inscrita no CPF n. 702.648.809-00, carteira de identidade n. 2.419.854, título eleitoral n. 024988630949, para exercer o cargo de "AUXILIAR DE ENFERMAGEM(ESF)", nível 07, classe/referência "A", em caráter temporário de forma excepcional de acordo com o art. 2º, inciso VI da Lei Complementar n. 025/99 de 17/12/1999, combinado com o artigo 7º da Lei Complementar n. 086/2011 de 18/10/2011 tendo em vista ter sido aprovada no Processo Seletivo Simplificado n. 001/2016 de 15 de fevereiro de 2016 e homologado pelo Decreto n. 019/2016 de 25 de fevereiro de 2016 com vencimentos de lei a partir desta data até 07 de Setembro de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 08 de Março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N.486/2016

PORTARIA N. 486/2016

"PRORROGA LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar pelo período de 60 (sessenta) dias consecutivos a contar de 09 de Março de 2016 a 07 de Maio de 2016 a "LICENÇA MATERNIDADE" concedida a servidora "SANDRA QUECHIN", inscrita no CPF n. 003.609.259-28, ocupante do cargo efetivo de "MOTORISTA" conforme Emenda a Lei Orgânica n. 02 de 04 de Junho de 2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 09 de Março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N.487/2016

PORTARIA N. 487/2016

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando o afastamento da servidora titular "Raquel Gonçalves Antunes" que se encontra em benefício Auxílio Doença concedido pelo

INSS,

Considerando a ordem de chamada,

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar "MARINÊS ALBIERO CHINATO", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 14/10/1974, inscrita no CPF n. 001.039.069-32, carteira de identidade n. 3.347.146, título eleitoral n. 031243680914, para exercer o cargo de "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS", nível 01, classe/referência "A", em caráter temporário de forma excepcional de acordo com o art. 2º, inciso I da Lei Complementar n. 025/99 de 17/12/1999, combinado com o artigo 7º da Lei Complementar n. 086/2011 de 18/10/2011 tendo em vista ter sido aprovada no Concurso Público FMS n. 001/2015 de 11 de novembro de 2015 e homologado pelo Decreto n. 008/2016 de 27 de janeiro de 2016, com vencimentos de lei a partir desta data até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 14 de Março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N.488/2016

PORTARIA N. 488/2016

"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "MARIELY DE MEIRA MORAIS ZENARO", brasileira, casada, residente no município de Irani-SC, nascida em 13/01/1989, inscrita no CPF n. 066.215.569-69, carteira de identidade n. 4.879.485, título eleitoral n. 049322860990, inscrição no CRF/SC n. 11160, para exercer em ESTÁGIO PROBATÓRIO o cargo de "FARMACÊUTICO", nível 31, classe/referência "A", cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo, tendo em vista ter sido aprovado no concurso público n. 001/2013 de 16 de julho de 2013, homologado pelo Decreto n. 055/2013 de 04 de outubro de 2013 e prorrogado pelo Decreto 062/2015 de 28 de setembro de 2015, com vencimentos de lei a partir de 15 de Março de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 15 de Março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N.489/2016

PORTARIA N. 489/2016

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a "MARIA DOS SANTOS MARTINS", brasileira, solteira, residente neste Município, nascida em 20/04/1977, inscrita no CPF n. 067.661.569-45, carteira de identidade n. 3.670.299, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, "LICENÇA MATERNIDADE" pelo período de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a contar de 15 de Março de 2016 a 12 de Julho de 2016, tendo em vista ter apresentado Atestado Médico conforme faculta o artigo 126, capítulo IV do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 15 de Março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N.491/2016

PORTARIA N. 491/2016

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando o afastamento do servidor titular “Antoninho dos Santos” que se encontra em benefício Auxílio Doença concedido pelo INSS,

Considerando a ordem de chamada,

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar “JOSOE FRUTUOSO DOS SANTOS”, brasileiro, solteiro, residente neste município, nascido em 10/11/1985, inscrito no CPF n. 082.741.679-29, carteira de identidade n. 12.555.926-3, título eleitoral n. 082144030663, para exercer o cargo de “OPERADOR TRATOR AGRÍCOLA”, nível 13, classe/referência “A”, em caráter temporário de forma excepcional de acordo com o art. 2º, inciso I da Lei Complementar n. 025/99 de 17/12/1999, combinado com o artigo 7º da Lei Complementar n. 086/2011 de 18/10/2011 tendo em vista ter sido aprovado no Concurso Público n. 001/2015 de 10 de março de 2015 e homologado pelo Decreto n. 030/2015 de 29 de abril de 2015, com vencimentos de lei a partir desta data até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 17 de Março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N.492/2016

PORTARIA N. 492/2016

“ALTERA TEOR DA PORTARIA N. 071/2013 DE 06 DE MARÇO DE 2013 QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o índice da Função Gratificada de 15% (quinze por cento) para 20% (vinte por cento) atribuída sobre seu vencimento básico, a servidora “JUSSARA APARECIDA DA CRUZ SEMIONI”, ocupante do cargo efetivo de “AGENTE SANITARISTA”, nível 25, classe/referência “J”, para OPERACIONALIZAR E COORDENAR O PROGRAMA DA DENGUE.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 21 de Março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO 031/2016 TP 004/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VARGEM BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia, mediante o regime de empreitada por preço unitário, tendo como objeto o Fornecimento de material e mão de obra para a execução de Melhoria na Praça Bela Vista e espaços Públicos na Av. XV de Novembro no perímetro da cidade de Vargem Bonita – SC, conforme especificações constantes no Memorial Descritivo, Projeto Arquitetônico, Plantas, Planilhas Orçamentárias e demais documentos que compõe o Projeto Executivo e de Engenharia, parte integrante deste Edital.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor Preço Global.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário.

Valor Máximo: R\$ 40.741,16.

Recursos: Orçamento Municipal.

Entrega dos Envelopes de Documentação e Proposta: até às 14:00hrs (quatorze) horas, do dia 03 de Maio de 2016.

Sessão de Abertura e Julgamento da Licitação: Dia 03 de Maio 2016 às 14:00hrs (quatorze) horas.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, de Março de 2016.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI

PREFEITA MUNICIPAL

Vidal Ramos

PREFEITURA

DISPENSA LICITAÇÃO Nº. 09/2016 - MATERIAIS RODA MATERNA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

Dispensa Licitação nº. 09/2016

O Presidente da Comissão de Licitação Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos informa que o presente processo de Dispensa de Licitação é referente AQUISIÇÃO DE MATERIAIS , LENÇO, POMADA PARA ASSADURA, SHAMPOO, FRALDA RN, ABSORVENTE PÓS PARTO, TERMOMETRO, para o PROJETO RODA MATERNADESENVIDO PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO.

Justificamos AQUISIÇÃO DE MATERIAIS , LENÇO, POMADA PARA ASSADURA, SHAMPOO, FRALDA RN, ABSORVENTE PÓS PARTO, TERMOMETRO, para o PROJETO RODA MATERNADESENVIDO PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através de Dispensa de Licitação visto o que no Processo Licitatório nº. 04/2016, com abertura para dia 22/03/2016 às 15:00 horas, nenhuma empresa teve interesse em cotar o lote, com isso foi publicado novo processo licitatório Pregão Presencial nº. 07/2016, com abertura para dia 13/04/2016 às 09:00 horas, também não apareceu nenhuma empresa interessada, tendo em vista que não tem mais tempo hábil para licitar novamente, pois o encerramento dos encontros do Grupo Roda Materna se encerra dia 06 de maio de 2016, foi solicitado orçamento para três empresas, os itens que tiverem mais barato serão comprados, se todas tiverem algum item que é mais barato que os outros orçamentos será comprado dela e vice versa. O referido projeto é muito importante para os munícipes, visando à informação as gestantes. Assim, demonstra-se a utilidade, viabilidade e relevância do projeto em nossa comunidade.

DO PREÇO

As três empresas que forneceram orçamentos, todas serão fornecedoras, totalizando um valor de R\$ 3.460,46 (três mil quatrocentos e sessenta reais e quarenta e seis centavos) a ser pago com recursos oriundos da saúde.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO E MOTIVO DA ESCOLHA

As empresas a serem contratadas com o menor valor encontram-se aptas para fornecer os produtos contratados conforme certidões negativas apensadas. Nota-se que o valor da contratação está dentro do limite previsto em lei, com isto, objetivamos atender aos princípios da legalidade, economicidade e celeridade, realizando a presente contratação.

FUNDAMENTO LEGAL

O amparo legal para a contratação supramencionada está fundamentado no Artigo 24, Inciso V, da Lei federal nº 8.666/93.

“Art. 24. É dispensável a licitação:

V – quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação do Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos, WAGNER WILL, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo o que consta deste processo Administrativo, vem emitir a presente declaração de Dispensa de Licitação, fundamentada no artigo 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, em favor da empresa: CONTRATADA: ISOLANGE CRISPIM SOUZA E CIA LTDA, estabelecida na AVENIDA JORGE LACERDA, CENTRO – VIDAL RAMOS – SC, CEP 88443-000, inscrita no CNPJ sob o número 02.961.573/0001-07, COM O VALOR DE R\$ 167,20 (cento e sessenta e sete reais e vinte centavos). CONTRATADA: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA, ESTRADA BOA ESPERANÇA, 2320, FUNDO CANOAS, CEP: 89163-554, RIO DO SUL/SC, inscrita no CNPJ sob o número 00.802.002/0001-02, COM VALOR DE R\$ 2.128,26 (dois mil cento e vinte e oito reais e vinte e seis centavos). CONTRATADA: BIO BIA MEDICAMENTOS LTDA, AVENIDA JORGE LACERDA, 1090, CENTRO, VIDAL RAMOS/SC, CEP: 88443-000, inscrita no CNPJ sob o número 04.224.801/0001-91, COM O VALOR DE R\$ 1.165,00 (mil cento e sessenta e cinco reais). Para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS , LENÇO, POMADA PARA ASSADURA, SHAMPOO, FRALDA RN, ABSORVENTE PÓS PARTO, TERMOMETRO, para o PROJETO RODA MATERNADESENVIDO PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Assim, nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, vem comunicar ao Exmo. Sr. Secretário Municipal da Saúde, todo teor da presente declaração, para que proceda, se de acordo, com a devida ratificação.

Vidal Ramos, 14 de abril de 2016. Wagner Will - Presidente da Comissão de Licitação

É o que temos a JUSTIFICAR no presente.

RATIFICAÇÃO

LAERCIO DA CRUZ, Prefeito do Município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 24, inciso V, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98, RATIFICA a Dispensa de licitação para a contratação direta das empresas: CONTRATADA: ISOLANGE CRISPIM SOUZA E CIA LTDA, estabelecida na AVENIDA JORGE LACERDA, CENTRO – VIDAL RAMOS – SC, CEP 88443-000, inscrita no CNPJ sob o número 02.961.573/0001-07, COM O VALOR DE R\$ 167,20 (cento e sessenta e sete reais e vinte centavos). CONTRATADA: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA,

ESTRADA BOA ESPERANÇA, 2320, FUNDO CANOAS, CEP: 89163-554 RIO DO SUL/SC, inscrita no CNPJ sob o número 00.802.002/0001-02, COM VALOR DE R\$ 2.128,26 (dois mil cento e vinte e oito reais e vinte e seis centavos). CONTRATADA: BIO BIA MEDICAMENTOS LTDA, AVENIDA JORGE LACERDA, 1090, CENTRO, VIDAL RAMOS/SC, CEP: 88443-000, inscrita no CNPJ sob o número 04.224.801/0001-91, COM O VALOR DE R\$ 1.165,00 (mil cento e sessenta e cinco reais). Para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS , LENÇO, POMADA PARA ASSADURA, SHAM-POO, FRALDA RN, ABSORVENTE PÓS PARTO, TERMOMETRO, para o PROJETO RODA MATERNADESENVIDO PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com fundamento na justificativa e no artigo 24, "caput", da Lei federal nº 8.666/93 inciso V.

E autorizo o pagamento das despesas, CONTRATADA: ISOLANGE CRISPIM SOUZA E CIA LTDA, estabelecida na AVENIDA JORGE LACERDA, CENTRO – VIDAL RAMOS – SC, CEP 88443-000, inscrita no CNPJ sob o número 02.961.573/0001-07, COM O VALOR DE R\$ 167,20 (cento e sessenta e sete reais e vinte centavos). CONTRATADA: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA, ESTRADA BOA ESPERANÇA, 2320, FUNDO CANOAS, CEP: 89163-554 RIO DO SUL/SC, inscrita no CNPJ sob o número 00.802.002/0001-02, COM VALOR DE R\$ 2.128,26 (dois mil cento e vinte e oito reais e vinte e seis centavos). CONTRATADA: BIO BIA MEDICAMENTOS LTDA, AVENIDA JORGE LACERDA, 1090, CENTRO, VIDAL RAMOS/SC, CEP: 88443-000, inscrita no CNPJ sob o número 04.224.801/0001-91, COM O VALOR DE R\$ 1.165,00 (mil cento e sessenta e cinco reais), de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Vidal Ramos, 14 de abril de 2016

LAERCIO DA CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.877/16

DECRETO Nº 12.877/16 DE 08 DE ABRIL DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação	
03 – Departamento de Ensino Infantil	
2.039 – Manutenção do Fundeb - Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0010 – Aplicações Diretas	200.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0010 – Aplicações Diretas	100.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	300.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação
03 – Departamento de Ensino Infantil
2.039 – Manutenção do FUNDEB – Ensino Infantil
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0011 - Aplicações Diretas 200.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0011 - Aplicações Diretas 100.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 300.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.879/16

DECRETO Nº 12.879/16, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

Altera o art. 1º, alínea "a", item 03 do Decreto nº 12.625/15, que Nomeia Membros para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal nº 3.215/15, e a vista do que consta no Ofício nº 0110/16 - CMDCA, o que faz parte do Processo Administrativo nº 6.474/16;

DECRETA

Art. 1º Ficam alterados os representantes da Secretaria de Educação constante no Art. 1º, alínea "a", item 03 do Decreto n. 12.625/15, que Nomeia Membros para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

a)(...)

3.Representantes da Secretaria de Educação

Titular: ANA CAROLINA ZITEREL

Suplente: TELMA DEON ZUFFO"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

EDITAL DE INTIMAÇÃO N. 001/16

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 001/16

Intimada:

RENATA MARQUES DA SILVA, portadora do R.G. nº 4100910291 inscrita no CPF nº 025.974.370-43. Filiação: ROSEMARA DAMASCENO MARQUES E JOSÉ ERILSON DA SILVA. Por intermédio do presente, a pessoa acima identificada, atualmente em local incerto ou não sabido, fica INTIMADA da convocação para assumir o emprego público de: Odontólogo – Estratégia Saúde da Família, no qual logrou aprovação no Concurso Público para Emprego Público nº 005/2012. No qual foi nomeada pelo Decreto nº 12.119/15, e Edital de Convocação nº 045/15, aprovada em 16º lugar. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será publicado 02 vezes, com intervalo de 07 dias.

Videira, 01 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

EDITAL DE INTIMAÇÃO N. 002/16

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 002/16

Intimada:

MARILENE APARECIDA DA SILVA, portadora do R.G. nº 3538458/SSP/SC inscrita no CPF nº 022.402.149-45. Filiação: IRACI DA SILVA FRANCA. Por intermédio do presente, a pessoa acima identificada, atualmente em local incerto ou não sabido, fica INTIMADA da convocação para assumir o cargo de: Auxiliar de Serviços Gerais, no qual logrou aprovação no Concurso Público para Efetivo nº 002/2014. No qual foi nomeada pelo Decreto nº 12.102/15, e Edital de Convocação nº 043/15, aprovada em 108º lugar. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será publicado 02 vezes, com intervalo de 07 dias.

Videira, 01 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2016

Ata de Registro de Preços nº: 69/2016

Data de Assinatura: 04.04.2016

Fornecedor....: Dedetizadora Barros Ltda – ME.

Valor: R\$ 45.500,00

Licitação: Pregão Presencial nº 29/2016-PMV

Vigência: Início: 04.04.2016 Término: 31.12.2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS, DE FORMA PARCELADA, DE LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2016

Ata de Registro de Preços nº: 70/2016

Data de Assinatura: 06.04.2016

Fornecedor....: Marcos Andre Reichert e Cia Ltda EPP

Valor: R\$ 58.170,92

Licitação: Pregão Presencial nº 30/2016-PMV

Vigência: Início: 06.04.2016 Término: 31.12.2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO, DE FORMA PARCELADA, DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2016

Ata de Registro de Preços nº: 71/2016

Data de Assinatura: 07.04.2016

Fornecedor....: Santa Vitta Indústria e Comércio de Produtos Ortopédicos Ltda.

Valor: R\$ 8.000,00

Licitação: Pregão Presencial nº 11/2016-FMS

Vigência: Início: 07.04.2016 Término: 07.04.2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE KIT LAINER DA MARCA PROKINETIC, PARA FORNECER AO PACIENTE RICARDO DONADEL, CUMPRINDO O QUE DETERMINA OS AUTOS Nº 0003007-60.2013.8.24.0079, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2016

Ata de Registro de Preços nº: 72/2016

Data de Assinatura: 11.04.2016

Fornecedor....: Videmang Comércio de Máquinas e Ferramentas Ltda.

Valor: R\$ 21.997,50

Licitação: Pregão Presencial nº 31/2016-PMV

Vigência: Início: 11.04.2016 Término: 31.12.2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MANGUEIRAS E ACESSÓRIOS PARA MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE ÓLEO HIDRÁULICO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 43/2016

Contrato nº: 43/2016

Data de Assinatura: 04.04.2016

Fornecedor...: Sergio Henrique Geremias e outro

Valor: R\$ 950.000,00

Licitação: Dispensa de Licitação nº 04/2016-PMV

Vigência: Início: 04.04.2016 Término: 31.12.2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE IMÓVEL URBANO COM ÁREA TOTAL DE 540,55 M² PARA INSTALAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO.

EXTRATO CONTRATO Nº 44/2016

Contrato nº: 44/2016

Data de Assinatura: 04.04.2016

Fornecedor...: Funilaria e Serralheria Zancanaro Ltda – ME.

Valor: R\$ 3.460,00

Licitação: Pregão Presencial nº 04/2016-FME

Vigência: Início: 04.04.2016 Término: 31.12.2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO, PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PORTÕES (CONFORME PROJETOS) NA PISTA DE BICICROSS, LOCALIZADO PRÓXIMO AO PARQUE DA UVA, PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

EXTRATO CONTRATO Nº 45/2016

Contrato nº: 45/2016

Data de Assinatura: 05.04.2016

Fornecedor...: LZK Construtora Ltda.

Valor: R\$ 202.759,36

Licitação: Tomada de Preços nº 01/2016-PMV

Vigência: Início: 05.04.2016 Término: 05.04.2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (C.A.U.Q), SOBRE PAVIMENTO EXISTENTE COM PEDRAS IRREGULARES TIPO BASALTO, NAS RUAS VENERIANO DOS PASSOS E LUIZ FERLIN SENIOR AMBAS NO BAIRRO CENTRO, ÁREA TOTAL DA PAVIMENTAÇÃO: 3.783,35 M², CONFORME PROJETO EXECUTIVO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA.

EXTRATO CONTRATO Nº 46/2016

Contrato nº: 46/2016

Data de Assinatura: 13.04.2016

Fornecedor...: Clodomir Bahr Junior Ltda - ME

Valor: R\$ 1.500,00

Licitação: Pregão Presencial nº 09/2016-FMS

Vigência: Início: 13.04.2016 Término: 31.12.2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO CONTRATO Nº 47/2016

Contrato nº: 47/2016

Data de Assinatura: 13.04.2016

Fornecedor...: Faccina Daltora Equipamentos de Segurança Ltda.

Valor : R\$ 5.800,00

Licitação : Pregão Presencial nº 09/2016-FMS

Vigência : Início: 13.04.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : AQUISIÇÃO DE UNIFORMES TIPO SAMU PARA SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO CONTRATO Nº 48/2016

Contrato nº: 48/2016

Data de Assinatura: 13.04.2016

Fornecedor...: FS Indústria e Comércio de Uniformes Ltda.

Valor : R\$ 56.159,00

Licitação : Pregão Presencial nº 09/2016-FMS

Vigência : Início: 13.04.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DIVERSOS PARA SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO CONTRATO Nº 49/2016

Contrato nº: 49/2016

Data de Assinatura: 13.04.2016

Fornecedor...: Piatã Comércio de Peças Ltda.

Valor : R\$ 21.347,50

Licitação : Pregão Presencial nº 09/2016-FMS

Vigência : Início: 13.04.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DIVERSOS PARA SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO CONTRATO Nº 50/2016

Contrato nº: 50/2016

Data de Assinatura: 13.04.2016

Fornecedor...: Comercial Soethe Ltda – ME.

Valor : R\$ 4.799,00

Licitação : Pregão Presencial nº 09/2016-FMS

Vigência : Início: 13.04.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : AQUISIÇÃO DE MOCHILAS/BOLSAS PARA SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0003/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0003/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DAYANE DEICKE

CPF: 049.432.069-99

VIGÊNCIA: de 14 de janeiro de 2016 até 10 de junho de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0004/16

Extrato do Termo Aditivo de Retificação ao Contrato n. 0004/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EDINA APARECIDA DOS SANTOS VIRGUTZ

CPF: 088.130.699-10

VIGÊNCIA: de 25 de janeiro de 2016 até 28 de maio de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0007/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0007/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: GIOVANA ESTER DE LIMA

CPF: 086.527.109-70

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2016 até 10 de junho de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0076/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0076/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: REJEANE ARIOTTI

CPF: 068.619.029-77

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 30 de dezembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0105/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0105/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: GESIANY GLORIA GRAHL

CPF: 850.143.543-00

VIGÊNCIA: de 11 de fevereiro de 2016 até 24 de abril de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0130/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0130/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CARLA MORO BALDISSERA

CPF: 075.610.699-01

OBJETO: Alteração do local de trabalho e do vencimento de "Escola Pólo São Pedro, R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)"; para: "E.E.B.M Waldemar Kleinubing, R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)."

VIGÊNCIA: de 11 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0172/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0172/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIANE APPI LEITE

CPF: 026.315.609-57

VIGÊNCIA: de 02 de março de 2015 até 17 de março de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0177/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0177/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIELE ALVES DE GOIS

CPF: 050.153.649-38

OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos), e tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013; fica assegurada à estabilidade da funcionária que está grávida, até a data prevista, da licença maternidade" para: "R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos), e fica assegurada a contratação da funcionária até 12 de maio de 2016, pois se encontra em licença maternidade, conforme portaria nº 0010/16 e mais 01 (um) mês, referente à estabilidade da funcionária até 5º (quinto) mês após o parto".

VIGÊNCIA: de 02 de março de 2015 até 11 de junho de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0240/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0240/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JENIFER DIANA BALDISSARELLI
CPF: 010.400.039-23
VIGÊNCIA: de 04 de maio de 2015 até 30 de maio de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0267/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0267/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: DEBORA JUSMEIA VOLFE
CPF: 043.822.599-67
VIGÊNCIA: de 14 de maio de 2015 até 31 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0304/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0304/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CASSIA CRISTINA PIALA
CPF: 078.044.929-01
VIGÊNCIA: de 19 de junho de 2015 até 30 de maio de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0319/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0319/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: NEUSA CARMAZIO
CPF: 625.703.079-04
VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2015 até 01 de março de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0400/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0400/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JUÇARA RODRIGUES DA SILVA
CPF: 001.144.469-03
VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2015 até 04 de maio de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0403/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0403/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SIRLENE MARIA TURCO SCHULTE
CPF: 665.740.809-91
VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2015 até 23 de maio de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0427/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0427/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JOSIANE FRANCISCA DA SILVA
CPF: 039.598.874-85
VIGÊNCIA: de 17 de setembro de 2015 até 31 de julho de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0460/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0460/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARISTELA MARQUES DOS SANTOS
CPF: 009.256.219-19

VIGÊNCIA: de 03 de novembro de 2015 até 30 de junho de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0470/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0470/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: RAPHAEL ALEXANDRE DAMBROSO
CPF: 006.587.569-90
VIGÊNCIA: de 03 de novembro de 2015 até 30 de junho de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0471/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0471/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MADALENA DEMORI
CPF: 296.709.779-91
VIGÊNCIA: de 02 de dezembro de 2015 até 31 de março de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0564/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0564/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANDREIA APARECIDA COSTA DE SOUZA
CPF: 867.373.419-34
VIGÊNCIA: de 12 de agosto de 2014 até 03 de maio de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0646/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0646/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DEISI FERNANDA BELEGANTE GIRIOLI
CPF: 007.612.539-47
VIGÊNCIA: de 03 de novembro de 2014 até 29 de abril de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0668/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0668/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: ROSELI POLI
CPF: 757.251.930-04
VIGÊNCIA: de 01 de dezembro de 2014 até 30 de agosto de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

PORTARIA Nº 0304/16

PORTARIA nº 0304/16
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 216, da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando nº 040/16DEPLD,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora TALITA DARON BARROS, Agente Administrativo II, a partir do dia 04 de abril de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 12 de abril de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0306/16

PORTARIA nº 0306/16
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 5875/16.

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora IVONETE ZENERE PERETTI, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 1º de junho de 2016 até 1º de setembro de 2016, referente ao quinquênio de 22 de abril de 2008 até 21 de abril de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de abril de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0307/16

PORTARIA nº 0307/16
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 5923/16.

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor PEDRO PEDROSO, Trabalhador Braçal, a partir de 1º de maio de 2016 até 1º de agosto de 2016, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de abril de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0308/16

PORTARIA nº 0308/16
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 6049/16.

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora ELIETE PINZ RIBEIRO ALVES, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 1º de junho de 2016 até 1º de setembro de 2016, referente ao quinquênio de 05 de fevereiro de 2008 até 04 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de abril de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0309/16

PORTARIA nº 0309/16
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5716/16.

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora DIANES TEREZINHA ARGENTON, Professora, a partir de 1º de dezembro de 2016 até 1º de março de 2017, referente ao quinquênio de 21 de maio de 2008 até 20 de maio de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2016.

Videira, 13 de abril de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015-FMS

Ofício nº 0

Videira, 13 de abril de 2016.

Ref. Licitação – Pregão Presencial nº 08/2015-FMS

Prezados Senhores,

O Sr. Prefeito Municipal de Videira manda o Departamento de Licitações EFETUAR A NOTIFICAÇÃO de Vossas Senhorias para que tomem ciência da rescisão do Contrato de Fornecimento nº 65/2015, com a consequente aplicação das penalidades de multa de 10% sobre o valor da proposta e suspensão do dever de licitar e contratar com o Município pelo prazo de 02 (dois) anos.

Determinou-se, ainda, a restituição ao Município dos valores já pagos pelo Contrato, corrigidos monetariamente pelo IPC-A (IBGE) e acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, totalizando R\$ 79.819,02 (setenta e nove mil, oitocentos e dezenove reais e dois centavos).

Encaminhamos em anexo fotocópia do Termo de Encaminhamento, do Parecer Jurídico e do Despacho do Senhor Prefeito, para seu conhecimento, além dos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) para pagamento da multa imposta e restituição dos valores já recebidos, destacando-se que os autos do processo licitatório encontram-se à disposição dos interessados, que poderão compulsá-los nesta repartição.

Solicitamos, ato seguinte ao recebimento, seja-nos enviado retorno com data do recebimento e assinatura pelo responsável da empresa.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.
Atenciosamente,

LUCÉLIA FEDRIGO

Pregoeira

Recebido em
____/____/2016.

Assinatura e carimbo (nome legível)

DESTINATÁRIO:
ELEVADORES CRAISFELT LTDA.
Avenida Londrina, nº 4229, Zona II
CEP: 87.502-250– Umuarama/PR

TERMO ADITIVO Nº 41/2016

Termo Aditivo nº 41/2016

Contrato/Ata nº: ATA nº 189/2015

Processo: PR nº 157/2015-PMV

Fornecedor: Auto Elétrica Vandesil Ltda. - ME.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 189/2015 por mais 06 (seis) meses, com efeitos a partir de 16 de abril de 2016 até o dia 15 de outubro de 2016, conforme solicitação e justificativa das Secretarias Municipais de Agricultura e de Infraestrutura.

Data: 14/04/2016.

TERMO DE RESCISÃO Nº 07/2016

TERMO DE RESCISÃO Nº 07/2016

Termo de Rescisão nº 07/2016.

Contrato de Fornecimento nº 65/2015.

Pregão Presencial nº 08/2015-FMS.

Contratado: ELEVADORES CRAISFELT LTDA.

Objeto: Rescisão unilateral do Contrato de Fornecimento nº 65/2015, com base no que dispõe o art. 79, I, da Lei de Licitações, tendo em vista que a empresa não forneceu os elevadores adquiridos pelo Município, aplicando-se as penalidades de multa de 10% sobre o valor da proposta e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de dois anos, com base nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e supremacia do interesse público.

Valor: R\$ 165.300,00.

Data: 14/04/2016.

Vitor Meireles

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2016 FAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016 DO FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL DE VITOR MEIRELES

Aos 12 de Abril de 2016, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 1/2016, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 12/04/2016, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de AQUISICAO DE CESTAS BASICA KIT HIGIENE E FRALDAS PARA A SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL, para uso na Secretaria de Obras, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

3992.6 - ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001.00010	KG	SAL REFINADO		1,00	1,30	1,30
00001.00012	PACOTE	BISCOITO SORTIDO EMBALAGEM 800GR		1,00	6,20	6,20
00001.00004	PACOTE	ARROZ EMB. 5KG		1,00	11,25	11,25
00001.00006	PACOTE	FARINHA DE MILHO OU FUBA TIPO GROSSA 1KG		2,00	2,50	5,00
00001.00001	UN	MARGARINA EMB. 500GR		1,00	2,30	2,30
00001.00002	UN	CAFE EMB.500GR		2,00	6,00	12,00
00001.00007	PACOTE	FARINHA DE MANDIOCA EMB. 1KG		1,00	3,90	3,90
00001.00008	PACOTE	FARINHA DE TRIGO EMB. 5KG		1,00	10,50	10,50
00001.00005	UN	OLEO DE SOJA EMB. 900ML		2,00	4,15	8,30
00001.00009	PACOTE	FEIJAO PRETO 1KG		2,00	4,00	8,00
00001.00011	PACOTE	MACARRAO PARAFUSO 1KG		1,00	5,20	5,20
00001.00003	PACOTE	ACUCAR EMB. 5 KG		1,00	13,50	13,50
00001	UN	SARDINHA 125G		2,00	2,85	5,70
00001.00000	UN	CESTA BASICA CONFORME ANEXO I DO EDITAL		420,00	93,15	39.123,00
00004	UN	FRALDA GERIATRICA TAMANHO GG		3.000,00	0,98	2.940,00
00004.00000	UN	FRALDA		1,00	18.732,00	18.732,00
00004.00002	UN	FRALDA GERIATRICA TAMANHO G		3.000,00	0,92	2.760,00
00004.00007	UN	FRALDA INFANTIL TAMANHO M		3.600,00	0,33	1.188,00
00004.00006	UN	FRALDA INFANTIL TAMANHA G		6.000,00	0,33	1.980,00
00004.00005	UN	FRALDA INFANTIL TAMANHO XG		6.000,00	0,38	2.280,00
00004.00004	UN	FRALDA GERIATRICA TAMANHO P		3.600,00	0,90	3.240,00
00004.00003	UN	FRALDA GERIATRICA TAMANHO M		3.000,00	0,92	2.760,00
00004.00008	UN	FRALDA INFANTIL TAMANHO P		4.800,00	0,33	1.584,00
Total do Fornecedor: 57.855,00 (CINQUENTA E SETE MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS)						

10326.8 - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00002.00005	UN	SHAMPOO 350 ML	PALMOLIVE	1,00	5,45	5,45
00002.00004	UN	CREME DENTAL	FREEDENT	1,00	2,40	2,40
00002.00003	UN	SABONETE 90 GR	NIPS	3,00	1,25	3,75
00002.00002	UN	SABAO GLICERINADO COM 5 UNIDADES	GIRANDO SOL	1,00	6,40	6,40
00002.00001	UN	SABAO EM PO EMB 1KG	CLASS	2,00	5,95	11,90
00002	UN	ESPONJA DE LOUCA	BETANIN	2,00	1,10	2,20
00002.00000	UN	KIT LIMPEZA CONFORME ANEXO I CONFORME EDITAL		420,00	32,10	13.482,00
Total do Fornecedor: 13.482,00 (TREZE MIL E QUATROCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS)						

12051.0 - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME						
---	--	--	--	--	--	--



Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00003	CAIXA	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA CAIXA C/ 12 UND		420,00	31,30	13.146,00
00003	UN	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA CAIXA C/ 12 UND	BRILHUS	1,00	13.146,00	13.146,00
Total do Fornecedor: 13.146,00 (TREZE MIL E CENTO E QUARENTA E SEIS REAIS)						
Total da Licitação: 84.483,00 (OITENTA E QUATRO MIL E QUATROCENTOS E OITENTA E TRES REAIS)						

1.3 Este instrumento não obriga o FAS a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada

(requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o FMS solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº. 1/2016 e seus anexos;
- Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será na Secretaria Municipal de obras e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 O FAS poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e o FAS não aceitar a sua justificativa;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pelo FAS.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do FAS.

8.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 12 de Abril de 2016.

COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Pregoeiro

JAIR WIPPEL – Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING – Equipe de Apoio

BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME

GENUIR KUREK

Contratada

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME

CLEITON DE SOUZA

Contratada

ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP

TIAGO LUIZ FOSSA

Contratada

<61>

PORTARIA Nº 074/2016

PORTARIANº 074/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: SILVIA DA SILVA

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, a partir do dia 18 de abril de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 18 de abril de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 14 DE ABRIL DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AJG 078/2016

DECRETO Nº AJG 078/2016

DESCREDENCIA MONITORAS DA EMPRESA DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA-ME PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS MUNICIPAIS ACERCA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS ÁREAS SOB CONCESSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal e no art. 7º da Lei Municipal nº AJG 3738/2015, de 19 de maio de 2015,

Considerando o disposto no Ofício nº 0057/2016, de 12.04.2016, da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam as monitoras da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionadas, descredenciadas para fiscalizar o cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento de veículos nas áreas sob concessão:

NOME CPF IDENTIDADE

Juliana Aparecida Martins 077.371.469-38 5.336.456-2
Maria Dolores Carmelli da Costa 596.079.049-15 2.077.506
Maiele de Bairros da Silva 078.949.599-60 5.955.910

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 13 abril de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 079/2016

DECRETO Nº AJG 079/2016

HOMOLOGA INSCRIÇÕES DEFINITIVAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, EDITAL Nº 001/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições definitivas dos candidatos, conforme relação anexa, parte integrante desde Decreto, referente ao Edital nº 001/2016, de 09 de março de 2016, da Secretaria Municipal de Saúde, considerando-os aptos para realizarem o teste seletivo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 14 de abril de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 109/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 109/2016

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR ATRIBUIÇÕES JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06 e Lei BLB 3.375/11 e demais dispositivos legais.

RESOLVE

DESIGNAR o Servidor Público Municipal o Sr. DIONISIO KOHL, brasileiro, estado civil casado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê/SC portador da CI nº 1.787.112 e CPF nº 665.482.849-68, nomeado conforme Decreto nº AM 108/03, no cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA – COM HABILITAÇÃO EM HISTÓRIA, com 20 (vinte) horas semanais, lotado a Secretaria Municipal de Educação. Para desempenhar as funções no setor Administrativo as Secretaria Municipal de Educação, junto ao centro Administrativo Municipal.

O deferimento atende ao Ofício nº SME/M 105/2016 datado de 12.04.2016. Determinar que esta Designação vigore a partir de 04.04.2016 por período indeterminado.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação. Retroagindo seus efeitos Administrativos e Financeiros ao dia: 04.04.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 14 de Abril de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

ATA PP 026-2016 PMXV - 1ª SESSÃO

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 026/2016 PMXV. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE MICRO E/OU PEQUENA EMPRESA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO, NITROGÊNIO E MATERIAIS DE USO VETERINÁRIO PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM BOVINOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO "C" DESTE EDITAL.

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se o Pregoeiro Sr. Joselino Luiz Naissinger e sua Equipe de Apoio constituída pelos servidores Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo, Taciane Caon e Alex Lorenzet, designada pelo Decreto 004/2016, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referentes à licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as seguintes empresas: CAMPESTRE VET COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA ME, representada pelo Sr. JEAN RODRIGO FURLAN, CPF nº 015.045.209-80; NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP, representada pelo Sr. JACINTO ADAM, CPF nº 002.516.589-53; e COGENT BRASIL LTDA EPP, representada pelo Sr. ANTONIO MAGRI, CPF nº 024.299.179-39. Aberta a sessão pública foram conferidos e rubricados os envelopes sendo que foi verificado que os mesmos estavam lacrados e foram protocolados dentro do prazo fixado no item 1.2 do Edital. Na sequência procedeu-se a abertura dos Envelopes nº 01 – Proposta Comercial, sendo que as propostas foram rubricadas pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e pelos representantes presentes. O Pregoeiro declarou as propostas formais compatíveis com os requisitos mínimos fixados no Edital. Na sequência o Pregoeiro explicou que o Presente Processo Licitatório respeitará as regras impostas pela Lei Complementar 147/2014, a qual dispõe do procedimento para Processos Licitatórios destinados EXCLUSIVAMENTE a contratação de micro e/ou pequenas empresas. Como este Processo Licitatório é destina a contratação EXCLUSIVA de micro e/ou pequenas empresas, o mesmo deveria ter um número mínimo de três propostas para cada item, e como o mesmo não obteve três propostas para cada item, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio declararam o Processo Licitatório FRACASSADO. O representante da Licitante NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP manifestou a intenção de recorrer do julgamento. Assim fica aberto o prazo de cinco dias úteis a contar do dia de hoje, sendo até as 16:00 horas do dia 25/04/2016, para que a licitante apresente seu recurso. Assim não serão abertos os Envelopes nº 02 – Documentação de Habilitação, sendo que os mesmos permanecerão lacrados em posse do Município até julgamento final do referido Processo Licitatório. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, membros da Equipe de Apoio e pelos representantes presentes.

Joselino Luiz Naissinger Pregoeiro	Taciane Caon Membro da Equipe de Apoio
Alex Lorenzet Membro da Equipe de Apoio	Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo Membro da Equipe de Apoio
CAMPESTRE VET COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA ME Jean Rodrigo Furlan	NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP Jacinto Adam

COGENT BRASIL LTDA EPP
Antonio Magri

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRENCIA PÚBLICA N. 02/2016

Processo licitatório n. 58/2016 O Município de Xaxim – SC, comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a doação de bens imóveis não remunerada de incentivos econômicos, visando o desenvolvimento econômico e social do Município, conforme descrição completa no edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 17 de maio de 2016, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 14 de abril de 2016.

Prefeito: Idacir Antônio Orso

AVISO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRENCIA PÚBLICA N. 003/2016

Processo licitatório n. 059/2016 O Município de Xaxim – SC, comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a concessão de serviço público para implantação de estacionamento rotativo remunerado, conforme descrição completa no edital, Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 16 de maio de 2016, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 14 de abril de 2016.

Prefeito: Idacir Antônio Orso

CONTRATOS E ADITIVOS 03/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
MUNICIPIO DE XAXIM	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.: RP0004/2016-N Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM Contratada.: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME Valor : 700,00 (setecentos reais) Vigência : Início: 03/03/2016 Término: 19/01/2017 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 104/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Registro de preço para aquisição de material de expediente, pedagógico e artesanato para as Escolas e os Centros de Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal.	
Xaxim, 14 de Abril de 2016	

Contrato Nº.: CT0028/2016
 Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada.: LIBERATO DOMINGOS PAVAN
 Valor : 4.000,00 (quatro mil reais)
 Vigência : Início: 03/03/2016 Término: 31/10/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de Água Potável, para fornecimento à Casa Familiar Rural

Xaxim, 14 de Abril de 2016

Contrato Nº.: RP0004/2016-O
 Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada.: CLAUDINICE PAPEIS E PRESENTES LTDA - ME
 Valor : 74.688,00 (setenta e quatro mil seiscentos e oitenta e oito reais)
 Vigência : Início: 03/03/2016 Término: 19/01/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 104/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para aquisição de material de expediente, pedagógico e artesanato para as Escolas e os Centros de Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal.

Xaxim, 14 de Abril de 2016

Contrato Nº.: RP0004/2016-P
 Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada.: JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME
 Valor : 4.170,00 (quatro mil cento e setenta reais)
 Vigência : Início: 03/03/2016 Término: 19/01/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 104/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para aquisição de material de expediente, pedagógico e artesanato para as Escolas e os Centros de Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal.

Xaxim, 14 de Abril de 2016

Contrato Nº.: RP0004/2016-R
 Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada.: LIVRARIA E PAPELARIA XAXIENSE LTDA
 Valor : 430,00 (quatrocentos e trinta reais)
 Vigência : Início: 03/03/2016 Término: 19/01/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 104/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para aquisição de material de expediente, pedagógico e artesanato para as Escolas e os Centros de Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal.

Xaxim, 14 de Abril de 2016

Contrato Nº.: CT0025/2016
 Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada.: DELICI ZECCHIN MARINELLO
 Valor : 700,00 (setecentos reais)
 Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Constitui o objeto do presente instrumento contratual a locação do lote urbano, edificada sobre o imóvel Lote Urbano nº 14, Quadra 11, com área superficial de 325 m2, Matrícula nº 51, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim, localizada na Rua Rui Barbosa, no Bairro Centro, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina. Que será destinado a estacionamento do veículos do Município de Xaxim e suas Secretarias.

<p>Xaxim, 14 de Abril de 2016</p> <p>Aditivo Nº : CT07/13AD03/16 - Contrato Nº: CT0007/2014</p> <p>Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM</p> <p>Contratada....: PONTES & PONTES LTDA - EPP</p> <p>Valor : 0,00 (zero)</p> <p>Vigência : Início: 03/03/2016 Término: 30/06/2016</p> <p>Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 24/2013</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada na área de engenharia, para Pavimentação com Pedras Irregulares, Drenagem Pluvial, Sinalização Viária e Passeios com área total de 27.122,77 m², em diversas Ruas do Perímetro Urbano do Município de XAXIM, conforme descrito no Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma e Projetos anexos ao Processo. Com recursos oriundos da Operação de Crédito BADESC- SC.</p>	<p>Aditivo Nº : CT35/14AD04/16 - Contrato Nº: CT0035/2014</p> <p>Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM</p> <p>Contratada....: JOSE LIVINO DE OLIVEIRA - ME</p> <p>Valor : 61.187,50 (sessenta e um mil cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)</p> <p>Vigência : Início: 10/03/2016 Término: 31/05/2016</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2014</p> <p>Recursos : Dotação: 2.022.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 599.086,52</p> <p>Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa para transporte de passageiros em área rural de Xaxim, conforme Itinerários constantes no anexo I deste Edital</p>
<p>Xaxim, 14 de Abril de 2016</p> <p>Contrato Nº..: CT0027/2016</p> <p>Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM</p> <p>Contratada....: TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA</p> <p>Valor : 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)</p> <p>Vigência : Início: 03/03/2016 Término: 31/12/2016</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2016</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : Constitui objeto do presente instrumento contratual a transformação e adaptação do veículo placas QHA-4139 do FUNREBOM, tipo furgão, marca Mercedes-Benz, modelo Sprinter 415 CDI, ano/modelo 2015/2016, em Auto Socorro de Urgência (ASU) destinado ao uso pelo Corpo de Bombeiros Militar de Xaxim, onde será utilizado em atendimento pré-hospitalar.</p>	<p>Xaxim, 14 de Abril de 2016</p> <p>Aditivo Nº : CT36/14AD04/16 - Contrato Nº: CT0036/2014</p> <p>Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM</p> <p>Contratada....: IRINEU MICHAILOFF 07558295904</p> <p>Valor : 61.160,00 (sessenta e um mil cento e sessenta reais)</p> <p>Vigência : Início: 10/03/2016 Término: 31/05/2016</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2014</p> <p>Recursos : Dotação: 2.022.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 599.086,52</p> <p>Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa para transporte de passageiros em área rural de Xaxim, conforme Itinerários constantes no anexo I deste Edital</p>
<p>Xaxim, 14 de Abril de 2016</p> <p>Aditivo Nº : CT127/13AD06/16 - Contrato Nº: CT0267/2013</p> <p>Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM</p> <p>Contratada....: HIGIENIZA SERVICOS, LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA - E</p> <p>Valor : 464.801,30 (quatrocentos e sessenta e quatro mil oitocentos e um reais e trinta centavos)</p> <p>Vigência : Início: 03/03/2016 Término: 31/12/2016</p> <p>Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 14/2013</p> <p>Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (36) Saldo: 397.302,03</p> <p>Objeto : Contratação de empresa especializada para manutenção das unidades de ensino municipal através de serviços de higienização conforme descrito no termo de referência anexo ao presente edital</p>	<p>Xaxim, 14 de Abril de 2016</p> <p>Aditivo Nº : CT34/14AD04/16 - Contrato Nº: CT0034/2014</p> <p>Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM</p> <p>Contratada....: JG BAGGIO TRANSPORTES LTDA - ME</p> <p>Valor : 82.799,50 (oitenta e dois mil setecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos)</p> <p>Vigência : Início: 10/03/2016 Término: 31/05/2016</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2014</p> <p>Recursos : Dotação: 2.022.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 599.086,52</p> <p>Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa para transporte de passageiros em área rural de Xaxim, conforme Itinerários constantes no anexo I deste Edital</p>
<p>Xaxim, 14 de Abril de 2016</p> <p>Contrato Nº..: CT0029/2016</p> <p>Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM</p> <p>Contratada....: FORPLAN ENGENHARIA LTDA - EPP</p> <p>Valor : 194.005,36 (cento e noventa e quatro mil e cinco reais e trinta e seis centavos)</p> <p>Vigência : Início: 10/03/2016 Término: 10/08/2016</p> <p>Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2016</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : Contratação de empresa especializada em cobertura de quadra esportiva. Incluindo serviços preliminares, movimentação de terra, fundação, estrutura metálica e cobertura, drenagem pluvial, instalações elétricas e serviços diversos.</p>	<p>Xaxim, 14 de Abril de 2016</p> <p>Contrato Nº..: CT0032/2016</p> <p>Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM</p> <p>Contratada....: ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ALTO IRANI</p> <p>Valor : 25.075,61 (vinte e cinco mil e setenta e cinco reais e sessenta e um centavos)</p> <p>Vigência : Início: 22/03/2016 Término: 31/12/2016</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : Constitui objeto do presente Convênio o repasse de recursos financeiros ao CONVENIADO, destinados a reforma e ampliação da sede administrativa da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), de acordo com cronograma físico financeiro e projeto arquitetônico devidamente aprovados em Assembleia de Prefeitos, que passa a fazer parte integrante deste Termo de Convênio.</p>
<p>Xaxim, 14 de Abril de 2016</p>	<p>Xaxim, 14 de Abril de 2016</p> <p>Contrato Nº..: CT0033/2016</p> <p>Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM</p> <p>Contratada....: POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME</p> <p>Valor : 7.803,00 (sete mil oitocentos e três reais)</p> <p>Vigência : Início: 16/03/2016 Término: 31/12/2016</p> <p>Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2016</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : Aquisição de 27.000 mil Notas Fiscais de Produtor Rural, em formulário contínuo 240x216 com 4 vias, papel auto-copiativo, para distribuição aos produtores rurais do Município junto ao setor de notas na Secretária Municipal da Agricultura.</p>

Contrato Nº.: CT0034/2016 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM Contratada...: COMERCIO DE MOVEIS PERETTI LTDA Valor : 6.822,00 (seis mil oitocentos e vinte e dois reais) Vigência : Início: 18/03/2016 Término: 18/04/2016 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 10/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Aquisição de beliche de madeira e fogão a gás para utilização junto a unidade de funcionamento da Casa Familiar Rural localizada Na Linha Pilão de Pedra Xaxim, 14 de Abril de 2016	
Contrato Nº.: RP0013/2016-A Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM Contratada...: DEISE MARGARETH WENZEL LUSSANI 00810376946 Valor : 12.525,00 (doze mil quinhentos e vinte e cinco reais) Vigência : Início: 22/03/2016 Término: 22/03/2017 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de divulgação e locação de som, em shows, palestras, seminários, reuniões, audiências públicas e eventos ligados a festividades do município, dentre outros eventos. Xaxim, 14 de Abril de 2016	
Aditivo Nº : CT216/15AD02/16 - Contrato Nº: CT0216/2015 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM Contratada...: TERRAMAX - CONSTRUcoes E OBRAS LTDA Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 31/03/2016 Término: 01/05/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 99/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Aquisição de materiais para obra de canalização do trecho Avenida Luiz Lunardi no município de Xaxim - SC. Xaxim, 14 de Abril de 2016	
Aditivo Nº : CT2015/15AD02/16 - Contrato Nº: CT0215/2015 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM Contratada...: TERRAMAX - CONSTRUcoes E OBRAS LTDA Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 31/03/2016 Término: 01/05/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 99/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Aquisição de materiais para obra de canalização do trecho Avenida Luiz Lunardi no município de Xaxim - SC. Xaxim, 14 de Abril de 2016	
Contrato Nº.: CT0036/2016 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM Contratada...: ELSON JOSE CORTINA 55034608987 Valor : 10.720,00 (dez mil setecentos e vinte reais) Vigência : Início: 18/03/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Aquisição de Material pedagógico periódico (livros/ cartilha) Nosso Amiguinho, para os programas educacionais da educação infantil e ensino fundamental municipal. Xaxim, 14 de Abril de 2016	

Contrato Nº.: CT0037/2016 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM Contratada...: ARCUS INDUSTRIA GRAFICA LTDA Valor : 89.580,00 (oitenta e nove mil quinhentos e oitenta reais) Vigência : Início: 23/03/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Aquisição de livros didáticos e paradidáticos para alunos da rede municipal de ensino. Livros Haitianos em Xaxim SC, Livro Relíquias, e Livro Xaxim Postal. Xaxim, 14 de Abril de 2016	
Contrato Nº.: CT0047/2016 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM Contratada...: SIDINEI ALBERTI DA SILVA Valor : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) Vigência : Início: 31/03/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Aquisição de Cascalho para manutenção das estradas municipais - Xaxim SC Xaxim, 14 de Abril de 2016	
Aditivo Nº : CT128/13AD05/16 - Contrato Nº: 0128/2013 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM Contratada...: NELSON DOMINGOS ROMANELLI - ME Valor : 1.031,52 (um mil e trinta e um reais e cinquenta e dois centavos) Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2013 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLAR A SEREM REALIZADOS COM VEÍCULOS TIPO: ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, VANS E KOMBI, PARA O EXERCÍCIO DE 2013, CONFORME CALENDÁRIO ESCOLAR, NAS QUILOMETRAGENS DESCRITAS NAS LINHAS LISTADAS NO ANEXO I DO EDITAL. Xaxim, 14 de Abril de 2016	
Contrato Nº.: CT0048/2016 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM Contratada...: FIBROBECKER INDUSTRIA DE SINALIZACAO E TINTAS LTDA Valor : 5.000,00 (cinco mil reais) Vigência : Início: 01/04/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 12/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Aquisição de tinta asfáltica de alta qualidade para pintura, uso do departamento de trânsito. Xaxim, 14 de Abril de 2016	
Contrato Nº.: CT0049/2016 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM Contratada...: FLORA MIX COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME Valor : 10.800,00 (dez mil oitocentos reais) Vigência : Início: 05/04/2016 Término: 05/05/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 26/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação de empresa atuante nos ramos de montagem de buffets para servir Jantar e Almoço incluindo ingredientes e preparo das refeições, empresa especializada em confecção de premiação e empresa especializa em decoração, para os eventos Movimento Econômico a realizar-se dia 28/04/2016 no SRCX e Movimento Econômico Agropecuário a realizar-se dia 16/04/2016 na comunidade de Anita Garibaldi Xaxim, 14 de Abril de 2016	

Contrato Nº...: CT0050/2016
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: GRAVAR ARTES COMERCIO DE ARTIGOS PUBLICITARIOS LTD
 Valor : 14.194,00 (quatorze mil cento e noventa e quatro reais)
 Vigência : Início: 05/04/2016 Término: 05/05/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 26/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa atuante nos ramos de montagem de buffets para servir Jantar e Almoço incluindo ingredientes e preparo das refeições, empresa especializada em confecção de premiação e empresa especializa em decoração, para os eventos Movimento Econômico a realizar-se dia 28/04/2016 no SRCX e Movimento Econômico Agropecuário a realizar-se dia 16/04/2016 na comunidade de Anita Garibaldi

Xaxim, 14 de Abril de 2016

Contrato Nº...: CT0051/2016
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: RESTAURANTE DO CLUBE LTDA
 Valor : 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais)
 Vigência : Início: 05/04/2016 Término: 05/05/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 26/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa atuante nos ramos de montagem de buffets para servir Jantar e Almoço incluindo ingredientes e preparo das refeições, empresa especializada em confecção de premiação e empresa especializa em decoração, para os eventos Movimento Econômico a realizar-se dia 28/04/2016 no SRCX e Movimento Econômico Agropecuário a realizar-se dia 16/04/2016 na comunidade de Anita Garibaldi

Xaxim, 14 de Abril de 2016

Contrato Nº...: CT0052/2016
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: TANIA MARIA ARGENTI - ME
 Valor : 41.100,00 (quarenta e um mil e cem reais)
 Vigência : Início: 05/04/2016 Término: 05/05/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 26/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa atuante nos ramos de montagem de buffets para servir Jantar e Almoço incluindo ingredientes e preparo das refeições, empresa especializada em confecção de premiação e empresa especializa em decoração, para os eventos Movimento Econômico a realizar-se dia 28/04/2016 no SRCX e Movimento Econômico Agropecuário a realizar-se dia 16/04/2016 na comunidade de Anita Garibaldi

Xaxim, 14 de Abril de 2016

Contrato Nº...: CT0053/2016
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
 Valor : 830.000,00 (oitocentos e trinta mil e reais)
 Vigência : Início: 05/04/2016 Término: 05/04/2021
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 13/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO FINANCEIRO E OUTRAS AVENÇAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE XAXIM, SC.

Xaxim, 14 de Abril de 2016

Decreto 194

DECRETO Nº. 194/2016.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora municipal CLAUDIA GRANDO MATIELLO, matrícula 6311, para a partir da presente data exercer o cargo comissionado de DIRETORA DE PROGRAMAS E PROJETOS DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º Fica automaticamente exonerada do cargo ocupado anterior a este, conforme consta no Decreto nº 180/2014.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 13 de abril de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Moras

Secretario Municipal de Administração

Decreto 195

DECRETO Nº. 195/2016.

Altera carga horaria servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir da presente data, a carga horaria, do servidor municipal LUCAS ANTONIO SILVESTRE, matrícula 6948, ocupante do cargo comissionado de CHEFE DE GABINETE DO SECRETÁRIO, na Secretaria Municipal de Administração, deste município de Xaxim – SC, de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 13 de abril de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Moras

Secretario Municipal de Administração

Decreto 196

DECRETO Nº. 196/2016.

Altera carga horaria servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir da presente data, a carga horaria da servidora municipal JULIANA GEREMIA, matrícula 7326, ocupante do cargo comissionado de CHEFE DE GABINETE DO SECRETÁRIO, na Secretaria Municipal da Fazenda, deste município de Xaxim – SC, de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 13 de abril de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Moras

Secretario Municipal de Administração

Decreto 197

DECRETO Nº. 197/2016.

Altera carga horaria servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir da presente data, a carga horaria do servidor municipal MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA, matrícula 7184, ocupante do cargo comissionado de CHEFE DE GABINETE DO SECRETÁRIO, na Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico, deste município de Xaxim – SC, de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 13 de abril de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Moras

Secretario Municipal de Administração

Decreto 198

DECRETO Nº. 198/2016.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora municipal ALINE CHIODI, matrícula 7325, para a partir da presente data exercer o cargo comissionado de DIRETORA GERAL, na Secretaria Municipal de Administração, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º Fica automaticamente exonerada do cargo ocupado anterior a este, conforme consta no Decreto nº 333/2015.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 13 de abril de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Moras

Secretario Municipal de Administração

Consórcios

CVC

DECRETO 001/2016

DECRETO/PRESIDENTE nº 001/2016

De 14/04/2016

"DISPOEM SOBRE A REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC. Sr. Everaldo Luis Casonatto, no uso de suas atribuições e na forma do artigo 43, do Estatuto do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC,

DECRETA:

Art. 1º) Fica concedida a revisão geral anual à todos os servidores do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC a partir do mês de abril de 2016, em 9,9071% conforme o índice acumulado dos últimos 12 meses do mês de março de 2016 do INPC.

Art. 2º) O Quadro de vencimentos, anexo IV do estatuto deverá ser atualizado de acordo com o percentual determinado no artigo 1º do presente Decreto.

Art. 3º) As despesas correram por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º) Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

Coronel Freitas, SC, 14 de abril de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Presidente da CVC